JEFFERSON JOSÉ QUELER

ENTRE O MITO E A PROPAGANDA POLÍTICA:
Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da profª. Drª. Vavy Pacheco Borges.

Campinas
Setembro de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Queler, Jefferson José
Q33e **Entre o mito e a propaganda política : Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961) / Jefferson José Queler. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

Orientador: Vavy Pacheco Borges.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Propaganda política. 2. Imprensa e propaganda. 3. Opinião pública. 4. Imaginário. 5. Comunicação oral. 6. Brasil – História – 1959-1961. I. Borges, Vavy Pacheco. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Título em inglês: Between mith and political propaganda : Jânio Quadros and his public image

Palavras chaves em inglês (keywords) :
Política propaganda
Propaganda and press
Public opinion
Imaginary
Oral communication
Brazil – History – 1959-1961

Área de Concentração: Política, memória e cidade

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: **Profª. Drª Vavy Pacheco Borges (orientadora), Prof. Dr. Jorge Ferreira, Profª Drª Maria Helena Capelato, Prof. Dr. Luis Felipe Miguel, Profª Drª Christina da Silva Roquete Lopreato**

Data da defesa: 22-09-2008

Programa de Pós-Graduação: História

JEFFERSON JOSÉ QUELER

ENTRE O MITO E A PROPAGANDA POLÍTICA:
Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da profª. Drª. Vavy Pacheco Borges.

E.T. Onde se lê: Profª Dra. Vavy Pacheco Borges
leia-se: Profª Dra. Vera Hercilia Faria Pacheco Borges

Profa. Dra. Rachel Meneguello
Matr. 15.279-0
Coordenadora da Comissão
de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

Éste exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em: 22/ 09/ 2008

BANCA:

Vera H. F. M. Borges (Vavy)

Prof. Dr. Jorge Ferreira

Profª. Drª. Maria Helena Rolim Capelato Maria Helena R. Capelato

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Profª. Drª. Christina da Silva Roquette Lopreato C. S. Roquette Lopreato

SUPLENTES:

Profª. Drª. Izabel Andrade Marson
Profª. Drª. Maria Stella Bresciani
Profª. Drª. Márcia Barbosa Mansor D'Alessio

200824834

Agradecimentos:

Este trabalho é dedicado especialmente à memória de José Aparecido de Oliveira, pela sua hospitalidade e colaboração. Quando resolvi lidar com o tema da imagem pública de Jânio Quadros, pareceu-me fundamental conversar com aquele que foi seu secretário particular à época em que ele ocupou a Presidência da República. Feito o telefonema e identificando-me como pesquisador, ele prontamente se dispôs a me ajudar. Disse-me que fosse até Conceição do Mato Dentro-MG, sua terra natal, dali a dois dias para uma entrevista e se recusou a me dar seu endereço! "Eles te levam até mim.", afirmou com segurança. Sem entender essas palavras, mas ao mesmo tempo empolgado com a oportunidade, arrumei as malas e parti para o interior mineiro.

Chegando à pequena cidade turística, eis que tudo se esclarece e fico sabendo que a pessoa por mim procurada era conhecida por todos nas redondezas como "o embaixador", alusão ao cargo por ele ocupado em Portugal no governo Itamar Franco, e pai do prefeito do município. Fui conduzido até ele pelos moradores do local sem maiores problemas. Essa era apenas uma das surpresas que me aguardavam naquela viagem. Após conversarmos agradavelmente numa fria manhã daquele julho de 2004, ele pediu para que um conhecido seu me guiasse até os fundos de uma estação de rádio próxima de sua casa, onde conservava sua documentação pessoal. "Veja se acha algo!", disse-me então. Mal sabia eu que naquela sala empoeirada encontraria guardadas as cartas enviadas pela população a Jânio Quadros durante a campanha eleitoral para a Presidência por ele disputada. Essa era a outra surpresa e o início desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer também à historiadora e então superintendente do Arquivo Público Mineiro Edilane Carneiro, por ter organizado a mencionada documentação e me orientado no acervo. A FAPESP apoiou-me com uma bolsa durante três anos, com a qual pude ter acesso a documentos, participar de congressos e escrever esta tese. Os comentários do parecerista associado à instituição sobre meus relatórios mostraram-se de grande pertinência na busca de novas fontes e no modo de analisá-las. Tanto a equipe do Arquivo Edgar Leuenroth quanto a da Biblioteca Nacional foram de suma importância para o acesso a fontes relacionadas à imprensa. As entrevistas com Lia Carvalho Pinto e seu marido Antônio Lang, Dayse Cassiano Gasparian, Anselmo Farabulini Jr. e Oscar Pedroso

Horta Filho foram, além de muito agradáveis, muito significativas para o levantamento de pistas e informações sobre o período.

As discussões de projetos e textos teóricos na linha de pesquisa Jogos do Político, no Departamento de História da Unicamp, foram muito proveitosas para a reavaliação dos passos iniciais do trabalho. Agradeço a todos os colegas presentes nas reuniões e especialmente às professoras Cristina Meneghello e Iara Lis Franco Schiavinatto pelas sugestões a respeito do trabalho com fontes iconográficas. As professoras Maria Stella Bresciani e Izabel Andrade Marson participaram da banca de qualificação e ofereceram-me críticas e orientações fundamentais para o redimensionamento da pesquisa. Os professores Edgar Salvadori de Decca e Sidney Chalhoub foram muito estimulantes com os textos discutidos em seus cursos.

O professor Nicolau Sevcenko, com seu curso de cultura popular na USP, contribuiu para chamar minha atenção sobre o problema da oralidade nos documentos pesquisados. Aos professores Jorge Ferreira, Luis Felipe Miguel, Christina da Silva Roquete Lopreato e Maria Helena Capelato, sou especialmente grato por terem aceitado participar da minha banca examinadora, com críticas e sugestões muito bem-vindas. A professora Vavy Pacheco Borges, minha querida orientadora, despertou-me a curiosidade acerca de como o estudo de trajetórias individuais pode ser muito importante para a compreensão de aspectos da história política, através de seus estudos biográficos. Sua dedicação e honestidade nos comentários e sugestões em todos os meus textos foram decisivos em todos os momentos do trabalho. É claro que, diante dessas pessoas, assumo o conteúdo da análise presente nas páginas seguintes.

Por fim, gostaria de agradecer às pessoas mais próximas que me apoiaram durante esse percurso. Célio Ricardo Tasinafo foi quem me incentivou a pesquisar a história política do país. Professor, amigo, leitor incansável de todos os meus projetos, sem as conversas que tivemos e a paixão dele pelo assunto, eu certamente não teria tomado gosto pelo tema. Vera Lestingi é outra professora que marcou muito a minha vida. Conheci-a nos tempos de colégio com suas aulas de literatura, mas foram suas aulas de francês, ao longo de quatro anos, que me deram a oportunidade de conviver com alguém que acredita firmemente na profissão de docente e nas contribuições que ela pode oferecer à sociedade como um todo.

Meu irmão Alessandro, grande amigo também, tem sido presença fundamental em minha vida e em minhas decisões. É um privilégio ter um físico na família que lê poesia nas horas vagas. A ele e a Juliana Bueno vão meus agradecimentos pelas inúmeras horas agradáveis. Ary Viana, impossível pensar nele sem lembrar da palavra *Chatterbox* (título de uma de suas canções prediletas da banda *New York Dolls*), tagarela no melhor sentido da palavra que nunca nos deixa sem assunto. A convivência com ele e nosso amigo Marcos Geraldo em seu ateliê *Art Muzik* tem me mostrado o verdadeiro valor da amizade. Carlinhos Faustini e Miguel Saad oscilam entre a condição de amigos e membros da família e são os guardiões de um de nossos refúgios, na Serra do Japi, para onde vamos quando nos cansamos da civilização.

Meus pais Lurdes e José são exemplos de luta pela vida para mim, pessoas que sofreram muito com as transformações aceleradas deste mundo globalizado e que aprenderam a superar os traumas causados por essas mudanças. Meu irmão Júnior tem me feito perceber o quanto a maturidade pode fortalecer os laços fraternos e até mesmo transformá-los em laços de amizade. Edson e Maria Estela Pisoni, sogros, ficam com a minha admiração pelo esforço incansável em ajudar os filhos, mesmo depois de adultos. Isabel, minha esposa, tem feito parte de minha vida há quase dez anos, compartilhando comigo momentos felizes e difíceis. Dedico-lhe meu profundo amor e respeito. Talvez tenhamos aprendido juntos, longe de qualquer livro de história, o quanto a união de nossos destinos depende de transformarmos nossos passados enquanto fardos e nossas diferenças num futuro comum. E é acreditando nesse mundo e nas pessoas que o formam que recebemos em nosso lar a pequena Lara há sete meses. Seguimos adiante!

Abstract: In this text I intend to analyse the construction of the public image of Jânio Quadros between 1959 and 1961. During this period he disputed the Brazilian presidential elections and ruled the country until his resignation to the presidency. According to the historiography - in a similar position when compared with positions commonly conveyed by the collective memory -, his personalism could be pointed out as the main factor to explain his political force, and political propaganda would help to build his prestige in a misleading way. Such point of view assumes that the Brazilian electorate was passive and naive, being easily manipulated by demagogues, which is a classical interpretation for politics in Latin America as a whole under the cover of the concept of populism. By trying to avoid this outlook, I suggest that the spectacle involving politics in those circunstances was also formed by relevant parts of the population, that is to say that members of different social groups made propaganda by themselves, writing and debating poetry, texts and songs with political themes. These aspects of the presidential campaign are studied through letters then received by Jânio Quadros from varied parts of Brazil and different social groups, as well as through political speechs, the press and the official propaganda organised by the Jânio Quadros Popular Movement. The analysis of these sources indicates how the mentioned leader was attached to political projects and how that was decisive to attract the support of the electorate in general, especially with the tradition of the Christian Democracy. In other words, his personalim just seems to have promoted him as he was associated with political proposals and practices, which were objects of discussion among the population. And since these considerations put some lights in the way Jânio Quadros was taken seriously by his electorate, I also try to show how problematic is the perspective that defends he resigned from presidency because lack of psychological equilibrium, searching to suggest that the political projects implemented by him may offer some clues about the motivations of such act.

Resumo: Pretendo, neste texto, analisar a construção da imagem pública de Jânio Quadros entre 1959 e 1961. Durante este período, ele disputou as eleições presidenciais brasileiras e governou o país até sua renúncia à Presidência. De acordo com a historiografia – numa posição similar quando comparada a posições comumente veiculadas pela memória coletiva -, o personalismo dele poderia ser apontado como o principal fator para explicar sua força política, e a propaganda política ajudaria a construir seu prestígio de forma enganosa. Tal ponto de vista pressupõe que o eleitorado brasileiro era passivo e ingênuo, sendo facilmente manipulado por demagogos, o que é uma interpretação clássica para a política na América Latina como um todo, sob a capa do conceito de populismo. Tentando evitar essa perspectiva, sugiro como o espetáculo envolvendo a política naquelas circunstâncias também era formado por partes relevantes da população, isto é, membros de diferentes grupos sociais faziam propaganda por eles próprios, escrevendo e debatendo poesias, textos e músicas com temáticas políticas. Estes aspectos da campanha presidencial são estudados através de cartas então recebidas por Jânio Quadros de várias partes do Brasil e de diferentes grupos sociais, da mesma forma que através de discursos políticos, da imprensa e da propaganda oficial organizada pelo Movimento Popular Jânio Quadros. A análise destas fontes indica o quanto o mencionado líder estava atrelado a projetos políticos e como isso foi decisivo para atrair o apoio do eleitorado em geral, especialmente com a tradição da Democracia Cristã. Em outras palavras, seu personalismo parece apenas tê-lo promovido na medida em que ele era associado a propostas e práticas políticas, as quais foram objeto de discussão entre a população. E, uma vez que estas considerações põem algumas luzes na forma como Jânio Quadros era levado a sério pelo seu eleitorado, também tento mostrar o quão problemática é a perspectiva que defende ter ele renunciado à Presidência em razão de falta de equilíbrio psicológico, procurando sugerir que os projetos políticos implementados por ele talvez possam oferecer pistas para o esclarecimento das motivações de tal ato.

Índice:

Introdução 13

Capítulo 1-A dupla face de Janus: encruzilhadas na trajetória política de Jânio Quadros 31
1.1-*O surgimento do político: dos primeiros passos na cena pública até a conquista da Prefeitura de São Paulo* 31
1.2-*As várias faces do personagem: a ampliação das bases de sustentação de JQ e as conseqüências disso para sua imagem* 52
1.3-*O líder aponta o caminho: personalismo e projetos políticos* 75

Capítulo 2-A formação da máquina publicitária janista: usos e apropriações da propaganda política 95
2.1-*Ritmos e sons na construção da imagem pública de Jânio Quadros* 96
2.2-*Fazendo política em forma de rima* 110
2.3-*A "máquina publicitária" ausente* 124
2.4-*"Já existe o partido de Jânio Quadros?"* 138

Imagens analisadas 155

Capítulo 3-O apóstolo das multidões: carisma e participação política 177
3.1-*O Messias prometido* 177
3.2-*O Messias também é de carne e osso* 191
3.3-*O líder na intimidade* 205
3.4-*Da cólera do anjo vingador à civilização do líder* 219

Capítulo 4-Para que lado pende a balança?: a imagem pública de Jânio Quadros em meio a diferentes conceitos de justiça 233
4.1-*Estabelecendo alguns limites do contrato entre governantes e governados* 233
4.2-*Paternalismo e participação política* 248
4.3-*Estabelecendo o império da lei* 268

Capítulo 5-Construindo o inimigo: golpista antes de ensaiar o golpe? 287
5.1-*As interfaces entre a personalidade e o personagem* 287
5.2-*Da política em nome da conciliação surge a imagem do caudilho* 303
5.3-*Vestindo a máscara de ditador?* 318

Considerações finais 337
Arquivos e fontes 341
Bibliografia 343

Introdução:

> "Julguei que se podia fazer história com aquilo que, até o presente, era só anedota."
>
> (Marc BLOCH. *Os Reis Taumaturgos*, p. 43)

> "É (...) inútil tentar reconstruir a 'verdadeira' imagem de Jânio Quadros. Desde 1947, quando entrou em cena pela primeira vez, há tantos Jânios quantos foram as suas candidaturas."
>
> (Maria Teresa Sadek R. de SOUZA. *"A trajetória de Jânio Quadros"* in: Bolívar LAMOUNIER. *1985: o voto em São Paulo*, p. 67)

> "Nos botecos humildes da gente simples de Vila Maria era um deus; nos salões elegantes do Jardim América, o esperado, tanto para os patrões como para os criados. Para os pobres, era a esperança; para os ricos, a segurança. Nos comícios, demagogo, desgrenhado; no governo, sincero, composto. Não fazia amigos, conquistava adeptos. Ídolo do povo, gênio no palanque, nadava na multidão, tinha horror a reuniões. Orador de fôlego, abominava ouvir discursos. Trato difícil, ríspido com os companheiros mais íntimos, retinha a todos com uma palavra carinhosa na hora da reação. Reconhecido em erro, reconhecia-o de público com impressionante franqueza. Frio, calculista, parecia intempestivo, temperamental. Intérprete da vontade popular, tinha profundo desprezo pela opinião alheia. Feria fundo a sensibilidade de um amigo, surpreendia-se com o ressentimento dele. Improvisador, parecia só decidir após longo estudo. Apreensão fulminante, resposta demorada. Avesso à organização partidária, somava legendas. Destruía partidos nas eleições, agazalhava-os no governo. Amava a solidão, e jamais estava só. Imprevisto, imprevisível, estranho, introvertido, ávido de êxito, faminto de Poder, cujas pompas desprezava (...)"
>
> (Castilho CABRAL. *Tempos de Jânio e outros tempos*, p. 143)

Já se disse, acertadamente, que escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco; por "incompletude ou 'má' compreensão, por adesão ou por rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies."[1]. Isso deve em parte explicar muitas de minhas hesitações em me aprofundar no estudo da presença de Jânio Quadros (JQ) na política brasileira. Afinal, o "demagogo" que comia sanduíches de mortadela e tomava injeções durante seus comícios; o político que subia à tribuna para discursar com ternos amarrotados, gravata desalinhada, despenteado e barbudo; o presidente que proibiu o uso do biquíni nas praias brasileiras - para ficar em apenas alguns episódios considerados pitorescos que ainda povoam a memória coletiva - , se eram atrativos para mim enquanto objeto de estudo, de antemão conduziam-me a corroborar, junto com muitos estudiosos, o peso arrebatador do personalismo na história do país; e, por isso, desencorajavam esforços sérios de pesquisa.

O fato é que acabei decidindo permanecer no tema. Avaliando os motivos para tal atitude, penso que as discussões recentes em campanhas políticas e na imprensa acerca do

[1] Angela Castro GOMES. *"O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito"* in: Jorge FERREIRA. *O populismo e sua história*, p. 19.

papel do *marketing* político em nossas instituições foram fatores decisivos na escolha desse objeto. Após o encerramento de uma violenta ditadura militar no Brasil, a redemocratização do país tem sido acompanhada pela projeção de especialistas encarregados em promover a imagem pública de lideranças políticas. Com técnicas freqüentemente compartilhadas com a publicidade comercial, os marqueteiros entraram em cena como artífices privilegiados do jogo político. Manuseando pesquisas de opinião e a partir delas traçando estratégias para a atuação pública de muitos políticos, os publicitários procuram, entre outras coisas, despertar emoções junto ao público. Tal tendência tem levado os principais partidos do país a contratar esses profissionais para atuar em seu nome. Ao mesmo tempo, muitas vozes se levantam condenando o emprego de técnicas publicitárias na política, cujo objetivo seria criar embalagens (com conteúdo artificial ou enganoso) para vender candidatos à população, tal como se faz com uma marca de sabão ou refrigerante. Em suma, tanto no caso de adeptos quanto de críticos do *marketing* político há a percepção (quando não apenas a instrumentalização da idéia para fins de retórica) de que essa prática contribui para o obscurecimento do papel da política entre a população.

Os temas e argumentos relacionados a essa perspectiva, de certa forma, ecoam posições similares àquelas de teóricos preocupados com a integração das massas nas decisões políticas, a exemplo de Gabriel Tarde, no final do século XIX, em considerações acerca da remodelação da formação da opinião: "Pode-se lamentar, com razão, essa evolução do jornalismo, pois os públicos firmes fazem os publicistas honestos e convictos, assim como os públicos caprichosos fazem os publicistas levianos, versáteis, inquietantes; mas parece que tal tendência é hoje irresistível, dificilmente reversível, e percebem-se as perspectivas de poder social crescente que ela abre aos escritores. Pode ser que venha a submeter cada vez mais os publicistas medíocres aos caprichos de seu público, mas seguramente submete cada vez mais seu público subjugado aos despotismo dos grandes publicistas. Estes, bem mais que os homens de Estado, mesmo superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo."[2]. Esta concepção de que a opinião é formada, principalmente, de cima para baixo pelos grandes publicistas não guarda afinidades com a perspectiva de que os publicitários são atualmente os responsáveis, em última instância, pela eleição dos políticos?

[2] Gabriel TARDE. *A Opinião e as Massas*, p. 21.

Posições alinhadas a essa linha de raciocínio, penso, pouco mais fazem que reforçar um velho assunto tanto da política quanto do pensamento social brasileiros: a ausência de um espaço público no país. É certo que minha participação nos acontecimentos dificulta um posicionamento substancial em tal discussão, além de minhas opiniões enquanto cidadão. Essa tarefa será melhor resolvida por historiadores e sociólogos futuramente. Por ora, porque não analisar um passado não tão remoto, as décadas de 1950 e 1960, período ainda tratado por muitos como os anos da "República populista", ou seja, um ambiente político supostamente propício para o florescimento de lideranças demagógicas e personalistas? E porque não estudar uma figura considerada por muitas pessoas como um paradigma de líder "populista", JQ, anacronicamente tomado, por vezes, como precursor do *marketing* político[3]? Poderia uma reflexão sobre a trajetória desse personagem contribuir de alguma forma para a problematização do "populismo" enquanto conceito?

Meu primeiro contato com a pesquisa histórica, com o estudo dos editoriais e colunistas políticos do jornal *Última Hora-RJ*, durante parte do governo Kubitschek, certamente contribuiu para a formulação do problema a ser pesquisado[4]. Como abordei os últimos anos daquele período, pude acompanhar as opiniões expressas naquele periódico sobre a campanha eleitoral corrente para a Presidência da República. Iniciada na prática no início de 1959 e prolongando-se até outubro de 1960, a disputa centrou-se nos candidatos Adhemar de Barros, JQ e o Marechal Henrique Teixeira Lott. Como o candidato preferido do jornal era este último, fui pouco a pouco tomando contato com um ferrenho opositor da candidatura janista. De forma geral, a projeção de JQ na política nacional era considerada como provindo do êxito de uma propaganda meticulosamente organizada e planejada; e o sentido atribuído a esta última recaia sobre o que seria seu potencial para mistificar o eleitorado e a população[5]. Assim, na medida em que estaria apoiado por tal artifício, e

---

[3] "Numa época em que o *marketing* funcionava intuitivamente, Jânio era o espetáculo e o comício, o seu cenário." Cf. Ricardo ARNT. *Jânio Quadros: o Prometeu de Vila Maria*, p. 16.

[4] Jefferson J. QUELER. *Democracia e Desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957-1960).* Campinas: IFCH/ Unicamp, 2004. O estudo foi orientado pela profa. Dra. Vavy Pacheco Borges e contou com o financiamento do CNPq.

[5] No que toca aos possíveis efeitos da "propaganda", segundo idéias veiculadas no jornal, é interessante apontar dois exemplos. Em primeiro lugar, é notável a ocasião em que a colunista Adalgisa Nery procura explicar a pouca projeção política de Gabriel Passos, cujos projetos lhe agradavam: "A publicidade é uma forma de conduzir os espíritos para a esfera dos falsos valores. (...). Seja a publicidade pessoal ou a ideológica, tem ela a função precípua de preencher vácuos, forçando as vontades para a aceitação de méritos inexistentes. Por isso, vemos tantos políticos, tantas idéias e tantas mercadorias insignificantes que, sem uma publicidade intensiva e sufocante, não se fixariam na memória do público, enquanto que homens de saber

servindo-se de recursos como demagogia e prestidigitação, ele conseguiria fortalecer e consolidar sua presença no cenário político do país. Ora, tanto no discurso da UH quanto na historiografia, como veremos, permanece a idéia de que JQ tenha se promovido no âmbito da política brasileira através da mistificação de sua imagem junto à população. Prevalece ainda a interpretação de que isso teria acontecido graças ao seu personalismo e à sua capacidade de representar papéis em público. Trata-se de um caso, portanto, em que a mitologia política veiculada por seus opositores parece ter sido bem sucedida em incorporar-se nas ciências sociais e na historiografia[6].

---

científico e valor político ficam praticamente sem repercussão no julgamento das massas. (...)". Adalgisa NERY. *"Aplausos ao Deputado Gabriel Passos"*, UH, 18/12/57, p.03. Por outro lado, vale a pena comparar as colocações anteriores com as observações da mesma colunista sobre os efeitos desse suposto fenômeno quando associado a um político contrário a suas aspirações, no caso JQ: "É só raciocinar dois minutos sobre os fatos, sobre as circunstâncias nacionais (...) e sobre a conjuntura internacional para ver sem dificuldades, que a verdade não está na demagogia ultrapassada do Jânio, mas na realidade patente e intransponível. São Paulo com a pletora de greves que assoberbam o atual governador esclarece a todos os brasileiros de que não há absolutamente o equilíbrio econômico e financeiro propalado com tanta ousadia e irresponsabilidade pelos fascinados janistas. (...). Não temos mais a desculpa da decepção quando o candidato não esconde nas palavras, atos, fatos e efeitos de procedimento, a sua condição de mentiroso nacional. Coloquemos o Jânio em frente dos atuais acontecimentos de S. Paulo e não haverá mais dúvidas nem mistérios. A realidade paulista não combina com a mistificação do 'fenômeno Jânio'. O fenômeno não é o gari matogrossense e sim a obliteração sensorial do povo paulista que sendo considerado no País como o mais avançado industrialmente, é por incrível que pareça, o mais retardado em politização. Só há uma explicação para esse fenômeno: a desidratação da sua mentalidade consumada pela propaganda dos grupos econômicos estrangeiros.". Adalgisa NERY. *"Equilíbrio Mentiroso"*, UH, 21/04/59, p. 02 tablóide. Tais considerações pessimistas sobre a capacidade de crítica do público podem ser comparadas às seguintes reflexões de J. Habermas: "Ante a esfera pública ampliada, as próprias transações são estilizadas sob a forma de um show. A publicidade perde sua função crítica em favor de uma encenação no palco, e mesmo argumentos são transmutados em símbolos para os quais novamente não se pode responder argumentando, mas apenas identificando-se com eles.". Jürgen HABERMAS. *The structural transformation of the public sphere*, p. 207.

[6] A reflexão sobre a relação entre historiografia e mitos políticos na interpretação de personagens históricos não é nova. Em 1963, ao estudar o mito de José Bonifácio, enquanto um dos ícones da pátria, Emília Viotti da Costa demonstrou como as visões idealizadas dele, presentes na documentação do século XIX, continuavam presentes em trabalhos históricos, passados mais de cem anos dos acontecimentos. No texto, a autora sugeriu a substituição dessa versão personalista e apaixonada pela busca dos nexos entre indivíduo e classe no passado. Cf. Emília Viotti da COSTA. *"José Bonifácio: mito e história"* in: *Da monarquia à república*, p. 61 – 131. É interessante notar como acontece o inverso com JQ. Foram os mitos produzidos por seus opositores que passaram a integrar a historiografia. Apesar de a memória ser campo mais propício para distorções, deformações e esquecimentos do que a história, pode servir também de alarme nessa situação. É sintomático disso a tentativa de saudosistas do janismo, como Jânio Quadros Neto e Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, tentarem condensar uma memória idealizada sobre JQ, para fazer frente às interpretações vigentes. Em livro de 1996, ambos reuniram um conjunto de textos daquele escritos ao longo da carreira política, com o intuito de disponibilizar aspectos de suas versões. Conforme a apresentação de E. L. B. Gualazzi, os autores que se ocuparam com o assunto "preocuparam-se em inserir em seus livros tudo que era possível sobre o tema, desde suas versões pessoais e algumas minúcias até versões de terceiros, louvações ou agressões, até devaneios, menos o aspecto mais relevante – a palavra pública e direta de Jânio Quadros, seu magistério político, suas versões e experiência, transcritos entre aspas!" J. QUADROS NETO & E. L. B. GUALAZZI. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*, p. 54.

Vejamos o que afirma um analista que procurou explicar o sentido da ascensão de JQ à Presidência da República ainda no calor dos acontecimentos: "Criadas se encontram no Brasil as condições objetivas da revolução nacional. Falta criarem-se as subjetivas. É provável que no presente qüinqüênio do Presidente Jânio Quadros surja momento de intensa fermentação revolucionária. (...) O modêlo da revolução brasileira será necessariamente inédito."[7]. Estas linhas, aparentemente, demonstram o otimismo do sociólogo Guerreiro Ramos com o futuro do país em relação à eleição de JQ como seu presidente. A crescente industrialização e urbanização no Brasil, na opinião do estudioso, eram as propaladas "condições objetivas" para seu progresso. Contudo, tal estrutura sócio-econômica estaria em descompasso com o cenário político, marcado pela ascensão de lideranças personalistas em detrimentos de partidos organizados em torno de programas e camadas sociais solidamente definidos. Essas características seriam as condições "subjetivas" a serem atingidas. Nesse quadro, a ascensão política de JQ é vislumbrada como um "resíduo emocional" (ainda que acompanhado de alguns ganhos políticos) característico do varguismo - o "populismo" -, condenado a desaparecer logo[8]. Com poucas exceções, o substrato dessa perspectiva persistirá por muito tempo nas análises referentes ao janismo.

O artigo de Leôncio Basbaum, comentando a eleição de JQ à Presidência logo depois deste acontecimento, não fica muito distante da perspectiva anterior. Ali o autor busca desvendar o suposto paradoxo de um proletariado que "amadureceu" nos últimos anos - portanto, teoricamente apto a escolher o "melhor" – ter votado num candidato apoiado pelos grupos "mais ricos e reacionários do país". Para ele, parte da resposta residia na concepção de que o proletariado votou "apenas contra"; isto é, procurou demonstrar descontentamento com a administração Kubitschek[9]. Assim, ao mesmo tempo em que

[7] Guerreiro RAMOS. *A Crise do Poder no Brasil*, 1961, p. 17.
[8] *Ibid.* p. 91.
[9] "A primeira conclusão a tirar do resultado das eleições é que o povo na realidade não votou a favor dessa ou aquela corrente política, desse ou aquele Partido. Votou apenas contra. Votou contra o custo de vida, contra o governo e tudo o que ele representa, contra a inflação, contra a corrupção e os escândalos financeiros, mas sobretudo votou contra uma política de desenvolvimento unilateral, porque esse desenvolvimento não cogitou do povo, isto é, da massa mais empobrecida e espoliada da população. Já em começo deste ano de 1960, havíamos denunciado o principal defeito das metas com que o Presidente Juscelino iniciava o seu governo: o desinteresse absoluto pela sorte das camadas mais empobrecidas do povo. Esse desinteresse acabou enterrando o seu governo e o seu Partido." Cf. Leôncio BASBAUM. *"As eleições de 3 de outubro de 1960"*. in: *História Sincera da República*, p. 235-242.

sustentou a coerência do voto do proletariado, L. Basbaum desprezou os atrativos eleitorais de JQ para aquele segmento da sociedade. Um possível esclarecimento para essa postura, nos termos de Maria C. C. Souza, talvez se encontre numa "visão intelectualizada" que considerava o janismo como manifestação "pré-política". Segundo ela, esse viés ajuda a compreender porque os estudos sobre esse tema apenas foram elaborados pelos cientistas sociais paulistas – os analistas mais próximos do local em que se consolidou a carreira política de JQ – , em meados da década de 60, quando o movimento começava a perder força[10].

Nessa linha, Francisco Weffort escreveu artigo seminal, em 1963, no que diz respeito à compreensão do janismo como uma manifestação do "populismo". Para o autor, essa "ideologia": "exprime (...) uma mentalidade desencantada que encontra expressão nos ares de ascetismo rigoroso do líder autoritário, implacável mas supostamente justo. Projeta de certo modo, apesar do estilo carismático da liderança, a aspiração a um Estado impessoal, abstrato, que os seguidores típicos de Barros de modo algum podem conceber."[11]. A força política de JQ foi então explicada por F. Weffort da seguinte forma: "Nesta ideologia equívoca, indecisa ainda entre seus conteúdos operários e pequeno-burgueses, está um dos sinais das ambigüidades políticas de Quadros e dos que o seguiram. As massas enquanto se integravam ao sistema do assalariado capitalista reivindicam um Estado impessoal mas enquanto se mostram incapazes de reconhecer sua condição real de classe, só encontram meio de exprimir-se através do carisma, ou seja através da mais irracional das formas de manifestação política. Jogam toda a sua aspiração de mudança política em uma pessoa que imaginam dotada de um poder ilimitado."[12]. Nessa análise, o comportamento "irracional" das "massas" foi apontado como o fator responsável pela adesão de grande parte da população a lideranças carismáticas, as quais seriam percebidas como dotadas de poderes providenciais. Na contra-corrente de L. Basbaum, o autor sustenta que os eleitores de JQ estavam desviados de seus efetivos interesses.

Depois de F. Weffort, ainda que nem sempre com o mesmo sentido empregado por ele, a expressão "populismo" continuaria sendo utilizada para explicar a presença de JQ na

[10] Cf. Prefácio de Maria do Carmo C. SOUZA para o seguinte livro: Regina SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 13.
[11] Francisco WEFFORT. *O Populismo na Política Brasileira*, p. 35.
[12] *Ibid.*, p. 36.

política. Em alguns casos, porém, sua trajetória foi considerada demasiado complexa para ser homogeneizada pelo dito termo. Nessa vertente, a primeira obra a assinalar é um dos trabalhos do norte-americano Thomas Skidmore, publicado originalmente em 1967[13]. Ao passar pela figura de JQ, T. Skidmore explica o sucesso dele em função de seu "carisma" e de sua habilidade em apresentar-se como "antipolítico", ou seja, por não se identificar com nenhuma linha estabelecida pelo jogo político (polarizado especialmente em torno de Getúlio Vargas). Questionando-se sobre se JQ era "populista", T. Skidmore distinguiu dois momentos na trajetória do mesmo:

> "In his Paulista career up to 1959, Quadros exhibited certain features of the populist style: he was, for example, a colorful, dynamic campaigner who urged the public to trust in him. He was thus offering the atomized individual of the urban electorate the hope of radical change through the redemptive force of a single leader's personality. (…). But the content of Quadros' message before 1959 made him less clearly classifiable as a populist. He directed his appeal to the middle and lower middle-class voter, for whom his record of honest and efficient administration in São Paulo seemed well-nigh miraculous. His attractiveness for the working-class voter depended more on defying middle-class standards in dress (he wore open-necked shirts and often appeared unkempt) and his dramatic demonstrations of personal independence than on promises of extended social welfare or emotional appeals to sentiments of economic nationalism. He also gained lower-class support by maintaining the reputation, as mayor and governor, of always being accessible to complaints of the most humble citizen."[14]

Nessa passagem, o autor evidencia um corte na trajetória do político estudado, uma vez que indica ser possível concebê-la, em alguns aspectos, sob o prisma do "populismo" até 1959. Afinal, antes desta data, apresentava-se de maneira personalista, conseguindo conquistar a classe trabalhadora e as classes mais baixas antes com seus lances dramatúrgicos do que com suas propostas. De fato, estas refletiriam aspirações classistas, mas dos setores médios, o que mostraria os limites da noção de "populismo" nesse caso. Mas qual o motivo de JQ não ser considerado "populista" depois de 1959? T. Skidmore deixou essa lacuna.

---

[13] Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 231.

[14] T. Skidmore. *Politcs in Brazil: 1930-1964*. New York, Oxford University Press, 1967, p. 188. Recorri aqui à versão original do texto porque a tradução apresenta, a meu ver, certos problemas. Por exemplo: "Até 1959, em sua carreira paulista, Quadros demonstrou certas características de estilo populista (...) Mas o conteúdo da mensagem de Quadros, antes de 1959, não o classificaria como populista.", *op. cit*., p. 232-233. Como se nota, essa última parte não preserva o sentido de que, antes de 1959, JQ seria menos claramente classificado como populista devido ao conteúdo de sua mensagem. Portanto, trata-se de uma questão de grau, e não de negar completamente a aplicação do termo.

De forma semelhante, em livro de 1987, Maria Victoria Benevides também traçou um divisor de águas na carreira política de JQ. Não fixou uma data como T. Skidmore, mas é possível notar que também se referia à segunda metade da década de 50:

> "Em 1953 e 1954, os socialistas e até mesmo trabalhistas mais identificados com a 'esquerda' acreditavam que Jânio Quadros representava uma formidável renovação, indo ao encontro das aspirações populares. A transformação de Jânio e do janismo no que se reconhece no pior 'populismo de direita' – reacionário, autoritário, repressor, teatral e manipulador – causou nos antigos janistas da 'esquerda' um trauma sentido até hoje, quando avaliam aquele apoio como o pior erro político dos socialistas e dos verdadeiros trabalhistas. É preciso lembrar, no entanto, o perfil de 'trabalhista radical' do jovem Jânio. O sucesso inicial com as esquerdas não deve ser creditado apenas ao êxito publicitário das campanhas da vassoura e do 'tostão contra o milhão'. A construção do 'mito' começou, provavelmente, durante a atuação de Jânio como deputado estadual em 1951 e 1952. (...) O levantamento de suas intervenções nos Anais da Assembléia Legislativa revela sempre um veemente defensor dos trabalhadores (...)"[15]

A partir de novas fontes e de um novo olhar, a autora estabelece a separação entre a fase inicial do "trabalhista radical" e a fase posterior do "populismo de direita" [16]. Se comparada com T. Skidmore, apesar de manter um corte cronológico similar, a autora inverte o momento em que JQ foi taxado de "populista". Claro que se deve observar que ambos não se moviam dentro do mesmo conceito, ao discordarem sobre a existência de carisma em JQ[17]. As propostas com conteúdo classista - agora com "raízes populares"-,

---

[15] Maria Victoria M. BENEVIDES. *O PTB e o Trabalhismo*, p. 58-59. Na seqüência do comentário, a autora exemplifica com uma série de intervenções de JQ na Assembléia Legislativa estadual: "Jânio é sempre o mais freqüente crítico da 'plutocracia danosa' (como J. J. Abdalla) e da 'volúpia dos ricos', denunciando os 'salários humilhantes dos trabalhadores'. É igualmente o primeiro a denunciar aumentos extorsivos nas contas de água e de luz e nos transportes públicos, assim como defende o direito dos ambulantes e dos favelados contra remoção pelos poderes públicos. Uma de suas intervenções de cunho mais político refere-se à defesa da sindicalista Elisa Branco Batista, incursa na Lei de Segurança Nacional por ter participado de manifestações contra o envio de tropas à Coréia (...)

Jânio ainda defende os migrantes nordestinos, os motoristas de táxi (e seu direito a ponto livre), os líderes sindicais, os professores e os aposentados; denuncia os latifundiários, a corrupção e a violência na polícia e o péssimo atendimento nos serviços de saúde; finalmente, é o nacionalista que repele os monopólios, os trustes e os cartéis. Ao lado dessa atuação constante em favor dos 'pobres e humildes', o deputado democrata-cristão inicia sua radical campanha contra qualquer vislumbre de corrupção no poder público – a vassoura em ação – em todos os níveis. (...)"

[16] Analisando JQ, entre a posição de sociólogo e antigo adversário político deste último, Fernando H. Cardoso também enxergou dois momentos distintos na carreira dele. Para ele, na mesma linha de M. V. Benevides, tratar-se-ia de "um progressista, aprendiz de político, que usava ferramentas ideológicas no contato com o eleitorado paulista pobre nos anos 1950, e um líder populista nacional, que manipulava símbolos e emoções moralistas" encantando "já não apenas as massas, mas as classes médias." Citado em Ricardo ARNT. *Jânio Quadros: o Prometeu de Vila Maria*, p. 16.

[17] Contrapondo-se a T. Skidmore (e também a F. Weffort), M. V. Benevides negou a ocorrência de tal fenômeno no dito personagem, reproduzindo idéia melhor explicitada em obra anterior: "Jânio (...) teve apenas a caricatura do carisma, ou seja, o talento histriônico, a facilidade para a adesão epidérmica, populista no pior sentido da palavra, da manipulação e do autoritarismo. O carisma desprende-se muito mais da

ficaram para o começo da carreira, ao passo que o teatro e a manipulação para a outra etapa.

Diante disso, tanto para T. Skidmore quanto para M. V. Benevides, o final da década de 50 teve grande impacto para se pensar JQ como "populista". Contudo, não ficaram explícitos os motivos que levaram esses autores a estabelecer uma guinada na trajetória janista naqueles anos. Seguindo essa pista, ao lado do que já pudemos observar anteriormente, na síntese de pesquisa com o jornal UH, não seria possível supor que ambos podiam estar se referindo ao uso da "propaganda" realizada em nome de e por JQ, no final da década de 1950, para as eleições presidenciais, uma vez que se trata justamente do momento em que uma estrutura organizada, entre outras coisas, para este fim, surgiu em torno do então candidato: o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ)? É possível, pois, que o estudo aprofundado deste fenômeno e desta conjuntura lance algumas luzes sobre a validade da noção de populismo na compreensão da projeção da liderança política de JQ.

De início, o balanço e as reflexões de Jorge Ferreira, acerca do tratamento crítico recente do populismo enquanto conceito e fenômeno, contribuem para o encaminhamento deste estudo[18]. O autor procura, antes de tudo, traçar a história de tal noção, demonstrando como ela foi associada, na América Latina, à notável migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos em meados da primeira metade do século XX. Na percepção de muitos críticos e analistas, especialmente de meados daquele século, como tais pessoas não eram capazes de realizar ações coletivas, ou, segundo um viés marxista, não tinham "consciência de classe", acabavam por se tornar presas fáceis da ação de lideranças carismáticas, que se promoviam, sobretudo, à base da demagogia e do personalismo. Porém, essa situação seria remediada num futuro determinado, quando o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos permitiria a consolidação de eleitores capazes de escolher devidamente seus representantes; isto é, como ocorreria com os desejados modelos europeu e norte-americano. Diante disso, o objetivo de J. Ferreira nesse texto é apontar como, ao longo dos últimos anos, sob as mais diversas perspectivas teórico-metodológicas, o populismo vem

---

personalidade do líder, e menos do 'papel' que ele representa. O histrião terá o carisma da máscara; será, sempre, um falso carisma. Jânio foi, sem dúvida, um bom ator. Mas com um papel ultrapassado e mistificador, do ponto de vista do desenvolvimento das classes trabalhadoras." Cf. M. V. Benevides. *O Governo Jânio Quadros*, p. 8.

[18] Jorge FERREIRA. *"O nome e a coisa: o populismo na política brasileira"* in: Jorge FERREIRA (org.) *O populismo e sua história*, p. 59-125.

sendo problematizado como fenômeno, tratando-se, antes, de uma categoria imaginada para explicar a política no país.

Estou de acordo com o autor neste último aspecto, em especial, em sua tentativa de demonstrar como os aportes proporcionados por diversas tendências de pensamento contribuíram, especificamente, para o colapso do populismo enquanto categoria explicativa. Assim, numa das vertentes, a penetração da chamada história cultural, na década de 1980, impulsionou os estudos interessados em indicar como as classes dominantes não são as únicas a produzirem idéias; camponeses, trabalhadores e pessoas comuns também produzem, nesse sentido, suas crenças, valores e códigos comportamentais. Em outra vertente, os trabalhos do historiador inglês Edward P. Thompson trazem reflexões e possibilidades diferenciadas para o tratamento das noções de classe e consciência de classe; ao identificar a presença de usos e costumes tradicionais entre grupos dominados, aquele autor procura sugerir que esses elementos possibilitam a identificação de interesses comuns e a articulação da luta de classes, de uma forma que problematiza análises teológicas que insistem na idéia de consciências desviadas. Por fim, o emprego da perspectiva de poder como àquela presente em obras de Michel Foucault, ao ter destacado a questão de um poder sustentado no argumento da racionalidade e da técnica - e mesmo diante da insistência na desqualificação do saber do operário por tais recursos -, abriu caminho para estudos que admitiam a existência de sujeitos políticos capazes de superar o "controle operário". Diante de tais tendências teórico-metodológicas, cujo aprofundamento revelaria debates e divergências profundas entre si, o mérito de J. Ferreira é apresentar suas respectivas contribuições de um modo específico e não hierarquizado.

A essa altura já é ao menos possível recolocar o problema anterior, sobre a validade da noção de populismo quando pensada em relação à propaganda política realizada em torno de JQ, no final da década de 1950 e início da de 1960: teriam a propaganda associada à sua figura e seu personalismo, de fato, exercido influência tão avassaladora no que seria a mistificação de sua imagem, a ponto de ludibriar o eleitorado e o restante da população, como aponta a historiografia em compasso com as posições de muitos dos adversários e inimigos dele naquele momento? Ou, considerando a possibilidade de abandonar a categoria de populismo, conforme a trilha anteriormente apontada, seria concebível a

participação de sujeitos políticos e sociais na conformação e promoção da imagem pública de JQ?

Uma série de documentos permite a apreciação desta última hipótese, compreendendo desde discursos políticos, memórias, entrevistas, a organização da propaganda e o próprio material publicitário, a imprensa, até cartas populares enviadas a JQ. Adiantando algumas de minhas observações, ao percorrer este leque documental, que abarca tanto o pólo imaginado por muitos como o *locus* em que são produzidas as mensagens quanto a recepção delas, notei, no primeiro caso, a recorrência da temática da fundamentação do poder pela técnica e pela racionalidade; ao passo que, no segundo caso, percebi como tais formulações recebiam os mais diversos usos da população. Assim, além de minhas preferências pessoais, a opção teórica mais adequada pareceu-me ser àquela vinculada às possibilidades de estudo abertas, principalmente, por Michel Foucault no que toca às questões do poder e da disciplina.

Na verdade, levo em consideração o aprofundamento desses assuntos em trabalho de Michel de Certeau: "Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados'?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política."[19]. Nesse sentido, procurarei indicar como a propaganda em torno da imagem de JQ não foi obra exclusiva de uma estrutura tecnocrática, mas também de, segundo expressão do mesmo autor, de "operações quase microbianas" que se moviam no seio dela[20]. Em outras palavras, pretendo sugerir como um conjunto significativo do eleitorado e da população, naquele momento, tomava parte na espetacularização da política, sem se confundir com seu mero espectador passivo.

Em suma, avaliarei a hipótese de que a construção da imagem pública de JQ não pode ser desvinculada das táticas empregadas pelos cidadãos em meio às informações transmitidas pelas mais diversas mídias, no sentido de que discutiam e reverberavam

[19] Michel de CERTEAU. *A invenção do cotidiano*, v.1, p. 41.
[20] *Ibid.*, p. 41.

seletivamente as mesmas. Penso que havia certa vitalidade da vida pública no período, apesar de, como veremos, sérios problemas e empecilhos. E é diante do debate e da discussão de idéias que penso ter sido bem sucedida a imagem do político em questão em atingir interesses coletivos ou o imaginário da população. Conforme afirma Bronislaw Baczko, este último oferece tanto um esquema de interpretação quanto de valorização, os quais suscitam a adesão a um sistema de valores e intervêm de maneira eficaz no seu processo de interiorização pelos indivíduos, molda condutas, canaliza energias e pode envolver os indivíduos numa ação comum[21]. É preciso, ainda, reconhecer que os símbolos são eficazes apenas quando repousam numa comunidade de sentido ou de imaginação, isto é, quando atingem imagens e valores socialmente difundidos[22].

Problematizando assim os pontos de vista que concebem a ascensão política de JQ como desvio ou anomalia, espero juntar minha voz àquelas que não tratam os anos compreendidos entre 1945 e 1964 como um período em que a história política brasileira seria marcada pela "artificialidade" dos partidos e pela "irracionalidade" dos eleitores. Segundo Angela C. Gomes, muitos autores procuram romper com essa interpretação da seguinte maneira:

> "Revaloriza-se (...) a experiência liberal-democrática do período 1945-65, assinalando-se que as lideranças 'populistas' de então possuíam bases sociais diferenciadas e assumiam feições ideológicas diversificadas. Era, portanto, muito simplista compreender o comportamento eleitoral dos brasileiros como fruto de manobras 'clientelistas' e apelos 'demagógicos', ambos classificados como desvirtuamentos da 'verdadeira' política. Ou seja, passa-se a afirmar a existência de uma relação de representação política 'real', em que os eleitores (não as massas) aderiam às propostas dos candidatos, inclusive e até principalmente, às dos 'líderes populistas'. Além disso, a presença de tais lideranças não é interpretada como incompatível com vinculações partidárias e com a consolidação da força eleitoral dos partidos." [23]

Assim, admito a representatividade da figura de JQ junto a seu eleitorado, ou seja, seus laços com grupos sociais e seus efetivos interesses.

Conforme já indicado, o estudo aprofundado da conjuntura envolvendo a campanha para as eleições presidenciais de 1960, cujo início dos preparativos remonta ao início de 1959, pode contribuir para tanto, num esforço que se estende até a renúncia de JQ à Presidência, em agosto de 1961, após o que a credibilidade de sua imagem sofreu um

[21] Bronislaw BACZKO. *Les Imaginaires Sociaux*, p. 35.
[22] *Ibid*., p.54.
[23] Angela C. GOMES.. *"A política brasileira em busca de modernidade: na fronteira entre o público e o privado"* in: F. NOVAIS. & L. SCHWARCZ (org.) *História da Vida Privada no Brasil*, p. 554-555.

grande desgaste[24]. Durante esse período, o MPJQ desempenhou destacado papel na sustentação e promoção da figura de JQ. No arquivo pessoal de seu ex-dirigente, Castilho Cabral, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), há uma séria de documentos como cartas e material publicitário, que permitem a identificação da articulação do movimento com partidos políticos, o planejamento e a execução da campanha, bem como as mensagens veiculadas através de propaganda. No Arquivo Nacional, pode-se encontrar também um pequeno arquivo do MPJQ, que contém panfletos de cunho propagandístico. Assim, torna-se possível delinear a estruturação e alguns aspectos da evolução do MPJQ.

Além da propaganda e da estrutura envolvida em torno dela, a imprensa também é uma importante fonte para o estudo da construção da imagem de JQ. E, uma vez que esta última tinha repercussão nacional e internacional, como dar conta da pluralidade de periódicos e revistas que fizeram a cobertura e debateram o significado da mesma? Como o recorte desta análise recairá sobre o espaço nacional, numa tentativa de compreender como e por quê a figura de JQ despertou o entusiasmo de tantas pessoas ao longo deste território, pareceu-me adequado a escolha de veículos de ampla circulação nacional: as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Nelas aparecem reportagens, fotos e ilustrações que foram lidas e manipuladas por um grande número de pessoas no país. Em alguns casos, optei por utilizar imagens de outros periódicos quando identifiquei alguma mensagem ou situação excepcional e relevante para a construção da minha argumentação. Conforme algumas considerações acima, procurarei sugerir como os significados das imagens reproduzidas são discutidos e reelaborados pelos seus consumidores. Em outras palavras, destacando a importância do debate e da discussão de idéias, espero problematizar a freqüente formulação de que a iconografia desempenha certo papel despolitizador, ao ser mais convincente do que a palavra falada ou escrita[25].

---

[24] Após a renúncia, JQ concorreu ao governo do Estado de São Paulo com Adhemar de Barros, perdendo a disputa. Sobre sua primeira derrota eleitoral, é plausível a explicação de V. Chaia ao dizer que muitos eleitores de JQ interpretaram o dito gesto como sinal de fraqueza e impotência. Vera CHAIA. *A liderança política de Jânio Quadros*, 24 -250.

[25] Tal qual a seguinte proposição: "É pelos olhos que se prendem os homens, pois assim se adormece mais facilmente sua desconfiança". Cf. Pierre FRANCASTEL. *A Realidade Figurativa*, p. 29. Por outro lado, algumas reflexões clássicas sobre a análise de fontes iconográficas serão utilizadas neste estudo. O artigo *Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença*, de Erwin Panofsky, é muito significativo ainda no que diz respeito a procedimentos teórico-metológicos relacionados à leitura de imagens. As etapas que o autor sugere para isso, partindo da descrição da figura até a identificação dos significados das

Ainda no que diz respeito à imprensa, alguns colunistas de jornais que acompanharam e intervieram seja a favor ou contra JQ, compilaram ou tiveram reunidos em livro seus artigos, de forma que, com isso, podemos delinear e analisar com mais clareza os matizes dos debates travados no âmbito da imprensa. Para tanto, ajudaram-me a preencher essa lacuna livros como *Bilhetinhos a Jânio*, de Pompeu de Sousa, uma coletânea de artigos divulgados por este jornalista no *Diário Carioca* com paródias aos célebres bilhetinhos de JQ, com o claro intuito de fazer-lhe oposição. Ainda em contraposição a este último, também foram coligidos, no livro *A desastrada política externa do presidente Jânio Quadros,* artigos do Almirante Carlos Penna Botto, publicados então em periódicos da Cruzada Brasileira Anticomunista. Por outro lado, artigos favoráveis a JQ foram publicados nos jornais *Diário de Notícias* e *O Globo*, assinados pelo professor de direito Vandick L. Nóbrega - que pertenceu à cúpula do MPJQ -, e reunidos no livro *A campanha da vassoura*[26].

Quanto à análise da recepção e do debate das mensagens veiculadas pela propaganda oficial e pela imprensa, lidei com uma grande quantidade de cartas populares enviadas a JQ no período. Tais documentos foram consultados no arquivo pessoal do ex-secretário particular deste último durante a campanha abordada e a Presidência da República, José Aparecido de Oliveira, em Conceição do Mato Dentro-MG. Como meu interesse se concentrou na análise da interação da população com as mensagens transmitidas pelas mídias sobre JQ no período eleitoral, optei por abordar o maior lote de cartas, que cobre desde o início de 1959 até janeiro de 1961. São 5. 345 missivas organizadas de acordo com as datas nelas expostas[27]. Com isso, creio ser possível apontar não apenas a ação dos missivistas em tentar manipular as idéias presentes no discurso

---

simbologias presentes nela e o sentido de seu conjunto, são de grande valor para a análise das fotografias e ilustrações indicadas adiante. Cf. Erwin PANOFSKY. *Significado nas artes visuais*, p. 45-85. Um estudo que deve muito às reflexões desse autor e que também será levado em conta na análise do material fotográfico, é o seguinte livro: Boris KOSSOY. *Fotografia e História*, *passim*.

[26] A seguir, indico as referências das obras pela ordem exposta: SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Cegraf, 1987.; BOTTO, Almirante Carlos Penna. *A desastrada política exterior do presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961. NÓBREGA, Vandick L.. *A campanha da vassoura*. Rio de Janeiro: Movimento Popular Jânio Quadros, 1960.

[27] Como manterei a grafia original das cartas, preferi fazer o mesmo com o restante da documentação (imprensa, memórias e discursos), de modo a dar maior uniformidade ao texto e evitar a tentação de "corrigir" as fontes, analisando-os tais quais circularam no período. As missivas encontram-se organizadas e ordenadas no arquivo sem numeração. Portanto, não indicarei a referência em notas de rodapé, bastando para tanto a indicação de sua data no corpo do texto.

oficial para a realização de seus interesses concretos, como empregos e outros benefícios, mas também representações socialmente aceitas de JQ e práticas políticas[28].

Uma vez que minha intenção era avaliar a hipótese de que a imagem pública de JQ foi bem sucedida em atingir o imaginário popular através da discussão de idéias, também parecia-me importante investigar, na medida do possível, a construção de sua confiança e credibilidade. Até porque as imagens a ele atribuídas, no período proposto, dialogavam e, muitas vezes, descontextualizavam imagens a ele associadas no passado. Assim, no capítulo 1, por meio de outros trabalhos sociológicos e historiográficos que manipularam documentação relativa ao início da carreira política de JQ (intervenções na Câmara Municipal de São Paulo e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sua atuação à frente do governo deste último, por exemplo), bem como com fontes que julguei relevantes acrescentar e analisar (tais como imagens, entrevistas e material divulgado na imprensa), busco investigar alguns dos elementos que podem ter contribuído para a consolidação de sua força política. Ademais, além desse corte diacrônico, também acrescentei uma abordagem sincrônica, traçando um quadro informativo e analítico da campanha eleitoral para a Presidência, com suas diferentes propostas e interesses em jogo.

No capítulo 2, trato da questão da propaganda política. Partindo de documentação relativa ao modo de conduzir a publicidade do candidato pelo rádio, assim como de discursos do mesmo, procuro indicar, através das cartas populares, como o planejamento oficial da campanha e as falas de JQ eram discutidos e ecoados por grande parcela da população. Nessas páginas, sugiro que não há como conceber uma máquina de propaganda

[28] O trabalho de Jorge Ferreira traz muitos avanços em sua análise de cartas enviadas a Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, sob a inspiração da chamada história cultural, ao contestar as perspectivas que consideram aqueles anos como exclusivamente marcados pela repressão, doutrinação, manipulação e demagogia. Para ele, "Ainda que a propaganda no primeiro governo Vargas tenha sido sistemática e coordenada, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária, por si mesma, pudesse elevar seu nome à categoria de 'homem providencial'. Não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam (...)é preciso considerar que as ideologias dominantes naqueles anos, por mais dominantes que tenham sido, não poderiam ter eliminado completamente as idéias, crenças, valores e tradições anteriormente presentes na cultura popular." .Cf. J. FERREIRA. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, p. 16. Esse ponto de vista, em que os indivíduos utilizam a ideologia oficial para realizar seus interesses, pode ser ainda complementado. Em trabalho de José Roberto Franco Reis com as missivas enviadas a Vargas durante o período do chamado Estado Novo, o autor admite a possibilidade de que tais fontes permitem o acesso às idéias dos indivíduos. Cf. J. R. F. REIS. *"Não existem mais intermediário entre o governo e o povo": correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)"*, p. 9. Quanto à possibilidade de identificar representações socialmente aceitas em cartas, ver: Roger CHARTIER (org.). *La Correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*, p. 9-10.

que crie mensagens e lhes fixe os sentidos a seus consumidores, uma vez que as mesmas são discutidas e reverberadas oralmente, de modo que muitas pessoas comuns aparecem fazendo propaganda no sentido estrito do termo. Tomando como ponto de partida documentação relativa ao MPJQ, na qual podem ser vislumbradas estratégias para a condução da campanha, investigo o porquê de muitas pessoas, ainda que fazendo propaganda de forma independente, terem convergido suas ações em torno da estrutura do movimento.

Com o capítulo anterior, espero sugerir como havia considerável espaço para a formação de uma opinião pública no país, sem desconsiderar a importância do personalismo. É com esses elementos em vista que abordarei a questão do carisma em torno de JQ no capítulo 3. Nele corroboro as afirmações de grande parcela da historiografia e das ciências sociais que associaram a ascensão política do mesmo enquanto envolvida por uma atmosfera mágica e encantada. Entretanto, tentando problematizar tal fenômeno enquanto simples manifestação do irracional, busco, na trilha dos capítulos mencionados, indicar como a presença do carisma não impedia a manifestação dos sujeitos na arena política. Da mesma forma, o aparente reverso da medalha do carisma, a representação do líder enquanto cidadão comum, será tratado nesse capítulo como uma de suas partes integrantes.

No capítulo 4, para esmiuçar os atrativos da imagem pública de JQ para a população, tenho como objetivo analisar as diversas concepções de justiça projetadas em torno da figura dele. Na primeira parte, são destacados casos em que ele foi interpelado para conter a ação de atravessadores na retenção de mercadorias, interessados em aumentar o preço delas no meio do surto inflacionário então corrente. Na seção seguinte, como em muitas cartas JQ é interpelado sob o prisma da figura paterna e solicitado a atender pedidos de favores e benefícios, são ressaltados como esses pedidos vêm acompanhados de concepções de direito e justiça. Na última parte, são analisados casos em que JQ é concebido como instaurador de um Estado baseado na lei. Em todos esses casos, é possível identificar os interesses mais concretos presentes entre os setores da população que contribuíram para a construção da força política dele.

É assim que passo para o sétimo e último capítulo. Descartando algumas hipóteses sobre a renúncia de JQ à Presidência, em 1961, como a psicológica que o concebe como alguém que não podia controlar suas emoções, bem como a conspiratória que o trata como

um governante cujo ímpeto teria ferido poderosos interesses de grupos que o teriam pressionado a abrir mão do cargo, a hipótese da tentativa de golpe, sem discutir seus detalhes agora, afigura-se como a mais plausível. Ora, se com este trabalho pretendo fazer coro com aqueles que sustentam não ser o golpe de 1964 uma fatalidade, como resolver o problema de explicar uma tentativa de golpe do próprio JQ, que, a princípio, reforçaria o pressuposto de que o país rumava inexoravelmente para um regime autoritário? Dentro dos limites dos documentos disponíveis, talvez seja possível indagar, a partir da imagem pública dele, como essa saída foi tomando forma. Afinal, as leituras feitas sobre o assunto sugerem que a imagem de ditador e golpista, já usadas contra ele em momentos anteriores de sua carreira, ganha mais adeptos ao longo de seu mandato presidencial, como no caso daqueles que se opunham à chamada política externa independente. Em outras palavras, trata-se do delineamento de constrangimentos ou pressões que podem ter influenciado tal ato.

Capítulo 1 - A dupla face de Janus: encruzilhadas na trajetória política de Jânio Quadros

> "Jânio não é mais um homem ou um candidato, mas um simbolo de renovação dos quadros políticos de todo o Pais e a esperança na implantação de novo estilo de governo, com base na moralização administrativa e política do País."
>
> (trecho de discurso de Carvalho Pinto pronunciado em Barretos-SP, em 12 de agosto de 1960. Citado em Vidal SANTOS & Luiz MONTEIRO. *Diário de uma Campanha*, p. 217.)

> "nessa peculiaridade da psique humana, em sua maleabilidade especial, sua natural dependência da moldagem social, reside a razão por que não é possível tomar indivíduos isolados como ponto de partida para entender a estrutura de seus relacionamentos mútuos, a estrutura da sociedade. Ao contrário, deve-se partir da estrutura das relações entre os indivíduos para compreender a 'psique' da pessoa singular. Se o indivíduo isolado ingressasse na sociedade humana como Adão, como um adulto pronto num mundo estranho, seria realmente preciso um milagre ou uma harmonia prefixada para explicar por que as partes e o todo, a composição psicológica dos indivíduos e a estrutura de uma sociedade, num dado momento, correspondem uma à outra e se modificam conjuntamente. Uma vez que o controle relacional relativamente indiferenciado da criança recém-nascida só se torna diferenciado e regulado por meios humanos na relação com outros seres humanos, o que emerge como 'alma' do indivíduo adulto não é estranho à sociedade e associal 'em si mesmo', mas algo que, já em sua própria base, constitui função da unidade relacional de um poder superior a que chamamos 'sociedade'."
>
> (Norbert ELIAS. *A sociedade dos indivíduos*, p. 39.)

A análise da imagem pública de JQ, entre os anos de 1959 e 1961, dificilmente pode ser feita antes do dimensionamento de alguns aspectos de sua trajetória política anterior. É preciso acompanhar seus primeiros passos como político até às vésperas das eleições presidenciais, investigando traços da dinâmica de sua articulação com grupos sociais e projetos políticos ao longo desse período, bem como as implicações desses elementos em sua imagem. Desse modo, talvez seja possível esclarecer algumas permanências e inflexões nos modos de sua representação pública e seus respectivos motivos.

1.1-O surgimento do político: dos primeiros passos na cena pública até a conquista da Prefeitura de São Paulo

A ascensão política de JQ é um fenômeno associado ao regime democrático surgido no Brasil com o término do Estado Novo. Em meados da década de 1940, os descontentamentos no interior do país com a ditadura encabeçada por Getúlio Vargas e o apoio desta última à derrubada de regimes de cunho fascista na Europa, contribuíram para o esgotamento do governo. Pressionado e desgastado, Vargas se comprometeu a convocar

eleições e mudar o regime autoritário então vigente. Apesar de tais medidas sinalizarem a abertura e a supressão da ditadura estadonovista, setores oposicionistas, desconfiados de planos continuístas do governo, precipitaram os acontecimentos com a deposição do mesmo pelo Exército. Entrementes, Vargas foi figura central na reorganização dos partidos políticos. Em 1945, agruparam-se contra ele grupos tão diversos como conservadores, socialistas e intelectuais – exceto setores populares – , para formar a União Democrática Nacional (UDN)[29].

Se a figura do ex-presidente teve influência na articulação de seus opositores num partido, sua atuação direta contribuiu para a formulação de outras duas grandes legendas do período. De um lado, estimulou a reunião de grandes proprietários rurais e ex-interventores do Estado Novo para formar uma agremiação, dando origem ao Partido Social Democrático (PSD). De outro lado, promoveu a arregimentação de trabalhadores, via Ministério do Trabalho e estrutura sindical corporativista, para a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ao lado dessas agremiações, outras de menor porte também surgiram: o Partido Republicano (PR) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), ambos cisões da UDN e liderados respectivamente por Arthur Bernardes e pela chamada Esquerda Democrática; o Partido Social Progressista (PSP), sob a hegemonia do ex-interventor Adhemar de Barros; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que legalizou por um breve momento a atuação dos comunistas nas disputas eleitorais até serem colocados na ilegalidade, em 1947, pelo governo Dutra; o Partido Democrata Cristão (PDC), como declarado mediador entre os ideais da Igreja Católica e a sociedade no âmbito da política[30]. É, pois, no seio de um ambiente político como esse, em que o personalismo é um componente muito importante para a projeção de lideranças políticas, que JQ adentra à cena partidária.

Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande, no então estado de Mato Grosso, em 1917, filho de Leonor da Silva Quadros e do médico Gabriel Quadros[31]. Após passagens e curtas permanências em Curitiba e em diversas cidades do interior paulista, a família Quadros estabeleceu-se em São Paulo, onde, em 1933, JQ ingressou no Colégio Arquidiocesano; ali permanecendo até o término de seus estudos secundários. Em seguida,

[29] Maria C. C. SOUZA. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, p. 63-134.
[30] *Ibid.,* p. 63-134.
[31] O verbete sobre JQ no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, organizado e publicado por equipe ligada ao CPDOC, oferece algumas informações sobre os primeiros anos de sua vida.

passou a freqüentar o curso da Faculdade de Direito, bem como a lecionar português e geografia em algumas escolas. Nesse momento de sua vida, conheceu Eloá do Vale - filha de um farmacêutico amigo de seu pai -, com quem se casaria após conseguir seu diploma. Suas atividades profissionais se concentraram então em torno de um pequeno escritório de advocacia e em aulas ministradas nos tradicionais colégios Vera Cruz e Dante Alighieri. Em 1943, nascia sua filha Dirce Maria do Vale Quadros, apelidada depois de Tutu. As tarefas de docente contribuíram para granjear-lhe apoio de pais e alunos para o primeiro cargo público por ele disputado, pela legenda do PDC, em 1947: a vereança de São Paulo. Saindo do pleito com 1.704 votos, acabou não se elegendo, conseguindo apenas uma vaga de suplente. A posterior cassação do mandato de deputados ligados ao PCB, por fim, daria início à sua carreira pública.

Trinta anos da vida de um homem, tratados assim de forma tão ligeira, certamente não são suficientes para explicar sua projeção ao seu primeiro cargo na administração do Estado. Ao longo desse período, o menos documentado de sua vida, provavelmente foram criados alguns dos laços entre JQ e determinados grupos sociais que o apoiaram na primeira campanha eleitoral por ele disputada. Numa biografia encomendada pela Livraria Lima, de Porto Alegre, logo após a vitória do mesmo no pleito presidencial, em 1960, o jornalista José Yamashiro, então chefe do departamento editorial da revista *Visão*, envidou esforços para enriquecer o cabedal de informações acerca da infância e adolescência do presidente eleito, através de entrevistas com colegas e amigos dele. Numa delas, com um colega de colégio de JQ, Nilo Gordo de Vergueiro - acrescida de comentários de J. Yamashiro - , aparecem alguns indícios da importância dos ditos vínculos:

> "'A turma de 1933 do Colégio Arquidiocesano era, como ainda é, muito unida e amiga', diz o Dr. Nilo Gordo de Vergueiro, que foi colega de Janio e hoje ocupa o cargo de tesoureiro geral da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo. Foi ela que teve a iniciativa de fundar a Associação dos Antigos Alunos Maristas do Colégio, hoje uma organização das mais atuantes. Reune-se quase todos os anos para comemorar os aniversários de formatura. 'Os ex-alunos unem-se em tôrno de qualquer colega que precise de seu auxílio ou apoio. Temos um eloqüente exemplo na própria carreira política de Janio', observou. (...) Com efeito, ao iniciar sua carreira política, como candidato à vereança, JQ convocou em seu escritório da rua Benjamin Constant alguns colegas da turma de 1933. Estes imediatamente colocaram-se a serviço de sua candidatura. Elaboraram uma circular que foi distribuída a todos os ex-alunos do Colégio Arquidiocesano, espalharam material de propaganda e tudo fizeram pela eleição do ex-colega. Posteriormente também o apoiaram nas eleições para deputado estadual,

prefeito e governador do Estado de São Paulo e, finalmente, na última para presidente da República. (...)"[32]

Esta passagem fornece uma idéia do relevo do papel desempenhado por antigos colegas de JQ na campanha disputada por ele para a vereança paulistana. Acerca de situações semelhantes a essa, o etnólogo Yves Pourcher, ao analisar as transformações e peculiaridades do carisma nas democracias modernas, indica que as lideranças políticas nelas atuantes, em geral, não obtém esse encantamento do alto por meio de um ato de transmissão ou delegação. Na verdade, necessitam tomá-lo ao "nível do solo", ou seja, precisam conquistá-lo com gestos e palavras em meio aos grupos sociais os mais simples e diversos, com o intuito de obter sua adesão e apoio[33]. Tal orientação pode ser proveitosa se conseguirmos sugerir como a condição de líder carismático de JQ foi, em larga medida, produto de um processo em que o mesmo conquistou a simpatia de bases de sustentação diferenciadas ao longo de sua carreira pública, por meio de propostas e práticas políticas.

Durante seu mandato como vereador, JQ teve seu prestígio aumentado ao ponto de permitir sua eleição, em 1950, ao cargo de deputado estadual em São Paulo com o número de 17. 840 votos, a maior votação do estado, novamente através da legenda do PDC. Estava então iniciada a ampliação de seu eleitorado no âmbito do interior paulista. Tanto o período da vereança quanto sua posterior passagem pela Assembléia Legislativa Estadual de São Paulo, como deputado de 1950 até 1953, são bem documentados nos anais das duas instâncias do Poder Legislativo. Muitos jornais da época, preocupados em cobrir os debates e as práticas políticas no seio daquelas instituições, também retratam o jovem político. Tal documentação já foi explorada por vários trabalhos, todos preocupados em explicar a projeção política de JQ, ainda que com abordagens distintas[34].

O trabalho de José Álvaro Moisés é, nesse quadro, pioneiro em demonstrar como a emergência do janismo está intimamente articulada a movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo. Segundo ele, o modo pelo qual se deu a expansão da capital paulista, nas décadas de 1940 e 1950, com a ampliação de sua periferia, acabou por intensificar as

[32] José YAMASHIRO. *Jânio. Vida e carreira política do Presidente*, p. 38-39.
[33] Yves POURCHER. *Politique Parade*, p. 47-48. Na expressão original, "charisme au ras du sol".
[34] José Álvaro MOISÉS. *Classes Populares e Protesto Urbano*, FFLCH-USP, 1978 (tese de doutorado); Maria Victoria BENEVIDES. op. cit.; Vera CHAIA. op. cit.; Silvana Maria de Moura WALMSLEY. *Origens do Janismo. São Paulo - 1948-1953*, IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado); Felipe Santos MAGALHÃES. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*, PUC-SP, 1998 (dissertação de mestrado).

demandas de setores sociais - geralmente ligados a essa área - por serviços do Estado. Isso se traduzia no aumento da pressão sobre as autoridades para a alocação de mais recursos públicos para a infra-estrutura urbana, como asfaltamento de ruas, água, luz e esgoto. É na esteira dessas reivindicações que surgem as Sociedades de Amigos de Bairros (SABs), como forma de articular melhor tais apelos. O início da carreira de JQ foi profundamente marcado pelo contato com elas. Ele procurou constantemente a identificação das lideranças das SABs e o entrosamento com as mesmas, cujos pleitos transformava, freqüentemente, em temas de seus discursos na tribuna do Poder Legislativo. Para J. Moisés, o significado desse aspecto do janismo vem com a ressalva de que "não é um partido vinculado às tradições de luta pelo socialismo mas, em qualquer caso, é uma direção que tende a dotar a tendência espontânea de participação das massas de um sentido."[35]. Em outras palavras, mesmo reconhecendo que a escolha de JQ como representante tinha um sentido político para seus eleitores, o autor considera a adesão destes últimos ao primeiro como uma alternativa menos adequada, face a uma proposta considerada mais autêntica em relação à defesa dos interesses dos trabalhadores: o socialismo. Dessa forma, é possível notar, implicitamente, a noção de "desvio" atribuída pelo autor ao eleitorado janista.

Essa interpretação permanece, de certo modo, na investigação de Vera Chaia sobre a trajetória política de JQ, desde que a autora o considera como uma manifestação do "populismo" na política brasileira[36]. Seu trabalho, porém, é particularmente importante para este estudo por acompanhar, detalhadamente, os meios utilizados pelo mesmo para ampliar suas bases eleitorais, ao analisar as concepções e práticas políticas dele. Assim, ficamos sabendo que JQ apresentou, no período da vereança, cerca de 2.000 projetos, com a transformação de 15% deles em lei. De forma geral, suas abordagens giravam em torno de quatro eixos: a melhora das condições de vida na cidade de São Paulo, o aumento da arrecadação de impostos pela Prefeitura, a defesa do consumidor paulistano e o empenho pela melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária[37]. Também eram comuns seus requerimentos junto ao Poder Executivo, do qual cobrava agilidade e rigor no cumprimento de contratos e nomeações de funcionários.

[35] José A. MOISÉS.op. cit., p. 263.
[36] Vera CHAIA. op. cit., p.309.
[37] *Ibid.*, p. 22.

Sua atuação na Câmara Municipal, no entanto, é incompreensível sem a consideração de seu papel fora daquele órgão. JQ costumava percorrer bairros periféricos e outros locais, como as obras do rio Tietê, a Câmara Frigorífica do Tendal Municipal e o Banco do Estado. Aliás, é de suas visitas às garagens e oficinas da CMTC e da defesa de reivindicações de funcionários desta empresa que emergirá um dos principais símbolos do janismo: o boné de motorista e cobrador. Dessa forma, procurava manter contato direto com os trabalhadores, ouvir suas queixas, e transformá-las em discursos a serem proferidos sobre a tribuna. O jovem político cuidava para que suas ações fossem fartamente documentadas pela imprensa, seja através de matérias escritas ou fotos, servindo-se desse material, inclusive, para reforçar os argumentos de seus pronunciamentos[38]. Seu período na Câmara Municipal, assim, afigura-se como um momento em que ele procura estreitar seus laços com os operários, apresentando-se como um tenaz defensor de seus interesses junto das imagens do trabalhador e do fiscal.

É a esse momento de sua carreira que a figura 1 faz referência. Trata-se de uma fotografia publicada na revista *Mundo Ilustrado,* de autoria de Renato Cloretti, por ocasião das eleições para as Prefeituras e as Câmaras Municipais paulistas, transcorridas em 4 de outubro de 1959. Num momento em que JQ procurava granjear apoio para sua candidatura à Presidência da República, ele aparece publicamente com o boné de motorneiro na cabeça, com o qual permite ser fotografado. O uso de um de seus velhos símbolos, nesse caso, remete tanto aos seus primeiros passos como político quanto aos trabalhadores como sua primeira base de apoio. É uma relação de continuidade entre ele e estes últimos que tal associação objetiva expressar, concepção que o fotógrafo parece corroborar com o foco naquele símbolo, num momento em que ele era acusado por adversários de ser apoiado por grupos economicamente poderosos. Ainda que admitamos o aumento das bases de sustentação de JQ, é preciso não cair na tentação de tratar essa imagem como enganosa ou desvirtuadora do real, e sim questionar se ela possuía poder de convencimento entre os trabalhadores naquelas circunstâncias. Ou seja, se havia a possibilidade destes últimos conceberem a imagem dele como ainda atrelada a seus interesses.

Já na figura 2 surge representada uma descontinuidade na trajetória de JQ. Nela é possível ver um retrato dele publicado na revista *O Cruzeiro* após sua vitória nas eleições

[38] *Ibid*., p.22-35.

presidenciais. Não sabemos onde ela foi divulgada originalmente e muito menos quem é seu autor, o que limita a análise das intenções políticas do fotógrafo e da edição do periódico que primeiro a publicou. Ali surge um JQ com cabelos revoltos, barba crescida e com roupas desalinhadas sobre a tribuna da Câmara Municipal de São Paulo, captado com expressão de espanto e com gesticulação evidente. A legenda da foto sugere que sua reprodução foi feita com o intuito de indicar uma mudança na imagem pública do mesmo, cujas implicações políticas analisarei no capítulo 3. De qualquer forma, muito mais do que pintá-lo com uma aparência de proletário - quer a imagem tenha sido publicada primeiramente com o intuito de promover ou combater JQ - , a mesma é clara ao procurar representá-lo de forma grotesca e sem o total controle de si. Durante toda sua carreira política essa imagem irá acompanhá-lo. JQ será visto por muitos como o bufão, o personagem folclórico caracterizado, notadamente, por sua suposta loucura. E a pergunta a ser lançada à referida fotografia e à sua respectiva utilização, muito mais do que questionar o quanto a mesma dá conta de apreender a personalidade dele, diz respeito à possibilidade de muitos de seus interlocutores terem-no vislumbrado com autocontrole suficiente para governar o país.

Seguindo com os elementos que alicerçaram a imagem pública de JQ em seus primeiros passos na carreira política, é preciso destacar o quanto sua figura gravitava em torno da idéia de justiça e de seus múltiplos significados. Pelo menos será essa sua intenção e a de grande parte de seus partidários. Lembremos que ele se projeta em meio à predominância do PSP no estado de São Paulo, liderado por Adhemar de Barros. Este saíra vitorioso nas eleições para governador do estado em 1947. Sua administração foi marcada pela realização de grandes obras públicas e pelo aumento dos serviços oferecidos pela máquina governamental. Procurou, com isso, ampliar os bens públicos disponíveis ao PSP, de modo a assegurar a distribuição de recursos à sua clientela[39]. Guita Grin Debert, ainda que analisando um discurso específico de Adhemar, permite compreender melhor a concepção de Estado presente nessa circunstância: "As contradições (...) não estão no interior do conjunto composto pelo povo; as duas concepções opostas referem-se, por um lado, ao Estado enquanto Objeto de um indivíduo que se serve dele, abandonando a população; e, por outro, a um executivo cujo chefe é o escolhido do povo, investido nessa

[39] Regina SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*, p. 61-62.

função com a permissão divina, e podendo transformar o Estado, fonte inesgotável de recursos, em máquina de distribuição de favores, o que permitiria a pacificação do social."[40]. Para a execução desses planos, Adhemar precisou contornar os limites impostos pelo orçamento do governo, começando a emitir títulos de responsabilidade do estado e a utilizá-los como forma de pagamento em suas aquisições durante seu mandato[41].

Diante disso, o governo de Adhemar suscitou diversos focos de oposição. Foi então acusado de corrupção na administração pública, as denúncias indo desde a cobrança de propinas para a concessão de obras públicas a empresas particulares, até a exploração do câmbio negro de gêneros alimentícios e o envolvimento no jogo do bicho. Da mesma forma, sua política financeira foi combatida por ser apontada como responsável pelo surto inflacionário que atingia o estado[42]. Assim, colocavam-se vários elementos que serviriam de matéria-prima para os ataques desferidos pelos discursos de JQ: a corrupção na política, a apropriação de recursos públicos para fins partidários e particulares, os desequilíbrios orçamentários, a desvalorização da moeda e a elevação dos preços dos alimentos pelos atravessadores. JQ procurará, freqüentemente, personalizar esses problemas na figura de Adhemar de Barros, que será identificado com o símbolo da sujeira. Exemplos dessa simbologia serão exibidos em alguns de seus comícios mais tarde, quando Adhemar será apresentado como um rato numa gaiola.

Frente a essas questões, JQ será representado, por ele próprio e por seus simpatizantes, como um divisor de águas na política brasileira, conforme exemplifica trecho de uma biografia sua escrita por Viriato de Castro:

> "Não chegava à Câmara Municipal em automóvel de luxo; não vinha, como os demais políticos, bem vestidos, de charuto à bôca, sorrisos e anedotas, à moda de Getúlio. Embora bacharel, nem anel de grau trazia ao dedo. Não era tampouco de família tradicional. Não assumira o mandato protegido de grupos econômicos ou políticos. Não desejava arrumar empregos para parentes e amigos. Não queria negócios ou facilidades. Nada disso. Era um apóstolo, meio carismático, meio messiânico, inflexível, áspero, duro, que exigia total renovação dos costumes políticos e administrativos para o Município, o Estado e a Nação.
> Numa época em que o roubo, o empreguismo e os favores do govêrno eram moda, êle era contra o furto, o empreguismo, o excesso de repartições, os desonestos, os corruptos; contra o esbanjamento dos dinheiros públicos. Atacava rìgidamente o regime de inflação e de 'déficits', de empréstimos nos estabelecimentos de crédito dos governos, para especulação e aventuras, o cáos econômico-financeiro. (...) A recuperação moral e administrativa era a sua

[40] Guita Grin DEBERT. *Ideologia e populismo*, p. 63.
[41] Regina SAMPAIO. op. cit., p. 62.
[42] *Ibid*., p. 61-62.

bandeira. Propunha a recuperação moral, política e administrativa dos costumes dos três governos -federal, estadual e municipal.(...)"[43]

Esta passagem é rica em nuances sobre a imagem de JQ. O livro foi publicado originalmente em 1956, apresentando uma narrativa da trajetória do mesmo. A obra teve três edições e recebeu atualizações em todas elas, propiciando uma tiragem de 10.000 exemplares para a última, a crermos em informações oferecidas pelo próprio autor. Trata-se justamente da terceira edição no trecho acima. JQ aparece ali como o político *outsider*, independente de grupos e partidos e implacável na moralização da administração pública. Porém, ainda que essa imagem de político independente pudesse contar com força e credibilidade entre a população, é preciso investigar com maior profundidade os laços e as negociações de JQ com grupos sociais. Já o componente moral contido nessa representação dá conta de veicular muitas das idéias e práticas políticas a ele associadas em sua trajetória parlamentar; o que pode ter contribuído para projetar a imagem de homem justo sobre ele.

Com efeito, tanto as intervenções de JQ na Câmara Municipal quanto seus discursos na Assembléia Legislativa Estadual tratam, em geral, da moralização dos costumes e da administração pública. Os pronunciamentos dele eram fortemente marcados pela defesa da impessoalidade da administração e da igualdade de todos perante a lei. Sua concepção do papel do Estado era a de que este deveria organizar a sociedade, cujos cidadãos eram vistos como incapazes, por si sós, de se proteger de abusos[44]. Claro que ele próprio se apresentava como a encarnação desse tipo de Estado, acima dos partidos e, portanto, capaz de implementar suas ações com seu esforço individual. Junto desse ideal de governo também vinha, por vezes, a defesa de restrições ou a censura na circulação de idéias presentes em filmes, revistas, livros, fotografias e desenhos. Assim, por exemplo, num de seus pronunciamentos como vereador, fez o seguinte comentário sobre a exibição de certos filmes: "Há meses foi exibida em cinema desta cidade a película 'Extase' e ora se exibe na mesma tela 'Follies Bérger'. Ambas, segundo a crítica unânime, são produções obscenas, que constrangem, envergonham e revoltam a assistência desprevenida do conteúdo dessas películas - que deveriam ser objeto de aviso obrigatório e explicativo, por parte da direção do cinema, aos frequentadores (...) se a liberdade de pensamento se encontra assegurada na Constituição Federal, não é menos certo, que a Constituição admite a responsabilidade pelo

[43] Viriato de CASTRO. *O fenômeno Jânio Quadros*, p. 31-32.
[44] Vera CHAIA. op. cit., p. 35.

Poder Público daquele que confundir liberdade de pensamento com licensiosidade de pensamento."[45]. A posição de JQ sobre a liberdade de pensamento no âmbito constitucional caracterizava-se, então, pelo estabelecimento de limites mais rígidos do que aqueles vigentes em questões relacionadas à moral e à família.

Durante o exercício do cargo de deputado estadual, ele acrescentou um elemento novo à sua atuação: a defesa incondicional da independência e da autonomia do Poder Legislativo em relação aos outros poderes[46]. Apesar de prezar sua imagem de político independente, JQ ganhou apoio direto de veículos midiáticos. O jornal *A Hora* passou a publicar diariamente os requerimentos apresentados pelo deputado, enfatizando o tema da moralização. Ademais, o proprietário do Laboratório Fontoura-Wright e um dos futuros financiadores de sua campanha para a Prefeitura de São Paulo, Olavo Fontoura, franqueou-lhe o acesso à sua Rádio Cultura. As ondas radiofônicas serão, aliás, um dos principais meios de comunicação utilizados por ele, senão o principal, para se comunicar com a sociedade dali em diante. Mas o contato direto com setores da população ainda continuava fazendo parte do seu cotidiano, como relata Viriato de Castro:

> "Como lá na rua Líbero Badaró, também ali no Palácio Nove de Julho, Jânio Quadros procedia da mesma maneira: recebia, abria, respondia e batia a maquina tôda a sua correspondência, que era das mais volumosas. Às 7, 30 horas da manhã chegava ao edifício da Assembléia Legislativa e atendia 30 pessoas que lhe desejavam falar, já numeradas pelo guarda. Almoçava às 12,30 horas, no restaurante da Assembléia. Entre 13,00 e 14,00 horas tornava a receber e examinar a correspondência. Às 14,30 horas iniciava o expediente do legislativo estadual. Jânio falava todos os dias. Sua presença era como uma sombra pairando sôbre os trabalhos da Casa do Povo. Qualquer abuso, tibieza, irregularidade, denúncia, covardia e lá estava a sombra de Jânio em todos os cantos, nas comissões e no plenário, dedo em riste, exprobando o dúbio, o falso, o escuso, o faltoso, sem contemplação. Os deputados o temiam mais que o próprio diabo. Mas, continuemos: entre 15 e 16 horas (intervalo das sessões da Assembléia) Jânio continuava a atender mais 30 pessoas que o procuravam. As noites eram reservadas para reuniões e conferências. Aos domingos costumava correr os bairros e ouvir os moradores e tomar-lhes as sugestões."[47]

O trecho em questão suscita de imediato a percepção da tendência do autor em retratar JQ como o fiscal trabalhando em ritmo frenético e metódico. Ademais, fornece duas informações preciosas quanto a possíveis canais de contato direto de JQ com a

[45] Anais da Câmara Municipal, 09. 04. 1948 *apud*: Vera CHAIA. op. cit., p. 31.
[46] Vera CHAIA. op. cit., p. 37-58.
[47] Viriato de CASTRO. op. cit., p. 59.

população e suas demandas: as visitas em seu gabinete e a prática epistolar. Teriam esses contatos tido impacto em seus discursos e práticas?

Talvez seja difícil responder a essa questão demonstrando uma relação direta e mecânica entre a convivência de JQ com determinados grupos sociais e seus atos enquanto político. Entretanto, quando se coteja os discursos dele com demandas comuns dos trabalhadores do período, a semelhança dos temas e das abordagens é evidente. Tal conclusão aparece no trabalho de Silvana Walmsley sobre as origens do janismo[48]. A indagação da autora ali é a seguinte: como explicar a ascensão de JQ, especialmente a conquista da Prefeitura paulistana com o apoio do PDC, do PSB e de uma ala dissidente do PTB, em 1953? Ou melhor, como continuar explicando a força política dele com base em idéias como demagogia e manipulação, uma vez que sua vitória naquelas eleições coincidiu com a "greve dos 300 mil" em São Paulo, vista como uma "autêntica" manifestação dos trabalhadores por grande parte da historiografia e das ciências sociais?

Tentando responder a essas perguntas, a autora procurou acompanhar a evolução das condições de vida e de trabalho dos operários na conjuntura anterior às eleições municipais. Ela demonstra como houve uma intensificação da inflação nesse período, por sua vez acompanhada da corrosão dos salários, de crise no abastecimento de gêneros alimentícios e do aumento da exploração do trabalho. Procura sugerir também que as inquietações e motins ocorridos entre os trabalhadores não aconteciam simplesmente devido a questões de "pão e manteiga". Ou seja, eles não se mobilizavam simplesmente porque sentiam fome, mas porque também percebiam que autoridades e atravessadores haviam rompido os limites considerados moralmente aceitáveis na gestão de recursos e víveres. E quando investiga o conteúdo dos discursos de JQ, desde a vereança até às vésperas das eleições municipais em São Paulo, a autora se depara justamente com uma série de interpelações dele a tais princípios, numa época em que ele também defendia o monopólio estatal do petróleo e atacava empresas multinacionais, como a *Light*. Sua conclusão é a de que JQ ganhou cacife político, em meio aos trabalhadores, muito por conta do atendimento de anseios e demandas daquele grupo social.

Apesar de concordar com a autora nessas questões, penso que a atuação política de JQ, de certa forma, também atendia interesses de outros grupos. É possível pensar até

[48] Silvana WALMSLEY. op. cit., *passim*.

mesmo no compartilhamento de valores e idéias entre camadas sociais distintas, ao contrário da maioria das interpretações do período[49]. Quais seriam eles? Elias Canetti possui reflexões interessantes sobre essa questão:

> "em uma inflação acontece algo que certamente nunca foi pretendido e que é tão perigoso que qualquer um com alguma noção de responsabilidade pública capaz de prevê-la precisa ter medo dela. Trata-se de uma dupla desvalorização originada de uma dupla identificação. O *indivíduo* sente-se depreciado porque a unidade da qual ele dependia, e com a qual ele equiparara a si próprio, começa a deslizar; e a massa sente-se depreciada porque o *milhão* também o é. Mostrou-se que a palavra milhão é ambígüa, designando tanto uma ampla quantia de dinheiro quanto um amplo número de pessoas, particularmente aquelas que habitam uma cidade moderna; e que um significado passa pelo outro e que ambos alimentam-se reciprocamente. Todas as massas que se formam em tempos de inflação – e elas se formam com freqüência – estão sujeitas à pressão do milhão depreciado. Juntas as pessoas valem tão pouco quanto cada uma sozinha. À medida que os milhões aumentam, um povo inteiro, contado aos milhões, torna-se nada.
>
> O processo lança juntas pessoas cujos interesses materiais normalmente repousam bem longe uns dos outros. O assalariado é atingido da mesma forma que o rentista. Ao longo de uma noite, um homem pode perder uma grande parte ou tudo do que pensava estar a salvo em seu banco. Uma inflação anula distinções entre homens que tinham parecido eternas (...)"[50]

Esta passagem, separada do restante do livro, pode dar a impressão de ser uma afirmação generalizante e a-histórica. Contudo, a leitura dela junto de outras partes da obra de E. Canetti evidencia que este reflete sobre circunstâncias históricas concretas, particularmente sobre a ascensão do nazismo na Alemanha. As observações do autor sobre as potencialidades de um surto inflacionário naquele ambiente social, no sentido de promover o apagamento de diferenças entre grupos sociais distintos, não fazem sentido, por sua vez, quando pensadas através da trajetória política de JQ, sem que isso implicasse necessariamente numa solução autoritária?

---

[49] Um exemplo dessa tendência em opor estritamente os interesses dos referidos grupos sociais é a obra de Décio Saes sobre a atuação da classe média, desde a chamada Primeira República até o ano de 1968. Para ele, "A revolução de trinta não significou a eliminação política das oligarquias rurais; esse fato exprime a acomodação das estruturas pré-industriais (valores, relações sociais) ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Nessas condições, as camadas médias tradicionais revelam-se incapazes não só de romper sua dependência com relação ao mundo oligárquico mas também de desembaraçar-se do seu liberalismo elitista e antipopular. Se se considera que essa versão do liberalismo correspondia à sua visão da política como um privilégio social, sua oposição ao populismo nada contém de surpreendente; no fundo, o Estado populista, ao conceder a cidadania ao 'povo', retirou às 'elites' o privilégio exclusivo da política. Contudo, é preciso recordar que o profissional liberal constitui o tipo social mais expressivo das camadas médias tradicionais; e que sua 'situação de trabalho' cria disposições ideológicas que estão longe de serem compatíveis com o intervencionismo social e econômico do Estado populista. Assim, o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta.". Cf. Décio SAES. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, p. 107.

[50] Elias CANETTI. *Crowds and Power*, p. 186-187. (grifos do autor)

Talvez essa hipótese não tenha tanta força para interpretar as eleições para a Prefeitura de São Paulo, em 1953, pois JQ as venceu graças à votação expressiva que conseguiu nas áreas mais carentes do município (seus votos crescem sistematicamente quando se passa dos distritos eleitorais mais ricos para os mais pobres)[51]. Nas eleições presidenciais, porém, apesar de conseguir votação significativa em todos os estratos sociais, seus percentuais são bem maiores nos segmentos sócio-econômicos mais altos da população. Como nota Maria T. Sadek Souza, "torna-se clara a identificação das classes médias com o janismo nessa fase"[52]. Assim, procurando não cair na tentação de oferecer uma explicação monolítica, parece lícito supor que a inflação e os modos de se lidar com ela podem ter desempenhado um papel importante na convergência de diferentes segmentos da população em torno da figura de JQ, em 1960; pois a majoração dos preços e os agentes vistos como responsáveis por esse fenômeno eram questões que ainda estavam na ordem do dia naquele momento, conforme indicaremos no adiante.

Dessa forma, o catolicismo social presente nas falas e práticas dele, inspirado principalmente pelas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragésimo Anno,* com seus princípios de valorização do homem em meio ao avanço da economia capitalista e a intensificação da exploração do trabalho, parece surgir como uma alternativa concreta a seus seguidores. A defesa de condições mais dignas de vida para os cidadãos, com o controle dos preços e a regulamentação do abastecimento de gêneros alimentícios, entre outras coisas, parece ter sido um dos substratos para a imagem de justiça que vai se projetando sobre JQ[53].

---

[51] Maria Teresa Sadek SOUZA. *"A trajetória de Jânio Quadros"* in: Bolívar LAMOUNIER. *1985: o voto em São Paulo*, p. 67, 71 e 72.
[52] *Ibid.*
[53] Barrington Moore Jr. também reconhece a importância dessa questão para a organização de movimentos de trabalhadores em outras circunstâncias. É particularmente notável seu exemplo sobre as motivações das mobilizações de mineiros alemães no início do século XX: "Mesmo se os mineiros tivessem sido mais ativos e tivessem apoiado as maiores greves na história da classe trabalhadora alemã antes de 1914, não há a menor alusão de que eles eram portadores de sentimentos revolucionários. O crescimento da grande indústria no Ruhr criou uma substancial classe trabalhadora industrial que se pode com uma boa dose de razão chamar de um proletariado. Mas a elite politicamente consciente desse setor estava fraturada em várias tendências, enquanto a massa dos trabalhadores, quando se dava ao trabalho de se mover, impelia os líderes a buscar objetivos limitados. Chamar essas posições de questões de pão e manteiga significa difamá-las. Havia uma ponderosa carga emocional atrás delas. Seu ímpeto central dizia respeito à aceitação dos trabalhadores como seres humanos mais decentes numa ordem social mais humana.". Cf. Barrington MOORE JR.. *Injustice. The social bases of obedience and revolt*, p. 273.

E os ideais da democracia cristã, de uma forma ou de outra, estiveram associados à figura dele, conforme indica trecho de manifesto do PDC publicado no jornal *Diário de São Paulo*, em 27 de fevereiro de 1953, apresentando-o como uma via distinta do comunismo e das aspirações da "burguesia conservadora nacional": "Duas mentalidades são incapazes de compreender o sentido da política democrata cristã: os reacionários e os comunistas. Um reacionário nunca poderá entender a significação de um movimento de penetração na massa popular. Uma ideologia de reforma social em nome da justiça e da fraternidadade parece-lhe sempre uma ameaça. Ele sente, vagamente, que existe um problema social, não tem, todavia, o mínimo de lucidez para compreendê-lo devidamente. O comunismo, por seu turno, parte de premissas materialistas e chega à conclusão da tirania totalitária. As notas predominantes do combate que se oferece à candidatura Jânio Quadros guardam o sinal dessas duas mentalidades. Reacionários e comunistas lutam contra o candidato popular. Aqueles arranjam o dinheiro e estes entram com a ação."[54]

Além de defender tais princípios, na disputa pela prefeitura paulistana, JQ também terá outros símbolos e características associados à sua figura. O principal adversário dele, na ocasião, foi Francisco Cardoso do PSP. Este contava então com o apoio da máquina do governo do estado, comandado por Lucas Nogueira Garcez, do mesmo partido. Ademais, possuía significativo apoio da imprensa e do rádio. JQ partiu então para a campanha nas ruas, visitando diversos bairros da cidade e fazendo uma série de comícios. Contra as supostas vantagens materiais e financeiras de F. Cardoso, apoiou-se no *slogan* "O tostão contra o milhão". Estava traçada assim uma linha divisória entre o candidato oficial, apontado como defensor dos ricos e poderosos, e o candidato auto-proclamado *outsider*, supostamente capaz de representar os interesses dos fracos, pobres e oprimidos.

Entretanto, se essa era a imagem pública projetada em torno de JQ, cabe salientar que sua campanha contou com o apoio e o financiamento de diversos representantes do empresariado. A filha do empresário Humberto Cassiano, Dayse Cassiano Gasparian, conta que seu pai e um grupo de outros empreendedores forneceram suporte à candidatura de JQ para a Prefeitura de São Paulo. Ao mencionar os nomes e as ocupações de alguns deles, ela afirma o seguinte: "Olha tinha uma turma que era o dr. José Cintra Gordinho, Caio Dias Batista (...) Abrão Sabag, foi o homem que fundou o Amazonas, todos eram empresários. O

[54] Citado em Áureo BUSETTO. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*, p. 107.

José Cintra Gordinho tinha muita coisa, o Caio Dias Batista era professor da Politécnica, tinha construtora. A família Malzoni também, isso já foi para governador. O pessoal dos Malzonis, que também que até meu pai eles tiveram um banco, que se chamava Banco Panamericano, que agora é do Silvio Santos. O Dr. Celestino Rodrigues era professor da Politécnica. Esse era um grupo em que o Dr. Jânio era muito respeitado.(...) turma de empreiteiras. Tinha o próprio Sebastião Camargo."[55].

JQ e seus seguidores também procuraram estreitar seus laços com diversos setores da sociedade paulistana, como as SABs, e promover a organização da campanha de forma diferente daquela normalmente conduzida pelos partidos, conforme compara Castilho Cabral, um dos futuros organizadores da campanha janista para a Presidência da República: "Habituado às campanhas de Ademar e Garcez, muito organizadas, com tôdas as facilidades que o govêrno e o dinheiro dão, a campanha de Jânio me parecia aquilo que o povo chama de 'bagunça'. Inaugura-se com êle já na campanha para Prefeito um nôvo estilo de organização eleitoral, os comitês formados espontaneamente pelo povo, 'tostão contra o milhão', em geral constituídos de elementos das camadas mais humildes, tudo improvisado, buscando recursos na própria dedicação à causa. Era o 'estilo janista' que iria tornar inoperante a obsoleta organização dos Partidos, anquilosados nos seus 'diretórios' mais de figuração que de ação."[56]. O autor, nesta passagem, procura corroborar as afirmações de JQ de que este não se elegia através de partidos ou com o auxílio de sua estrutura; e evidencia, ao mesmo tempo, o surgimento de novas formas de organização da população para canalizar seus interesses e demandas.

Numa versão dos acontecimentos apreciada por muitos janistas, um dos comícios do candidato teria sido marcado pelo apagamento das luzes. JQ perguntara então à multidão se esta queria que ele continuasse a discursar com uma vela acesa, recebendo um marcante sim como resposta. A partir daí, passaria a utilizar constantemente uma frase do filósofo chinês Confúcio: "Mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão!". Com isso, sua figura era associada à da vela, como um sinal de esperança em meio a uma imensidão de dificuldades e incertezas simbolizada pelas trevas. Os eventos públicos em que ele se apresentava seriam, então, marcados pelo grande número de pessoas exibindo uma vela

[55] Entrevista com Dayse Cassiano Gasparian, em 23. 01. 2006.
[56] Castilho CABRAL. *Tempos de Jânio e outros tempos*, p. 56.

acesa[57]. Outro importante símbolo janista também surgiria durante a campanha, conforme relata Viriato de Castro:

> "A máquina do Município estava arruinada, desmoralizada, corrompida. As finanças públicas à beira da ruína, da falência! Cumpria uma nova política; cumpria recuperar moral e administrativamente o Município, a Cidade, os serviços públicos prestados pela Prefeitura. E, para isso, seria necessária uma verdadeira limpeza, uma varredura em regra....a vassoura, sim, a vassoura era necessária para varrer os ladrões, os negocistas, os relapsos, os ineptos, todos aquêles que se locupletavam com as vantagens do poder, ao invés de servir o povo.
>
> E as praças públicas sùbitamente foram tomadas por verdadeiras multidões de velas acesas e vassouras enormes, empunhadas pela ira popular. O aspecto era impressionante: trabalhadores das cidades e dos campos, humildes, vibravam com a fala do novo líder. Era o despertar de fôrças surdas e inconscientes. (...)"[58]

Nesta perspectiva, a vassoura aparece como a representação do combate à corrupção. É curioso como o autor atribui um caráter espontâneo à criação do símbolo por parte da população, que o utilizaria para exprimir sua ira.

Já em folheto de propaganda de autoria de Ofélia e Narbal Fontes, utilizado para promover JQ nas eleições presidenciais de 1960, tanto a vela quanto a vassoura tem suas origens explicadas da seguinte forma:

> "Um dia, quando aquêle homem dirigiu a palavra ao povo, brotou na praça pública uma floresta de vassouras, onde milhares de velas luziam como pirilampos entre coqueirinhos agitados....Desde então, a vassoura e a vela acompanham aquêle homem que dialoga com as multidões....Qual é a origem dêsses símbolos, que duram mais de sete anos?
>
> A vela originou-se de uma frase de Confúcio, o sábio chinês que êle citou numa de suas falas para exprimir o seu ideal:
>
> 'Mais vale acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão!'
>
> E a vassoura, inexorável nas suas varreduras, quem a inspirou? ...Provàvelmente foi São Martim, 'El santo de los ratones' como lhe chamam os devotos do Peru, porque êle livrou o seu convento da praga de ratos que roiam as alfaias da igreja e devoravam os mantimentos da dispensa."[59].

Os autores procuram narrar, assim como V. Castro, a criação da simbologia da vela a partir de uma iniciativa pessoal de JQ, ao mostrarem a preferência dele pela frase do dito filósofo chinês. A vassoura, por sua vez, apesar de seu aparecimento ser creditado à ação espontânea da multidão, tem sua origem também interligada a uma tradição religiosa. Estas colocações podem ser analisadas com mais clareza a partir de algumas considerações de Marc Bloch sobre a crença na realeza sagrada: "Para que uma instituição destinada a

[57] Viriato de CASTRO. op. cit., p. 69-70.
[58] *Ibid*., p. 70-71.
[59] Ofélia e Narbal FONTES. *Jânio: o homem que não tem preço*. Rio de Janeiro: publicado pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), 1960, p.4. Fundo MPJQ – Arquivo Nacional, doc. 4.

atender a fins precisos indicados por uma vontade individual possa impor-se a todo um povo, é necessário ainda que ela seja sustentada pelas tendências profundas da consciência coletiva; e talvez, reciprocamente, para que uma crença um pouco vaga possa concretizar-se num rito regular, não seja indiferente que algumas vontades conscientes ajudem-na a tomar forma."[60]. Dessa forma, sem com isso dizer que havia homogeneidade cultural, cabe supor que os referidos símbolos janistas davam conta de tornar visíveis conceitos abstratos prezados pelos entusiastas da campanha, como a esperança e a moralidade na administração pública[61]. O peso das vontades individuais na promoção desses símbolos, porém, só pode ser feito com fontes da época.

Os episódios da campanha para a Prefeitura serão tratados pela memória de muitos janistas como um marco na administração pública brasileira; quando JQ, pela primeira vez, assume um cargo executivo. Na figura 3, no desenho da capa do panfleto mencionado, ele aparece representado em destaque no centro da figura, sorridente e acenando para a multidão. Aliás, de todas as pessoas retratadas, é o único que tem individualizados os traços da face. Os componentes da platéia portam vassouras e velas - como vimos, símbolos respectivamente da moralidade administrativa e da esperança -, as quais são erguidas acompanhando o gesto do candidato. Dessa forma, a ilustração apócrifa parece ressaltar a projeção da liderança de JQ em meio a uma reunião de pessoas anônimas, as quais podem ser uma abstração do cidadão comum, sem distinções de riqueza e poder político. Ademais, o autor não procura representá-lo como a encarnação da ira popular, como faz V. Castro em seu texto; mas, através da saudação amistosa ao público, busca canalisar o sentimento de amor ao líder e associá-lo à simbologia dos atributos da vela e da vassoura[62].

A figura 4 veicula uma mensagem semelhante à da imagem anterior. Antes de mais nada, é preciso dizer que ela é incompreensível sem a legenda que a acompanha: “Para muitos brasileiros êste símbolo constitui uma esperança. Esperança de dias melhores para o país e, conseqüentemente, para o seu povo.”[63]. Essa figura foi publicada em livro de J. Pereira, assessor de imprensa de JQ no governo do estado de São Paulo, em 1959. Não sabemos se a legenda e a assinatura do retratado associadas à imagem foram feitas pelo

[60] Marc BLOCH. *Os Reis Taumaturgos*, p. 87.
[61] Sobre essa questão, ver: Peter BURKE. *Testemunha Ocular: história e imagem*, p. 75.
[62] Sobre as relações entre os afetos e a política, ver: Pierre ANSART. *La Gestion des Passions Politiques*, *passim*.
[63] J. PEREIRA *Bilhetinhos de Jânio*, p. 109.

desenhista Ítalo Cencini ou pelo editor do livro; mas a figura deve ser analisada conforme foi publicada e circulou entre os leitores, ou seja, no conjunto. Nela aparece uma vassoura acrescida de traços estilizados representando JQ. Os atributos que permitem identificá-lo são a gravata torta, o bigode, o formato da armação dos óculos e seu estrabismo; a analogia do cabo da vassoura com seu corpo também é uma alusão à sua magreza. Assim, pretende-se fundir a representação de JQ com um de seus maiores símbolos; e, se podemos assumir que sua mensagem implícita traz o tema do combate à corrupção, a legenda trata de explicitar a interligação da dita simbologia com a idéia de esperança. Portanto, ao passo que a figura 3 representa separadamente o candidato e a simbologia da vassoura e da vela - ainda que dialogando entre si -, a figura 3 busca cristalizar numa única imagem, na vassoura, os três elementos.

A vitória de JQ nas eleições municipais foi retratada por muitos jornais como uma "revolução", na qual a população havia se voltado contra os políticos e os partidos[64]. Sua atuação como prefeito foi marcada pela crítica constante à estrutura partidária, que ele considerava incapaz de representar os anseios das "multidões". Somente o contato direto com elas seria capaz de trazer à tona suas aspirações, tarefa essa a qual o novo prefeito dizia empreender. Assim, apesar de eleito por uma coalizão de partidos, procurou manter-se, publicamente, distante de qualquer agremiação do gênero, buscando reforçar sua imagem de político novo e independente. Seus primeiros planos à frente da Prefeitura voltaram-se para a moralização da máquina administrativa. Oficialmente, as nomeações para cargos públicos passariam a se dar por concurso, e os funcionários deveriam cumprir os horários estabelecidos e atender melhor a população. Planejava melhorar ainda as condições de vida dos trabalhadores e integrar a periferia na cidade. Procurou transmitir a imagem de um político aberto, acessível à população e transparente à investigação da imprensa. Assim, já na posse, as pessoas que o procuraram pessoalmente foram atendidas por funcionários da Prefeitura, que tomavam nota das queixas e pedidos. Manifestou o desejo de trabalhar junto com jornalistas durante seu mandato, autorizando os repórteres credenciados a circularem livremente pelos corredores de sua administração. Dessa forma, ao mesmo tempo em que procurava manter o contato direto com a população, abria canais para divulgar seu governo na mídia.

[64] Vera CHAIA. op. cit., p. 73-83.

Nesse momento, JQ procurou aproximar-se também de setores tradicionais da elite paulista, com a nomeação de Carvalho Pinto para a Secretaria de Finanças. Plínio de Arruda Sampaio, que, naquela época, militava nas fileiras pedecistas assim como JQ, relata como teria se processado a indicação do novo secretário dentro do partido:

> "Em 1950, o grupo católico do qual eu fazia parte decidiu entrar na política, a fim de resgatar a legenda do Partido Democrata Cristão, na época em mãos de políticos muito pouco qualificados. Faziam parte desse grupo: Antonio Queiroz Filho, Montoro, meu pai João Batista, Paulo de Tarso, Chopin Tavares de Lima e vários outros militantes de movimentos da Ação Católica. Travamos uma batalha ferrenha e conseguimos conquistar a legenda. Nesse processo, 'herdamos' o Jânio Quadros (...). Na Câmara de Vereadores, Jânio destacou-se pela sua oratória rebuscada e pela sua extraordinária capacidade histriônica. Logo saiu candidato a prefeito e obteve o apoio de todo o partido. Fizemos a campanha do Jânio e, quando este foi eleito, pediu ao nosso grupo que indicasse uma pessoa para ser seu Secretário de Finanças, uma vez que a Prefeitura estava quebrada e ele queria ter ao seu lado uma pessoa de prestígio no 'establishment' paulista, a fim de conseguir crédito nos bancos. A indicação recaiu naturalmente na pessoa do Prof. Carvalho Pinto, catedrático de Finanças da PUC e pessoa de toda a confiança do grupo."[65]

JQ demonstrou forte personalismo como Prefeito, tornando-se comuns suas visitas de surpresa nas secretarias e departamentos pessoais. Com isso, transmitia as idéias de que não delegava poderes e de que era onipresente como administrador. Tratava-se da noção de que um indivíduo com capacidade e boa vontade poderia revitalizar sozinho a máquina pública. Ao centralizar as decisões dessa forma, não tardaram os conflitos com o Poder Legislativo, no qual não tinha maioria. As funções dessa instância decisória foram em grande medida esvaziadas por ele, pois não levava em conta os resultados das sessões normais da Câmara e atuava no sentido de neutralizar as lideranças partidárias. Ademais, apelava diretamente à população em seus discursos para aprovar suas propostas. Assim, seu período como prefeito de São Paulo marca uma mudança de rumo em suas posições políticas, na medida em que passa a contestar a independência do Poder Legislativo. A base de sustentação de JQ era requisitada, principalmente, em comícios realizados nos bairros; a expansão das SABs foi então incentivada; e o prefeito buscava nas lideranças locais suporte para seu governo. Ao longo de sua gestão, muitos choques com jornalistas ocorreram, provocando a abertura de processos contra membros da imprensa por difamação e injúria[66].

Provavelmente por conta de atitudes como as anteriores, JQ é tratado freqüentemente como um político autoritário. Mas qual seria o alcance da aplicação do

[65] Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio, em 30. 05. 2007.
[66] Vera CHAIA. op. cit., p. 83-100.

termo autoritarismo a essas circunstâncias? Os regimes chamados de autoritários são aqueles que enfatizam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso. Neles o poder político é concentrado nas mãos de uma só pessoa ou de apenas um órgão, ao mesmo tempo em que as instituições representativas são colocadas em segundo plano. Da mesma forma, a autonomia dos subsistemas políticos e a oposição são conduzidas à expressão mínima, e as instituições incumbidas de representar a autoridade de baixo para cima são destruídas ou substancialmente esvaziadas[67].

Assim, a referida terminologia se aplica, parcialmente, à gestão de JQ na Prefeitura de São Paulo, pois ele procurou concentrar poderes em torno de si, driblar o Poder Legislativo e reduzir a participação da oposição; mas tudo indica que a Câmara ainda funcionava e a imprensa combatia muitas de suas atitudes enquanto prefeito, assim como havia a articulação de demandas vindas de baixo, utilizadas pelo próprio JQ para se opor às duas primeiras instituições. Portanto, havia tendências autoritárias na administração dele na Prefeitura de São Paulo. Elas também serão características presentes em outros cargos executivos ocupados por ele. Enquanto JQ e seus partidários procurarão representá-las ao público como atitudes para fortalecer uma autoridade governamental desmoralizada em circunstâncias específicas, seus adversários e inimigos as apontarão, no mais das vezes, como elementos intrínsecos à sua personalidade, tratando-o como um ditador em potencial.

Assim, uma vez sugerido que a imagem de JQ estava associada à defesa de princípios e práticas da democracia cristã, como explicar o aparente paradoxo dessas características quando confrontadas com seu notável personalismo? É provável que a identificação de uma contradição entre tais aspectos provenha muito mais de uma visão idealizada da política, imaginada como *deve ser* e fundada na defesa exclusiva de princípios abstratos, do que na possibilidade de sua efetivação por meio de personalidades. Afinal, não poderia o político em questão ser vislumbrado ao mesmo tempo como portador de proposições do catolicismo social e como pessoa capaz de implementá-las com suas qualidades individuais? Esta talvez seja uma hipótese importante para explicar o crescimento e a consolidação de sua liderança política no seio de uma agremiação partidária como o PDC, pequena quando comparada a outras legendas do período. Da

[67] N. BOBBIO, N. MATTEUCCI, G. PASQUINO.. *Dicionário de Política*. Ver o verbete "autoritarismo", escrito por Mario Stoppino.

mesma forma, talvez seja interessante para explicar muitos de seus futuros atritos com líderes democrata cristãos, na medida em que o fortalecimento de sua figura o estimularia a pleitear um maior peso para suas vontades nas decisões tomadas no âmbito do partido.

Alguns episódios ocorridos no início de 1954, penso, podem ser mencionados para conferir maior força à hipótese anterior. Naquele momento, após um ano da administração janista à frente da Prefeitura, a seção paulista do PDC tornou públicas as candidaturas de JQ e Queiroz Filho para formarem a chapa para concorrer, respectivamente, aos cargos de governador e vice-govenador. Ao discordar da indicação do nome de Queiroz Filho e manter contatos com o presidente Getúlio Vargas para a obtenção de apoio político, JQ chocou-se com a direção regional do PDC. Após ameaçar renuciar à sua candidatura, os líderes desta seção pedecista decidiram retirar a indicação do nome de JQ, sob a alegação de que ele rompera com compromissos partidários[68]. Tal decisão suscitou uma acirrada disputa interna no partido, com a atuação do diretório nacional no sentido de retomar a candidatura janista, em meio a uma disputa judicial com a seção paulista. O imbróglio resultou numa decisão jurídica favorável às lideranças desta última, considerada injustiçada pela direção nacional do PDC com sua dissolução. Em seguida, líderes daquele diretório regional como Franco Montoro e Queiroz Filho passaram a exercer maior influência no Conselho Regional do PDC, órgão com poder para interferir diretamente na convenção nacional do partido e na escolha da direção nacional[69].

Dessa forma, se ainda não sabemos se havia alguma diferença programática no interior dessa disputa, com a existência de matizes entre os líderes do partido acerca dos rumos da democracia cristã no país, ao menos é possível sugerir que o grupo que advogava a expulsão de JQ do partido saiu fortalecido da referida disputa judicial. Isso talvez explique em parte o abandono do mesmo da legenda do PDC, em busca de maior margem de manobra para a implementação de suas decisões, sem que isto implicasse, como veremos, em sua renúncia a pontos-chave dos princípios e práticas da democracia cristã.

Aliás, a projeção política de determinados políticos associados ao catolicismo social parecia estar ligada, em grande medida, ao patrocínio e apoio de JQ, conforme indica Paulo de Tarso Santos, um dos integrantes do partido na época, em entrevista:

[68] Áureo BUSETTO. op. cit., p. 110.
[69] *Ibid*., p. 111-112.

"Fui eleito deputado federal pela segunda vez quando o Jânio Quadros era candidato a governador do Estado. Rompi com o PDC, abri uma dissidência no PDC para apoiá-lo. Porque o PDC apoiou o José Bonifácio Nogueira. E pus uma condição para o Jânio. Disse: 'Olha, não quero nenhum apoio material seu. Só quero um compromisso: que eu fale em todos os palanques com você e o Faria Lima' – que era o candidato a vice. 'A ordem terá que ser essa: eu falo, fala o Faria Lima e fala você. Mas não quero que isso fique em dúvida, quero um compromisso formal seu.' Ele disse: 'Ah, o interesse é meu, porque você é uma dissidência do PDC, e tenho interesse em que essa dissidência repercuta.' E foi a minha presença no palanque ao lado dos dois que me elegeu. Porque fui a todos os palanques com eles e falei diretamente na presença deles. Isso me prestigiou e me elegeu."[70]

Como se pode notar, apesar de ter rompido formalmente com o PDC, JQ continuou a influenciar pessoas no interior desse partido. Isso sugere que, tanto da parte dele quanto da de seus seguidores no interior daquela legenda, continuavam a existir determinadas afinidades programáticas; o que pode ser corroborado na seção seguinte deste capítulo.

1.2- As várias faces do personagem: a ampliação das bases de sustentação de JQ e as conseqüências disso para sua imagem

Em 1954, JQ foi lançado como candidato para concorrer ao governo do estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e pelo PSB. Ao longo da campanha eleitoral, adentrou ao interior para ampliar seu eleitorado. Castilho Cabral narra sua versão do momento em que teria aderido a JQ num dos comícios realizados por este último em Taubaté-SP:

"Em Taubaté, coloquei-me ao fundo do palanque, como quem nada tinha a ver com aquilo. Alguns oradores 'chama povo' já haviam falado, mas a praça ainda não se enchera, quando Emílio Carlos, com aquele seu jeitão de galã de cinema, com aquela sua oratória 'metralhadora' (não fôra ele 'speaker' da BBC de Londres, durante a guerra), iniciou o discurso. Minutos depois a praça estava repleta: Emílio vale por um 'show' no palanque! Auro, brilhante orador, esquentou mais a massa. O 'Jânio, Jânio, Jânio!', que ecoaria mais tarde por todo o país, pela primeira vez me tocava às oiças, impressionando-me profundamente. Porfírio ausente, chegou a vez de Jânio. Foi um delírio! Quando Jânio disse as primeiras palavras, o silêncio se fêz absoluto. (...) E para surpresa minha, Jânio declarou que antes de entrar na matéria propriamente do seu discurso, queria 'pela primeira vez na campanha', referir-se a um companheiro, 'um paulista dos mais ilustres' que vinha juntar-se à avalanche popular que sustentava a luta 'pela recuperação moral, política e administrativa de São Paulo'. E tome elogio em cima de mim (...)

Não aderi: Jânio, Auro e Emílio aderiram-me à campanha oposicionista. Já no comício seguinte lá estava eu a arengar as massas...."[71]

[70] Entrevista publicada em Alberto DINES, Florestan FERNANDES JR., Nelma SALOMÃO (org.). *100 anos de política no Brasil*, p. 147.
[71] Castilho CABRAL. op. cit., p. 56.

Apesar de esta ser a perspectiva de um correligionário janista, ela aponta uma característica de JQ que nem mesmo seus mais ferrenhos adversários negavam: suas habilidades como orador e comunicador.

Os concorrentes dele no pleito eram Prestes Maia, apoiado pela coligação partidária formada por PDC, PSD e UDN, e pelo antigo inimigo Adhemar de Barros, do PSP. A plataforma apresentada aos eleitores, como de costume, alicerçava-se sobre as propostas de moralização administrativa, uso criterioso do dinheiro público e combate à corrupção. Talvez a maior novidade seja o fato de ele passar a declarar publicamente que pertencia à classe média[72]. Não que isso signifique que alguns setores desta última já não o apoiassem, mas tal afirmação sugere uma mudança significativa nos apelos de JQ junto ao eleitorado através de sua auto-imagem; pois sua carreira, até então, fora marcada pela maior proximidade com os operários. A nova postura, no entanto, não significou o desligamento de JQ com estes últimos, ainda objetos de suas políticas públicas na Prefeitura e fatores decisivos para seu sucesso nas urnas. Tratava-se, na verdade, de uma tentativa de aliar dois grupos sociais geralmente em conflito na arena política do país. Assim, apoiado nas ditas propostas, JQ venceu as eleições conquistando o cargo de governador no estado mais rico da federação. Logo no pronunciamento de posse, prometeu sanear a administração com uma atuação imparcial e com um governo "áspero".

Ademais, em discurso feito em 1955, reafirmou seus compromissos com os princípios da democracia cristã, com sua ênfase na humanização das relações sociais, que seriam então marcadas pela "ausência de escrúpulos em setores políticos" e pelo "luxo escandaloso" nos segmentos mais abastados da sociedade:

> "Permanece a Nação como a casa dividida da Bíblia, e sérias ameaças rondam as suas instituições livres, a ordem pública e o bem comum. Concomitantemente, no agravamento da inflação e nos embaraços da produção nacional, prossegue a alta do custo de vida, que tantas amarguras tem causado aos proletários. Subsistem as deficiências administrativas, a ausência de escrúpulos em setores políticos, o luxo escandaloso, e a cupidez desumana. (...)
>
> Aproximemo-nos, uns dos outros. Acerquemo-nos de nossas famílias, e dos nossos amigos e companheiros, e dos nossos irmãos do mesmo berço pátrio, e atiremo-nos ao trabalho, soldados, assim, pelo espírito e pelos ideais, eis que, à nossa frente, como desafio, demora a obra ciclópica da construção do Brasil dos nossos anelos. Mais cristão. Mais justo. Generoso para os humildes e pequenos. Propiciador de iguais oportunidades para todos. Democrático e equânime. Da república gigantesca, da Cruz, da Lei, do Labor e da Honra."[73]

[72] Vera CHAIA. op. cit., p. 113.
[73] Citado em J. PEREIRA. op. cit., p. 146-147.

A ênfase do novo governador na questão da reformulação da máquina administrativa tocava num velho problema da imagem pública dos governantes nas democracias ocidentais. Peter Burke observa que, com o fim de muitos regimes monárquicos na Europa, as convenções do retratismo real tiveram que se adaptar a temas como progresso, liberdade, modernidade, igualdade e fraternidade. Uma das soluções propostas para isso é bem representada por um quadro de Napoleão Bonaparte produzido por Jacques-Louis David (1748-1825). Nele é possível ver o célebre líder pintado em seu escritório, ao lado de uma vela acesa e de um relógio marcando quatro horas e quinze minutos. Dessa forma, o governante aparece como o burocrata, empenhado logo cedo em sua mesa de trabalho. Esse retrato seria fonte de inspiração para a representação de governantes identificados com distintas orientações políticas, desde *Stalin em seu escritório* de Reschetnikov, até *Luís XVIII em seu gabinete* de Gérard[74]. Da mesma forma, tal questão não será estranha a JQ. Na verdade, em meio à descrença generalizada dos políticos pela população, ele procurará através de diversas formas, em vários momentos de sua carreira, resignificar a imagem do líder como burocrata.

Já com esse desafio desde o início de sua carreira, agora, no governo de São Paulo, talvez sejam os seus memorandos escritos à mão, cognominados jocosamente de "bilhetinhos" por setores da imprensa oposicionista, sua nova resposta à dita questão. No já mencionado livro organizado por J. Pereira, uma série deles foi publicada. O organizador lançou a coletânea em 1959, com o seguinte comentário no prefácio:

> "Recém-empossado Governador de São Paulo, recebera uma máquina administrativa viciada, emperrada, defeituosa, corroída pela burocracia.(...)
>
> Para o tipo de Govêrno que pretendia, isto é, de renovação de costumes e recuperação total do Estado, era preciso algo de inovador.
>
> Jânio lançou mão então dos memorandos, isto é, despachos diretos do Governador não só aos Secretários, como aos diretores, chefes de secção e até mesmo para simples funcionários.
>
> Em quem se inspirara Jânio ao instituir o regime dos memorandos?
>
> Em Churchill.(...) Ao contrário dos ofícios formais, redigidos em linguagem empolada, cheia de circunstâncias, em que tinha, obrigatoriamente, de declinar todos os títulos de Primeiro Ministro e, também, os de sua Majestade o Rei, passou a formular ordens incisivas, com o número mínimo de palavras, encaminhando-as, não através dos escaninhos da burocracia britânica, tão nefasta quanto a nossa, mas diretamente à autoridade, civil ou militar, a que se destinavam. (...)
>
> Como na Inglaterra, em São Paulo a experiência dos memorandos deu certo."[75]

[74] Peter BURKE. op. cit., p. 86.
[75] J. PEREIRA op. cit., p. 11-12.

Atribuindo a inspiração da atitude de JQ ao célebre estadista inglês, numa tentativa de filiá-la a um experimento administrativo de prestígio internacional, o autor representa o primeiro como alguém capaz de inovar e reformar a dinâmica da máquina pública do país, tornando-a mais simples e eficiente. Há nessa passagem, pois, o enquadramento de JQ no referido cânone de representação dos governantes nas democracias modernas.

É preciso salientar também que os memorandos não serviam apenas para transmitir a imagem de administrador eficaz e onisciente quanto aos problemas da sociedade e do Estado. Na verdade, os próprios conteúdos dos despachos eram veículos da imagem do líder. Assim, numa ocasião durante o governo de São Paulo, o cidadão Gastão de Carvalho Couto, entusiasta da possibilidade de JQ concorrer à Presidência da República, enviou a este último um vale de 50 mil cruzeiros para ser descontado em qualquer uma de suas organizações. Como resposta, JQ escreveu-lhe: "Prezado Sr. Gastão.

Restituo o vale de 50 mil cruzeiros que me enviou, generosamente, para as despêsas de minha candidatura. Não me parece justo imobilizar êsse dinheiro à perspectiva, distante ainda, e problemática mesmo, de meu nome no pleito presidencial.

Espere um pouco. Após o dia 1 do mês vindouro, tôdas as matilhas de lobos e cães deste País, lançar-se-ão a meus calcanhares, e a despeito de ter muito osso e rara carne, poderei ser devorado....

Obrigado, contudo! Hei de vê-lo, conhecendo-o com prazer, no Rio, brevemente."[76].

A escolha deste texto pelo organizador da obra procura demonstrar o grau elevado de confiança depositada no governador por um cidadão comum. Ademais, a resposta de JQ, com bom humor, sugere seu respeito e responsabilidade com o uso do dinheiro do mesmo. Outra situação hilariante pode ser vislumbrada numa resposta do governador a uma organização encarregada do cuidado de registros de marcas e patentes no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho. Pedia-lhe então esta que considerasse a requisição de registro de uma marca de aguardente com a marca “Jânio”. A resposta no “bilhetinho” veio logo de forma condicional: “Não farei oposição, exceto se a aguardente não fôr de boa qualidade.”[77]. Este pedido evidencia que a imagem de JQ possuía

[76] *Ibid*., p. 30.
[77] *Ibid*., p. 77.

um viés cômico junto a certos setores da população. Da mesma forma, ao que tudo indica, seu gosto por bebidas alcoólicas já era conhecido publicamente.

Contrastando com essa postura, é digno de nota um fragmento de uma fala de JQ à imprensa anexado no livro por J. Pereira. Durante uma entrevista coletiva, um repórter perguntou-lhe porque ele era tão ríspido na administração pública e teve a seguinte resposta: "Sabem hoje todos os que servem o govêrno que o govêrno a ninguém perdoa. Não quer o govêrno saber se alcança um grande ou um pequeno; um poderoso ou um humilde. Prometeu na praça pública um só pêso e uma só medida. E assim irá até o fim do seu govêrno. Obviamente, comete aqui, ali e acolá excessos. Mas é um govêrno que não poderia escapar dos excessos. Porque representa e incorpora a cólera popular. E a cólera popular sempre aparece com traços de violência que a caracterizam e a tornam por isso mesmo temida. E a tornam por isso mesmo a correção, última e invencível dos abusos de qualquer natureza."[78]. JQ apresenta-se assim como guiado por princípios de imparcialidade e inflexibilidade, bem como sendo a encarnação de uma paixão presente na sociedade, a "cólera popular". Portanto, ele aparece nos exemplos acima, entre outros aspectos, ora com um lado severo e implacável na condução imparcial do Estado, ora com um lado cômico e com suas fraquezas humanas e intimidades exibidas.

Aliás, havia uma estreita correlação entre a imagem de JQ na vida pública com a representação de sua vida privada. Em livro organizado por João Mellão Neto, publicado em 1982, há uma tentativa deste último em recuperar os abalos sofridos pela imagem de JQ após sua renúncia à Presidência da República. Para isso, o autor ora reproduz reportagens da imprensa dos anos 1950, ora apresenta seu próprio texto como se fosse uma matéria publicada em jornal da época. Em meio a essa miscelânea, encontra-se um texto intitulado "Jânio na intimidade", que pretende descrever a vida privada de JQ no momento em que ele assume o governo de São Paulo. Ali é possível vislumbrar aspectos da imagem dele que circulavam no período em questão. O novo governador é representado assim:

> "Esse homem que acaba de conquistar o governo de São Paulo está longe de compor, na vida doméstica, a imagem do herói que costumamos ver no cinema. Na vida real Jânio não tem nada de mocinho. (...) Depois que entrou na política, sua elegância ficou ainda mais prejudicada. Não tinha mais tempo para nada. Às vezes chegava em casa, deitava de roupa e tudo, dormia alguns instantes e saía em seguida sem nem pentear os cabelos. Para ganhar

[78] *Ibid*., p. 45.

> tempo levava o lanche no bolso para comer quando desse fome. Esses sanduíches de mortadela acabaram por tornar-se sua marca registrada.(...)
>
> Como 'hobby' costuma ler livros policiais e histórias em quadrinhos. Não perde um filme de 'Far West' e conhece a vida de todos os mocinhos do cinema. Freqüenta bailes de carnaval mas não dança. Tem pavor de lança-perfume desde que, quando estudante, perdeu a vista direita devido ao estouro de um tubo ao seu lado.
>
> Apesar de eleito governador, continua a sua vida de sempre. Ainda está pagando as prestações dos móveis de sua casa na rua Sinimbu e com isso justifica a sua sovinice quanto ao orçamento doméstico.(...)
>
> Ultimamente tem aparecido com roupas melhores, mas isso não se deve a uma mudança na sua tradicional displicência. É que o alfaiate Barone, condoído com seu desleixo, resolveu presenteá-lo com alguns ternos. (...)"[79]

Nesta passagem, JQ é tratado como tendo os hábitos simples e os problemas rotineiros de uma pessoa comum. Há nela um detalhe importante no que diz respeito à sua "sovinice quanto ao orçamento doméstico". Mesmo que esta característica seja apontada como pertencendo à sua vida privada, ela é inseparável de sua imagem pública, fortemente calcada sobre a idéia da defesa do equilíbrio das finanças do Estado. Da mesma forma, uma vez que vimos acima que JQ e seus partidários procuraram investir objetos como a vassoura e a vela com conteúdos simbólicos, não seria cabível levantar a hipótese de que sua apresentação com vestimentas mais aprumadas em público está relacionada com a idéia de ordenar a administração pública?

Durante o período em que JQ ficou no governo do estado, ele e seus correligionários procuraram fortalecer sua imagem de administrador eficiente. Aos poucos, esta última vai se associando à figura de Carvalho Pinto, então responsável pela condução da Secretaria de Finanças. Na campanha para a Presidência, as imagens de ambos estarão umbilicalmente associadas em torno dos princípios de equilíbrio das contas públicas e da aplicação controlada de seus recursos. Carvalho Pinto fora, pouco antes, eleito como sucessor de JQ no governo do estado e começava a implementar o chamado Plano de Ação, comentado abaixo pelo jornalista Jorge Ferreira em reportagem para a revista *O Cruzeiro,* no dia 1 de agosto de 1959:

> "Representa, êle, um notável progresso no método de governar, pois abandona o empirismo, a improvisação, os impulsos meramentre políticos, os vícios do 'compadrismo' e das predileções pessoais, para ater-se a um racionalismo sistemático e a um realismo alentadoramente frio. (...) Introduziu o Prof. Carvalho Pinto, na administração pública de São Paulo, um método que significa antes de mais nada, e acima de tudo, o triunfo da razão. O seu governo mergulhará numa tarefa de empreendimentos que solidificarão a infra e a

[79] João MELLÃO NETO. *Jânio Quadros: 3 estórias para uma história*, p. 88.

superestrutura social e econômica do Planalto, com uma previsão detalhada do que deve ser realizado em cada setor e com uma provisão perfeita, e antecipada, dos recursos que permitirão essas realizações (...). O govêrno será exercitado ao compasso de um relógio, forçando ainda o rendimento pleno da máquina burocrática.(...)

A RAZÃO DO TRIUNFO

- Por que - indagar-se-á - tornou-se possível ao Prof. Carvalho Pinto armar-se de tão poderoso instrumento, visando a bem servir ao povo, de cuja confiança e esperanças é o depositário por eleição?

Êste repórter tem insistido, e não pouco, em divulgar, a tôda a Nação, a forma e o conteúdo do revolucionário movimento cívico de '22 de Março de 1953', que mudou a face e os destinos de São Paulo. Nêle, a juventude bandeirante - jovens moços e jovens velhos - , levando Jânio Quadros como bandeira, chamou a si a responsabilidade de gerir os rumos, primeiro da cidade de São Paulo, e depois de todo o Estado. Batendo a corrupção, saneando, removendo entulhos, destocando, matando pragas aqui e deitando boas sementes acolá. (...) Onde reinava o caos voltou a ordem, onde açoitava a tempestade voltou a bonança. (...)."[80]

Neste trecho repleto de metáforas, a gestão de Carvalho Pinto é associada a conceitos como planejamento, impessoalidade e rendimento pleno da máquina burocrática. Isso seria possível graças ao emprego da razão e do conhecimento técnico. As implicações dessas afirmações do jornalista, ao declarar a eficiência desses recursos como indiscutíveis, são de buscar tirar tais questões do debate político e transferi-las para o campo das soluções técnicas, tratadas como superiores e desvinculadas de grupos e interesses. Ademais, na medida em que a projeção de Carvalho Pinto é relacionada ao patrocínio de JQ, ele é apontado como continuador de uma tradição administrativa iniciada por este último na Prefeitura de São Paulo. Em suma, na disputa política a imagem de um é utilizada para cacifar a do outro e vice-versa. O texto ainda chama a atenção, apesar de proclamar o "triunfo da razão", por empregar elementos chave do pensamento mítico, com as noções de supressão do "caos" pela "ordem" através da ação dos dois personagens mencionados[81]. Assim, ainda que a presença tanto do imaginário quanto dessa linguagem técnica – e

[80] Jorge FERREIRA. *"Plano CP: Revolução em São Paulo"*. *O Cruzeiro*, p. 68-70. O jornalista Luiz Maklouf Carvalho, em seu livro *Cobras Criadas*, trabalha com o depoimento de Jorge Ferreira sobre sua atuação em *O Cruzeiro*. Em entrevista, este último admite que eram comuns as publicações de reportagens pagas por particulares na revista. Algumas dessas matérias beneficiariam o próprio JQ, conforme o trecho reproduzido a seguir: "Eu bebia cachaça com o Jânio desde que ele era vereador, era amigo dele, até onde o Jânio podia ser amigo de alguém. Aí, veio o Jânio prefeito, o Jânio governador. A gente precisava mostrar que o Jânio sabia gerenciar. Só que custava 20%. Quem dava o dinheiro eram os empreiteiros. Alguém do governo chegava na Camargo Correa e dizia: 'Arranja aí dez mil-réis para sair uma reportagem em *O Cruzeiro*. O Jânio sabia que tinha corrido dinheiro, é claro.". Cf. Luiz Maklouf CARVALHO. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*, p. 471. Não quero dizer com isso que tenha havido pagamento particularmente para a formulação da reportagem acima, mas sugerir que a mesma estava sujeita a pressões similares. Devo essa referência à professora Vavy P. Borges e a Silvia Rodrigues.

[81] Mircea ELIADE. *Mito e Realidade*, *passim*.

possíveis pagamentos de grupos privados – sejam estratégias do autor para obscurecer as discussões políticas em nome de determinados grupos sociais, é preciso que nos interroguemos se mensagens como essa eram debatidas pela população em geral à luz de realizações políticas concretas.

É interessante destacar que, apesar de JQ ter enfatizado freqüentemente ser um *outsider* no cenário político nacional, textos como o anterior ajudam-nos a lembrar que a credibilidade de sua imagem estava alicerçada em figuras de prestígio na sociedade, como o renomado professor de finanças Carvalho Pinto. E é claro que a ênfase em casos como este recaía na formação técnica ou intelectual de seu grupo, e não no eventual pertencimento de seus membros a círculos da elite política ou econômica do país. Ainda sobre essa questão, no pleito para a Presidência da República disputado em 1955, JQ apoiou o candidato udenista Juarez Távora, conforme lembra o janista Anselmo Farabulini Jr: "ele só se elegeu presidente porque apoiou o Juarez Távora, caminhou nas bases do Juarez, da União Democrática Nacional, empolgou Carlos Lacerda, governador da Guanabara depois, e virou presidente.".[82] JQ estabelecia então pontes com setores da UDN e associava-se a uma figura de prestígio político nacional.

Durante o governo de São Paulo, um outro nome de projeção se ligaria a ele: o advogado Oscar Pedroso Horta. Segundo Oscar Pedroso Horta Filho, os primeiros contatos diretos entre JQ e seu pai ocorreram por conta de um artigo contundente de Assis Chateaubriand contra o primeiro. Sentindo-se injuriado, o então governador contratou os serviços do famoso advogado para defendê-lo contra as acusações recebidas. Logo em seguida, JQ foi questionado por muitos sobre como poderia pagar um dos advogados mais caros de São Paulo. No relato de Oscar Pedroso Horta Filho: "Daí papai fez uma brincadeira, mandando uma carta de honorários, eu não sei qual era a moeda, se era cruzeiro, custava um cruzeiro, pela honra de ter defendido o governador dessa injustiça. Ai o Jânio se derramou de paixão. E (...) depois, convidou papai para ser Secretário da Justiça. Ai começou o relacionamento."[83]. Assim, da mesma forma que antes se cercara de um conhecido especialista em finanças, JQ integrava um famoso profissional da área do direito para compor seu círculo político.

[82] Entrevista com Anselmo Farabulini Jr., em 10. 01. 2007.
[83] Entrevista com Oscar Pedroso Horta Filho, em 07. 03. 2006.

Ao mesmo tempo, o destaque de JQ e muitos de seus assessores era dedicado, no mais das vezes, ao que seria sua trajetória iniciada em origens modestas até o centro da política nacional, sem o apoio de grupos. Não é à toa que o próprio JQ demonstrava publicamente sua admiração por Abraham Lincoln, que passara de simples lenhador a presidente dos Estados Unidos. Em meio à documentação relativa ao MPJQ encontra-se uma carta datilografada, sem assinatura, contendo comentários e sugestões acerca do já mencionado folheto *Jânio: o homem que não tem preço*, de autoria de Ofélia e Narbal Fontes, sobre as vantagens de se equiparar a figura de JQ à de Lincoln:

> "IV-Os adversários de Jânio alegam que êle não tem cultura, é apenas um professor primário, cuja cultura caberia num pé de meia. (Veja o livro: 'Fenômeno Jânio Quadros, p. 46). Portanto acho bom acrescentar ao Cap. II° - A vocação - alguma coisa sôbre o preparo cultural de Jânio, como se encontra na obra citada, sobretudo cultura política, inspirada no estudo da vida de Abrahan Lincln', que apaixonou a mente de Jânio (...)
>
> Foi neste estudo que Jânio de inflamou no seu acendrado patriotismo e no amor carinhoso para com sus patrícios mais humildes, pobres, injustiçados e sofredores, amor este que caracteriza seus discursos, mensagens, despachos e a ação corajosa no governo.
>
> Seria interessante que o retrato de Lincoln que estava pregado à parede da sala da casa de Jânio, (Veja capa do livro: Bilhetinhos de Jânio), figurasse na capa ou no cap. II deste livro."[84] (grifos do autor)

Neste trecho, não fica evidente o motivo pelo qual o autor considera o expediente de associar a imagem pública de JQ à de Lincoln como podendo veicular a idéia de que preparo e formação intelectual não se opõem às origens humildes do primeiro. Mas está implícito nele que se trata da sugestão de que ambos são exemplos do *self-made man*, que teriam se educado e ascendido socialmente por conta de seus respectivos esforços individuais[85].

---

[84] Fundo MPJQ – Arquivo Nacional, doc. 6.

[85] Isso pode ser melhor compreendido com o auxílio de uma matéria publicada, na mesma época da campanha presidencial, na revista *O Cruzeiro* em coluna de Austregésilo de Athayde, em 21 de março de 1959, na qual há comentários sobre a comemoração dos cento e cinqüenta anos do nascimento de Lincoln: "O lenhador de Kentucky, analfabeto até os vinte anos de idade, travou a batalha que engrandece, sôbre todas as outras, o homem, aos olhos do seu povo: a luta daquele que nasce pobre, humilde, no aparente abandono de tôdas as condições propícias ao êxito neste mundo, e a tudo vence, na construção de uma existência triunfante. O famoso ´self-made man' não teve nos Estados Unidos, nenhum exemplo mais cabal e admirável do que Lincoln. (...) Quando se verifica o número de circunstâncias adversas que se opunham à carreira política de Lincoln, é-se tentado a acreditar pelo menos numa espécie de predestinação. Faltavam-lhe as qualidades visíveis da atração física: alto, magro, desengonçado, com o rosto anguloso, vestindo sem apuro e sem gosto, não possuiu nenhum dos dotes que impressionam as multidões e tanto contribuem para as vitórias eleitorais. (...) Batendo-se contra ricos, poderosos, socialmente prestigiosos, Lincoln sobrepujava-os, por uma forma inesperada e quase miraculosa, infundindo nas massas uma confiança que vinha de sua simplicidade espiritual e da maneira com que sabia comunicar-se profundamente com elas(...)". Cf. Austregésilo de Athayde. *"Abraão Lincoln"* in: *O Cruzeiro*, 21. 03. 59, p. 24.

E é essa questão que se deve ter em mente na constação de que JQ, em diversos momentos de sua trajetória política, foi vinculado à figura de Lincoln através do recurso da fotografia. Na figura 5 podemos notar uma foto dele divulgada na já mencionada biografia de José Yamashiro. O autor não indica exatamente onde a encontrou e quem a produziu, afirmando apenas que teve acesso aos arquivos fotográficos dos *Diários Associados* e da *Folha de São Paulo*, o que a torna particularmente relevante, dado que a mesma teve grande circulação ao ser veiculada num desses jornais e no livro do autor. É possível perceber ali o congelamento da imagem de JQ no momento em que acaricia um cachorro, logo à frente de um retrato de Lincoln. Conforme informações já indicadas, é provável que se trate da sala de sua casa, na qual havia um quadro com tal figura. A legenda inserida pelo autor procura orientar a leitura da imagem: "JQ muito aprendeu com a vida e a obra de Lincoln, de quem é grande admirador." O olhar de JQ em direção ao animal, e não para as lentes da câmera, deixa dúvidas se ele posou para o retrato, ou foi tomado de surpresa. Entretanto, a constante repetição de cenas similares a essa em outras fotos ao longo de sua carreira política, nas quais ele aparece diante do quadro em questão, indica que ele muitas vezes se colocou conscientemente ao seu lado, de modo similar à sugestão presente na carta anteriormente analisada. O que está em jogo nesse artifício, com sua representação como o *self-made man*, é a preocupação de desvincular sua imagem pública de grupos sociais específicos e seus respectivos interesses, em especial com representantes das elites, e pelo recurso técnico da fotografia possivelmente com o intuito de transmitir a idéia de objetividade da mensagem.

É preciso ressaltar que, em meio a essa série de arranjos e táticas para se retirar determinadas questões do debate público, havia a percepção entre diversos grupos sociais de que ganhos e realizações políticas tinham sido realizados através de JQ. Isso pode ser melhor esclarecido, por exemplo, através da investigação do sentido da afirmação de que este último "recuperou" as finanças do estado de São Paulo. Existe um texto da época em questão que nos ajuda a pensar sobre isso. Tentando reavaliar a idéia de que o dito governo tenha empreendido tal tarefa, o jornalista Edmundo Soares de Souza e o deputado Hilário Torloni, do PRP, declaram: "Tendo em vista que o dr. Jânio da Silva Quadros fêz do saneamento das finanças paulistas ponto de honra do seu govêrno, e que, já na metade do quadriênio, proclamou que tinha recuperado financeiramente o Estado, passamos a analisar,

sem qualquer paixão e unicamente através da linguagem fria dos números oficiais, a veracidade ou improcedência daquela assertiva."[86]. Os autores publicaram este texto em 1960, com o título "A verdade nua e crua sôbre a administração Jânio Quadros", no qual respondiam negativamente à formulação anterior respaldados em números declarados como sendo de fontes oficiais, como o *Diário Oficial* e dados coletados da imprensa. Eles iniciam-no com uma afirmação contundente, mencionando um parecer do Tribunal de Contas: "Tendo (...) arrecadado três bilhões a mais do que previra, em 1958, ainda assim o Governador Jânio Quadros termina sua administração deixando o mesmo 'deficit' que encontrara, ou seja, quatro bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros."[87].

Daí em diante abundam os ataques contra a gestão de JQ, acusada, entre outras coisas, de favorecer determinadas empresas em licitações e administrar mal os recursos empregados em ferrovias, estradas e outras obras públicas. Há ainda uma passagem em que os autores acusam JQ de promover a concentração de renda através da modificação da estrutura fiscal: " Êstes 22, 5 % das despesas públicas, (83% - 60, 5 %), que antes corriam por conta dos outros impostos (pagos pelas classes mais favorecidas), transferiu-os o Governador Jânio Quadros à responsabilidade do impôsto de vendas e consignações, isto é, para os ombros do operariado e da classe média, que vivem de salários fixos, o que contribuiu para produzir tremendo aumento no custo de vida."[88]. Tudo indica que o documento, além de ser uma tentativa de análise de um período administrativo, também é um libelo político cuja produção foi estimulada, em grande parte, pelo intuito de questionar a imagem de administrador eficiente de JQ na disputa pela Presidência.

Um documento dessa espécie apresenta grandes dificuldades para este estudo, pois fiar-se nele significa assumir que os autores utilizaram os "dados" sem paixão. Entretanto, se deslocarmos as questões lançadas sobre ele, e mesmo admitindo a hipótese de que a administração janista tenha terminado com *déficits* e outros problemas, não seria legítimo indagar sobre a possibilidade de que a credibilidade da idéia de eficiência administrativa de JQ não dependia apenas da "linguagem fria dos números reais" para deitar raízes em setores significativos da população? Em outras palavras, como a percepção de que JQ

[86] Hilário TORLONI & Edmundo Soares de SOUZA. *A verdade nua e crua sôbre a administração Jânio Quadros (1955-1958)*, p. 5.
[87] *Ibid.*, p. 7.
[88] *Ibid.*, p. 13.

conseguiu equilibrar as finanças em São Paulo era muito disseminada às vésperas da eleição presidencial que disputou, parece cabível investigar outros fatores que podem ter influenciado grupos sociais distintos a sustentar tal imagem.

Lembremos que o período em que JQ ocupou a cadeira de governador do estado coincidiu com parte dos anos do governo Kubitschek. Este momento foi marcado pela implementação do Plano de Metas, voltado notadamente para a intensificação da industrialização no país por meio do planejamento de determinados setores da economia, com considerável aumento da penetração de capitais estrangeiros. São Paulo, nessa época, foi o estado mais beneficiado com a instalação de novas indústrias e a concentração de crédito, o que se refletiu no aumento de sua receita. Mesmo assim, JQ se opunha a alguns aspectos da política econômica federal, especialmente no que diz respeito à transferência de recursos dos cafeicultores para a indústria. Isso se dava da seguinte forma: com a exportação do café, os cafeicultores recebiam do governo um valor menor do que aquele cobrado na venda do produto em dólares, no processo de conversão do câmbio. A diferença, também conhecida como "confisco cambial", era usada pelo governo federal para equilibrar o balanço de pagamentos e financiar a industrialização.

Tais medidas logo receberam a oposição dos setores ligados à exportação de café, notadamente em São Paulo. JQ ficou ao lado destes últimos nessa disputa, chegando até mesmo a planejar duas vezes com eles uma "marcha da produção", para ir até a sede do governo federal pressioná-lo a desonerar os custos da produção cafeeira. Mesmo que esse movimento não tenha se concretizado, ficou patente a vinculação de JQ com os interesses dos cafeicultores[89]. No que concerne a essa questão, é interessante a carta de Leonel Pinto Pereira em nome da Associação Rural de Marília-SP, em 17 de outubro de 1960, endereçada a Júlio de Mesquita Filho, encontrada casualmente em meio às cartas populares enviadas a JQ. Nela o remetente comenta uma reportagem de *O Estado de São Paulo*, na qual haveria uma crítica a uma suposta perda do ímpeto da campanha contra o "confisco cambial", para depois pedir a publicação da missiva no jornal:

> "De fato, no que os lavradores de café sempre estiveram interessados, é unicamente a garantia do preço, em moeda nacional, e a subsequente compra do produto pelo governo federal. E como este praticamente adquire as safras inteiras e como nenhum lavrador, no se intimo, nega

[89] Sobre o governo Kubitschek e o Plano de Metas, ver: Maria V. BENEVIDES. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*.

que os preços pagos são satisfatorios (...) já passou de moda falar da extinção do confisco cambial.'(...)

Isto porque, se é verdade que a campanha contra o confisco cambial, iniciada em 1953, perdeu nos ultimos tempos o seu dinamismo, não é menos verdade que tinhamos razão pois, desgraçadamente, os fatos comprovam: a lavoura em pânico, o governo desmoralizado, o Brasil expulso do mercado consumidor, os nossos compradores hoje produtores, as entidades de classe exauridas financeiramente e exausta fisicamente de tanto malharem em ferro frio, diante de um governo que, o Presidente da Republica confessa sentir alergia ao ouvir falar em café; (...)

Só restam as cinzas dum passado de prosperidade, de um passado de tradição que em quase todos os jardins, do mais belo palacete de familia nóbre á mais humilde casinha de operário, via-se um bem tratado pé de café.

Por tudo isto, caro Dr. Mesquita, foi que elegemos JANIO QUADROS para Presidente da República!."(grifos do autor)

O texto acima é particularmente expressivo por se tratar de alguém que fala em nome de uma entidade que representa interesses de cafeicultores – assim como os exemplos a seguir também parecem ser representativos de outros grupo sociais. Ao criticar o que seria o descaso do governo Kubitschek em relação à produção de café, na maior parte de sua atuação, o missivista atribui a perda de embalo da campanha contra a referida taxação em função de políticas governamentais em compasso com os interesses dos cafeicultores. De algum modo, a valorização do café e de seus produtores é associada à figura de JQ, cuja candidatura, nas palavras do autor, é por esse motivo apoiada.

Ademais, o período de crescimento da indústria em São Paulo, com a ampliação de seu parque industrial e a instalação de empresas multinacionais, pode ter contribuído para estimular o apoio recebido por JQ de setores ligados ao empresariado e ao capital estrangeiro nas eleições presidenciais. A carta de Arnaldo J. Setti a JQ, de Jacareí-SP, em 19 de outubro de 1960, fornece pistas acerca do ponto de vista de alguém identificado com a "pequena e média empresa":

"Sei da idéia do atual Presidente da República, da criação de um grupo para prestar assistência à pequena e média empresa. (...)

O aspecto de nossas emprêsas, num sentido geral é o mais desolador possível. A mentalidade de emprêsa quasi não existe e o lucro das atividades se revertem em benefício de alguns em detrimento de outros (...) Entretanto, se cuidarmos paralelamente em prestigiar as emprêsas e valorizar os homens do trabalho, os resultados serão melhores e mais imediatos. A valorização de que refiro não se prende a elevação absurda do salário mínimo, que mais contribui para o aumento da miséria, mas sim, a elevação do coeficiente produtivo. A valorização a que me refiro, é representada pelo ensino metódico de práticas modernas de produção, através da qual aproveitar-se-á integralmente a capacidade produtiva do trabalhador, tendo como resultado uma maior produção para a emprêsa e um salário maior

> para o empregado, o que lhe permitirá gastar mais e consequentemente provocar uma maior produção e lucro maior para todos, inclusive para os cofres públicos(...)
>
> Por outro lado, a própria máquina administrativa da União deveria ser racionalizada. Que acha V. Excia. da criação do Departamento Nacional da Racionalização e Administração dos Serviços Públicos? Departamento esse que ditaria normas, métodos e organização para os órgãos do Govêrno, autarquias e emprêsas mistas? Sei dos problemas da Rede Ferroviária Federal, órgão de interesse e utilidade nacional, porém deficitário, o Lóide Nacional, Cias Siderúrgicas, FNM, Fábrica de Armas do Exército e tantas outras emprêsas, que poderiam ter a sua capacidade produtiva elevada e um regime econômico de lucro."

Nesta passagem, é possível sugerir como o discurso de racionalização da máquina administrativa empregado por JQ guardava estreitas relações com o pensamento de segmentos do empresariado nacional. Nessa ótica, tanto as relações do mundo do trabalho quanto da administração pública deveriam ser racionalizadas, no sentido de se obter o máximo de rendimento e eficácia nelas.

Na missiva do presidente da diretoria da Nippon Usiminas Co. Ltd., de Tóquio, em 17 de outubro de 1960, por sua vez, é possível vislumbrar o ponto de vista de um representante direto do capital estrangeiro no país:

> "(...) de acordo com uma solicitação de seu país feito a três anos atrás, estamos construindo no Brasil uma Usina Siderúrgica que possue uma das mais excelentes capacidades do mundo – a moderna Usina Siderúrgica de Minas Gerais. (...) para se construir uma Usina Siderúrgica integrada de ferro e aço, moderna, de 500, 000 toneladas de produção anual, será necessário preencher de uma forma geral, além da excelente técnica, grande quantidade de equipamentos e maquinários e despesas de grande montante, uma série de requisitos importantes relacionados, aos transportes, às comunicações, às matérias primas, à capacidade de mão de obra etc.
>
> A construção da Usiminas do Brasil vem se desenvolvendo sob um planejamento único, que é obtido pela fusão das contra-medidas suficientemente tomadas no seu país com os nossos, porém, existem na execução deste planejamento, muitas porções que devemos confiar e apelar ao governo de seu país. Acreditamos firmemente que estas porções serão cumpridas no futuro tal como tem se verificado até o momento pelas autoridades governamentais, contudo, apelamos uma vez mais à Vossa Excelência na posição de chefe supremo do Brasil, para que este ponto, particularmente, esteje dentro de suas considerações durante a sua Presidência"

O apelo implícito neste texto é para que JQ, durante seu mandato presidencial, não se incline a nenhuma tendência política que possa ameaçar os investimentos da referida empresa estrangeira. Ora, isso não contradiria a hipótese de que o mesmo gozava de considerável prestígio entre os grupos ligados às empresas multinacionais? Penso que não, uma vez que o remetente reconhece-o como um interlocutor para a veiculação de suas demandas e interesses, cabendo-lhe apenas afastar-se de posições antagônicas a eles.

Quanto à classe média e aos trabalhadores, pouco sabemos sobre a relação de JQ com esses segmentos da sociedade. Infelizmente, o período em que ele liderou o governo do estado de São Paulo é o menos estudado e ainda carece de trabalhos específicos. Teria então o governo de fato aumentado a tributação sobre aqueles grupos, como querem Hilário Torloni e Edmundo Soares de Souza? Mas se os membros de ambos os segmentos sociais se sentissem de todo prejudicados com a administração de JQ, como explicar a vitória do candidato janista Carvalho Pinto nas eleições estaduais paulistas seguintes? Apenas uma análise aprofundada dessas questões, com fontes do período, poderia fornecer-lhes respostas satisfatórias. De qualquer forma, seguindo a hipótese levantada anteriormente, não seria possível admitir que o governo de JQ tenha atendido a certas demandas da classe média e dos trabalhadores, entre outras coisas, na questão da gestão da inflação e dos gêneros alimentícios, de modo a atender requisitos materiais e morais desses grupos sociais, conforme fora o caso em sua trajetória até a Prefeitura de São Paulo?

Contamos apenas com indícios sobre isso, como o trecho a seguir em que ele indica algumas de suas medidas: "Um dos decretos de alto significado, além do que autorizava a construção de cinco mercados distritais, infelizmente ainda não instalados, regulamentou o disposto em artigo da lei n° 5. 021, de 18 de dezembro de 1958. Consoante êsse decreto, ficaram isentas do impôsto sôbre vendas e consignações as vendas dos seguintes gêneros alimentícios de primeira necessidade, quando efetuadas diretamente ao consumidor, para alimentação própria ou de sua família, por produtores e comerciantes varejistas, inclusive feirantes e ambulantes: feijão, arroz, ervilha, lentilha, grão-de-bico, milho e soja; farinhas de trigo, de milho, de mandioca e de arroz, fubá, pão e massas alimentícias, carne verde, charque, peixe, aves e ovos; óleos e azeites nacionais, banha, toucinho, gorduras animais e vegetais comestíveis; margarina, manteiga, queijos nacionais e leite cru, pasteurizado, em pó e condensado; sal, açúcar, café em pó e mel; frutas frescas nacionais, verduras, legumes, tomate, mandioca, batata e demais raízes e tubérculos comestíveis."[90].

No folheto de propaganda intitulado *Para seu governo*, elaborado pela seção paulista do MPJQ e utilizado na campanha presidencial para promover JQ, há ainda a seguinte menção ao que seriam realizações dele enquanto governador acerca do abastecimento de víveres:

[90] J. PEREIRA. op. cit., p. 153.

> "Se você pudesse voltar atrás no tempo e procurasse pela Cia. Armazens Gerais do Estado de São Paulo em 1954, não a reconheceria: suas instalações eram acanhadas e mal conservadas; a maquinaria, além de velha, era imprestável; a administração da Cia. estava envolvida em compromissos e combinações políticas; a nomeação de funcionários, a distribuição de verbas de propaganda, os privilégios de depósitos, tudo era feito à base do filhotismo e do apadrinhamento. Do ponto de vista técnico-comercial era ínfimo e a situação financeira era ridícula: o balanço daquele ano apresentou um lucro de apenas Cr$ 50. 627, 40!
> Em janeiro de 1955, entretanto, a CAGESP começou a se transformar. O que tinha acontecido? Simplesmente a mão enérgica do Governo Jânio Quadros tomou as rédeas daquela organização. Adquiriu terrenos para a construção de novas unidades e transferência das câmaras de frio; atualizou as instalações; reorganizou os serviços adaptando-os às crescentes exigências da economia paulista. E tudo foi pago com lucros provenientes da própria Companhia! (...)
>
> Além disso, nesse ano de 1959, ao terminar seu mandato, Jânio Quadros havia planificado e colocado em concorrência pública a construção de vasta rêde de armazéns e silos. Esse plano, que visa o amparo efetivo de produtores e consumidores, está dando resultados melhores que os esperados."[91]

Uma possível objeção ao valor deste texto enquanto fonte de informações talvez pudesse ser apontada em seu teor e objetivos propagandísticos. O que poderia levantar suspeitas sobre os "dados" apresentados com o seguinte ditado, no início do panfleto, em letras garrafais: "contra fatos ... não há argumentos!". Tudo isso é complementado com a figura de um punho fechado chocando-se com uma mão aberta, com o intuito de transmitir o tom peremptório das informações ali encerradas. Mesmo que os valores apresentados nele não sejam confiáveis, tanto o início da carreira política de JQ quanto o texto anterior conferem certa credibilidade a aspectos da fonte em questão, especialmente no que seria sua ação no combate à corrupção e ao apadrinhamento em órgãos públicos e sua atenção na melhoria das condições de abastecimento de alimentos à população. Atuações que, de fato, poderiam ter contribuído para a consolidação da imagem de que o governador possuía "mão enérgica" entre as camadas médias e os trabalhadores.

Caso tal hipótese tenha fundamento, a propaganda eleitoral exposta na figura 6 pode ser vista como fazendo apelo especialmente aos segmentos sociais anteriormente mencionados durante a campanha eleitoral para a Presidência disputada por JQ. Nela podemos ver uma nota de dinheiro com o busto deste último exibido ao centro, acompanhado dos dizeres "Não desespere, Jânio vem ai" em seu entorno. Tal figura é importante por evidenciar como se buscava associar a imagem pública de JQ à moeda nacional. Ao fazer apelo ao desespero das pessoas quanto a esta última, fica implícita a

[91] Arquivo pessoal Castilho Cabral – CPDOC – FGV, CC – 96 F, (documento sem indicação de páginas).

mensagem de que ele seria capaz de controlar a inflação e aumentar os vencimentos das mesmas. E, se a suposição acima for correta, esta interpelação não se daria num vazio, mas faria referência a experiências concretas de JQ no governo então corrente e em outras ocasiões.

Se tal ponto é apenas uma suposição, porém, é digno de nota lembrar que, de qualquer forma, a base de sustentação de JQ se ampliara, com o apoio de cafeicultores, de empresários, de setores do capital externo e da classe média. Portanto, é possível que a imagem dele como administrador eficiente tenha ganhado força no estado de São Paulo com o atendimento de interesses de grupos sociais diversos. Claro que junto da canalização dos mitos e paixões políticas analisados anteriormente. É provável que isso também tenha contribuído para sua projeção no cenário político nacional. Em texto publicado no jornal *O Globo* por Vandick L. Nóbrega, então envolvido na promoção da candidatura janista, em 25 de julho de 1960, por exemplo, o período em que JQ ocupou o governo de São Paulo é retratado como sendo uma de suas credenciais para governar o país:

> "As relações e as contingências da vida pública são, às vêzes, um prolongamento em maiores proporções, da vida privada de todos os dias. Se um amigo, que merece a nossa confiança, nos apresenta alguém com a declaração de tratar-se de pessoa digna de todo o aprêço, não temos o direito de por em dúvida os têrmos dessa apresentação. No dia em que não pudermos confiar em mais ninguém, a humanidade desceria a uma degradação maior do que a situação dos sêres irracionais e a vida se tornaria insuportável de ser vivida. Todavia, a confiança não se compra, nem se impõe pela força, mas pelo exemplo. (...). O sentimento de solidariedade, que existe entre sócios e irmãos também se estende aos Países, como provam a ONU e outras organizações internacionais. Daí concluímos que não faltará a solidariedade de todos os municípios do Brasil à apresentação que São Paulo fez do candidato Jânio Quadros, em quatro pronunciamentos eleitorais."[92]

Esta analogia do autor entre a vida privada e a vida pública, se gozava de credibilidade durante as eleições presidenciais disputadas por JQ, deve ser analisada em relação ao atendimento de interesses de diversos grupos sociais em momentos anteriores da carreira política dele.

A explicação para a credibilidade gozada pela imagem de JQ talvez possa ser enriquecida se à mesma for acrescentada a força do componente moral dos discursos e atuações dele. Na gerência do estado, ele retomou a prática das visitas surpresa em órgãos governamentais e demitiu funcionários públicos considerados dispendiosos ao orçamento.

[92] Vandick L NÓBREGA. *A Campanha da Vassoura*, op. cit., p. 29.

Quanto à moralização dos costumes, atacou as rifas, os bingos, o "carteado" e condenou o uso de roupas como o *short*. Não é à toa que os ataques de seus adversários e inimigos políticos elegeram o moralismo do governador como um de seus focos privilegiados. No *Mundo Ilustrado*, no dia 8 de abril de 1957, por exemplo, foi publicada uma manchete com estes dizeres: "Qual é o pente que penteia tua moral?", numa paródia de uma música de carnaval intitulada "Qual é o pente que te penteia?"[93]. Tratava-se de veicular ali a denúncia de uma funcionária pública demitida por JQ, Diva Pereira Lima. Ela o acusara então de assédio sexual numa ocasião em que fora lhe pedir para que reconsiderasse sua decisão. O caso ganhou repercussão na mídia, especialmente através do dito periódico.

Outras acusações também vieram logo na seqüência. Segundo uma delas, ele teria assediado a esposa de um de seus auxiliares, provocando o desquite do casal; em outra, era apontado como freqüentador do n. 277 na Rua Martins Fontes, onde participaria de farras noturnas em conjunto de "assíduas freqüentadoras", como "as jovens Alcira Peluça, judia brasileira, e Iracema Vitória, Uruguaia"[94]. Em decorrência disso, conforme relata Viriato de Castro:

> "surgem páginas e páginas de fotografias de Jânio Quadros nas poses mais características. Aquela foto em que êle apareceu, na tribuna da Câmara Municipal de S. Paulo, quando vereador, com barba por fazer de mais de vinte dias, descabelado, olhar místico, símbolo de todos os desafortunados, miseráveis, sedentos de justiça, ocupava uma fôlha inteira. (...)
>
> A par disso, no decorrer da descrição da denúncia de Diva, o jornalista e autor dos trabalhos, Alberto Conrado, insultava desabridamente a Jânio Quadros, acompanhado pelo próprio diretor da revista 'O Mundo Ilustrado', Geraldo Rocha. Ambos usavam os têrmos mais insultosos para com a pessoa do governador de S. Paulo: 'mistificador', 'vassourinha', 'anormal', 'louco', 'tarado', 'desequilibrado', caricato 'clow', 'Calvero sem talento', 'Harold Loyd

[93] Vera CHAIA. op. cit., p. 123.

[94] Viriato de CASTRO. op. cit., p. 175. Alguns libelos contrários a JQ veiculando essa temática circularam no final da década de 1950 e no início da de 1960. O livro de Adelaide Carraro, em que esta descreve um ardente romance com o governador de São Paulo, por exemplo, traz referências implícitas de que seu suposto amante seria JQ, com menções a "vassouradas" na administração pública e ao que seria a dubiedade da personalidade do mesmo, espécie de "Dr. Jekyll" na política, atributos sabidamente associados a ele. A edição a que tive acesso refere-se à sexta, de 1963, sem a indicação da data da primeira publicação, de modo que é arriscado afirmar que a obra chegou a circular e produzir efeitos quando JQ ainda era governador. De qualquer modo, quer trate ou não de fatos concretos, esse livro provavelmente deve ter contribuído para lançar dúvidas sobre a credibilidade da imagem de JQ em momentos posteriores. Cf. Adelaide CARRARO. *Eu e o governador*, *passim*. Outro exemplo disso pode ser encontrado no livreto *O que é Jânio Quadros...,* no qual alguém que se identifica como o advogado e jornalista Dr. José Prado Ferraz dirige comentários acerca da personalidade de JQ a um "ilustre e eminente general do exército". Além de trazer acusações de assédio sexual, este libelo apresenta uma série de acusações de práticas de corrupção que estariam veiculadas à ascensão política de JQ. FERRAZ, José Prado. *O que é Jânio Quadros...* Rio de Janeiro: Liga Nacionalista do Brasil, 1959. Arquivo pessoal Castilho Cabral – CPDOC – FGV, CC 353.2 (816.1) "1955/1959"/ F381q. A data de publicação deste texto sugere que sua circulação ocorreu notadamente no momento da campanha eleitoral para a Presidência disputada por JQ.

em decadência', 'falso Judas', 'choramingão (quando descoberto) como uma Madalena descabelabelada', etc. E, além do que denunciava a jovem Diva, o sr. Geraldo Rocha fazia côro, hormoniosamente, dizendo que Jânio recebera seis milhões de cruzeiros do 'Jockey Club' de S. Paulo e que gastara três milhões de cruzeiros em viagens à Europa!

Não obstante lhes sobejasse matéria para tal ofensiva contra Jânio, os atacantes não ficaram satisfeitos. A tal ponto que ainda inseriam, nas páginas da referida revista, as mais impróprias e indecentes caricaturas de Jânio, em desenhos feitos com a única intenção de atirar a figura do político ao mais baixo nível que já pudera imaginar um ser humano."[95]

Dessa forma, o próprio fato de que opositores de JQ o tenham atacado em sua faceta moral, sugere o quanto este aspecto de sua imagem era importante para sua força política. Através desses ataques procuravam esvaziar sua credibilidade, apresentando-o como falso moralista. A hipótese do sociólogo inglês John Thompson sobre a ampliação do papel dos escândalos políticos nas democracias inglesa e norte-americana, no pós-guerra, é interessante para se compreender esses ataques à figura de JQ. Segundo o autor, esse fenômeno estaria ali relacionado ao desinvestimento dos partidos como sendo veículos de propostas sociais e crenças distintas; ao passo que as pessoas passariam cada vez mais a observar a credibilidade dos líderes em função de seu caráter ou falta dele[96]. Admitidas as devidas diferenças entre os contextos anglo-saxão e brasileiro, cabe ressaltar que os partidos do país tinham, de modo geral, sua credibilidade muito abalada no seio da população - sem disso deduzir a partir do texto deste autor que os mesmos não fossem importantes para a canalização de demandas da sociedade -, e que JQ projetou sua carreira baseado na crítica e na insubordinação a eles, procurando conferir destaque ao que seriam suas qualidades pessoais. Ele próprio utilizara o escândalo como trunfo político, denunciando o que considerava abusos de ordem financeira. Agora escândalos de contornos sexuais eram articulados em torno dele.

O fato é que as denúncias novamente trouxeram a imagem do bufão à tona, com um sentido notoriamente depreciativo. JQ, nessa ótica, seria desequilibrado ou alguém sem o controle de si. Estas ocorrências, aliás, passam-se ao mesmo tempo em que ele é atacado pela dubiedade nas posições políticas. O jornalista e diretor do *Diário da Noite*, Edmundo Monteiro, foi por ele processado por ter publicado matéria considerada ofensiva a seu respeito. Diante disso, o deputado do PTB Cassio Ciampolini defendeu o jornalista na Assembléia Legislativa comentando o teor da reportagem, composta com a justaposição de

[95] *Ibid*., p. 172-173.
[96] John THOMPSON. *O Escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia*, p. 33.

duas fotos: "A primeira delas mostra o Sr. Jânio Quadros com um velho capotão surrado, gasto e até pouco limpo; a gravata desmanchada no colarinho, rasgando, da tribuna da Câmara, um convite do Jockey Club, porque jamais poria os pés em clube que não pagasse impostos. A segunda fotografia mostra o Sr. Jânio Quadros de hoje: de casaca, de cartola e de comenda, elogiando o Jockey Club. É uma incoerência da parte do Sr. Governador. E o que o jornalista Edmundo Monteiro fez foi apenas focalizar duas atitudes do Sr. Jânio Quadros. Como as atitudes do Governador são contraditórias, S. Excia. se excita, se enerva e manda processar o jornalista.'"[97]. Assim, se a imagem do bufão aparece anteriormente para demonstrar o descontrole de JQ quanto a seus impulsos sexuais, ela surge agora para apontar sua incapacidade de se controlar diante de críticas, especialmente relacionadas ao que seriam suas ambigüidades em seus princípios e atuações políticas.

Sobre a idéia de que JQ possuía facetas contraditórias, não encontrei, até agora, menção anterior a esse período. Na figura 7, há uma tentativa de conciliar o que seriam os dois aspectos da personalidade dele. Trata-se de um desenho retirado de um livro de charges publicado por Maurício Vita e Mauro Escobar, em 1959, intitulado *Jânio e a volta ao mundo,* no qual estes últimos procuraram representá-lo de maneira cômica durante sua viagem ao exterior, antes de iniciar oficialmente sua campanha presidencial. Segundo o prefácio assinado por Mauro Escobar, o livro não seria uma obra de "propaganda" por elogiar JQ na maior parte do tempo[98]. Qualquer que seja o estatuto dessa obra, numa de suas supostas críticas ao mesmo, na verdade, é possível vislumbrar também uma leitura positiva acerca do comportamento de JQ. A cena remete à partida deste último rumo ao exterior a bordo de um navio. Ele é representado num dos corredores da embarcação sentado ao lado de D. Eloá. Em pé, e de costas para o casal, aparecem duas mulheres em traje de banho. Numa possível brincadeira com o estrabismo de JQ, um de seus olhos é dirigido para as moças e o outro para o livro em suas mãos, no qual se lê "Tratado de Economia". A figura é arrematada com o que seriam os dizeres de JQ para sua esposa: "Eloá, meu bem, nessa 'matéria' eu sou especialista.".

---

[97] *Diário de São Paulo*, 01. 11. 1957. apud: Vera CHAIA. op. cit., p. 146.

[98] "Por mais que possa parecer, não é este um livro de propaganda política do sr. Jânio Quadros. Os leitores notarão diversas caricaturas em que se glosa a figura do homem que simboliza, no momento, para milhões de pessoas, a esperança de um Brasil melhor. Se o número de caricaturas que o elogiam é maior, isso se deve à inépcia dos que governam nossa pátria, levando-a a um estado caótico e desesperador." Cf. Maurício VITA & Mauro ESCOBAR. *Jânio e a volta ao mundo*, p. 5.

Com isso, os produtores dessa imagem referiam-se aos escândalos sexuais em que o ex-governador estivera envolvido havia pouco tempo. Daí a ambigüidade do termo "matéria" exibido entre aspas, deixando no ar para o espectador da figura se se trata de uma declaração do personagem representando JQ acerca de seus conhecimentos de economia, ou do corpo feminino. É possível admitir que tal imagem comporte um tom crítico a JQ quando veiculada fora do conjunto da obra, com a representação do descontrole emocional de um político que se apresenta como um administrador pautado por métodos racionais. Contudo, levando em consideração o conjunto do livro, com figuras destinadas a transmitir mensagens positivas acerca dele, é provável que o objetivo de seus autores seja o de destacar que a imagem do administrador racional não colide com as fraquezas humanas de JQ.

Outra contraposição à idéia de que este último tinha comportamentos ambíguos pode ser vista numa passagem do folheto *Jânio: o homem que não tem preço*:

> "Certas criaturas trazem a predestinação no próprio nome. (...) Estabeleçamos, agora, um paralelo entre o deus romano e o cidadão brasileiro Jânio...
>
> Janus é festejado no mês de Janeiro. O aniversário de Jânio é comemorado no mês de janeiro.
>
> Janus traz, nas mãos, dois símbolos: a chave, com que abre tôdas as portas, e o bastão, com que palmilha todos os caminhos...Jânio usa também dois símbolos: a vassoura e a vela acesa. Com a primeira procede à limpeza e põe ordem na casa da Pátria; com a vela ilumina os caminhos do povo...
>
> Adversários políticos, com a intenção de depreciá-lo, pintam-no com duas caras, como seu xará mitológico. Fazem-lhe assim, sem querer, o seu maior elogio: não tinha Janus mais de uma face para ver, ao mesmo tempo, o passado e o futuro, para estar alerta a tôdas as direções!?... Jânio, igualmente, não perde de vista o passado, que cultua e do qual aproveita os ensinamentos, nem deixa de prescrutar o futuro, que construirá sôbre as sólidas realizações do presente, a que dá especial solicitude e atenção...(...)"[99]

E a analogia desses autores, entre JQ e a referida divindade romana, não permite supôr que as acusações de dubiedade proferidas contra o primeiro surgiram muito por conta da etimologia de seu nome? Um problema mais relevante do que esse talvez seja admitir que o próprio aumento de suas bases de sustentação, com o atendimento de interesses de grupos frequentemente em conflito entre si, pode ter contribuído para conferir força a tal imagem de ambigüidade.

[99] Ofélia e Narbal FONTES. op. cit., p. 10-11.

Para os autores do folheto, na verdade, JQ seria um político com sólidos princípios e opiniões: "Sua linha de conduta é uma reta traçada em terreno firme, seguro e igual. Os que o conhecem podem prever suas reações pois se manifestam de maneira idêntica se se apresentam situações idênticas. (...) É um homem só, e sempre o mesmo; que não fecha os olhos nem tapa os ouvidos para ignorar, que não facilita negociatas para grangear amigos, que não adia decisões para acobertar transações indignas, que não participa de conchavos, que não se prevalece do prestígio do cargo para obter vantagens pessoais, que dá a mesma atenção a todos que o procuram - magnatas ou proletários (...)"[100]. Esta discussão sobre o que seria a personalidade de JQ adverte-nos a respeito de que as representações desta última faziam parte do jogo político, sendo delineadas para defendê-lo ou atacá-lo de acordo com diferentes projetos políticos e interesses de grupos sociais.

Outra representação que faz parte desse debate é a imagem de líder autoritário atribuída a ele, conforme visto anteriormente. Essa questão também veio à tona no período em que JQ esteve à frente do estado de São Paulo, em meio a uma acirrada discussão em torno das atitudes dele quanto à liberdade de expressão e pensamento. Assim como já o fizera na Prefeitura paulistana, o que ele não conseguia aprovar no âmbito do Poder Legislativo era tratado nos comícios pelo estado. Nessa época, começou a fazer uso também de outro meio de comunicação, a televisão. Num programa às quintas-feiras, criticava os políticos e partidos por tentarem imobilizar seu governo. Seu relacionamento com a imprensa não foi menos tumultuado, chegando a instaurar sessenta processos contra jornalistas. Repórteres foram expulsos do Palácio dos Campos Elíseos e órgãos de imprensa retiraram seus enviados dali. Muitas greves também foram observadas e tratadas com restrições por JQ, que manifestava então preocupações quanto aos limites das mesmas, bem como à infiltração de "desordeiros" nos movimentos[101]. As demissões de funcionário públicos foram constantes. Assim, não tardaram as acusações de inimigo da liberdade de imprensa e da democracia dirigidas a ele.

Algumas dessas atitudes renderam-lhe a pecha de "anormalidade" gerada pelo regime democrático brasileiro. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, em sessão de 4 de novembro de 1959, o deputado Carvalho Sobrinho, opondo-se à candidatura janista,

[100] *Ibid.,* p.22-24.
[101] Vera CHAIA. op. cit. p. 143-152.

reproduz um comentário do jornal *O Estado de São Paulo* sobre JQ, no período em que este último era governador de São Paulo. Seu objetivo era demonstrar a incoerência do periódico, que, de inimigo ferrenho dele, passara a um de seus maiores entusiastas na campanha presidencial. O comentário expressa bem a opinião do jornal sobre o significado das atitudes centralizadoras do governador:

> "Divulgaram alguns jornais, acentuando que a colheram no Palácio dos Campos Elísios, a notícia de que o Sr. Governador do Estado transmitiu instruções à sua Casa Civil, no sentido da remoção, para lugares distantes daqueles onde se acharem exercendo as suas funções, dos funcionários que recorreram à Justiça de atos governamentais atentatórios de seus direitos. (...)
>
> Achamo-nos em face, pois, de uma nova demonstração da singular personalidade que os maus fados elevaram ao govêrno de São Paulo. (...) Normalmente, os paulistas não podiam deixar-se iludir pelos seus grosseiros estratagemas demagógicos, que degeneraram, numa de suas campanhas, na mais triste farsa de que há notícia em nossas crônicas cívicas. Sua fulminante carreira só poderia explicar-se, assim, como uma conseqüência da adulteração de nossos ideais democráticos pelo getulismo, o que exerceu por seu turno profunda influência na formação da mentalidade do jovem político de Mato Grosso. (...) A aspereza dos seus despachos, a impolidez dos seus tão celebrados 'bilhetinhos' a autoridades administrativas, a descortesia com que trata normalmente os membros do seu govêrno estão perfeitamente de acôrdo com sua inteligência e com sua educação. Não se poderia esperar mais de uma inteligência mediana como a sua, desajustada das falhas comumente observadas em suas maneiras. (...)."[102]

O periódico, em sua tradicional visão liberal, critica o governador por considerar que ele ultrapassara os limites compatíveis com sua função. Segundo a opinião do jornal, a falta de esclarecimento poderia explicar duas coisas: primeiro, isso seria a causa da projeção política de JQ, uma vez que a experiência do governo Vargas teria obscurecido o discernimento do eleitorado paulista; segundo, também explicaria o desconhecimento do governador em relação a suas limitações, pois não teria sido suficientemente educado. Diante disso, JQ é visto como um produto da distorção do regime democrático do país e uma ameaça às liberdades públicas.

É preciso, contudo, levantar o problema de como tais gestos do governador, interpretados como manifestações de personalismo e autoritarismo pelo periódico, eram em geral interpretados pela população. Na figura 8 reproduzimos novamente uma fotografia veiculada na biografia de José Yamashiro. Nele JQ aparece diante de um homem uniformizado, a quem aponta um dos dedos em riste. Trata-se de um famoso símbolo de autoridade. Na legenda inserida pelo autor, lemos que a cena flagra uma "Inspeção

[102] *Anais da Câmara dos Deputados* (ACD), 04. 11. 59, p. 87-89.

inesperada do governador JQ a um Posto de Saúde, SP, em julho de 1955.". Ao mesmo tempo em que imagens como essa devem ter despertado a percepção, ou pelo menos a acusação, em muitos opositores de JQ quanto a suas supostas tendências ditatoriais, não é lícito supor também que a autoridade conferida a ele foi vislumbrada por muitos como um meio eficaz para a implementação da lei ou o combate àquilo que se percebia como injustiça?

1.3 – O líder aponta o caminho: personalismo e projetos políticos

Nos últimos momentos de seu mandato de governador, JQ empenhou-se na articulação de sua candidatura para deputado federal pelo Paraná através da legenda do PTB. Nas eleições de 3 de outubro de 1958, após alguns comícios naquela região, conseguiu os votos de 78. 810 eleitores, a maior votação proporcional do estado. Após assumir o cargo, não participou de nenhuma sessão do Congresso, empreendendo uma viagem ao exterior para articular sua candidatura à Presidência. Assim, na prática desde o início de 1959, tinha início a disputa para as eleições a serem realizadas em outubro de 1960. O início dos preparativos da campanha, na versão de Castilho Cabral, teria se dado com uma visita de JQ a sua casa, antes de seguir viagem, na companhia de Emílio Carlos, Hélio Muniz, Oscar Pedroso Horta, Lino de Matos e Augusto Marzagão, em suas palavras: "Sentou-se à cabeceira da mesa, e me disse: 'Não se espante com a invasão. Não vim apenas gozar de sua hospitalidade. Vim publicar o 'estado maior': vocês resolverão por mim enquanto estiver no estrangeiro, e a você cabe a maior parte do trabalho porque mora aqui no Rio, que é o centro.'(...) Nascia em minha casa a grande campanha, a vitoriosa 'revolução pelo voto."[103].

No roteiro de JQ figurariam lugares como África do Sul, Japão, Turquia, Egito, Israel, Iuguslávia, União Soviética e outros países da Europa Ocidental. Com isso, além de procurar reforçar a imagem de político que não transigia, deixando os arranjos de sua candidatura delegados a seu *staff*, também pretendia destacar os projetos políticos aos quais estava associado. Esta intenção talvez fique mais perceptível a partir dos comentários do líder comunista Luiz Carlos Prestes contra a candidatura janista, no texto *Por que os comunistas apóiam Lott e Jango*, divulgado naquele momento:

[103] Castilho CABRAL. op. cit., 140.

> "A candidatura Jânio Quadros se caracteriza (...) pelo seu aspecto demagógico, capaz de enganar importantes camadas populares. Procura beneficiar-se do sentimento de oposição e do descontentamento popular gerados e agravados pela política econômica e financeira do atual govêrno. A fim de conseguir a adesão de setores das camadas médias e das massas trabalhadoras, levanta a bandeira da moralidade administrativa e da luta contra a corrupção, atitude que lhe valeu, em São Paulo, o apoio de algumas fôrças políticas de base popular.
>
> Na realidade, porém, as principais posições políticas de Jânio Quadros se identificam com o programa das fôrças antinacionais e antipopulares. Em novembro de 1955 converteu São Paulo no reduto da conspiração golpista e entreguista que visava a impedir a posse dos eleitos pelo povo, manter no poder as fôrças do 24 de agôsto e implantar o 'regime de exceção' reclamado pelos agentes do imperialismo norte-americano como Carlos Lacerda.(...). É conhecida sua posição contrária ao monopólio estatal do petróleo. Quando os grupos ligados ao imperialismo lançaram a campanha contra os empreendimentos estatais, tendo em mira sabotar o desenvolvimento independente de nossa economia, Jânio Quadros associou-se a tal movimento, em entrevista ao 'Correio da Manhã'. (...)
>
> Ao assumir tais posições, Jânio Quadros tornou-se intérprete de grupos econômicos dos mais reacionários do país – os latifundiários, exportadores e banqueiros ligados ao comércio exterior, que constituem o cerne da oligarquia paulista vinculada ao imperialismo.(...)"[104]

Nestas linhas, JQ é tratado como um político capaz de "enganar" parcelas significativas da população em nome de grupos ligados ao "imperialismo". Uma prova disso poderia ser encontrada em suas declarações contrárias ao monopólio estatal do petróleo. Desse modo, um dos desafios que se colocavam diante da candidatura janista dizia respeito a seu desvencilhamento da idéia de que JQ deixaria o país à mercê dos monopólios internacionais, caso fosse eleito.

Além disso, as transformações ocorridas no país rumo a uma maior internacionalização de sua economia e sociedade, se despertavam temores quanto à penetração do capital estrageiro em seu meio, também suscitavam a resistência e a organização de muitas pessoas que se sentiam prejudicadas com essas mudanças. Um grande número de trabalhadores rurais da região nordeste, particularmente, ao se depararem com a transformação de seus modos tradicionais de trabalho (parceiros, posseiros e pequenos proprietários) para a condição de assalariados, deram origem às chamadas Ligas Camponesas, em meados da década de 1950[105]. Pleiteando uma reforma agrária, de forma vaga e sem um projeto definido a princípio, as Ligas ganharam projeção nacional com a expropriação do Engenho Galiléia e expandiram sua influência por várias regiões do país.[106]. Em 1960, sob a liderança de Francisco Julião, vários de seus líderes integraram a

[104] Luiz Carlos PRESTES. *Por que os comunistas apóiam Lott e Jango*, (sem marcação de páginas).
[105] Fernando AZEVÊDO. *As Ligas Camponesas*, p. 18.
[106] *Ibid*., p. 73.

comitiva da viagem que JQ faria como candidato à Presidência a Cuba e Venezuela. Nestes países, conheceram a experiência da reforma agrária cubana e as formas de atuação de um grande número de sindicatos e organizações rurais na Venezuela. Ainda naquele ano, os comunistas vinculados às Ligas foram derrotados em suas teses, o que intensificou o afastamento do PCB daquela organização[107]. Assim, havia uma grande pressão de setores organizados da sociedade no sentido de que uma reforma agrária fosse implementada no país. Havia também um debate entre esses segmentos da população sobre o sentido daquele termo, melhor esquematizado nas alternativas reforma ou revolução social.

Em meio a tais questões, JQ, como fizera em outros momentos de sua carreira política, serviu-se de símbolos para indicar sua dose de comprometimento com a defesa da soberania nacional e de reformas sociais, desta vez com *slacks* indianos. É num deles que ele aparece na figura 9, em retrato feito pelo fotógrafo Ernesto Santos em Istambul e divulgado pela revista *O Cruzeiro*, na edição de 11 de julho de 1959. Nele sua imagem é congelada no momento em que ele leva os dois dedos indicadores logo abaixo dos olhos, puxando-os levemente, num gesto que indica atenção ou consciência diante de alguma questão. O sentido desse movimento é ampliado pelo trabalho de edição, na legenda, que, notadamente, traz a informação de que os olhos abertos de JQ estão relacionados ao petróleo como um dos alicerces da soberania nacional. Os escritos sobrepostos à imagem, ademais, fornecem outra pista importante ao indicarem que ele está vestido com "roupa à Nasser". Ocorre então a associação de sua imagem a um dos ícones do mundo árabe, Gamal Abdel Nasser, o líder egípcio que nacionalizara, havia pouco, o canal de Suez mesmo diante da pressão de potências ocidentais, como França e Inglaterra, ambas interessadas no controle daquele acesso marítimo, além de ter conduzido um programa de reforma agrária em seu país[108]. Assim, tanto a intenção de JQ - e possivelmente a de alguns de seus assessores - quanto o trabalho de edição da revista, parecem convergir no sentido de representá-lo como alguém à altura de confrontar poderosos interesses internacionais,

[107] *Ibid*., p. 78.
[108] Mais informações sobre o caráter reformista e conservador dessas medidas podem ser encontrados em Gerard CHALIAND. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*.

quando o assunto fosse a defesa do monopólio estatal do petróleo e a promoção de reformas sociais no país[109].

Com isso, JQ também sinalizava o projeto da chamada política externa independente (PEI). Segundo Braz José de Araújo, é possível observar, nos últimos anos do governo Kubitschek, a preocupação deste último em ampliar os mercados para os produtos do país em regiões como o Leste Europeu, a Ásia e a África[110]. Tanto em sua plataforma de governo quanto em suas atitudes concernentes à política exterior na Presidência, portanto, JQ dá seqüência a muitas das diretrizes implementadas pela administração anterior. Entre os princípios dessa política, defendia-se a idéia de que não haveria razões para o governo brasileiro deixar de promover trocas comerciais com países de regiões periféricas no mundo ou com regimes de orientação comunista. Outros aspectos também marcantes da política externa proposta por JQ referiam-se à defesa do direito de autodeterminação dos povos e ao não alinhamento do país aos dois pólos da Guerra Fria, representados pela União Soviética e pelos Estados Unidos; daí a referência de JQ a Nasser, um dos principais expoentes dos países do chamado Terceiro Mundo nessa busca de maior autonomia diante das grandes potências naquele período, com o uso dos *slacks*.

Além de ter expressado essa simbologia através daquela vestimenta, ele também buscou investi-la de outros significados. Na figura 10 podemos ver um conjunto de fotos publicado na revista *O Cruzeiro*, de 11 de julho de 1959, em que ele aparece trajando o *slack* na Terra Santa. Fotografado novamente por Ernesto Santos, JQ é retratado em visita a lugares sagrados para a cristandade e em momentos em que procura transmitir devoção. Assim, se o uso do dito traje tinha a função de transmitir a idéia da defesa dos interesses

[109]A escolha dos *slacks* para veicular tal simbologia parece ter sido feita em meio a outras possibilidades. Por exemplo, em carta enviada por Castilho Cabral a JQ durante a dita viagem, em 2 de julho de 1959, vem implícita uma sugestão para que JQ repetisse um célebre gesto de Getúlio Vargas, ao deixar-se fotografar com as mãos besuntadas com petróleo: "Os nossos adversários querem a sucessão em termos de 'nacionalismo vs. entreguismo' não só para terem bandeira, como também para neutralizar o sentido da 'vassoura'. As declarações que v. fez em Istambul e Roma foram ótimas; afigura-se-me que um impacto emocional (v. lambuzando as mãos no 'ouro negro' em poço do Recôncavo, como outro dia lembrara o C. Lacerda em casa do Brigadeiro Muniz) liquidaria o assunto. Voltaria tão só à luta contra a corrupção e pelo desenvolvimento harmônico do país, enfatizando o problema Norte-Nordeste e afirmada a necessidade do progresso da agricultura como garantia de industrialização mais rápida do Brasil. Liquidar a polêmica a que nos desejam levar os adversários. 'Realizar no Brasil o que fez em São Paulo' – é na verdade o que o povo deseja de Você, e a razão mais profunda da imensa receptividade de sua candidatura.". *apud:* Castilho CABRAL, op. cit., p. 261-262.

[110] Braz José de ARAÚJO. *"A política externa no governo de Jânio Quadros"*, in: José A. G. Albuquerque (org.) *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, p. 264.

nacionais e de reformas sociais, foi preciso demonstrar o quanto esse significado harmonizava-se com a presença de símbolos cristãos. É provável que isso tenha sido deliberadamente feito por JQ e membros de sua equipe com o propósito de afastá-lo de acusações de estar envolvido com o comunismo e seus princípios materialistas, por ele ter manifestado, como visto, a pretensão de manter certa presença do Estado na economia, um tema caro a tal doutrina, e de aproximar-se de países do bloco socialista[111]. Tal hipótese é tanto mais plausível na medida em que JQ propunha-se a defender o ideário da democracia cristã.

A partir dessas considerações, é preciso muito cuidado com o emprego do conceito de mito à figura de JQ. Um caso interessante, que talvez nos ajude a refletir acerca desse problema, pode ser encontrado num célebre ensaio de Roland Barthes publicado na coletânea *Mythologies*[112]. Trata-se de sua análise de uma capa da revista francesa *Paris-Match*, na qual aparece um soldado negro com uniforme francês prestando continência à bandeira tricolor. Na interpretação do autor, há nessa imagem uma alusão ao colonialismo francês: a França seria um grande Império em que todos seus filhos, independentemente da cor, servem-na fielmente. O mito assim constituído, para Barthes, não nega as coisas; ao contrário, sua função é expressá-las. O papel do mito pode ser notado na purificação delas, ou seja, no esvaziamento de seu sentido contingente e histórico e em sua fundação enquanto natureza. Ora, deixando um pouco de lado essa análise de Barthes e retomando o caso das imagens de JQ portando *slacks*, não é justamente o inverso que se observa: a veiculação de mensagens que procuram desnaturalizar determinadas condições do país,

[111] Tanto JQ quanto muitos dos membros de sua equipe tinham consciência do potencial destrutivo de ataques desse gênero à sua imagem pública. A carta de Castilho Cabral traz pistas sobre isso, com a seguinte proposição a JQ durante a visita deste à Rússia comunista: "Em vista de sua visita à Russia, creio que não será máu que eu acerte com o C. Lacerda um 'Te Deum' aqui na Candelária, ou então, V. acerte com o CP e Quintanilha um em S. Paulo, pois que, desde a minha surra senatorial, tenho muito mêdo da influência das batinas, a qual o Lott parece disposto a se agarrar de unhas e dentes...". Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC – FGV, CCc 59. 04. 13, I-15. Na mesma reportagem em que aparece a seqüência de fotos em questão, foi publicado um dos famosos bilhetinhos de JQ com os seguinte comentários, : "Por intermédio do jornalista Castello Branco e, assim, de 'O Cruzeiro', mando, da Terra Santa, após visitar Jerusalém, e à vista do Monte Tabor e de Nazaré, minhas saudações fraternais aos católicos brasileiros e a todos aqueles, qualquer que seja a confissão, que adoram o Homem-Deus, cujos passos consagram estas terras, e cuja pregação nos ilumina e orienta para a Eternidade. Terra Santa (cercanias de Nazaré), aos 23 de junho de 1959. (Ass.) Jânio Quadros". *O Cruzeiro*, 11. 07. 59, p. 44. Isso evidencia a atenção especial dele com o mesmo público que despertara a preocupação de Castilho Cabral acima

[112] Roland BARTHES. *" Le mythe, aujourd' hui"* in: *Mythologies*, p. 215-267.

indicando a possibilidade de sua transformação mediante projetos políticos específicos[113]? Dessa forma, se havia a produção de um mito em torno de JQ, isso não implicava na despolitização generalizada de sua imagem pública[114].

Se a política externa proposta pela candidatura janista guardava muitos pontos de contato com as diretrizes do governo Kubitschek, outros elementos foram utilizados para demarcar a diferença com este último. As críticas a ele recaíam principalmente sobre a corrupção, o desperdício de recursos com as obras de Brasília, a inflação, o aumento do custo de vida e o que seriam as futilidades do "presidente voador"[115]. A socióloga Miriam Limoeiro Cardoso, ao analisar uma série de discursos de JQ proferidos naquelas circunstâncias, a meu ver, delineou com clareza uma das principais distinções estabelecidas pelas proposições janistas em relação à administração Kubitschek:

> "Não cabe [para JQ] discutir o desenvolvimento como objetivo. Ele já faz parte da aspiração do brasileiro em geral. A mensagem que o janismo traz, no entanto, é que o crescimento *econômico* é parcial e, porque esta parcialidade se exerce contra aqueles que mais se vêem atormentados pela pobreza, é injusto. Aceita a necessidade de lutar para promover o crescimento econômico, Jânio coloca em discussão os objetivos a que ele deve servir, os princípios pelos quais se deve nortear e, conseqüentemente, a forma de obtê-lo. É assim que a valorização do homem assoma à cena ideológica e com um papel relevante a desempenhar.
>
> Procedendo a uma análise superficial, pode-se julgar que a determinação de um papel importante para o 'homem' nesta ideologia política seja um recurso de mobilização. (...) Penso que para Jânio a valorização do homem não é apenas um objetivo, mas principalmente, numa perspectiva menos imediata, ela é um meio. A sua preocupação com a valorização do homem é, antes e acima de tudo, a preocupação com a formação do povo, razão de ser e base de sustentação de toda a política pretendida. Jânio assume como sua a tarefa de contribuir para a politização e a elevação de consciência capazes de transformar um amontoado de indivíduos dispersos por um território num conjunto articulado de cidadãos de uma Nação. (...) Seu trabalho político se propõe em termos muito mais pedagógicos do que eleitorais: ele

[113] Ao analisar discursos de JQ durante a campanha presidencial e o exercício da presidência, Miriam Limoeiro Cardoso notou as seguintes características no conteúdo deles: "Para o Presidente Jânio Quadros o presente não aparece como um dado. O estado de coisas com que se defronta não é tratado como uma situação de fato a que deva dar continuidade ou que tenha de aceitar como ponto necessário de partida. Não me refiro aqui ao presente como o atraso ou o subdesenvolvimento do País, mas ao processo de desenvolvimento em curso, na sua forma e na sua mecânica. Jânio praticamente se insurge contra ele, submetendo-o a severa crítica e, participando de suposições diversas, propõe caminhos também diversos." Miriam L. CARDOSO. *Ideologia do Desenvolvimento*, p. 287. Portanto, mesmo admitindo que as fontes iconográficas acima possuem um estatuto próprio, não se reduzindo à reprodução de sentidos dados pela palavra escrita ou falada, fica evidente que não ficavam a dever nada a estas últimas em termos de politização.

[114] Analisando os discursos políticos em confronto na campanha eleitoral brasileira de 1994, Luis Felipe Miguel também sustenta que os mitos só atuam na rejeição da política quando vêm dissociados de propostas e projetos políticos. Cf. Luis Felipe MIGUEL. *Em busca da harmonia perdida. Mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994).*

[115] Vera CHAIA. op. cit, p. 177.

busca o voto, sim, mas como conseqüência da adesão à causa que defende. Neste sentido a sua atitude é política na acepção precisa do termo."[116] (Grifos da autora)

Conforme as observações da autora, não há um questionamento do desenvolvimento como objetivo nas falas de JQ, mas o acréscimo da preocupação com a valorização do homem entre suas metas. Ora, não se trata justamente de um princípio-chave do ideário associado à democracia cristã, no sentido de promover reformas como a ampliação da participação política e a defesa de melhores condições de vida entre os setores populares, com o propósito de impedir a luta de classes[117]? Não se trata de propor acima uma experiência semelhante à do Partido Popular Italiano, que, na condição de partido laico mas inspirado na doutrina cristã, ao longo do século XX, contribuiu para o alargamento da base da classe dirigente na Itália, inserindo a massa popular católica no quadro institucional do estado liberal, em alternativa a propostas revolucionárias presentes no movimento operário[118]?

Essas proposições estiveram, pois, intimamente associadas à imagem pública de JQ. As críticas ao governo que serviram de suporte a tais propostas também foram veiculadas por muitos de seus simpatizantes**.** Em artigo de Vandick L. Nóbrega, por exemplo, então vinculado à direção do MPJQ, publicado no jornal *O Globo*, em 27 de junho de 1960, há um balanço crítico dos efeitos da inflação no país nos seguintes termos:

> "Não resta a menor dúvida que foi instaurada no País uma nova filosofia de governar e de ludibriar a paciência dos brasileiros. Criou-se a COFAP para controlar os preços das mercadorias, mas na realidade êsse contrôle é fictício, ilusório. Todas as vêzes que os produtores desejam seja a mercadoria aumentada fazem com que ela desapareça no mercado. E diante disso, o que faz a COFAP? Tenta ou simula reagir, mas não consegue resultados concretos, porque decorridos alguns dias, o preço é mesmo aumentado. (...) Devemos convir que seria injustiça e até covardia se fizéssemos recair tôda a responsabilidade na COFAP. (...) É recente o caso do 'feijão podre', negócio realizado por determinação da Presidência da República segundo declarou um diretor do Banco do Brasil, o qual acrescentou haver apenas cumprido ordens superiores, pois se manifestara contrário à transação, que sabia ser danosa aos cofres da Nação. (...) O feijão, o açúcar, o leite, desaparecem do mercado, mas voltam, embora com preços aumentados. (...) O próprio Governo se incumbe de propalar por todo o mundo que transformou o Brasil num paraíso, mas não procura auscultar as aflições que proporciona ao povo, com a elevação do custo de vida. De que vale êsse progresso aparente se o povo começa a ter fome? Quem procura

[116] *Ibid*.
[117] Jean-Marie Mayer, pensando a experiência européia, indica que o termo catolicismo social pode englobar correntes favoráveis ou contrárias à adaptação da Igreja ao mundo moderno; mas ele destaca que nessa disputa há espaço para aqueles que advogam a promoção da democracia social. Cf. Jean-Marie MAYEUR. *Catholicisme Social et Démocratie Chrétienne*, p. 10.
[118] Cf. Mario ROSSI. *Da Sturzo a de Gasperi*, p. 113.

> imitar Narciso pode supor que o povo tem vocação de Midas, que transformava em ouro tudo aquilo em que tocava. No caso, Midas é o próprio Govêrno, que fabrica dinheiro sem lastro, com o qual consegue ludibriar o povo, levado a contemplar um progresso fictício, como se isto bastasse para lhe saciar a fome."[119]

Neste trecho, surge uma condenação moral do autor ao governo por este não conseguir impedir a majoração do custo de vida, favorecida supostamente por decisões equivocadas e ausência de controle suficiente sobre o abastecimento de gêneros alimentícios; o que abriria espaço para a ação de especuladores. É com esses elementos que o autor relativiza o emprego do termo progresso presente no discurso oficial, sustentando que a realização de grandes obras conviveria lado a lado com o não atendimento de necessidades básicas da população. No caso, trata-se de atacar os efeitos de uma taxa de inflação que de 19, 2 % em 1956, saltara para 30, 9 % em 1960[120]; e, da mesma forma, de tocar numa das questões que contribuíram decisivamente para a projeção da liderança política de JQ em âmbito nacional.

Diante disso, ao mesmo tempo em que propostas e projetos políticos estavam associadas à imagem de JQ, era preocupação dele e de muitos de seus partidários a dissociação pública da influência de grupos empresariais e de legendas partidárias em sua candidatura. O apoio de uma instituição proclamada a-partidária, o MPJQ, seria fundamental para essa estratégia. Castilho Cabral, que o presidiria na maior parte de sua existência, fornece a seguinte versão sobre as primeiras articulações para a criação do mesmo, desvinculando-o da iniciativa de partidos:

> "certa tarde nos corredores da Câmara fôramos abordados, Emílio Carlos e eu, por alguns rapazes que se diziam fundadores de um Movimento pró-Jânio e nos pediam para contribuir no Livro de Ouro. Emílio 'morreu' com 1.000 cruzeiros, eu não, que sempre abominei 'livros de ouro', praga que persegue os políticos em campanha eleitoral. (...)
>
> Os rapazes do tal Movimento pró-Jânio, que se tinham encontrado com Quintanilha em casa de Augusto Marzagão, haviam marcado uma reunião para o dia 20, na ABI, ótimo, dizia Emílio, 'assim o Jânio sai diretamente do povo, antes dos Partidos se pronunciarem'.
>
> Compareço com Lino de Matos à ABI, em cujo auditório se reunia uma porção de gente desconhecida, nenhum político, salão quase cheio. Pediram-me que presidisse a sessão. Declarou-se fundado o 'Movimento Popular Jânio Quadros', lançada a candidatura do ex-governador à presidência da República com quase dois anos de antecedência da eleição que se realizaria a 3 de outubro de 1960."[121]

---

[119] Vandick L. NÓBREGA. *"Jânio e a 'Cofeve'"*. Cf. Vandick L. NÓBREGA. op. cit., p. 32-35.
[120] Maria V. M. BENEVIDES. *O Governo Kubitschek*, p. 235.
[121] Castilho CABRAL. op. cit., p. 149.

Mais adiante, ao relatar o que seriam os primeiros passos da organização do movimento, quando assume sua presidência, Castilho Cabral busca enfatizar a variedade social de seus componentes, provindos dos mais diversos grupos sociais e "todos sem expressão política", bem como a espontaneidade e a modéstia das contribuições recebidas:

> "Assumo publicamente a presidência do Movimento Popular Jânio Quadros, que se vagara, por divergências entre os fundadores, pouco depois da reunião de 20 de abril na ABI. Todos os dirigentes depuzeram em minhas mãos os seus postos, para a reorganização que fôsse mais útil. Mantive Arthur Oscar Junqueira na secretaria geral e Cristóvão Mendes da Silva numa vice-presidência, ambos conferentes da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, aquêle paulista de Ribeirão Preto, êste do Maranhão, que se juntando a Sérgio Nogueira Ribeiro, e Silvio Romero Moreira, procuradores do IAPI, Gáudio de Melo Pires, procurador da USELPA e estudante de direito, Silvio Viotti de Vasconcelos, funcionário do IAPC, e outros elementos, todos sem expressão política, estudantes, operários, donas de casa haviam promovido, desde outubro de 1958, a fundação do Movimento. Haviam conseguido com Gáudio duas salas na rua da Quitanda 30 - 4° andar. 'Livro de Ouro', 'venda de vassourinhas, 'selos' e flâmulas eram a origem dos recursos, a que se somavam as contribuições de cada membro da direção. Níqueis."[122]

Na verdade, um grande número de empresários, muitos ligados ao capital estrangeiro, contribuiu para o financiamento da campanha eleitoral. O Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP) forneceu recursos ao candidato e, conforme indica René A. Dreifuss, houve também a contribuição financeira de empresários ligados aos grupos Votorantin, Matarazzo, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Indústria Automobilística de São Paulo, Federação das Associações Rurais e Moinho Santista[123]. O empresário Roberto Selmi Dei, por sua vez, integrava o círculo de pessoas íntimas a JQ, tendo-o acompanhado durante a mencionada viagem[124]. E, conforme veremos no capítulo seguinte, havia articulações entre o MPJQ e a cena partidária no país.

---

[122] *Ibid.* p.154-155.
[123] René A. DREIFUSS. *1964: a conquista do estado*, *passim*.
[124] O jornalista Joel Silveira, em nome do *Diário Carioca* e do *Mundo Ilustrado*, acompanhou JQ em outra viagem, logo após a vitória deste último no pleito presidencial. Em livro de memórias, ele relata o seguinte diálogo sobre a localização do presidente eleito com o diretor dos ditos veículos, João Dantas, em que este inicia dizendo: "fui informado pelo Roberto Selmi Dei, que está em Roma e que me telefonou, que é muito provável que ele passe por Roma antes de tomar o navio de volta. Como você sabe, o Selmi Dei é um dos amigos mais próximos de Jânio. (...) Não apenas amigo, pensei, mas também um dos mais generosos financiadores de suas campanhas políticas. Empresário de sucesso, proprietário de moinhos de trigo e grande investidor no mercado do grão, Roberto Selmi Dei eu já conhecia, pessoa lhana, alegre, amigo de boa mesa e do bom vinho, e, principalmente, amigo dos seus amigos. Era sincera a sua admiração por Jânio, amizade recíproca. Com o tempo, Jânio fizera dele um dos seus poucos confidentes. 'O que Selmi Dei não souber a respeito de Jânio, ninguém mais sabe', costumava-se dizer." Cf. Joel SILVEIRA. *Viagem com o presidente eleito*, p. 84.

Dessa forma, estavam corretos os adversários da candidatura janista quando afirmavam que esta última era financiada por grandes empresários e por recursos provindos do capital estrangeiro. Já o mesmo não se pode afirmar de JQ, que negou tais vínculos durante a campanha, como o fez, por exemplo, em discurso no Rio Grande do Sul, em 19 de agosto de 1960, ao recusar as acusações do Marechal Lott de que empregava dinheiro estrangeiro na campanha: "Veja os programas de televisão. As paginas de cadeias de jornais e até os distintivos de ouro, tudo custando quantias fabulosas. Enquanto isto, nossos recursos resultam de pequenas contribuições angariadas nas praças públicas com movimento de fundos dos quais participam trabalhadores dos mais humildes. Aliás, o que se observa é que todos nos ajudam, dada ser a nossa causa a causa do povo, colocando bônus nas cidades com a mais espontânea e jamais vista propaganda da nossa historia. (...)."[125].

Não teria a futura vitória de JQ no pleito presidencial, escorada em parte em tal imagem, contribuído para alimentar a interpretação de que ele teria sido bem sucedido em ludibriar o eleitorado? Procurando trocar o julgamento de valor pela tentativa de compreender o significado disso, talvez seja melhor reformularmos o problema: o que poderia ser identificado como comportamento político dos eleitores naquelas circunstâncias, a identificação clara e precisa das fontes de financiamento e apoio dos candidatos em disputa, ou a escolha por comparação de alguns projetos entre outros e a confiança na capacidade de seus portadores em implementá-los?

Enquanto JQ esteve fora do país, diversos grupos no interior de vários partidos cogitaram em lançar sua candidatura por suas respectivas agremiações, como a UDN e o PTN. Mas foi no seio desta última, em convenção realizada em 21 de abril, que ele foi oficializado candidato. Estavam presentes na reunião Emílio Carlos, líder do PTN, Nei Braga, Hamilton Nogueira, Lino de Matos e políticos de outros partidos. Restou apenas a candidatura à vice-presidência em aberto, para possíveis coligações. Nesse momento, o presidente J. Kubitschek tentou aproximar a coligação de partidos que formara o cerne de seu apoio parlamentar, o PSD e o PTB, com seu principal foco de oposição, a UDN, por meio do incentivo da candidatura à Presidência do udenista Juracy Magalhães, governador da Bahia e presidente da agremiação. Porém, muitos udenistas, com destaque para a

[125] V. dos SANTOS & L. MONTEIRO. op. cit., 220.

atuação do então deputado federal Carlos Lacerda, passaram a exigir publicamente o apoio de seu partido a JQ. Com o fracasso da estratégia do governo em promover a mencionada aproximação partidária, o Marechal Henrique Lott acabou sendo escolhido para disputar as eleições presidenciais em nome do PSD. Para a formação da chapa, concordou-se no seio deste último em incorporar o nome de João Goulart para concorrer ao cargo de vice-presidente. Também concorreria à Presidência Adhemar de Barros pela legenda do PSP. Do lado de JQ, iriam incorpora-se logo à campanha o Partido Libertador (PL) e o PDC, que indicava o nome de Fernando Ferrari como possível concorrente à vice-presidência, e, ademais, a UDN, vingando nela as proposições encabeçadas por Carlos Lacerda, com o estabelecimento do nome do governador de Sergipe, Leandro Maciel, para postular a posição disputada por F. Ferrari.

O retorno de JQ ao país, no dia 21 de setembro de 1959, em meio às articulações para sua candidatura, marcou o início oficial de sua campanha. Naquele momento, ele se viu novamente entre tendências conflitantes, interessadas em imprimir significados distintos à sua imagem, conforme relata Castilho Cabral:

> "A chegada de Jânio provoca novo desentendimento do MPJQ com o chamado 'grupo de S. Paulo', que se opunha terminantemente a que promovêssemos manifestação popular no cais do Rio, a pretexto de que poderíamos, com um fracasso empanar o brilho da recepção em Santos, que estava sendo preparada em grande estilo.
>
> Chocam-se novamente as duas orientações, a de Quintanilha-D'Horta, prendendo Jânio às conveniências da política paulista 'para o futuro', vale dizer, 'estadualizando' uma candidatura nacional, e a do MPJQ, cujo objetivo era o de evitar contra o candidato a suscitação das animosidades regionais, o ciúme contra S. Paulo, que os adversários procuravam açular. O 'grupo de S. Paulo' parece que já havia tratado do assunto, epistolarmente, com Jânio, pois que, de volta de sua viagem a Portugal, Carlos Lacerda deu-me informações de que o candidato achava mais indicado Santos para a recepção. (...)
>
> Anunciamos a manifestação na Praça Mauá, e veio de S. Paulo, atribuída a Quintanilha pelos jornais, uma nota expressa de que só em Santos receberia Jânio a manifestação popular.
>
> Quando o 'Frederico C' acostou, à beira do cais do Rio de Janeiro, uma grande multidão aclamava Jânio, mas foi um custo levá-lo até a Praça Mauá, pois lhe sopravam às oiças que lá havia pouca gente; foi preciso que Afonso Arinos, Carlos Lacerda e eu insistíssemos fortemente para que Jânio se dispusesse a ir ao palanque, onde recebeu a aclamação arrebatadora da massa popular reunida pelo MPJQ, ajudado pelos lacerdistas da UDN.(...)" [126]

Nesta passagem, Castilho Cabral sugere como duas correntes se chocavam nos bastidores da campanha janista, tentando definir-lhe os sentidos de maneira própria, seja enfatizando sua identidade com o estado de São Paulo, ou colando sua imagem a todos os

[126] Castilho CABRAL. op. cit, p. 166.

estados da federação. O candidato oscilaria constantemente entre os caminhos propostos, mudando de posição conforme as diferentes pressões ou conveniências das circunstâncias. E isso é uma pista importante para a problematização da idéia de que JQ movia-se sempre à margem de grupos sociais e partidos.

Durante os preparativos para a divulgação da candidatura janista a ser realizada no Norte, a UDN decidiu proibir a participação de F. Ferrari na campanha. Logo em seguida, ainda em novembro, JQ retirou sua candidatura, argumentando não ter alcançado o grau de autonomia política que julgava necessário para conduzir sua proposta, como se pode notar em trecho de sua carta de renúncia, divulgada no dia 27 daquele mês: "Estabeleceram-se entre algumas das fôrças que me apoiavam a incompreensão e a desconfiança. Não as podendo responsabilizar – e não o faço – devo aceitar as responsabilidades. Por certo, as deficiências residem em mim. São falhas naturais de temperamento e personalidade, que não remediarei. Acompanhar-me-ão, até o túmulo. (...) Na trama de suscetibilidades, de frustrações, de suspeitas, que se tecia ao meu derredor, não tinha eu maneiras para ultrapassar a campanha eleitoral e, se por milagre a ultrapassasse, não exerceria a chefia da Nação, com o desembaraço e a segurança indispensáveis. Antes abrir mão desta candidatura agora, do que deixá-la mais adiante, com danos irrecuperáveis às agremiações que me recomendavam."[127].

Assim, dialogando com a imagem de que possuía "falhas naturais de temperamento e personalidade", sabidamente usada contra ele por seus adversários e inimigos, e buscando conferir-lhe um sentido positivo, na medida em que as mesmas não lhe permitiriam transigir com os limites e imposições à sua ação, JQ acaba por não explicitar quais seriam os motivos de sua renúncia. Ora, o simples fato de instrumentalizar sua imagem de temperamental para justificar sua atitude, por si só não sugere um certo grau de consciência do ato praticado?

Ao que tudo indica, incomodava-o a interferência da UDN com sua exigência de que Leandro Maciel fosse o postulante à vice-presidência, tanto pelo fato de que este último era um político de expressão apenas regional – e levando a sério também os argumentos indicados por ele na carta de renúncia - , quanto em razão de tal arranjo conferir um caráter partidário à sua candidatura, que foi apresentada como livre de compromissos com partidos

[127] Citado em Mário Victor. *5 anos que abalaram o Brasil*, p. 59.

durante toda a campanha[128]. Carlos Lacerda fornece a seguinte versão dos referidos acontecimentos em seu *Depoimento*:

> "o Jânio acabou lançado pela UDN (...) Surgiu então o famoso episódio da renúncia de sua candidatura (...). Tudo aconteceu mais ou menos assim: Eu tinha dito ao Jânio que achava muito bom que ele começasse a campanha nacional pelo Território do Acre, o atual Estado do Acre, um lugar onde candidato nenhum vai. Então se queremos dar a idéia realmente de um candidato nacional, é bom começar pelo Acre. Jânio disse: 'Muito boa idéia' (...) 'Vou começar pelo Acre.'
>
> Mas aí começou a pressão dos políticos da UDN em cima dele. Magalhães Pinto vai lá e impõe condições. Vai lá o Cid Sampaio e leva uma 'paulada' de condições do Nordeste, SUDENE e não sei o quê. Parecia o General Lee tratando com o General Grant a guerra entre o Sul e o Norte: acabar com o predomínio econômico de São Paulo, etc. e tal. Jânio se comprometeu com tudo que o Cid pediu, evidentemente para ter o apoio da UDN de Pernambuco, e o Cid então chega em Pernambuco e lê, no rádio ou na televisão, tudo o que ele havia lhe prometido, coisa gravemente comprometedora para o Jânio tanto no Sul quanto no Norte – parecia que o Jânio era um boneco, um 'pau mandado' (...). Surgiu também o problema do candidato à Vice-Presidência da República (...)
>
> Quando, em casa do Roberto Sodré, impõe-se a ida do Leandro Maciel ao Acre, o Jânio já tinha convidado o Fernando Ferrari – que corria por fora como candidato 'das mãos limpas' – para ir com ele. E ai o pessoal da UDN fechou questão: não, tem que ir é com o Leandro Maciel; (....)
>
> Jânio foi para um canto, bateu um negócio na máquina, veio assim com um ar de quem está se despedindo, entregou o papel para o Aparecido e disse: 'Dê a esses senhores'. E saiu. Era apenas sua renúncia à candidatura à Presidência da República.(...)." [129]

Esta passagem traz informações importantes sobre os bastidores da campanha eleitoral, ao corroborar a existência no interior deles de uma preocupação em transformar JQ num "candidato nacional", através de sua ida a um território pouco visitado pelos políticos em geral e a incorporação de um candidato à vice-presidência de uma região com menor influência político-econômica na federação. O relato de C. Lacerda também é interessante por sugerir até que ponto JQ cedia às pressões dos grupos que o envolviam. Assim, ao passo que a proposta de buscar nacionalizar a imagem de sua candidatura através de uma viagem parece ter sido bem recebida, as exigências de setores da UDN sobre

[128] Afonso Arinos de Melo Franco, uma das figuras de proa da UDN no período, faz o seguinte relato da convenção udenista que endossou o apoio à candidatura de Jânio e Leandro Maciel: "Lembro-me de um pequeno episódio que me impressionou, no dia da convenção. No momento em que Leandro Maciel era chamado para votar, alguém gritou das galerias superlotadas do Palácio Tiradentes: 'Muito prazer em conhecê-lo!' Os risos foram abafados pelas palmas, mas o dito era significativo. No Brasil é muito difícil hoje, no campo político, improvisar-se um nome nacional por deliberação da cúpula partidária. E a campanha sucessória, em termos nacionais, exige outras qualidades, além das que formam a boa reputação de um administrador estadual." Cf. A. A. M. FRANCO. *A alma do tempo: memórias*, p. 207.

[129] Carlos LACERDA. *Depoimento*, p. 203-204.

exclusividade de seu candidato à vice-presidência ao lado de JQ e outras demadas partidárias parecem não ter sido por este último endossadas.

O jornalista Carlos Castello Branco, que participou da assessoria de imprensa de JQ enquanto este foi presidente, em depoimento em que procura traçar alguns antecedentes da renúncia de JQ à Presidência, faz o seguinte comentário sobre o episódio acima:

> "A renúncia do candidato Jânio foi chocante, com imensa repercussão, abalando pela primeira vez um prestígio popular sempre em ascensão. As pesquisas de opinião do mês de abril atribuíram a Lott as preferências: foi em toda a campanha o único momento de êxito de seu competidor (....). Jânio inteirou-se do fato e mais do que ninguém estava, portanto, em condições de prever como repercute na alma do povo uma renúncia.
>
> Em dezembro de 1960, encontrei-me no Grande Hotel de Roma com Roberto Selmi Dei, amigo do presidente (- O Roberto é doce de coco, disse-me Jânio em Istambul), que o acompanhara na viagem do ano anterior. Jânio estava na Espanha, em consulta médica após a operação no olho esquerdo, em Londres. Selmi Dei conversou desprevenidamente, evocando cenas da sua convivência com Jânio. Aludiu à renúncia do candidato e disse:
>
> - Você não sabe que aquela renúncia foi decidida aqui em Roma, neste quarto onde nós estamos, exatamente há um ano? Pois foi."[130]

Estas palavras de Selmi Dei, amigo próximo de JQ, ditas ao jornalista logo após a vitória deste último no pleito presidencial, transmitem a idéia de que a renúncia do candidato fora um ato elaborado com antecipação e cuidado. Embora não seja possível deduzir, a partir de tais declarações, que os atos dele tenham sido todos executados conforme seu planejamento, uma vez que podemos pressupor o papel das contingências e das circunstâncias em seu comportamento, fica sugerido que a possibilidade de renúncia em si fora um cálculo. E também não mereceria atenção a sugestão do jornalista de que JQ poderia projetar ações futuras a partir de sua percepção de como repercutira aquele ato?

O fato é que, com a divulgação da renúncia, o MPJQ entrou em cena na coleta de assinaturas para reforçar um pedido para que JQ retomasse a candidatura, conseguindo em menos de uma semana 360 mil delas, numa forte demonstração de apoio popular. Em seguida, em 5 de dezembro, ele reassumiu a candidatura com maior autonomia em relação aos partidos que o apoiavam. Passou então a fazer campanha ao lado de F. Ferrari e a estimular a formação dos comitês Jan-Jan, os quais defendiam o voto nele e em João Goulart. Mais tarde, diante do esvaziamento de sua candidatura no interior de seu próprio partido, Leandro Maciel acabou por abrir mão do pleito, sendo substituído pelo mineiro Milton Campos. Em outras palavras, JQ alcançou alguns de seus pleitos com o gesto da

[130] Carlos Castello BRANCO. *A renúncia de Jânio: um depoimento*, p. 97-98

renúncia e recebeu expressivas demonstrações de apoio popular, numa demonstração de sua considerável margem de manobra enquanto indivíduo frente aos grupos sociais e partidos que o apoiavam.

Logo depois da volta de JQ à disputa eleitoral, ele fez nova viagem ao exterior, desta vez a Cuba, cujos preparativos são narrados pelo então pedecista Paulo de Tarso Santos:

> "há um fato muito importante, que não foi suficientemente divulgado, e que eu posso contar aqui. O Jânio renunciou à candidatura. E a repercussão na campanha foi muito má. O comício em Vitória, por exemplo, foi um fracasso. E eu, conversando com ele, disse: Olha, Jânio, eu acho que você precisa criar um fato novo, que desvie a atenção da sua renúncia; sou amigo do embaixador de Cuba no Brasil,' que se chamava Rafael Garcia Bárcena e havia escrito um livro chamado *Redescobrimiento de Dios*. Eu disse: 'Esse embaixador me falou que se você quisesse visitar Cuba, que ele organizaria a viagem, trataria de obter do Fidel Castro um convite pra que você vá a Cuba. (...) 'mas eu acho que você deve mesmo levar o máximo de pessoas possível para testemunhar o que vai acontecer em Cuba. Porque, se você for sozinho, os seus adversários vão dar à viagem a versão que quiserem. E realmente ele convidou a imprensa, foi o [Carlos] Castello Branco, foi gente do *Estado de S. Paulo*, foi um grupo muito grande de pessoas. E a viagem foi um sucesso."[131]

Talvez mais importante do que identificar a origem da idéia dessa viagem, seja salientar que a mesma contava com o apoio de um grupo no interior da equipe janista representado especialmente pelo jornalista João Dantas, então diretor do *Diário Carioca* e entusiasta da PEI, que contribuiu para influenciar a conduta de JQ em meio a outras propostas, como indica Castilho Cabral:

> "nossos adversários evidentemente queriam colocar a luta sucessória em têrmos de 'nacionalismo vs. entreguismo', como já salientara em carta a Jânio, quando na Europa. Tôda a 'literatura' dos lottistas era no sentido de fazer Lott campeão do nacionalismo, e Jânio o 'entreguista', lacaio dos 'trusts', amigo de Rockfeller; era a única bandeira que procuravam agitar para desfazer o simbolismo avassalador da 'vassoura'. Lott, estava seguro, não teria coragem de aceitar o convite de Fidel, a quem tratara pouco cordialmente quando da passagem dêste pelo Brasil para a conferência de Punta Del Este. Com a viagem a Cuba, Jânio fecharia a bôca dos inimigos, rasgando-lhes a mentirosa bandeira. Por outro lado, a revolução cubana tinha aspectos que mereciam o conhecimento in-loco de quem na presidência da República em breve teria de fixar a posição oficial do Brasil, e ademais, se no futuro Jânio pudesse ser o elemento de conciliação, a nossa situação na política internacional seria de liderança, e não de acompanhamento. João Dantas abundou nos argumentos, inteiramente favorável à viagem à Cuba, Jânio poderia fazer-se acompanhar de jornalistas de tôdas as tendências, gente insuspeita de 'esquerdismo', traríamos a verdade sôbre Cuba ao Brasil. Dois a dois, Jânio desempatou – aceitou o convite de Fidel Castro."[132]

[131] Alberto DINES, Florestan FERNANDES JR, Nelma SALOMÃO, op. cit., p. 138-139.
[132] Castilho CABRAL. op. cit., p. 185.

Este relato acrescenta ainda as informações de que, entre os propósitos da viagem, havia a intenção de negar os vínculos de JQ com o capital estrangeiro e de enfatizar seu projeto de política externa.

Na figura 11 encontra-se uma fotografia da mencionada viagem realizada pelo fotógrafo Carlos Kerr e publicada na revista *Manchete*. Nela JQ aparece sorridente em meio a Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que, pouco tempo antes, tinham tomado o poder naquele país. Ao que tudo indica, a julgar pelo alinhamento dos três e seus olhares para direções semelhantes, trata-se de uma fotografia posada. Quaisquer que tenham sido as motivações de ambas as partes na organização de tal evento, a imagem em questão tem por objetivo veicular a idéia de que havia determinada sintonia entre as partes envolvidas. Talvez a tentação fosse a de assumirmos o ponto de vista dos articuladores da viagem entre a equipe janista, de que uma imagem como esta, por si só, seria capaz de convencer muitos de que JQ não era apoiado pelo capital estrangeiro.

Ora, isso não seria desconsiderar a existência de falas e pronunciamentos que procuraram apontar publicamente tais objetivos? Um exemplo de tal perspectiva pode ser notado no discurso do deputado pessedista Anísio Rocha, na Câmara dos Deputados, em 6 de abril de 1960:

> "O candidato udenista cercou sua viagem de mistério, para criar o 'suspense' que antecedeu êsse 'streap-tease' ideológico. Chegou a Cuba e, no mesmo dia, começou a atacar os patrões norte-americanos, os financiadores de sua carreira política. (...)
>
> São tão sinceras estas declarações de cunho antiamericanista e nacionalistas do Sr. Jânio Quadros, como são verdadeiras as suas declarações de que o avião que o conduziu a Cuba foi pôsto a sua disposição pela Embaixada de Cuba. Procurando apresentar-se como candidato pobre, popular, Jânio disse que viajaria sem gastar dinheiro, tentou confundir o povo dizendo-se convidado oficial, quando isto não é verdade. O embaixador de Cuba desmentiu o Sr. Jânio Quadros. O candidato udenista viajou em avião pôsto às suas ordens pala VARIG e com o combustível fornecido pela 'Standard Oil', a mesma que fornece o combustível do avião que o conduz pelo interior do país em sua pregação de prestamista da demagogia (...)
>
> Sr. Presidente, a identificação do ex-governador de São Paulo como entreguista, como inimigo do desenvolvimento nacional, não será apagada da mente dos nacionalistas sinceros do Brasil pelo simples fato de, em sua semana de recreio em Cuba, Jânio se deixe fotografar ao lado de conjuntos folclóricos daquêle país e acaricie as barbas dos revolucionários de Fidel Castro, na vã esperança de trazer, no bolso do colête, um diploma com o timbre da Sierra Maestra."[133]

Este trecho do discurso do deputado evidencia que vozes empenhadas em desinvertir os significados pretendidos pela equipe janista com as imagens provindas de

[133] *ACD*, 06. 04. 1960, p. 70-71.

Cuba, contribuíam para que o sentido da figura pública de JQ fosse objeto de debate e reflexão. Dessa forma, fica difícil dissociar seu poder de convencimento de referenciais de credibilidade e de propostas.

Cabe salientar também que seu principal adversário, o Marechal Lott, teve sua candidatura esvaziada por setores de sua própria coligação partidária. Tanto seu anticomunismo quanto sua recusa em promover a reaproximação do Brasil com os países socialistas não agradavam elementos do PTB que se identificavam mais com a plataforma janista[134]. Sem o entusiasmo do presidente J. Kubitschek - interessado em concorrer no pleito presidencial de 1965 e, por isso, disposto a se desvencilhar da administração vindoura, a qual sofreria os efeitos do surto inflacionário -, o próprio Lott chegou a abrir mão de sua candidatura. Num momento em que os membros da UDN ainda consideravam a possibilidade de lançar um candidato próprio, Lott concordou em indicar o udenista Juracy Magalhães como um nome de "união nacional": "Não sou nem serei obstáculo a um entendimento patriótico das fôrças políticas nacionais para a escolha de qualquer brasileiro digno que as pudesse somar. Ao que observo, encontra ressonância o nome do ilustre Governador da Bahia, indistintamente, em todas as agremiações partidárias."[135].

A não realização de tal aliança lembra o quanto a força política de JQ devia muito a possibilidades de acordos não concretizadas entre seus adversários. Em outra situação, o próprio Lott lembra que houve a cogitação de unir as legendas do PSD e do PSP, durante a campanha eleitoral, como tentativa de vencer a candidatura janista nas urnas:

> (...) Conheci Ademar de Barros quando fui comandante da Região Militar de São Paulo. Ele era governador e enfrentava, naquele momento, uma série de agitações, inclusive greves, e eu intervim no sentido de garantir a manutenção da ordem pública. Ademar me era grato por isso e sempre me tratou muito bem. Pois bem, quando eu era candidato, ele convidou-me para passar uns dias numa fazenda de sua propriedade, num lugar bonito na serra de São Paulo. Estávamos num almoço em Botafogo, na casa de um político cujo nome não me recordo. Nessa oportunidade, ele me propôs que juntássemos nossas legendas. Havia no Congresso, segundo ele, elementos que apoiariam uma reforma que viesse a permitir essa união (...). Sentia-me lisonjeado diante de tamanha demonstração de amizade e confiança, mas não podia aceitar (...)
>
> Se tivesse aceito eu teria sido eleito. Dizem que fui esmagado mas esse esmagamento foi relativo. Jânio, pelo que se verifica nas tabelas, teve cinco milhões trezentos e tantos mil votos, eu tive três milhões seiscentos e tantos mil votos. Então, era de um milhão e oitocentos mil, parece, a diferença. Dr. Ademar de Barros teve dois milhões e duzentos mil, de sorte que

[134] Vera CHAIA. op. cit., p. 168.
[135] Citado em Mário Victor. *5 anos que abalaram o Brasil*, p. 45.

> nossas duas legendas o sobrepujariam nas urnas. Mas nesse caso, iria para a presidência da República um mal presidente, porque teria entrado pela janela."[136]

Mesmo que seja arriscado admitirmos que a história teria tomado o rumo estabelecido *a posteriori* por Lott, é lícito supor que a consumação da referida junção de legendas teria colocado maiores obstáculos à candidatura de JQ.

Restava a Lott então explorar o principal alicerce de sua imagem pública: a figura de fiador do regime democrático. Este atributo fora-lhe associado em grande parte em função de alguns episódios ocorridos pouco antes da ascensão de J. Kubitschek ao cargo de presidente da República, em 1955. Percebendo a articulação de civis e militares para evitar a posse deste último, Lott articulou junto de outros setores militares favoráveis à manutenção da legalidade um "contragolpe preventivo", no dia 11 novembro, com o intuito de assegurar o investimento dos políticos eleitos em seus respectivos cargos. Com o convite para assumir a frente do Ministério da Guerra na nova administração, Lott consolidaria a referida imagem ao desempenhar um importante papel na manutenção da união do Exército em torno do sentimento de disciplina, com relativamente poucas atribulações, durante o quinqüênio seguinte[137]. Nas comemorações do primeiro aniversário do 11 de novembro, Lott recebeu em praça pública uma espada de ouro como homenagem, episódio este que causou grande polêmica entre muitos opositores do governo e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma simbologia para representar a figura do ministro do Exército. A figura 12 remete às questões anteriores. Trata-se de um panfleto de propaganda política. Nele aparece uma foto de Lott vestindo terno acompanhada do seguinte *slogan*: "Defensor da Ordem e da Democracia". Ao ser retratado à paisana nessas circunstâncias, Lott é representado como alguém apto a defender princípios e práticas que teriam norteado sua atuação como militar num cargo civil.

De qualquer forma, nas eleições realizadas em 3 de outubro, JQ recebeu 5. 636. 623 votos contra 3. 846. 825 dados a Lott e 2. 195. 709 a Adhemar de Barros. E, por uma diferença de cerca de trezentos mil votos, João Goulart venceu Milton Campos na disputa pela vice-presidência, conseguindo 4. 547. 010 sufrágios.

---

[136]Henrique Batista Duffles Teixeira LOTT. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 106-107.
[137] Maria V. M. BENEVIDES. *O Governo Kubitschek*, p. 156.

Considerações finais:

As considerações anteriores certamente carecem de pesquisa empírica para o aprofundamento das hipóteses levantadas; lacuna esta que poderia ser suprida com um trabalho biográfico sobre a trajetória política de JQ, com o uso de documentação mais ampla referente aos primeiros anos de sua carreira política até sua conquista da Presidência da República. De qualquer forma, espero ter apresentado um patamar mínimo para sugerir que a ascensão política dele não pode ser considerada um fenômeno a-social ou a-político. Ainda que o personalismo fosse uma de suas principais características, ele manteve contatos com princípios e práticas da democracia cristã durante todo aquele percurso, os quais foram, em diversos momentos, por ele explicitados. Com isso, conquistou, a princípio, o apoio de trabalhadores da cidade de São Paulo; em seguida, conseguiu a ampliação de sua base de apoio pelo interior paulista, com a adesão da classe média e de empresários; e, por fim, obteve o suporte de grupos vinculados ao capital estrangeiro. Assim, suas atuações como vereador, deputado estadual e governador parecem ter granjeado-lhe prestígio e credibilidade no estado de São Paulo entre os mais diversos grupos sociais, de modo a impulsionar sua candidatura presidencial. Ao longo da campanha, como vimos, também procurou explicitar seus projetos, notadamente princípios relacionados à democracia cristã e à PEI. Dessa forma, resta-nos investigar se tais propostas foram objeto de debate entre a população e se foram consideradas como alternativas relevantes para a solução de seus problemas.

Capítulo 2-A formação da máquina publicitária janista: usos e apropriações da propaganda política

"Todos já ouvimos dizer que uma imagem vale mais que mil palavras. Contudo, se essa afirmação é verdadeira, por que ela tem de ser um dito? Porque uma imagem vale mais que mil palavras apenas sob condições especiais, que normalmente incluem um contexto de palavras no qual a imagem é posta."

(Walter Ong. *Orality & Literacy*, 2000)

"Janio, meu vélho
Veja essa quadrinha que fiz, como contribuição á nossa proxima vitoria:
Ólha a vassoura!
Ólha a vassoura!
Que Seu Janio vem ahi...
Quem tivér rabo de pálha bis
Trate lógo de escapulir...(...)
A música para essa quadrinha é muito fácil. Ajeite tudo ahi e vamos dar a vassourada nessa sujeira toda, pelo Brasil afóra!".

(carta não assinada postada de Recife-PB, em 19 de dezembro de 1959)

"A propaganda, quando não se entrega a um blefe mentiroso, quando é utilizada sadiamente, não é nada mais do que a explicação e a justificação de uma política. Em troca, ela obriga a política a se definir e a não se contradizer, o que é prestar-lhe um grande serviço."

(Jean-Marie DOMENACH. *La propagande politique*, p. 83.)

"Há um insistente movimento nesta Casa, em se tentar convencer uns ou influenciar o espírito de outros, com enfadonhos estribilhos particulares e repetidos nos editoriais da antiga imprensa situacionista, de que o Senhor Jânio Quadros teria sido eleito à margem dos partidos que o apoiaram e sem nenhuma interferência dêsses. Essa tese escapa à realidade dos números que aí estão (...)
A vitória de Jânio Quadros resultou de um esquema de fôrças partidárias, tendo pela frente um candidato eminentemente popular que galvanizou a opinião pública, alheia aos partidos, sensibilizaram profundamente nos grandes centros as massas indiferentes e irritadas com o elevado custo de vida. Foram essas bases partidárias, que movimentaram com o auxílio do povo, com as contribuições populares, uma poderosa máquina de propaganda suficientemente capaz de levar ao mais distante eleitor a palavra do nosso candidato"

(trecho de discurso do deputado Wilmar Guimarães na Câmara dos Deputados. *ACD*, 20. 10. 60, p. 456.)

Conforme já indicado na introdução, é interessante lembrar que ainda gozam de muita força e aceitação interpretações de estudiosos que buscam explicar a ascensão política de JQ apenas através de seu personalismo. Numa das hipóteses levantadas, sugeri que a propaganda e a estrutura oficial incumbida de promovê-la, durante a campanha presidencial disputada por ele, pode ter alentado tal perspectiva, pois esses fatores eram por muitos considerados como responsáveis por criar e consolidar, artificialmente, sua força

política. Ora, de maneira a problematizar essas colocações, não seria o caso de investigarmos, de forma mais ampla, o que se entendia por propaganda e suas práticas no período, bem como as formas pelas quais a população interagia com elas?

2.1-Ritmos e sons na construção da imagem pública de Jânio Quadros

O termo propaganda, com freqüência, é associado à promoção de mercadorias ou lideranças políticas através de meios de comunicação de massa, tais como o rádio, a televisão, os jornais e as revistas. Esse sentido, muitas vezes, deixa de lado um de seus significados elementares, o de difusão ou propagação, que também inclui relações sociais face a face, com a ação de determinadas pessoas tentando convencer ou persuadir seus respectivos interlocutores acerca das vantagens de seus pontos de vista. Ao que tudo indica, é justamente essa amplitude do sentido do termo propaganda que escapa aos olhos da maioria daqueles que o suscitam para analisar a projeção política de JQ.

Por vezes, até mesmo este último e sua equipe incorporavam essa idéia, manifestando a crença de que seria possível triunfar politicamente por meio do privilégio de veículos midiáticos como divulgadores da imagem pública do líder. Por exemplo, entre a documentação pessoal de Castilho Cabral encontra-se um papel timbrado da Rádio Globo assinado por Sylvio Darcy e Walter Bruno, datado de 18 de fevereiro de 1960. Dirigido aos organizadores da campanha eleitoral de JQ - com autorização assinada por este último, inclusive -, lê-se nele a seguinte recomendação para a condução da propaganda do candidato pelo rádio:

> "A luta pela sucessão presidencial baseia-se atualmente em fatores econômicos imponderáveis. Torna-se necessário escolher um 'meio' de divulgação sutil e indireto para atender aos interêsses profundos da 'Campanha' burlando os atritos e inconvenientes próprios das questões de ordem política, econômica ou mesmo comercial.
> 2°) --- Os meios de que dispomos nos obrigam a realizar uma Campanha sem 'arriscá-la'. Isto se pode materializar únicamente na esfera profissional jornalística e publicitária avançada - divulgar sem saturar .... insinuar para convencer! (...)
> 4°) = Escolhemos a 'Rádio Relógio Federal'. Indiscutivelmente é uma emissora ouvida por um público atento às mensagens rápidas. Público êste identificado fácilmente em tôdas as camadas sociais. Mesmo o público indiferente a vida radiofônica 'ouve' a 'Rádio Relógio Federal'. --- (Funciona 24 horas, -- ininterruptamente --- em ondas curtas e médias.
> 5°) = Transmitiremos CEM NOTICIAS e CEM TEXTOS publicitários (após as notícias). Isto equivale a um total de 6 mil mensagens compreendendo notícias e textos, a serem divulgados em horários pre-determinados psicológicamente, dentro do esquema geral da 'Campanha'. O noticiário será rigorosamente atualizado, dia e noite.(...) O noticiário explorará -- de preferência -- as falhas da administração atual e tôdas situações equívocas que sirvam aos

nossos objetivos políticos, de mo(do) a 'marcar' no espírito da opinião pública nacional a necessidade e oportunidade de reformar a política dirigente. (...)"[138]

Nesta orientação, aparece a idéia de se organizar a campanha janista no rádio de uma forma racionalizada; melhor dizendo, a organização radiofônica da campanha exposta no texto pretende selecionar cuidadosamente os temas, os veículos, os públicos e os modos de apresentação da publicidade do candidato. Fica explícita no texto a noção de que a repetição constante e meticulosa de propaganda eleitoral no rádio, com conteúdos apenas transmitidos sutilmente, seria capaz de suprimir o debate e persuadir muitas pessoas, o que é bem expresso na idéia de "marcar" o "espírito da opinião pública nacional"[139]. Em outros termos, esta última é tomada como passível de sofrer uma intervenção técnica e ser moldada de acordo com as pretendidas finalidades políticas.

Na verdade, a noção de opinião pública empregada na fonte acima remete a um sentido particular, desde que o referido conceito tem recebido muitos significados ao longo do tempo. Quando se fala de opinião pública, normalmente, fala-se de uma opinião resultante do debate público sobre a coisa pública. A concretização desse fenômeno é pensada a partir da existência de uma distinção entre Estado e sociedade civil, o que pressupõe uma sociedade articulada e organizada de modo a permitir a formação de opiniões não individuais. A constituição de um público organizado e interessado em controlar a política governamental seria favorecida por veículos de imprensa e associações dos mais variados tipos (partidos, clubes, salões). No caso anterior, talvez seja possível indicar alguns ecos dos prognósticos sobre o declínio ou desaparecimento da opinião pública em sociedades democráticas, tais como surgem no pensamento de Alexis de Tocqueville[140]. Na trilha dessa concepção, muitas análises, segundo Nicola Matteucci, indicam que teriam deixado de existir os lugares que facilitavam sua formação através do diálogo: os jornais transformaram-se em empresas especulativas; a televisão ocupou o lugar da sala de reuniões; as associações e partidos foram tomados por oligarquias; os demais

[138] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, CCc 59. 04. 13, I - 41.
[139] Essa concepção de propaganda indica estar em sintonia com uma tendência mais ampla da publicidade política, conforme aponta Jean Domenach: "O progresso das técnicas logo arrasta a publicidade a um novo estágio: ela procura antes impressionar que convencer, sugerir antes que explicar. O *slogan*, a repetição, as imagens atraentes vencem, progressivamente, os anúncios sérios e demonstrativos: de *informativa*, a publicidade torna-se *sugestiva*. (...)." Cf. Jean-Marie DOMENACH. *La Propagande Politique*, p. 16.
[140] Cf. Nicola MATTEUCCI. *"Opinião Pública"* in: *Dicionário de Política*.

espaços para a formação da opinião pública cederam espaço a potentes burocracias; e a distinção entre sociedade civil e Estado sofreu um embotamento devido à formação de uma classe dirigente capaz de manipular as opiniões contrárias às suas.

Ainda que alguns desses fenômenos tenham ocorrido no Brasil, no decorrer do período em questão, parece-me difícil prosseguir com a idéia de que opiniões resultantes de discussões públicas sobre a coisa pública tenham deixado de existir entre os mais diversos setores da população. É inclusive seguindo algumas pistas encontradas na fonte acima que pretendo dar seqüência a esta investigação; mais precisamente em relação à proposta de se conduzir a propaganda eleitoral via rádio por meio da repetição e insinuação de idéias. Em outras palavras, caberia a seguinte questão: é possível identificar uma opinião pública no país, naquela época, partindo desses indícios?

Antes de prosseguirmos, já que o foco da análise recai sobre formas acústicas de comunicação, é preciso se ter uma idéia da importância do som nos embates políticos no Brasil das décadas de 1950 e 1960, para a promoção da liderança de JQ. Em carta de Ataléia-MG, em 18 de novembro de 1959, Sebastião Costa relata a JQ o seguinte: "Venho por meio desta manifestar solidariedade a Vossa candidatura a prezidencia da Repubica; nunca acompanhei V. S. com o voto por morar em outro Estado, mas acompanho-lhe pelo o rádio com todo entereço, desde a vossa campanha de prefeito, Governador, e do vosso candidato, senr Carvalho Pinto, hoje acho-me satisfeito de votar no meu candidato da minha preferência. Aqui não tem nenhum partido que vou apoia, só a UDN que já incaminhamos registro do diretorio municipal, aqui são PDD, PTB, e PR, em todos estes vejo apoio a vossa candidatura, na convenção da UDN, teve a maior sensação acompanhei até o fim, dezejo que manda-me propagandas, precizamos de vassora, pois nosso Estado parece o pior de todos (...)". Antes de solicitar material de propaganda ao candidato, o remetente fornece pistas de como a figura de JQ pode ter sido promovida em lugares alheios aos seus primeiros redutos eleitorais por meio do rádio. Enquanto exemplo isolado, porém, a missiva acima mais indicia do que comprova a importância do rádio para a difusão e a consolidação da força política de JQ pelo país.

Ao lado das transmissões radiofônicas, a televisão começava a dar seus primeiros passos no Brasil desde o início da década de 1950. Um exemplo de contato com JQ ou, pelo menos, da obtenção de informações sobre ele através da dita tecnologia, pode ser

encontrado na carta da estudante secundária Márcia Muniz Pontes, de São Paulo-SP, em 25 de novembro de 1959. Ela pede então, em tom de angústia, para que o mesmo retome a candidatura à Presidência, interrompida por sua renúncia recente à disputa no pleito:

> "É com lágrima nos olhos, que, hoje, ouvi pela T. V. Tupi canal 3, às 22: 30 hs., a palavra do D. D Snr Oscar Pedroso Horta, à respeito da retirada da V. candidatura.
>
> Snr. Jânio Quadros, sendo eu uma humilde estudante secundária, venho, por intermédio destas palavras, dirigir-me à V. Excia., a fim de dizer-vos o quão extensiva é minha admiração por V. Excia.. Infelizmente eu, uma simples estudante não posso, de maneira alguma, me infiltrar na situação política do nosso país. (...)
>
> Mas, ninguém pode impedir-me de sentir e de expor meus sentimentos à V. Excia.
>
> Snr. Jânio Quadros, V. Excia. representa para nós estudantes, para nossos pais trabalhadores para nós brasileiros, a última, a derradeira, a única esperança. E nós, o povo, sentimos quase que morrer, assim repentinamente (...)
>
> Snr. Jânio Quadros, é em nome da minha mocidade, da mocidade brasileira, que ansêia por um futuro melhor e mais farto que eu peço a V. Excia. o retorno da V. candidatura. (...)"

Nesta carta, a estudante demonstra seu apoio à candidatura de JQ associando-o à esperança de um futuro mais seguro. Ademais, para alguém acostumado a afirmar que "vê" ou "assiste" algo na TV – num ato que envolve mais de um sentido -, talvez cause estranheza a garota declarar que simplesmente "ouviu" pela televisão a notícia da renúncia. Como no exemplo anterior, contudo, o documento acima pode ser considerado apenas como uma possível pista da preeminência do som sobre outras formas de comunicação no período estudado. E, ainda que o dito texto não permita conclusões mais aprofundadas, permite ao menos o levantamento da suposição de que a tecnologia da televisão começava a ser assimilada pela população à sombra dos efeitos do rádio. Afinal, em 1960, em apenas 4,61% dos domicílios brasileiros havia televisores, concentrados especialmente na região sudeste[141].

Um elemento que confere maior fundamento ao valor atribuído ao som como meio privilegiado de comunicação, então, diz respeito à condição de analfabetismo da maioria da população brasileira. Requisito para o exercício do voto, segundo a Constituição de 1946, a alfabetização era um atributo que permitiu a 16% da população votar na eleição presidencial de 1945. Em 1962, os eleitores passaram a representar 24% dos brasileiros[142]. Portanto, quando se pensa na importância de formas acústicas de comunicação no período

[141] Cf. Esther HAMBURGUER. *"Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano"* in: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4, p. 448.
[142] Cf. Dulce Chaves PANDOLFI. *"Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil"* in: *A República no Brasil*, p. 97.

estudado, além da presença das tecnologias do rádio e da televisão, é preciso levar em consideração um grande contingente de pessoas que se pautavam, privilegiadamente, por formas orais de comunicação. Uma indagação que pode surgir disso é o que essas características podem ter significado para a discussão pública de idéias.

Para que uma resposta a essa questão seja ensaiada, talvez as cartas populares dirigidas a JQ possibilitem a consideração do papel do som em sua projeção política. As características e os efeitos da comunicação sonora na mente humana já foram objetos de extensa análise entre autores como Eric A. Havelock e Walter Ong[143]. Ambos sustentam que a consciência humana tem sido alterada ao longo do tempo, por intermédio, notadamente, de tecnologias como a escrita e a imprensa. Um dos aspectos que mais se destacam em seus trabalhos é o estudo de formas de consciência relacionadas à oralidade e os efeitos de novas tecnologias sobre as mesmas. Os autores salientam as dificuldades do pesquisador em identificar a oralidade no passado, uma vez que sua principal fonte de investigação é textual. Segundo eles, é possível deduzir traços de comunicação oral através da sintaxe e o modo como certos textos são construídos. Trata-se, antes, de sugerir a presença dela em textos do que demonstrá-la, cabalmente, através de "fatos" ao modo de narrativas históricas convencionais[144]. Nesse sentido, a referida correspondência pode ser um campo fértil para a interrogação acerca das tensões entre modos de composição oral e os efeitos da escrita.

Claro que a oralidade abordada no presente estudo não se refere ao que Walter Ong classifica como "oralidade primária", a qual se refere a uma cultura totalmente intocada

[143] Sobre esse assunto, destaco os três livros adiante: Eric A. HAVELOCK. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*; Eric A. HAVELOCK. *The muse learns to write: reflections on orality and literacy from antiquity to the present*; Walter ONG. *Orality & Literacy: the technologizing of the word*.

[144] Sobre o estatuto epistemológico desse tipo de investigação, E. Havelock adverte o seguinte ao sustentar a importância dos modos de composição oral em determinados textos gregos: "É óbvio que é impossível provar esta tese por métodos positivistas: a linguagem oral não produz fósseis." Cf. *A revolução da escrita na Grécia...,* p. 14. Mesmo que analisando os efeitos da imprensa, em seus primórdios, na Europa sobre elites letradas, Elizabeth Eisenstein traz um complemento interessante à perspectiva de E. Havelock: "Historiadores que têm de ir além do túmulo para reconstruir formas passadas de consciência estão especialmente em desvantagem para lidar com essas questões. Teorias sobre mudanças com fases irregulares que afetam processos, atitudes e expectativas de aprendizagem não se prestam, de forma alguma, a formulações simples e diretas que possam ser facilmente testadas ou integradas em narrativas históricas convencionais.". Cf. *The printing revolution in early modern Europe*, p. 5. Esses autores, provavelmente, não se envolveram no debate acerca da presença da ficção em textos históricos, candente entre determinados círculos acadêmicos e jornalísticos em anos recentes. Contudo, levando em consideração tal discussão, as posições anteriormente destacadas apontam que seus trabalhos abrem caminho para a investigação de práticas e formas de consciência ancoradas num passado que realmente existiu.

pela escrita ou imprensa. Diz respeito, na verdade, à "oralidade secundária", que, apesar do contato com estas últimas, se refere a uma oralidade sustentada por tecnologias como o rádio, a televisão, o telefone e outros dispositivos eletrônicos[145]. Apesar dessa diferenciação, o autor indica como as formas de consciência nessas duas situações apresentam muitas semelhanças, de modo que o estudo de uma pode iluminar a compreensão da outra. W. Ong chama a atenção para a questão da memorização de informações num ambiente social que não registra seus pensamentos através da escrita. Lembrar e reter formulações laboriosamente construídas, em tais circunstâncias, exige a recorrência a padrões mnemônicos marcados profundamente pelo ritmo, o qual pode aparecer sob a forma de repetições, antíteses, aliterações e assonâncias, epítetos, provérbios, fórmulas e padrões temáticos. Desse modo, as informações podem ser retidas com maior facilidade, bem como vir com maior prontidão à mente quando solicitadas[146]. É com essas questões em vista que procurarei apontar a existência de marcantes traços de oralidade em muitos dos documentos analisados.

Alguns indícios de composição oral podem ser logo encontrados em algumas das próprias falas de JQ. É o que se pode depreender de um trecho de seu discurso proferido na ocasião da campanha eleitoral em Sete Lagoas-MG, em 27 de abril de 1960:

> "Não me agrada a Pátria como eu a vejo neste instante. A inflação devora o salário do pobre. Enquanto alguns enriquecem, juntando fortunas imensas, os trabalhadores se fazem cada vez mais aflitos, cada vez mais necessitados. Não me agrada saber que em cada dez dos meus patrícios seis não lêem e não escrevem. Não me agrada saber que 20 milhões de nossos irmãos nunca compraram um par de sandálias para os pés desnudos. Não me agrada saber que os institutos de aposentadoria são um furto, colocando os seus dirigentes a mão no bolso dos trabalhadores, todos os meses, nos descontos compulsórios das folhas de pagamento, sem que eles possam receber sequer a assistência médica e hospitalar a que têm direito. Não me agrada saber que a agricultura está completamente abandonada, sem financiamento, sem assistência técnica, sem sementes, sem transportes rápidos, sem armazéns e silos, enquanto o governo pretende resolver o problema do abastecimento através das COFAPs, COAPs, COMAPs."[147]

O conteúdo desta fala expressa alguns pontos da plataforma do então postulante à Presidência da República. É curioso notar ainda o modo de construção da mesma, estruturada por meio de uma série de antíteses e justaposições de frases, as quais são precedidas, repetidamente, pela fórmula expressiva "não me agrada". Conforme exposto

[145] Walter ONG. op. cit., p. 11.
[146] *Ibid*., p. 34.
[147] Cf. SANTOS, Vidal dos & MONTEIRO, Luiz. *Diário de uma campanha*, p. 173.

anteriormente, todos esses elementos são recursos rítmicos comuns na linguagem oral, caracterizada por um nível analítico relativamente baixo quando comparada à linguagem mais familiarizada com a escrita.

Um dos mais célebres e citados discursos de JQ, apresentado por ocasião de sua escolha como candidato pela União Democrática Nacional, no final do ano de 1959, é tecido de forma semelhante ao exemplo acima. Eis um trecho dele:

> "Não creio nas concessões demagógicas. Não creio na mentira das promessas. Não creio nos sufrágios da fraude. Não creio nos desmaios da Autoridade. Não creio na desordem administrativa. Não creio nas intolerâncias das filosofias e das condições. Não creio nas ditaduras de qualquer tendência. Não creio na providência das espórtulas constrangedoras. Não creio no latifúndio anti-social. Não creio na distorção da liberdade que se demuda em licença. Não creio, enfim, no que se vê ao nosso alcance e à nossa roda, como se fora democracia, quando é a sua caricatura, a sua cárie! (...) Creio, sim, no império da Constituição. Creio na nobreza da Magistratura Suprema. Creio na autenticidade das Casas Legislativas. Creio na moeda sadia, com a qual se pague a despesa corrente e se amealhe o pecúlio do amanhã. Creio no proletariado consciente. Creio na opinião garantida pelas franquias e limitadas pelos códigos. Creio na livre empresa, embora circunscrita pela vantagem da comunhão. Creio na nossa maturidade, que nos impõe caminhar pelo mundo sem tutelas ou temores."[148]

Novamente o discurso de JQ denota traços insignes de oralidade. Tais exemplos evidenciam que suas técnicas de oratória eram fundadas, em larga medida, sob tais parâmetros. Ao que tudo indica, muitos de seus discursos eram pensados para transcender os limites de platéias há muito em contato com a escrita e a imprensa e atingir um público mais pautado pelo uso de modos orais de expressão. É preciso lembrar que, além de discursar freqüentemente em praça pública, JQ tinha consciência de que podia estar em contato com um público ampliado por transmissões televisivas ou radiofônicas[149]. Dessa forma, os modos de composição oral podem ter contribuído para a veiculação de idéias e propostas do político em questão junto à população. Ora, seria possível concluir a partir disso que a luta política se fazia apenas mediante a persuasão do eleitorado pelo líder, sem a consideração crítica e a reverberação das informações transmitidas?

---

[148] Cf. Castilho CABRAL. *Tempos de Jânio e outros tempos*, p. 168. Íntegra do discurso.

[149] É sintomático disso o seguinte trecho do discurso proferido por ele em comício em São Paulo, em 20 de setembro de 1960: "À mulher aqui presente ou que me ouve pelo milagre do radio, mando uma mensagem. Quero encontrá-la na casa do portuario, em Santos, do trabalhador rural, do ferroviario, do comerciario, do industriario, do bancario; quero encontrá-la e pedir-lhe que venha em nossa ajuda trazendo a sua fé e o seu calor humano, pois sei que não se conhece poder maior se vocês se unirem numa só alma." Cf. SANTOS, V. & MONTEIRO, L., op. cit., p. 276.

Se considerada isoladamente, a carta de Paulo Ribeiro de Carvalho, de Salvador-BA, em 4 de outubro de 1960, a qual toma como base o referido discurso de JQ na convenção udenista, talvez nos levasse a considerar como válida esta última hipótese:

> "O Brasil, êste 'gigante que foi sacudido por Juscelino Kubitschek' (...) será conduzido por Vª Sª para a frente e para o alto, porque nós, como Vª Excia, cremos 'na infância e na juventude, que a técnica e a ciência protegerão e formarão para a nossa perpetuidade', e 'na nossa maturidade, que nos impõe caminhar pelo mundo sem tutelas ou temores', na 'Pátria que se desenvolva harmônica e fraternamente, sem a atitude bifronte do pai e do padrasto', e 'na moeda sadia, com a qual se pague a despeza e se amealhe o pecúlio do amanhã'; e não cremos 'na farsa da intervenção nos preços, com o desprêzo da produção agônica', e 'nas ditaduras de qualquer tendência', não cremos enfim, 'no que se vê ao nosso alcance e à nossa roda como se fôra democracia, quando é a sua caricatura , a sua cárie!' (...)
>
> Senhor Presidente: prenuncia-se uma nova era para a nossa Pátria. (...) Renasce a confiança de um povo que crê 'no império da Constituição', na 'sentenças dos Tribunais', na 'autenticidade das casas legislativas', na opinião garantida pelas franquias e limitada pelos códigos'.(...)."

Ao reproduzir fragmentos do discurso de JQ como se fossem palavras suas e de muitos outros, o remetente, ao mesmo tempo em que procura demonstrar identificação com a plataforma de governo do primeiro, nada indica, porém, do processo que o levou a endossar e ecoar tais opiniões.

Já na missiva de Luiz Góes, enviada do Rio de Janeiro-RJ, em 9 de novembro de 1959, também lidando com o mesmo discurso de JQ, um passo adiante pode ser dado na análise do engendramento dos pontos de vista do autor, se compararmos este exemplo com o anterior. O trecho do texto é relativamente longo, mas merece ser reproduzido pela riqueza de detalhes:

> "A convenção ultrapassou a m/ espectativa. Esteve magnifica. Os pêlegos e as ratazânas do PSD e do PTB; estão assustados tremendo de mêdo ao verificarem que o dia do juízo final está proximo.
>
> Permita-me V. Excia. dizer que o estilo do vosso discurso 'Não acredito' e 'Eu acredito...' formou duas chaves bem distintas, facilitando assim, ao povo sua compreensão.
>
> É pena que, o vosso discurso não seja impresso em modelo de panflêto para ser distribuído ao povo; afim de que possa ser lido pois, o preço dos jornais e das revistas estão muito caros ficando assim, praticamente prohibitivo ao operario que ganha 6000, 00 de ler o vosso discurso.
>
> Com a devida vênia de V. Excia; no proximo discurso V. Excia, deverá uzar uma nova chave: 'O Brasil para encontrar a sua redenção não precisa dos descrentes, não preciza dos amôrfos, não preciza dos individuos de espinha de borracha, não preciza dos falsos protetores armados contra nossa democracia, não precisa de lamber as mãos dos politicos que representam as grandes Nações do Mundo, não precisa, muito menos, de tolerar, nem perdoar, os ladrões internos e externos da Nação Brasileira, etc...etc...Agora contrapondo-se dirá: o Brasil conduzido pelos homens patriotas da UDN. precisa de:.. precisa de:.... precisa de :....

> V. Excia Me perdoe eu não estou ensinando a V. Excia. a fazer discurso, apenas, digo, que este tipo de duas citações formando dentro do discurso verdadeiro contraste; facilita ao povo a compreensão. É um estilo de oratória que deve ser explorado e usado por V. Excia. durante a longa campanha. III Permitiremos isto, isso e aquilo... Não permitiremos isto, isso e aquilo. IV Não desejamos ver repetido taes e taes erros... Desejamos ver restabelecido a verdade, a moral administrativa etc....V Nâo consentiremos que taes e taes crimes contra o patrimônio publico se reproduza em meu governo... Consentiremos o goso das liberdades democráticas, apenas, para os cidadãos limpos, descentes dignos e honestos; para os ladrões cadeia e confisco de tudo que tenha sido roubado ao povo no que ele, deve ter de mais sagrado: os cofres públicos, o tesouro Nacional. (...)
>
> Tenho dito Dr. Jânio Quadros o povo quer é ouvir da boca dos candidatos em seus discursos de propaganda eleitoral a promessa de que os ladrões serão punidos. Só uma promessa desta ordem, deste quilate conseguira dispertar a confiança no coração dos Brasileiros. A descrença do homem da rua é tão grande que, ouve-se constantemente da boca do povo a seguinte sentença: De 1930, para cá a cueca suja de um político é a toalha de rôsto do outro.'etc....
>
> Ha muitos slogam popular para ferrotear os partidos e os politicos contemporaneos.(...)
>
> Só com um novo estilo de discursos poderemos recuperar o eleitorado. Todos os setores da Nação está sangrando (...) mas o Judiciario é o que está mais pôdre no ver e dizer do povo. V. Excia. só conseguirá acordar as múmias cultivadas pela ditadura com a leitura do gibi se, durante o seu governo colocar o gibi fora da lei como imprensa pernicioza para a formação do carater do Brasileiro. No seu governo o IBGE deverá dizer ao lado do Nº de sacas de café Exportadas o Nº de ladrões dos cofres publicos que já foram condenados, deportados e encarcerados, para que a alma e as esperanças deste imenso povo se renove e passa a acreditar, novamente, nos sinceros propositos do regimem republicano; pois já ouvi um garoto da E. P. responder-me, quando, perguntei-lhe: Menino o que é República? Resposta: 'Uma quadrilha de ladrões que se renovam de 4 em 4 anos, por ai V. Excia. deduzirá o que vem acontecendo de 1930 para cá.' (Grifos do autor)

Entre os comentários e sugestões do missivista a JQ, sobressai claramente o tema da moralização da administração pública e do Estado como assunto a ser mais explorado na campanha. É em particular notável o elogio que ele faz ao modo de construção do discurso de JQ, baseado em antíteses e fórmulas expressivas; o que facilitaria, segundo ele, sua compreensão pelo público. Da mesma forma, destaco a referência do missivista de que circulavam muitos *slogans* entre a população para atacar os partidos e políticos. Desse modo, se levarmos em conta as considerações de W. Ong sobre as formas de composição oral, surgem pelo menos duas importantes pistas sobre a importância da oralidade no desdobramento da campanha eleitoral. O jogo de oposições e as expressões por meio de fórmulas, muito mais do que efeitos da propaganda moderna, parecem ser indícios claros de uma forma de consciência fortemente alicerçada em formas orais de expressão. E, ao que parece, essa característica não anulou a discussão pública de idéias; ao contrário, é no seio

dela que o debate pode ter sido conduzido, com a veiculação de propostas e críticas ao governo e a seus integrantes.

É possível aprofundar mais essa via de análise. Um outro traço de oralidade identificado na correspondência em questão relaciona-se à presença de linguagem metrificada nela. Trata-se de outro recurso da memória para reter informações num ambiente em que não se armazena conhecimento por meio da escrita. E. Havelock aguça-nos a percepção desse fenômeno ao sustentar que os primeiros registros feitos através do alfabeto grego davam conta de transcrever o que antes se tinha formulado segundo regras orais de composição; daí a literatura grega, até a morte de Eurípedes, ser fundamentalmente poética[150]. De modo análogo, são recorrentes os casos de cartas dirigidas a JQ com conteúdos versificados, os quais podem sugerir o registro de formas orais de expressão por meio do código escrito.

Como primeiro exemplo, podemos mencionar a carta de Christina Brasilia Pagani, de São Paulo-SP, em 13 de outubro de 1960, na qual ela afirma: "Desde 1954 quando V.Excia foi eleito para prefeito da capital de S. Paulo, que eu desejava escrever a V. Excia, porem nunca me animei a faze-lo; porem agora que a V. Excia. atingiu o ponto mais elevado na politica, não pude resistir ao desejo de mandar uns versos que compus sobre a V. Excia desde a referida data, até agora.(...) Eu, 'pequenina e humilde' industriaria, espero que agora mais do que nunca V. Excia seja o homem que Diogenes procurava.(...)'. Depois de manifestar apreço pelo líder em questão, ela expõe os seguintes versos em contraposição aos ataques de adversários de JQ:

> "Sobre a S Excia Dr Janio Quadros
> (Antes das eleições para Governador do Estado de S. Paulo)
> Chamam-no de cabeludo
> De magro, de feio, de tudo
> Até de debil mental
> Porem com toda sua 'feiúra'
> É o maioral na prefeitura,
> Desta grande capital!
>
> Ainda mais, conforme fôr,
> Do Estado será governador!
>
> (Depois das eleições)
>
> Mais uma vez vencedor,

[150] E. HAVELOCK. *A revolução da escrita na Grécia*..., p. 189.

Do Estado tornou-se governador!
(1955)
E na opinião de muita gente
Da Nação será Presidente!

(Depois das eleições para Presidente da Republica)
(1960)
Realizou-se a profecia
Janio Quadros na chefia
Desta grande Nação
A luta foi renhida
Mas Ele levou de vencida
Gloriosa ascenção!"

Um caso que, a meu ver, corrobora a relação entre linguagem metrificada e memorização de informações, está presente na missiva de Domingos Alves do Campo enviada de Fortaleza-CE, em 11 de outubro de 1960: "Quase disiludido 'das coisas e dos homens', compreendi que só Jânio Quadros, poderia dar um jeitinho neste Brasil desgraçado! E por isso, fiz aqueles versos que mandei para V. Excia., e de que muito gostou o povo. (...) Destribuí todos até mesmo o que eu tinha como memoria, tal foi a procura. A minha situação financeira não permitiu que os imprimisse em milheiros, o que era o meu desejo. Para tê-los de memoria, vou pedir cópia a um funcionário do D. C. T., e assim poderei revê-los, para retoca-los (...) Lembro-me ainda dos dois primeiros e ultimo, os quais quero reproduzir (...)". O autor diz ter enviado versos a JQ e distribuído alguns para o "povo", como forma de propagar a candidatura do primeiro. Isso sugere não ter sido a propaganda janista feita apenas por um núcleo organizado e centralizado, podendo ter sido conduzida de forma fragmentária, também produzida por simpatizantes do candidato. Apesar de dizer que se esqueceu de alguns versos, e precisar de versões escritas para relembrá-los, é possível notar no texto do remetente como há uma relação entre sua memória, o recurso da versificação e a propagação da figura de JQ. Na seqüência da carta, o missivista apresenta versos dedicados a este último:

"-Mote: - Para salvar o Brasil,
Jânio Quadros, outro, não!

Só um homem de visão
Patriota varonil
Nobre, sensato e viril
Pode salvar a Nação;
Tirando a Pátria da mão

Dessa cambada senil
Dessa camarilha vil
Dominio de tubarão
Para salvar o Brasil,
Jânio Quadros, outro, não!

Pela serra e no Sertão
O povo está revoltado
Por que vive abandonado
Sem a menor proteção;
O roubo, a corrupção
Campeiam do lado á lado
Pois não se pune o culpado
Qie. comete a infração
Para salvar o Brasil
Jânio Quadros, outro, não!

(último)
Provas já temos de então
Pois Governou o Estado
De São Paulo e foi louvado
Pelo o povo, e com razão
Sem temer contestação(...)"

O que chama especial atenção nas linhas anteriores é o fato de que o recurso da versificação é utilizado para veicular e propagar ao menos duas críticas ao governo, referentes à corrupção no âmbito da administração pública e aos efeitos da inflação. Ademais, também é empregado para discernir um critério de credibilidade no candidato à Presidência, como sendo alguém que pode solucionar essas questões, indicado em sua experiência como governador do estado de São Paulo. Enfim, em meio a esses versos está subjacente a imagem mítica do salvador da pátria.

E outras alusões à imagem do homem providencial em torno de JQ circularam ainda por meio de versos e rimas. Referindo-se às origens da corrupção no Brasil, Antonio Jacques, que se diz presidente da UDN de Lagoa Vermelha-RS, em 29 de novembro de 1960, faz uma alusão ao episódio bíblico da expulsão de Adão e Eva do paraíso:

"(...) Correram os dois se esconder,
Veio Deus e os sentenciou.
Malditos os dois e seus descendentes.
Foi asssim que Deus lhes falou
E do Paraiso Terrestre
Para o Brasil os expulsou.

Bons e maus, os brasileiros

Todos descendem de Adão.
Até o ano de secenta
Houve bando de ladrão.
Depois de tantos castigos
Teve Deus sua compaixão.

Para este Brasil de Adão,
Seçou as grandes sentenças
Dum povo tão castigado,
Analfabeto, com doenças
Até a eleição de Janio
Do Brasil a maior crença.

Vai ser p'ro Brasil o Janio
Como out'róra foi Noél
O Salvador dos Brasileiros
Cuja vida era um fel
Déssa era de secenta
Da Republica a mais cruel.

Deus te ajude Janio Quadros
Que é o maior dos Brasileiros
Até os Indios das Selvas
Não ficam como primeiro."

O rimador procura traçar a filiação dos brasileiros aos descendentes do casal Adão e Eva, numa peculiar apropriação de uma passagem do Antigo Testamento, apontando nisso a causa da condição corrompida da política brasileira. JQ, por sua vez, é apresentado como o salvador que vem trazer justiça aos brasileiros, mesmo nos cantos mais remotos da nação. Através de uma leitura apressada dessas rimas, o conteúdo imaginário nelas veiculado pode ser interpretado simplesmente como o obscurecimento do juízo do remetente, tomado então pela fantasia e pelo pensamento irracional. Por outro lado, é preciso admitir a possibilidade de que ele esteja com isso querendo selar e expandir o apoio conferido ao candidato que mais satisfaz suas expectativas políticas.

Por ora, é interessante notar que a definição de JQ como o salvador da pátria nem sempre vinha sob o signo do rompimento de uma era e o início de outra. O que indica o quão flexível era tal constructo imaginário, no sentido de permitir a discussão pública de idéias em seu âmbito. Por exemplo, em carta de Jubileu Rodriguez, em 8 de outubro de 1960, ao mesmo tempo em que é considerado um homem predestinado, JQ é equiparado ao então presidente da República:

"PALAVRAS A UM GOVERNANTE POETA

(Em homenagem ao Presidente eleito Jânio da Silva Quadros e a todos os futuros componentes do seu predestinado governo)
De mãos com Juscelino, ó Jânio Quadros caríssimo,
quero com minha Fada associar-me ao vosso festim,
pois vossa eleição feliz no meu Brasil tão belíssimo
estás sendo decantada em cada poético jardim! (...)

Esteja firme e tranquilo, que Deus lhe orientará,
que Deus guiará você, como fêz com Juscelino!
Esteja sempre de pé, que de pé o Brasil está
para lhe acompanhar os passos e o seu nobre destino!(...)"

Em outra carta, de forma semelhante, JQ também é tido como continuador da obra de Juscelino Kubitschek, pelo menos em relação à construção de Brasília - além de ser considerado honesto, justo e capaz de moralizar a administração pública, em alusão ao quanto essas representações da personalidade dele são atributos considerados importantes para a condução do governo -, nos versos enviados a ele por Helena Steinmeyer, de São Paulo-SP, em 12 de agosto de 1960:

"JANIO - ESPERANÇA DO BRASIL!
Eia , avante, oh! brasileiros,
Todos de pé, oh! conterraneos,
E, patriotas verdadeiros,
Votemos todos nós, em Jânio!

Nossa Patria, está clamando
Por Justiça e probidade,
E, o povo está precisando
Deste homem de VERDADE!(...)

E assim todos nós, unidos
No mesmo Idêal concretizado,
Seremos um povo redimido,
Teremos um Brasil moralizado!

Brasília, é Capital da Esperança
E arcabouço do progresso da Nação
E, JANIO, em seu governo de pujança
Será, o seu proprio sangue e coração! (...)

Aos poucos, portanto, os indícios de oralidade surgidos na documentação vão fornecendo pistas de que o debate público de idéias acerca da coisa pública também estava se processando oralmente. A maioria dos exemplos anteriores refere-se a versos enviados diretamente a JQ como forma de homenageá-lo. Esses fortes traços de comunicação oral, a

meu ver, também indiciam que críticas e rumos ao governo podiam ser dessa forma veiculados.

2.2-Fazendo política em forma de rima

Conforme pista anteriormente levantada, tais versos, além de terem sido diretamente enviados a JQ, também circularam entre a população, em algumas ocasiões, como forma de defender e propagar a imagem pública deste último. É possível, ainda, aprofundar a hipótese de que esse expediente era uma forma de publicidade política, feita de acordo com as aspirações de pessoas interessadas em imprimir sentidos específicos à administração pública?

Antes de mais nada, vale lembrar que os conteúdos imaginários presentes na versificação, por si sós, às vezes não fornecem pistas de outras possíveis motivações do remetente para aderir ao político de sua preferência. Porém, quando cotejados com as introduções presentes em algumas cartas, podem ser vislumbrados sob uma ótica mais complexa. É o que sugere trecho da missiva de Valério Sales de Assis, de Água Fria-Poções-BA, em 10 de outubro de 1960, iniciado com os dizeres:

> "Janio Quadros, confesso a V. Exa. que nunca tive vida ossiosa.
> Com 19 anos de idade me ofereci para o serviço militar, mas fui dispensado. Com esta idade tencionei casar-me pelo religioso, mas a minha Esposa não gosou perfeita saude proviniente sofrimento de varises que teve 8 filhos e no ultimo parto ela só escapou pelos milagres de Deus. porisso precisou 3 operações. - Eu já estava negociando com uma quitandinha, mas com todos os esforços passei a dever 50, 000.00. É o que me preocupa atualmente é este débito que para o saldar estou tencionando ir ao Estado de São Paulo, pois por mais que eu trabalhe aqui;(...) eu tive bôas noticias do vosso governo no Estado de S. Paulo, e fui a cidade de Vitória da conquista no dia que V. Exa chegastes ai, e quando eu ouvi a vós d'un Deputado que ao vosso lado lamentava a aflição do pobre, e V. Exa o apoiou eu fiquei com os olhos cheios de lagrimas, porque só me deu a aparencia que V. Exa sois envido de Deus para socorrer aos necessitados; Então eu apanhei umas vassouras das que V. Exa jogastes e pús o vosso retrato na porta da minha quitanda e fiz propaganda ao lado do Sr. Edgard Brandão que é representante do governador aqui em Agua Fria (...)"

O autor, depois de declarar seu apreço pelo esforço e trabalho, procura descrever alguns sofrimentos pelos quais teria passado, para assim indicar JQ como pessoa capaz de compreender e aliviar suas aflições na condição de governante. Estes temas tornam essa carta particularmente difícil de interpretar, pois deixam implícita a possibilidade de o texto ser um pedido velado de ajuda do missivista, para a amortização de uma declarada dívida; e não uma simples demonstração de apoio a um governante que pode resolver problemas

através de medidas políticas. Tal constatação talvez nos levasse a concluir que a narrativa presente na carta seja inteiramente fictícia, tecida pelo autor para atingir um determinado fim. Ora, uma leitura dessas seria no mínimo empobrecedora, uma vez que o missivista explicita o critério de sua credibilidade em JQ, partilhado por muitos à época, e que portanto dificilmente pode ser considerado ficção: a experiência no governo de São Paulo. Se a carta acima é um pedido, uma demonstração de apoio, ou ambas as coisas, o contato com notícias das realizações de JQ como governador sugere ser uma motivação bem concreta do entusiasmo do autor para com este último.

É preciso ter isso em mente quando se analisa a homenagem do autor a JQ no restante da missiva, sob a forma de oração com linguagem metrificada:

> "Oh! Meu Pai Onipotente
> A quem devo a criação,
> Protegei nosso Brasil tendes de
> nos compaixão,
> Entregai o ao Sr. Janio
> e dar-lhes vossa benção.
> Assim como aos Apóstolos
> vós mandastes com espanto
> Para suas direções o Divino
> Espirito Santo.
> Tambem vós deis ao Sr.
> Janio esta especie de encanto (...)"

O que está em jogo nestas linhas é o uso da linguagem versificada e do imaginário como recursos para o remetente intensificar seu apelo e apoio ao destinatário, interpelado a partir de um referencial de credibilidade.

Um caso similar surge em carta datada de 20 de julho de 1960, na qual Manoel Sant'anna Garcia, que se declara membro do Partido Democrata Cristão (PDC) de sua localidade, inicia dizendo:

> "Na sequencia de minha simpatia e grande querência ao futuro ocupante do Alvorada apraz-me oferecer a V. Exa. o presente acróstico produto trabalhado de um rimador anônimo.(...)
>
> A minha explosão de alma superou o meu querer pelo Jânio predestinado verificou-se quando V. Exa. no seu primeiro ano de governo jogou-se para Ilhabela, meu torrão natal, onde fez uma pausa de 11 dias. Esse fato obrigou-me a mandar uma carta de congratulações que me foi respondida dos Campos Elisios.
>
> O que me sensibilisou sobremaneira foram os resultados magnificos dessa sua estada em meu querido berço: promessa, realizações(...)
>
> Finalmente o que peço a J. Q. é que faça crescer ainda mais a pequena Ilhabela no maior centro de turismo do Brasil. E isto é fácil: Jânio e Carvalho Pinto, conjugados, pode-lo-ão fazer.(...)"

Ao mesmo tempo em que JQ é considerado "predestinado", o remetente assevera, sem especificar, que apóia o dito político em função de "promessa", "realizações", bem como a partir da perspectiva de que ele realize determinada obra no futuro, de modo que a imaginação do remetente vem acompanhada da percepção de que o jogo político inclina-se a seu favor.

Os versos que se seguem na missiva devem ser considerados em relação ao texto anterior:

"E VEM MESMO
! Eu não sou letra. Exprimo o sentimento
I nfindo que ao Brasil, quasi total,
A nima neste histórico momento.

M arcado no ambiente nacional
E stá esse estadista, esse portento,
V itorioso ao posto maioral.

O povo brasileiro quer vassoura,
I ncontinente, em tudo que é Brasil.
N a História ficará imorredoura
A vida sua desde quando edil.
J á sabes, pois, leitor: a coisa estoura!..."

Readaptando o *slogan* "Jânio vem ai" da propaganda oficial organizada em torno do candidato em suas rimas, o autor conclama JQ a moralizar a máquina pública. Portanto, de acordo com uma das hipóteses já suscitadas, tais versos parecem ter sido produzidos com o intuito de selar e expandir o apoio a um político que se apóia em razão de interesses e propostas específicos.

Muitos outros significados foram atribuídos à figura pública de JQ através de versos. É preciso lembrar que, em certos casos, as rimas analisadas promoveram a circulação de representações autoritárias do governante. Tais composições, inclusive, circularam na imprensa, como demonstra a missiva enviada de Porto Alegre-RS por Maria Alzira Rodrigues, em 3 de dezembro de 1960: "Queira aceitar uma homenagem, humilde mas muito expressiva e sincera, que brotou de meu coração, que não sendo de poetisa, é de boa brasileira. Creio que mais nada preciso dizer-lhe para saudá-lo, além das palavras que estão expressas nesses versos os quais já foram publicados aquí pelo vespertino – 'Fôlha da

Tarde' - do qual lhe envio um anexo a esta.(...)". De fato, o anexo com o dito jornal traz versos dedicados a JQ, nos quais se lê:

"JANIO QUADROS
Problemas cruciantes, dominando a época!
Ébria de sangue a Rússia comunista;
Fome, miséria, guerra, tudo à vista,
E o riso alucinante dum cruel déspota.

Moderno líder, de moderna raça,
Luz de sapiência às turbas ignotas;
Ele sagrando idéias bem remotas,
No batismo fecundo da 'borrasca'.(...)

É belo, é grande, e colossal, é novo,
-Jânio Quadros transformado em astro,
-Uma vassoura libertando um povo!"

A figura do salvador atribuída a JQ acima é contraposta à suposta ameaça da Rússia comunista. Em meio a esse confronto, a qualificação do líder como "moderno" vem associada à metáfora da luz. O sentido desses termos, no texto, relaciona-se à representação de JQ como um líder dotado de grande sabedoria, sendo assim capaz de conduzir uma multidão desorganizada de pessoas desprovidas de conhecimento suficiente para reger seu destino com autonomia. Esse exemplo é, sem dúvida, um contraponto à hipótese de que havia então fundamentos para um regime democrático no Brasil. Porém, contribui nesse sentido pelo menos ao confirmar que havia uma pluralidade de significados atribuídos à figura de JQ, e, portanto, um debate.

Esse leque de imagens é ampliado com a introdução da metáfora do timoneiro, personagem que além de conduzir o país, promove a integração da nação. Isso fica patente no acróstico de João Torres de Souza enviado de Manaus-AM a Dona Leonor da Silva Quadros, mãe do presidente recém-eleito, em 7 de outubro de 1960:

J- amais pensei em derrota
A- ntes das eleições
N- um pais Verde-Amarelo.
I-nspirei meu coração
O- rgulho desta Nação.
S- erei sempre vigilante
I- ronia não consinto
L- evando para o futuro
V- anguardeiro e varonil
A- s glórias do meu BRASIL.

Q- uero fazer o futuro
U- uma nação docemente
A- Virgem lá das alturas
D- elibera os descontentes
R- oga a Deus o timoneiro
O- stentando êste caminho
S- alve: o Povo brasileiro...

P- elo Brasil pelo Povo.
R- egendo a Democracia
E- sperança do futuro
S- ublime Deus de Maria
I- nspirei meu coração
D- urante tôda campanha
E- mbrenhei tôda Nação
N- orte e Sul estão contentes
T- odos eles se uniram
E- elegeram o PRESIDENTE..."

O tema da integração da nação é veiculado ainda nos versos enviados de Salvador-BA por Edvaldo Oliveira dos Anjos, que se diz aprendiz de artífice, em 3 de outubro de 1960:

"QUERIDA BAHIA!
Bahia, querida Bahia,
Terra que num lar humilde nasci:
Por ti farei o possivel
Para te ver progredir.

Bahia, querida Bahia,
Mãe do colosso Brasil,
Por quê raros são os filhos
Que lutam para teu nome luzir?...

Bahia, querida Bahia,
Onde a riqueza Deus semeou,
Por que os máus brasileiros
Te negam o justo valor?

Bahia, querida Bahia,
Em teu nome um voto na urna lancei,
Esperançoso nos compromissos
Que um candidato a Presidente te fez.(...)

O remetente expressa nestes versos seu descontentamento em relação ao valor de seu estado diante de outras partes da federação. Por isso, presta homenagem ao político que julga capaz de promover a elevação da posição da Bahia no seio do país. É interessante

notar que tanto este exemplo quanto o anterior, vindos respectivamente do Amazonas e da Bahia, provêm de estados que não experimentavam, naquele momento, a intensidade da industrialização notada em regiões situadas mais ao sul do Brasil. Dessa forma, o discurso da unificação da nação pode ser o reconhecimento pelos missivistas do novo presidente como alguém que pode equiparar suas respectivas regiões a outras congêneres no país.

Um fator que confere mais força a essa hipótese é a presença de tal diretriz nas propostas de governo de JQ durante a campanha presidencial. Assim, em depoimento à revista *O Cruzeiro*, às vésperas das eleições, ele disse o seguinte do que seriam as constatações de suas andanças pelo país adentro: "tantas cidades, às centenas, que se diriam marginais, são a parte mais vasta, mais numerosa e mais ponderável da Pátria. São o próprio Brasil. E daí a suma gravidade do problema. É o Brasil intocado e adormecido. O Brasil virgem de progresso, alheio ao desenvolvimento, mas impaciente e ansioso por desenvolver-se. Com os mesmos sonhos de grandeza e as mesmas legítimas aspirações das cidades tentaculares."[151]. É preciso lembrar, ademais, que tal proposta foi veiculada por um dos bordões da campanha janista: "Realizar no Brasil o que fez em São Paulo"; talvez um modo de composição comum da linguagem oral sendo utilizado para promover uma parte da plataforma do candidato.

Um exemplo explícito de debate de idéias por meio de linguagem versificada pode ser vislumbrado em folheto enviado a JQ pelo "sertanejo" Cunha Neto, de Betim-MG, em 19 de outubro de 1960. Ao longo desse texto, o autor apresenta uma biografia de JQ por meio de versos, destacando pontos julgados interessantes da trajetória política do mesmo:

"Deus Eterno e Poderoso

Pai de todo o Continente
Inspirai o Sertanejo
Com rimas suficiente
Para falar neste instante
Do eleito presidente.(...)

Como vereador Janio Quadros
Começou a trabalhar,
Percorria os bairros pobres
Para os problemas anotar,
E defender os direitos
Dessa massa popular (...)

[151] *"Base municipal para o desenvolvimento"* in: *O Cruzeiro*, 1. 10. 1960. *apud*: Miriam L. CARDOSO. *Ideologia do Desenvolvimento*, p. 349.

Na Assembléia, Janio
Sempre teve idealismo
Trabalhando pelo povo
Com carinho e com civismo,
Respeitando bem as leis (...)

Assim sendo, Jânio tornou-se
Um politico de valor
Da classe operariado
Sempre foi o protetor
triste do que enganasse
Um pobre trabalhador (...)

Janio como governador
Tudo fez movimentar.
Deu nova vida a S. Paulo
Com o fim de melhorar
As indústrias e Institutos
Tiveram que organizar.

Janio, provou que era
Governador monumental,
Movimentou o comércio
Do interior a capital
Melhorou a agricultura
E o parque industrial. (...)

Há anos vivemos sofrendo
Com a infeliz inflação
Muita gente passa fome
Pois não pode comprar pão
Aumento de salário não resolve
O que resolve é produção (...)

Que vossa excelencia ampleie
Com urgencia, a produção
Empréstimo ao agricultor
P'ra melhorar seu padrão
Isto sim, Senhor Presidente
Resolve a situação (...)

É falta, Senhor Presidente
Somente de proteção
É falta de um pulso forte
Para dirigir a Nação
Só mesmo vossa excelencia
Salvará a situação"

Em suma, o autor identifica no passado e nas características pessoais do referido político elementos que o qualificariam para atender suas aspirações na condução do governo. A impressão dos versos acima em forma de folheto também evidencia a possibilidade desse texto ter sido utilizado para promover a figura de JQ entre outras pessoas.

A associação de JQ com o combate à inflação, destacado em letras maiúsculas, também pode ser notada no acróstico enviado por Helena Steinmeyer, de São Paulo-SP, em 8 de outubro de 1960. Nas rimas da autora, este tema vem ao lado da representação imaginária do homem predestinado que despertará e promoverá o progresso da nação:

"Prece ao Brasil (...)
Já, de pé Brasil, que é, despertada
A mais clara manhã, de tua Redempção,
No horizonte do teu Porvir, a mais rósea alvorada.
Inunda de luz, os recônditos da Nação,
Ouve o clarim do Dever, e desperta para a Esperança!
Deixe, que estas mãos predestinadas,
A teus filhos dê a Paz e a Confiança!
Sê forte e varonil, e ergue-te altivo,
Impávido te influmes, do teu mais cívico Idêal.
Luta e vença, a tua mais Patriotica Jornada!
Vença e conquiste ufano, o teu Progresso captivo
Aos caprichos da INFLAÇÃO despótica e astuta!
Que, fique para traz , tua ingloria caminhada,
Uma vez mais, o teu grito de alerta repercuta,
Ao Norte e ao Sul, em acórde magistral!
Descortinando aos brasileiros, Prosperidade e a certeza
Resurgida pelo Trabalho fecundo, á tua excelsa soberanía,
Obreiras mãos, que te erguerão, ao pedestal de tua grandeza,
Supremo Magistrado, Gigante sem rebuços, da Democracia!
Já, de pé Brasil, e desperta os teus rincões ... (...)"

O governo de JQ à frente do estado de São Paulo é novamente lembrado nos versos enviados por Oscar Cunha, com data de janeiro de 1960:

" 'A peleja vai ser renhida e dura.
Um grupo, que se diz 'nacionalista'
E acusa o outro grupo de 'entreguista',
No bate-bôca perde a compostura.

Há cisões de partidos: cresce a lista
Dos pretendentes à candidatura
Aumenta a confusão, mas, nesta altura,
A vitória final já está prevista.

O povo, em massa, vai votar no Jânio,
Porque em São Paulo êle mostrou que é crânio
E reduziu o 'Pé-na-táboa' a nada.

De que 'êle vem aí' ninguém duvida:
Essa gente que amarga a nossa vida
Precisa de uma vassourada."

Além de valorizar a experiência de JQ como governador dos paulistas e associá-lo ao combate à corrupção, estes versos procuram esvaziar o sentido de termos empregados por setores oposicionistas, que se classificavam como o grupo "nacionalista" em contraposição ao grupo "entreguista", do qual faria parte a candidatura janista. Depois de apresentar esses critérios para a exaltação de JQ, o rimador afirma que o "povo" já pode escolher bem o seu candidato:

"NÃO DESESPERE....
Já nos suaviza as máguas do presente
A esperança nos dias do futuro.
Ninguém pode negar o que é patente:
Indubitàvelmente,
O Brasil vai trilhar caminho mais seguro.

Vibra, de Norte a Sul, o povo, entusiasmado,
E vai, nas eleições, calmo e disciplinado,
Mostrar que sabe, agora, escolher bem.(...)

Outro exemplo do apreço pelo voto e pela política como meios legítimos de se escolher os governantes, surge nos versos enviados por Geraldo Lyra a JQ de Volta Redonda-RJ, em 5 de outubro de 1960:

"ELEIÇÂO
(JANIO)
Eleição, a esperança numa fila,
qual um rio que segue para o mar;
lá do sertão, da Capital à vila,
uma corrente enorme a caminhar!

Às vêzes turva ou clara e bem tranquila,
as águas são o voto popular
que até mesmo feliz se rejubila
e nalguns casos passa por passar!

Chegada ao fim, parou - as urnas, grotas
de nomes e papéis no imenso oceano
e um nome de valor à tona vem.

Desde que há eleições, Brasil, tu votas,
Porém, sofrestes muito desengano
e agora tu votaste muito bem!"

Entre as diferentes formas de linguagem metrificada e rítmica que marcaram a campanha janista, também merece destaque a presença de músicas e marchinhas carnavalescas entre a documentação analisada. A música oficial composta para a campanha de JQ já enfatizava o tema da moralização administrativa:

"Varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira
E o povo já está cansado
De sofrer desta maneira
Jânio Quadros esperança
Desse povo abandonado."

Além da larga utilização desta composição pelos partidários da candidatura de JQ, outras músicas surgiram e parecem ter circulado para promover a figura do mesmo. Eis, por exemplo, a carta de Paulo Anselmo ao então presidente eleito, enviada de Goiânia-GO, em 10 de dezembro de 1960: "Fervoroso admirador de V. Excia., tendo colaborado com todas as minhas forças na campanha que o elegeu Presidente da República, inclusive compondo duas marchinhas, que, gravadas na Rádio Brasil Central, foram utilizadas em seus comícios posteriores ao de Goiânia, e desejando ter a honra de falar-lhe pessoalmente, venho solicitar-lhe a concessão de uma audiência, antes de que V. Excia., tome posse da Presidência da República. (...)". O autor enviou as letras das duas marchinhas, das quais reproduzo a que associa JQ explicitamente a uma proposta de governo:

"'TUDO É JOTA'
Sou candidato, tira o nome da jogada,
Desista dessa e não pense no Alvorada,
Êste conselho eu vou lhe dar, já sei porquê,
Para o lugar de JK vem JQ!

Nossa caçula é o orgulho da Nação,
Todo eleitor tem que saber em quem votar,
a 3 de Outubro, na próxima eleição,
Com JQ, Brasília vai continuar
(mas devagar!)."

Assim como nos versos citados anteriormente, JQ é colocado como o sucessor da obra de J. Kubitschek, particularmente como empreendedor da construção de Brasília.

Em 6 de outubro de 1960, Salomão Alves enviou, de Aracoiaba-CE, dois hinos para comemorar a vitória de JQ no pleito presidencial. Eis uma das composições:

"HINO PARA A VITÓRIA DE JÂNIO QUADROS
(Música do Hino "GENERAL JUAREZ TÁVORA")

I - Presidente Jânio Quadros (bis)
Do Brasil o coração;
Vosso nome dentro dele (bis)
Vibra em cada coração!...
Varrei, varrei, querido Jânio Quadros,
O povo exige Govêrno de ação;
Vinde agora, com vossa vassoura,
E a cartilha ensinando outra lição;
Salvai, salvai, salvai esta Nação!...

II - Varre, varre, vassourinha (bis)
Vai varrendo todo o chão;
Varre, varre, vassourinha (bis)
A sujeira da Nação!....
Lembrai, lembrai, querido Presidente,
Que tem que ter a maior repercussão
A primeira, a grande vassourada,
Expurgando os parasitas da Nação!...
P'ra isto confiámos a vassoura em vossa mão.

III - Acorda, Gigante enorme (bis)
De teu leito milenar;
Vem banhar teu busto informe (bis)
Nas verdes ondas do mar!...
Queremos ver, querido Presidente,
De Norte a Sul respirar novo Brasil!
E o Gigante, que estava dormente,
Soerguer-se, desperto e varonil!...
Salvai, salvai, salvai nosso Brasil!..."

A referida canção ecoa o tema do herói salvador que vem acabar com a corrupção e transformar o Brasil numa poderosa nação.

Outras variações de marchinhas carnavalescas com tal temática foram enviadas a JQ. Apesar de repetirem este tema, são muito significativas por revelarem uma produção de publicidade política ritmada, em âmbito local, em diferentes lugares do país. Por exemplo, José da Silva envia ao novo presidente, de Glória-BA, em 11 de outubro de 1960, uma marcha para comemorar a vitória nas urnas:

"MÚSICA DA MARCHA DO BLOCO DA VITÓRIA
A nossa oposição está contente
Com o pleito que terminou
Vamos minha gente cantar de alegria
O homem da vassoura chegou ô ô...

Quando Jânio resolve
Varrer sujeira, não ha quem dê jeito
Varre o comunismo, varre o P. S. D.
E no fim ei! tá tudo OQ

Nesta eleição
A vassourinha varreu sem parar
Varreu Juscelino, varreu o Marechal
Varreu Carlos Prestes, varreu Adhemar."

Esta letra de música, além de retomar o tema da moralização do Estado, veicula a imagem de JQ como opositor de uma ideologia, o comunismo, e de um partido, o Partido Social Democrático (PSD).

Em carta de Tomas Silva enviada de São Paulo-SP, em 10 de outubro de 1960, a letra de uma marchinha carnavalesca vem acompanhada inclusive de partitura:

"Varrendo mesmo

Hó vassoura
Que trabalha tanto
Varrendo mesmo
Um recanto varonil
Essa vassoura
Já não tem parada
Dando rizada
Vai varrer nosso Brasil

II
Varre
Varre mesmo pra limpar
Quem tem sujeira
Velha onde e que
Vai parar."

Outra marchinha está presente na carta de Delaury Vianna Lima, de Santos-SP, em 14 de setembro de 1960:

"ALERTA BRASILIA
Marcha rancho de Delaury Vianna Lima
Janio Janio

Vamos com Janio marchar
Vamos com Janio p'ra Brasilia
Para Janio governar.

III
Mas se isso não acontecer
O Brasil vai dar o que falar
Porque até vergonha
Vamos ter que importar.

IIII
Côro (Janio Janio)

IIII
A justiça vem lá do alto
E o Janio vai vencer
Se os ricos vivem bem
Os pobres precisam sobreviver."

Dessa forma, essa série de canções e variações de marchinhas carnavalescas fornece uma idéia da importância do ritmo nas discussões políticas daquele período. A correspondência enviada a JQ, na medida em que é uma amostra do que acontecia no universo político brasileiro, desperta inevitavelmente nossa imaginação: quantas outras composições, entre versos e músicas, circularam entre a população? Talvez seja impossível responder essa questão; porém, os exemplos acima sugerem que elas eram práticas correntes entre muitas pessoas e localidades do país e permitiam o debate público de idéias sobre os rumos do governo.

Esse envolvimento da população com a campanha eleitoral precisa, pois, ser levado em consideração quando se analisa a estrutura oficial encarregada de promover a imagem pública de JQ. Tal problema pode ser melhor vislumbrado em relatório do Movimento Universitário Jânio Quadros (filiado ao MPJQ) enviado ao núcleo da campanha, com a descrição da atuação da "Caravana Carioca" em Vitória (ES). Ali aparece a seguinte versão dos preparativos e da execução de alguns comícios do candidato:

" ALMÔÇO NA PRAIA COMPRIDA - Antes do almôço, estivemos no local, decorando o ambiente, com flâmulas, vassouras e galhardetes do MPJQ, que levamos.(...)

À noite, durante o comício, justamente quando Herculano Carneiro falava em nome do MPJQ, Jânio e Leandro davam entrada à pé, na Praça de Vitória, precedido por Antônio Leopoldino e Charles Mansur, que os anunciava através de aparelho portátil, com grande receptividade popular, até a chegada do palanque.(...)

DIA 15 - comício de Cachoeiro(...) Após o comício Jânio foi carregado nos braços do povo (...)

A VIAGEM PARA UBA - (...)

Reboliço na praça, fogos, senhores, senhoras e crianças nas janelas. Era a Caravana Carioca do MPJQ, que entrava na cidade. Percorremos tôda a cidade anunciando o comício(...)

O COMÌCIO DE UBA - Não fôsse nossa camioneta, com nosso serviço de alto-falante e Jânio-Leandro falariam ao povo sem serem ouvidos. A aparelhagem local 'pifou' totalmente, logo no início do 'meeting'. Substituimos por nosso aparelho portátil até, que púdemos entrar com a camioneta em meio à multidão e colocá-la junto do palanque, possibilitando a que Magalhães Pinto - Leandro Maciel - e Jânio Quadros falassem pelos alto-falantes da camioneta."[152]

O que chama especial atenção neste relato é a descrição do que seria o clima festivo e o engajamento da população na campanha. Claro que o delineamento de tamanho entusiasmo interessaria, sobretudo, aos membros da dita caravana, uma vez que justificaria sua razão de ser e possíveis recursos mobilizados para sua manutenção. Entretanto, o confronto desse texto com outras fontes, conforme visto anteriormente, reforça a hipótese de que havia uma sintonia entre a atuação do MPJQ e a participação de muitas pessoas no espetáculo político.

Afinal, se a política do período era mesmo marcada pelo espetáculo, por que deveríamos deduzir disso a manipulação das consciências do eleitorado e da população em geral? Clifford Geertz, em seu estudo sobre o papel do espetáculo no estado balinês do século XIX, é provocante em suas célebres conclusões: "Tratava-se de um Estado-teatro no qual os reis e os príncipes eram os empresários, os sacerdotes encenadores, e os camponeses actores, equipa cênica e público. As espectaculares cremações, limagens de dentes, consagrações dos templos, peregrinações e sacrifícios de sangue, mobilizando centenas e milhares de pessoas e grandes quantidades de riqueza, não eram meios para fins políticos: eram os próprios fins, aquilo para que o Estado servia. O cerimonialismo da corte era a força motriz da política de corte; e o ritual de massas não era um dispositivo de apoio do Estado; pelo contrário, era o Estado, mesmo no seu último suspiro, que era um dispositivo para a realização do ritual de massas. O poder servia a pompa e não o contrário."[153].

---

[152] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, 59. 04. 13, II-46.

[153] Clifford GEERTZ. *Negara....*, p. 25. Minha opção por essa via teórica em relação ao espetáculo na política opõe-se, especialmente, às considerações de Guy Debord sobre o assunto. Para ele, a espetacularização das relações sociais guarda íntimas relações com o conceito de alienação, no sentido de que a encenação contribuiria para o obscurecimento da consciência do proletariado sobre a realidade. Além disso, a noção de espetáculo para ele guarda notáveis incompatibilidades com a manutenção de uma democracia e da margem

Assim, guardadas as devidas peculiaridades do estado balinês no tempo e no espaço, é preciso que investiguemos a validade dessas formulações sobre o papel do espetáculo à luz de fontes do período ora estudado. Em outras palavras, o que está em jogo é a hipótese de a imagem pública de JQ ter sido uma criação coletiva, uma construção empreendida por setores expressivos da população por meio da discurssão e do debate. Trata-se de indicar que a publicidade política produzida naquelas circunstâncias não era somente fruto desta ou daquela organização, mas também criação de diversos setores da sociedade que vislumbravam nesse recurso uma forma de participação política.

2.3 - A "máquina publicitária" ausente

A participação da população na constituição do espetáculo em torno de JQ pode ser melhor esclarecida adiante. Nas cartas por ele recebidas, são muitas as referências dos remetentes sobre a propagação de sua figura junto a outras pessoas. Em vários casos, parece não haver qualquer vínculo formal dos missivistas com partidos ou com a estrutura encarregada da propaganda oficial em torno de JQ, de forma que as ações por eles mencionadas sugerem ter sido levadas a cabo de forma voluntária, ou seja, conforme seus interesses pessoais e políticos.

O próprio JQ apelava à população para que esta atuasse dessa maneira. Assim, no discurso proferido por ele no bairro do Tatuapé, na cidade de São Paulo, na condição de candidato à Presidência, em 22 de julho de 1960, ocorrem os seguintes pedidos:

> "Trabalhadores! As reformas de que a Nação carece eu não poderei promovê-las se não contar com o apoio, com a assistencia de cada um. É por isso que eu lhes formulo um apelo: que cada um saia daqui convertido em um marechal de nossa luta, em um marechal da nossa cruzada, em um marechal dos nossos desejos, que cada um saia convertido em um chefe político. Posso formular o pedido por que não tenho compromissos com os partidos políticos nem com os políticos de nossa terra. Se cada um contribuir com alguns pobres cartazes que mandar fazer, nas pobres faixas que mandar pintar, se cada um contribuir na catequese das esquinas, das fabricas, na catequese das vilas, na catequese das feiras, se cada um fôr um aposto, se cada um fôr um evangelizador, se cada um procurar trazer para nós cada irmão nosso, cada patrício nosso, cada brasileiro, então a nossa força se tornará irresistível e nós poderemos, uma vez no governo, conceder aos brasileiros os dias melhores a que eles têm

---

de escolha dos sujeitos, posições que venho problematizando nas linhas anteriores: "A ditadura da economia burocrática não pode deixar às massas exploradas nenhuma margem notável de escolha, uma vez que ela teve de escolher tudo por si só e que qualquer outra escolha exterior, seja no que concerne à alimentação ou à música, já é a escolha de sua destruição completa. (...) A imagem imposta do bem em seu espetáculo recolhe a totalidade do que existe oficialmente e se concentra normalmente sobre um só homem, que é o assegurador de sua coesão totalitária. Com esta vedete absoluta cada um deve se identificar magicamente, ou desaparecer." Cf. *La société du spectacle*, p. 59.

> direito (...)unidos apenas Deus é maior do que nós. Unidos como se tivéssemos um só corpo, unidos como se tivessemos uma só alma, unidos como se tivessemos uma só vontade, unidos para a frente, para a democracia justa, a democracia cristã que nos tem faltado, mas que conquistaremos para nós e para os nossos filhos."[154]

As palavras de JQ, neste caso, são claras: ele conclama os "trabalhadores" a engajarem-se espontaneamente na propaganda de sua candidatura, sem a intermediação de partidos políticos. Talvez essas palavras sirvam, na perspectiva de muitos, para corroborar interpretações canônicas referentes ao populismo; isto é, no que diz respeito ao que seria o relacionamento do líder diretamente com a população, também evidenciado com a presença da metáfora da nação enquanto corpo, a qual será melhor esclarecida no capítulo seguinte. Ora, isso não exclui a possibilidade de que o envolvimento direto da população na promoção da figura de JQ fosse uma forma de se fazer política?

Este problema pode ser mais esmiuçado, dado que a documentação referente às cartas populares enviadas a JQ logo reforçam a hipótese de que é impossível abrigar a propaganda política efetivada em torno dele num todo orgânico. A propagação da figura do dito candidato, como já visto, não ficou restrita apenas a núcleos ligados diretamente a ele, representados principalmente pelo MPJQ à época. Além de versos e músicas, também foram comuns as produções de panfletos e discursos a favor do mesmo em âmbito local. Assim, numa carta que não deixa pistas de como foi parar no arquivo pesquisado, Orlando Kempi envia, de Cruzeiro do Sul-PR, em 4 de julho de 1960, folhetos eleitorais a Fernando Rodrigues Correa, representante da União Democrática Nacional (UDN). Num deles, JQ é representado sob a forma de oração:

> "Oração do desiludidos
> PRESIDENTE NOSSO, que estaes no ar, voador seja o vosso nome, seja feita a vossa viagem, assim de Avião, como de Elicóptero..... o feijão nosso de cada dia, e um pedacinho de carne, de vez em quando nos dae hoje...perdoai a nossa revolta, assim como nós perdoamos aos vossos eleitores.... não nos deixeis morrer de fome, e livrae-nos do Lott, AMEM.
> BRASILEIROS, - chega de fome, miséria, tuberculose, inflação, corrupção, inepcia, loucura e vaidade.
> Não é com vaidade que se administra uma NAÇÃO.
> O riso escancarado é uma afronta aos pobres sofredores.
> Muito riso é sinal de pouco siso. (...)
> Só JANIO QUADROS pode salvar o Brasil, fora disso, não há cura possivel.(...)
> JANIO QUADROS Presidente da República, rodeado de elementos da sua estirpe, realizará milagres no Brasil, e dará a Nação, mais fartura com TRATORES na lavoura e

[154] SANTOS, Vidal dos & MONTEIRO, Luiz. *Diário de uma campanha*, p. 197-198.

agricultura, mais estradas, mais navios mercantes e de cabotagem, mais máquinas e vagões, mais CASAS POPULARES, mais hospitais e sanatórios, mais escolas, mais amparo ao trabalhador do campo e da cidade, sobretudo mais amparo a velhice combalida, e à infância desvalida.

Se és patriota, imprime e divulga por todo o Território Naconal.

F. R. Corrêa da U.D.N. de Arapongas - Paraná."

Como se vê, o conteúdo deste folheto diz respeito a uma propaganda escrita localmente, numa cidade do interior do Paraná, com uma conclamação para que seus leitores o imprimam e divulguem voluntariamente pelo país. O autor, parodiando uma famosa oração, critica o então presidente J. Kubitschek por viajar muito e manifestar contentamento diante de um país com sérios problemas administrativos. Após fazer uma rima com esse assunto, sinal de modo de composição oral, JQ é apontado como o substituto para a Presidência capaz de se contrapor a tal situação. Ele é tratado, antes de tudo, como um político idealista e um administrador competente. Assim, implementaria a modernização da agricultura e da infra-estrutura do país e solucionaria problemas básicos da população relacionados à habitação e ao amparo do Estado para diversos segmentos da sociedade. A utilização de letras maiúsculas na grafia de casas populares e tratores como elementos a serem fornecidos por JQ, futuramente, sugere como estes itens eram especialmente prezados na localidade em que o autor do folheto o elaborou. Ademais, é digno de nota que o emprego de uma fórmula religiosa não desembocou numa formulação autoritária e simplesmente irracional. Ao contrário, é por meio da mesma que a discussão de assuntos públicos é enunciada.

Já saudando JQ como presidente eleito, de Campinas-SP, Benedito F. Moraes envia uma versão datilografada semelhante ao panfleto anterior em anexo à sua carta, em 10 de outubro de 1960:

"<u>CREDO JANISTA</u>

Creio em Jânio Chefe poderoso, criador da paz do Brasil e em seu govêrno contra os larápios, o qual foi concebido para obra do bem.

Nasceu em Mato Grosso, padeceu sob o poder dos maus governantes, quase foi crucificado pelas calúnias, sepultou as ladroeiras, desceu ao inferno dos cofres vasios e aos quatro anos ressuscitou São Paulo das dívidas, subiu ao poder de Deputado pelo Parana ressurgiu os que não sabiam votar.

Está sentado ao lado direito dos Palácios das Alvoradas, donde há de vir julgar a demagogia assim creio que tôda Igreja esteja com êle na comunhão do Eleitorado, na ressurreição dos nosso sofrimentos, na ressurreição das baixas da carne, e em nossas vidas sem comer feijão,

Amém.

Me livrai do LOTT. ” (grifos do autor)

A similaridade deste texto com o anterior, com a utilização de uma fórmula religiosa para a promoção de JQ, suscita algumas hipóteses: o remetente pode ter lido diretamente o conteúdo do panfleto acima, entrado em contato com alguma de suas versões, ou, ainda, tomado conhecimento de uma prática comum através de modos de comunicação oral. O fato é que, além de a linguagem de caráter religioso ser empregada novamente para a discussão pública de idéias, o apelo sobre a propagação voluntária da imagem de JQ encontrou respaldo.

A conclamação de JQ para que seus simpatizantes propagassem voluntariamente sua candidatura entre o restante da população teve repercussão na cidade do Rio de Janeiro. Isso pode ser percebido na missiva de Maurílio Monsores da Costa, em 26 de novembro de 1959, com um pedido para que o mesmo voltasse à disputa pelo cargo presidencial:

> “Foi para mim de grande tristeza, quando em viajen pelo interior, tive a trágica notícia de tua renúncia à candidatura à presidencia de nossa querida e esbulhada Patria. Janio, si ainda es um homem de bem, não cometas esta injustiça. (...). Es nos corações de 80% dos brasileiros a figura da redenção. E sob ti que recai toda uma esperança de uma Patria sadia e grande. Es hoje o idulo do povo, por esta razão tu, Janio não podes os trairem.
>
> Sou o povo, sou um humilde caixeiro viajante que vive embrenhado por este interior afora, lutando para ganhar o pão de cada dia, tendo contato com todas as camadas sociais aonde sinto unânime o teu prestigio, prestigio este que jamas outro possuio no nosso querido Brasil. A tua propaganda já está feita em todo torrão de nossa Patria. Cada colega viajante que cruzam o interior, representa um ‘comitê’ para tua candidatura. Jânio traz contigo o Fernand Ferrari e entregue a Deus o futuro.(...)”

Com isso, o remetente procura demonstrar o seu entusiasmo e o de grande parcela da população em relação à candidatura de JQ, de modo que este reassuma sua condição de candidato à Presidência. É curiosa a concepção de “propaganda” do autor, que a concebe como sendo a difusão da figura de JQ pelos mais diversos rincões do país através dos simpatizantes dele, cada um dos quais representando um “comitê”. Tal afirmação faz referência a uma imagem retórica, sem correspondência na realidade, destinada apenas a convencer JQ a assumir um compromisso, ou remete a um possível fenômeno social verificado naquela circunstância histórica? Difícil esboçar uma resposta apenas com essa fonte. Mas tantos os casos anteriores quantos os tratados a seguir conduzem-me a pensar que ambas as hipóteses são possíveis.

Motivações plausíveis para a propagação voluntária da candidatura janista já são expressas na missiva do agricultor José Rebouças, que escreve do Sítio Thomé, no Ceará, em 10 de outubro de 1960:

> "Nós não pudemos mais viver num pais como está o nosso, eu desejei muitas e muitas veses se tivesse oportunidade procurar outras terras em paises de regime forte que os errados fossem ponidos pela justiça, no nosso pais atual mata, rouba e desonra tudo enfim de maldade, os umilados tem que baixar a cabêça a todos esse, na ultima semana de propaganda fui a Capital do Estado adquiri mais cartaes, quando cheguei apulicia tinha prendido um Sr. de idade que estava atuando na rua propaganda em favor de Vs. Excia caso mais orvivel que depois foi exclarecido engno deste tinha sido outro, o delegado não atendeu aninguem estava preso isso era o que satisfasia aele e aos amigos delegado do P.S.D., ahi pensei em colocar os cartaes que arranjei na Capital mas me avisaram eles estão em atividade, me lembrei armar gente minha e levar o serviço avante refleti do que dissera Deus, quando tiveres oprimido venha amin que te aliviarei, desesti os planos e esperamos mas tarde o alivio.
>
> Vassoura no Banco do Nordeste, Banco do Brasil, DNOCS, Correios e Telegrafos, essas Repartições estão num verdadeiro movimento polico.
>
> Sou agricultor tenho minha propriedade em progesso com minhas credenciaes com o comercio com relação ao credito, mas ainda não tive a coragem de procurar os Bancos ou seja Banco do Nordeste e Brasil, ja com a experiencia dos amigos que o procuram, não mas me esqueci das quelas suas palavras a 23 de Junho P/p. em Limoeiro do Norte, os dinheiros do Banco do Brasil so chegava para os ricos (...)"

O remetente procura demonstrar sua atuação no sentido de propagar a candidatura de JQ, mesmo envolto num ambiente marcado por arbitrariedades. O agricultor explicita algumas das razões de sua simpatia por ele, as quais podem ter contribuido para motivar essa publicidade voluntária: apontando-o como homem capaz de eliminar o caráter partidário presente em órgãos públicos e mostrando-se ciente ainda das propostas de JQ sobre essa questão, especifica que a concessão de crédito bancário não seria acessível ao pequeno agricultor, pedindo-lhe para que solucione essa questão.

Outra ressonância do referido apelo de JQ pode ser vislumbrado na carta de Francisco do Nascimento, enviada de Santo André-SP, em 7 de setembro de 1960:

> "Mais uma vez dirijo-me a V. Exa. para (...) desejar as mais ricas bençãos dos céus, dando-lhe saude, para continuar nesta jornada civica em todos os recantos do territorio nacional, 'O nosso querido Brasil' levando mensagens de conforto aos corações aflitos e desconsolados pela inflação e corrupção galopante, que arrasta a Nação para o mar de lama. É em V. Exa. que depositamos toda á confianças porque sabemos que como levantou (...) São Paulo, que stava rastro, levantará o Brasil, que está chafurdado na miseria da demagogia, do roubo desenfreado, da falta de honestidade, e da moral decaida.
>
> Entregaremos á 3 de outubro, o Brasil a V. Excia. e cremos ve-lo de cabeça erguida (...) Vai aqui mais uma vez o meu e de minha senhora Dna Daisy Borges Nasciment o irrestrito apoio a V. Exa. Estamos seguindo suas ordens, cada brasileiro um comite ambulante, ja visitamos nas horas de folga, 231 familia, com 511 eleitores desta 483 stavam digo estão conosco, devo esclarecer, que estas familias não são Evangelicos afora com os evangelicos o nosso modesto

> trabalho tem sido mais proveitoso em virtude da amizade e confiança que gozamos entre a familia evangelica."

Tanto este exemplo quanto o anterior são demonstrações de apoio a JQ. E o conteúdo dessa carta traz mais informações do que a anterior, uma vez que o autor aponta os critérios para apoiá-lo: a confiança no candidato viria a partir de sua experiência à frente do governo do estado de São Paulo, que o habilitaria a combater a inflação e a corrupção reinantes no país. De modo semelhante à outra missiva, assevera que ele e sua esposa assumem a condição de "comite ambulante", conforme a solicitação dele. Mesmo essa missiva sendo uma demonstração de apoio político, com o intuito de transmitir a idéia da grande difusão da candidatura janista e com isso alentá-la, sua mensagem traz detalhes que lhe dão maior credibilidade: a contabilização do número de famílias, eleitores e a quantidade de apoio recebido. Não são números arredondados ou casuais que aparecem no texto, são valores precisos e proporcionais; o número de eleitores é maior do que a quantidade de famílias; e o número de apoiadores da candidatura é menor do que o número de eleitores. Ao que parece, o remetente não forneceu números ao acaso e apresenta uma proporção razoável entre diferentes variáveis. Desse modo, essas constatações são pistas significativas para descartar a hipótese de que o remetente inventou dados simplesmente para convencer JQ de seu prestígio. É possível sugerir então que o mesmo assumiu a condição de arauto da candidatura janista.

Porém, se os números valorizam os indícios do texto anterior, eles constituem justamente a debilidade da fonte seguinte. Escrevendo de Taubaté-SP, em 12 de novembro de 1959, o guarda rodoviário Geraldo Marques de Freitas traça um panorama da campanha diante de seus olhos:

> "Dias após dias venho sendo um arauto de tôdas as suas realizações, notáveis, da sua inconfundível personalidade de homem bom e honesto e, que tirará o Brasil do caos em que se encontra. Embora humilde dentro de minha função vivo em contacto direto a todo instante com pessôas das mais diversas camadas sociais, desde o grande industrial, intelectuais, etc., até o simples motorista de caminhão e o operário (...) O seu nome é apregoado em todos os recantos! (...) Auscuto de há muito nas estradas, geralmente nos carros, ônibus e caminhões em que viajo, a opinião de todos. Até hoje, posso apresentar-lhe um total, sem exagero nenhum, de 85% de eleitores, cômputo geral, do Pará até o Rio Grande do Sul. (Viajo muito também na rodovia Presidente Dutra). Creia em mim senhor, pois eu sondo a opinião pública de verdade mesmo. E faço uma propaganda do seu nome com todo ardor, pois estarei sempre ao seu lado, em tôdas as ocasiões, incondicionalmente, faça sol ou chôva, dia e noite! Nas linhas que seguem quero explanar o que vai na opinião geral do nosso povo, numa sondagem sincera feita por mim, onde não há incerteza. Tudo feito com o coração, veladamente e não

automaticamente como certas prévias eleitorais. Quando no serviço do 'Ferry Boat' Ilha Bela-São Sebastião, indaguei dos tripulantes dos barcos mercantes, pesqueiros, cargueiros e passageiros que fazem do norte ao sul do país, sôbre o seu conceito ao longo do litoral. Conclusão: o seu nome é aclamado e a esperança de todos! Na Paraíba, vendem nas feiras um retratinho seu como lembrança e não há o que chegue! Há barcos que ostentam o dístico:- 'Jânio vem ai'. Um motorista que levava para o Pará, mais de 500 flâmulas com seu retrato, si não fôsse esconder algumas, não passariam na Bahia, tanta a procura! Até Cr$ 300, 00 queriam dar por uma."

Nesta carta, o suposto entusiasmo da população com a campanha de JQ é retratado pelo guarda rodoviário a partir de uma perspectiva marcadamente subjetiva. Ainda que ele considere sua "sondagem" da "opinião pública" feita por meio do "coração" superior a "certas prévias eleitorais", sua porcentagem do eleitorado apoiando JQ não possui o mesmo valor dos números apresentados na fonte anterior. Entretanto, chama a atenção quando o remetente afirma que a propaganda eleitoral janista estava não apenas disseminada ao longo de seu trajeto pelo país, mas também era objeto de consumo no circuito do mercado. Contudo, esta possibilidade e seu significado não são mencionados no restante da documentação analisada. Ademais, se considerarmos os exemplos anteriores, não parece absurda a possibilidade do missista ter assumido a condição de arauto da candidatura de JQ.

Nessa altura, já contamos com mais evidências de que a imagem de JQ não era propagada apenas pelo MPJQ, mas por muitas pessoas de modo voluntário, de acordo com seus respectivos interesses. Alguns dos opositores dele, na época, preferiram ressaltar o que seria a construção de sua imagem como uma composição de cúpula. Assim, numa velada referência ao MPJQ, uma coluna de opinião do jornal *Última Hora*, em 5 de março de 1959, divulgou os seguintes comentários:

"Desde que o homem vive em sociedade, dirige-se aos outros sob forma de símbolos. Nos tempos atuais, em que a propaganda ganhou um lugar de característico destaque, os símbolos se incorporam à linguagem comum, complementando-a, dando a força de que necessita por vezes, e também a penetração. Assistimos agora, nesses aparentemente confusos preliminares da campanha presidencial, o lançamento de símbolos. O ex-governador paulista, que está sendo exibido, numa série de espetáculos pelos seus empresários, traz como símbolo uma vassoura. Para o espírito popular, a vassoura é apresentada com o sentido moralizador da limpeza. Não é o caso de discutir se ela funcionou com esse sentido, quando aquele político dirigiu os destinos do Estado mais rico do País. Quem quiser que o julgue. Dentro de uma técnica meticulosamente preparada, os empresários já estão distribuindo vassourinhas para lapela, postais, portas, etc. E trazendo os dizeres de que vem aí o portador. No momento, ele não vem – vai, e vai para longe, para o Japão, para os antípodas. (...)

Dizem que a vassoura varre, mas as donas-de-casa sabem, de há muito, que ela apenas espalha a sujeira."[155]

[155] *Coluna de Última Hora. "A Razão dos Símbolos"*. UH-RJ, 05. 03. 59, p. 3.

Neste trecho, a UH procurou esvaziar a simbologia da vassoura como a representação da moralidade. Para isso, denunciou a tentativa da equipe janista em construir artificialmente o dito símbolo, por meio de "propaganda".

Essas afirmações contrastam com a carta de Carlos Ricciardi da Silva enviada do estado do Paraná, com data de 12 de outubro de 1960, na qual aparece nova representação do entusiasmo que a campanha de JQ teria despertado:

> "Em nome dos trabalhadôres do campo, do Paraná, venho (...) apresentar-lhe o meu cincéro parabéns pela victoria esmagadôra (...) Embôras estejamos em um pedaço do Brasil onde nunca os poderes centraés voltaram suas atenções; mesmo assim Dr, Janio, *dias antes das eleições o povo vibrava de entusiasmos quando via o nome de V. Excia, o homém da vassoura. O seu nome Dr. Janio, a sua personalidade, a sua capacidade administrativa, acho que vira salvar o nosso querido Brasil desta situação que horas atravessamos.*
> *Numca siquer durante muitas eleições se viu o povo tão entusiasmado como na campanha de V. Excia., via-se verdadeiros analfabétos empunharem vassouras de todo tipo, e fetio.*
> *Sera a propaganda tão bem planejada que tenha provocado grande entusiasmo da parte de todos os brasileiros? Acho que tenha sido os alicerce tão bem feito pelo seu passado de critério trabalho, honestidade á favor dos brasileiros, e do Brasil.*(...)
> Em minha rude mentalidade, vejo coisas que podiam ser corregidas em partes, taés como: ás aposentadorias, ve-se horéns ainda novos inutil para a Patria, quando deviam estar nos campos de trabalho cooperando no progresso da Patria (...)
> Nos pontos chave da Nação muitos horéns endignos de ocuparem cargos, só porque, trabalharam ao lado dos candidatos eleitos. Temos a seguir o caso do café, a maiôr revolta do povo brasileiro sendo o nosso Pais, o maiôr produtôr da Rubácea, temos (...) se obrigar a comprar por elevado preço, ou seja Cr$ 200, 00 por quilo. Todo provocado por meia duzia de pessimos brasileiros, que levam sua vida alegre nas Boiats das capital, não dando atenção, não olhando que tem pessôas desprovidas, que não pode siquer comprar um quilo. Nas carteiras dos Bancos, quer Pecuaria, ou Agricóla, nada se consegue só empresta homens ricos que não presisam, enfluentes politicos (...). Quantos os horéns do campo que representam uma parte da celula Nacional, nada conseguem, soménte dessanparos.
> As Prefeituras, vivem cheias de percevejos enfluentes politicos, quando estes deviam estar prodizindo para o enriquecimento do Paiz.(...) Sou em nosso Municipio o maiôr propagandista de sua capacidade, sem porém ambicionar cargos, quero mesmo ficar em minha humilde barraca trabalhando em minha lavoura, cooperando ao lado de sua administração, para edificar-mós um novo Brasil.(...)" (grifos meus)

Apresentando-se como um propagandista voluntário da campanha de JQ, o agricultor contesta o argumento de que uma propaganda cuidadosamente planejada tenha elevado o dito político ao cargo presidencial. Ao invés disso, afirma que a explicação para tanto residiria no passado e nas propostas dele, considerado honesto e enérgico o suficiente para exercer tal função. JQ é vislumbrado como alguém que pode promover mudanças à frente do governo com a implementação de uma série de medidas. Ao expô-las, o missivista

sugere ser a política, particularmente relacionada à figura do líder em questão, a melhor forma de realizar suas aspirações e interesses.

Em carta enviada de Florianópolis-SC, em 30 de janeiro de 1960, José Alves de Matos intenta demonstrar sua abnegação em seu apoio conferido ao dito político: "Pois no momento não preciso de nada, para vossa candidatura, estou vendendo meu estabelecimento comercial em Florianópolis no mercado municipal número 21 para gastar (...) em vossa candidatura faço isso em livre, espontânea vontade em seu nome (...)". De modo semelhante, em 21 de novembro de 1959, Roque de Macedo escreve de Alto Santo-CE apresentando-se como propagador da campanha de Jânio: "Realisei há poucos instantes, o primeiro comício em pleno Mercado Publico, foi uma verdadeira festa cívica, o povo vibrou e bateu palmas quasi sem parar todas as vezes que se repetia o nome bandeira e impoluto de Janio Quadros.(...) Farmaceutico matuto que sou, homem dos Campos e do Povo, conhecendo palmo a palmo o Nordeste, amigo de infancia e do Colegio do inclito brasileiro que se chama Juarez Fernandes Tavora, irei de povoado em povoado, debater nas praças públicas as razões e mesmo a objeção porque os brasileiros bem intencionados devem votar em Jânio Quadros para Presidente da Republica.". Tais cartas não fornecem pistas de que se de fato os remetentes praticaram as declaradas atividades de militância ou de outras possíveis motivações para o envio da correspondência. Mas, em vista do conteúdo das missivas acima, não podem ser simplesmente descartadas como possíveis indícios de práticas políticas.

Em meio à correspondência recebida por JQ, também surgem descrições de como muitos simpatizantes de sua candidatura teriam elaborado propaganda eleitoral pessoalmente. Por outro lado, também emergem denúncias acerca da elaboração local de propaganda contrária a ele. Dessa forma, além de podermos vislumbrar com mais detalhes a participação de muitas pessoas em torno do espetáculo em torno de JQ, também é possível fazermos uma idéia de como tal encenação era composta por muitas dissensões.

Assim, em 2 de outubro de 1960, do Rio de Janeiro-RJ, Luiz de Góes assevera o seguinte sobre o que seriam suas atividades em prol do candidato:

> "Aqui vae o esboço da maneira como eu fiz a minha propaganda presidencial falando nos botequins, rua, ônibus etc... para destruir o slongan-pessimista do reinado getuliano.
>
> 'Voto em qualquer um porque todos são iguais' e, outras babuzeira oriunda do comodismo brasileiro proveniente da leitura classica que é o gibi introduzido no Brasil pelos gringos Norte-Americanos:

Palavras finas e elegantes não convence êste eleitorado imbecil.

Então passei a dizer: Todos os politicos são iguais porque tem uma cabeça 2 braços e 5 dedos; portanto são todos iguais. E fui sempre aplaudido.

Depois dizia: todos os pinicos são iguais quando tem tampa e aza para ser segurado. Muito bem.....

Entretanto, ha pinicos que o caro eleitor aqui presente jamais colocaria êle em sua propria cabeça por estar ele cheio e transbordando de fezes isto é, materia federênta enquanto que um penico novo em folha, sem nunca ter sido usado não infeccionaria a sua cabeça (...)

São 3 os candidatos iguais fisica e biologicamente falando; entretanto bem diferentes civica e moralmente falando. em sua conteúdo de serviços prestados a Patria.(...)

O nome de um deles chega até ser um palavrão. Já governou com uma corrióla de tubarões e respondeu processo por peculato - a apropriação indebita etc...

O segundo é filho adotivo da gang que avassalou o Paiz desde 1930 e, engului a Constituição 2 vezes traindo o seu chefe e Presidente da Republica, para não cair do galho. E nêle ficou para segurança de todos isto é, foi-lhe dado a incumbencia de proteger enquanto for vivo o sindicato de ladrões que se vem desdobrando desde 1930 (...)

O terceiro candidato não é preciso dizer-lhe o Nome porque todos já devem saber. que Jânio Quadros não é, e nunca foi cria e nem protegido de Getulio Vargas.(...)

Sua candidatura brotou das calcadas da rua e não foi arranjo de cupula etc.

Como vereador, Deputado Prefeito e governador de São Paulo não entregou a ilha de Fernando de Noronha aos gringos e nem comprou ferro velho restos da guerra da Coreia para a parada de 7 de setembro.

É muito facil senhores compreender e notar a diferença entre dois pinico cheio de fezes fedorênta e um penico novo em folha embora os 3 objetos sejam iguaes pela forma mas diferentes pelo seu conteúdo.(...)

Snr. Jânio foi assim que cumpri o meu dever e creio que arrastei milhares de votos para o nosso lado de pessôas incultas, inesperientes e indecisas.

Cumpri o meu dever desinteressadamente."

Assim como nos exemplos anteriores, esta carta nos deixa intrigados se de fato o missivista percorreu lugares públicos divulgando a candidatura de JQ. De todo modo, se essa passagem não permite a percepção da dimensão exata dos acontecimentos - como todo documento, aliás - , ela informa ao menos como o remetente imaginou a publicidade para promover o candidato à Presidência; e é difícil aceitar, aliás, que ele não tenha compartilhado com outras pessoas tais opiniões, ainda que não com a intensidade descrita. Mostrando-se descrente quanto à capacidade de discernimento do eleitorado, ele afirma ter tecido sua argumentação de modo a demarcar a diferença entre JQ e o legado getulista por meio de uma linguagem considerada vulgar. Como forma de romper com a suposta indiferença dos eleitores e afastá-los desta orientação política, o missivista apresenta uma analogia: à afirmação de que os políticos seriam todos iguais, ele associa a imagem deles a penicos. O fundamento desta equiparação parece residir na suposição de que tais artefatos, semelhantes em sua forma, estão potencialmente, mas não necessariamente, expostos à

sujeira; ou seja, apesar de todos os políticos estarem inseridos numa atividade considerada potencialmente corruptora, a política, nem todos se deixam corromper; e JQ é apontando como exemplo de político que não se permite macular com tais práticas. Ademais, o candidato é apontado como defensor do patrimônio do país por se contrapor à alienação de parte do território nacional e à compra de material estrangeiro considerado obsoleto.

Em carta de Porto Alegre-RS, enviada em 10 de setembro de 1960, Cenon Fernandez afirma ter escrito e distribuído propagandas de JQ por suas próprias mãos:

> "Quero diser ao ilustre brasileiro que mesmo sem o apoio financeiro preciso; estou pessoalmente elaborando folhetos, em prol de vossa candidatura.
> Confio no resultado de uma propaganda escrita, e entegue, na mão do dono da casa.(...)
> Elaborei uma propaganda baseada na vossa produtiva intenção de governar o país de 'Cstas para o Mar'
> Indico, produção de 'nós para nós' como fonte de fartura popular. Indico o mar, como veia de escoamento, somentes para as sobras; após os mercados internos, estarem na altura, do fornecimento nacional: convicto que com 'Produção Controlada' poderemos emergir, destas dificuldades; com esplicações claras estou procurando contagiara as populações pobres (...)
> Esplico; com ponderações acertadas que o trabalhador brasileiro não precisa de favores e sim de oportunidades!
> E concluo citando, (dinamismo e inteligencia nata) como unicos fatores, capazes de atender com urgencia as necessidades da Pátria.
> Aponto que nem os adeversarios; poderão negar estas qualidades a v. senhoria.
> Concito o braço do trabalho a levar-mos v. senhoria ao Alvorada e de lá trazer-mos fartura, de nós para nós.
> Sei que estou comprometendo, a continuidade do meu pequeno negocio dado o resumido capital. Mas ajudarei a levar v. senhoria para Brasilia!(...)"

Se o missivista escreveu e divulgou ou não propagandas a favor de JQ, seu texto demonstra ao menos certa interação e concordância com o discurso janista, que também podem ter sido compartilhadas com outras pessoas, particularmente na questão do governo desenvolver primeiro o mercado interno antes de se concentrar nas exportações. Ele também destaca que as políticas públicas precisam ser desenvolvidas de modo impessoal, com a criação de oportunidades e não a concessão de favores ao "trabalhador brasileiro", e aponta JQ como político capacitado para empreender tais tarefas. Seu texto chama especial atenção pela repetição da idéia, no começo e no final da carta, de que ele está sem muitos recursos. Seria isso, pois, um pedido velado de recursos ao candidato? Se tanto, isso não invalida a discussão pública de idéias por ele desenvolvida.

Uma série de propagandas eleitorais também foram elaboradas em âmbito local contra a candidatura janista, as quais parecem ter sido consideradas e discutidas criticamente. Por exemplo, em carta de César Comunian enviada de Varginha-MG, em 7 de

janeiro de 1960, aparece um panfleto em anexo, com a identificação da "Frente Nacionalista Varginhense", trazendo ataques desferidos contra JQ. Nele são veiculadas falas de Carlos Lacerda criticando este último antes de 1959, numa tentativa de apresentar uma contradição na então corrente aliança entre os dois políticos. Diante do texto, o missivista faz os seguintes comentários: "Sr. Dr. Janio, Eu Encontrei Essi Boletin na rua, i Pensei di Enviar Para o sr., Portanto que Pesso para o sr. vim aqui em Varginha para combater contra Essa Empedimia que esta Contra o sr., o Brazil nunca Poudi Encontrar um candidato conformi é o sr. Dr. Janio Quadros, o sr. dr. Janio Q. foi Enviado Por Deus, i os Ladois Esta achando ruin Porque vai acabar os Xupão do Brazil, Dr Janio nos trabalha Para o sr. Porque é os Brazileiros Esta as fomi, aqui Em varginha tres Pessoa si assoçidou Por fomi e por vergonha das Dividas, que não Podia Pagar, i os aqueridoris Encima, di vergonha si matarão, Deus envia o sr. dr. Janio Q. Para Auçiliar os Pobris Camelos do Brazil, os Escravos nos Estamos no maior diszispero, Estamos as fomis (...)". O remetente procura demonstrar solidariedade a JQ enviando-lhe o folheto divulgado por setores contrários à candidatura dele. Evidencia que a dita propaganda não foi suficiente para demovê-lo da intenção de apoiá-lo, uma vez que o considera como alguém que porá fim num quadro de injustiças e explorações endêmicas no país.

Já na carta anônima enviada de Santa Maria da Vitória-BA, em 12 de setembro de 1960, o remetente faz denúncias de supostas atividades para difamar o nome de JQ:

> "Seriamente revoltado com o procedimento indigno de um indivíduo ou seja de um palhaço que responde pelo nome de Silvestre Munis, pessôa já conhecida a muitos anos por aqui, pelo seu baixo procedimento e grandes atrapalhações, é que resolvi fazer esta afim de levar ao vosso conhecimento o modo abaixo, escandaloso e até imoral com que este tipo desenvolveu aqui contra V. Exia. Uma propaganda exclusivamente de difamação.
>
> Disse de V. Excia. em praça publica as maiores misérias que se pode dizer de algum, maculando inclusive a V. honrosa familia.
>
> Toda a população desta cidade acha-se revoltada com o escandalo produsido pelo referido; desrespeitando até os forós da civilização desta cidade. Não satisfeito com as misérias que lansou de bôca afora, ainda destribuindo alguns livros, nos quais se lêem coisas horivéis contra V. Excia.
>
> O individuo em apreço reside na capital de São Paulo no bairro Ipiranga. Av. Curral Pequeno 7 casa 2. Rua Santa Cruz - Alto Ipiranga 1796.
>
> Aqui estêve apenas para desenvolver esta revoltante propaganda, tendo voltado para São Paulo dizendo que voltaria logo aproxime as eleições, trasendo farto material de propaganda, e sérias documentação contra V. Exia. (...) Seria de grande conveniência, se fosse possível evitar a volta deste malévolo elemento.(...)
>
> TITULOS DOS LIVROS: O que é Jânio Quadros.
>
> A verdade nua e crua sobre a administração de Jânio Quadros 1955 a 1958."

Antes de tudo, fica evidente que o missivista considera JQ como alguém que pode conduzir à punição o acusado de difamá-lo publicamente. Desse modo, tornam-se mais obscuras suas motivações, dado que ele pode ter feito tal acusação não simplesmente para conter um adversário político, mas também para comprometer alguém com quem eventualmente tenha tido problemas pessoais. De qualquer modo, os livros citados pelo remetente como instrumentos para atacar JQ de fato existiram, como já indicado no primeiro capítulo. Isso sugere certa penetração de tais libelos no interior do país e sua discussão pública, cujo conteúdo nem sempre parece ter sido endossado.

Em carta do prefeito de Corumbataí-SP, ainda, em 5 de outubro de 1960, uma nova queixa sobre propaganda feita contra JQ aparece:

> "Tenho a honra de vir a presença de V. Excia., a fim de levar ao vosso conhecimento, que ontem dia 4, tomei conhecimento que um funcionário da Coletoria Federal local, senhor José Venturoli, exibiu sexta-feira última, nos bares desta cidade e diversos locais, um cartão imoral, com uma fotografia de V. Excia., de um lado e que dizia: Ontem eu era assim e do outro Lado, estava V. Excia., sem roupa e de quatro pés e um homem servindo-se de V. Excia., como um animal, essa fotografia foi exibida a título de desmoralizar o candidato que é V, Excia., nosso futuro Presidente da República (...)
>
> Não é admissível que Lotistas e Ademaristas aliados, venham com difamações quando percebem a derrota (...)
>
> Peço mais uma vez as providências necessárias e urgentes, porque isso não ficará assim, V. Excia., desculpe-me estou com raiva de mim mesmo e se ninguém tomar providências urgentes, então eu mesmo as tomarei e essas serão trágicas, pois o moço é forte e metido a bonitão e não irá dar certo. (...)"

Assim como na carta anterior, o missivista espera que JQ promova a punição do acusado de detratá-lo em público. Menciona uma montagem de fotos destinada a depreciar a imagem do mesmo junto à população local. Independente das efetivas motivações do missivista e de se a dita situação de fato ocorreu, parece ficar claro que as discussões públicas, então, eram integradas em parte pela utilização de calúnias contra o adversário político. Afinal, mesmo que talvez tentando instrumentalizar a ação de JQ contra um adversário pessoal, o remetente dificilmente procuraria convencê-lo com a menção a uma prática que não tivesse ampla difusão. Tal pista sugere que a calúnia em si não era suficiente para abalar os alicerces de uma liderança política[156].

[156] Ao trabalhar com uma amostra da literatura clandestina que circulava na França do Antigo Regime, às vésperas da revolução, Robert Darnton, apesar de não identificar a presença de projetos políticos alternativos nela, aponta a calúnia política como um dos instrumentos que contribuíram para minar a credibilidade da

Na carta de Souza Lima, de Curitiba-PR, em 19 de julho de 1960, o candidato ao governo do estado, Nei Braga, é acusado de desprestigiar a figura de JQ mesmo escorando sua imagem nele para conseguir votos:

> "É com imensa tristesa que aqui no Paraná esta se fazendo a campanha de V. Excia., o candidato a governo Ney Braga, apegando-se a sua pessôa para melhor conseguir vantagem no pleito, ridicularaza-o com folhetins em que sua aparencia nos faz lembrar uma pessôa fora do normal, isso meu caro deputado não pode continuar, querer conseguir votos a sua dusta, canta a todo momento pelo rádio que não têm compromisso com politicos nem com partidos (pergunto si assim é porque está tão apegado em seu nome e não procura trabalhar sosinho) as dias no comicio realisado no bairro do Portão n/ cidade foi contra as suas nobresas de candidato, pois teves coragem de dizer que as estradas construidas pelo atual governo federal não têm serventias alguma, terminando a sua oração dizendo que agora para maior sofrimento do povo quer fazer a ilha de Bananal numa cidade, esse é o candidato que usa seu nome e força para vêr si consegue ser eleito governo do Estado, o candidato Nelson Maculan trabalhista do qual V. Excia é deputado nunca fez declaração nem tão pouco cartazes ridicularizando-o, por isso péço que para quando aqui vier saiba escolher e si indicar alguem veja e não se deixe levar por falsos amigos (...)"

Nesta carta, o missivista procura indispor JQ com o candidato Nei Braga e aproximá-lo do postulante trabalhista ao governo do estado do Paraná. Tal constatação resolveria o aparente paradoxo de um candidato a governador que se apóia na imagem pública de JQ produzir material de campanha com conteúdo destinado a desprestigiá-lo? Afinal, isso poderia levar-nos a concluir pelo falseamento dos fatos pelo remetente para atingir tais objetivos. Como até agora não foi possível apurar com mais profundidade a existência do dito material publicitário, é preciso levantar também outras hipóteses. Caso os "folhetins" com imagens de JQ tenham mesmo circulado, é lícito supor que os mesmos não foram originalmente concebidos para ridicularizar JQ, tratando-se de uma interpretação consciente ou inconsciente do missivista. Ou, admitindo a hipótese de que houve a produção local de imagens com o intuito de depreciar a imagem dele, parece que tal conteúdo não foi capaz de sensibilizar o remetente.

Dessa forma, as evidências acima indicam que o ato de fazer propaganda política era por muitas pessoas compreendido como as suas respectivas contribuições na promoção dos políticos de sua preferência. Seja com a produção voluntária de versos, músicas,

---

monarquia francesa. Como visto anteriormente, entretanto, não acredito que a maledicência, isoladamente, produza efeitos tão devastadores à imagem dos líderes. É preciso levar em conta a hipótese de que os sujeitos consideravam a calúnia junto de outras referências (por exemplo, se suas aspirações e interesses estavam de certo modo sendo considerados pelas lideranças), e decidiam então se deviam ou não incorporá-la. Cf. Robert DARNTON. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, *passim*.

panfletos, discursos ou até de libelos, havia ampla produção de publicidade política feita espontâneamente, sem a intervenção direta de partidos e organizações. E com isso não quero afirmar que tais atividades expressavam comportamentos e práticas transcorridos simplesmente à margem de quaisquer instituições destinadas a representar e canalizar interesses presentes na sociedade. Ao contrário, apenas afirmo que estas últimas coexistiam com debates e discussões públicas acerca da condução da coisa pública.

2.4 – "Já existe o partido de Jânio Quadros?"

Se a propaganda a favor e contra JQ foi realizada em grande medida de modo independente da estrutura publicitária oficial do candidato, muitas pessoas também quiseram se vincular de alguma forma ao MPJQ para promover a candidatura dele. Assim, por meio de ações voluntárias, o movimento aparecia aos olhos de muitos como um centro em torno do qual eram canalizados interesses e aspirações políticas e atividades de apoio a JQ.

Assim, na missiva de Felizolino Coêlho da Silva enviada de São Paulo-SP, em 11 de janeiro de 1960, o pedido de publicidade oficial é claro: "Tomo liberdade de escrever-lhe esta, com prazer, e espero ser atendido por VS. Excia. (...) Eu, Felizolino Coelho da Silva, ex-empregado da CMTC; com destino à minha terra natal que é Pilão Arcado - Estado da Bahia; - Desejo trabalhar pela Vossa Campanha Presidencial, com satisfação, pois Vs. Excia. sendo Presidente da Republica, nos trará dias de tranquilidade para todo povo Brasileiro, assim sendo, espero merecer de VS. excia. autorização para tal. (...) Levarei comigo varios cartazes para serem distribuido por todo o Vale do Rio São Francisco.".

Em carta de Elvo Pigari, de Urânia-SP, datada de 11 de janeiro de 1960, um pedido semelhante é feito: "O povo em geral sabe que existem dois candidatos a Presidencia da Republica: um é aquele que precisa ser Presidente e o outro é aquele que o Brasil precisa dele como Presidente; este Deputado Jânio Quadros é sem duvida alguma V. Excia., pois agora mais do que nunca o Brasil precisa de um Presidente que lance em lutas sem treguas para a sua emancipação economica. (...) Portanto conte comigo neste Municipio de Urania na comarca de Jales em que sou Presidente da Camara Municipal. (...) Peço enviar-me urgentemente material de propaganda porque já estou de mangas arregaçadas e disposto a ver um Brasil cheio de paz, de gloriasenfim um Brasil diferente deste, com um futuro

risonho e brilhante.". Em ambas as cartas, mesmo que não seja possível identificar se há outras razões para os missivistas interpelarem JQ além de seu apoio, pelo menos é possível perceber a intenção de ambos em fazer uso da propaganda oficial dele.

Uma solicitação de recursos como condição para a promoção da candidatura janista pode ser notada na carta de Francisco Korti Shimizu, de Presidente Venceslau-SP, em 5 de julho de 1960:

> "Eu quero informar ao Sr eu estou querendo montar um seviço de Altofalante para politica em piquerobi e pres. Venceslau.(...)
> Eu quero um favor do Sr Janio Quadro
> Tenho duas escrituras de Jardim Groria de brasilia no valor de 200.000, 00
> Eu queria tirar êste dinheiro e montar um serviço de altofalante para politica do Sr. Janio Quadro.
> Sr. sera que o sr não dá para tirar êste dinheiro para mim.
> Se tirar eu prometo montar altofalante
> A politica nós faremos expressadamente gratuita ao Sr.
> Ou mandar duas amplificador e 4 altofalante.
> E discos de propaganda de Janio Quadro"

Ainda que, num primeiro momento, o remetente declare a pretensão de empregar recursos próprios na campanha, pede a interferência de JQ para obtê-los. Como alternativa, solicita o envio de aparelhos de som. Nessa carta aparece novamente a intenção de se fazer uso da publicidade oficial do candidato. Se nos exemplos anteriores os pedidos referem-se a propaganda visual, nesse caso a demanda é por equipamento sonoro.

Outro exemplo de carta oferecendo estas duas opções é escrita por Noel Vieira Godoy, de Capela do Alto-SP, em 5 de maio de 1960: "Eu sempre trabalho no tempo de Politica com Propaganda eleitoral com um dos candidatos, na qual tratamos. mediante o pagamento de uma importância em dinheiro, porquê sou pobre e preciso de dinheiro.
Nesta politica, eu escolhi V. Ecia para trabalhar na propaganda Eleitoral aqui nesta localidade do interior.(...) Também aceito, caso V. Ecia queira-me doar um aparelho de alto falante para propaganda nesta praça (...) neste caso, não precisa pagamento em dinheiro.". De algum modo, o remetente pretende associar-se à publicidade oficial de JQ.

João E. Teixeira escreve de Natividade, em 9 de janeiro de 1960, também pedindo propaganda eleitoral: "Rezorvi a escrever esta carta au Sinhor pedindo a Vosa Selensia um serviso (....) eu não quero en(...)go nem a pozentadoria porque ja perdi a minha edade e por isto eu agora quero que a Vosa Selensia ler estas escrita e ver si eu mereso este galardão (...) quero que O Sinhor manda as suas faxas e os anunsio para min trabalhar con elles em

sua campanha eleitorada mais quero meu amigo um prezente seu junto Co as suas faxas e os Anusios eu ti prometo um Bom Serviso eleitorado a seu favor eu Dezei(...)o que a Vosa Selen mi fas um prezente de uma cordinhãn pequena 24 baixo - para mi fazer esta Campanha com galardão.". O requerimento do material publicitário vem ao lado de um pedido de um instrumento musical, de modo que não fica claro se a solicitação de propaganda é feita como forma do remetente ser convincente e receber o dito equipamento, ou se de fato a intenção de distribuir a publicidade do candidato vem acompanhada do desejo de receber o instrumento. É difícil, contudo, admitir que o autor não esteja invocando uma prática comum para convencer JQ: a promoção de sua figura em troca de um favor, quaisquer que sejam seus propósitos.

Um pedido explícito de recursos ao candidato para a divulgação da campanha é visível na missiva de Raimundo Guimarães, que, apesar de afirmar residir em São João dos Patos-MA, faz a postagem da mesma de Floriano-PI, em 22 de janeiro de 1960:

> "Não sou homem politico e jamais me havia passado pela idéia, de me manifestar a qualquer Brasileiro solidarmesando-me em carater politico; mas agora que vêjo o nome de vossa Excelencia lançado a candidato a Presidencia da Republica, nem só pelo conhecimento que tenho de vossos serviços como administrador de São Paulo, como Prefeito e Governador do Estado, em cujas administrações fêz Vossa Excelência transparecer a nobreza de vosso carater e tão igualmente a vossa capacidade de desimpenho (...)
> E é por isso acima exposto que vou com esta me aderigir as filheiras dos que com justiça apoiaram a vossa candidatura, oferecendo-me para trabalhar a bem da vitoria de vossa candidatura. (...) nos Estados do Maranhão, Piaui, Goiás e Pará, em muitas localidades de cada Estado, sitado acima, tenho minhas camaradagem particulares e com chefes politicos de todos os Partidos, poderei portanto de cada localidade dos interiores de cada Estado, conseguir dezenas de um logar e centenas centenas de outros e somar um total de alguns milhares, de votos para V. Excia.(...)
> Devo com fraquêza dizêr para conhecimento de V. Excia, sou trabalhador e honesto, mas também muito pobre.
> Tenho dezejo de trabalhar para vossa candidatura, mas nao desponho de recursos, para viajar e fazer propaganda em logares do interior onde jamais irá V. Excia e talvês ninguem, e onde si adequerirá muitos votos. (...)"(grifo do autor)

Afirmando conhecer as experiências de JQ em cargos executivos no estado de São Paulo, o remetente se propõe a percorrer diversas unidades da federação para divulgar a candidatura dele. Parece não se referir à propaganda no sentido material, mas na ação de divulgar pessoalmente a figura do candidato por meio de uma rede de pessoas influentes. Com isso, não ficamos sabendo se o missivista faz tal proposta apenas para obter recursos financeiros, sem ter a intenção de promover a candidatura de JQ, ou se pretende conseguir verbas para poder se dedicar com mais empenho à promoção de um candidato cujos

passado e propostas lhe parecem dignos de serem difundidos. Independente de sua razões efetivas, o remetente vislumbra tal possibilidade como um apelo plausível para convencer JQ a atender seu pedido; o que, como no caso anterior, evidencia a difusão de tal prática.

Ao que tudo indica, uma série de pedidos de propaganda foram atendidos. Os agradecimentos pelo material recebido fornecem pistas dos modos de penetração da publicidade oficial janista pelo país, bem como a forma de atuação de seus agentes. Por exemplo, em carta de Florentino Pascholati, enviada de Dois Córregos-SP, em 30 de agosto de 1960, uma espécie de relatório de atividades relativas à propaganda é tecido:

> "Sirvo-me da presente, para manifestar-me, como simpático ao ex-Governador de São Paulo, pelo qual tenho lutado em todos os pleitos Eleitorais, sem fazer parte em politica, porque não tenho tempo, pois tenho familia numerosa para cuidar (...) mas mesmo assim tenho feito todo o esforço junto aos meus fregueses, pois sou de profissão viajante Comercial, e na minha classe somos 80% Janista (...)
>
> Tenho distribuido algumas propagandas fornecidas pelos Comitê, de algumas cidades que me forneceram, consedido, mas tudo foi pouco; com isso peço enviar-me para minha residência pequenas propagandas para mim continuar a distribuir nos Hotéis, e para pessoas em geral, ou seja jogando algumas coisas nas Estações quando passo de Trem, estou empenhado fazer com cautéla, porque sou vendedor de mercadorias e não posso fazer alarme, ja estou munido de Fotografias de Janio em notas de dinheiro apanhadas de diversas Cidades com nome bem legível das Cidades."

Nesta carta, o autor apresenta-se como um propagandista voluntário da candidatura de JQ. Declara ter se servido da estrutura oficial da campanha deste último, ao pegar material publicitário nos comitês para distribuir durante suas andanças. Novamente aparece o pressuposto de que a menção a tal prática é um argumento consistente para convencer o candidato a atender a solicitação exposta; sinal de sua efetividade e difusão.

Num papel timbrado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Mateus Bravo escreve de Guararapes-SP, com data de 25 de junho de 1960, procurando relatar o uso que teria feito da propaganda eleitoral:

> "O fim desta dr Janio é participar a V. Excia. que agora nos meses de julho, agosto e setembro vou tirar minha licença premio, afim de trabalhar afinco (...) em prol da vossa digna vitoria (...)
>
> Dr. Janio recebi materiaes de propaganda do comite central de S. Paulo enviado pelo Secretario Jorge Buairide e ja distribui para diversos diretorios ou seja de Mirandopolis e Tres Lagoas e este diretorio, e restante para o pessoal do campo, das fasendas e sitios e cidade, ja fiz nossa solicitação de remessa de material pois agora no mes de julho aproveitando as ferias escolares, vou levar minha familia numa fazenda na Sorocabana perto da Serra do Diabo aonde lá só tem a colonia japoneza e com (...) muitos eleitores e lá irei fazer campanha em prol da vossa pessôa."

Não fica explícito nesta carta se o autor faz parte oficialmente da estrutura da campanha eleitoral. Mesmo assim, indica que recebeu material de propaganda e o redistribuiu em comitês de outros municípios. Também assevera ter levado o material para áreas rurais e de difícil acesso. Tanto nesta missiva quanto na anterior, não é possível ir além da auto-imagem dos missivistas, que procuram demonstrar seu suporte desinteressado ao político em questão. Porém, ambas as cartas sugerem que o material de propaganda pode não ter sido manipulado e divulgado apenas por correligionários janistas ligados ao MPJQ, mas também contado com uma rede mais ampla de simpatizantes para disseminá-la.

Numa carta endereçada a Quintanilha Ribeiro, então um dos principais organizadores da campanha, com assinatura difícil de se identificar e enviada de Campos Novos-SC, em 16 de junho de 1959, aparece uma notificação de recebimento de propaganda eleitoral:

> "Recebi e em boa ordem o material de propaganda que o prezado correligionário teve a gentileza de remeter-me, o que muito agradeço.(...)
>
> Dia a dia nota-se melhora no ambiente político, Esclarece-se o lavrador e êle compreende, como fosse um milagre e pasa a trabalhar na campanha, a penetração no setor rural é notável e entre o pequeno comércio é simplesmente fantastica. Eu possuo uma casa comercial aqui no interior, mas à margem da estrada federal. A solicitação de propaganda é enorme, principalmente para ser levada a distribuir em zonas triticolas, agrícolas e Rurais, principalmente para as regiões onde predomina o trabalho em regiões colonizadas por alemães e Italianos. O movimento popular Jânio Quadros é original, é contaminador (...). Fato inedito foi o que eu presenciei ha dias passados, um sertanejo vendo uma vassourinha na lapela de um cidadão, ofereceu por ela um 'frango gordo' o portador da vassourinha, que é um amigo meu, tirou a vassourinha e colocou na lapela do sertanejo, dizendo-lhe que nada lhe custava, senão um vóto a Jânio Quadros; mas para surpreza do meu amigo, no dia seguinte o sertanejo voltou, não com um frango, mas dois frangos como sinal de gratidão e para reclamar mais uma duzia de 'vassourinhas para seus parentes, compadres, amigos e familiares.
>
> Como estou distribuindo publicidade, além da minha zona, através do comércio, solicito a remessa de mais algumas oportunamente. Aqui nesta região e Municipios vizinhos a campanha Jânista estava muito fria, não aparecia publicidade, o pôvo tinha mêdo de se manifestar, não aparecia publicidade não havia ânimo. Em minha casa por exemplo, quasi ninguem tocava em política, hoje que tenho pelas paredes, propagandas de Jânio, muitos se manifestam, uotros pedem explicação, outros solicitam propaganda, os motoristas e viajantes se manifestam e comentam a situação política, isto ajuda e estimula. Note-se que o meu Município é condomínio do P. S. D., de 'cabresto', mas mesmo assim, nunca estivemos melhor. Tenho distribuido propaganda para Videira, Joaçaba, Tangará, Piratuba e Lajes. Não temam que eu deixe propaganda se perder, entregando-as a pessoas sem confiança que possam inutiliza-las. Só entrego-as para distribui-las a pessoas de confiança, parentes amigos e freguêses de confiança. Note-se que em nossa região, os jornais, de publicação locais são raros, em Campos Novos por exemplo, não o possuimos. Estações de Rádio, poucas e dominadas pela Posição. Precisamos ganhar terreno pela publicidade e é em regiões como a nossa que a publicidade tem valôr..... e facilidade de penetração.

> Eu como Presidente da (...) Regional da Ordem dos Lavradores, em nome desta honrada e desamparada classe à qual eu me orgulho pertencer. Não desejo nada mais que um pouco de amparo à classe e valorização do suor do homem. Eu por exemplo vendi trigo nesta safra passada e até hoje não recebi. Não estou mál porque tenho outros meios, mas existem aqueles que plantam por profissão, e só tinham o trigo para pagar o armazem e comprar pelucia e alparcatas para os filhos no invérno, e também não receberam, ou receberam após haver passado o mais fórte do invérno. Enquanto isto gasta-se mais de dois Biliões para a séde do Banco do Brasil em Brasilia e quasi tres Bilhões para seus funcionários!!!"

O missivista intenta transmitir um quadro de entusiasmo generalizado da campanha em torno de JQ em sua carta, principalmente nas áreas rurais ao seu redor. Ao agradecer o recebimento de propaganda, fornece outra pista sobre o modo como esta última era distribuída: ele não explicita se fazia parte oficialmente do MPJQ, mas declara ser uma liderança local à frente de um grupo de lavradores, posição social que parece ter sido um dos critérios adotados pelo membro do comando da campanha para lhe fornecer propaganda eleitoral. Assevera que o material de propaganda, além de ser distribuído em seu município e nas cidades vizinhas, era solicitado também por moradores de áreas rurais. Esta última informação forma uma contradição com a afirmação do missivista de que o material de propaganda estimulava as discussões políticas entre a população daquela área. Também indica um paradoxo com a idéia de que o material serviria como uma espécie de contrapropaganda em relação à posse de meios de comunicação como rádio e jornais pela oposição. Afinal, o material de propaganda era responsável pelo estímulo das discussões políticas, ou era solicitado por pessoas já interessadas nas propostas do candidato? É provável que ambas as coisas.

Há ainda outros exemplos de pessoas que optaram por manter contato com a estrutura oficial de propaganda janista. Isso pode ser notado na carta de Salvador Cidral, enviada de São Francisco do Sul-SC, em 12 de outubro de 1960:

> "Dr. Janio da Silva Quadros, Eu na qualidade de um umilde e modesto operario ferroviario da R. V. P. S. C.., desde o momento, que o nome de Vª. Excia foi homologado em convenção, para candidato a Presidente da Republica, comecei a trabalhar em pró de Vª Excia junto aos meus colegas Ferroviarios, o qual tive comunicação por escrito com o Dr. Castilho Cabral no Rio e ao Comite Ferroviario em São Paulo (...). E por esse motivo fui ameacado pelo diretorio do P.S.D. e P.T.B. local. Mais eu não temia as ameassas, continuei abertamente na Propaganda em Favor de Vª Excia ate o ultimo dia (...)
> Meus pedidos e orações foram coroados de Exitos.(...)
> A digna Pessoa de Vª Excia por si só já é uma bandeira de gloria e redenção nacional; que impoem a Moralidade e o Respeito; aos vendilhões do Brasil, que já estão temendo a vassourada em regra de alto a baixo, aja visto que os arquivos da companhia costeira de navegação já encendiou-lhe no cofre Brindado da companhia; (...) trataram foi é destruir as

Robalheiras; mais Vª Excia não vai na conversa de Incendio, e sabera fazer Justica, a essa qualidade de gente. (...)"

O remetente sugere ter entrado em contato com o presidente do MPJQ, Castilho Cabral, e com membros de uma organização de ferroviários em São Paulo. Desse modo, afirma ter feito propaganda em nome de JQ junto a seus colegas ferroviários, a despeito de perseguições sofridas. Indica, ademais, ter mantido uma rede de sociabilidade com profissionais de outro estado, bem como estabelecido contato com o núcleo central promotor da campanha de JQ. Ao associar este último ao combate à corrupção e pedir-lhe assim que desvende possíveis casos de corrupção em determinada companhia, o remetente fornece, pois, indícios e motivações plausíveis de que pode ter concretizado efetivamente as práticas por ele descritas.

Em alguns casos, simpatizantes da candidatura janista preferiram, de fato, unir-se ao comando central da campanha representado pelo MPJQ. Nesse sentido, Nivio Previato escreve de Andradas-MG, em 9 de julho de 1960, manifestando estranheza quanto ao não atendimento de sua solicitação em ter seu grupo de correligionários incorporados ao dito movimento:

"Juntamente com outros correligionarios estive no escritorio do Dr. Quintanilha Ribeiro, em São Paulo, onde fizemos entrega de um abaixo assinado, com firma reconhecida, cuja fotocopia a esta, de apoio e solidariedade a candidatura de V. Excia a Presidência da Republica, ocasiaõ em que solicitamos as necessarias credênciais para a instalação solene do (...) Comitê.

Infelismente, não sei porque motivo, até hoje não recebemos nenhum expediente ou instruções, o que nos causou extranheza.

Releva notar que a iniciativa da organisação do Comitê foi resultado da geral simpatia que o nome de V. Excia. desfruta neste municipio e, como verdadeiros idealistas, quizemos assim centralizar numa organização politica uma propaganda eficiente e produtiva.

Levando ao conhecimento de V. Excia. tais fatos solicitamos suas providências no sentido de ordenar ao Escritorio Central de sua propaganda em São Paulo, a necessaria atenção aos nossos desejos bem como instruções que julgarem necessarias para a instalação do Comitê."(grifos meus)

O missivista indica a existência de uma corrente significativa de simpatizantes da candidatura de JQ em seu município, os quais teriam decidido centralizar seus esforços em torno de uma estrutura publicitária já existente. A queixa pelo não atendimento do pedido de incorporação de um movimento local de partidários de JQ ao MPJQ, por sua vez, evidencia a presença de uma pressão externa a este último no sentido de aumentar seu alcance.

Um caso semelhante pode ser vislumbrado no texto escrito por Joaquim Eugênio Filho e enviado de Santo André-SP, em 25 de novembro de 1959: "V. Excia., possivelmente, recordar-se-á de ter recebido, por ocasião de sua viagem à Europa, fotos do prédio de minha residência, nesta cidade, as quais lhe enviei por intermédio do nosso bom correligionário, Sr. Fioravante Zampol, prédio no qual já tenho preparado um comitê pró-candidatura de V. Excia.. Pois, o objetivo da presente carta é cientificá-lo de que eu e inúmeros amigos nossos aguardamos que V. Excia. escôlha e nos comunique a data em que poderá, pessoalmente, inaugurar tal comitê, visita que receberemos com o mais elevado respeito e a maior satisfação possível.". Novamente é possível perceber que a iniciativa de fundar um comitê em prol da candidatura de JQ parte de um grupo que se diz identificado com a mesma.

Em carta do médico Gibrahyl Miguel, de Anápolis-GO, datada de 15 de janeiro de 1960, a fundação de um comitê é descrita da seguinte forma:

> "Estou escrevendo-lhe, como amigo e presidente do Comitê formado sábado passado (9-1-60) em pró da sua candidatura.(...)
>
> O Comitê foi formado conforme é de seu desejo.
>
> Procuramos dar ao mesmo um cunho apartidário e estritamente popular.
>
> É composto por elementos de tôdas as camadas sociais, onde vamos encontrar médicos, advogados, dentistas, farmaceuticos, operários, motoristas, homens da zona rural.(....)
>
> Voltando ao nosso Comitê tenho a lhe dizer: o mesmo leva por título 'Movimento popular pró-candidatura Jânio Quadros'.
>
> Já enviei cópia da ata com a composição da diretoria para o Comitê Central.
>
> Nossa campanha vai ser feita no peito e na raça.
>
> Aqui em Anápolis temos 3 jornais e 3 emissoras, todos por sinal contra nós.
>
> Nossa campanha terá que ser feita por intermédio de folhetins, comícios e divulgação popular.
>
> Mesmo assim as perspectivas são das melhores.(...)
>
> Peço-lhe dar muita atenção durante sua maratona cívica, para o Estado de Goiás, pois é voz geral que o Marechal Lott vae ganhar de norte a sul nêste estado, por causa de Brasília.
>
> Temos feito uma campanha de doutrinação, mostrando a todos que o senhor não é contra Brasília, mas sim contra o modo que vem sendo feita, mas sim contra os ladrões que constituem a Novacap.(...)"

Este relato é tecido de forma a descrever a suposta estruturação do comitê conforme as orientações do MPJQ, ou seja, com uma apresentação apartidária e composto por várias camadas sociais. Nele também fica saliente a intenção do autor em procurar transmitir a especificidade da campanha em sua localidade. Ao destacar a importância do tema da construção de Brasília para a política local e apontar centros importantes para a concentração de atividades na campanha, intenta transmitir apoio logístico ao dito

candidato. Isso sugere, pois, que demandas e interesses locais, de certa forma, encontraram representatividade numa estrutura de alcance nacional.

Assim, além do fato de que iniciativas locais em favor da candidatura janista confluíam na direção da sede do MPJQ, também eram enviadas para lá informações sobre as particularidades da campanha nas mais diversas localidades. Isso pode ser notado em carta enviada de um dos comitês, o da seção estadual do Paraná, à sede do movimento, com o seguinte relato das atividades daquele grupo:

> "2. Análise da situação política;(...)
> Não se pode ainda prognosticar o resultado do pleito estadual; é ponto pacífico, porém, que se Jânio apoiasse a um dos candidatos êste passaria a ter amplas possibilidades de vitória. O apoio de Jânio a qualquer dos candidatos, no entanto, parece-nos contraproducente, pois roubar-lhe-ia ponderável parcela de votos de eleitores simpáticos à candidatura dos outros dois.
> Atitude aconselhável a Jânio: neutralidade absoluta face ao problema estadual.
> 2.2: Deve-se assinalar a ação comunista, orientada na direção de prejudicar a propaganda de Jânio: nenhum cartaz permanece mais de uma noite afixado (...)
> 3.1: O MPJQ iniciou uma série de pequenos comícios em portas de fábricas, visando a neutralizar qualquer ação anti-Jânio. A receptividade vem sendo muito boa. A ação será mantida até o prazo máximo permitido pela Lei Eleitoral, sendo intensificada nos últimos dias.
> 3.2: Contrapondo-se à ação dos vermelhos, o MPJQ vem mantendo a propaganda de rua que, nas circunstâncias, torna-se muito mais onerosa.
> 4. Visita do deputado Jânio Quadros ao Paraná:
> 4.1: Julga-se indispensável a vinda de Jânio ao Paraná, para neutralizar-se a exploração cada vez maior dos opositores de que o candidato, embora eleito deputado pelo estado, até o presente momento não dispensou a menor atenção ao povo que o honrou (...)
> 4.2: Data da vinda: a fixar pelo candidato.
> 4.3: Cidades a visitar: Paranaguá, Ponta-Grossa e Curitiba.
> 4.4: Ação em Curitiba: em Curitiba, a ação poderá desenrolar-se segundo uma das seguintes hipóteses:
> 1a. hipótese: a) Grande comício central.
> b) Entrevista à imprensa.
> c) Debate com estudantes, com cobertura pela TV e estações de rádio.
> 2a. hipótese: a) Pequenos comícios nos bairros.
> b) Entrevista à imprensa.(...)
> c) deixar claro o caráter e o financiamento de sua viagem ao estrangeiro, fato que vem servindo de pasto a críticas e injúrias;"[157] (grifos do autor)

Este texto fornece um quadro do que seria o panorama político regional, bem como procura demonstrar a sintonia daquele comitê do MPJQ com seu núcleo central. Há também a orientação para o posicionamento e a conduta pública de JQ naquela localidade.

[157] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, 59. 04. 13, I-38.

Aos poucos, levando em conta os exemplos anteriores, fica patente que o núcleo central do movimento era muitas vezes percebido como capaz de absorver especificidades locais e fornecer-lhes um denominador comum.

Em meio às peculiaridades políticas regionais ao longo do território brasileiro, o MPJQ também procurou conferir certa organicidade e articulação a tais manifestações de apoio. Isso surge em circular reservada assinada por Castilho Cabral e dirigida aos comitês às vésperas da eleição. Nela o presidente do MPJQ escreve alertando os companheiros sobre as investidas da campanha do Marechal Lott contra JQ. Entre os principais ataques desferidos, este último é acusado de ter conduzido a "recuperação financeira de S. Paulo" com um empréstimo do governo Café Filho e é apontado como sendo apoiado por "grupos econômicos". Além de procurar desmentir essas afirmações, Castilho Cabral faz o seguinte apelo aos membros dos comitês em geral:

> "Vocês, responsáveis pela área abrangida por êsse Comitê, devem estar alertados sôbre a tática lottista (...)
>
> Antes de mais nada, recomendamos que cada membro do Comitê esteja bem informado sôbre a vida e obra de JÂNIO, lendo o opúsculo 'Jânio - O Homem que não tem preço', de autoria de Ofélia e Narbal Fontes, por nós editado, ou o 'Para seu Govêrno', editado pelos companheiros de São Paulo. Se Vocês ainda não o tem - peçam-no à Sede Central.
>
> É dever de cada Janista estar bem informado sôbre Jânio para esclarecer o povo.
>
> O jornalista Helio Fernandes, em sua coluna do 'Diário de Notícias' - Rio, de 21. 08. 60, denunciou o plano de mentiras que Lott e seus sequazes vão lançar contra Jânio no decorrer de Setembro.
>
> A principal mentira será lançada nas vésperas de 3 de outubro, pela televisão, rádio, boletins, etc: a da renúncia de Jânio, e, talvez, a da morte de Jânio."[158] (grifos do autor)

Com este alerta e a sugestão da leitura de material publicitário do MPJQ, Castilho Cabral busca disseminar de maneira mais homogênea o sentido da imagem de JQ entre a população, através dos comitês do MPJQ distribuídos nacionalmente, para se precaver dos ataques dos opositores.

E o que dizer dessa estrutura política surgida em torno do MPJQ? Sobre isso é curiosa a circular reservada deste último assinada por Castilho Cabral e distribuída aos comitês do movimento por todo o país, em 12 de setembro de 1960:

> "Agora, no limiar da vitória de Jânio, é justo que se indague da sorte do MPJQ após as eleições. A pergunta nos é feita com frequência, sentindo todos haver-se formado mais que uma união para levar o candidato ao poder e pressentindo a importância que poderia ter o aproveitamento dessa extraordinária fôrça, no apoio ao govêrno que está ajudando a

[158] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, CCc 59. 04. 13, I-94.

instalar.(...) logo depois das eleições, o problema do destino do MPJQ deverá ser encarado pelos Companheiros, a fim de que nos seja comunicado o ponto de vista dêsse Comitê, relativamente à adoção de uma das seguintes fórmulas:
a) dissolução, pura e simples, do MPJQ;
b) manutenção do MPJQ, como associação civil não partidária, tendo por precípua finalidade sustentar o programa de Govêrno de Jânio Quadros;
c) transformação do MPJQ em partido político - o esperado grande partido de base popular, não pelego comunista, instrumento adequado ao aperfeiçoamento da democracia e ao desenvolvimento do Brasil, como um todo e em todos os sentidos, fiel às suas origens e em sintonia com o mundo (o programa de Jânio, em suma)."[159] (grifos do autor)

O texto relata que a hipótese de transformar o MPJQ em partido foi cogitada nos bastidores do movimento. E uma parte dessa circular foi publicada em reportagem da revista *Manchete*, de modo que tal intenção também foi conhecida do público em geral[160]. Infelizmente ainda não foi possível localizar qualquer espécie de documento em resposta ao apelo anterior nos arquivos pesquisados. Segundo a versão de Castilho Cabral em suas memórias, o próprio JQ, numa reunião como presidente, teria simpatizado com a sugestão acima: "Saí do palácio do Planalto satisfeito especialmente com a idéia de Jânio de maior extensão e melhor aproveitamento do MPJQ, base de um poderoso partido novo; Jânio começava a compreender que era imprescindível organizar sua base partidária."[161]. Dessa forma, se o MPJQ era apresentado junto ao público como uma instituição apartidária, também era percebido por muitos como um partido em potencial.

A questão é que tanto esta condição quanto as relações do movimento com partidos, durante a campanha, foram negadas publicamente. Isso aparece em panfleto do MPJQ assinado por Castilho Cabral durante a campanha, intitulado "Não é instrumento de nenhum partido o MPJQ":

"A atribuição de preponderância ou influência, dêsse ou daquele partido político, no Movimento Popular Jânio Quadros, é uma intriga que (...) cumpre ser desfeita. A verdade é que o M. P. J. Q. nasceu do idealismo de modestos funcionários, cresceu com a adesão de estudantes, de trabalhadores, velhos combatentes de alguns partidos, gente inconformada de tôdas as procedências, sequiosos de iniciar, como de fato iniciaram, a grande caminhada pela redenção nacional, dando ao Brasil o mesmo estilo de govêrno pôsto em prática em São Paulo, a partir de 31 de janeiro de 1955(...) Hoje integra a Executiva Nacional Interpartidária, honrando-se da companhia de tão poderosa e expressivas fôrças partidárias, amadurecidas e engrandecidas na dura oposição ao que aí está. Nada obstante - tanto quanto os partidos - conserva o M.P.J.Q. suas características próprias, de organização nacional apártidária, agindo em área definida, com crescentes possibilidades e total esfôrço, que se traduzem no

[159] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, CCc 59. 04. 13, I-72.
[160] *"Já existe o partido de Jânio Quadros?"*, *Manchete*, 26. 11. 60, p. 17-18.
[161] Castilho CABRAL. op. cit. , p. 233.

agrupamento do eleitorado independente, na multiplicação de comitês, contínua propaganda através de todos os meios de divulgação, organização de comícios, contribuição aos planos da campanha e tudo o mais. (...)"[162]

Apesar de admitir a atuação conjunta do MPJQ com alguns partidos em escala nacional, Castilho Cabral insiste na afirmação de que a dita organização seria independente deles. Tratar-se-ia, antes, de uma instituição "apartidária" voltada para a divulgação da propaganda e da agregação do eleitorado janistas.

Provavelmente, isso se deve ao fato de que os menores sinais de que JQ compunha acordos com partidos eram amplamente interpretados de forma negativa pela população. Assim, de Ourinhos-SP, em 31 de janeiro de 1960, Francisco de Oliveira e Silva o alerta quanto aos danos à sua popularidade que a aproximação com a UDN teria causado:

"Nos meses de dezembro e janeiro visitei o Rio de Janeiro, São Paulo e norte do Paraná. Notei que, depois de sua volta a cadidato, houve um certo 'esfriamento' por parte do eleitorado livre e até da maioria dos Janistas. Deve-se a isso, segundo comentários generalizado, ter V. S. aceito as condições imposta pela U. D. N..

Lembro-me ainda de uma frase sua, dita por ocasião da campanha de Carvalho Pinto, em que não queria 'udenizar' seu candidato. O resultado foi o espetacular triunfo do atual Governador de São Paulo. E, como agora V. S. - permite 'udenizar-se'?

Antes, JANIO era um candidato do povo, dessa maioria esmagadora que anseia dias melhores. Hoje, segundo a opinião pública, está restrito a uma só legenda partidária." (grifos do autor)

Afirmando ter visitado várias regiões do país, o missivista declara ter percebido os ânimos de muitos entusiastas da candidatura janista amainarem com o envolvimento desta última com a UDN. Ao invocar uma fala do próprio JQ contrária ao envolvimento de lideranças políticas com partidos, o autor intenta demonstrar o paradoxo entre as declarações e atitudes do mesmo, provavelmente com o objetivo de dissociar a ação dele de legendas. E não foram pressões desse tipo importantes para o ato de sua renúncia à candidatura presidencial, visando desvencilhar-se publicamente de exigências partidárias, conforme a análise presente no primeiro capítulo?

Ainda que ligações efetivas entre o MPJQ e alguns partidos tenham ocorrido ao longo da existência do primeiro, a imagem de líder independente era um dos grandes trunfos de JQ. Assim, Castilho Cabral, na condição de presidente do MPJQ, buscou

[162] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, CCc 59. 04. 13, I-48.

preservá-lo de ser envolvido nas querelas partidárias em público, conforme carta escrita por ele ao mesmo, em 11 de agosto de 1959:

> "Continuo favorável à constituição imediata de um 'Comitê Nacional' para dirigir a campanha, no qua se integrarão expressivos representantes dos partidos aliados. Penso, porem, que tal orgão não deve ser sómente interpartidário, pois me parece útil nêle incluir, tambem, elementos apartidários, de reconhecido prestígio nos meios operário, rural, comercial, industrial e militar. Evitar-se-ia, assim, a possibilidade de entorpecimento da campanha pelas rivalidades partidárias no campo comum.
>
> Defendo, por outro lado, o estilo janista das nossas campanhas eleitorais, vitoriosas, em grande parte, pela mobilisação do eleitorado independente através dos 'comitês'. Acho que os Partidos deverão prestigiar a ação do 'Movimento Popular Jânio Quadros' – (...)
>
> Lembro a Você que um dos grandes fatôres da vitória com Carvalho Pinto foi a atitude hábil dos vários Partidos que a essa candidatura deram apoio - nenhum dêles pretendendo passar por dono do candidato, todos interessados acima de tudo na vitória da causa comum."[163] (grifos do autor)

Através da criação de um órgão interpartidário e da agregação de pessoas não envolvidas com partidos na campanha, além de citar a experiência da campanha eleitoral vitoriosa de Carvalho Pinto nos mesmos termos da carta anterior – num exemplo de circularidade de idéias entre um cidadão comum e um dos principais artífices da imagem pública de JQ - , Castilho Cabral sustenta ser possível obscurecer a presença de disputas partidárias na manutenção da candidatura janista.

Até mesmo opositores de JQ exploraram esse traço de sua imagem. Dessa forma, nas palavras de um ferrenho adversário dele na Câmara, o deputado Almino Affonso, é possível notar uma crítica à suposta desvinculação daquele à política tradicional:

> "S. Exa., repito, está acima dos partidos e aí é que se insece a grande preocupação dos democratas autênticos. É a de que S. Exa., amanhã, na Presidência da República, se, eventualmente, os azares da política o levarem a tal...(...) possa, descompromissado como é, inteiramente desligado de qualquer subordinação à vivência dos partidos políticos, assegurar-se, por si próprio, o direito de representar o povo brasileiro através de alguma didatura que sobrevenha. Sei, que o Sr. Jânio Quadros, pela sua intolerância democrática, por toda uma fisionomia psicológica que o marcou muito bem em toda sua vida pública em São Paulo, desde sua intransigência a qualquer tipo de crítica, desde sua aversão total ao diálogo até ao absoluto desapreço que sempre demonstrou por todos os patridos políticos (...) é um salto no escuro (...) homem que sempre foi político, que nasceu vereador, político portanto, que se fez Deputado, político obviamente que foi Prefeito de São Paulo, político ainda; que foi Governador de São Paulo, político outra vez: que pretendeu ser candidato à Presidência da República – e o é, - político finalmente, E em têrmos de que? Representando que idéias? Em nome de que? Qual o partido pelo qual se candidata, se os partidos não são, na sistemática da nossa emancipação democrática a forma através da qual o povo aceita ou deixa de aceitar determinadas doutrinas ou determinadas soluções para a administração? (...)"[164]

[163] Arquivo pessoal Castilho Cabral, CPDOC-FGV, CCc 59. 04. 13 I-18.
[164] *ACD*, 27. 05. 1960, p. 166-168-169.

Com a descrição de alguns momentos da trajetória de JQ, principalmente dos cargos por este último ocupados, o deputado atribui-lhe o estatuto de político, o qual, subentende-se, seria por ele negado. Além disso, corrobora um dos aspectos da imagem pública pretendida por JQ e muitos de seus partidários: o seu descompromisso com legendas partidárias. Claro que o faz com um sentido negativo, chamando a atenção para o potencial anti-democrático dessa suposta atitude.

Diante das considerações feitas anteriormente, é possível admitir que os partidos políticos, tais como se encontravam organizados, eram vislumbrados por grande parcela da população como empecilhos à concretização de transformações substanciais em seu benefício. Não quero dizer com isso que as legendas partidárias do período em questão não representassem, de certa forma, interesses e aspirações presentes na sociedade, nem que a aversão aos partidos fosse incontornável, sem nenhum espaço para a aceitação de muitas de suas proposições[165]. Pelo contrário, apenas gostaria de lembrar que grande parte do eleitorado os concebia como comprometidos com práticas corruptas e propostas e atuações pouco satisfatórias – talvez uma perspectiva sempre presente em regimes democráticos. Daí o apreço por lideranças teoricamente independentes de legendas e declaradamente comprometidas com a abolição de tais ações. E é justamente nesse pressuposto que se apóia o referido viés da imagem pública de JQ: o de um líder com liberdade individual suficiente para não se comprometer com práticas condenáveis e, além do mais, combatê-las com a força de sua personalidade. O que não significa que o mesmo não estivesse associado a grupos sociais, partidos e projetos políticos.

Desse modo, há muitas indicações de que apoiadores e grupos de entusiastas da candidatura janista vislumbraram o MPJQ como uma estrutura política de alcance nacional, na qual alguns de seus interesses e aspirações podiam ser representados. Esses apelos, por sua vez, receberam determinada coordenação e direcionamento da sede do movimento, de

[165] Analisando pesquisas realizadas pelo Ibope em diversos municípios brasileiros, entre 1948 e 1964, Antônio Lavareda apontou o enraizamento expressivo dos partidos na sociedade brasileira: "Constatou-se que havia, às vésperas do golpe militar (1964), porcentuais expressivos (64%) de 'identificação partidária' entre os eleitores das grandes cidades brasileiras, onde teoricamente era maior a alienação partidária, e que esses porcentuais não eram declinantes nos últimos dez anos do sistema. Observou-se, ademais, que havia razoável congruência entre o comportamento eleitoral nos pleitos presidenciais e a 'identificação partidária'." Cf. *A democracia nas urnas*, p. 11. Se as conclusões do autor podem ser consideradas uma contribuição significativa para este estudo, é preciso não esquecer que a adesão às legendas do período não implicava na abolição de aspirações pela renovação do quadro partidário e de suas lideranças.

maneira que não é casual o fato de membros da própria direção dele perceberem-no, a certa altura, enquanto um partido em potencial. Isso sugere que o MPJQ, de fato, desempenhava funções de uma agremiação partidária. A negação pública dessa característica por seus organizadores, durante a campanha eleitoral e a maior parte do mandato presidencial de JQ, diz respeito apenas a estratégias relacionadas à tentativa de dissociá-lo da imagem negativa que os partidos gozavam de forma geral.

Considerações finais:

Com tal análise, espero ter problematizado a idéia de que JQ tenha ascendido à Presidência da República por meio da propaganda política entendida como artifício para a manipulação de consciências. As pistas encontradas de que a oralidade e a forma de consciência a ela associada desempenharam um papel importante no desenrolar da campanha presidencial, são muito significativas por evidenciarem a presença de debates e discussões de idéias naquele período. Por meio de versos e músicas compostas localmente, é possível indicar como críticas e sugestões para a condução do governo podiam ser veiculados por meio de linguagem metrificada. Da mesma forma, a circulação dessas composições, distribuídas e divulgadas por seus autores, sugere que havia a produção de uma publicidade política subterrânea, feita espontaneamente por setores expressivos da população. Ademais, panfletos, discursos e libelos também eram produzidos e divulgados de forma independente.

Dessa forma, as pistas encontradas levam-me a apontar um considerável espaço para a formação de uma opinião pública no Brasil daquela época. As técnicas do que se convencionou chamar de propaganda moderna, o monopólio dos meios de comunicação e a presença de grupos oligárquicos na política do país parecem ter encontrado como limite a discussão pública de idéias sobre a coisa pública, promovida através de uma forma de consciência marcada em grande medida pela oralidade. A convergência de muitas pessoas em torno do MPJQ como forma de promover o candidato, nesta última parte do texto, sugere ainda que tal opção foi acompanhada pela adesão às propostas e ao passado dele, bem como pela aspiração da obtenção de benesses suas em caso de vitória. Em suma, se o MPJQ não possuía o estatuto oficial de partido, sua estrutura desempenhava, em larga

medida, as funções de uma legenda partidária, dado que o mesmo canalizava uma corrente da opinião pública em torno da figura de JQ.

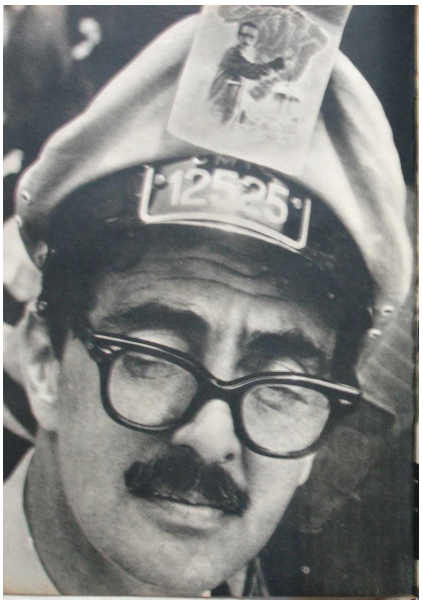


Fig. 1-*Sempre o mesmo*. Mundo Ilustrado. 17.10.59, p. 16.-Biblioteca Nacional.

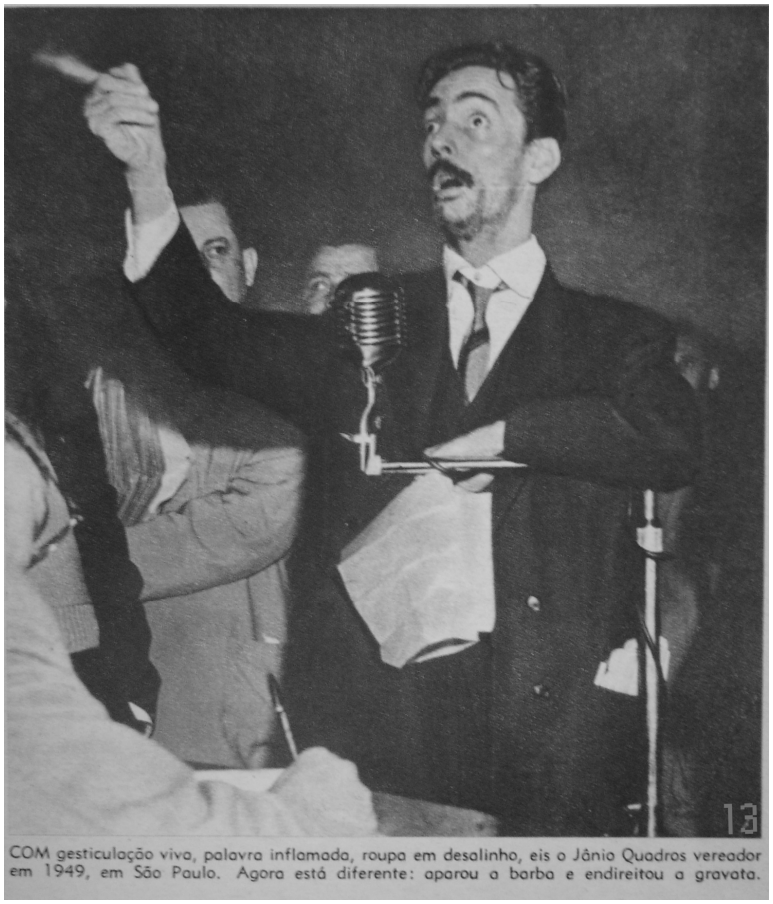


Fig. 2-*O antigo bufão*. O Cruzeiro, 29. 10. 60, p. 07.

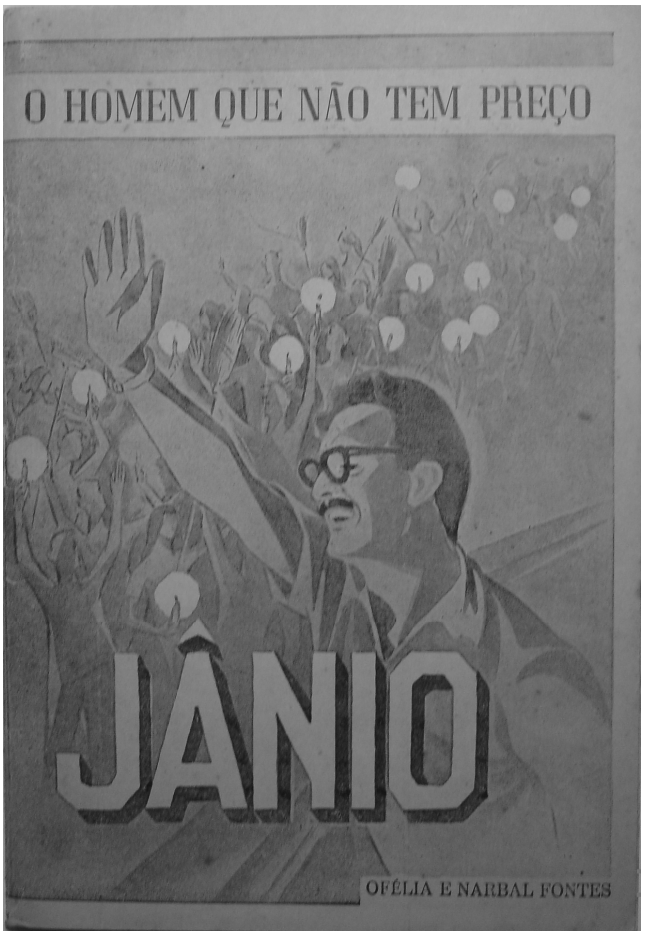


Fig. 3 - *O líder das multidões*. Capa de folheto de propaganda. op. cit.- Arquivo Nacional

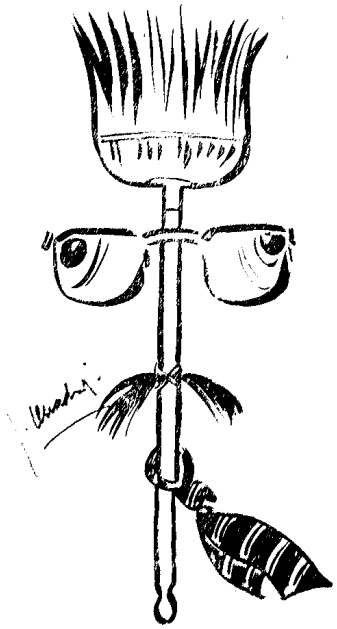

Fig.4 - *O líder como símbolo*. Reproduzido no livro de J. Pereira. *Bilhetinhos de Jânio*, p. 109.



Fig.5-*A inspiração do self-made man*. Reproduzido em José Yamashiro. op. cit., p. 80.



Fig. 6-*O provedor* - Arquivo pessoal Castilho Cabral – CPDOC-FGV. Foto 120 - 3



Fig.7-*O especialista*. M. Vita e M. Escobar. op. cit., p. 21.


Fig.8-*Qual autoridade?* Reproduzido em José Yamashiro. op. cit., p. 60.



Fig. 9-*Jânio à la Nasser*. O Cruzeiro, 11.07.59, p. 43.



Fig. 10-*Cenas de devoção*. *O Cruzeiro*. 11.07.59, p. 47.



Fig. 11-*O político independente*. Manchete. 16.04.60, p. 10.

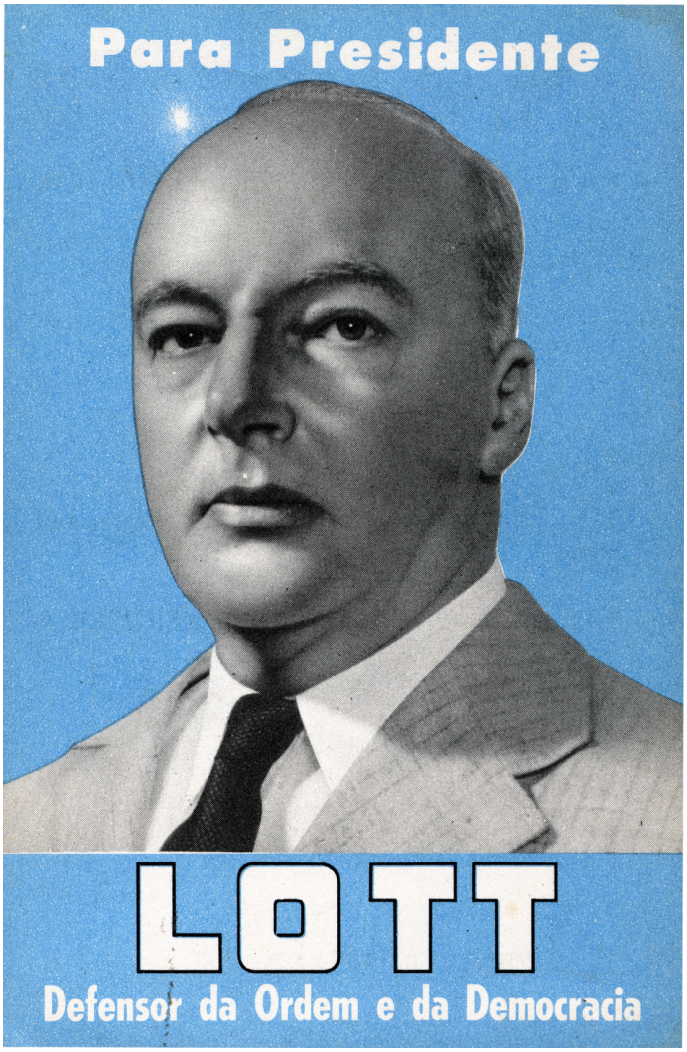


Fig.12-*O Marechal à paisana*. Arquivo pessoal Henrique Teixeira Lott. Foto 008



Fig.13-*O apelo à emoção*. Manchete. 06.08.59, p. 54.


Fig.14-*Selando o contrato*. Manchete. 06.08.59, índice.



Fig.15-*Toque no santo*. Última Hora, 04. 10. 1960. capa - Arquivo do Estado de São Paulo



Fig.16.-*De volta às origens*. O Cruzeiro. 22.10.60.

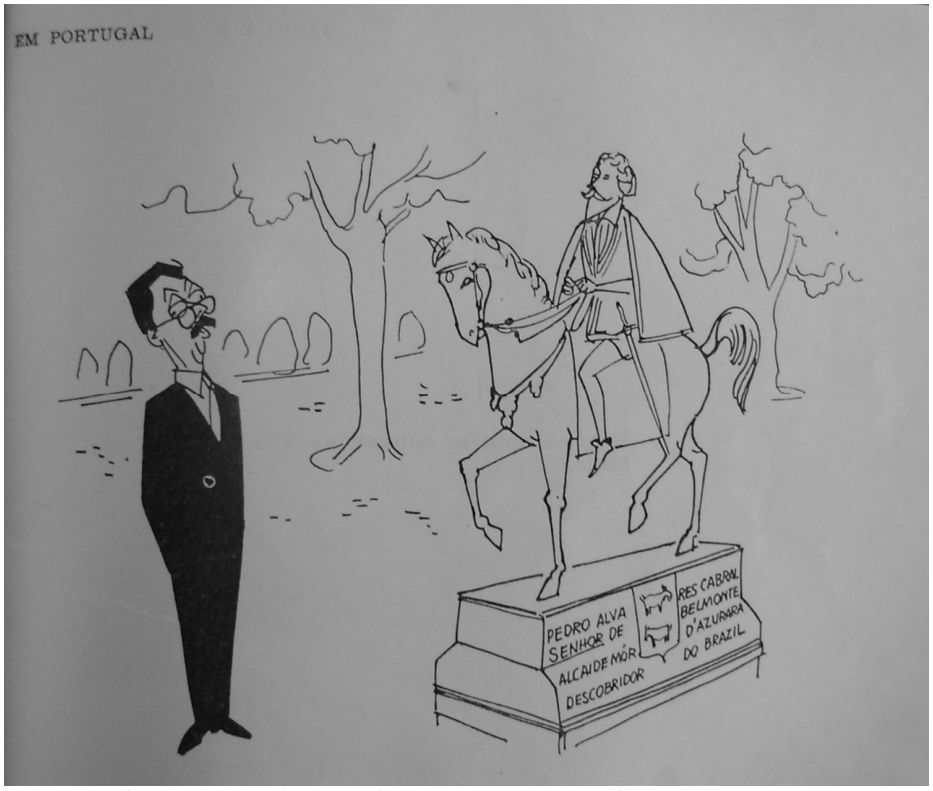


Fig.17-*O salvador*. M. Vita e M. Escobar. op. cit., p. 147.

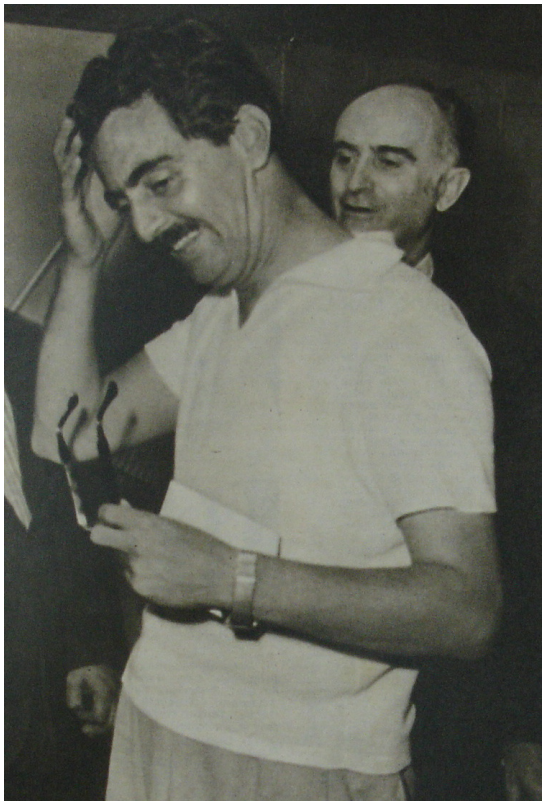

Fig.19-*Jânio de carne e osso*. O Cruzeiro, 15.10.60, p. 14-15.



Fig.18-*A informalidade do líder*. Manchete, 03.10.59, p. 10.



Fig.20-*O líder do lar*. O Cruzeiro, 29.10.60, p.8.



Fig.22– *A nau desgovernada*, Manchete, 02. 01. 1960, p. 57.



Fig. 21 – *O condutor*, Manchete, 02. 01. 1960, p. 56.



Fig. 23-*Do grotesco à elegância*. O Cruzeiro, 11. 02. 1961, p. 10-11.

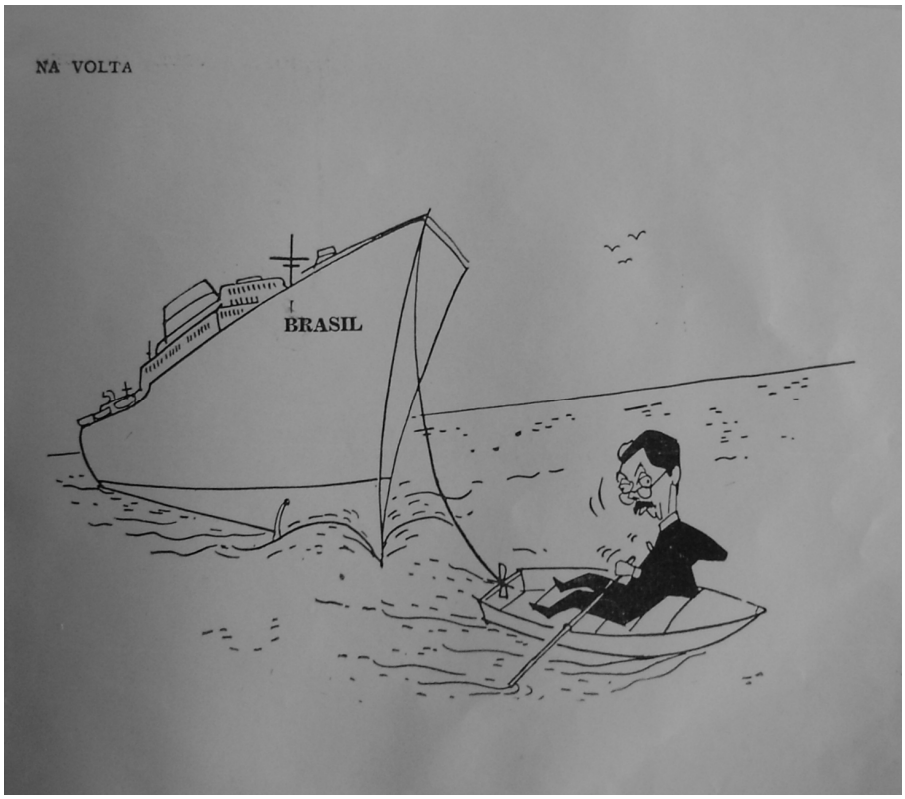


Fig.24-*O rebocador da embarcação*. M. Vita e M. Escobar. op. cit., p. 197.


Fig.26-*O fiscal*. Reproduzido em José Yamashiro. op. cit., p.52.



Fig.25-*O intérprete das forças históricas*. Manchete, 19. 11. 1960, p. 21.



Fig. 27-*O defensor das leis*. Manchete, 24. 10. 59, p. 28.

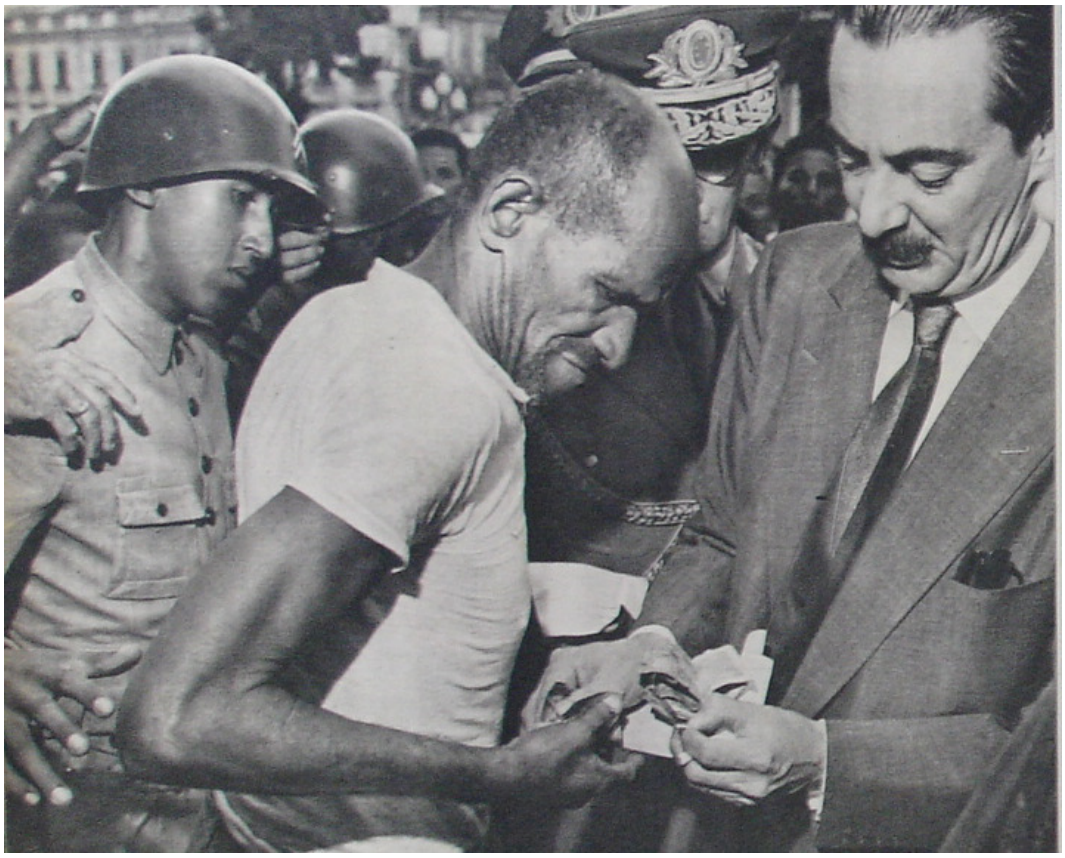


Fig.28-*O homem caridoso*. Manchete, 12. 08. 61, p. 32.



Fig.30-*O artífice da integração nacional*.
Arquivo pessoal José Aparecido de Oliveira.



5 FALARAM DIRETAMENTE COM JQ

AUDIÊNCIA POPULAR DE JQ NO PLANALTINHO

JÂNIO recebeu o povo na residência de verão do Governador Carvalho Pinto, no Hôrto Florestal de São Paulo, que recebeu o apelido de "Planaltinho". Centenas de pessoas que não foram atendidas pessoalmente pelo Presidente tiveram suas cartas recolhidas para exame em Brasília. Os pedidos foram os mais variados: batizados, empregos, transferências, financiamentos, comutações de penas. Jânio expediu memorandos a seus ministros, encaminhando os pedidos com ordem expressa de serem atendidos. Depois, o Presidente passou para seu gabinete, onde, a portas fechadas, recebeu uma comissão de estudantes do Recife. Ao sair para almoçar na casa do seu genro, o Sr. Jânio Quadros disse para as pessoas que procuravam cumprimentá-lo: — Chega por hoje. Já ganhei o meu dia.

"Sou aleijado e não me dão trabalho", disse o homem. JQ o recomendou à Sorocabana.

JQ aos paraplégicos: "Estudarei a importação de automóveis de contrôle manual."

O pessoal da CMTC disse ter recolhido Cr$ 40 mil para pagar a dívida externa.

O japonês Ioshii pediu terras agricultáveis no Brasil. Jânio sentiu-se feliz.

EX-ALUNA DE JQ PEDIU FINANCIAMENTO PARA INDÚSTRIA DO MARIDO.

FIM DE UM DIA DE TRABALHO. JÂNIO QUADROS LUTA CONTRA O CANSAÇO.

37

Fig.29-*Pai generoso*. Manchete, 01. 07. 61, p. 37.



Fig.31-*Justiça para todos*. Arquivo pessoal Castilho Cabral – foto120 – 5


Fig. 34-*Entre gestos e ademanes*. O Cruzeiro, 01.04. 1961.

Fig.32-*O burocrata*, O Cruzeiro, 01. 04. 1961, p. 8-9.

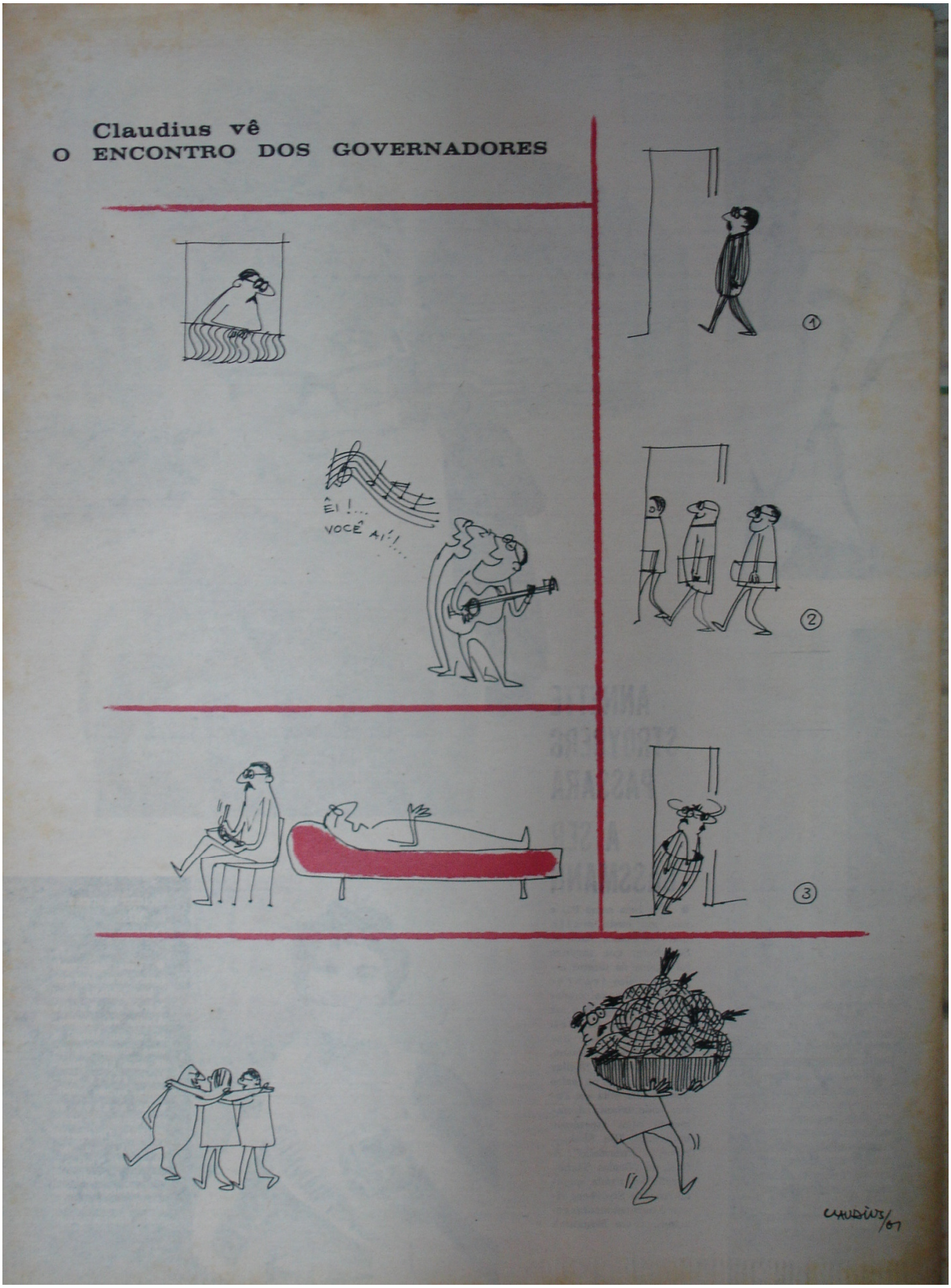


Fig.33-*O descascador de abacaxis*. Manchete, 15. 07. 61, p.98.



Fig.35-*Qual o rumo?* Jornal do Brasil. 08. 1961 in: *Uma história escrita por vencedores: 50 anos de prêmio Esso de jornalismo*, p. 29.



Fig.36-*Alarme falso*. O Cruzeiro, 08.07.1961, p.108.

Capítulo 3 - O apóstolo das multidões: carisma e participação política

> "Um mundo totalmente desmistificado é um mundo totalmente despolitizado; e embora Weber nos tenha prometido ambos – especialistas sem alma em uma jaula de ferro burocrática – o curso dos eventos desde então, com seus Sukarnos, Churchills, Nkrumahs, Hitlers, Maos, Roosevelts, Stalins, Nassers e De Gaulles, sugere que o que morreu em 1793 (até o ponto em que morreu) foi uma certa visão da afinidade entre o tipo de poder que move os homens e o que move montanhas, e não o sentimento de que esta afinidade existe. (...) O extraordinário não deixou a política moderna, por mais que a banalidade nela tenha entrado; o poder ainda inebria, mas também dignifica."
>
> (Clifford GEERTZ. *"Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder"* in: *O Saber Local*, 2001, p. 214 e 215.)

> "Sr. Presidente: (...) Pulverizando todos os esquemas e injunções partidárias, em uma inequívoca demonstração do alto nível de discernimento já alcançado pelo povo brasileiro, está agora V. Exa. em situação privilegiada, podendo governar êste país sem imposições partidárias.(...) A tarefa que o espera é árdua bem o sabemos mas, esteja certo de que êstes milhões de brasileiros que o elegeram atenderão ao seu apêlo para a reconstrução da nova pátria que será mais justa, mais humana, mais cristã, segundo as suas próprias palavras. (...) Que governe o país como governou São Paulo é o que todos desejamos e que nesta hora se inicia uma nova era para o Brasil já o sentimos. (...) Se esta aspiração popular fôr alcançada, e tenho a certeza que o será, os historiadores, no porvir, terão que dividir a História do Brasil em duas etapas: antes e depois do governo do Sr. Jânio da Silva Quadros."
>
> (carta de Armando Costa, de Araranguá-SC, em 10 de outubro de 1960)

> "Todos nós temos uma missão a cumprir na vida. Uns recebem mais e portanto tem a obrigação, o dever de dar mais (é o caso de V. Excia.). Não digo que sejais um predestinado como já o classificaram, pois que encaro os homens como 'homens', cheio de erros e falhas; nem sou idolatra acreditada em Deuses ou Hitlers ou Mussolines, mas acredito e muito em homens que receberam de Deus mais que outros e portanto tem o dever de dar mais. Este é o vosso caso."
>
> (carta de Eglantina de Mello Medeiros, de Colatina-ES, em 29 de novembro de 1959)

Além de a imagem pública de JQ ter sido envolvida por um intenso debate de idéias, propostas de governo e partidos, não é menos verdade que muito de sua força política pode ser atribuída ao seu carisma. O que poderíamos, pois, entender mais precisamente por esse fenômeno? Por meio de que recursos os atores políticos procuravam então investir ou desacreditar o personagem em questão com essa característica?

3.1 – O Messias prometido

Certamente é um lugar-comum considerar JQ uma personalidade carismática. Entretanto, seja de maneira demasiada teórica ou intuitiva, há pouco rigor conceitual entre aqueles que lhe conferem esse atributo. No mais das vezes, a palavra carisma é utilizada vagamente para indicar uma espécie de encantamento envolvendo a figura dele. As

opiniões sobre isso variam desde o que seriam suas qualidades notáveis de líder, até o que seriam seus vínculos e apelos ao componente estritamente irracional de seus seguidores.

Diversos observadores, simpáticos ou contrários à figura de JQ, ao longo das décadas de 1950 e 1960, perceberam-no como envolvido por uma atmosfera encantada. Viriato de Castro, por exemplo, fornece um indício desse debate ao questionar do seguinte modo os teóricos e articulistas de grandes jornais avessos às lideranças carismáticas, em defesa da candidatura janista: "Almejam eles uma política em torno de idéias, de programas, de partidos, despida do personalismo, dos caracteres carismáticos ou messiânicos, apresentada de modo impessoal, isenta da paixão e da ambição política que anima os verdadeiros líderes. Clamam, sobretudo, pelo fortalecimento dos partidos. Abominam os chefes, os caciques, os pequenos e os grandes Budas da política indígena. Julgam que as idéias, os programas e os partidos devem ser sustentados por si mesmos. Esquecem que tudo isso é veiculado por pessoas humanas e que sòmente pode ser traduzido em termos de ação pelo próprio homem de luta, de pulso de ferro."[166]. É certo que as palavras do autor precisam ser vistas como parte da luta política daquele momento, com o interesse de produzir efeitos e conquistar adeptos em nome de um candidato; mas não encerrariam elas, de algum modo, uma possibilidade negligenciada em grande medida pelos portadores da memória coletiva e pela historiografia referente a JQ, nomeadamente: a relação entre seu carisma e participação política? Em que termos poderíamos indicar o imbricamento desses dois elementos?

Antes de mais nada, alguns indícios permitem a formulação da hipótese de que aqueles que associam a figura de JQ a uma liderança carismática dialogam com determinado precedente na política brasileira. Uma pista disso pode ser notada em trecho da carta de Odair Vicente da Silva, de Barretos-SP, em 21 de janeiro de 1960, junto de votos de feliz aniversário: "No ensejo de data tão querida, recebe Dep. Janio Quadros os nossos sinceros parabens, em meu e em nome de minha senhora. Que Deus lhe dê todas as graças de que necessita para continuar no seu glorioso caminho de Salvador do Brasil.(...)". De forma semelhante, o veterinário Geraldo Gouvêa Souto envia uma missiva do Rio de Janeiro-RJ, em 30 de novembro de 1959, na qual expressa suas expectativas de que JQ retome a candidatura havia pouco abandonada: "Continue longe dos políticos, que tantos

[166] Viriato de Castro. op. cit., p. 10-11.

aborrecimentos causaram a V. Excia., mas, não podeis sair dos nossos corações porque V. Excia. para nós, será o pão que tanto falta aos nossos filhos.(...) Fique em casa, refazendo o vosso espírito e o vosso corpo para os dias de amanhã, durante todo o ano de 1960, que nós, desde que V. Excia. não retire o vosso registro já pelo P.T.N., vos elegeremos o nosso tão esperado Presidente.".

Estes grifos dos missivistas poderiam ser uma alusão ou analogia com a célebre espera pelo retorno do monarca português d. Sebastião? Desaparecido em combate contra os mouros no Marrocos, no século XVI, o dito rei foi, desde então, cercado de grande mística. Em Portugal, sua volta era esperada por muitos como signo de uma nova era de riqueza e justiça para todos. Esse movimento de caráter messiânico cruzou mais tarde o Atlântico, fincando raízes também no Brasil, onde estabeleceu contatos com os costumes e tradições locais. Sua presença teve impacto claro na imaginação dos habitantes do país sobre a figura de seus governantes. D. Pedro II, por exemplo, chegou a ser tomado como a figura do Encoberto[167].

Com o advento da República, fundada sob o princípio de laicização do poder, teria o messianismo desaparecido da cena política? Apenas para permanecer no caso mais conhecido de que isso não ocorreu, é válido mencionar o quanto a força política de Getúlio Vargas devia à figura do homem providencial. Um exemplo disso, no período do Estado Novo, pode ser vislumbrado em carta a ele dirigida por Antonieta Abuighi, em 1940, com um pedido de emprego aos filhos: "sómente em vossas mãos está, neste instante o 'Abre-te-sésamo' da minha tranquilidade futura. (...) Não é para mim sómente que ides prestar, apenas com uma palavra, ditada pela vossa boa vontade e pela proverbial magnanimidade do vosso coração, sempre aberto aos infortúnios dos vossos dirigidos e sim para mais tres de vossos filhos brasileiros..."[168]. É bem conhecido o epíteto de "pai dos pobres" a ele atribuído por muitos de seus seguidores. E tão grande era a importância e a penetração dessa imagem junto ao eleitorado brasileiro durante o período em que ele atuou politicamente – da mesma forma que após sua morte - , que até mesmo muitos de seus inimigos procuraram conquistá-la para si. Um de seus mais ferrenhos opositores, Carlos

[167] "Na época do nascimento de d. Pedro II, este foi saudado não só como o primeiro rei 'genuinamente brasileiro', mas como um pequeno d. Sebastião, que resumia as esperanças da jovem nação. Entre cosmologias cruzadas, a mística portuguesa tornava-se um tema brasileiro." Cf Lilia Moritz SCHWARCZ. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*, p. 289.
[168] apud: José R. F. REIS. op. cit., p. 263.

Lacerda, então, procurou freqüentemente heroificar a própria imagem para tentar colocar-se no lugar daquele no imaginário popular como o salvador da pátria[169]. Nesse sentido, ainda que a imagem de JQ, no mais das vezes, tenha sido representada como desvinculada de grupos sociais e políticos, é preciso investigar se, de algum modo, houve a sua associação à de Vargas.

Isso aparece explicitamente na missiva do "simples trabalhador" José Lourenço dos Santos, de Jundiaí-SP, em 30 de novembro de 1959, na qual há um pedido de reconsideração acerca da renúncia do candidato: "Sera a maior falta de consideração para nos humilde trabalhador que elevamos a V. Excia nas mais altas patentes, e também estamos levando os seus apontados. Tanto como para Municipal como Estadual. Por isso V. Excia deves fazer tudo para que assuma o Catete (...). Deus deu-nos antes o grande e inesquecivel gaúcho que deu-nos o valôr, o falecido Getúlio Vargas más em sua falta temos o nosso grande Matto Grosence e brasileiro Dr. Jânio da Silva Quadros.". O autor, ao interpelar JQ a partir do grupo social com o qual se identifica – "nos humilde trabalhador" – , sugere a consciência de pertencer a uma categoria social distinta; e é possível que possa com isso expressar uma opinião comum entre pessoas que partilhavam de condições sócio-econômicas similares ou da mesma identificação. Segundo ele, JQ pode sar continuidade à tarefa de valorizar as pessoas de sua condição social, a qual fora iniciada por Vargas.

Em carta de Júlio Lopes Pereira, de João Pessoa-PB, em 13 de janeiro de 1960, há também uma referência implícita em relação à equiparação anterior:

> "Há muito estou decepcionado com os governos do Brasil (reservando o grande Getúlio). Tenho um patriotismo são e lamento profundamente ver a cara Pátria acéfala e ao léo da sorte; cada partido quer dominar, cada indivíduo da panelinha quer mandar como se o País fosse sua propriedade (...). O povo só representa nas eleições, passe disso é bagaço. A roubalheira campeia, o crime se multiplica, ficando impune seus sequases, a desigualdade é tremenda e só se fala em melhora e tudo piorando cada dia. Entendo que os brasileiros são dignos de melhor sorte, não é possível que vivamos nesta penúria toda a vida, é preciso que se levante uma voz, um elemento que faça do Brazil, Brasil. Sonho com uma transformação radical desta Pátria querida; sonho vê-la ao lado das nações cultas e progressistas onde todos tenham o direito de viver e onde a dignidade e o trabalho sejam um lema.
>
> Já havia perdido o estímulo do voto, mas com a sua candidatura, resolví voltar à sua prática(...)"

No texto acima, JQ é colocado em nível similar de dignidade em relação ao falecido presidente. Manifestando insatisfação com a situação atual do Brasil, mas também a crença

[169] Marina Gusmão de MENDONÇA. *O Demolidor de Presidentes*, p. 40.

na possibilidade de sua elevação ao lado das "nações cultas e progressistas", o missivista concebe JQ como alguém que conduzirá o país em tal rumo, retomando assim a direção do governo Vargas – até um futuro em que todos gozem de condições mínimas de dignidade, como "o direito de viver"; e em que o país tenha autonomia diante de interferências estrangeiras, sugerida na expressão "um elemento que faça do Brazil, Brasil". O elo entre as duas figuras é particularmente tecido pela metáfora do governante enquanto cabeça da nação, no momento em que o remetente declara enxergar "a cara Pátria acéfala e ao léo da sorte". E isso não parece ser casual, uma vez que tal imagem foi empregada para caracterizar a liderança de Vargas – especialmente durante o período do Estado Novo –, e utilizada pelo próprio JQ entre seus discursos, conforme notado no capítulo anterior[170]. Portanto, tais casos indicam que houve, em certos casos, a associação da imagem dos referidos políticos entre a população.

O que dizer pois dessa personalização do poder, aludida na metáfora de que o governante é a cabeça da nação representada como corpo? Sobre essa questão, o clássico trabalho *Os Dois Corpos do Rei* de Ernest Kantorowics é importante por apontar o quanto essa imagem deve a uma doutrina delineada no período medieval. O autor analisa nessa obra a fomação de tal conjunto de idéias empregado para a justificação de monarquias européias, com o qual juristas e adeptos destas últimas sustentavam a noção da existência simultânea de um corpo físico e um corpo político na pessoa do monarca. Nessa perspectiva, ao passo que o primeiro seria perecível e sujeito aos efeitos do tempo, o segundo seria perfeito e sempiterno. E. Kantorowics procura demonstrar, ao longo de seu livro, como elementos do pensamento religioso são transferidos para a órbita dos negócios públicos, principalmente pela ação de juristas, de modo que o poder passa a ser identificado e investido no corpo de uma pessoa[171]. Ainda que tal componente religioso pudesse estar presente na referida metáfora e que tanto Vargas quanto JQ pudessem encarnar o poder de forma personalista, não vejo outros elementos para estabelecer uma linha de continuidade com tal forma de misticismo, na condição de artifício para retirar as discussões políticas da esfera mundana. Afinal, o próprio fato de a imagem de JQ ter conquistado adeptos entre

[170] Alcir LENHARO. *Sacralização da Política*, em especial os capítulos 5 e 6.
[171] Ernest H. KANTOROWICS.. *Os Dois Corpos do Rei*, p.114.

aqueles que vislumbravam nele alguém que poria fim ao legado varguista, não seria índicio de que sua figura pública era percebida sob diferentes matizes e era objeto de debate?

O problema talvez resida na dificuldade de se reconhecer a hipótese de que tanto a personalização das lideranças quanto o contato direto entre o líder e a população eram partes integrantes do jogo político. Assim é que, mesmo antes de iniciar a campanha eleitoral, JQ serviu-se de viagens de trem para algumas localidades do país – num momento em que as locomotivas rivalizavam com os mais modernos e velozes automóveis e aviões – , como forma de atuar em pessoa junto às multidões e talvez, com isso, despertar um certo sentimento de nostalgia nelas, conforme indica Castilho Cabral: "ao chegar à casa minha mulher conta-me que Eloá havia telefonado de S. Paulo – Jânio vinha novamente ao Rio e pedia que fôsse esperá-lo na estação da Central. De trêm? Há ainda alguém que viaje de trem de S. Paulo para o Rio? Havia, sim, o senhor Jânio da Silva Quadros, o gênio eleitoral: vindo de trem, 'estaria fazendo' todo o Vale do Paraíba, com manifestações populares em cada parada. (...) Na central, uma porção de gente a esperá-lo, fazia lembrar os tempos da República Velha quando chegava um Presidente de Minas ou de S. Paulo, e Jânio a apertar carinhosamente a mão do ferroviário, do carregador, do vendedor de jornais, do motorista.(...)"[172].

As viagens de trem, além de serem artifícios para divulgar representações do líder em contato direto com a população, também podiam ser uma forma do então candidato reafirmar, simbolicamente, seus vínculos com antigas bases de apoio, situadas entre as classes médias e os trabalhadores, pelo menos a partir da perspectiva desses grupos sociais. Isso é sugerido na carta de Antonio Vicente de Souza, de São Paulo-SP, em 8 de maio de 1960:

> "Tomo a liberdade de pela 3ª vez, escrever à V. E., muito embora das veses anteriores não haver merecido a vossa muito esperada e discutida resposta. A primeira vez que escrevi à V. E. foi convidando-o para ir a minha casa, onde estariam presentes alguns empregados da C.M.T.C. (...) A ordem do dia seria discussão do problema sucessorio, reivindicação nossa e para terminar, uma feijoada (...) Em uma reunião (que não houve) com o deputado Fernando Ferrari, pedimos lhe que mandasse o 'Janio' voltar ao nosso meio; aos empregados da C. M. T. C. à sua Vila Maria: e alguem retrucou que a cupula da U. D. N. não deixaria. Diante disso e dos compromissos de V. E., eu bem sei que não lhe sobrará tempo para um bate-papo entre nós. Peço porem aceitar um conselho e ao mesmo tempo um pedido. Inclua em vosso programa um expresso da Vitoria até Nova-Era no Estado de Minas. Tenho em São Domingos do Prata um irmão e que esteve aqui ha 10 dias e me contou como está a situação

[172] Castilho Cabral. op. cit., p. 140.

> politica naquelas bandas, familias tradicionalmente do P.S.D., fazendo a campanha e esperando lá Janio e Ferrari. Porem segundo ele a propaganda anda fraca e cara (...)."

Tanto nas descrições de suas tentativas para que JQ viesse se confraternizar com simpatizantes num de seus primeiros redutos eleitorais, a C. M. T. C., quanto em seu reconhecimento de que o candidato se afastara de seus antigos compromissos por se envolver em articulações partidárias, o missivista pressupõe que o contato pessoal do líder com a população é fundamental para selar os compromissos entre ambas as partes. Não é à toa que ele sugere a JQ que este faça uma viagem de trem até a localidade mencionada, como forma de fortalecer a candidatura dele. A julgar pelos grifos com marcador vermelho no texto, o conteúdo da missiva foi lido e considerado pela equipe janista.

O fato é que, mais tarde ao longo da campanha, JQ percorreu outras regiões do país por meio de transporte ferroviário. Nas paradas do "Expresso da Vitória", fazia rápidos comícios, apertava mãos, distribuía autógrafos, flâmulas e saudações através de auto-falante. Muitos momentos dessas viagens foram captados pelas lentes de fotógrafos e veiculados por revistas distribuídas em âmbito nacional, como *Manchete*. Em sua edição de 30 de julho de 1960, por exemplo, uma série de fotos sobre a campanha de JQ sobre as vias férreas foram divulgadas. Como pode ser visto na figura 13, JQ aparece à porta de um vagão diante de uma multidão. O foco do fotógrafo recai sobre o candidato, que segura algo (uma folha de papel?) junto com outra mão que se projeta rumo a ele, entre outras. Em meio ao aglomerado de pessoas também é possível ver alguém brandindo o símbolo máximo da campanha janista, a vassoura. No conjunto, trata-se de uma referência ao apelo do líder à população sem intermediários. Ademais, o trabalho do editor acrescenta sentido à imagem, ao indicar que se trata de uma cena comum, uma "despedida" "enternecedora", cuja repetição ocorreria em outras estações. A representação da relação de JQ com a população adquire, assim, um claro sentido afetivo. E é justamente afeto e emoção que os autores dessa imagem pretendem despertar no leitor, ao atribuírem a condição de objetividade ao acontecimento por eles interpretado.

Já na figura 14, disposta ao lado do índice da mesma edição da revista, JQ aparece à porta de um vagão ao lado de sua esposa. Dentre as pessoas situadas à sua frente, destaca-se um homem de chapéu montando um cavalo e segurando um bebê com um dos braços. Tanto JQ quanto o cavaleiro são retratados no momento em que se inclinam para trocar um

aperto de mãos, esforçando-se com os braços esticados. Novamente emerge o tema do contato direto entre o líder e o cidadão comum. Porém, ao passo que na figura anterior essa relação é representada por meio de um viés impulsivo e emocional, nesta última vem à tona a alusão de uma escolha consciente e determinada de ambas as partes em se associarem. O esforço sincronizado dos personagens, mesmo que JQ esteja num plano ligeiramente superior, sugere uma relação de igualdade entre eles, no sentido de que o contato entre o líder e o cidadão comum é um ato de vontade mútua. Dessa forma, a variedade de sentidos para as representações de JQ em contato direto com a população, longe de veicular interpretações unívocas acerca da natureza dessa relação, prefigurava um leque de alternativas para que o consumidor das imagens pudesse escolher o significado a ser atribuído a seu relacionamento com o líder.

E poderíamos dizer que, de fato, o contato direto com as pessoas, no caso de JQ, era eficiente no despertar de emoções e encantamento? A versão de Castilho Cabral de um dos momentos da campanha presidencial em que o primeiro faz uma série de discursos em favelas do Rio de Janeiro, iniciados em Santa Teresa, fornece uma idéia disso:

> "O espetáculo era soberbo. A multidão tomava tôda a rua, desde às 6 da tarde à espera de Jânio, janelas e portas apinhadas em todo o percurso até o comitê no coração do bairro. Jânio quis ir apenas à favela dos Prazeres, mas à porta da sede do MPJQ a multidão barrou a marcha do nosso carro. Edgardo Pires Ferreira, o vibrante líder local do PDC e do MPJQ, mete a cabeça pela janela do carro e quase chora, exortando Jânio a que descesse, Waldemar Klauser, presidente do comitê, declara que o povo não deixará o carro seguir. Jânio desce, Antônio Leopoldino aparece com o 'portatil' e Jânio fala, um delírio. Retomamos o carro, observo 'parece o comício de encerramento da campanha Carvalho Pinto', chegamos ao alto da Av. Almirante Alexandrino, à entrada da favela. Tudo escuro, o carro não podia subir; surge um 'jeep' que, empurrado à mão, nos leva ao alto da favela, onde num tôsco palanque, sem alto-falantes, Jânio fala durante uns 40 minutos, um dos seus mais empolgantes discursos. Quando retomamos o carro, também entusiasmado digo-lhe: 'Agora Jânio você voltou a ser Jânio. Você estava muito formal, agora você se reencontrou, pode ganhar a eleição sozinho!'"[173]

Se o relato de Castilho Cabral levanta dúvidas quanto ao "delírio" do público por ser ele então um correligionário janista, a carta de Hugo Scherer, enviada de Porto Alegre-RS, em 1 de outubro de 1960, oferece a versão de alguém que esteve presente num dos comícios de JQ:

> "Foi na verdade, meu bom Amigo JANIO, algo de extraordinario, o que ontem poude apreciar, o meu coração exultava de alegria e contentamento. Esta emoção do povo porto

[173] *Ibid.*, p. 183.

alegrense, este delirio que tomou conta dele e de todos os gauchos, no momento, que o Senhor grande Amigo JANIO, falava a esta multidão que se comprimia no Largo da Prefeitura. Nas suas palavras, todo o povo Porto Alegrense sentiu, como egualmente sentiram os gauchos, paranaenses e outros estados da grande nação brasileira, este balsamo benefico que fez com que seus corações palpitassem de alegria, sentindo, que está proximo o dia, em que tudo sera diferente e melhor. (...) a Tempestade já está tomando impulso, tal qual os grandes 'tufões' nas costas do Pacifico, e no dia 3 de OUTUBRO 1960 - será o grande dia da libertação, da GLORIA da redenção do nosso querido povo brasileiro. Este 'TUFÃO', arrazará e deixará por terra toda a 'podridão' de todo o mal que até então foi feito por ELES os 'formosos, virtuosos e abnegados', ELES sentirão na sua 'propria carne' os males que causaram a outros, e veja, meu bom Amigo JANIO, o sofrimento foi de 99% do povo brasileiro, pois o restante de 1% , são os mais 'afortunados' que nunca souberam que é sofrer. Do dia 3 de Outubro em deante, data que ficará famosa na historia do Brasil, pois, estes 99% do povo brasileiro, sentirá o inverso, pois já 'ELES' terão deixado cair a máscara, os castelos de cartas, já a tempestade os destruiu, para em logar destes castelos, surgirem novos, com verdadeiros alicerces, cimento armado e rocha (...)" (grifos do autor)

É claro que o texto acima não indica se o autor aderiu à candidatura janista no momento do referido discurso, ou se já o apoiava antes. Mas o "balsamo benefico" da presença e do desempenho pessoal de JQ no palanque e suas propostas, parece ter contribuído para despertar ou corroborar a percepção de que ele se associava a um fenômeno "extraordinário". Em JQ o missivista vislumbra uma aparentemente imprecisa esperança de inversão da ordem vigente, expressa através da metáfora do "tufão" que tudo revolve, com a deposição e a punição de uma minoria de privilegiados corruptos e o beneficiamento de uma maioria sofredora. O que de modo algum significa dizer que o remetente não possuísse maior clareza de seus motivos para apoiá-lo

Além de pronunciamentos e comícios, a transmissão de informações por meio da mídia impressa também parece ter atuado no despertar do encantamento em torno de JQ. É o que pode ser apontado na correspondência de Porcina de Moreno Faria, do Rio de Janeiro-RJ, em 2 de setembro de 1960:

"há anos, não sabendo precisar a data, certa estando apenas que êste fato ocorreu logo que o senhor apareceu como político e que vi, em um jornal aqui do Rio, sua fotografia as suas fotografias muitas vêzes, foge a sua imagem e vem a do outro. Êste fato para mim já se tornou tão banal, que não lhe dou importância. Enfim, anos mais tarde, vim a saber, através de minha filha que, meio surprêsa, chamou-me a atenção sôbre suas declarações na revista - 'O Cruzeiro', com relação a sua admiração por Lincoln.

Meu desejo sincero é que, cada dia se afinem e estreitem mais os laços milenares que o ligam ao bondoso e iluminado espírito de Lincoln e que êle o ampare pela primeira vêz, hesitei, para em seguida, convicta, relatar a minha filha que se achava a meu lado, algo com relação a fotografia que eu ainda fitava. Êste homem não é um homem comum. E o que considero nele de extraordinário, de notável, é que, entre êle e o grande estadista americano Abraão Lincoln existe afinidade profunda.(...)."(grifos da autora)

Neste texto, a remetente declara ter entrado em contato com a figura de JQ por meio de textos e fotos. É interessante notar que, ao asseverar que "muitas vêzes, foge a sua imagem e vem a do outro" – numa possível alusão à figura do bufão – , ela sugere que, em meio a um leque de imagens distintas de JQ, houve uma seleção de sua parte no sentido de qualificar as fotografias que lhe pareciam mais verossímeis. E, a partir desse seu viés crítico, não poderíamos supor que sua percepção de que JQ possui "laços milenares" com o ex-presidente norte-americano e um caráter "extraordinário", significa muito mais do que uma mera adesão emocional ou irracional a ele?

Antes de mais nada, precisamos investigar melhor do que se trata esse atributo de líder excepcional vislumbrado nele com freqüência. O elemento religioso que parece estar presente na percepção de que JQ era alguém fora do comum é indicado na carta de Jacy Cassemiros de Oliveira, que se identifica como "Filho da Umbanda", de Esteio-RS, em 13 de outubro de 1960, na qual este último o felicita pela vitória nas urnas e lhe fornece conselhos para o futuro governo:

> "Muitos obstaculos terá que transpor e enfrentar, desde os inimigos politicos; pessôais, ondas de inconpressões, mentiras e calunias.
> Armarão armadilhas e até mesmo complôs.
> Deve ter muita fé, confiança, paciencia, e despreendimento.
>
> V. Excia é protegido por forças poderosas dos 'Astral' que é bem possivel que não saiba.
> Se souber aproveitar esta proteção que só é dada a grandes missionarios; poderá conciliar e vencer toda e qualquer dificuldade, realisando um grande e feliz governo salvando nosso povo da miseria e, de uma Guerra Civil; podendo ser reeleito se quiser.(...)
> E Vª Excia não é homem comum; é protegido por forças poderosas que póde conter um (Exercito) só exige cumprimento de dever e amor sincero a causa que abraça.
> Quando sente-se sinais nos ouvidos, estalos, batidas e cousas extranhas em derredor, é um sinal convincente.(...)
> Esta mesmas forças protegem Grandes Guerreiros; quando abandonadas por elas cai-se como pau pôdre na floresta. Quando empregadas para o bem, traz grandes recompensas. (...)"

Além de ser alertado sobre a ação de uma possível conspiração, JQ é representado pelo autor como alguém que "não é um homem comum", sendo protegido por forças divinas e possuindo poderes sobrenaturais, num significativo exemplo de cosmologias cruzadas, em que uma crença com destacada herança africana parece guardar afinidades com o imaginário sebastianista. E o referido vínculo religioso do missivista não deve

obscurecer o fato de que essa percepção do líder era muito difundida pelos mais diversos grupos sociais, como é possível notar em muitas fontes do período.

Na carta do "simples dentista de roça que ha 16 anos convive com os homens do campo" José de Freitas Ramos, de Ribeirão Preto-SP, em 28 de novembro de 1959, em meio a um pedido para que JQ reassuma a candidatura, o tratamento conferido a este último também guarda afinidades com o exemplo anterior:

> "Uma vez nascido e chamado Jânio essas forças maiores o impelem para que, no Brasil, V. S. dê o primeiro passo prático e decisivo ao cumprimento das palavras d'Aquêle que não veio à Terra, em vão, ha dois mil anos.
>
> Marcharemos, queiram os homens ou não, a despeito dêstes ou com o auxílio dêstes, para as pegadas do Mestre: Dignidade de vida ao homem; trabalho, justiça e Amor. (...)
>
> Foi V. S. escolhido para um começo de Nova Era Cristã, afastado o pieguismo religioso preconizado pelos maldosos e sim, pelo valor pessoal adquirido pela experiência de milhares de vidas, a fim de trazer o exemplo vivo do caminho certo.
>
> Se, para tal, os nossos semelhantes quizerem até o sacrifício, por incompreensão total, da propria vida, aceite-o. Se Êle, mais importante e evoluido que todos nos reunidos, encontrou o Seu Calvario, para a nossa redenção, porque fugirmos à luta que se nos oferece como legítima oportunidade de nosso próprio progresso material espiritual."

A imagem atribuída a JQ, neste trecho, é bem clara: trata-se do substituto do Messias enviado por Deus para salvar o país. Ele é representado como o herói salvador que trará uma "Nova Era Cristã", marcada por elementos como "Dignidade de vida ao homem; trabalho, justiça e Amor". Simples figura de retórica para convencer JQ a retomar a candidatura, ou crença na presença da manifestação do elemento divino no mesmo? Os casos anteriores levam-me a supor que estas duas possibilidades podem ser faces da mesma moeda.

Essa conotação religiosa da imagem de JQ era freqüentemente enfatizada em suas representações, de modo a atingi-lo e desacreditá-lo. A figura 15, por exemplo, trata de uma foto veiculada numa capa do jornal *Última Hora*, em 4 de outubro de 1960, um dia após as eleições presidenciais. Nela a imagem de JQ é congelada no momento em que este é carregado por uma multidão, no dia da votação, em Vila Maria. Em trecho da legenda, lê-se o seguinte: "Jânio Quadros não deixou de fazer demagogia, até mesmo nos instantes finais do pleito de 3 de outubro, pois provocou uma manifestação popular nas ruas de São Paulo e colocou em sua cabeça o boné de um motorneiro." O trabalho do editor também procura guiar a interpretação da imagem, apontando o que seriam os intentos de manipulação do candidato em usar seu velho símbolo junto ao aglomerado de pessoas. O que chama

particularmente a atenção no retrato é a exibição da atitude de algumas pessoas próximas a ele em tocá-lo, numa aparente inversão do toque taumatúrgico com o qual alguns monarcas promoveriam a cura de moléstias. É um vínculo mágico e encantado, pois, que esta imagem sugere existir entre o líder e a multidão, numa representação do acontecimento destinada a sugerir os perigos da ascenção política de lideranças carismáticas.

Imagens como essa, por sua vez, estavam sujeitas ao debate, conforme indica a missiva de Gilberto Gonçalves, encaminhada a JQ por meio de Quintanilha Ribeiro, de Aracaju-SE, em 23 de janeiro de 1961:

> "(...)Não atire na cesta do lixo. Leia-a. Será possivel que a familia Leite-Rolemberg, que vem desde a Ditadura dominando Sergipe, arruinando-o, continue no mesmo afan no governo JANIO QUADROS? O deputado Leite Neto, chefe pessedista, nos comicios pró LOTT chamava Janio de falso taumaturgo, e o deputado Armando Leite Rolemberg, seu primo carnal, chefe do PR, apelidava o dr. Janio de milagreiro de arraial. Os seus correligionários, então, nos comicios, desgraçavam com a reputação do dr. Janio, enquanto, ciente da vitoria que não alcançou, colocavam o Mal. nos altares.(...) Reuniram-se todos, PSD. PR e PSD, para derrotar o dr. Janio, auxiliados pelo Comandante do 28º BC, Cel. Bragança e o sr. Arcebispo d. José Tavora. (...) O dep. Leite Neto, depois da Reclassificação dos Funcionarios Publicos, nomeou para Sergipe mais de 300 extranumerarios. (...) Quase todos analfabetos, filhos de cabos eleitorais.(...) As repartições estão superlotadas.(...). As autarquias tem pletora de servidores.(...) Esses extranumerario, nomeados depois da Reclassificação, recebem vencimentos em dia, como os efetivos, enquanto os aposentados e pensionistas de todos os Ministerios apelam para os agiotas. Os chefes das repartições federais e autarquicas, todos pessedistas e perreistas e petebistas, fazem uma guerra de morte contra os adversarios e indiferentes á politica.(...)" (grifos do autor)

Antes de tudo, esta carta parece ser um acerto de contas do autor com inimigos políticos de seu estado, na medida em que o mesmo faz uma série de denúncias de nomeações para cargos públicos na base do favor e reclama providências quanto a isso. De qualquer forma, o que chama a atenção no texto é como o autor descarta as imagens de "falso taumaturgo" e de "milagreiro de arraial" atribuídas a JQ, apelando à imagem de moralizador da administração pública dele.

Uma outra perspectiva do acontecimento representado na foto anterior pode ser vista na figura 16. Trata-se da justaposição de duas fotos veiculada na revista *O Cruzeiro*. Na parte superior da montagem, novamente JQ emerge carregado em meio a uma multidão com o boné de motorneiro, mas desta vez sem a ênfase nos toques sobre seu corpo. Ao que tudo indica, sua representação em tais condições busca reafirmar seus vínculos com os funcionários da C. M. T. C. e os trabalhadores em geral, numa espécie de retorno às

origens. Na parte inferior da imagem, destaca-se uma mão depositando um voto numa urna. O acréscimo da legenda vem a propósito de indicar que tanto o boné quanto os votos foram "presentes" recebidos por JQ no dia da votação; afora isso as duas fotos parecem manter independência uma em relação à outra. Entretanto, é bem possível que imagens desse tipo, como as anteriores, em que JQ está em contato direto com a multidão, tenham sido interpretadas por muitos como uma relação simples e mecânica de causa e conseqüência na projeção do dito político nas urnas, baseada exlcusivamente em seu apelo carismático.

Talvez a melhor forma de oferecer uma interpretação alternativa a esta última seja o redimensionamento da noção de carisma. Segundo Max Weber, o carisma funda-se justamente na qualidade pessoal extracotidiana atribuída a determinadas pessoas, as quais podem por isso ser tomadas como líderes[174]. Essa definição clássica do sociólogo alemão sobre o dito fenômeno ainda parece operacional, quando pensada junto da documentação analisada anteriormente. O ponto de sua obra que destoa da tese central do presente estudo, porém, é o tratamento do carisma como manifestação estrita do "irracional", no sentido de não conhecer regras. Prefiro pois aprofundar uma via de análise aberta por ele próprio: considerar a hipótese de que a legitimidade do líder carismático apenas se sustenta em razão de "provas" por ele oferecidas a seus discípulos. Tomo de empréstimo dele, em direção similar a outros autores, o termo "provas" como possíveis ganhos efetivos, pelo menos segundo a perspectiva dos seguidores do líder, seja do ponto de vista material ou simbólico, isto é, transformações políticas concretas[175].

O antropólogo Marshall Sahlins, ainda que refletindo sobre uma sociedade particular situada em outros marcos espaço-temporais, possui reflexões interessantes que podem contribuir para lançar mais luzes sobre essa questão, em sua análise do contato de marinheiros ingleses com a população indígena havaiana no século XVIII[176]. Entre os episódios desse intercâmbio cultural, ele privilegia a interpretação de um proeminente líder das embarcações européias, o capitão Cook, pelos nativos como sendo uma divindade.

[174] Max WEBER. *Economia e Sociedade*, v. 1, p. 158-159.
[175] "A situação carismática define uma figura particularmente exemplar dessas configurações político-afetivas que participam intimamente do devir histórico. O ponto de partida e o essencial não são o carisma da pessoa, mesmo que esta última, o chefe político, constitua-se como o intermediário necessário disso. O preliminar e o essencial são a organização complexa das afeições, dos respeitos e das reticências nas quais está engajado o futuro chefe e os quais ele modificará. O futuro chefe comunga com os afetos de grupo, participa de suas humilhações, de suas cóleras, mas com o projeto de trazer resposta a isso." Cf. Pierre ANSART. *La gestion des passions politiques*, p. 173.
[176] Marshall SAHLINS. *Historical Metaphors and Mtythical Realities*, *passim*.

Segundo relatos dos insulares, periodicamente o Deus Lono retornava àquelas paragens para renovar a fertilidade da natureza, em meio a uma série de rituais. Acontece que a segunda viagem de Cook às ilhas coincidiu com o festival em comemoração à chegada daquele Deus. De forma imprevista, segundo M. Sahlins, o navegador inglês passou a ser tratado como Lono; e, da mesma forma, foi sacrificado pelos nativos assim como previa o ritual dedicado àquela divindade.

O ponto central da obra do antropólogo é tentar discutir aspectos canônicos do estruturalismo (como a questão da permanência das estruturas) através desse exemplo histórico, relatado por viajantes ingleses em seus diários de bordo. Ele então sustenta que o sacrifício de Cook não estava previsto nas metáforas e arquétipos empregados pelos aborígenes para interpretar o mundo. Na verdade, o incidente ocorreu numa interação entre as categorias e estruturas perceptivas e as práticas dos sujeitos, resultando numa mudança histórica, a morte do marinheiro inglês. De forma análoga, é preciso evitar a interpretação de que a imagem do salvador da pátria projetada em JQ diz respeito à repetição de uma velha figura mítica capaz de tolher a ação política, passando à investigação de quais eram os enunciados possíveis feitos pelos sujeitos através de tal representação[177].

Diante das considerações acima, tratadas por meio de fontes do período, é possível afirmar que JQ, de fato, possuía o atributo central do carisma, na medida em que era considerado uma pessoa extraordinária. Da mesma forma, fica indicado como esse recurso era deliberadamente explorado tanto por ele quanto por sua equipe para despertar emoções e encantamento em contato direto com o público; o que lhe rendia constantes acusações de demagogia por seus opositores. Cabe salientar, porém, que suas representações em contato

[177] Questiono particularmente as seguintes colocações de Marilena Chaui, inspiradas em reflexões de Claude Lefort sobre a democracia: "A laicização do poder é mais clara na democracia, seja esta direta ou representativa, pois nela, ao contrário do carisma e da incorporação, o poder é sempre um lugar vazio com o qual o governante nunca se identifica porque sua fonte é sócio-política, o povo como poder popular soberano (a prova disso é o processo eleitoral, que simboliza o pertencimento do poder ao povo, sendo por isso um lugar permanentemente vazio, ocupado por delegação ou mandato, isto é, por representantes escolhidos periodicamente pelo povo). Ora, no populismo, o poder encontra-se total e plenamente ocupado pelo governante, que o preenche com sua pessoa porque esta se identifica com o corpo do detentor do poder e com o próprio lugar do poder. O governante populista *encarna e* incorpora o poder, que não mais se separa nem se distingue de sua pessoa, uma vez que não se funda em instituições públicas nem se realiza através de mediações sócio-políticas." Cf. Marilena S. CHAUI. *"Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados"* in: Evelina DAGNINO (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, p. 20. A visão da autora sobre o funcionamento da política em regimes democráticos é demasiado racional. É preciso que nos interroguemos sobre a margem de participação dos cidadãos em torno de lideranças carismáticas.

direto com a população proporcionavam um leque de significados distintos, fator gerador de ambigüidade e, portanto, de debate sobre seu significado. E poderíamos afirmar ainda que sua imagem de homem providencial comportava discussões de assuntos públicos?

3.2 – O Messias também é de carne e osso

A análise anterior aponta que a utilização da imagem do salvador da pátria, por si só, não fornece elementos suficientes para a inferência de que seus consumidores estivessem alienados da política e esperassem pela solução de seus problemas apenas por meio da intervenção divina. Isso sugere, pois, que tal imagem podia servir a propósitos terrenos e concretos, como a veiculações de críticas e proposições acerca do governo.

Em primeiro lugar, é digno de nota que propostas e realizações políticas podiam ser transmitidas através da imagem do homem providencial. Assim, nas palavras do udenista Afonso Arinos M. Franco, datadas de 22 de outubro de 1959, a figura de JQ portaria os seguintes significados: "Êsse homem representa hoje, no espírito de milhões de brasileiros, o mito das soluções convenientes às suas dificuldades diuturnas. O homem da fila da carne, o homem do trem da Central, o homem do salário que não chega em face das emissões sucessivas, o pai da criança sem escola, o marido da mulher sem hospital, êsses que protestam na angústia de seu humilde sofrimento contra as incertezas e os luxos das realizações mirabolantes encontram em face de si uma figura que é um mito, que é aquele que vem fazer o contrário daquilo que tem sido feito para levá-los às condições em que se acham."[178] Na defesa de Carlos Lacerda da candidatura janista, dita por ocasião da Conveção da UDN em novembro de 1959, o sentido dela é representado do seguinte modo: "Na candidatura Jânio Quadros não há apenas o sentido do aparecimento (...) de um pseudo-messias, de um demagogo bem sucedido ou de um novo chefe carismático. É que êle traz ao povo brasileiro, pela primeira vez desde que o povo reaprendreu a linguagem democracia, uma obra realizada. (...) É a ressureição econômica, moral, social e política de São Paulo o que Jânio Quadros aponta como lastro positivo de sua obra, e pergunto: haverá algo mais udenista neste País do que a obra de Jânio Quadros em São Paulo?"[179]. É preciso reconhecer, antes de mais nada, que estas palavras foram proferidas por defensores da

[178] V. dos SANTOS & L. MONTEIRO. *Diário de uma campanha*, p. 50.
[179] *Ibid.*, p. 65.

candidatura janista como forma de qualificá-la. Resta-nos, pois, investigar se os diversos segmentos da população podiam enunciar suas aspirações para a condução do governo e do Estado por meio da referida imagem.

Uma primeira pista disso pode ser vislumbrada na missiva de Affonso M. Ribeiro da Costa, do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 1959, na qual há um pedido para que JQ retome a candidatura:

> "Meu conhecimento sobre a sua pessôa (...) é através de jornais mas o seu comportamento é para mim e a maioria dos brasileiros patriotas, o de um homem integro, desinteressado e no cenario politico atual, o unico capaz de tirar o Brasil deste cahos em que estamos. (...) sinto uma tristeza imensa ao vêr nossa patria, desde 1930 nas mãos de políticos inescrupulosos, sem a minima noção de patriotismo e agora que o Sr. surge como uma esperança, para todos que anceiam por um governo digno, como o Sr. irá trair todas as esperanças em si depositadas? O Sr. não pode deixar o paiz nas mãos de Jango, Juracy, Adhemar, Oswaldo Aranha, Brizzola, etc... não comparo Lott com estes homens, ele errou em 11 de Novêmbro mas estava cercado e influenciado pelo Mendes de Moraes e Denys que poderiam estar no grupo de cima como também o Sr. Juscelino, (...) é para o Sr. sentir e se lembrar nas mãos de que aves de rapina ficará o Brasil sem o seu precioso auxílio (...) o Sr., devo dizer mais uma vez, é o único homem capaz de salvar o Brasil na situação presente. (...) Imagino como deverá ser difícil na situação em que o Sr. está voltar atráz porém é necessário para que nós tenha o governo que há muito esperamos.(...)
>
> O Sr. sabe, melhor do que eu, que não necessita de U. D. N. ou de qualquer partido, o Brasil inteiro espera por esta ressureição politica e economica que nos tirara da lama em que nos deixou Vargas e os que o cercavam e que aí ainda estão, politicos carcomidos que já no início da República desiludiram um dos mais puros de seus fundadores, Benjamin Constant, que dizia não haver mais patriotas sim pratiotas, homens que só cuidavam do prato. (...)"

Neste texto, o autor procura demonstar que possui um diagnóstico sobre as causas de uma série de problemas no país, bem como soluções para os mesmos. Além de citar diversos nomes considerados perniciosos para a vida pública e compará-los com outros políticos, o missivista aponta a herança política de Vargas, iniciada em 1930, como a principal responsável pelo cenário marcado pela corrupção. Assim, ele conclama JQ a se sacrificar e assumir a tarefa de liderar o país sem a ajuda de partidos, para assim moralizá-lo. É esse o sentido da expressão de que JQ é "o único homem capaz de salvar o Brasil na situação presente", para promover o "governo que há muito esperamos". E o autor não exibe com isso critérios para a escolha do candidato em meio a uma série de outros políticos?

Um caso similar é visível na missiva de Judith L. Alhadas Cavalcanti, do Rio de Janeiro-RJ, em 26 de novembro de 1959:

"Embora sendo eu uma senhora casada, mãe de dois filhos, e não descuidada dos afazeres domésticos, tenho ainda meu tempo para volver os olhos à paisagem politica principalmente a de agora em que, não só eu, mas toda a mulher brasileira, patriota, vê o Brasil e até o seu lar, devastar-se com a política desonesta e confusa que atualmente nos atinge. Por isto foi que, verdadeiramente estupefata, horrorizada, como si estivesse em um pesadelo, ouvi ontem a noticia pelo rádio da renuncia de Vossa Excelencia à presidencia da republica. Esta sensação não foi só minha, mas de milhares de brasileiros que em vós depositam a esperança de poderem ter com o vosso governo, dias mais tranquilos no futuro, sim, porque nas vossas mãos, não temos duvida teremos um Brasil novo, ajustado e saneado. Com o afastamento de Vossa Excelência, veremos por detrás de qualquer um dos que ai esta para ser candidato, o fantasma asqueroso, horripilante da politica passada e presente. Nesta hora em que o Brasil nada neste mar de lama, a vossa figura é como um raio de luz que surge para os que se debatem nesta treva e vereda que julgamos sem saida.

Solidaria comigo está a maioria das mulheres brasileiras, que clamam pela pessoa de Vossa Excelência no governo do Brasil; e não só elas: os homens dignos também.
Em cada canto deve-se pronunciar o vosso nome como o do 'Messias Prometido'.(...)."

A autora procura demonstrar consciência de que as negociatas e desonestidades ocorridas entre os homens públicos comprometem o país e, conseqüentemente, sua vida privada. E é na medida em que considera JQ como alguém que pode se contrapor a esse quadro que ela o trata como o "Messias Prometido". Tanto neste exemplo quanto no anterior, é digno de nota observar a penetração e o enraizamento da metáfora do "mar de lama" para caracterizar a situação do Brasil. Expressão celebrizada durante o governo Vargas, na década de 1950, principalmente nas falas de Carlos Lacerda contra este último, ela destaca a associação entre as práticas de corrupção e a simbologia da sujeira. Não é à toa pois que a imagem da vassoura janista e sua conotação de limpeza gozaram de tanto prestígio em âmbito nacional.

Em carta de Mário Moutinho, de São Paulo-SP, em 25 de novembro de 1959, a representação de JQ como o homem providencial é aludida do seguinte modo:

"Embora Vossa Excelência não se lembre da figura apagada de minha pessoa, sempre estive ao seu lado desinteressadamente, desde à sua candidatura à vereança.(...)

Infelizmente, nossos partidos políticos põem os interêsses partidários acima dos interêsses da Nação. Só se preocupam com barganhas e cavilações, em sua politicalha.

É por esta razão que o povo vota nos candidatos e não nos partidos.

Em tôda a sua brilhante trajetória política impar, Vossa Excelência soube lutar sòzinho com denodo e estoicismo, vencendo tôdas as batalhas ferrenhas e agrestes, porque o povo já sabe escolher homens honestos, trabalhadores, justos e democratas; sois o general do povo, e havereis de reconduzí-lo, para a salvação de nosso amado Brasil, extirpando a corrupção, a imoralidade, as injustiças, as negociatas, para colocá-lo de pé, como colocou São Paulo, que estava às portas da falência, para que êste 'gigante adormecido em berço esplêndido' se desperte e se erga com tôda a sua pujança e diga ao mundo com orgulho: nós somos hoje uma nação politica e economicamente independente.(...)

> Precisamos e imploramos a sua presença na grande batalha de 3 de outubro vindouro. Andamos muitos séculos, como andou Diógenes, com uma lanterna a procura de um Homem. Encontramos afinal em Vossa Excelência: espírito indomável, lutador, destimido, o honesto, o honrado, o trabalhador, o realizador exponencial (...) Venha lutar conosco e reconduzir-nos na grande batalha de renovação política e de redenção nacional, para incinerarmos o lixo e a podridão que pululam em nosso solo pátrio; venha ajudar-nos a fazer o novo 7 de setembro de emancipação econômica nacional (...)"

Novamente um símbolo freqüentemente vinculado ao lacerdismo é projetado sobre JQ: a metáfora da lanterna de Diógenes. Trata-se de uma simbologia empregada notadamente por Carlos Lacerda, na década de 1950, para rebater o significado de "lanterninha" da imprensa atribuído a seu jornal *Tribuna da Imprensa* por adversários dele, como forma de ridicularizar a vendagem relativamente pequena do periódico. Em reação a isso, o referido jornalista adotou este tema da tradição grega como forma de representar a eterna procura por um homem honesto[180]. É esse sentido de honestidade que o missivista utiliza para qualificar JQ como alguém que pode refundar a pátria, num retorno cíclico do tempo, com um "novo 7 de setembro", data em que o país ainda é considerado puro e impoluto. E com isso não se pode concluir que o missivista simplesmente se descola da realidade e se entrega à fantasia, pois exibe um critério para manifestar confiança em JQ, ao declarar que o acompanha desde longa data. Ademais, ao mesmo tempo em que usa as metáforas de "general do povo" e "redenção da pátria" para indicar o que espera do candidato - o que poderia sugerir soluções de força ou autoritárias - , ele expressa sua preferência pela via democrática para a solução de seus problemas, ao afirmar que "o povo já sabe escolher homens honestos, trabalhadores, justos e democratas".

Nos casos anteriores, o cenário de caos e desordem está relacionado especialmente à corrupção e ao modo pelo qual o país é administrado. Diante disso, JQ é concebido como um homem dotado de atributos extraordinários para pôr fim a tal situação e dar início a um novo tempo marcado pela justiça e pela honestidade. Não é difícil perceber no conteúdo das cartas a freqüente menção a temas e arquétipos míticos[181]. O que subjaz a essas alusões, de certo modo, é a idéia do reinado do Anticristo em meio ao retorno ao Caos. Junto desses temas, por outro lado, também surge a esperança de que os flagelos e o triunfo aparente do

[180] Marina MENDONÇA. op. cit., p. 131.
[181] Mircea ELIADE. op. cit., *passim*.

mal anunciem o retorno do Cristo e o *millenium*[182]. Muitas das reflexões sobre esse assunto, no século XX, surgiram com o objetivo de compreender o substrato dos regimes totalitários surgidos no período[183]. Contudo, o que deve ficar claro é que em nenhum momento o emprego destas categorias míticas foi, até agora, associado a propostas de interrupção do regime democrático. Pelo menos é possível afirmar, com isso, que não havia uma correlação estrita entre a imagem do homem providencial e manifestações políticas autoritárias. A pluraridade de enunciados possíveis por meio dessa representação fica melhor esclarecida por meio da figura 17. Trata-se de outra charge do livro de M. Vita e M. Escobar, na qual JQ é desenhado em visita a Portugal. Ali ele é representado de frente para uma estátua de Pedro Álvares Cabral, com a seguinte fala expressa na legenda: "- Ah, Pedro Álvares Cabral! E dizer que tenho de descobrir novamente o Brasil.". Nesse caso, a figura do salvador que vem refundar o Brasil, freqüentemente enunciada por meio de um viés sacralizado, é imaginada através de uma perspectiva humorística e dessacralizadora.

É certo que tal representação também podia ser utilizada para a defesa da ampliação dos poderes presidenciais, como na missiva do professor Benedito de Castro Lima, de Teresina-PI, em 13 de dezembro de 1960. Trata-se de uma carta enviada a Carvalho Pinto, na qual o remetente informa a este úlitmo que publicará um livro sobre JQ. Eis um trecho da obra por ele transcrito:

> "O MESSIAS PROMETIDO
>
> Naquela época dos bárbaros tiranos, DEUS ONIPOTENTE nos mandou do céu o Seu próprio filho Jesus Cristo para modificar a face da terra, tão queimada e retorcida pelos pilatos incrédulos.
>
> Hoje, nosso amado criador - DIVINO MESTRE, nos mandou do céu outro filho abençoado com as graças de DEUS, JÂNIO QUADROS, para a verdadeira e definitiva construção do Brasil (...)
>
> É realmente o Messias prometido, porque há mais de 30 anos estamos sofrendo as maldades e injustiças dos que se dizem patriótas, democratas, cristãos e nacionalistas, filhos da ditadura prepotente e vingativa, querendo permanecer e continuar rotulada de democracia.
>
> Jânio precisa passar 10 anos no CATETE, porque 5 anos é insuficiente para desentulhar o montão de misérias e sujeiras espalhados em todos os recantos do país, e depois, Carvalho Pinto, outros 10 anos para solidificar as bases do Partido Democrata Cristão que são as bases do Brasil."

[182] *Ibid*., p. 63-64.

[183] Um dos mais importantes trabalhos sobre a matéria refere-se ao seguinte livro: Norman COHN. *The Pursuit of the Millennium: revolutionary millenarians and mystical anarchists of the middle ages.*

Na opinião do remetente, a condição de "Messias prometido" conferida a JQ justificaria a duplicação de seu mandato presidencial, para com isso pôr fim à corrupção no país. Ao mesmo tempo, quando defende a substituição daquele político por Carvalho Pinto na Presidência, como forma de "solidificar as bases do Partido Democrata Cristão", a identificação e a correlação sugeridas entre estas duas personalidades indica uma associação entre JQ e esta orientação partidária.

E é preciso ficar claro que soluções autoritárias para os problemas do país também podiam ser enunciadas a partir de tal imagem, como na carta do engenheiro J. R. Ladeira, datada de 24 de novembro de 1959:

> "Seria necessário que V. fôsse o chefe de um governo coletivo de fôrça e decisão, livre e independente nos seus atos reformadores do atual sistêma político-administrativo de forma a fechar o Congresso, as Assembléias e Câmaras Municipais suspendendo temporariamente o regime eleitoral contrário ao progresso e civilização (...) durante o período de uma geração para total transformação do atual ambiente político-administrativo mediante instrução e educação moral, política e cívica do povo para que se tornasse em realidade a seleção do eleitorado consciente dos seus deveres patrióticos e rigorosa seleção dos candidatos para evitar como atualmente a eleição de incapacitados e criminosos, falsos mandatário do povo formando os Poderes Legislativos e Executivos, subservientes aos Poderes Executivos (...)
> Saneando e reorganizando o país nas condições expostas, multiplicada, aperfeiçoada e barateada a produção em todos os seus aspectos com aproveitamento total de nossas ferteis terras e os recursos naturais mediante exploração por processos técnicos modernos e outros fatores essenciais, a agricultura será a verdadeira base ecconômica do pais e a industria se tornaria realmente extensa e nacionalisada capaz de concorrer vantajosamente nos mercados externos. O povo seria o mais beneficiado e o Brasil se transformaria numa verdadeira Democracia, numa potencia a se impor perante o mundo civilizado(...)
> Afinal o que aí está não é um regime democrático, mas reles contrafação da Democracia servindo de capa as mais serias e nogentas exploações. (...)"

Neste caso, a linguagem escatológica, ainda que não hostil ao regime democrático em si, é utilizada para veicular a defesa da suspensão temporária da democracia com o intuito de recriá-la sob bases consideradas mais sólidas no futuro. Durante esse intervalo, o governo expurgaria os corruptos da administração estatal e promoveria a educação de seus cidadãos para atuar na vida pública. Apenas então surgiria um regime com instituições políticas consolidadas e alicerçado sob fundamentos econômicos mais vigorosos. Dessa forma, o remetente emprega a figura de JQ como o salvador da pátria para defender o estabelecimento de um "regime de exceção", já defendido por diversas vezes em outras situações contra o legado varguista, principalmente por elementos ligados à UDN.

Por outro lado, da mesma forma que a imagem do homem providencial era utilizada para a enunciação de propostas como a anterior, ela também era empregada para a proposição de alternativas políticas dentro do regime democrático. Isso pode ser notado na carta assinada pelo "Profeta do Nazareno", enviada do Rio de Janeiro-RJ, em 14 de outubro de 1960:

> "Para a tua saude, felicidade, sabedoria, e Prosperidade no Reino de Deus Astro-Rei dos Mundos neste Planêta; pelo o Poder de Deus Pai, Deus Filho, e Deus Espirito Santo juntos ao meu Espirito, eu ajunto ao teu Espirito (...) Senhor dos Exercitos, para V. Excelencia, em seu nome, poder acabar de Esmagar acabêça de Satanaz e seu regime Demoniocracia no Brasil (...) e Construir a Verdadeira Democracia Divina (...)
> Mais a Verdadeira Democracia, só pode ser Construida por Deus, por intermedio do Profeta ao seu serviço, e o supremo poder: o Povo...
> O Supremo Poder: o Povo, por meio de uma Suprema Assembléia Popular, para isso organizada e presidida pelo o assistente Divino: O Profeta Enviado.... (...) Eu em nome de Deus Pai, Deus Filho, e Deus Espirito Santo, e em nome dos meus adeptos da I. C. Igreja de Cristo; e da D. P.S.R. = E. U. U. Democracia Proletaria Revolucionaria Cientifica - Brasileira dos Estados Unidos Do Universo; em nome dos Medicos Peciquiatras, Estudantes, Infermeiros até os mais modestos impregados, na Pessôa do Exmo. Sr. Diretor Dr. Isaias Vieira Paim, os seus auxiliares imediatos, Drs. Luzitano, Teixeira Brandão, que cooperaram nas Reuniões nos Hospitais, e em meu proprio nome, Felicitamos V. Excelencia com um apertado abraço pela Vitoria.(...)." (grifos do autor)

Ao que parece, o autor transitava por algum hospital psiquiátrico quando escreveu esta carta, como indicam as últimas linhas em que ele agradece o telegrama de JQ em nome de psiquiatras, enfermeiros e de um diretor e seus auxiliares. Sem querer julgá-lo *a posteriori* classificando-o como "louco", o fato é que ele emprega temas caros ao pensamento mítico, como o aparecimento do Anticristo e o seu combate pelo enviado de Deus. O missivista considera o regime político de então como uma perversão da democracia, uma "demoniocracia", na medida em que o poder não estaria fundado em nome e a serviço do "povo". E JQ é tomado por ele como o "Profeta" que implementará a "Verdadeira Democracia" com a mudança desse quadro. Com isso, o remetente enuncia uma possibilidade que será repetida em outras cartas: o uso do imaginário para estabelecer os fundamentos da democracia na soberania popular.

Por meio de lentes estrangeiras esta questão fica mais clara, conforme a carta de Lynn S. Holmes, enviada dos Estados Unidos em 2 de dezembro de 1960:

> "It is with the sincerest admiration and anticipation that I look forward to your inauguration as President of the United States of Brazil. Last year I spent four months in Brazil and most of that time in the State of Amazonas. (…)

> I was in Manaus and at the Hotel Amazonas, when you made your campaign speech from the balcony of the hotel. A very strong supporter and admirer of yours, Mr. J. R. Araujo and family listened, to your adress from the balcony of my room and later met with you in person.
> I traveled to many parts of Amazonia during my stay in Brazil, and I have never observed but one other situation similar. You are the "Messiah" to lead the people of Brazil out of the Wilderness of the Past. I on purpose brought up the question of politics, to the poor and the rich, and the ones that were not biased from personal reasons of gain or profit, spoke with reverence, when your name was mentioned. They all had absolute confidence in your honesty and ability to do for Brazil as you did for Sao Paulo.
> You are a very astute historian, and you will admit that during the past history of the world and the United States, when a crisis arises, the man to relieve the situation, comes forward. We can start with Washington, Jackson, Lincoln, Theadore Roosevelt, Wilson and Franklin D. Roosevelt, and let us hope that President-elect Kennedy, rises to the present crisis. Brazil, is looking torward you to fill this, Man for the Situation (…)"

Como se vê, a percepção da missivista de JQ como "Messiah" parece ter tomado forma ao longo de seu contato com entusiastas da candidatura do mesmo em meio a Amazônia. É particularmente interessante que o emprego do termo parte da autora e seu significado pode ser percebido no final da carta, em que o salvador é associado a ex-presidentes norte-americanos que teriam contribuído para a solução de crises em seu país. Portanto, JQ é considerado implicitamente como um homem providencial na medida em que é tomado como alguém que pode solucionar uma crise no Brasil, através de sua função enquanto presidente da República eleito democraticamente; o que é melhor indicado pela expressão "Man for the Situation". E o fato de a remetente ser estrangeira não invalida a possibilidade de enunciados semelhantes serem proferidos no país.

Assim, um exemplo claro de que era possível a discussão de assuntos públicos por intermédio da figura do salvador da pátria pode ser vislumbrado em missiva identificada apenas com as iniciais NCA, enviada de São Paulo-SP, em 28 de novembro de 1959:

> "Sou uma das suas admiradoras por êstes Brasis afora. Não podemos nos conformar com sua renúncia. O senhor é o único homem honesto nêste país, que ainda se impõe perante o povo. Êste vê, na sua pessoa, correta, na sua conduta irrepreensivel, na sua eficientíssima administração realizada em S. Paulo, o 'Salvador da Pátria'. (...) o povo já está cançado de sofrer, de passar fome, de não ter escolas para seus filhos, de não ter assistência médica, enquanto os tubarões acobertados por um 'govêrno irresponsável', que compra Cadillacs em vez de máquinas para lavoura, que manda mulher e filhar passearem na Europa à custa do nosso sacrifício, não é govêrno, não é democracia, é ditadura, e ditadura mal organizada.
>
> Só quem vive com a pobreza, e eu a vejo de perto, sabe o que está sofrendo este pobre povo brasileiro....
>
> Crianças desmaiam nas escolas porque vão a ela sem alimento. Pais se suicidam porque não têm o que dar de comer aos filhos. Mocinhas se prostituem por dificuldades financeiras da família. Bandos de pedintes (nordestinas esqueléticas com seus filhos em trapos e famintos) a perguntarem pelos transeuntes onde se acha a 'Legião Brasileira de Assistência',

> anexa ao Palácio de Governo de São Paulo. É São Paulo que ainda acolhe a miséria desoladora dêste país inteiro, que poderia ser o celeiro do mundo inteiro, se tivesse no govêrno um homem de têmpera, um homem honrado, um homem realizador, um administrador eficiente, um homem que governasse para o povo pelo povo e com o povo e não um egoista que só pensa em vaidade pessoal, em construir uma cidade de mármores, de vidro, de cimento armado, com material de construção transportado por avião de paizes estrangeiros. Enquanto êle realiza o seu 'quimérico' sonho de uma noite de verão', nós pagamos a carne a Cr$ 120, 00 o quilo, o feijão a Cr$ 80, 00, o arroz a Cr$ 40, 00, o óleo nacional a 90, 00 Cr$ e assim por diante. (...) Jânio Quadros, reconsidere a sua atitude (...) por êste povo que não lhe exige nada em troca, a não ser um governo honesto, realizador, humano como o que o senhor realizou em São Paulo."

A autora é bem clara em sua concepção de "Salvador da Pátria": trata-se de um homem com atributos pessoais notáveis e, o que chama particular atenção, um homem que governasse em nome dos interesses do "povo". Em outras palavras, a visão da missivista sobre o salvador refere-se a um presidente que governe em nome de seus interesses, os quais ela não vê representados no governo de então. Na série de críticas por ela dirigidas a este último, fazendo política no sentido estrito do termo, suas preocupações recaem particularmente no modo pelo qual Brasília foi construída, nos preços dos gêneros de primeira necessidade, na miséria, na corrupção e no descaso dos políticos com essas situações. Dessa forma, conclama JQ a retomar a candidatura por considerá-lo, além de portador de autoridade, "humano" o suficiente para se sensibilizar com tais problemas.

É possível que esse apelo "humano" da imagem pública de JQ tenha sido reforçado por suas aparições em público com trajes informais. Na figura 18 podemos ver um retrato dele tirado na Guanabara, tratando do desembarque de sua viagem de volta feita a vários países no exterior, que foi publicado na revista *Manchete*. A fotografia não aparece com o nome específico do fotógrafo que a tirou. Apenas vêm junto dela os nomes dos fotógrafos da revista que estavam no evento, sendo eles Gervásio Batista, Jankiel e Gil Pinheiro. JQ é retratado ali sorridente e em estilo triunfante em meio a uma multidão que o saúda, destacando-se uma vassoura que se projeta logo abaixo dele. Ele usa os cabelos em desalinho e porta camisa-esporte, "bem à moda populista", como se lê no anúncio da reportagem que acompanha o retrato. Nesse caso, a relação direta entre o líder e a multidão, se acontece de uma forma emocional, com os "frenéticos aplausos da multidão", é estabelecida também de um jeito informal, de modo a sugerir uma maior proximidade e compreensão do primeiro em relação à última.

É o olhar de muitos opositores de JQ, acerca de sua apresentação em público com tais trajes, que identifica nisso uma dubiedade de suas posições quando diante de platéias distintas. Nesse sentido, o deputado Carvalho Sobrinho comenta na Câmara, em 21 de outubro de 1959, as críticas de JQ àqueles que elogiaram a disposição do Marechal Lott em renunciar em nome de uma "candidatura de união nacional":

> "Por que não veio êle à tribuna desta Câmara dizer aqui o que lá fora disse, depois de receber uma enérgica reprimenda do primeiro editorial de hoje do 'Correio da Manhã'? Êsse conceituado jornal aplicou-lhe a palmatória pùblicamente para mostrar a tibieza do herói de tantas divas que aqui chegou da Europa em trajes ligeiros, depois apareceu no *society* carioca exibindo o melhor figurino de Londres e ainda recentemente, numa dessas noitadas que não podem ser descritas nesta Casa - porque aí V. Exa. me cassaria a palavra - pôs-se a exibir os seus conhecimentos dos melhores costumes asiáticos, numa postura típica dos eflúvios do mais vigoroso saquê.(...) o Sr. Jânio Quadros, depois de uma declaração dúbia e à sua imagem e semelhança, talvez por outrem escrita (...) vem dizer que os que aplaudem a atitude de renúncia do Marechal Lott defendem o próprio ventre, entre êles incluindo, indiretamente, o do Sr. Presidente da República. Pergunto agora que existe no ventre do Marechal Lott? Êle é um todo da dignidade tradicional de um chefe das Fôrças Armadas. Até hoje levou vida ilibada, de cidadão prestante, pai de família exemplar, católico apostólico romano praticante, enquanto o Sr. Jânio Quadros é justamente o contrário disto: tergiversador, homem que vai mesmo ao Papa e a Tito, com a fisionomia mefistofélica e mutável dos que não pensam com a cabeça."[184]

A questão a ser colocada a este texto é se essa aproximação da aparência de JQ com à do cidadão comum era percebida como manifestação de falsidade ou ambigüidade do candidato pela população. Ademais, é preciso que nos interroguemos também sobre se tal imagem contribuía ou não para canalizar alguma proposta de governo. Isso poderia destacar ou reforçar aspectos das propostas associadas à tradição da democracia cristã, à qual JQ estava ligado, com relação à sensibilização dos governantes na questão da valorização do homem junto do desenvolvimento econômico?

Por ora, fica sugerido como essa humanização da representação do candidato, no sentido de aproximá-la do cidadão comum, era compatível com a figura do herói salvador. Trata-se de uma faceta de sua imagem que o qualificaria para se sensibilizar com os problemas e dramas alheios. Desse modo, na carta do garimpeiro José Moura Andrade, enviada de Campo Grande-MT, em 20 de setembro de 1960, há a seguinte interpelação:

> "Dr Janio (...) Atualmente estou no garimpo do Alto Paraguai, em local denominado 'Buriti' afim de ganhar o pão de cada dia uma vez que no estado de Mato Grosso os salários são os mais irizórios. O garimpeiro é o elemento mais desprezado e esquecido sem agremiações sociaes, ou entidades de previdencias sociais ou sindicatos que zelem pelo seus direitos, em

[184] *ACD*, 21. 10. 59, p. 400-4001.

sua maioria ainda lhe confiscam as pedras (....) que (...) com sacrificio e abstinencia de alimentos é muito natural ver-se um pae de filhos menores, sucumbir de endemias, febres, ou inanições ficando sua familia numerosa a mingua sem o devido amparo, e dali surge a prostituição, filhu de garimpeiro não vae a escola de folma alguma devido as distancias dos garimpos.(...) eu fiz no anonimato, uma peregrinação, de garimpo em garimpo, as minhas expenças com meus parcos recursos financeiros, viajando a cavalo, em onibus, a pé, expondo sua propaganda, Cartilha, cartazes etc. fornecido por elemento da U.D.N. (menos dinheiro) nas minhas palestras com o garimpeiro, falando sobre a sua promeça em Cuiabá sobre a malfadada F.A.G. (...) bem sei que durante os mezes de julho a setembro, eu propositalmente prejudiquei o meu trabalho, nada ganhando (...) mais não me importa o prejuizo, mas ganharei muito mais com a sua enevitável Eleição, quem sabe se V. Excia. me protegerá lembrando deste humilde ser humano, que lhe venera como se venera a Deus, se eu merecer a sua confiança lhe daria o meu sangue (...) V. Excia é o Ante-Cristo da era do Seculo XX (...) juntos reergueremos o nosso querido Brasil com o pulço de aço de JANIO QUADROS."

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o remetente deixa implícito que gostaria de ser beneficiado com alguma espécie de ajuda de JQ. E não vejo como isso desqualifica o restante do conteúdo da carta, em que ele demonstra seu entusiasmo e empenho na divulgação da candidatura dele, conforme já vimos no capítulo anterior. São particularmente interessantes os argumentos que ele utiliza para solicitar o benefício, calcados na idéia de seu desamparo frente ao Estado ou qualquer sorte de agremiação. Quer sejam verdade ou não, tais colocações exprimem a imagem atribuída a JQ por ele: um político que pode se sensibilizar com tal situação e intervir para resolvê-la com a concessão de uma benesse. Com uma apropriação peculiar de um tema do imaginário, o remetente considera-o como o "Ante-Cristo da era do Seculo XX", que nesse caso não é alguém que trará o caos e a desordem, mas o salvador.

De forma semelhante, Piedade Vanucci, de Sorocaba-SP, em 4 de outubro 1960, declara que JQ pode se sensibilizar com o seguinte pedido:

"O snr há de pensar que falo assim por causa do pedido que faço. absolutamente. Digo e direi sempre. O snr é a salvação do Brasil. (...)
Snr presidente vou fazer-lhe o meu pedido.(....)
Snr presidente somos pobres, com muito sacrificio e economias consegui formar a filha mais velha. é professôra (...)
Formou-se pelo ginasio do estado é professora competente pois nunca teve proteção nem arrimo de ninguem
Dizem que pobre não tem vez, o que consegue é com suor mesmo. É o nosso caso. Ela quer desistir do magisterio. Quer trabalhar na fabrica. Não me conformo; então tanto estudo tanta luta e para que? Ah si o snr desse a mão. (...)
Ha tanta filhinha de papai com tanto dinheiro que nem precisam trabalhar, mas por meio de um deputado ou qualquer politico de prestigio conseguem com a maior facilidade. (...) Snr presidente a caridade é a mais bela virtude sem ela não ha salvação.(...) O snr é caridoso."

Por meio da expressão de que JQ é a "salvação do Brasil", a missivista pede-lhe a concessão de um favor à sua filha na forma de um emprego. Em meio a isso, chama especial atenção que a imagem do salvador da pátria venha intimamente associada ao atributo de que JQ é um homem "caridoso"; ou seja, alguém que pode compreender sua situação e ajudá-la.

Já na carta do funcionário público Raul Martins Rodriguez, de Itaperuna-RJ, em 3 de outubro de 1960, o homem providencial é visto de outro modo:

> "São 5 horas da manhã, daqui a 3horas irei cumprir um dever civico.
> Irei depositar na urna (...) um voto dado com consciencia.
> Um voto dado pela redenção de nossa Patria. Um voto que entre os milhares que o Sn. irá receber hoje, servirá para varrer deste Brasil (...) que ha tantos anos vem sofrendo nas mãos de governos corruptos, de governos desonestos, de homens que vivem por si e para si(...)
> Infelismente não pude atuar diretamente na sua campanha, mas mesmo assim fiz o que poude. Sou um humilde funcionario publico federal D.C.T. e talves se eu tivesse me entregado a fundo na sua campanha, não estaria mais na terra que me serviu de berço: Itaperuna E. do Rio terra dominada por homens poderosos.
> Mas tenho certesa que, dentro de mais algumas horas a maioria dos brasileiros como eu estarão fazendo uma pequena cruz diante do nome daquele que será o nosso chefe do PREDESTINADO (...)
> Quero pedir ao Sn. V. que faça igualdade entre os brasileiros, pois a desigualdade é muito grande, eu por exemplo funcionario de quasi 11 anos ganho 5. 400, 00, no entanto na mesma repartição minha ha funcionario de 4 meses ganhando 30 e 32 mil cruzeiros (capacidade relativa) é isto o que quero lembrar a V. Excia. iguale o povo porque o povo é igual (...)"

Nesta passagem, ao considerar JQ como "predestinado" com destaque em letras maiúsculas, o funcionário público demonstra confiança nele por tomá-lo como um homem que acabará com a arbitrariedade no âmbito da política e da sociedade. O que ele entende por isso vem expresso em seu relato, ao declarar sentir-se prejudicado pela disparidade de vencimentos em sua repartição, pois nota que funcionários com menor tempo de serviço possuem um salário maior do que o seu. Assim, partindo de uma concepção particular de "igualdade", o missivista sugere que o tempo de serviço é o critério justo para o aumento de salário em cargos públicos e que JQ pode se sensibilizar e atendê-lo nessa demanda. Comparando este último exemplo com os dois anteriores, talvez o risco seja o de vislumbrarmos um comportamento político apenas no caso em que as relações entre o governante e a população são mais despersonalizadas, deduzindo de propostas mais tradicionais meras expectativas clientelistas e a-políticas, assunto que aprofundaremos no capítulo seguinte.

Em alguns casos, a idéia de salvador da pátria era associada ao cumprimento de medidas políticas específicas. Isso pode ser visto na carta de Marcizo Cavalcanti, enviada de Juiz de Fora-MG, em 30 de janeiro de 1960:

> "Para salvação da pátria (...) eu vos peço senhor Deputado Jânio Quadros que, no caso de saídes vitorioso desta campanha (...)
>
> Queira V. Excia. dedicar êsse quinquênio como princípio de redenção da nossa pátria, ora destroçada.
>
> Eis o que o povo brasileiro aspira:
>
> 1°Moralização total dos nossos costumes.
>
> 2°Queremos sindicâncias nos feitos dos govêrnos passados e confiscos dos roubos que fizeram à nação.
>
> 3°Queremos nacionalização e processos eficientes de produção na lavoura, na pecuária, indústria e comércio.
>
> 4°Queremos igualdade de direitos no que se refere à divisão de emprêgos públicos, federais, estaduais e municipais.
>
> 5°Fiscalização no tocante à ocupação de mais de um emprêgo por uma só pessoa, apadrinhada e sem competência e aptidão.
>
> 6°Dar à velhice maior assistência social.
>
> Queremos o efeito vigoroso da vossa vassoura para expulsar os intrusos e os vendilhões da Pátria."

Como se vê, ao esperar pela "salvação da pátria" o missivista conclama JQ a aumentar a presença do Estado na sociedade, para com isso promover uma maior regulamentação dos costumes e da administração pública, combater a corrupção e ampliar a rede de proteção social.

Na missiva do "simples operario" Wilson Rocha, de São Paulo-SP, em 16 de janeiro de 1960, há uma pequena pauta de pedidos:

> "Cordeaes Saudações Cristã(...)
>
> So um simples operario, mas que estava até agora pensando em externar minha alegrias pela a inédita vitória que obeteve a V. Exa. (...) para a salvação de nossa patria.
>
> Dr. Janio! Se a V. Exa., desse a um privilegio a um Brasileiro, qualquer de um pedido, dois ou três, até, quatro e se por providencia Divina, fosse eu: pedería 4 cosas.
>
> 1˚ Pediria a Deus pela Vossa proteção
>
> 2˚ Mães e crianças choram ao tomarem o suburbio E. F. C. B. V. Exa banir esse aperto
>
> 3˚ O pai e mãe, vão para o serviço, as crianças ficam, pelas ruas ou bares aprendendo as maiores miserias; não vale mais uma Alma que o mundo tudo?(...)
>
> 4˚Que todos Brasileiros sejam sindicalisados por lei, cada qual na sua profissão."

Ao considerar que a vitória eleitoral de JQ implicará na "salvação de nossa patria", o autor considera-o como alguém que pode se sensibilizar e oferecer um tratamento mais digno para ele sua família, como melhores condições de transporte e maior intervenção do Estado na educação de seus filhos e na organização do mundo do trabalho.

Em carta de Clécio Motta Espezim, que se diz funcionário do Banco Nacional do Comércio S. A., de Jaraguá do Sul-SC, em 13 de outubro de 1960, há outra pontuação de expectativas:"Felizmente hoje, temos certeza de um novo homem para o proximo ANO - homem de bem, de caráter, honestidade e de personalidade (...) Não esquecemos que V. Excia, é o homem que Deus o enviou, para a nossa SALVAÇÂO.(...) Eis o BRASIL em suas mãos, para que possamos viver doravante feliz - com espirito descansado, com páz graças a nósso Bom DEUS, que nôs enviou. (...) Esperamos que V. Excia. lógo após de assumir a Presidência, ataque imediatamente a infração, que nos amedronta. e, que paralize os Arranhacéus nas Selva de nósso BRASIL.". O remetente associa a imagem do salvador àquele que pode atender duas medidas específicas, como o combate à inflação e a paralisação da construção de arranha-céus. Esses pontos evidenciam particularmente os temores do missivista quanto às transformações pelas quais passava o país rumo a uma maior industrialização e urbanização, e a esperança de deter ou ter maior controle sobre esse processo por meio da atuação política de JQ.

Enfim, ao que tudo indica é muito simplista tratar a concepção de JQ enquanto o salvador da pátria como indo na contramão de perspectivas como a presente na missiva de Marcello Campos, do Rio de Janeiro-RJ, em 28 de julho de 1960:

> "Em meio a esta campanha sucessória, encontramos um povo descrente, apático, e porque não dizer, desencantado dos partidos e dos políticos. Nenhum interêsse o move, nem mesmo o ódio que, em vão, tentaram-lhe plantar no coração, através de intrigas e difamações, tão criminosamente assacadas e difundidas contra aqueles justamente que pregam a democracia cristã, na qual, todos, sem distinção de raça ou côr, e mesmo de convicção política possam trabalhar, dando cada um, em seu mister, o melhor de seus esforços, para fazer de nossa Pátria a maior democracia do mundo, e, de nosso povo, o mais evoluido, no sentido comum de colocar acima de tudo o bem coletivo.(...)
> Lembrem-se os políticos e homens públicos que por hora, o povo ainda respeita alguns de seus líderes, tendo neles a fé necessária para segui-los mais uma vês. Reflitam esses cidadãos na imensa responsabilidade que agora lhes cai sôbre os ombros, conservando-se dignos desse povo (...) não pensando nesse povo como se o mesmo fosse um rebanho de carneiros fáceis de dividir, para governar.
> O brasileiro ninguém mais divide. Ele sabe o que quer. Não o enganem de novo. (...)
> O melhor tratamento é feito pela terapêutica preventiva, e, neste caso, permitam-me sugerir - Dêm a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus. Dêm ao povo o que lhe é devido e a Deus o que lhe pertence. Na democracia o povo é Cezar. Ele deseja receber o tributo que lhe é prometido nas campanhas eleitorais. Ele deseja receber benificios coletivos de impostos coletivos, e não demagogia governamental(...)"

Ao mesmo tempo em que procura traçar um quadro de profundo desencanto entre a população acerca dos políticos em geral, o missivista assevera que "o povo ainda respeita

alguns de seus líderes", demonstrando nisso ainda possuir certo apreço pelas instituições vigentes, sob a condição de que arbitrariedades e atos de corrupção cheguem a um termo no futuro. A última frase do trecho da carta acima é particularmente interessante por explicitar uma divisão entre a esfera religiosa e a política. A respeito desta última, o autor compreende ser o "povo" tanto a fonte do poder quanto o beneficiário de suas realizações, na medida em que o mesmo almejaria obter "o tributo que lhe é prometido nas campanhas eleitorais" e 'benefícios coletivos de impostos coletivos". Uma vez que projeta estas expectativas na figura de JQ, o missivista exprime o quanto sua adesão a este último está relacionada a uma perspectiva tributária, em grande parte, de uma concepção secularizada de poder. E não foi possível constatar também, conforme visto anteriormente, como perspectivas similares a esta podiam ser enunciadas através de temas do imaginário, como as figuras do Messias ou do salvador da pátria?

Assim, a análise anterior evidencia o quanto a imagem do homem providencial estava sujeita aos mais diferentes usos e apropriações pelos mais diversos grupos sociais. Como os adeptos do conceito de populismo freqüentemente sustentam, era mesmo possível que tal figura servisse a propósitos autoritários e propostas de fechamento do regime democrático. Por outro lado, essa imagem muitaz vezes foi empregada para veicular insatisfações em relação ao modo pelo qual as autoridades conduziam a administração em diversas esferas do poder político, pedidos de favores e expectativas definidas de mudança na condução dos negócios públicos.

3.3 – O líder na intimidade

A noção de carisma, por mais que esteja associada a elementos míticos ou sagrados, no caso de JQ também era composta por uma faceta humanizada, como se pôde ver, no sentido de que o mesmo era freqüentemente vislumbrado como alguém suscetível de se sensibilizar com os menores dramas pessoais. E não poderíamos pois supor que elementos do que seriam sua intimidade e personalidade foram objetos das discussões públicas, como empecilhos ou qualificativos acerca de sua atuação enquanto governante?

Richard Sennett identifica esse fenômeno na política, de modo geral, como uma das conseqüências do processo de individualização presente nas sociedades modernas[185].

[185] Richard SENNETT. *O Declínio do Homem Público*, *passim*.

Segundo ele, cada vez mais afastadas umas das outras e voltadas para si, as pessoas passaram a buscar nos líderes políticos qualidades pessoais e humanas, ao invés de se preocuparem com códigos de significação impessoais, baseados nas propostas e atuações públicas deles. R. Sennett fala assim da sobreposição do imaginário privado sobre a vida pública, com o conseqüente desinvestimento desta última. Sobre essa perspectiva, concordo com a crítica de Gilles Lipovetsky no que diz respeito ao perigo de se deduzir um necessário desinteresse dos cidadãos pela política em função de os mesmos se absorverem crescentemente na esfera privada[186]. Na obra de R. Sennett é notável como o autor concebe a vida pública de uma forma idealizada e estática, de modo que apenas consegue vislumbrá-la num passado remoto e infere a partir disso pelo seu declínio no presente. Assim, seguindo uma trilha semelhante à utilizada por L. Lipovetsky, pretendo investigar a possibilidade de que representações da intimidade de JQ estavam associadas a um rearranjo do debate público de idéias[187].

E, de fato, a representação da intimidade dos políticos era muitas vezes representada como sendo objeto de interesse público. Em reportagem assinada pelo repórter Eurilo Duarte e publicada na revista *O Cruzeiro*, em 12 de novembro de 1960, por exemplo, logo no anúncio da matéria vem a seguinte proposta: "Muita gente conhece o político Jânio Quadros. Agora, 'O Cruzeiro' apresenta o homem que êle é." Alguns hábitos do presidente eleito são então divulgados:

---

[186] Gilles LIPOVETSKY. *L'Ère du vide*, p. 186.

[187] Tal perspectiva, a meu ver, fica melhor esclarecida nas seguintes observações do autor: "O político não se desdobra afastado da sedução. A começar pela personalização imposta da imagem dos líderes ocidentais: simplicidade ostentatória, o homem político aparece usando jeans ou pulôver, reconhece humildemente seus limites e fraquezas, coloca em cena sua família, seus boletins de saúde, sua juventude. (…) A política personalizada corresponde à emergência desses novos valores que são a cordialidade, as confidências íntimas, a proximidade, a autenticidade, a personalidade, valores democrático-individualistas por excelência, dispostos numa ampla escala pelo consumo de massa. A sedução: filha do individualismo hedonista e psy, bem mais que do maquiavelismo político. Perversão das democracias, intoxicação, manipulação do eleitorado por um espetáculo de ilusões? Sim e não, pois se é exato que realmente existe um marketing político programado e cínico, da mesma forma é verdade dizer que as vedetes políticas simplesmente colocam-se em compasso com o habitus pós-moderno do *homo democraticus*, com uma sociedade já personalizada desejosa de contato humano, refratária ao anonimato, às lições pedagógicas abstratas (…) Quanto ao impacto real da personalização design, podemos nos perguntar se ele não é consideravelmente sobrevalorizado pelos publicistas e pelos políticos, amplamente seduzidos eles próprios (…) a sedução aparece como um ambiente *soft*, imperativo e sem surpresa, que epidermicamente distrai um público longe de ser tão ingênuo e passivo como o imaginam muitos dos nossos detratores atuais do 'espetáculo'.". *Ibid*., p. 38. Embora o autor trate em especial de tendências observáveis em anos recentes na política, principalmente em países ocidentais, creio que suas considerações sobre a relação entre individualização e a personalização de lideranças políticas contribuem para iluminar o período e o objeto ora estudados, conforme tentarei indicar com as fontes a seguir.

> "Sinimbu é uma típica rua transvesal de bairro pobre em cidade grande. (...). O número 306 é um salão de barbeiro que nunca teve nome. (...). Com 52 anos de profissão, há 22 o barbeiro Luiz Ratta ali se instalou. Na parede, duas atrações: um velho relógio e uma fotografia cheia de gente. Embaixo, um papel colado explica: a foto é de Jânio Quadros, eleito governador, quando cortava o cabelo com Luiz Ratta, seu barbeiro. Presidente eleito, Jânio Quadros continua indo duas vêzes por mês à Rua sinimbu, onde o espera a tesoura do velho Luiz. E conversam. (...)
>
> Um dia o barbeiro Luiz confessou ao freguês Jânio: estava diante de um grande problema. O filho queria estudar no Rio, mas havia dificuldade de matrícula e taxas. Jânio era governador. Escreveu uma carta e logo deixou de existir o grande problema (...) Quando Luiz Ratta quis agradecer, Jânio perguntou se êle acreditava que o Corinthians ia ser campeão. (...)
>
> Mesmo quando esta no alto, dizem, Jânio Quadros não esquece os amigos. Há provas. Quando o repórter estava no escritório do Advogado Orlando Porreta, houve dois telefonemas: um do Senador Lino de Matos e outro do Professor Quintanilha Ribeiro. Jânio queria ver o amigo. (...) Isso pode significar a nomeação para um alto pôsto federal. Mas há outros exemplos. O Dentista Otávio Vidal de Azevedo é tio de Dona Eloá e padrinho de seu casamento. Com êle, Jânio trata dos dentes desde o tempo do noivado (...)"[188]

Em primeiro lugar, este texto lembra que, mesmo após ter sido eleito para a Presidência da República, JQ manteve contato com grupos que o acompanhavam desde os momentos iniciais da carreira política. O modo como o autor da reportagem representa essas relações, por sua vez, traz à tona a imagem do homem que não se aparta de seus semelhantes quando conquista posições mais elevadas de poder. Da mesma forma, não deixa de se envolver com os problemas dos antigos amigos e de tentar resolvê-los. É alguém que não perde a humildade com o cargo conquistado. Dessa forma, a distinção entre o político e o homem, prenunciada no texto, parece fazer sentido na medida em que os atributos deste último qualificariam o primeiro como um legítimo representante, ou seja, alguém que, eleito, não se desviará dos interesses de seus eleitores.

Esse tipo de leitura pode contribuir para a identificação de como muitas representações da intimidade de JQ veiculavam, sutilmente, qualificativos acerca de sua atuação pública. Isso pode ser notado em trecho da biografia de Viriato de Castro, em que este faz a seguinte caracterização pessoal dele: "Alimenta-se mal. É extremamente nervoso. Não tolera fazer compras, ver vitrinas, ser servido à mesa, a não ser por sua esposa. É simples até a extravagância. Faz a barba em casa, quando não esquece ou não é mais possível deixar de fazê-la. Os cabelos são cortados, igualmente, quando já estão subindo pelas orelhas. Veste-se sem qualquer aprumo, de preferência ternos azuis. Não usa barbatana nos colarinhos e, assim, estes estão sempre enrolados. Quando chega cansado,

[188] Eurilo DUARTE. *"Jânio que eu conheço"*. *O Cruzeiro*, 12. 11. 60, p. 6

deita como está e torna a sair, quase sempre, amarrotado e às pressas. Dorme sempre tarde, nunca antes da uma hora da madrugada. Jamais desata o nó de uma gravata, usando-a até meses seguidos. Quando quer roupas, e isso é raro, compra-as feitas e faz sortimento para todo o ano."[189] Nesta passagem, o autor atribui especialmente duas qualidades a JQ, a saber: as de homem trabalhador e simples. Tais traços, longe de serem o avesso da discussão pública de idéias, conforme já adiantado no primeiro capítulo, estavam em consonância com a imagem de administrador eficiente com freqüência associada a ele; pois cortar gastos e maximizar os efeitos dos rendimentos do Estado com a aplicação de uma técnica "racional" de administração - o que incluía trabalho intenso e planejamento –, parecem ser compatíveis com a caracterização acima.

É curioso o ponto de vista de alguém que tomou contato com o que seria a intimidade de JQ presente na obra de Viriato de Castro. Assim, de Ourinhos-SP, em 6 de novembro de 1959, M. Fernandes declara:

> "Muito pensei antes de me aventurar a escrever-lhe esta carta. Pensava que talvez ela pudesse ser deixada de lado devido quem sabe à imensidão de outras tantas (...)
>
> Estava assim em dúvida quando comprei a última edição do livro de Viriato de Castro intitulado 'O Fenômeno Jânio Quadros'. Lá encontrei passagens curiosas de sua vida de estudante, de pai de família e de politico.
>
> Ví, por exemplo, que V. Excia. é ex-aluno do Colégio Arquidiocesano, do qual orgulho-me de ser também ex-aluno.(...)
>
> Ví que algo nos igualou um pouco como aluno daquele Templo de Virtude e do Saber: nossas notas. Por incrível que pareça nossa média final no ginásio foi a mesma: 5, 5. Espírito irrequieto e às vezes intolerante, quem sabe, deram como fruto aquele quase tangente resultado.
>
> Ví que V. Excia. quando aluno de Direito do tradicional estabelecimento do Largo de São Francisco, era dado à composições poéticas, fruto quem sabe, da saudósa recordação que deixou-nos o inesquecível Castro Alves.
>
> Ví o pai de família que V. Excia é cercando de carinho Dona Eloá e Dirce Maria.(...)
>
> Ví o começo de sua carreira quando ainda vereador junto à Câmara Municipal Paulistana. Quando buscava junto aos humildes de coração a arma que o levaria mais adiante no cumprimento de sua missão: o voto. Frágil, pequenino, mas de tanto significado.
>
> Ví quando V. Excia. expulsou o funcionário relapso, faltoso. Quando V. Excia. exigiu do funcionário que ganhasse realmente seus vencimentos e não apenas os recebesse. Quando V. Excia. jogou por terra toda aquela burocracia a entravar o crescimento do Estado, substituindo os custosos e lentos ofícios por rápidos e eficientes bilhetinhos (...)
>
> Vendo, como ví tudo isso, encorajei-me e puz-me a escrever certo de que V. Excia se dignificaria a ler-me e sentir o que penso, pois o dono absoluto de uma tão brilhante carreira, por certo não seria um homem intangível ao qual não nos pudéssemos dirigir na certeza de sermos lidos.

[189] Viriato de CASTRO. op. cit., p. 46.

> Assim é que tomei a liberdade de oferecer-lhe uma deliciosa 'caninha'. Sei que a grandeza e dignidade da posição em que V. Excia está colocado não será motivo para regeitá-la e assim aposentar nossos genuinos aperitivos em favor dos mais famosos Whiskies Escocêses.
>
> Prove-a. Sinta antes do mais o sabor de um presente simples, porèm sincero.
>
> Próve-a e discutamos, agora, certos assuntos de interesse geral. V. Excia. aí e eu aqui, ambos porèm com um cálice dessa deliciosa aguardente, como se juntos estivessemos numa sala. (...)"

Em meio às considerações do missivista, são colocados juízos sobre as vidas pública e privada de JQ, como se a primeira estivesse intimamente vinculada à última. O autor identifica aspectos comuns entre a biografia de JQ e sua própria vida, de modo que afirma ter perdido por isso os receios de se comunicar diretamente com ele, visto então como acessível. É curioso notar como a psicologização de JQ e o contato com a representação de sua vida privada são condições para o autor interpelá-lo e discutir assuntos públicos, pois apenas depois de ter notado tais elementos é que ele debate, na parte não citada da carta, temas como os problemas do Nordeste, a corrupção na construção de Brasília, a ineficiência da burocracia estatal, estratégias para JQ vencer as eleições e outros assuntos análogos. Em outras palavras, a humanização e a personalização da liderança política, nesse caso, parecem ter sido estímulos ao engajamento do remetente nas discussões públicas.

Outras insinuações da atuação pública de JQ através de sua vida privada podem ser encontradas na matéria publicada na revista *O Cruzeiro*, em 15 de outubro de 1960, por José Amádio. Trata-se de uma reportagem dedicada exclusivamente a ele, após a realização de outras similares acerca das características pessoais dos outros candidatos à Presidência:

> "Por motivos que ainda não descobri, era inimigo da navalha e do pente. (...). O Jânio de hoje, mudou ou foi mudado. Era barbudo, está escanhoado. Era pálido, está rosado. Era triste, está alegre. Era encurvado, está ereto (...). Apresenta-se sempre bem barbeado, bem penteado, bem escovado, bem passado. (...)
>
> Observe-se que estou analisando seu lado humano, e não seu lado político. Brinca-se com um homem, mas não se brinca com suas idéias. (...) Com o político Jânio Quadros não me meto.(...) Êle afirma que vai salvar o Brasil (...)
>
> Ficou em moda ligar o substantivo carisma à personalidade do senhor Jânio Quadros.(...) Tem procurado fugir ao lugar-comum administrativo. Seus bilhetinhos ficaram famosos em São Paulo. Sua administração sacudiu o funcionalismo público. Muita gente tem mêdo dêle e muita gente o admira fundo. Também o chamam de 'messiânico'. (...)
>
> Come mal, bebe muito bem, dorme tarde, acorda cedo, é extremamente nervoso, mas não se considera explosivo.(...) Se é pai autoritário? Não se julga. Se é marido exigente? Pensa que não. Diz que dá à filha e à esposa liberdade de gôsto e preferência.(...)
>
> Considera-se um homem de formação clássica. Foi professor de português, geografia e história. Tem uma gramática expositiva quase concluída. Em economia diz-se acadêmico. Gosta de ler biografias de homens fortes: Bolívar, Lincoln, Bismarck. Detesta fazer compras ou ver vitrinas. Gosta de cães. Tem alguns em casa: Guri e Totó, por exemplo. Nomes bem

> brasileiros.(...). Cachorro nacional tem que se chamar mesmo Joli, Sultão, Jagunço, Tôco. Minha vizinha tem uma cadela chamada Blue Gardenia. Não confio nesse bicho.(...)"[190] (grifos meus)

No texto acima, o autor, apesar de se propor a analisar somente o "lado humano" de JQ, acaba qualificando-o também para o exercício do cargo presidencial, dado que a ele são dedicados atributos como experiência administrativa, carisma e formação cultural. A representação de sua vida privada, por sua vez, também traz implícitos os seguintes qualificativos: os nomes nacionais de seus cachorros seriam um indício de seu nacionalismo; o homem de hábitos modestos e dedicado ao trabalho, aquele capaz de enxugar os desperdícios da máquina administrativa e dinamizá-la; o chefe de família não autoritário, o democrata - claro que com a autoridade inspirada na leitura da vida de "homens fortes"; enfim, sendo "nervoso" mas não "explosivo", teria auto-controle suficiente para governar, posição que fica ainda mais evidente na passagem em que o autor menciona uma alteração na imagem pública dele, visto então como mais asseado e elegante, sinais claros de maiores cuidado e controle de si.

Na figura 19 aparece a fotografia publicada juntamente com a matéria acima em posição central. Nela JQ surge de camisa-esporte branca com os óculos numa das mãos e encontra-se com a cabeça levemente inclinada para baixo, ao mesmo tempo em que sorri e leva a outra mão à cabeça. Tais elementos, ao se referirem a temas como descontração e informalidade, indicam que a foto foi utilizada, durante o trabalho de edição, com o intuito de corroborar algumas assertivas do colunista, no que diz respeito ao delineamento do "lado humano" de JQ. Contudo, tanto o texto quanto a fotografia acabam por formar um conjunto, um acrescentando sentido ao outro, uma vez que o congelamento da imagem de JQ, no momento em que segura os óculos exibindo vestimentas informais e expressão descontraída - e sua exibição junto ao texto com o dito teor -, parece expressar o gesto do líder em despir-se de seu envoltório de político e apresentar-se enquanto homem comum.

Ainda no que diz respeito à veiculação de questões públicas através de sua vida privada, talvez seja interessante notar o modo como JQ era retratado com freqüência junto de familiares, notadamente de sua mulher, Eloá, e sua filha, Dirce Maria. Na figura 20, por exemplo, é possível ver um retrato publicado na revista *O Cruzeiro*, apenas com a menção na legenda de que se trataria de uma cena ocorrida quando JQ era governador de São Paulo.

[190] José AMADIO. *O Cruzeiro*, 15. 10. 60, p. 14-15.

Essa foto foi veiculada numa reportagem tratando de aspectos da intimidade de JQ após a vitória dele no pleito presidencial. Ele aparece no retrato sentado numa cama ao lado de Eloá, tendo sua filha sentada logo abaixo. JQ e sua esposa olham em direção a esta última, e ao passo que Eloá é exibida em posição estática, ele aparece gesticulando com os braços abertos. Tudo indica que o foco em sua posição central na figura, bem como em seus gestos em direção à filha, é uma forma de sugerir que ele toma a iniciativa em lhe orientar algo, assumindo o papel de patriarca. Seria possível levantarmos a hipótese de que a imagem em questão, tanto para o trabalho do fotógrafo e dos editores da reportagem quanto para muitos de seus leitores, não evocava simplesmente um aspecto da vida privada de JQ, remetendo também a qualidades atribuídas a ele enquanto homem público, nomeadamente: a figura paterna que concede benesses ou que possui autoridade para governar e proteger o conjunto dos cidadãos[191]?

Essa leitura era pelo menos possível, a julgar por algumas das expectativas da população em relação aos governantes. É o que pode ser sugerido com um trecho da missiva de Linete Araújo, de Feira de Santana-BA, em 30 de setembro de 1960, na qual a mesma agradece JQ por ter respondido sua carta: "Recebi hoje um telegrama de V. S. que muito me alegrou pôr têr certeza que o Snr. recebeu minha carta, como também pôr ter me dado uma grande esperança de obter uma colocação para o meu querido. (...) Sr. Jânio Quadros, com êste telegrama que recebi de V. S. o Snr. demonstrou que na realidade é humano, é generozo e que é amigo dos pobres. A todos desta humilde rua em que moro mostrei o telegrama e disse para aquelês que me chamaram de idiota pôr ter lhe escrito que o Snr. recebeu minha carta e que me respondeu (...)". O sentido das expressões "humano" e "generozo" atribuídas a JQ pela missivista refere-se à tentativa desta última em estabelecer uma relação paternal com ele, com o objetivo de receber um favor.

De forma semelhante, na carta de Guilhermina da Rocha Freitas, de Floriano-PI, em 25 desetembro de 1960, há um pedido para que "Tutu" intervenha junto a seu pai para a concretização de um pedido:

[191] As seguintes observações de Barrington Moore Jr. contribuem para o levantamento dessa hipótese: "Sentimentos populares não são inclinados a sustentar governantes pautados por uma estrita prestação de contas (accountability). Para ser mais preciso, há uma perceptível tendência em repugnar ou desconfiar de uma autoridade que governa demasiadamente de acordo com o protocolo. É mais provável que a imagem positiva da autoridade seja aquela do pai rude e severo, cujos raros acessos de fúria revelam seu poder para protejer e intimidar 'nossos' inimigos, mas cujas fraquezas humanas também prometem algum prospecto de perdão para 'nossas' transgressões.". Cf. Barrington MOORE JR.. op. cit., p. 23.

> "Primeiramente quero lhe pedir muitas desculpas por eu lhe escrever e por eu tomar a liberdade de tratar-lhe Tutu e você. Chamo-lhe assim e trato-lhe de maneira tão íntima porquê é você filha de nosso querido protetor, Janio Quadros. Nós o queremos muito (...) por quê, foi por intermédio dele que muitas familias do meu Estado, o Piaui recebeu proteção quando das inundações que passamos faz pouco tempo. Quando Governador de São Paulo o seu estimado pai, nunca esqueceu os estados pobres do nosso Brasil; e creio firmimente que (...) êle será o Presidente protetor dos pobres que até hoje só recebeu desprezo por parte dos nossos governantes. Mas Tutu, eu lhe escrevo para lhe fazer um pedido. Que você interceda junto a Dr. Janio Quadros por nós. Sou eu uma moça filha de pais muito pobres. (...) Somos 12 irmãos e a mais velha sou eu. Nada pesso a você para mim, peço que você ajude aos meus queridos pais. Fazendo a eles você por certo estará fazendo a mim. Peça a seu querido pai, para nos mandar qualquer ajuda (...)"

É possível notar neste texto como a remetente lança mão de um tratamento íntimo para com a família de JQ para tentar obter um favor dele, como se houvesse uma analogia entre o pai de "Tutu" e o "nosso querido protetor", ou melhor, um deslizamento de uma definição para a outra.

As representações da atuação da esposa do candidato ou da primeira dama na vida privada, por sua vez, também podiam assumir sentidos importantes na luta política. Isso fica evidenciado a partir de algumas considerações do papel da mulher do presidente na cena pública, como as que se encontram, por exemplo, no texto de Eurilo Duarte publicado na revista *O Cruzeiro*, em 15 de outubro de 1960:

> "Seus maridos, candidatos, apresentaram programas de Governo. E elas, como Primeiras Damas em potencial, também têm suas idéias, seus planos, suas decisões. 'O Cruzeiro' conversou com Dona Leonor, Dona Eloá e Dona Antonieta.(....) *Sabe o que cada uma pensa da assistência social. Como entendem a atuação da mulher na vida do País. E, sobretudo, como agem elas na vida do lar*. O leitor, que soube escolher seu Presidente, pode saber agora qual a Primeira Dama que vai ter (...)
>
> Dona Eloá acompanha Jânio Quadros em quase tôdas as viagens. Mas só faz vida social quando imposta pelos compromissos do marido. Orienta em pessoa os estudos da filha.(...) Dona Eloá se declara interessada pela assistência social e pelas entidades públicas ou particulares que a promovem.(....) As favelas e os mocambos, pragas semelhantes, devem ser exterminadas. Construção de vilas para o operariado é providência que tem prioridade, em seus planos, bem como no programa do marido, com o aproveitamento dos recursos da Previdência Social e da Fundação da Casa Popular. É contra arranha-céus e edifícios de apartamentos. Em Brasília, Fortaleza, Belém, João Pessoa, Recife, Rio, São Paulo, Pôrto Alegre e Belo Horizonte, planeja intensificar o combate à mortalidade infantil (...) Está apavorada com o abandono da criança no Norte e Nordeste, quadro não muito diferente do que viu em Minas, Goiás e Mato Grosso. É apontada como possuidora de hábitos simples e modestos. Não gosta de luxar. Muitos dos seus vestidos e da filha são feitos em casa, por suas mãos. (...) Vai a teatro e cinema, tendo predileção pelo teatro nacional. Fala com todos, indistintamente."[192] (grifos meus)

[192] Eurilo DUARTE. *"Primeira dama vai ganhar novo nome"*, *O Cruzeiro*, 15. 10. 60, p. 7.

Neste trecho, é curioso como o autor imbrica intimamente as atuações pública e privada das esposas dos candidatos à Presidência e da primeira dama ao desempenho de seus maridos no cenário político. Elas são associadas, principalmente, à proposição e gestão de obras de assistência social. Há, ademais, uma clara subordinação da importância de suas atividades públicas às tarefas exercidas por elas no âmbito do lar, de modo que, novamente, a esfera privada emerge como assunto de interesse público. No caso específico de Eloá, além do destaque de suas preocupações assistenciais, cabe ressaltar que os aspectos representados de sua vida privada parecem reforçar elementos centrais da imagem pública de JQ: sua simplicidade parece estar de acordo com o que seria sua acessibilidade e o projeto de "racionalizar" a máquina administrativa; sua predileção pelo teatro nacional, com o nacionalismo; e seu papel de mãe e dona-de-casa, justamente com a autoridade de JQ para governar o país.

Em direção semelhante, em reportagem veiculada na revista *Manchete* e assinada por Artur de Sousa, em 30 de maio de 1959, a figura das mulheres dos candidatos à Presidência recebe o seguinte tratamento:

> "Deflagrada a campanha da sucessão presidencial, agitam-se os partidos em busca de candidatos e fervilham especulações sôbre quem irá ocupar o até agora inabitado Palácio da Alvorada. Há, porém, uma outra sucessão não menos importante. Se o Presidente da República governa o País, há uma autoridade superior à dele, em muitas coisas. Porque, na verdade, não raro ela preside o próprio Presidente e é o seu moderador. Essa importante sucessão é a da primeira dama do País, personalidade cuja intervenção na vida pública vem tornando-se cada vez mais importante, embora se exerça à margem dos embates parlamentares e das encarniçadas competições partidárias. (...) Sôbre ela estão concentrados os mil olhos perscrutadores de uma opinião pública vigente. Não é posto para personalidades apáticas e incolores, de hábitos sedentários ou esquivas a contatos com as camadas populares. Habitando os palácios, é imperativo que conviva também com os que não têm lar. Figura obrigatória dos banquetes oficiais, deve ouvir as queixas dos sem-pão.(...) A sorte de uma candidata já está lançada: a da jovem e simpática Senhora Eloá Quadros. Cada eleitor de Jânio estará também votando nela. Tem já o tirocínio que lhe conferiu o exercício do pôsto de primeira dama de São Paulo."[193]

Como se vê, o autor considera que a primeira dama deve, idealmente, desempenhar um papel na vida pública, contando pois como um critério de grande relevância para o eleitorado escolher seu candidato à Presidência. Segundo ele, a esposa do presidente deve participar constantemente de atividades assistenciais, notadamente no que diz respeito à

[193] Artur de Sousa. *"Primeira Dama"*, *Manchete*, 30. 05. 59, p. 92-93.

solução dos problemas da camada mais pobre da população, a partir de seu contato direto com ela. Ainda que a primeira dama seja retratada como possuindo mais autoridade do que o presidente e como moderadora de suas ações, em muitos aspectos, a representação de seu papel subordinado ao do marido permanece, como no texto anterior; pois suas ações são tratadas como complementares àquelas desempenhadas por ele. Assim, novamente veicula-se, de forma subjacente, a representação da autoridade de JQ para governar o país.

E se as representações da esposa do candidato e da primeira dama contribuíam para veicular mensagens associadas em geral à imagem do marido, o próprio apelo assistencial de suas figuras portava aspirações e expectativas presentes na sociedade. Por exemplo, na carta de Telma Cartaxo a Eloá, de São José da Lagoa Tapada-PB, em 27 de novembro de 1960, há um pedido pautado justamente pela referida reportagem publicada em *O Cruzeiro* sobre a mesma:

> "Diante de tão bôa vontade em que a sra demonstrou pela revista 'O Cruzeiro' na entrevista em que concedeu a Eurilo Duarte de querer ajudar o Nordeste, aproveito o ensejo e faço-lhe um apêlo: ajude a minha terra (...) A minha terra é uma cidadezinha chamada S. José de Lagôa Tapada onde a miséria, o flagelo, o analfabetismo, a tristeza e a dor retrata bem um pouco do Drama do Nordeste.(...) A Sra. ficou abismada com o desprezo das capitais nordestinas e avalie se a sra tivesse visto o abandono das cidadezinhas do interior nordestino, como não teria ficado? (...) o que mais revolta é que essa gente que nos atira pedra não faz nada por nós (...) Realmente, somos um pouco ignorantes mas não do tanto que dizem e se somos ignorantes é porque nunca nos deram nada, nunca fizeram nada por nós.(...) A sra e seu esposo minha boa senhora, demonstraram tanto interesse pelo drama do Nordeste (...) que chego a pensar que vocês são nordestinos tambem.(...) Agora mesmo a mocidade São Joseense está promovendo a campanha do tijolo, do cimento, do cal etc para a construção de um Grêmio. Isso é ideal da mocidade que de diversão sadia a única coisa que possui é esse Grêmio em projeto. (...) Ajude-nos D. Eloá (...) Já que não temos a aventura de possuírmos uma maternidade, um Posto de Saúde dê-nos pelo menos uma, uma verba para o Grêmio e um hospital volante.(...)" (grifos da autora)

Como se vê, queixando-se da ausência do poder público em sua comunidade ao declarar que "se somos ignorantes é porque nunca nos deram nada", a autora vislumbra na figura da primeira dama alguém que pode apoiá-la e assisti-la, com o provimento de recursos para a construção de obras relacionadas a lazer e saúde em sua cidade.

Seguindo uma trilha parecida, Iracema Chaves da Silva, de Recife-PE, apela para o "alto espirito de reconhecida solidariedade humana" de Eloá, em missiva datada de 22 de outubro de 1960:

> "(...)sou espoza de ferroviário aposentado pela RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A,(...) Sua aposentadoria foi em consequencia de mal entendido por parte da Administração

da Rêde, mandando desliga-lo do serviço abruptamente sem respeitar seus direitos adqueridos depois de 41 anos de serviço prestados (...) Sua aposentadoria porém, lhe está causando sério prejuizo nos vencimentos, visto como a Caixa de Aposentadorias dos Ferroviários (CAPFESP) não lhe vem pagando, gratificação de 25% por tempo de serviço, salário de família nem também o abono de 30% instituido em janeiro de 1959 (...)Nem mesmo por intermédio da Justiça, conseguimos gozar dêsses direitos sagrados.(...) Os proventos que estamos recebendo não correspondem as nossas despezas forçadas, pois infelizmente pertencemos a malfadada classe MÉDIA (...) E assim (...) tomei a iniciativa de dirigir a V. Excia, para pedir sua nobre e respeitavel intercessao junto ao nosso Grande Presidente DR. JANIO, no sentido de ser meu espôzo revertido ao serviço ativo da Rêde Ferroviária (...)"

Ao declarar que nem mesmo a "Justiça" é capaz de assegurar seus "sagrados direitos", no que diz respeito ao emprego de seu marido, em outra queixa acerca da ausência do poder público, a missivista considera Eloá como um intermediário eficaz para a obtenção de um favor do futuro presidente.

Sobre a criação e o consumo dessas representações da vida privada de JQ, é possível supor que as mesmas estavam, de fato, em alguma medida vinculadas ao processo de individualização em curso na sociedade brasileira, como identificaram R. Sennett e G. Lipovetsky em outras situações. Uma pista disso surge numa carta de uma das leitoras dos textos de José Amádio, um dos quais foi citado anteriormente, sobre a vida privada dos políticos. Na carta de Rosa Schulte, publicada pela mesma revista, em 15 de outubro de 1960, lemos o seguinte:

" Sua maneira de apresentar as pessoas e os fatos opera imprevistos no sentimento humano. Ficamos querendo bem a êsses ex-desconhecidos....admiramo-los e, de certa forma, amamos aquêle que, de maneira tão sutil, descobre nos seus semelhantes suas qualidades positivas e as traz à luz, reavivando assim a nossa fé nos outros, fazendo-nos sentir as coisas boas que existem.

Lendo-o, acontece-nos uma coisa revificante: sentimos ser uma partícula dêste mundo, descobrimos que também, quem sabe, possuímos qualidades positivas e poderíamo-nos aproximar daqueles que apenas se acham distanciados de nós pelas circunstâncias de nossas vidas, mas aos quais estamos unidos pelos mais estreitos laços de fraternidade. Quebra-se então a camada de gêlo na qual nos havíamos encarcerado e libertamo-nos da solidão em que nos debatíamos...."[194]

Neste texto, ao reconhecer nos políticos qualidades semelhantes às suas, a remetente declara o despertar de seu amor e confiança em relação a eles. Segundo ela, isso contribuiría para acabar com sua sensação de isolamento, fazendo-a sentir-se parte de uma comunidade. E não seria isso pois um indício de que de que o processo de individualização

[194] Carta de Rosa Schulte publicada na revista *O Cruzeiro,* em 15. 10. 60, p. 18.

podia abrir caminho para o rearranjo das relações sociais, com a transformação da figura dos políticos e governantes em pessoas comuns, rumo ao princípio de igualdade tão característico dos regimes democráticos?

Em algumas cartas enviadas a JQ também emergem outros indícios desse processo, com a exibição clara do temor dos remetentes diante das transformações percebidas na sociedade com a penetração de novos valores. Por exemplo, Milton Chaves escreve de Piracicaba-SP, em 3 de outubro de 1960, sugerindo a JQ a reabilitação do escotismo: "A nossa mocidade cada dia mais, engolfada nesta vida hodierna de agitação e corre corre, onde os fatores família, disciplina, ordem, tradição e outros que nos foram caros, são relegados, mais se acentua a necessidade de reascender o 'escotismo', hoje como quê pobres brazas recobertas da cinza do pouco caso e do esquecimento.". Em outro texto, assinado pelo farmacêutico Etienne L Steimeyer e senhora, enviado de São Paulo e datado de 15 de outubro de 1960, há os seguintes votos dirigidos a Jânio e Eloá acerca do casamento de sua filha: "Saudamo-los (...) No dia do enlace Matrimonial de Dyrce Maria, cumprimentamo-los, comprehendendo as suas alegrias de Paes Amorosos, os seus cuidados e aprehensões ao mesmo tempo, nesta terra que, a mentalidade dos homens tornaram-na tão moderna (!), materialista e tão distante de Deus ! (...)" (grifos dos autores).

Entretanto, os sentidos das representações da vida privada de JQ e de sua freqüente personalização talvez não possam ser entendidos apenas em termos do avanço do individualismo na sociedade. Algumas das posições políticas defendidas por JQ, em muitas ocasiões de sua carreira pública, coadunavam-se com tais imagens. Como já vimos no primeiro capítulo, um dos pontos da plataforma dele para a Presidência da República estava relacionado a princípios defendidos pela tradição da democracia cristã: a questão da valorização do homem diante da intensificação da exploração do trabalho na economia capitalista. Por exemplo, no dia 8 de fevereiro de 1960, ele fez o seguinte comentário num programa televisivo no Rio de Janeiro, ao responder se iria cumprir 50 anos em 5 (um dos lemas do governo Kubitschek): "Não nego as metas governamentais, até mesmo as aplaudo. Faço as minhas restrições serias às omissões e erros. Não vejo metas que cuidem do homem, seja no ventre materno, seja na infância, na adolescência ou na maturidade. Observe-se a previdencia social, os mocambos e as favelas. Não vejo metas que cuidem do homem do campo. Êste não merece nem mesmo o amparo nominal da lei. Êste é um paria,

um esquecido, um explorado."[195]. Dessa forma, é possível que a representação de JQ na condição de homem comum tenha sido construída e interpretada, em diversas ocasiões, como uma forma de destacar sua sensibilidade acerca de dramas humanos considerados secundários, diante do que seria o economicismo do discurso e das práticas relacionadas ao desenvolvimentismo.

Essa possibilidade torna-se mais concreta na medida em que tal viés da imagem pública de JQ encontrava certo respaldo entre a população. Desse modo, na carta de Zilda Maria de Serra, enviada de Olinda-PE em 17 de outubro de 1960, é visível um apelo ao presidente eleito nos seguintes termos:

> "Aqui está lhe falando sinceramente uma humilde professora primaria de Pernambuco (...)
> Nós não desejamos grandes 'avanços' Nós não desejamos outra Brasília! Nós não desejamos os prêços de 20 anos atrás!
> Apenas queremos que as coisas não subam da maneira como sobem. Nós queremos mais leite para os nossos filhos! Nós queremos mais responsabilidade dos nossos governos; mais lealdade; mais trabalho e mais visão - e menos política! (...)
> Somos da classe média . Meu marido tem um emprêgo rasoável - e eu contribuo com meu parco salário (Cr$ 4. 900, 00) de professôra municipal - para nossas despesas.
> Temos 4 filhos. O mais velho com 7 anos e moramos em casa alugada (Cr$6. 300, 00)
> Quando meu espôso tem um bom aumento - como agora - e ficamos contentes porque vamos melhorar - continuamos no mesmo nível! Porque os gêneros aumentam demais e a contribuição do Instituto também aumenta. (...)
> E continua êste odioso círculo vicioso indefinidamente. (...). A nossa família é apenas uma. (...) Iguais a nossa, há milhares. E piores que a nossa, há centenas de milhares. Mas esperamos, esperamos de todo coração que afinal haja um Presidente humano e objetivo.(...)." (grifos da autora)

Identificando-se com a "classe média", a missivista demonstra ao presidente eleito sua insatisfação quanto à percepção de imobilidade social de sua família e seu grupo social. Diante disso, é curioso como ela solicita a JQ para que faça "menos política" e seja um Presidente "humano", ou seja, alguém que se sensibilize e ponha fim na situação mencionada; ao invés de se concentrar simplesmente na construção de grandes obras públicas, em referência à administração então vigente no país.

A associação da imagem de JQ com a valorização da dignidade humana aparece explicitamente na carta de um grupo de estudantes e bacharéis de ciências contábeis e atuariais da Universidade de São Paulo, em 27 de maio de 1960:

> "estamos cansados de tanto ouvir falar sôbre bens materiais, desenvolvimento econômico, como se fôsse tudo isso o fim último de uma civilização que se intitula cristã. Aprendemos,

[195] Vidal dos SANTOS & Luiz MONTEIRO. op. cit., p. 149.

com nossos mestres, na Universidade, que o desenvolvimento econômico de um povo não é senão meio para que fins superiores sejam atingidos. (...)

É por êsse motivo que vemos com satisfação imensa o carinho que V. Excia. tributa aos trabalhadores, pelo muito que o trabalho representa para V. Excia.

E isso é puro espírito cristão.(...)

Agrada-nos saber que é V. Excia. defensor impertérrito dos direitos dos que trabalham. Dentre êsses direitos, avultam aquêles à aposentadoria, à segurança e proteção da família, para citar sòmente alguns. (...)"

Como se pode ver, os remetentes questionam a retórica desenvolvimentista do governo Kubitschek, acusada de ser excessivamente materialista e de não se importar com o desenvolvimento do homem. JQ, por sua vez, é visto como alguém que se preocupa com a proteção dos mais desamparados.

Uma perspectiva semelhante pode ser vista na missiva de Benedito Banêlo, enviada da favela João Cândido- RJ, em 20 de outubro de 1960:

"Talvez que V. S. não tenha lembrança da ultima carta que lhe escrevi, na qual era endereçada ao candidato Janio, nela eu depositava toda esperança na sua vitória de todos nosso amargurado povo e particularmente nois os FAVELADOS com a queda desta corrupção acreditamos em suas palavras ditas aqui na João Candido (...) já fômos inludidos por muitos politicos, porque até então as favelas tem sido pastos de votos, de politicos sem escrupolos que tripudiam sobre nossas desgraças, este que vós escreve não deseja nada absolutamente de beneficios, só desejo que Deus ilumine V. S. para fazer um bom governo, esperamos V.S. não seguir os passos dos vossos antecessores, que só falavam em desenvolvimento, energia transporte etc. Reconhecemos que tudo isso é bom e util, e o homem? Uma nação é realmente forte com o povo com fome e nú? Estas estradas modernas servirá apenas, para legiões de famintos passarem....não Senhor Presidente não siga o caminho da fome, cuide do homem, e é só. (...)

N. B. Se esta carta merecer resposta não escreva para favela porque o carteiro não entregas cartas e favela

Endereço -Benedito Banêlo - aos cuidados de Antonio Magalhães - Portaria Hospital G. Vargas (...)"

Neste texto, sentindo-se excluído da cidadania plena, entre outras coisas, por nem mesmo ter cartas entregues em sua casa pelo poder público, o autor questiona o curso do governo por considerar que este se preocupa demasiadamente com o desenvolvimento econômico e não dar atenção suficiente às condições de vida da população em geral. Ele vislumbra em JQ, por outro lado, alguém que pode valorizar e cuidar do homem.

Enfim, na carta de Luiz Cassano, de Botucatu-SP, em 4 de outubro de 1960, há os seguintes apelos ao presidente eleito: "Sinto-me orgulhoso hoje. (...) Tenho 60 anos de idade, estou com pequena casa de tecidos, fis muita força na sua eleição, aqui neste grande reduto, que pode-se dizer a VILA MARIA de S! Paulo!. Sr. Janio (...) Faça um governo

humano como tens apregoado, para mostrar que ahinda tem homem culto nesta terra! Acabe com a camorra dos solapadores dos cofres públicos, acabe com os demagogistas baixos! Botucatu tambem te elegeu! (...)". Além de solicitar a JQ que combata a corrupção na administração pública, é digno de nota o apelo do autor para que o mesmo faça "um governo humano como tens apregoado", numa indicação de correspondência entre elementos do discurso janista e expectativas do rementente.

Assim, as representações da intimidade de JQ e sua humanização, longe de apenas darem conta de satisfazer a curiosidade de pessoas envolvidas num processo de individualização, portavam freqüentemente sentidos políticos. Podiam tanto veicular assuntos públicos, implicitamente, quanto reforçar aspectos do discurso janista, especialmente no que diz respeito a pontos do ideário democrata-cristão. Foi possível constatar também que a personalização do líder, em diversas ocasiões, contribuiu para estimular as discussões públicas.

3.4 – Da cólera do anjo vingador à civilização do líder

Um outro aspecto das tentativas de se aproximar a imagem pública de JQ de uma pessoa comum diz respeito às recorrentes representações de suas fraquezas humanas, em especial o que seriam sua dificuldadea em conter as emoções. Isso vem freqüentemente indicado nos enfoques em sua gesticulação vivaz, suas roupas e cabelo em desalinho e suas irrupções de cólera. Um expediente muito comum para se interpretar essa questão, seja entre partidários, inimigos ou na própria historiografia, reduz-se à identificação de defeitos e qualidades em sua personalidade. Diante disso, não seria mais interessante investigarmos se havia alguma relação entre esse debate e tentativas de se canalizar paixões na sociedade ou de se avaliar a capacidade do líder em governar?

Um caso em que essa discussão é conduzida de maneira favorável a JQ pode ser visto em trecho do folheto de propaganda para a campanha presidencial *Jânio: o homem que não tem preço*, de Ofélia e Narbal Fontes:

> "Acusam-no de homem impetuoso, de indignação fácil, intolerante mesmo, e que isso não fica bem num Chefe de Estado. Mas são êsses defeitos, justamente, que o tornam incapaz de acomodar-se com o êrro, de consentir no subôrno, de proteger homens ou grupos escusos, ou de simplesmente aprová-los com sua benevolência...
>
> É impiedoso e áspero, dizem; sim, mas com o corrupto, embora admita a regeneração.
>
> Incriminam-no de fanático, por ser um patriota verdadeiro, que crê no poder da verdade e na fôrça da boa intenção. (...) não há dúvida de que é um homem duro de palavras e atitudes,

> porque tem horror à falsidade (...) exige trabalho eficiente porque é um trabalhador exemplar; defende, até o extremo, os direitos dos menos afortunados porque é verdadeiramente um homem de seu povo (...)
>
> Homem de um só pêso e uma só medida, é rigoroso e pronto na ação (...)
>
> Seu temperamento exaltado pode levá-lo a cometer injustiças: mas sabe reconhecer seu êrro, voltar atrás e restabelecer o direito."[196]

Os ímpetos e explosões emocionais de JQ são admitidos pelos autores. Eles intentam com isso esvaziar as acusações dos opositores dele, que condenam a manifestação de tais humores em homens públicos. Para Ofélia e Narbal Fontes, os impulsos do político em questão revestem-se de um caráter positivo, uma vez que contribuem para despertar sua indignação e seu combate frente a atividades ilícitas. O reconhecimento dos erros e falhas do líder, nesse caso, contrasta com a figura do "líder de massas" estudado por Hannah Arendt em suas reflexões sobre o totalitarismo: "A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou. Além disso, a pressuposição de infalibilidade baseia-se não tanto na inteligência superior quanto na correta interpretação de forças históricas ou naturais essencialmente seguras, forças que nem a derrota nem a ruína podem invalidar porque, a longo prazo, tendem a prevalecer."[197]. No caso de JQ, é preciso investigar em que medida o reconhecimento de suas fraquezas humanas pode ter contribuído para qualificá-lo como intérprete eficiente das forças históricas.

De fato, apesar de seus propósitos claramente eleitorais, é plausível supor que o texto acima dê conta, em certa medida, de remeter a aspectos estritamente pessoais da personalidade de JQ, como sendo alguém impetuoso e irascível. O que o mesmo não aponta é se há algum contato entre tal representação e paixões e temas do imaginário coletivo. Já em discurso do próprio JQ, proferido por ocasião da inauguração de um comitê em prol de sua candidatura, em São Paulo-SP, no dia 28 de dezembro de 1959, surgem algumas pistas dessas questões:

> "é sobretudo ao povo que dirijo particularmente a minha palavra. Neste instante de crise economica, financeira, politica, administrativa, social e moral, aceitar as responsabilidades de uma candidatura é receber um fardo (...) Ai se encontra a Patria resvalando para a miseria, com todas as camadas sociais inquietas. Falta-lhe a confiança no futuro. As leis são desrespeitadas, a produção nacional esta desorganizada, os nossos mercados esfacelados. Ai esta a vergonha da previdencia social, constituindo-se os institutos centros de imoralidades e

[196] Ofélia e Narbal FONTES. op. cit., p. 24.
[197] Hannah ARENDT. *Origens do totalitarismo*, p. 398.

esbanjamentos para beneficio de alguns poucos apaniguados, mas em detrimento e para miseria dos segurados. A moeda se dissolve cada dia, no escandalo inflacionario. A Nação esta combalida, enquanto alguns gozam e a multidão geme. Pois é neste instante sombrio que a maioria governamental, ao invés de procurar soluções para as agruras do povo, encontra-se reunida na capital da Republica para o golpe das alianças partidarias – a soma das legendas – tramando a maroteira à sombra dos Ministérios. Desejo, daqui de São Paulo, mandar uma mensagem a esses políticos cavilosos, que é também uma advertência: (...) cuidado com o povo, porque quando ele se zanga e sua paciencia se esgota, extravasa-lhe a colera. Ai daqueles, então, que incorrem na ira popular. (...) Ouçam o povo em sua marcha pelas ruas e pelos campos, jurado a obter no próximo pleito eleições justas, limpas e democraticas."[198]

Neste trecho de seu discurso, JQ traça um quadro de crise generalizada no Brasil, conferindo um caráter de sacrifício às suas intenções de governá-lo. E, em meio a críticas e propostas de cunho político, ele procura apresentar-se como intérprete das aspirações da população, alertando os políticos em geral acerca do perigo de incorrerem nos efeitos da ira desta última. A mensagem subjacente nessa fala refere-se à sua auto-equiparação à expressão da cólera popular, como agente de mudanças políticas.

Junto da representação da cólera popular, muitas vezes a imagem pública de JQ vinha associada ao personagem imaginário do bufão. Assim, em trecho do livro de Viriato de Castro sobre a vida do mesmo, quando o autor define o significado da vitória do biografado na eleição para a Prefeitura de São Paulo, são delineados os seguintes contornos:

"Era o despertar de fôrças surdas e inconscientes. Uma onda social em crise que se cristalizava, vivia, respirava, expandia. Naquele movimento cívico singular, expontâneo, formava-se uma nova mentalidade social e política contra um estado de coisas já superado, mas teimosamente mantido por velhos e surrados políticos profissionais.

Jânio representava o protesto do povo.(...)

É preciso que se compreenda que Jânio era um homem pobre, humilde, simples, saído do nada, vestindo-se desleixadamente, cabelos revoltos, trazendo no rosto todos os sofrimentos e desenganos de todos os Jânios, nas mesmas condições, que existiam nos bairros populosos da Capital paulista, de todos os cidadãos espoliados, traídos, enganados centenas de vêzes por políticos bem parecidos, bem vestidos, bem postos, cuja linguagem além de transparecer falta de sinceridade, era muitas vêzes mesmo cínica, engraçada, anedótica ou apenas simplesmente acadêmica. (...)"[199]

Neste texto, fica patente a intenção de Viriato em considerar o que seriam os ímpetos e excentricidades de JQ como uma manifestação espontânea dos descontentamentos da população; e o que seria tal espontaneidade, num aparente paradoxo,

[198] Vidal dos SANTOS & Luiz MONTEIRO. *Diário de uma campanha*, p. 129.
[199] Viriato de CASTRO. op. cit., p. 70-71.

acaba por despersonalizar a própria imagem dele, ao tratá-lo como alguém que traz "no rosto todos os sofrimentos de desenganos de todos os Jânios". Apesar de não denominar JQ como bufão nas linhas anteriores, o autor parece invocar o personagem imaginário de um modo similar a Georges Balandier, para quem ele: "mostra que as distinções e classificações impostas pela sociedade e pela cultura podem ser desfeitas (brouillés); parece desconstruir afim de reconstruir de outra forma; cria na desordem; apresenta uma imagem maluca e heróica da aventura individual conduzida fora das convenções sociais. (...) Seus excessos rompem as censuras mais constrangedoras, às vezes até o extremo da obscenidade e da violência selvagem"[200].

Diante das considerações anteriores, tudo indica que a associação da imagem pública de JQ a paixões como a ira e a cólera populares, bem como à figura do bufão, guardava um viés marcadamente politizado. Em alguns momentos, seus rompantes representariam o transbordamento da insatisfação e do descontentamento dos setores mais injustiçados da população, rumo à implementação de mudanças em seu benefício. Em outros, suas incontinências frente a atividades ilícitas praticadas no âmbito da sociedade o impulsionariam a promover o império da lei. Em suma, essa faceta humana de JQ, com suas explosões emocionais à mostra, muitas vezes vem carregada com conotações relativas a transformações políticas.

Esse ângulo da imagem de JQ, contudo, era constantemente tratado como loucura ou falta de controle por seus adversários e inimigos. Ele "perde com extrema facilidade o controle emocional quando enfrenta uma situação que não lhe é cômoda", declarou o Marechal Lott num dos momentos da campanha presidencial em que JQ o criticava em razão de ele admitir abandonar a disputa a favor de um nome de "união nacional"[201]. Ainda sobre o mesmo episódio, o deputado pessedista Abelardo Jurema pronunciou um discurso na Câmara dos Deputados cujo trecho é reproduzido adiante:

> "Podemos fazer retrospecto. (...). Muitos dos seus representantes procuraram no estrangeiro ouvir o Senhor Jânio Quadros. (...) exaltou a vida política brasileira, louvou o Senhor Juscelino Kubitschek e seu govêrno, elogiou a obra de Brasília. Chegou mesmo a reconhecer a nossa capital como realidade. Portanto, não poderia figurar mais na parte das discussões do Sr. Jânio Quadros a realização de Brasília, isto é, se será breve ou a longo tempo.
>
> Suas manifestações sôbre vários episódios da vida brasileira, inclusive os mais recentes, como o 11 de novembro, a Nação inteira conhece. Poderíamos dizer, era o namôro do Sr.

[200] Georges BALANDIER. *Le pouvoir sur scènes*, p. 53.
[201] Vidal dos SANTOS & Luiz MONTEIRO, op. cit., p. 43.

> Jânio Quadros, de além-mar, à vida brasileira, àqueles que aqui representam parcelas ponderáveis das fôrças políticas e militares.
>
> Tudo isso foi esquecido no instante em que eclodiram dentro de si as paixões, no instante em que não pôde controlar sua emotividade (...)[202]

Como se pode notar acima, o deputado explica a referida tomada de posição de JQ frente a uma questão política como fruto do que seria a incapacidade do mesmo em controlar as próprias paixões, em consonância com a opinião do Marechal Lott. Uma acusação freqüente entre adversários e inimigos dele.

É preciso que investiguemos melhor o sentido dessas posições. As figuras 21 e 22 podem ajudar a iluminá-las. Tratam-se, respectivamente, de uma foto do Marechal Lott e de uma série de fotografias de JQ na convenção da UDN, na qual este último foi escolhido como candidato a ser apoiado pelo dito partido. Ambas foram publicadas lado a lado na revista *Manchete*, em 2 de janeiro de 1960, com uma página cada. Os personagens são identificados como as personalidades políticas de destaque do ano anterior. Lott pode ser visto de uniforme militar sentado diante de uma mesa e com um mapa do Brasil por trás de si. Fixado com o olhar oblíquo em relação à câmera, aparece apontando para frente com uma das mãos ao mesmo tempo em que é flagrado com uma expressão séria. JQ, por sua vez, figura em quatro posições que, tomadas em conjunto, enfatizam a movimentação de sua cabeça, suas mãos e seu semblante rumo a várias direções.

Os retratos são entremeados por dois pequenos textos que tratam um pouco do que seria a personalidade de cada um dos candidatos, intitulados "Henrique Lott, o bravo" e "Jânio Quadros, o mais discutido". Neles lê-se uma pequena biografia de Lott desde suas atividades no Exército até sua entrada no cenário político nacional, e um resumo do que seriam as tergiversações de JQ para assumir a condição de candidato à Presidência, com menção à sua renúncia ao pleito e a posterior retomada de sua candidatura: "Os quatro flagrantes retratam suas emoções ao ser indicado seu nome na convenção da UDN", arremata o texto. Dessa forma, o conjunto formado no trabalho de edição busca traçar um paralelo entre as personalidades e trajetórias dos dois candidatos à Presidência e a possível influência desses elementos no governo. Ao passo que o Marechal Lott é tomado como um líder firme e decidido no que concerne aos rumos pretendidos para o país, JQ é

[202] *ACD*, p. 836-839.

representado como um homem inconstante, governado pelas emoções, sem ter, portanto, uma direção definida para imprimir ao mesmo.

O controle de si é um velho tema do pensamento político e das práticas dos governantes. Nos comentários de Claudine Haroche sobre o gestual monárquico -"A mobilidade descontrolada, a excitação, o rebuliço aparecem, (...), como signos de uma despossessão, de uma posição de inferioridade, ao passo que o domínio de si representa a posição de uma superioridade, um elemento central de dominação (...)"[203]. Tais questões pareciam estar também no centro dos debates políticos envolvendo a figura de JQ. Havia uma forte tendência entre seus adversários e inimigos em representá-lo sem o domínio de si como forma de desinvesti-lo de sua credibilidade.

O que deve ser esclarecido é que esse jogo de imagens, por si só, parece não ter sido suficiente para despertar a adesão ou a recusa do eleitorado a JQ. Ao que tudo indica, tais representações eram discutidas à luz de realizações e projetos políticos relacionados a este último. Isso fica evidenciado na missiva de José Onofre de Lima a JQ, de São Paulo-SP, em 17 de julho de 1960, na qual o primeiro critica o Marechal Lott por declarar JQ como louco: "Illmo Snr Dr Janio da Silva Quadros, aqui quem fala é um seu eleitor José Onofre de Lima morador da Penha eu oji Domingo, comprei o Estado, de São Paulo e achei um escrito do Marechal Lott de comicio que fez em Salvador ou Ilhéus lhe atacando dizendo mesmo que o snr é um louco; Se o senhor fosse louco, conforme elle disse, o snr. não chegava nesta altura, Vereadôr, Deputado Prefeito, Paulista, Governador, Paulista e agora Candidato, a Prezidencia da Republica e sera o nosso Prezidente, se Deus quizer (...)". Com isso, o missivista tece suas críticas a tal imagem a partir do princípio de que os cargos públicos ocupados por JQ possibilitavam a representação efetiva dos interesses das pessoas que o elegeram.

Em outra carta, enviada por Nelson Bueno de Campinas-SP, em 30 de novembro de 1959, uma nova crítica ao epíteto de louco é formulada:

> "O senhor sabe daquele ditado que diz asim; Em terra de cego quem tem um olho é rei.
>
> Pois bem o senhor não é nenhum super-homem e nem um Rui Barbosa. Mas neste podre Brasil politicamente falando; o senhor e o unico que tem um olho: E isso com todos os defeitos que dizem que o senhor tem.
>
> E quando alguem diser que o senhor é um louco. Responda orgulhoso veja o que este louco fez em São Paulo. Porque que os que não era taxado de demente nada fez o quasi nada.

[203] Claudine HAROCHE. *Da palavra ao gesto*, p. 36.

> Quando alguem diser que todo mundo tem carater tem uma honra sem macula tem um passado limpo e que todo mundo tem juizo E que somente Janio Quadros não tem nada disso Responda o que o povo responderia numa só voz
> FAÇA COMO JÂNIO QUADROS SEJA HONESTO COM O DINHEIRO DO POVO. REALIZE EM 5 ANOS O QUE NÃO FOI FEITO DESDE DO ANO DE 1500 GASTAR HONESTAMENTE O DINHEIRO DO POVO"

No texto anterior, JQ não é considerado um homem sem defeitos, mas alguém que possui qualidades notáveis para governar. O remetente contesta o atributo de louco conferido a ele através de sua percepção de que o mesmo gastara devidamente o dinheiro público em sua gestão anterior[204].

A essa altura, fica indicado que um dos problemas relativos à construção da imagem pública de JQ, especialmente no que diz respeito ao seu viés humano, foi a necessidade de apresentá-lo como sendo capaz de controlar suas paixões. A imagem de descontrole associada a ele, em várias ocasiões, foi substituída pela figura do político com o controle de si. Tanto ele quanto muitos de seus simpatizantes preocuparam-se em evidenciar uma mudança em sua imagem ao longo de sua carreira, com o propósito de indicar suas condições para governar o país. Assim, na coluna escrita pelo jornalista David Nasser na revista *O Cruzeiro*, em 19 de novembro de 1960, por exemplo, há o seguinte comentário sobre ele em episódio transcorrido durante as eleições presidenciais:

> "A quinta vez que o encontrei, Jânio vestia um terno cortado por alfaiate presidencial. Nunca o vi tão elegante. Com tôda a certeza, a tesoura mágica de um Trotta o vestia para a missão que ele considerava a missão de sua vida, sua estrêla de David, tão sua estrêla quanto a lua é de São Jorge.
>
> Não era o mesmo Jânio que eu conhecera, desgrenhado, nervoso, largado, fremente, vulcânico. Era uma fôrça domada, uma natureza vencida. Qual dos dois, pensei, será o autêntico? O Jânio despenteado, de colarinho aberto, barba por fazer, levando para os comícios um rato dentro duma gaiola, um Jânio que conduzia nas viagens uma bagagem especial de roupas para comício – ou êsse Jânio calmo, tranqüilo, ponderado, que sorria mansamente, que bebia discretamente o seu vinho? Aquêle era a cachaça. Êste era o champanha. Qual dos dois conquistaria a Presidência? (...)"[205]

O jornalista procura sugerir uma mudança na postura pública de JQ: o político que outrora deixava as emoções transparecerem estaria mais contido, conseguindo domar seus

[204] Os comentários de Richard Sennett sobre a questão da apresentação das emoções dos políticos em público são marcadamente negativos: "As estruturas de dominação permanecem particularmente incontestadas quando as pessoas são levadas a eleger políticos que parecem coléricos, como se estivessem prontos a transformar as coisas. Tais políticos estão liberados, pela própria alquimia da personalidade, de traduzir seus impulsos coléricos em ação.". Cf. *O declínio do homem público*, p. 325. Tais afirmações, contudo, só devem ser levadas em conta após minuciosa investigação empírica.

[205] David NASSER. *"Ao homem que entra"*, *O Cruzeiro*, 19. 11. 60, p. 4-5.

impulsos. E as indagações do colunista sobre quem seria o "autêntico" JQ e qual deles alcançaria o cargo presidencial talvez possam ser substituídas pela sugestão de que ambas as imagens circulavam naquelas circunstâncias, e serviram para qualificar ou desqualificar o candidato. Conforme já analisado nas sessões anteriores deste capítulo, as formas disponíveis para a veiculação da figura de JQ, por si só, parecem que não eram o bastante para o convencimento ou o afastamento do eleitorado, servindo antes como instrumentos para pautar o debate e permitindo a enunciação de mensagens distintas.

Com o auxílio de algumas considerações de Michel Foucault sobre a relação entre o controle de si e o governo dos outros, talvez seja possível identificar o que estava em jogo no referido jogo de imagens: "A racionalidade do governo dos outros é a mesma que a racionalidade do governo de si próprio. É o que explica Plutarco no *Tratado ao príncipe sem experiência*: não se poderia governar se não se tem governo. Ora, quem pois deve corrigir o governante? A lei, é claro; entretanto é preciso não compreendê-la como a lei escrita mas sim como a razão, o *logos*, que vive na alma do governante, e que nunca deve abandoná-lo."[206]. Assim, é provável que as representações de JQ com o maior controle de si estejam relacionadas à veiculação da idéia de que ele era governado pela razão e que podia, portanto, governar outras pessoas.

Se JQ compreendeu bem essa questão, ao passar a vestir-se elegantemente e controlar seus movimentos em público, foi preciso também que muitos de seus partidários o representassem como um homem mais contido. Na figura 23, publicada na revista *O Cruzeiro* após a eleição presidencial, podemos vislumbrar uma justaposição de fotos dele em diferentes momentos de sua trajetória pública. À esquerda, ele aparece como vereador, com a barba por fazer. À direita, ele surge em momento posterior de sua carreira, com os cabelos engomados e a barba feita. As palavras sobrepostas sobre as imagens encarregam-se de ligá-las, afirmando que houve uma transformação na imagem pública dele. O destaque do que seria esta mudança é justamente o maior cuidado de si, sugerindo um maior auto-controle do líder.

Diante disso, da mesma forma que as representações de JQ sem o controle de suas paixões ou em estado colérico parecem ter sido discutidas e consideradas mediante suas realizações e projetos políticos, não seria de se esperar que suas representações com o

[206] Michel FOUCAULT. *História da sexualidade: o cuidado de si*, p. 95-96.

controle de si recebessem o mesmo tratamento? Em outras palavras, que a avaliação de seu domínio de si tomasse como base seu passado e suas propostas de governo? Em carta de Wilson Dias Barbosa, por exemplo, enviada de Belo Horizonte-MG, em 25 de setembro de 1960, é curioso como o remetente contesta a imagem de JQ como louco:

> "Sr. Janio Quadros! futuro 'Presidente da República', digo assim, exatamente, porque sinto a revolta das varias classes que compoem o eleitorado brasileiro, principalmente, os trabalhadores (...)
>
> Alguns temerosos da vitória, o chamam de louco. Sim, louco porque eleito acabará com a farsa politiqueira que infesta os quatro cantos do paiz sugando este imprecavido povo.
>
> Sr. candidato eleito a fome e a miséria impera neste rico Brasil, que esta entregue a grupos economico - financeiros, aos trustes Estrangeiros e tubarões (...) sugando a economia popular, enquanto a pobreza morre de fome impiedosamente.
>
> O pobre morre amingua debaixo dos viadutos, na via publica, o analfabetismo impera, a mortalidade aumenta, alimentação escassa, a produção agricola deficiente, o nordestino esquecido, as nossas jazidas de mineiros não se fala. O povo está sendo barbaramente escravizado, enquanto o Governo e as autoridades competentes cruzam os braços, sem ao menos tomar conhecimento. (...)
>
> Assim o eleitorado brasileiro, calejado de verem-se, enganado aprenderam, e (...) encontram em vossa pessoa um sincero defensor do bem coletivo, que trará ao Brasil o progresso. (...)
>
> Portanto, a oposição tomará os rumos deste barco que esta navegando num mar de bandalheiras, e conduzira, pelo caminho grandioso da moralização nacional."

No texto acima, o missivista reconhece em JQ alguém com credibilidade e propostas diferenciadas para a condução do Estado. Não é à toa que o remetente utiliza a metáfora platônica do barco para representar este último, tratando-o como alguém capaz de dirigir o país rumo a um determinado sentido.

Em caso semelhante, Waldomiro Martins envia carta de São Paulo-SP, em 17 de janeiro de 1960, com as seguintes sugestões:

> "Ouvi alguns de seus discursos Sr. Quadros e, sinceramente, não gostei do tom que o Sr. usa. Sugiro-lhe não atacar o governo, pois muito embora a maioria não goste dele; Brasilia 3 Maria e Furnas é algo que todo mundo admira e acha necessário.
>
> Certamente os partidos da situação irão dizer em sua campanha eleitoral que vão fazer isso e aquilo, que o povo precisa disso e daquilo, que a reforma agrária é necessário, que as Cias estrangeiras precisam ser nacionalizadas, que o Nordeste precisa erguer-se, que os Institutos precisam ser reformados etc etc.... (...) Sr. Quadros, não creio necessário serrar os punhos e toca-los sobre a mesa e gritar, creio que basta agir com toda a calma fé e ânimo, perguntando em tom de ironia, e o mais rápido possivel, se eles estão lá a 30 anos, por que dita cuja ainda nada fizeram...etc..Apenas jogando no ar e deixando para que o povo deduza.....pois creio que explicando tudo ao povo eles vão pensar ou dizer que o Sr. acha que eles são ignorantes e que não sabem disso - Muito pelo contrário....eles sabem. (...) assim, o Sr. também será melhor quisto, por que o povo vai ver e pensar que o Sr. os acha um povo inteligente (...)
>
> Por isso Sr. Quadros quero crer que uma campanha com essas alusões ironicas à situação Nacional...com um pouco de bom humor - aliás coisa peculiar no Sr. - e dizendo do que

> precisa o Brasil, sem atacar frontalmente esse ou aquele, seria o ideal, pois o zé povo iria observar que o Sr. tem fé no que apregoa (...) Concite os brasileiros Sr. Quadros a olhar a situação e ver para onde estamos caminhando. - Suscite a responsabilidade no Brasileiro, afirmando que a situação está nas mãos deles, que deles depende melhorar ou não, que deles depende o futuro (...) que no ato deles votar, eles estão pondo rumos ao Brasil.(...) O Brasil está despertando e que o povo é quem vai dissidir o que ele vai ser, pois os votos do povo é que realmente governa, e que o governo é o timoneiro, mas um timoneiro de um barco nada pode fazer sem ajudantes (...)"

Nas linha anteriores, o remetente sugere a JQ que dissocie suas falas e práticas políticas de atitudes violentas no que diz respeito a suas críticas ao governo, sugerindo-lhe que procure despertar a consciência das pessoas através do humor, da ironia e de propostas. Desse modo, invocando também a metáfora do navio e considerando JQ como seu timoneiro, concebe-o como alguém capaz de conduzir o país numa determinada direção. Trata-se de um exemplo muito significativo de que havia espaço entre a população para o tratamento da política enquanto persuasão e convencimento.

O que também parece estar em questão no texto anterior é a legitimidade do cargo presidencial, o qual deveria ser disputado por meio de proposições e debate. Isso aparece claramente na carta de Joaquim Souza Lima, enviada de São Paulo-SP, em 4 de maio de 1960, com um alerta sobre os ataques de JQ ao governo Kubitschek: "Em primeiro lugar, Sr. Deputado Janio Quadros. Tive a ocasião de constatar, algumas pequenas reações, sendo a mesma maioria na parte adversária. (...) Sôbre o desgaste que S. Excia. vem fazendo ao presidente da República, Sim? para nós é de um modo muito construtivo. Mas estamos em vista, de obter muitas adezões, dos nossos adversários. Porisso venho sugerir S. Excia., se possivel contrabalançar os desgastes de acôrdo, com àquela grande frase do Deputado. O Presidente da República,merece o maior respeito de todos os brasileiros(...)".

Nesses casos, os autores concebem JQ como um alguém que pode conduzir o país dentro das instituições estabelecidas. Na figura 24 a imagem do navio pode ser vista novamente na charge assinada por M. Vita e M. Escobar, representando a volta de JQ da viagem que ele empreendeu ao exterior durante a campanha eleitoral. Com a inscrição "Brasil" sobre o navio, o desenho vem acompanhado da seguinte legenda: "O barco, mesmo vazio, vai ser duro de puxar.". Há ainda um pequeno furo no navio, por onde passa um vazamento. JQ aparece à frente dele puxando-o com um pequeno bote amarrado por um cabo. Nessa apropriação peculiar da metáfora do navio para representar o Estado, JQ não

aparece como o timoneiro que pode guiá-lo, sendo imaginado como alguém que, além de possuir um rumo para conduzi-lo, conta com força descomunal para impulsioná-lo. Assim, os autores dessa imagem retratam o que seria a personalidade excepcional de JQ para liderar o país, sem tratá-la como um risco para o rompimento do regime democrático.

Na figura 25 JQ também é tratado como alguém que pode imprimir um determinado rumo ao país. Trata-se de um desenho impresso numa toalha e distribuído pelo país pela empresa Vulcan Material Plástico S. A., tendo sua propaganda circulado também através de revistas como *Manchete* e *O Cruzeiro*. Nele é visível uma homenagem à vitória de JQ nas eleições presidenciais - já com a pretensão de ser um "documento histórico" -, na qual o busto deste último aparece ao centro, numa possível alusão à imagem do governante enquanto cabeça da nação. Ele é representado vestindo terno e com os cabelos engomados. Em seu entorno são vistos, como indica a legenda, elementos que procuram ilustrar sua plataforma de governo. Numa imagem rica em detalhes, podem ser notados elementos como uma balança, livros, um globo terrestre, instrumentos de desenho técnico, uma aquarela acompanhada de pincéis, um trator numa paisagem rural, produtos agrícolas, uma estrada, as comportas de uma represa, postes para a sustentação de fios elétricos, prédios com chaminés, recipientes utilizados para experiências químicas, um caminhão, um trem, um avião, um navio e edifícios.

Tais figuras, de modo geral, indicam ser atributos da justiça, artes e educação, agricultura, indústria, infra-estrutura e construção civil. Os escritos na parte superior da imagem, com a inscrição "A nação se manifestou...", encarregam-se de interligar a figura de JQ a estes elementos, apontado-o como uma opção política associada a eles. Com isso, o tema central da figura surge apontando para o controle da natureza e a transformação do país numa nação moderna e industrializada, com um claro sentido de progresso; e JQ é representado como o condutor dessas mudanças. E é lícito supor, a partir dos exemplos acima, que as mensagenes dessas duas imagem gozavam de ampla penetração e aceitação entre diversos grupos sociais no país.

Dessa forma, antes de incorporarmos explicações comuns na memória coletiva e na historiografia, que conferem grande importância ao que seria o caráter temperamental ou descontrolado de JQ, é preciso que tentemos identificar o sentido dessas imagens na luta política daquele momento. Ao passo que a imagem dele parece ser investida, muitas vezes,

da expressão da cólera popular e da figura imaginária do bufão, como portadora de transformações políticas, seus inimigos procuraram, em geral, deslegitimá-la identificando indícios de falta de controle emocional nele. Ademais, entre as diferentes imagens atribuídas a JQ eram comuns representações suas com o controle de si, claramente dialogando e contestando os casos em que ele é tratado como louco ou descontrolado. Em tais situações, ele surge como alguém que possui auto-controle, autoridade e um rumo para conduzir o país. Como algumas das cartas recebidas por ele sugerem, tais representações eram discutidas entre a população e julgadas à luz de realizações e propostas políticas.

Considerações finais:

Como pode ser notado na análise anterior, a personalidade de JQ, ou pelo menos as suas representações, parece ter sido um elemento de grande relevância para sua projeção política. Suas constantes exibições em contato direto com a população eram um importante estratagema para o despertar de paixões e encantamento em torno de sua figura. De fato, JQ possuía o atributo central do carisma ao ser considerado uma pessoa extraordinária. Isso não deve, porém, ser reduzido a uma relação presente na sociedade em que a adesão dos eleitores ao líder ocorria apenas mediante a espera de que seus problemas fossem resolvidos pela intervenção divina, com o envio de um homem providencial. Essa figura, recorrente nas fontes do período, na verdade, possibilitava o enunciado das mais diversas expectativas e interesses políticos, o que significa admitir que através dela era possível expressar assuntos relacionados diretamente aos rumos pretendidos para o governo e o Estado.

Se a imagem pública de JQ possuía essa dimensão de homem fora do comum, o mesmo pode ser dito de sua figuração enquanto cidadão comum. Apesar desse aparente paradoxo, este último aspecto também atuava no sentido de apontá-lo como uma pessoa extraordinária, uma vez que a posse desse atributo o distinguiria dos políticos comuns, os quais estariam afastados das condições de vida e das aspirações da população em geral. Entretanto, isso não significou a redução da política a um mero jogo de personalidades, pois as representações da vida privada de JQ veiculavam sutilmente atributos que o qualificavam enquanto homem público. Da mesma forma, essa humanização de sua figura coadunava-se com aspectos do discurso da democracia cristã, no sentido de chamar a

atenção para a falta de sensibilidade de muitos políticos com relação ao homem explorado no interior do capitalismo.

Ainda ligada à questão de sua faceta humana, a polêmica em torno das exibições de emoções de JQ em público também transcende a simples avaliação de seus traços pessoais. O que parecia estar em jogo era a mobilização de paixões coletivas, com a representação de JQ como sendo a cólera popular. E cabe destacar que essa figura fornecia o ensejo para a discussão de que se ele seria capaz de conter as próprias emoções o bastante para governar o conjunto dos cidadãos, surgindo ora como um homem descontrolado, ora como um homem com o pleno domínio de si. O que deve ficar claro é que essa contraposição de imagens, mesmo que tivesse papel importante na disputa pelo poder, estava sujeita à discussão e ao debate.

Capítulo 4 – Para que lado pende a balança?: a imagem pública de Jânio Quadros em meio a diferentes conceitos de justiça

"Que me dê a vassoura, símbolo desta campanha, e eu a usarei de Norte a Sul do Brasil. De agora em diante a vassoura é a espada do povo."

(Trecho do discurso de JQ no bairro do Jaçanã, em 25 de fevereiro de 1960. Citado em V. Dos SANTOS & L. MONTEIRO. *Diário de uma campanha*, p. 155)

"Em uma hora que recordei as vossas palavras É mesmo a falta do nosso pai Getulio Vargas que tudo fes para nos os humildes que hoje nos achamos perseguidos e desamparado pelos tubarões. (...). Sou eleitor velho, mas as persiguições dos trabalistas e pessedistas e tão grande que ja fasem 10 meses que estou desempregado, para suprir as nesisidades da casa minha esposa lava roupas quanto que eu fui professor municipal 19 anos 4 meses e 15 dias jogaram-me na rua sem motivos queixei-me ao governador nada adiantou nem vencimentos me pagaram hoje acho-me sem conforto para a familia sem roupas sem calsados sem casa e com dividas de aluguel quero votar mas não tenho meios (...)

Já que V. Exa. apresentou-se como um defensor do povo brasileiro e será nosso presidente peço-vos umas roupas velhas e calsado para que tambem ajude a vos levar nos braços

No palácio do Catete pois com a alta de preços e a persiguições dos tubarões aqui em Cruz Alta tem morrido pobres sem assistencia sem alimento Por que o prefeito só protege os ricos e fazendeiros e os brancos os pobres os humildes e os pretos não tem direito a nada. "

(Carta de Plínio Pereira de Andrade, de Cruz Alta-RS, em 7 de setembro de 1960)

"Aqui o enserramento deixou grande esperança em vossa vitoria; especialmente em um comicio de 25 deste;(...)

Por 3 vezes eu previ vossa vitoria em visão; e espero em Deus que isto aconteça; como espero uma necessaria transformação neste BRASIL que especialmente no nordeste e norte só os ricos são BRASILEIROS: que não erram, por que teem Dinheiro: e para estes só vassoura de Aço."

(Carta de Odilon Oliveira, do estado de Sergipe, em 30 de setembro de 1960)

Um dos atributos centrais da imagem pública de JQ refere-se à idéia de justiça. Em torno de sua figura gravitaram uma série de sentidos para esta última. Ele ora aparecia como aquele que impediria os abusos dos mais ricos e poderosos sobre os cidadãos mais indefesos; ora como aquele que assumiria a figura paterna, provendo seus protegidos com benesses e favores; ora como aquele que estabeleceria o império da lei num ambiente marcado por violências e arbitrariedades. Em quais dessas tendências podemos identificar a ocorrência de manifestações de cidadania e da política?

4. 1 – Estabelecendo alguns limites do contrato entre governantes e governados

Conforme as indicações do primeiro capítulo, a atuação de JQ, no início de sua carreira política, foi constantemente marcada por seu combate a atravessadores de mercadorias interessados em conter e armazenar produtos, com o intuito de provocar a alta

de seus preços e assim obter mais lucros. A princípio exercendo essas atividades no município de São Paulo, estendeu-as, depois, ao restante do interior paulista. Essas ações parecem ter desempenhado um importante papel na conformação de sua credibilidade entre grupos sociais como os trabalhadores e os setores médios naquela região. E o que dizer então de sua ascensão à Presidência da República? Teriam essas questões influenciado a projeção e a consolidação de sua imagem em âmbito nacional?

Em diversas ocasiões da disputa eleitoral, JQ se pronunciou contra o surto inflacionário vigente e as condições assim favoráveis para o aparecimento de especuladores. Por exemplo, em comício no Estado da Guanabara, em 24 de abril de 1960, afirmou o seguinte: "O dinheiro falso que o Governo federal tem emitido, dinheiro falso que desprestigia o Brasil no exterior e leva as nossas populações ao desespêro, êste dinheiro falso não circulará no meu governo. Se emitir, cariocas, se imprimir papel-moeda fôsse edificar-se a economia de qualquer povo, o unico problema seria comprar a melhor maquina impressora. Como não é assim, como o dinheiro inflacionado não será riqueza, eis-me aqui lutando contra a alta crescente do custo de vida, e com todas as atividades produtivas desorganizadas, pois o País se transformou num império dos especuladores e dos aproveitadores."[207].

Na figura 26 temos uma fotografia de JQ na época de sua atuação como vereador, a qual veicula uma temática relacionada ao assunto anterior. Trata-se de um retrato publicado na já mencionada biografia de José Yamashiro sobre o mesmo. Nele JQ aparece ao lado de um homem de chapéu e olha para baixo, em direção a cachos de banana espalhados pelo chão. Como legenda, José Yamashiro escreve o seguinte: "O vereador JQ palestra com um chacareiro, num entreposto de verduras em S. Paulo, inspecionando 'a ação nefasta dos intermediários'.". JQ é representado então como o fiscal encarregado de inspecionar e combater a ação de atravessadores interessados no aumento do preço de certas mercadorias. Ora, seria casual a escolha dessa fotografia para ser veiculada numa biografia de JQ a ser publicada logo após sua vitória no pleito presidencial? Ou podemos supor que a referida imagem dele, que parece ter impulsionado o início de sua carreira política, ainda fazia sentido naquelas circunstâncias, e serviu de critério para o jornalista escolhê-la? Uma série de razões, como veremos, conduzem-me à segunda hipótese.

[207] Citado em V. Dos Santos & L. Monteiro. *Diário de uma campanha*, p. 171.

Um primeiro sinal disso aparece na carta de Benedicto Mascarenhas a JQ, de Santos-SP, em 28 de dezembro de 1959:

> "O ilustre patrício que já exerceu varios cargos publicos, na direção do nosso glorioso Estado de São Paulo, como governador, conseguio equilibrar o orçamento, com a ajuda e cooperação inteligente e onesta, de outro patrício ilustre de nome Carlos Alberto de Carvalho Pinto (...) a maioria dos brasileiros, inclusive o sinatario destas singelas linhas, teem confiança e esperam melhores dias, porque conhecem a energia, honestidade e moralidade que ornam o carater do (...) ex-governador de São Paulo.
>
> Faço votos sinceros que o ilustre patricio, seja eleito Presidente da Republica, para assim com o seu trabalho onesto e energico consiga moralisar a politica, equilibrar o orçamento da Nação, moralisar a administração publica em todas as repartições do Paiz, melhorar a situação de muitos aposentados e pensionistas que recebem irrisorios proventos e por isso se acham desanimados passando fome, em virtude da elevação do custo de vida, proveniente da desvalorização da moeda brasileira, (...) tabela de preços para os generos de primeira necessidade e estabelecer medidas energicas contra os açambarcadores desonestos.(...) tenho o desejo ardente de ver com os meus proprios olhos o engrandecimento moral, material e espiritual deste grande e magestoso Brasil que futuramente será o coração do Mundo e a Patria do Evangelho(...)"

Antes de tudo, o missivista manifesta sua credibilidade em JQ em função do desempenho dele em outros cargos públicos. Segundo ele, JQ "conseguio equilibrar o orçamento" do estado de São Paulo e possui características como "energia, honestidade e moralidade". Pede-lhe ainda que moralize a administração pública nas repartições por todo o país e melhore a condição financeira de muitos aposentados e pensionistas. Gostaria de chamar a atenção para o momento em que ele solicita a JQ para fixar "tabela de preços para os generos de primeira necessidade e estabelecer medidas enérgicas contra os açambarcadores desonestos.". Há nesta passagem uma clara condenação à ação de agentes que aufeririam vantagens consideradas demasiadas, em meio ao aumento dos preços de gêneros alimentícios básicos. Não seria assim esse o caso para lembrarmos de uma das hipóteses do primeiro capítulo, quando sugeri que a percepção de que JQ "equilibrou" as finanças do estado de São Paulo pode estar muito menos relacionada ao conhecimento de cifras e números pela população, do que à atuação do mesmo no combate a certos atravessadores de mercadorias e à garantia do abastecimento de alimentos considerado justo pela população, entre outras medidas?

É notório ainda, no referido texto, como o missivista vislumbra em tais demandas elementos favoráveis para que o país seja projetado futuramente em posição central no cenário internacional, como "o coração do Mundo"; claro que atrelado à tradição cristã e,

ao que parece, distante da via oferecida pelo comunismo ateu, como "a Patria do Evangelho". Essas posições assemelham-se ao que Marilena Chaui chamou de mitologia do Desenvolvimentismo, marcante na década de 1950, e que veiculava lemas como "mudança da ordem dentro da ordem", e, como conseqüência, a elevação do Brasil como um igual no "concerto das nações civilizadas". Segundo ela, essas posições dizem respeito à prevalência da "auto-imagem da burguesia industrial", daí em diante caracterizada pela "exibição das grandes metrópoles, coalhadas de arranha-céus, atravessadas por vias expressas e interligadas por auto-estradas monumentais, cuja culminância é a ideologia geopolítica do Brasil-Potência do ano 2000."[208].

A posição de preeminência concebida para o país diante das demais nações, e não sua igualdade em relação a suas congêneres "civilizadas", sugere o quanto a posição do missivista está mais próxima da doutrina do Brasil-Potência do que dos ideais do Desenvolvimentismo, sem com isso incorrermos em anacronismo. De qualquer forma, ainda que o mesmo não tenha explicitado sua posição social no texto, poderíamos nos perguntar se ele enuncia essas aspirações apenas em nome dos interesses da burguesia industrial. Ora, não haveria em suas expectativas elementos que podiam ser partilhados por esta última e setores dos trabalhadores e da classe média? Ou melhor, quais elementos podiam contribuir para que tais grupos sociais aderissem a uma aspiração identificada com a burguesia industrial? A pista disso parece encontrar-se no próprio conteúdo da carta, no qual o remetente solicita a JQ o combate à corrupção e condições mais dignas de vida para os setores mais baixos da população; posições estas muito próximas do ideário associado à tradição da democracia cristã.

O conteúdo da missiva de Maria Damasceno, de Caxias-MA, em 8 de outubro de 1960, segue em trilha similar àquela tomada pela carta anterior, em meio a outras queixas acerca do abastecimento de alimentos:

> "O Snr. deve compreender, que não foi partidários que lhe elegeio, foram os filhos dos pobres escolhidos por Deus. É a grandes necessidades em que se acham, por êsse meio êles esperam o seu auxílio, a sua proteção (...). Para mim, é sempre um ato de justiça proteger os homens honestos e trabalhadores. Ora, justiça não se agradece, porque não é favor mas obrigação dispensá-la a quem de direito a tem.
>
> Atualmente, quem ganha pouco não pode dizer que se alimentam bem, tudo muito caro principalmente o café, açúcar, leite ninho, pão e outros alimentos necessários. Os carroceiros, os lavradores e milhares de criaturas que não vivem de empregos públicos ou outro ramo de

[208] Marilena CHAUI. *Conformismo e Resistência*, p. 96.

vida melhor, morrem enfraquecidos, aminguas, porque não podem comprar nem um vidro de remédio (...)

Nós sabemos, que os govêrnos mandam ferramentas para os lavradores, leite ninho para as crianças e remédios para os necessitados, mas os encarregados desta missão não entregam aos pobres os objetos dados pelos govêrnos, fazem é vender e ficam com o dinheiro para os seus luxos (...). Gasta-se uma fortuna em bailes e chá dansantes, é a filantropia elegante, perfumosa, poética, chique, sentimental(...) Devemos saber que a maior virtude é a caridade e exige sacrifícios. Ora, disto o mundo chique não entende, não quer entender.(...)

Portanto, façamos guerra civil contra os milionários 'bossa nova', os 'ladrões do dinheiro público' e os 'ratazanas da COFAP. Barateai o pão que está tão caro em favor dos pobres. A esperança da pobreza, é a nossa vassoura mandada por Deus (...)

Quanto ao meu pedido aguardarei a sua vinda e pedirei o que desejo pessoalmente."

O final desta carta é muito significativo, quando a missivista declara que fará um pedido a JQ, apresentado como "ato de justiça" e um "direito", dado que ela parece se incluir entre os "homens honestos e trabalhadores", de modo que as anteriores críticas ao luxo de certos grupos e o elogio da caridade indicam ser estratégias da autora para comprometê-lo com a futura solicitação dela. Mas suas queixas acerca da deficiência na distribuição de alimentos básicos e o aumento de seus preços em função de desvios e retenções por particulares não me parecem fantasiosas. Ao longo da carta é possível perceber, ainda que a missivista não indique fatos específicos e concretos, uma condenação a um estado de coisas que ela não julga natural, no que diz respeito ao comprometimento da distribuição de gêneros de primeira necessidade por atravessadores. Nesse caso, se há a presença da imaginação da missivista em seus argumentos para convencer JQ a lhe conceder algo, ela vem formulada num ambiente em que a corrupção em órgãos públicos e a ação de intermediários no aumento dos preços de certos produtos são práticas comuns, como ficará mais claro adiante.

De modo semelhante, na carta com a assinatura de "um funcionário dos SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ", de Belém-PA, em 10 de outubro de 1960, aparecem as seguintes queixas:

"Aqui, um funcionário Autarquico, pertencente aos SNAPP.

Não quero absolutamente, exigir nenhum beneficio pessoal do vosso governo em recompensa do meu voto. O que venho pedir por mim e pelos demais que sofrem nesta crise tremenda, é o congelamento em geral dos preços das mercadorias de primeira necessidade.(...)

A situação aqui no Pará, é lamentavel. Pouca ou nenhuma assistencia é dada ao povo pelo atual governo Estadual, mormente nestes ultimos dias onde o mesmo se empenhou em campanha eleitoral, esquecendo-se do povo que ficou entregue aos esploradores. Ao assumir o governo, peço pelo amor de Deus, não esqueça do Pará; não esqueça tambem do SNAPP

onde tudo anda errado; no meu setor, um radio-amador foi nomeado pela atual administração, no cargo de rádiotelegrafista sem o ser, ocupando assim a vaga de um profissional.

Mais uma vez vos imploro: não permitais o aumento das mercadorias (...) pois a carne já está a 150, 170 e 180. Muitos pais de familia não podem adquirir todos os dias um quilo de carne. É triste, doi na alma... tenha piedade de nos Senhor Presidente..." (grifos do autor)

O declarado funcionário público, nas linhas anteriores, queixa-se a JQ de que, em sua região, "Pouca ou nenhuma assistencia é dada ao povo", o qual "ficou entregue aos esploradores" em certa ocasião. Trata-se, pois, de pedir-lhe uma maior intervenção do governo federal em seu estado para combater a corrupção em órgãos públicos e o aumento dos preços das mercadorias de primeira necessidade.

Sobre este último aspecto, também é interessante a missiva de Francisco de Lima, de Rio Claro-SP, em 17 de setembro de 1960:

"Com o coração cheio de dor e disispero tomo a liberdade em dirigir alguma pergunta a V Exa sobre a nossa situação, com V. Sa na Presidencia da Republica, Janio aqui em Rio Claro o salario minimo é 5100, 00 cinco mil e cem cruzeiro um operario ganha 170, 00 cruzeiro por dia, 1 kilo de carne custa 120, 00 cruzeiro um litro de leite 2100 cruzeiro 141,00 cento e quarenta e um sobra apenas 39 para todos o resto da dispesa de uma casa. eu pergunto a V. Sa. na Presidencia da republica se nos vamos continuar nessa situação Janio V. Sa. que tem conhecimento que tem milhares de criança sem comer carne e beber leite incrusiver 6 minha eu ja o mais de ano que não mais tenho comido carne apenas. Provado enquanto o governo esporta milhares de kilo de carne tirando de nossa boca essa Presiosa mistura. *O governo de J. K.progrediu tanto que até as minhas criança sentiro o Progresso ficaro sem o Presioso liquido o leite e a carne* (...) aqui nos ja estamo na situação de disespero O comercio não tem mais Freio fazer o que quer e ainda sobra tempo, Janio V. Sa. ainda e a nossa Esperança que nos resta (...)" (grifos meus)

Manifestando apoio a JQ, o remetente contesta a retórica do governo no que diz respeito ao progresso obtido com o desenvolvimento econômico. Ironizando este aspecto do discurso oficial e reclamando que o "comercio não tem mais Freio", assevera que sua família carece de alimentos básicos, cujos preços considerados elevados são atribuídos às políticas adotadas para a condução do país. Essas posições sugerem o quanto o discurso da democracia cristã empregado por JQ encontrava mediações com as condições de vida concretas de muitas pessoas e suas respectivas percepções quanto a isso.

Já na carta do "operário" José de Oliveira Silva, de Belo Horizonte-MG, em 10 de janeiro de 1960, a condenação ao aumento do custo de vida é acompanhada de sugestões autoritárias:

"Deus que faça com que V. Excia, para ganhar nas próxima Eleições, para acabar com os tubarões, sua Excia pode observar ate o dia de hoje, ainda não faltou mercadorias para vender,

> pois Deus da o mantimentos e os tubarões saboream as mercadorias, e fazem grandes depositos e escondem para fazer miserias no pais, e onde sua Excia. tem que ter grande Fiscalizações (...) porque eles não respeita tabelas (...) V. Excia tem que dar valor a nossa moeda, ou acabar com dinheiro, recolher todo o dinheiro aos cofres da nação, ai acaba as ganancias do dinheiro (...) e tambem acabar com os taes Deputados, que serviço eles fazem para ganhar 7800, 00 aqui na semblia de B. Horizonte, e não estão satisfeito (...) tem que acabar com a camara dos deputados, são os parazitas. O Governo mesmo pode sancionar as leis, ou também só pode ter os 21 deputados de acordo com os Estados se temos 21 Estados cada Estado representa o seu Deputado para que 70 deputados (...)
> a V. Ecia tem que criar um Governo forte, e não dar confiança nasções de fora, gastar com banquetes para elesc(...) no mas peço-lhe me desculpar-me os erros e faltas que sou um operario, não sei escrever bem como o Sr. merece (...)"

O remetente solicita a JQ que estabeleça um "Governo forte" no Brasil, no sentido de acabar com a Câmara dos Deputados ou diminuir o número de seus representantes em nome de uma maior centralização do governo. Solicita ainda menos atenção a nações estrangeiras em favor de uma preocupação maior com os problemas do país. Uma das queixas dele que chamam especial atenção diz respeito aos efeitos da inflação então vigente, os quais propiciariam um ambiente favorável à ação dos "tubarões", ou seja, aqueles que fazem com mercadorias "grandes depositos e escondem para fazer miserias no pais". Isso o leva a pedir a JQ a interrupção das "ganancias do dinheiro", ou seja, uma maior intervenção do governo no sentido de impedir o que seriam abusos no âmbito da sociedade.

Sobre o atributo de autoridade conferido a JQ, como no exemplo anterior, é interessante observar como ele próprio se colocava diante dessa questão. Isso pode ser notado em trecho de seu discurso proferido por ocasião da convenção nacional do PDC, realizada em outubro de 1959, que selou o apoio deste partido à sua candidatura presidencial: "Haveremos de repor na ordem esta Nação. Haveremos de provar ao mundo que a nossa democracia não é o Govêrno da irresponsabilidade. Iremos ater-nos a rigorosas normas de moral administrativa. Iremos deitar a mão ao processo inflacionário e detê-lo, antes que êle destrua a Nação. Iremos encorajar o trabalho no campo e nas fábricas, voltados para o homem, que cumpre valorizar. (...). Iremos escravizar-nos à lei como a lei está escrita e à Constituição como a expressão soberana da nacionalidade. Faremos sem ódios, sem preconceitos, sem prevenções, um Govêrno que nos permita recolher do povo o seu apoio e a sua sustentação. Não faremos um Govêrno sectário (...) mas um Govêrno de

justiça, de disciplina e de trabalho."[209]. Junto das mencionadas proposições de JQ, são patentes suas indicações de que pretende conduzi-las no âmbito das leis vigentes e aplicá-las com rigor dentro desses limites.

Na figura 27 aparece uma das fotografias que acompanham a referida reportagem, então feita pelo fotógrafo Gervásio Batista. Nela a figura de JQ é congelada com uma expressão séria, ao mesmo tempo em que ele surge com um dos braços levantados e o punho cerrado. Na legenda, lê-se o seguinte: "'Iremos escravizar-nos à lei como a lei é escrita.', prometeu o candidato.". Esse retrato é, pois, uma alusão ao que seria a autoridade de JQ para administrar o país dentro de seus marcos constitucionais. Ora, não se trata simplesmente de afirmar que a foto em questão repete o conteúdo do texto acima. Na verdade, trata-se de apontar como os textos a ela associados são dispostos de modo a contruir-lhe o referente e a reforçar o apelo de sua mensagem. Ademais, é possível supor que o significado das imagens estava sujeito ao debate por seus consumidores. Cartas como a última sugerem que o atributo de autoridade conferido a JQ, em certas ocasiões, foi interpretado sob um viés autoritário, no sentido de que a ele seria lícito governar sem a participação do Poder Legislativo ou com as funções deste esvaziadas. Por outro lado, conforme pistas anteriores e outras a serem indicadas, a autoridade conferida a JQ foi vislumbrada por muitos como um meio eficaz para a implementação da lei ou o combate àquilo que se percebia como injustiça.

Sobre este último aspecto, em carta de P. R. Silva, de Franca-SP, em 10 de outubro de 1960, surge um diagnóstico acerca do que seriam algumas das maiores mazelas do país e o papel de JQ diante disso:

> "o povo de Franca, de São Paulo e do Brasil, numa revolução-branca, sem derramamento de sangue, num pleito livre, escolheu o nome honrado de V. Excia, para dirigir os destinos desta nação, cessando de vêz para sempre o regime getuliano (....) Desde o início deste malsinado governo que está a terminar, iniciou-se nesta terra a tapeação do salário-minimo. O salário minimo, sempre foi acompanhado de aumento de preços, tornou-se circulo vicioso e hoje o Brasil encontra-se nesta terrivel situação, onde 1 quilo de carne custa 200, 00, toucino a 135, 000 e assim a vida para as classes pobres e remediadas, está se tornando dia a dia mais terrivel e dificil. Os medicamentos destribuidos ao povo pelos laboratorios que estão se tornando arqui-milionarios, não estão ao alcance do povo (...) Uma classe previligiada ainda existe é a dos inquilinos; esses deputados e outros dominadores do Brasil, não possuindo casa propria, gastando nabescamente, vão protelando indefinidamente a lei do inquilinato (...) Assim sem um motivo justificado, deante de uma lei arbitraria, os pequenos proprietarios, sofrem inominavel injustiça em beneficio de pequeno numero de aproveitadores indignos. As

[209] Citado em: Murilo MELO FILHO. *"O Brasil não pode esperar"*. *Manchete*, p. 29.

> emissões contínuas, criminosas e absurdas é uma das causas principais do alto custo de vida e a miseria impar em que se debate o povo de nossa cara patria. (...) A construção de Brasilia foi certamente um fáto digno da melhor aprovação de todos bons brasileiro, a mudança da Capital Federal para o Centro do país é de grande vantagem, mas, o que não se pode compreender que Joscelino em vês de gastar o que seria necessário, abriu os cofre do governo, gastando de modo absurdo o dinheiro do povo (...) Centenas de aproveitadores e possivelmente milhares de maus brasileiro se enriqueceram roubando escandalosamente o erário publico. Os Institutos tem sido ninho das maiores explorações financeiras; enfim tudo no Brasil esta pôdre e nas mãos de ladrões, bandidos e oportunistas (...)**"**

Para o missivista, a eleição de JQ para a Presidência teria significado uma ruptura com o "regime getuliano", daí empregar o termo "revolução-branca" para designá-la. Suas críticas aos elementos que estariam associados ao legado de Vargas recaem sobre a desvalorização constante do salário mínimo, especulações dos mais diversos tipos, o aumento do custo de vida e a corrupção em órgãos públicos de uma forma geral. Nesse quadro, JQ é tomado como alguém com honestidade e autoridade suficientes para resolver potiticamente o que o autor considera serem injustiças.

Com algumas críticas semelhantes ao caso anterior, a missiva com a assinatura de "A Esperançosa" traz a opinião de que o contexto inflacionário é um ambiente propício para a especulação, especialmente com relação à venda e ao aluguel de imóveis. Com data de 8 de outubro de 1960 e identificada como provindo de São Paulo, nela lê-se o seguinte:

> "Não sei se o senhor tem conhecimento dos absurdos preços dos alugueis de casas e tambem da barbara exploração do imovel a venda. (...) ter sua propriedade hoje, mesmo que se lute como moura, para os humildes e honestos é impossivel (...) Eu que durante 10 anos luto desesperadamente para conseguir juntar grãozinhos e alcançar ter cinquenta mil cruzeiros com o firme proposito de realizar meu sonho de ter uma casa própria, agora esses cinquenta mil cruzeiros representam Nada. (...) Esta triste situação não é só minha ha centenas ou mais de irmãos nossos proximos que vivem nesse desespero.
>
> É doloroso bem doloroso, saber que muitos turcos, sirios e portuguezes, são proprietarios de muitas casas e com toda grosseria, arrogancia, valentia e malcriações põem a nós brasileiros aos chûtes na rua e descaradamente nos exploram. Eles querem viver de sombra e agua fresca com rendas fabulosas dos alugueis (...)
>
> Essa questão de habitação deveria ser SAGRADA, SAGRADA e RESPEITADA pois até os animaes e aves têm onde se abrigar. Deus deu a terra, gratuitamente para todos seus filhos habitar. É claro que para viver tem-se que lutar, mas essa exploração com habitações é crime. Assalto Infame. (...) Esses afortunados que possin propriedades deveriam se sentir felizes só em saber que são proprietarias que já é segurança conforto para si e para os seus e deveria se satisfazer em alugar por preço razoavel a seus irmãos menos afortunados.
>
> Bondoso Dr. Janio Quadros, não se aborreça comigo e não me chame de louca e não me critique e tenha sim, piedade de nós e compreenda-me. (...) É o Senhor que vai ser o Nosso Deus o Nosso Chefe o Nosso Pai. Esse pai dedicado que protege seus filhos para engrandecer com Justiça a Nossa Querida Mãe Pátria. (...)" (grifos da autora)

A remetente manifesta acima sua vontade de adquirir uma casa própria. Seu projeto, porém, teria sido baldado pelo valor elevado dos imóveis, pelos altos preços dos aluguéis e pela corrosão de suas economias pela inflação. Nas linhas anteriores está presente uma percepção de injustiça diante do monopólio de imóveis nas mãos de certos grupos, que a autora identifica como estrangeiros e estereotipa-lhes um caráter desonesto. É preciso salientar que ela não questiona o direito de propriedade em si, indicando apenas que os proprietários deveriam se satisfazer "em alugar por preço razoável a seus irmãos menos afortunados" seus imóveis. Isso indica que a remetente toma JQ por um homem justo, que pode pôr termo a tal especulação imobiliária.

Em outro extremo do território nacional, de Maceió-AL, em 10 de julho de 1960, uma carta anônima também traz inquietações com a questão da especulação de imóveis: "O fim da presente é com o fito de (...) pedir-vos que o digno Sr. chegando ao puder como é o sonho dos Brasileiros consientes tomar a iniciativa da construção da casa popular para o funcionalismo, pois estamos numa situação que as classes pobres estão vivendo sem puder mais alugar uma casa, pois os Snrs. proprietarios estão fasendo monopolio dos alugueis.". Nesta carta, o missivista vai além da denúncia do que seriam abusos com a locação de imóveis, solicitando a JQ que, caso seja eleito, construa habitações para a referida categoria professional, residindo nesses dois aspectos sua concepção de justiça em relação ao mesmo.

A crítica ao monopólio de bens e aos abusos que seriam por isso ocasionados, desta vez em relação à produção de alimentos, fica bem clara na missiva de Pedro Almeida Rocha, de João Pessoa-PB, em 14 de outubro de 1960, na qual há uma série de sugestões ao presidente eleito:

> "tomo a liberdade de ventilar um assunto que a experiencia e longa radicação na terra, têm demonstrado como de capital importancia para o combate a carestia de vida desenfreiada (...)
>
> Antes, porem, é de conveniencia salientar que, dos programas de Governo recentimente debatidos, duas mètas ficaram no olvido (...): O APROVEITAMENTO DOS VALES ÙMIDOS E A PÈSCA. (...) posso afirmar a V. Excia. que somente a area úmida que circunda a nossa Capital (...) seria suficiente para o plantio, sem falar em outros cultivos, de mais de um milhão de pés de banana e, consequentemente a colheita, na primeira safra, de um milhão de cachos da preciosa fruta, o suficiente para o abastecimento da cidade a prêço minimo de Cr$ 0, 50 por unidade e exportação.
>
> Enquanto essa equação continua insoluvel, o Pessoense compra a banana ao prêço unitario de Cr$ 2, 00 e Cr$ 3, 00 (...)
>
> E o que é mais extranhavel é que a exclusividade desse mercado está na direção de certo senhor ja alcunhado de REI DA BANANA, eo produto nos chega ao consumo agravado pelo longo e dispendioso transporte a caminhão.

> A segunda méta - a pesca – (...) a experiencia de algumas empresas que têm se arrojado a exploral-a, demonstra que uma flotilha de seis barcos de pesca seria bastante para o abastecimento de todo Estado.
>
> O peior de tudo isso é que o Pessoense habitante do litoral, onde o mar lhe oferece abundancia de peixe, vive á mercê dos produtos semi-monopolisados e de impiedoso custo, por faltar-lhe a necessaris assistencia publica. (...).”

Discutindo e apontando lacunas em programas de governo debatidos em ocasiões recentes, o remetente sugere que a produção de alimentos em seu município pode ser aumentada e barateada com uma maior intervenção governamental, agora identificada em torno de JQ, no sentido de aumentar a oferta de alguns produtos com o abastecimento monopolizado por alguns fornecedores. Esse é o sentido implícito de justiça a ele atribuído pelo missivista, como sendo um líder que pode acabar com o monopólio do comércio de alimentos básicos em sua região.

Os efeitos da inflação na majoração do custo de vida parecem ter incomodado vários grupos sociais, passando pelos trabalhadores, pela classe média e também pelos pequenos agricultores; cada um deles com suas queixas específicas. O “lavourista” João Rodrigues Ferreira, de Uberaba-MG, em 16 de janeiro de 1960, por exemplo, afirma o seguinte:

> “Dr Jânio o alarme era grande o grito que via é que o senhor se fosse eleito, como graças a proteção Divina foi ia esmagar a clace operaria como esmaga um sapo debacho da pedra, mas isto saia dos tubarões (...) peço ajudar-nos na Agricultura facilitar nós que vivemos dos braços para que temos uma garantia para adquirir mas tratores e outras maquina que for necessárias por que nos lavourista estamos completamente esquecido do governo mas se perfeitamente que do dia 31 em diante tudo sera mudado
>
> Dr Jânio peço tomar muito cuidado porque a ladroeira está demaziada milhiões de pessoas roubando da nação encluzive funcionário publico que só acina o poto e não trabalha, os tubarões vende e compra como muito bem eles querem na hora de vender o nosso arroz, o feijão, o milho, ao maquinista tudo abaixa, comprão pelo preço que eles querem depois que (...) nas mão deles, tudo sobe o dobro; o pobre roceiro que suportou tudo na vida que só Deus sabe como é obrigado a vender porque? porque deve o Banco, a farmácia, o armazem, o açougue, e aluguel da casa etc.”

Ao solicitar maquinário agrícola a JQ, é curioso como o missivista alega que “nos lavourista estamos completamente esquecido do governo”, tratando-o como alguém que pode aumentar a presença do poder público em sua vida. Isso também teria conseqüências no combate à corrupção em órgãos públicos e aos intermediários que aproveitariam de sua situação de endividamento e necessidade para comprar suas mercadorias a preços demasiadamente baixos, para depois revendê-las por valores considerados elevados.

O "lavrador" Euclides da Silva, em carta enviada de Taubaté-SP, em 8 de dezembro de 1959, expressa algo semelhante:

> "eu estou ao vosso lado, como um simpres lavrador, juntamente com, os meus filhos que é, um pequeno número (12) apenas. Eleitora (5) eu e minha senhora completa um nº ro (7) Meu amigó pois ossim tendo direito de vós tratar, o Brazil, não, esta em grande decadencia (...) é apenas farta de Direção, trabalho e ocupação em (...), e de 1ª necessidade. (...) O nosso Paiz é Paiz Agrícola, ê mais nada (...), o motivo urtimamente da situação Nacional é devido, Salarios, isto é couza já Matematica, aumenta o salario 30/ 100 o comercio, em Geral aumenta 50/ 100 isto esta cendo um circulo, já vicioso acha, isto onesto os poderes publicos, poêm tabela na mércadoria aos consumidores não há respeito nas tabelas, vendem pelos preços que entendem, não há Justiça ê nem ação; então, quar será as condições de um ajuste, são ê onesto é os poderes publicos auxiliar os Lavradores a produzirem, mais con Financiamento, Munerarios e tratores, com praso pelo menos de 5 anos então, eu garanto, que não haverá esta miseria em que estamos traveçando os cereaes, de 1ª nececidades, os pobres das Posses não podem comprar pois os preços são tão, Excecivos (...) Tanto são todos Filhos de Deus é justo um aposentado cheio de vida receber10, 15 mil cruzeiros e nada produzir, tem tudo que sair de onde, da Lavoura, das industrias, e do Comércio, é a classe trabalhadora Rural é que sofre toda concequecia (...) é a solução unica com Vª. Sª. como o nosso Presidente da Republica justo e honesto." (grifos do autor)

O remetente reclama da falta de apoio do governo aos "Lavradores" e pede para que JQ os auxilie futuramente com financiamentos e aquisição de máquinas. Este caminho é proposto por ele como um meio de atenuar o aumento do custo de vida, desde que seria uma forma de provocar o crescimento da produção de alimentos e assim barateá-la. Segundo ele, o abastecimento destes itens seria manipulado por intermediários que não respeitam o tabelamento de preços. E novamente JQ emerge como alguém "justo e honesto" que pode combater tais monopolizadores.

Diante dos exemplos acima, a carta de Fernando Cassal de Medeiros, de Campo Grande-MT, em 3 de outubro de 1960, é muito significativa por identificar os problemas relativos à carestia de alimentos a decisões tomadas pela administração então corrente:

> "O trabalhador rural brasileiro, não tem mais forças para erguer o enxadão e amanhar a terra para deixa-la em condiçõea de produzir (...)
>
> A carne já não está mais ao alcance dessa pobre gente, devido o preço astronomico da vaca gorda e a desvalorização da nossa moeda
>
> Enquanto o atual governo planeja e construe novas cidades e faz compras de navios velhos e outros negocios inoportunos, o povo rural está morrendo de fome, sem a necessaria assistencia dos poderes constituidos. O artigo 164 da nossa constituição, que determina e exige a assistencia ás familias numerosas, já foi relegado ao esquecimento pelo chefe do governo. A medida que as classes previlegiadas, principalmente o exercito, recebem o maximo de auxilios para se defenderem contra o aumento do custo de vida, o trabalhador comun luta desesperadamente para ganhar o meio pão de cada dia e impedir a destruição do seu lar (...) É preciso, sem perda de tempo, transformar a marcha dos acontecimentos e colocar as cousas nos seus proprios lugares, jogando fora aqueles que delapidam a no

estrutura economica. V. Excia terá que enfrentar cardumes de Tubarões dentro dos proprios partidos politicos que o apoim (....)"

Demonstrando preocupação especial particularmente com as condições de vida do trabalhador rural - o qual estaria ameaçado devido ao aumento dos preços em geral -, o rementente queixa-se da ausência da "necessaria assistencia dos poderes constituidos" para auxiliar o mesmo. Em várias ocasiões, busca identificar a causalidade dessa situação em opções políticas do governo, como a desvalorização da moeda e outros gastos considerados secundários, em detrimento do que seria a prioridade de assegurar condições mínimas de sobrevivência às pessoas mais necessitadas. É notável ainda como sua crítica se pauta pelo que seria a legislação vigente no que toca à exigência da "assistencia ás familias numerosas" pelo governo. Diante disso, na medida em que poderia combater as causas e os agentes que seriam responsáveis por estes problemas, JQ é tomado por ele como alguém que pode resolvê-los politicamente.

Já na missiva do advogado Reinaldo Silva Coelho, que afirma pertencer à "classe média", de São Paulo-SP, em 6 de outubro de 1960, há a seguinte opinião acerca dos efeitos da inflação e da situação do país em geral, em meio à avaliação do missivista sobre a vitória de JQ na eleição presidencial:

"Admirador que sempre fui de vossas atitudes políticas, as mais inteligentes, as mais objetivas e honestas, posso avaliar, ex catedra, o quanto essa vitória significa para (....) nosso querido Brasil que, desde há muito, vem sofrendo os impactos de uma política fraudulenta, corrupta, nefasta, desumana por inteiro e que se distanciou do seu sublime significado. (...) A família, diariamente, é assaltada pelo ladrão invisível que se chama inflação; o progressivo aumento do custo de vida constitui obstáculo que, por vêzes, dá lugar a inúmeras desgraças, diàriamente, contadas nas manchetes dos jornais; a assistência social continua a ser a grande farsa de todos os dias; o mínimo necessário à sobrevivência humana preconizado por Santo Tomas, de há muito não se consegue em inúmeros lares brasileiros; a classe média, à qual pertenço, desapareceu por completo para dar lugar ao binômio social: classe riquìssima e a paupèrrima; as instituições de crédito que, segundo aprendi nos bancos acadêmicos, devem coletar o dinheiro na zona rica e empregá-lo na área pobre, porém, o que se vê é bem o contrário; dinheiro público recolhido às caixas e demais autarquias transformam-nas em verdadeiros trampolins para o enriquecimento ilícito de seus dirigentes políticos e não administradores; os escândalos trazidos às manchetes dos jornais com referência a desvio de verbas (...) são sorrateiramente abafados dentro de um clima de sorrisos e discursos os mais mentirosos.

Contra tudo isso e mais alguma coisa, senhor presidente, é que o povo brasileiro, no dia 3 pp., votou. (...) O voto traduz, realmente, a vontade popular, porém, quando é dado de maneira tão uniforme, tão esmagadoura, como vem acontecendo, não há dúvida nenhuma de que o povo exige reforma total no regime atual (...)"

Há uma percepção marcadamente negativa da administração então vigente pelo missivista. Isso se traduziria em apropriação e aplicação indevidas de recursos públicos por particulares e na elevação do custo de vida. É muito significativo o momento em que ele declara que muitas pessoas não obteriam "o mínimo necessário à sobrevivência humana", questão tão destacada nos discursos de JQ, conforme visto no primeiro capítulo. O remetente ainda exibe um claro temor de ser proletarizado e perder sua condição de "classe média". Assim, o sentido da figura de JQ é vislumbrado por ele como podendo se opôr e transformar esse quadro, com um sentido claramente reformista.

Afirmando pertencer à "classe média", como no caso anterior, Luciano Lacombe escreve de São Paulo-SP, em 2 de outubro de 1960, queixando-se da inflação e dando sugestões:

> "A CLASSE MÉDIA - AUTENTICO ESTEIO DO REGIME DEMOCRATICO EM QUALQUER PAIS DEMOCRATICO - ESTA SENDO ESMAGADA, TRITURADA, PROLETARIZADA À FORÇA, PELA ESPANTOSA INFLAÇÃO MONETARIA QUE ASSOLA O BRASIL DESDE 1956.
>
> O Brasil terá progredido não cincoenta anos, mas certamente vinte anos em cinco do Presidente Juscelino Kubtischek, mas à custa de (...) um aumento espantoso do custo de vida, QUE ARRAZOU A CLASSE MÉDIA (...)
>
> Um povo vive de trabalho e não de facilidades monetarias. O povo alemão é disso prova flagrante de que o TRABALHO É A PRIMEIRA RIQUEZA DE UM POVO. Dias feriados em excesso, federais, estaduais, municipais, dias de guarda, e semana inglêsa que representa 26 dias de descanço extra durante o ano, o que, com os feriados, leva o total de dias de paralização do trabalho no Brasil a pelo menos 110 dias por ano(...) É muito.
>
> Trinta dias de férias anuais, remuneradas em dobro, está muito bem.
>
> Mas trabalho durante os seis uteis da semana é tambem necessario, especialmente para a abertura e funcionamento do comercio (...) Cidade como São Paulo, que marcha até 1980 para 6 ou 7 milhões de habitantes, poderia ter o comercio abrindo à noite, COM DUAS TURMAS DE REVEZAMENTO, para não ultrapassar para cada qual o horario semanal de 48 horas, os famosos tres oito de Kant - oito horas de trabalho, oito horas de descanço, oito horas para estudo e divertimentos - de modo a asegurar uma maior venda dos produtos industriais, em proveito final do proprio trabalhador brasileiro, pelo aumento e barateamento proporcional da produção. (...)."

O autor assevera que o aumento do custo de vida tem prejudicado profundamente seu grupo social, ameaçando-o de proletarizar-se. Segundo ele, tal problema residiria no fato de que as emissões monetárias seriam acompanhadas do pouco trabalho realizado no país, procurando assim identificar essa causa através de uma comparação das instituições do país com as de outra nação. Ele propõe então a JQ, caso este seja eleito presidente, o aumento do número de dias trabalhados e também maiores facilidades para o trabalhador. Tanto neste caso quanto no anterior, os missivistas deixam implícito que JQ é alguém que,

no governo, pode ampliar a presença do governo na sociedade, de modo a impedir o rebaixamento social do seu grupo, tratado como injustiçado pela administração então vigente

Enfim, o "Servidor Público Federal" Genésio Benedito de Souza, de Cuiabá-MT, em 27 de sembro de 1960, faz um apelo em direção similar aos exemplos anteriores:

> "não poderia deixar de manifestar este meu desejo de fé de contribuir com o meu voto consciente e de minha familia (...) principalmente agora quando não temos mais condições de vida para suportar mais a subida criminosa do genero alimenticio de primeira necessidade sem que os órgãos competentes tome quarquer medida. É vergonhoso e chocante mesmo dizer que Mato Grosso está classificado num dos primeiros logares em pecuaria em que nós consumidores não podemos enfrentar um kilo de carne verde que está valendo o olho da cara, a bagatela de Cr$ 100, 00, isso quando encontramos frigoríficos, e os outros artigos e utensilios domésticos?
> Tenho certeza de que isso corregirá, ainda há remédio porque V. Excia não vai fazer a politica e a Administração de privilégio a serviço de grupos corrumpidos. V. Excia, vai financiar os pequeno agricultores, os pecuaristas, a assistência ao homem do Campo, aqueles que de fato moram no mato porque aquí na cidade está cheio de médicos, dentistas, etc como lavradores recebendo olpudos financiamentos nos Bancos e fugindo completamente a sua finalidade, empregando o dinheiro em outros setôres. V. Excia. fundará Bancos e mandará financiar os quequenos, os humildes que vive como escravo dos lavradores do asfalto; os verdadeiros homens que moram no campo preciza de V. Excia pois vontade de trabalhar não faltam e que para isso preciza de homem no governo sobretudo humano que não debocha da miséria alheia (...) A vida Pública de V. Excia ao bem da humanidade está na história, marcada com a mais bela página administrativa em S. Paulo (...) Eu Genésio Benedito de Souza, casado com seis dependentes, Servidor Público (...) nunca fui promovido emboras amparado por lei e que o meu vencimento é feito a critério dos Chefes onde sempre levei a peior e outras vezes por majoração por força de Lei, onde abrange sem distinção toda classe.(...) estou confiante em V. Excia que depois de mandar estudar bem o meu caso, V. Excia cientificará, como está mesmo estrangulado o Serviço Publico no Brasil (...)"

Neste texto, são particularmente notáveis as queixas do missivista quanto à escassez de gêneros de primeira necessidade e o desvio de verbas públicas, numa demonstração de que sua observação das condições de sua localidade, com destacada produção de alimentos convivendo com os preços elevados dos mesmos e com verbas públicas sendo apropriadas por pessoas às quais estas não tinham sido destinadas, contribui para engendrar sua percepção de injustiça diante do governo. Ele identifica, pois, uma ausência da presença deste último ali, que poderia ser suprida futuramente por JQ em função deste poder ser um "governo sobretudo humano que não debocha da miséria". É provável que a exibição dessas críticas e aspirações seja parte da estratégia do remetente para convencer JQ a conseguir-lhe a promoção no emprego solicitada no fim da carta. Ainda assim, isso é evidência de que tais formulações estavam disponíveis no círculo social do mesmo e que

podiam ser utilizadas para fins de participação política, inclusive por ele próprio. De qualquer modo, ao interpelar JQ alegando que é "amparado por lei", este último considera-o alguém capaz de implementar a legislação estabelecida, questão que será melhor esclarecida nas páginas adiante.

Assim, é possível perceber nas cartas acima, de forma geral, as queixas dos remetentes sobre a pouca ou deficiente presença do governo em determinados domínios da vida dos cidadãos. O contexto inflacionário, de uma forma ou de outra, perpassa todas as missivas acima e é visto como um ambiente propício para a ação de aproveitadores e especuladores. Seja para condenar o governo, a ação de atravessadores de mercadorias, o valor dos aluguéis cobrados por alguns proprietários de imóveis ou a corrupção e a ausência de regras mais rígidas para regular a conduta da população, elementos de diversos grupos sociais clamam por uma maior atuação e presença governamentais entre eles, como forma de coibir condutas consideradas condenáveis e abusivas. Afinal, como lembra Barrington Moore Jr, as bases de sustentação das mais diversas sociedades humanas não repousam apenas em elementos como medo, fraude e força; em meio a isso, também existem limites e obrigações estabelecidos, formal ou informalmente, entre governantes e governados, os quais selam e redefinem constantemente um contrato entre si[210].

Dessa forma, um dos aspectos da noção de justiça que se cristaliza em torno da figura de JQ, como visto acima, diz respeito à confiança dos remetentes na capacidade dele em ampliar a intervenção e a fiscalização do governo em várias esferas da sociedade civil, assegurando-lhe ao menos condições mínimas de sobrevivência – uma vez que as ações do governo vigente seriam consideradas deficientes ou mesmo inexistentes nessas questões.

4. 2 – Paternalismo e participação política

Entre a correspondência de JQ, são numerosos os pedidos de favores, proteção e apadrinhamento. Em muitas cartas, ele aparece como um "pai" capaz de prover seus "filhos" com tais benesses. Como nos casos anteriores, há queixas constantes da ausência do governo na vida dos cidadãos. Nestes casos, particularmente, as demandas dos missivistas recaem sobre o atendimento de benefícios pessoais.

[210] Barrington MOORE JR. op. cit., 17-18.

Tal temática não é novidade entre a historiografia e as ciências sociais no país, tendo por muito tempo sido discutida se era ou não uma contradição com as idéias liberais aqui presentes[211]. Um redimensionamento interessante dessa questão parece-me ser o livro *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho[212]. Nele o autor procura demonstrar a existência de práticas de cidadania no Rio de Janeiro do começo do século XX, de um modo que não passa pela busca do cidadão tal qual aquele prescrito por um certo modelo europeu[213]. Para ele, uma forma de participação política "pragmática antes que ideológica" dos excluídos do sistema refere-se à "participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela."[214]. Nesse sentido, tanto militares e setores consideráveis do funcionalismo e da classe operária consideraram então a solicitação de benefícios e favores a muitos políticos da época a melhor opção para a concretização de suas demandas e aspirações, prática que o autor chama de "estadania".

Uma vertente da historiografia marxista inglesa, especialmente aquela identificada com as posições de Edward P. Thompson, parece ter contribuído decisivamente para o fortalecimento de perspectivas como a anterior nos estudos históricos no país. Por exemplo, servindo-se do conceito de paternalismo do mesmo, isto é, considerando esta noção como podendo comportar movimentos próprios pelos "de baixo", José Roberto Franco Reis, em sua tese de doutorado, analisa uma série de cartas enviadas a Getúlio Vargas, no período do Estado Novo[215]. Notando nas missivas a recorrência da temática do clientelismo - expressado pelos já mencionados favor, proteção e apadrinhamento -, o autor sugere a presença de uma peculiar consciência de direitos nelas, "mais exatamente de justiça, denotando formas de comportamento político muito particulares e deslocados de modelos

---

[211] Acerca desse debate, ver: Roberto SCHWARCZ. *"As idéias fora do lugar"*. in: *Estudos CEBRAP* (3), jan. 1973; Maria Sylvia de Carvalho FRANCO. *"As idéias estão no lugar"*. in: *Cadernos de Debate*, São Paulo, Brasiliense (1), 1976.

[212] José Murilo de CARVALHO. *Os Bestializados*, *passim*.

[213] Segundo o autor, esse procedimento teria sido adotado, no país, por muitos observadores estrangeiros e intelectuais republicanos, que "estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu, fosse ele o bem-comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas." *Ibid*., p. 69-70. Partindo desse ponto, uma inferência muito comum na perspectiva daqueles comentaristas seria o alheamento ou desinteresse da população pela política, quando deparados com as demandas da população frente ao governo.

[214] *Ibid*., p. 65.

[215] José Roberto Franco REIS. op. cit., p. 73.

ideais e consagrados, mas nem por isso desqualificáveis e menos válidos."[216]. A meu ver, mesmo não enveredando por uma concepção materialista de processo histórico nem por uma análise centrada no conceito de classe conforme o caso anterior, as perspectivas de estudo abertas pela referida concepção de paternalismo possibilitam fecundos campos de investigação no que se refere às cartas enviadas a JQ. Trata-se, antes, de investigar a hipótese de que as representações do poder identificadas à autoridade paterna, elaboradas e difundidas pelas classes dominantes, podiam ser utilizadas pelos seus consumidores para a obtenção de vantagens e a defesa de seus interesses, numa lógica distinta da dominação[217].

Tal temática emerge na carta do "2° sargento da Reserva da Força Pública" Cicero Romão Batista, de Natal-RN, em 29 de junho de 1960: "Sr. Janio Quadros venho por meio desta dizer a sua exa em minha casa mulheres, genros e filhos são umas 12 pessoas dependente dessas 12 toda minha familia eu faço uns 40 eleitores todo este pessoal somos muito pobre, aqui no norte eles adota um sistema de darem umas roupas e calcados para época das eleições não é que com isto que eu queira fazer negocio com voto, mas eu peço a sua Exa. um Auxilio para meu pessoal porque se eu não dar a eles o outro partido dá eu quero satisfazer o meu pessoal sem aborrecer ao partido contrario eu faço um plano que com 8.000, 00 cruzeiro ou 1.000, 00 eu satisfaço ao meu povo(...)". Considerando que o sufrágio era então secreto, existe algo neste texto que leve a crer que tal proposta de barganha implicasse em despolitização e dependência entre as partes envolvidas diante da possível concessão do mencionado pedido? Não seria isso antes evidência de que o remetente teria imaginado o papel de uma liderança política de expressão nacional a partir de relações e práticas sociais estabelecidas no âmbito de sua localidade, buscando com isso auferir benefícios considerados legítimos?

Diante disso, é muito significativo que, entre a documentação iconográfica analisada, em nenhum momento JQ é flagrado ou representado diretamente na condição de provedor de benesses e favores durante o período eleitoral. O que deve ter sido evitado pelo candidato e por órgãos da imprensa favoráveis a ele, pelo menos de maneira explícita, em

[216] *Ibid*. p. 73.
[217]"A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização."Cf. Michel CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano*, p. 40.

razão de suas propostas de combater as práticas do favor e do apadrinhamento no âmbito da administração pública. É apenas durante seu mandato presidencial que imagens dessa natureza vêm à tona. Na figura 28, veiculada na revista *Manchete*, em 12 de agosto de 1961, por exemplo, ele é retratado por Jáder Neves no momento em que visitava a cidade de São Luís-MA, com o intuito de negociar e distribuir verbas federais a alguns estados da região nordeste. A fotografia enfoca o instante em que JQ saca algumas notas de um maço de dinheiro em sua mão, dando-as a um homem à sua frente. Na legenda lê-se o seguinte: "Adiantando-se aos governadores, êste caboclo recebeu algum do bôlso particular de Jânio.".

O sentido dessa foto em tais circunstâncias, por sua vez, deve ser compreendido junto da reportagem do jornalista Murilo Melo Filho intitulada "Jânio dá Bilhões ao Norte"[218]. Nela aparece o destaque de que tanto o Maranhão quanto o Piauí receberam mais verbas do que pediram. Trata-se de uma matéria claramente favorável aos atos do governo central em negociar com mais freqüência diretamente com os governos estaduais a repartição de recursos arrecadados pela união, entre outras questões. Conforme será melhor esclarecido no próximo capítulo, essa opinião parece se contrapor às críticas dirigidas ao presidente de que ele estaria esvaziando as funções do Poder Legislativo com tais atitudes. De qualquer forma, fica indicada com isso a analogia entre o ato pessoal de JQ em distribuir um benefício a um homem e sua conduta presidencial em intervir mais diretamente nos estados, numa tentativa de conferir maior legitimidade a esta última por meio de uma representação de comportamento paternalista. Não seria isso indício de que práticas paternalistas no governo gozavam então de legitimidade entre segmentos expressivos da população e que acabaram por influenciar a apresentação pública de JQ?

A relevância dessa questão pode ser logo sugerida a partir da carta de Odilon Amorin, de Tamarana-PR, em 27 de maio de 1960:

> "sua Ex em todos os governos prestados é um homem que cumpriu com sua missao e agora estou trabalhando satisfeitissimo para que futuramente seja o nossa Presidente Sua Ex. trago em consideração não só de governo com o pai da pobreza embora que não me conhece mais eu lhe conheço pelo seu prestijo.(...) a minha familia meus parentes são 26 votos e que o unico beneficio que posso fazer V. Ex. como pobre e os meus votos.(...) Agora quero pedir a V. Ex. um grande favor que acho que esta no seu alcance que sou pai de treze filhos e tem 10 alqueris de terra para cultivar na inxada não e grande produção (...) se tiver na consciencia que o Snr de me agarantia um trator para mim comprar e ir pagano de acordo com aminha

[218] Murilo MELO FILHO. *"Jânio dá bilhões ao Norte"*. *Manchete*, 12. 08. 61, p. 32.

ponsabilidade pode ser pequeno o tamainho o que sua Ex. achar que sou merecedor serio o maior beneficio que V. Ex. me faz porque no lugar do meu sitio tenho passados a puros com minha familia não tem condução de motos para a cidade e eu comprando o trator me serve para trabalhar e também de condução nas horas aflitas. (...) acho que (...) dando-me esta garantia não vai-lhe fazer falta alguma (...) o snr homem pai da pobreza tenho certeza que vai me ajudar eu pagarei (...)
V. Ex. quezer saber de minha pessôa telegrafa para Dr. Mintom de Ribeiro de Menezes que o prefeiro municipal de Londrina êle comonico com Enês Barboza que o chefe polico em Tamarana é um grande amigo meu"

Considerando JQ como o "pai da pobreza", o remetente pede-lhe o favor do financiamento de um trator, segundo ele, "para mim comprar e ir pagano de acordo com aminha ponsabilidade"[219]. Seria esta proposta um blefe dele, afirmando não querer o veículo gratuitamente para demonstrar vontade e empenho, mesmo diante de sérias dificuldades, para assim tentar recebê-lo como presente em recompensa pela posse de tais valores? De qualquer modo, mesmo podendo ter considerado tal hipótese, o missivista jogava com a possibilidade de adquirir o dito veículo através de JQ e depois pagá-lo gradativamente. Em qualquer um desses casos, a imagem que ele tem do político em questão é a de um homem razoável que poderá atendê-lo de forma justa. É digno de nota também o final da carta, quando o missivista procura mostrar suas credenciais, com a indicação de seu grau de influência, ao indicar seus supostos vínculos de amizade com chefes políticos de sua região. O que reforça a hipótese anterior de que, em diversos casos, a relação com as lideranças políticas de projeção nacional era imaginada a partir das relações estabelecidas com líderes políticos locais.

Um caso similar pode ser visto na missiva de Grimaldo Gomes dos Santos, de São Paulo-SP, em 7 de janeiro de 1960: "quero aqui fazer um pedido de um caminhão, sendo

[219] Sobre situações semelhantes a essa, são interessantes os comentários de Maria H. Capelato acerca das cartas enviadas a Getúlio Vargas analisadas por Jorge Ferreira em seu livro *Trabalhadores do Brasil*: "O tom humilde e suplicante das cartas, que contrasta com a situação de desespero e revolta explicitada nas mesmas, permite constatar que a submissão e a obediência à autoridade não foram aprendidas nas cartilhas do Estado Novo; esses valores faziam parte de uma cultura autoritária de longa duração sedimentada numa sociedade cuja história é marcada por formas diversificadas de exclusão política e social. O Estado Novo reforçou essa tendência usando argumentos que prometiam integração dos excluídos e proteção aos necessitados. As cartas mencionadas revelam que, nessa época, as promessas de inclusão dos 'pobres' no mundo do trabalho deixavam muito a desejar. Mas o discurso oficial insistia na generosidade do chefe do governo.". Cf. Maria Helena CAPELATO. *Multidões em cena*, p. 184. Conforme já vimos em muitos exemplos, são freqüentes os casos em que um viés marcadamente autoritário aparece entre as cartas analisadas. Assim, longe de negar a existência dessa tendência de longa duração e apontando até mesmo sua continuidade, procuro destacar a possibilidade ou a margem de participação política dos cidadãos num ambiente em que manifestações autoritárias são constantes.

que será da seguinte forma: a Excia poderá retirar o caminhão em uma das agencias qualquer em vosso nome; daí, eu ficarei com o caminhão (sendo empregado), e pagarei em prestações o restante do carro e, em seguida, pagarei a V. Excia. a importancia que deu de entrada no cujo carro. Tendo liquidado todos os pagamentos V. Excia. passará o caminhão em meu nome, e ficarei com o carro, para daí lutar e procurar vencer na vida, com à ajuda de um ilustre cidadão brasileiro.". Neste caso, seja isso um blefe ou não, o autor também joga com a possibilidade de estabelecer a relação proposta a JQ. Assim, subjazem no texto os atributos de confiança e justiça conferidos ao mesmo por ele, considera-o justo o bastante para cumprir o dito acordo.

Na missiva de Antonio Luz de Macedo, de São Paulo-SP, em 20 de janeiro de 1960, ainda, há o seguinte pedido: "Não teria eu o direito de ocupar V. Excia. uma vez que V. Excia não min a conheci! Porem na minha qualidade de homem pobre sempre procurei meu conceito social! que Então Rezouvir a Escrever. Sabendo que terei uma Resposta Afirmativa! Sr. Dr. Jânio Quadros se poçivel for gostaria que V. Excia compraci um caminhão para min, e eu ficasse pagando a prestações. Sendo as mesmas razuavel creio que sol a sim com a ajuda de V. Excia. puderia dar um serto comforto a minha familha que mão Espouza e filhos. (...) na serteza de que serei Atendido subscrevo de V. Excia.Umirdes criado (...)". Trata-se, como no caso anterior, de um pedido para que JQ faça a intermediação na compra de um caminhão, para que o missivista possa depois pagá-lo em prestações "razuavel". É curiosa a declaração deste último de que teria hesitado em fazer o dito pedido, mudando de idéia pela consideração de que "na minha qualidade de homem pobre sempre procurei meu conceito social!". O que ele está sugerindo, nas linhas anteriores, é que sua modesta condição social permite-lhe proceder a tal demanda, numa peculiar concepção de direito. Tanto a temática desta carta quanta a das duas anteriores estão intimamente associadas ao conteúdo das missivas explorado na primeira seção deste capítulo: em meio a um ambiente em que a circulação de mercadorias ocorre muito por conta de preços e práticas considerados injustos e abusivos, JQ é vislumbrado por muitas pessoas como um político razoável e justo a ponto de eliminar o que seriam as indicadas distorções.

No pedido presente na missiva de Martha Rezende Andrade, de Três Corações-MG, em 8 de agosto de 1960, uma concepção de justiça também é veiculada:

> "(...) Já tive a honra de falar pessoalmente a V. Excia. na casa de meu pai, Odilon Rezende Andrade, atual Prefeito de Tres Corações, quando da sua visita a esta cidade, na campanha vitoriosa do ano passado (...) O meu problema é dificil complexo e tambem emotivo e só mesmo a mais alta autoridade do país, sobejamente conhecido pelo seu espirito justiceiro e compreensivo, e enfeixando nas mãos todos os poderes públicos, poderia resolve-lo. (...)
> Estando noiva ha alguns anos do 2° Sargento Raimundo Pinto Muniz, atualmente servindo no Batalhão Escola de Engenharia, na Vila Militar Rio de Janeiro (....) nosso casamento tem sido protelado até que ele termine o seu curso de direito (...)
> Acontece, Excia, que logo agora que o meu noivo está no quinto e último ano do curso serve longe da Escola de Direito e onde é ele obrigado a trabalhar em dois turnos. Nâo lhe sobrando tempo para estudar, está ele ameaçado de perder a faculdade em seu último ano e estamos nós consequentemente na iminencia de mudar novamente a data do casamento. Como ainda há tempo apelo para o coração magnanimo de V. Excia. que ordene a transferencia de seu modesto servidor para qualquer outra Unidade Militar (...) onde, no entanto, lhe sobre tempo (...) para preparar-se convenientemente e passar nos exames do fim do ano e podermos assim realizar o nosso tão ambicionado ideal. (...) se apelo para a compreensão e boa vontade de V. Excia., é porque sei que o que peço nenhum ônus trará à Nação e nenhuma dificuldade a V. Excia, pois trata-se apenas de uma transferencia, que beneficiará um moço pobre que faz os maiores sacrificios para estudar. (...)"

Apresentando sua condição de filha de uma autoridade municipal e ex-anfitriã de JQ, numa alusão velada de que estes elementos lhe forneceriam mais razões para ser ouvida em seu pleito, a remetente solicita ao mesmo uma transferência de emprego para seu noivo. JQ é interpelado a partir da imagem de que seria um político com o "espirito justiceiro e compreensivo", assim como alguém que traz "nas mãos todos os poderes públicos". E, se essas palavras denotam uma relação fortemente hierarquizada com a autoridade, é preciso lembrar que essa concepção de justiça projetada sobre o referido político baseia-se na noção de que ele é alguém que preza pelo fortalecimento do país enquanto "Nação", ao poder ajudar "um moço pobre que faz os maiores sacrifícios para estudar". Nesta passagem, é notável a correlação entre fatores como necessidade e mérito, os quais, uma vez conjugados, tornariam legítimo e justo o pedido da missivista diante de JQ. Este é visto, pois, como alguém que pode estabelecer critérios para a concessão de proteção e favores.

Essa parece ter sido uma interpretação muito comum para um dos principais pontos defendidos pela candidatura janista, cujo símbolo era a vassoura: o combate ao apadrinhamento e aos favores concedidos por autoridades políticas a seus protegidos junto a órgãos públicos. A carta de Maria Aparecida Monteiro, de João Pessoa-PB, em 19 de outubro de 1960, permite avaliar melhor essa questão ao trazer a perspectiva de alguém cujas expectativas de favores chocaram-se com o discurso janista:

> "Conforme carta que enviei ao Dignissimo presidente no início de vossa candidatura, tive a oportunidade de receber de vossas mãos, um telegrama que no mesmo, dizia que eu aguardasse quando na vossa vitória pudesseis me ajudar conforme meu pedido.
>
> Pois, como vi e ouvi, aqui na minha pequenina João Pessoa, Vossa Excelência quando falava para nós pessoenses dizia em vosso discurso que só poderia nomear pessoas que fossem concursadas. (...) Então, ouvindo isto, fiquei um tanto triste. Pois sou uma senhora casada com 5 filhos menores e minha mãe doente tudo para sustentar e esposa de minha pessoa, que nada posso fazer por apenas ter um simples emprêgo no comércio (...). Voltando o assunto dos concursos quero adiantar a Vossa Excelencia que sou uma mulher que não posso esperar mais por concursos quando estou muito necessitada, para ter este direito à uma nomeação.(...)Venho solicitar a Vossa Excelencia uma colocação em qualquer agência dos correios e telégrafos em qualquer um dos bancos da nossa capital ou mesmo no ambulatorio do IAPC."

O texto anterior revela a perspectiva de uma pessoa que parece ter tido suas esperanças de indicação a um emprego público alimentadas, por meio de correspondência, e que depois se desiludiu diante do conteúdo de um discurso proferido por JQ em sua cidade. Embora ciente das posições assumidas pelo mesmo, ela assevera não poder esperar "mais por concursos quando estou muito necessitada, para ter esse direito à uma nomeação", de modo que o critério considerado por ela como justo para o preenchimento de cargos públicos recai sobre a necessidade, parecendo considerar-se assim portadora de um direito.

A missiva de Haidée Sapucaia, de Belém-PA, em 1 de outubro de 1960, também traz um pedido a JQ e um apelo ao que seria a "justiça e bondade" dele:

> "Venho através desta, solicitar de V. S. um pedido, e ao mesmo tempo apelar, para o bom coração, do eminente e grande patricio, que é V. S. o qual espero, ser atendida, pois através de tudo, que tenho lido, e escutado, através do radio, sobre V. S. e, de todos os seus atos, nos diversos cargos, que tem ocupado, inclusive como governador de S. Paulo, e a grandiosa administração, que realizou naquela unidade da federação, é um atestado claro que administrará o Brasil num clima de respeito, e direitos e justiça a todo o povo brasileiro.
>
> O pedido que, quero formular a V. S. é que consiga-me um emprêgo, numa repartição federal, pois nos dias atuais a vida está muito cara, principalmente para aquêles que a família é muito numerosa como a minha. (...) Na espectativa, de sua resposta, e confiando na vossa justiça e bondade."

Tratando JQ como alguém que estabelecerá um "clima de respeito, e direitos e justiça" no país, a remetente pede-lhe um emprego numa repartição pública. O que sugere que a mesma considera justo o governo conferir benefícios aos mais necessitados.

Na carta de Francisca Fernandez Gouveia, de Fortaleza-CE, em 3 de dezembro de 1960, um caso parecido ao anterior surge:

"Sinto-me profundamente honrada por esta carta que vos dirijo (...) O que me faz agir assim em fazer-vos esta carta é a confiança que deposito na generosidade de vosso coração e a proteção que (...) Vossa Excelencia tem proporcionado aos necessitados. É a voz comum que sempre ouço 'o sr Janio Quadros é o pai dos pobres é a esperança dos que sofrem'. Permita-me vossa Excelência antes de entrar no conteúdo (...) desta, contar-vos alguns fatos de minha vida.

-Chamo-me Francisca Fernandes Gouveia, casada a vinte e três anos com Vicente Camelo Maciel.

Meu esposo encontra-se no Rio de Janeiro lutando para ganhar a vida. É analfabeto e por isso sofre o pêso do trabalho humilde, penoso e grosseiro das construções. Tenho 10 (dez) filhos (...) Sr. Presidente se eu fôsse relatar tôdo o meu sofrimento levaria folhas e folhas de papel; basta dizer que até fome já passamos. O sr. calculará a dor de uma mãe que vê seu filho afogado no desespêro sem que possa dar jeito. (...) Por esta razão Sr. Janio Quadros me curvo aos vossos pés implorando 'um emprêgo' para minha filha mais velha que terminou o ginasio êste âno. (...) Sei realmente que Vossa Excelência já experimentou de perto as agruras de uma vida atribulada e por isso facilmente compreende o meu sofrimento; as minhas dificuldades perante o alto custo de vida; desta vida que as vêzes temos de acabar por não suportar mais o seu pêso.(...) Sr. Presidente, esta carta não foi feita por mim pois não tenho capacidade para tal (...)"

É preciso observar, em primeiro lugar, que o texto acima foi escrito em nome da remetente, uma vez que a mesma seria analfabeta. De qualquer forma, independente de quem a escreveu, parece ser possível identificar algumas idéias acerca do governo nele. JQ é considerado o "pai dos pobres", de uma forma semelhante àquela atribuída a Getúlio Vargas. Com isso, em tom dramático, a remetente intenta conseguir um emprego para sua filha, afirmando que "Vossa Excelência já experimentou de perto as agruras de uma vida atribulada e por isso facilmente compreende o meu sofrimento". Ou seja, por já ter supostamente passado por necessidades, JQ teria consciência de que tal condição deveria engendrar o auxílio do governo junto aos cidadãos mais necessitados, com o provimento de benesses.

Na missiva do agricultor Angelo Padovani Sobrinho, de Vera Cruz-SP, em 9 de setembro de 1960, há o seguinte pedido:

"Prezado Sinhor Janio Quadro a voz de um colono venho um como eleitor pobre que esforzozamente caminho 10 quilometro para voz eleger como governo do estado. E asim como queremo a vosa senhoria como o home da justiça e a esperança do Brasil to disposto a caminhar os mesmo 10 quilometro para voz eleger como governo da Republica? Sinho Janio tenho toda a esperança em que o Sinhor ira ser o Pai desta clase lavradora que a muito anno vem sofrendo falta de conforto (...). Asim hoje venho me pezando na consiença de lhe trasar estas poucas linha para lhe fazer este pedido (...) Prezado Sinhor Janio sendo eu pai de trez filho a dez anno que venho senpre castigado con doença mas senpre lutando e fe en Deus? E me vejo hoje obrigado a uma operasão (...) que ta me prejudicando e ta me tirando as força do trabalho e venho deixando cair lagrima dos olhos para lhe fazer este pedido. Queria pedir como a vosa pesoa abaixo dos poder de Deus e pela nosa esperança do brasil Queria me

> ausiliar com 20.000 vinte mil cruzeiro para eu poder fazer esta o peração e para a familha poder comer 90 dia enquato eu poso tornar esforçar o trabalho (...) Sinho Janio com voz tem dito no voso comisio em Marilia que iria trabalhar pela clase agricultoraasim poriso eu venho lhe fazendo este pedido porque eu não tenho outro pai se não a vosa pesoa tenho o meu Papai (...)"

O remetente trata JQ como "o home da justiça" e espera que ele se torne o "Pai desta clase lavradora". O que ele entende por isso surge em seguida, ao relatar o que seriam suas dramáticas condições materiais e de saúde. Em outras palavras, sugere que o político em questão pode estabelecer critérios para a distribuição de benefícios e favores, sendo justa a sua ajuda às pessoas mais necessitadas.

Um parâmetro similar é adotado na carta de José Orlando Chaves de Miranda, de Nazaré-BA, em 14 de outubro de 1960:

> "Quem se dirige a V. Excia, é um simples e humilde estudante da quarta série ginasial, filho de um modesto contínuo do Banco do Brasil S/A (....)
>
> Há muitos anos venho envidando o máximo de meus esforços com objetivo de conseguir um emprego, pelo qual pudesse auxiliar-me no custiamento dos meus estudos e ao mesmo tempo colaborar na formação educacionária dos meus irmãos menores. (...) considero esclarecer que meu pai é responsável por família composta de 12 pessoas, sendo eu um dos primeiros, acho-me com o direito de ajuda-lo de algum modo. Em tal circunstância, venho apelar para o grande coração que é possuidor V. Excia., no sentido de nomear-me como contínuo ou servente do Banco do Brasil S/A (...)
>
> Quero adiantar a V. Excia., que já venho servindo nesta Agência como 'tarefeiro' executando as minhas tarefas da melhor maneira possivel, na certeza de faser jús a futuras oportunidades(...)

Assim como no caso anterior, o missivista solicita a JQ a concessão de um emprego público, alegando necessitar de recursos para auxiliar na manutenção de sua família. Ademais, procura demonstrar familiaridade com a área almejada, ao afirmar já ter nela trabalhado, com o intuito de demonstrar sua qualificação para o cargo. Nesse caso, além do argumento da necessidade, também surge a questão do mérito como elemento que JQ poderia discernir para a concessão de benefícios.

É com essas questões em mente que se deve analisar a missiva de Maria Inês Cunha Pinheiro, de Fortaleza-CE, em 5 de outubro de 1960:

> "Sou uma moça pobre, arrimo de familia, tenho saúde e disposição para o trabalho, curso o 2° ano técnico. Ha 3 anos trabalhava na firma Celso Nunes S/A, e devido ao aumento salarial foi dispensada. Não consegui uma nova colocação.
>
> Lembrei-me do símbolo que o Sr. adotou na sua campanha eleitoral: 'A VASSOURA', sinônimo de limpeza. Penso nos Institutos que regurgitam de funcionárias inéptas e parasitárias....enquanto moças que levam uma vida de sacrifícios, só porque não dispõem de

> ‘pistolões’, ficam do lado de fora, a olhar o emprêgo em autarquia como algo inatingível (...) Nestas horas de desânimo e sofrimento, apelo para o alto espírito de justiça e bondade do senhor, no sentido de levar em consideração esta carta. E num gesto nobre e cavalheiresco, arranjará para mim um lugar, numa destas repartições federais.”

É curiosa a interpretação da autora para o símbolo da vassoura utilizado por JQ. Ao pedir a este último sua colocação numa repartição pública, ela afirma passar por dificuldades em retornar ao mercado de trabalho e ter qualificação e disposição para assumir o emprego almejado. É sob este misto de mérito e necessidade que ela espera pela “limpeza” de órgãos públicos de “funcionárias ineptas e parasitárias” instituídas através da proteção de “pistolões”. Assim, também solicitando proteção, considera que o “alto espírito de justiça” de JQ seria capaz de distinguir seus mencionados atributos, para assim investi-la no cargo. O que está em questão não é o paternalismo em si, mas o estabelecimento de critérios no âmbito de suas práticas.

Na carta de João Mandetta, de São Paulo-SP, em 18 de setembro de 1959, há um questionamento semelhante:

> “Eu, João Mandetta, casado, brasileiro, nascido em Três Lagoas, Mato Grosso, sempre lutei e continuarei lutando por uma Democracia melhor, sempre trabalhando ativamente para a moralização dos costumes, a tal ponto de discutir com os colegas contrário em opiniões (que respeito) em Praça Pública.(...)
> Dr. Jânio o que escrevo é da mais cristalina sinceridade, todavia peço-lhe perdão, pois sou obrigado por ser casado, a solicitar-lhe um pequeno favor.
> O meu maior sonho é pertencer ao Quadro de Funcionalismo Público, mas, sempre um mas...em nossa vida, fui obrigado a solicitar demissão. Há tempos atráz apareceu uma oportunidade de trabalhar para o Estado. Há três anos em 1956, iniciei minhas atividades. Trabalhei com afinco, procurei cumprir com toda boa vontade os trabalhos que traçavam para serem feitos. Tendo um título de datilógrafo, bem como de Guarda Livros, recebi elogios de Chefes de Secções na qual pertenci, além do mais, do próprio Senhor Diretor. Fiquei satisfeito em saber que estava sendo util. Sinceramente, Senhor Presidente, pensei que, com esfôrço, dedicação e educação fosse reconhecido e compensado os meus esforços, porém, sai para dar lugar a outros. Estou desiludido.
> Só mesmo Vossa Excelência, com seu alto espírito humanitário poderá arrumar minha vida.(...)”

Assim como o caso anterior, as práticas do apadrinhamento e do favor não são postas em questão nas linhas acima, pois o missivista pede a JQ um emprego público. O argumento utilizado para convencê-lo é o relato de sua necessidade e seu mérito, o qual poderia ser notado em suas qualificações e experiência, em suas palavras: “pensei que, com esfôrço, dedicação e educação fosse reconhecido e compensado os meus esforços”.

Portanto, o missivista vislumbra em JQ alguém capaz de utilizar critérios na implementação de práticas paternalistas.

O conteúdo da missiva de Creuza Marques Lucena, de Baturité-CE, em 27 de setembro de 1960, trilha caminho similar:

> "Passo aqui contar toda minha vida funcional (...) Para entrar no meu emprego, nos Correios até tive muita sorte (...) Tinha um grande amigo Diretor Regional, e este me fez esta caridade. Agora como tenho um grande admirador politicamente falando, que é V. S. e tenho sua vitoria certa, tão certa como minha morte, venho pedir ao seu coração generosso, quando estiver em Brasilia como Presidente da República lembre-se de uma amiga certa e sincera de longos anos que vem acompanhando este partido. Partido este que ha muito vinha sem o direito de viver. Meu pedido é apenas uma promoção pois desde o ano de 1951 foi nomeado como agente (10) com o ordenado de tres mil e oitocentos cruzeiros Cr$ 3. 800, 00 e ainda continu no mesmo lugar. Aqui mesmo tenho companheiras com poucos anos de serviço e já estão muito melhores que eu. Mais quanto a elas não me refiro. Lamento apenas minha falta de sorte nunca pude arranjar isto com ninguem pois não tinha o prisipal que era o tal pistolão. (...)" (grifos da autora)

Como se pode ver, a prática do favor pelas autoridades públicas é concebida como legítima pela missivista. Reconhecendo ter ingressado no serviço público por meio de apadrinhamento, seu drama reside no suposto fato de não ter obtido, desde então, "um pistolão" capaz de permitir-lhe um aumento de salário; ao passo que algumas de suas companheiras de trabalho, com menos tempo de trabalho mas protegidas por pessoas influentes, já ganhariam mais do que ela. O que ela indica com isso é que seu tempo de serviço confere-lhe mérito suficiente para tornar sua demanda justa, diferencial que poderia ser notado e considerado por JQ.

Tal caso é muito semelhante ao pedido presente na missiva do "fazendeiro" José de Barros Leite, de Cornélio Procópio-PR, em 13 de dezembro de 1959:

> "tomo a liberdade de vir a presença de V. Excia, para solicitar o seguinte; tenho uma irmã, Maria de Lourdes Barros Leite Gouveia, que é funcionária da Caixa Econômica do Estado de São Paulo(...) Ja esta no fim da carreira de escrituraria, com 25 anos de exercício (...)
>
> Conforme ela me informou atualmente existe diversas vagas de chefe de secção no quadro da Caixa, solicito a proteção de V. Excia., para que ela seja nomeada para uma das vagas, aliás, é um caso de justiça, visto tratar-se de uma servidora que há longos anos vem prestando sua colaboração para o progresso dessa autarquia e foi sempre esquecida.
>
> Espero que V. Excia. se interesse pelo meu pedido e saberei agradecer, colaborando com minha família e meus colonos, para a vitória de V. Excia., a qual haveremos estou certo de vencermos."

O remetente solicita a JQ uma vaga no serviço público para sua irmã. Alegando que a mesma trabalha em atividade mais modesta no próprio órgão em que o emprego é

almejado, argumenta que os muitos anos ali dedicados por ela tornam a referida demanda uma questão de "justiça". Em outras palavras, vislumbra JQ como um político capaz de discernir este detalhe no momento de distribuir benefícios.

Em muitas cartas, é possível perceber melhor como as relações paternalistas não se reduziam, muitas vezes, a uma simples relação pessoal, no sentido de que muitos remetentes fariam pedidos a JQ apenas enquanto indivíduo e pessoa. O que aparece explicitamente, ou nas entrelinhas, em diversas missivas, é a concepção de que a concessão de benefícios e proteção eram funções seja de políticos em campanha ou do governo. Por exemplo, a carta de Maria Tereza de Jesus, de São Caetano do Sul-SP, em 21 de setembro de 1960, indica pistas interessantes acerca dessa questão:

> "Dr. Jânio Quadros venho por meio destas mal trançadas linhas pedir um grande favor que me vejo muito doente e sem recursos tenho uma menina na escola e não temos auxilio de nem um lapis e eu não posso trabalhar ja estou cansada de pedir ao governo mas não arranjei nada desde o governo Garcez agora resolvi pedir ao senhor que aqui na minha casa se aja cinco votos a seu favor senhor deputado eu vi o senhor na televisão me deu muita vontade de invadir a tela para falar com o senhor (...) o meu marido foi soldado da força publica serviu o governo 25 anos (...) foi ferido na revolução de 34 e na de trinta também e na de trinta e dois ficou todo machucado, derramou seu sangue para servir à Pátria ai foi jogado em valido com muito pouco ordenado apenas Cr$ 140, 00 até 37 êle pagou a caixa depois largou de pagar porque não dava então eu peço-lhe um favor e uma caridade o senhor é tão rico deputado e eu tão pobre necessitada quem sabe o senhor podia dar um jeito de ajudar-me ao menos de mantimento e um hospital para me tratar o senhor que sabe lidar com essa gente podia falar com essa gente para me dar a pensão de 37 para tráz até 1912 já era um auxilio que o senhor me dava (...)"

À primeira vista, talvez os pedidos de alimentos, hospital e pensão da remetente ao "tão rico deputado" possam parecer uma mera questão pessoal. Entretanto, chama a atenção o trecho do texto em que ela menciona o seguinte: "estou cansada de pedir ao governo mas não arranjei nada desde o governo Garcez agora resolvi pedir ao senhor". Ora, não sabemos se de fato ela interpelou a mencionada autoridade com o intuito de obter benefícios. De qualquer modo, considerando tal passagem como uma estratégia da missivista para convencer JQ da necessidade de conceder-lhe os itens requisitados, fica subentendida a idéia de que a concessão de favores às pessoas mais necessitadas é um papel que deve ser desempenhado pelo governo. Portanto, a autora indica possuir uma abstração das funções deste último através de seu pedido, sem reduzi-lo à figura de uma personalidade.

Na missiva de Rita Xavier de Oliveira, de João Pessoa-PB, em 25 de maio de 1959, surge outro traço de tal concepção: "Dr. Jânio (...) O fim desta é para lhe pedir que o senhor

me dê uma ajuda para eu comprar um terrenozinho. Sou uma pobre mulher tenho 41 anos de idade meu trabalho é vender bilhete de Loteria, sou mãe de 11 filhos, criei esses filhos sem pai.(...) Se o senhor não puder me auxiliar peço-lhe que não saia daqui sem me arranjar um emprego (...) pois já estou minha idade avançada e já estou muito esgotada de andar, e tenho de sustentar 9 filhos.(...) Olhe Dr. eu fiz uma carta desta para o Dr. Getúlio Vargas, e ainda hoje estou esperando a reposta. Peço-lhe que não falte pois se o senhor me ajudar está fazendo pelos meus filhos pequenos pois o senhor não sabe o que é aluguel de casa (...)" . Após fazer seus pedidos a JQ, é curiosa a menção da autora de que já teria escrito a Getúlio Vargas, mas não teria tido resposta. De modo semelhante ao caso anterior, a interpelação ao mesmo é feita sob o pressuposto de que a cessão de benefícios às pessoas mais necessitadas é uma tarefa cabível tanto aos políticos quanto aos governantes.

Em carta de Sebastiana do Vale Souza, de Mossoró-RN, em 15 de outubro de 1960, há o seguinte pedido:

> "Venho nesta humilde missiva congratular-me com grande satisfação pela vossa vitória, na qual trabalhei bastante e com grande fervor junto aos meus para ver realizado o que tanto almejo e necessito que é minha casa que comecei e não temino a falta de recursos (...)
>
> Pois quando recebi a carta do senhor acusando que tinha recebido a minha, e que procuraria solucionar o caso a medida do possivel, eu fiquei tão satisfeita que cuidei logo em trabalhar e pedir a Deus pela vossa vitoria pois eu tinha e tenho sertesa que o senhor não faltará com a vossa promessa (...) Só em o senhor me responder já foi grande coiza pois eu que tanto admiro as obras que o atual presidente tem feito fiquei decepcionada com ele escrevi duas cartas depois da que escrevi para o senhor uma em maio e outra em julho e até hoje não tive resposta. (...) Tambem reconheço que ele é muito ocupado mais já houve tempo de sobra para uma pequena resposta. (...)"

A remetente pede recursos a JQ para terminar de construir sua casa. Chama a atenção a passagem em que ela afirma ter ficado decepcionada por não ter recebido respostas de supostas cartas enviadas ao presidente J. Kubitschek tratando daquele assunto. Ou seja, ela concebe o papel do governo como devendo integrar a distribuição de benesses àqueles que passam por maiores dificuldades.

Em carta enviada de Flórida-PR, em 19 de setembro de 1960, Edison Lessa Goulart faz um pedido com parâmetros semelhantes aos exemplos anteriores:

> "Conquistando a confiança da maioria de colonos daqui, fiz reconhecer que para melhorar suas vidas econômicas e sociais, devem votar no 'Homem da vassoura'.
>
> Certo dia, um 'coitado' disse-me o seguinte: O marechal sera um bom governo, se for eleito. Respondi: Claro que sim!
>
> Sem duvidas, ele será um ótimo govêrno, para os 'comunistas' para os 'tubarões', que cada vez crescem mais com o suor, com o sangue de nós trabalhadores na lavoura.

> Que ganhas em fazer politica? Perguntou-me. Ganho um protetor, e voce tambem ganhara. (...)
>
> Tendo solicitado, ao atual governo, um auxilio, (ha meses atraz) até ontem não fui atendido. (...) Resolvi solicitar à V. Exa. o futuro governo da Republica. (...) Desde a mais tenra infancia, demonstrei o meu gosto e talento para o cinema. Desejaria ingressar numa escola preparatoria, e depois viver do cinema e para o cinema (...) Mas, infelizmente, nós aqui, somos pobres, e sem dinheiro é impossivel estudar. Por isso, faço-lhe o meu apelo, para que de-me proteção, pois tenho vontade, mas não tenho o necessario. Mas, se V. Exa. achar que não é possivel, o povo Floridense, não deixara de votar no 'homem da vassoura'(...)"

Neste pedido de favor, o tratamento conferido a JQ, o de "protetor", é utilizado pelo remetente com o intuito de sugerir-lhe que uma de suas funções seria a de atender aos pedidos das pessoas mais pobres e desamparadas. A passagem em que ele afirma ter solicitado um auxílio do governo e não ter sido atendido, é importante por estabelecer sutilmente o pressuposto de que faz parte das tarefas do primeiro distribuir benefícios e auxílios à parcela mais desfavorecida da população.

A missiva de Maria do Socorro Vieira, de Floriano-PI, em 22 de janeiro de 1960, traz uma questão interessante diante dos exemplos anteriores:

> "Sou uma menina pobre de dinheiro, tenho uma mãezinha que trabalha dia e noite em uma maquina para nos sustentar, porque o meu ingrato pai nos abandonou quando eu tinha 6 anos de idade, tenho agora 14 anos, fiz a 3ª série do Ginásio graças a Deus e os esforços de minha mãe. (...) Apesar de humilde, tenho grande vontade de aprender tocar acordeon, já sei um pouco de música mas não posso continuar porque minha mãe, diante sua cituação financeira não pode dar-me uma que seria grande satisfação para mim realizar este sonho, mas como graças a Deus existe ainda grandes homens, protegidos da furtuna e de coração generôso resulvir apelar para Vsa afim de pedir um acordeon de 80 baixos por serem as que tem tôdas as notas musicais, sei que não existe verbas para tal fim, mas Vsa. querendo poderá me dar pois com o coração bondôso apesar de nunca ter sido pobre, sabe avaliar o quanto é ser pobre. (...)"

Declarando que ela e sua família passam por dificuldades financeiras, a garota pede um acordeão a JQ. É interessante o trecho em que ela faz a ressalva adiante: "sei que não existe verbas para tal fim, mas VSA. Querendo poderá me dar pois (...) apesar de nunca ter sido pobre, sabe avaliar o quanto é ser pobre.". Em outras palavras, a missivista procura indicar que tem consciência de que seu pedido não pode ser atendido por uma medida ou procedimento formalmente instituídos; mas que é possível e legítimo que seu pedido seja atendido na base da informalidade. Diferente de um dos casos acima, JQ não é tomado como alguém que já passou por dificuldades; mas como uma pessoa que, apesar disso, consegue compreender a situação dos mais necessitados e assim ajudá-los.

É preciso lembrar que essa correspondência era lida seja diretamente por JQ ou por membros de sua equipe. Joel Silveira, ao rememorar um momento de sua viagem com o presidente eleito, relata um diálogo com este último a propósito do grande volume de cartas recebido:

> "-Eu vi, Presidente, quando fui apanhar minha passagem na agência. Uma montanha!
> Jânio franziu a testa, tirou e colocou os óculos:
> -Que logo será uma cordilheira. Já calculaste o que de papelada me espera em Londres? Claro que nao lerei tudo, nem agora e possivelmente nunca. Quando assumir, incumbo o Aparecido de fazer a triagem.
> Depois explicou que dividia a correspondência - cartas, telegramas, relatórios 'confidenciais' - em duas categorias distintas:
> -Na primeira, a mais numerosa, incluo o coro epistolar dos postulantes. Todo chefete político, por me ter dado meia dúzia de votos, acha-se com direito a compensação. Na segunda categoria estão os sábios, doutorais, os chamados 'líderes', donos da verdade, alguns até iluminados, que em seus copiosos e por vezes pedantes relatórios, recheados de números e gráficos, pretendem me ensinar a governar. E ainda tem a UDN. (...) A UDN acha que lhe devo a eleição. E quer tudo. Ministérios, cargos do primeiro e segundo escalão, até mesmo do terceiro e quarto (...)"[220]

Nesta passagem, ao comentar o conteúdo das missivas com o jornalista que o acompanhava na viagem ao exterior, JQ parece impermeável às sugestões e pedidos a ele dirigidos. Já no relato do jornalista Flávio Tavares, há indicações de que as cartas eram ao menos respondidas: "Zé Aparecido havia montado um esquema (que Jânio considerava 'fundamental') para não deixar o povo sem resposta: as cartas que – às centenas ou milhares - chegavam diariamente ao Planalto eram lidas e respondidas, uma a uma, pelo jornalista Evandro Carlos de Andrade, depois de analisá-las e encaminhá-las ao chamado 'setor competente'. Tudo, e sempre, como se fosse o próprio Jânio."[221]. Na verdade, o referido esquema já existia durante o período da campanha presidencial, conforme algumas cartas anteriormente citadas sugerem.

Ademais, como se pode notar a partir da carta de Sarah Gomes, de Fortaleza-CE, em 15 de outubro de 1960, os pedidos recebiam atenção e não eram contrariados: "Tenho em mãos o vosso telegrama 'Anotei pedido carta bom amigo prometendo ajuda posterior Abraços Janio' e ele me trouxe a certeza do deferimento do meu pedido. Agora, com a vossa vioria tudo será antecipado. (...) Novamente vos imploro o emprego de 'contínuo' no Banco do Brasil para meu filho José Francisco Gomes de Oliveira. A agência de

[220] Joel SILVEIRA. *Viagem com o presidente eleito*, p. 39-40.
[221] Flávio TAVARES. *O dia em que Getúlio matou Allende*, p. 172.

Maranguape, de que eu vos falei em minhas cartas, ainda não foi inaugurada, será brevemente, alimento porém a esperança da possibilidade aqui em Fortaleza, tendes poder e basta um desejo vosso para que todos se sintam honrados em vos servir.". A reprodução do conteúdo do dito telegrama pela missivista indica que as esperanças de atendimento de pedidos eram não só consentidas como alimentadas.

Diante dos exemplos acima, a carta de Joana Alves dos Santos, de Solânea-PB, datada de 5 de dezembro de 1960, oferece pistas interessantes: "E verdade que não lhe conheço mais pelo o que ouço os rico dizerem acredito que senhor é um pai da pobreza eu sou cazada e por infelicidades sou largada do meu marido vivos passando as maiores nececidades para proceder bem tenho como profição de custureira curioza e tambem dos pobre como eu faço minhas costura pelas as cazas dos vizinho nas maquinas aleia para remediar meu pão caridades que eles me faze os vizinho. (...) Sobe que senhor protegeu outras criaturas enviando para elas maquina de costura rizoviu ao senhor para bota na lita dessa sua protegida me fazendo uma poteção para eu aranja um maquina tambem podedo asim mais sucegada na minha casa.". Considerando JQ "um pai da pobreza", a remetente solicita-lhe uma "poteção" na concessão de uma máquina de costura. Chama particular atenção nessa carta o trecho em que ela alega que o primeiro teria favorecido outras pessoas com o fornecimento de tal aparelho. Estaria a missivista respaldando-se em boatos para formular seu pedido? Ou estaria apoiando-se em práticas efetivas empreendidas por JQ ou em seu nome?

A missiva de Maria Barbosa da Silva, de Arcoverde-PE, de 2 de dezembro de 1960, fornece informações a mais sobre isso: "Excelentissimo Janio Quadros peço por bondade enviar minha maquina, já escrivir uma carta no mês de agosto e não obtive resposta (...) As pessoas que escreveram receberam o telegrama, e eu nem o telegrama recebi. (...) Todas maquinas já chegaram, menos a minha, fui com tanto votar, com cinco dias de resguardo, e adoeci quise que morro, e vê as pessoas, receber sua maquina, e eu nada.". A remetente reclama a JQ por não ter recebido a máquina solicitada, alegando que outras pessoas de sua cidade, que teriam feito o mesmo pedido, receberam o dito equipamento. Com isso, se não temos certeza da efetividade do envio de tais objetos para aquela localidade, podemos ao menos sugerir que, tanto neste caso quanto no anterior, transparece uma noção de justiça nas demandas das missivistas, cobrando algo que lhes parece pertencer de direito.

É preciso dizer, enfim, que, ainda que as duas remetentes mencionadas fiem-se em boataria ou na base do ouvi-dizer para formular suas demandas, houve concessões de favores e benesses por JQ e seus partidários a muitas pessoas. Como evidência disso, vale a pena a leitura de um trecho de uma carta aberta do jornalista David Nasser ao então recém-eleito presidente da República, publicada na vista *O Cruzeiro*, em 19 de novembro de 1960, na qual ele tece alguns comentários sobre a personalidade dele durante a última campanha eleitoral: "Aquela expressão meio descuidada, de quem presta muita atenção sem estar prestando atenção nenhuma, desapareceu como por encanto. Pedia contas aos responsáveis pelos diversos setores, revelando memória de fatos, nomes e lugares que me deixou estarrecido. Lembrava, por exemplo, de uma máquina de costura que prometera a uma senhora, cujo nome citou, residente em Caruaru. 'Telefone ao Franco. Diga-lhe que eu pedi êsse favor.' Recordou de uma passagem que ficara de dar a alguém, também no Norte, para visitar parentes em São Paulo. 'Ligue-me com o amigo Lineu, da Real. Êle dará a passagem.' E assim esvaziou o bolso de papéis onde anotara compromissos assumidos durante a viagem. O José Aparecido me asseguraria, tempos depois, que Jânio nunca perde essas notas.(...)"[222]. Exaltando a capacidade de JQ em memorizar coisas, David Nasser fornece pistas de como o primeiro conferia especial atenção e importância aos pedidos de favores a ele formulados, os quais seriam cuidadosamente anotados, guardados e, muitas vezes, atendidos por meio de uma rede de conhecidos e influências; algo que pode ser confirmado por meio de outras fontes.

A carta de Francisca Alves Xavier, de Baturité-CE, em 20 de dezembro de 1960, por exemplo, apresenta os agradecimentos de alguém que afirma ter recebido um dos mencionados favores:

> "Venho por meio desta fazer ciente a V. S. que recebi da Agencia, a maquina de Costura 'Vigoreli', queria saber e poder agradecer no entanto o meu pouco estudo e a minha grande satisfação deixam-me impossibilitada de tal, quero que o senhor entenda a minha situação e reconheça de que uma alegria maior que esta não poderei jamais sentir, pois possuir uma máquina era o que vivia sonhando acordada, uma vez que sentia a igual necessidade de possuir, e só Deus e o Senhor poderia me fazer esta tamanha generosidade.(...) Aqui em Baturité disponha de mim no que me fôr possivel e no sentido político pode contar comigo e alguns dos meus, pois estaremos com o senhor em toda campanha Politica até o fim de nossa vida. Jamais poderemos pagar algum favor, e favor desta espécie sim,... que só um como o senhor poderia realizar. (...)"

[222] David NASSER. *"Ao homem que entra"*. *O Cruzeiro*, 19. 11. 60, p. 04-05.

A remetente afirma que recebeu a máquina de costura pedida e que, por isso, apoiará JQ politicamente em outras ocasiões. Conforme já indicado acima, antes de interpretar esse texto como uma rendição ou subordinação da pessoa beneficiada com o dito favor, é preciso lembrar que a instituição do voto secreto permitia-lhe romper com o político em questão quando bem lhe aprouvesse.

Esse cuidado também deve ser utilizado em casos semelhantes, como o da carta de Irene L. Lima de Arcoverde-PE, em 12 de janeiro de 1961: "Venho por meio destas mal traçadas linhas comunicalher que Recebi a maquina que o Ilmo presidente mi enviou recebi no dia 9 de 1. i recebi tambem uma carta que vinha fazendo ciente que Ilmo presidente tinha enviado a maquina (...) Ilmo prezidente muito obrigado pelo o presente que o Sro. mi fez i eu estou encantada de alegria em ter o prazer de receber uma maquina dada pelo o Sro Jesus que li proteja (...) sempre estou com o partido do Sro. a te a minha morte i nunca esquecerei a esmola que o Sro. mi fez (...)". O caso de Ida Bergamo, de Tupã-SP, em 8 de outubro de 1960, escrita em papel com caracteres em braile, é análogo ao anterior: "E con o corasção aberto que vos escrevo a fim de agradecer o riquisçimo presente que de vós tenho recebido. (...) E lamentável para mim não ter palavras suficientes para isso mas mesmo acim, con toda a simpliçidade embora mergulhada na escuridão mas com o coração transbordante de alegria eo vos agradeço penhoradamente por me terdes enviado o acordeão que há tanto tempo eu desejava(...)".

Os casos acima, assim como já apontado na figura 28, permitem a avaliação de que não eram casuais as aparições públicas de JQ e suas representações, ao longo de seu mandato presidencial, atendendo a pedidos pessoais. A figura 29 é em relação a isso muito significativa. Trata-se de uma justaposição de fotos tiradas por Sérgio Jorge, cuja montagem circulou na revista *Manchete*, acompanhada de um curto texto assinado pelo jornalista Silva Neto[223]. O episódio narrado ali faz referência a uma ocasião em que JQ ouviu solicitações diretamente da população na residência de verão do governador de São Paulo Carvalho Pinto. Segundo as informações fornecidas, os pedidos variaram desde batizados, empregos, transferências, financiamentos, até comutações de penas. Nas fotografias propriamente ditas, na parte esquerda da página, JQ é retratado diversas vezes junto de diferentes pessoas, com legendas indicando que o mesmo estaria ouvindo e

[223] Silva NETO. *"Audiência popular de JQ no planaltinho"*. *Manchete,* 01. 07. 61, p. 36-37.

apontando soluções para os mais diferentes problemas. Já na parte direita da página, ele é fixado no momento em que se senta diante de uma mesa com uma das mãos sobre o rosto, retrato cujo sentido a legenda procura guiar: "Fim de um dia de trabalho. Jânio Quadros luta contra o cansaço."

É bom lembrar que essa é apenas uma folha de uma matéria de duas páginas, na qual a outra parte traz outras situações de contato direto do mesmo com outras pessoas, além de uma longa fila de solicitantes, com o propósito de representar o que seriam as grandes proporções do acontecimento. Assim, a mensagem dessa montagem dá conta de expressar o que seriam os esforços notáveis do presidente em tomar contato direto com os problemas da população para melhor resolvê-los. E a análise dos exemplos anteriores contribui para o afastamento da interpretação de que esse caso diria respeito a uma manifestação de sintonia do trabalho de edição da revista com o que seria a demagogia governamental. Antes disso, ela indica que JQ deixou de hesitar em se mostrar publicamente sob o manto da figura paterna e que, para ampliar a legitimidade de sua administração, lançou mão de uma representação de governo endossada por significativa parcela da população. Tal imagem era utilizada por muitas pessoas para a realização de seus interesses e aspirações dentro das possibilidades de participação política presentes naquelas circunstâncias.

Ao que parece, tais pedidos de favor e apadrinhamento, mesmo que relacionados a formas mais tradicionais de se fazer política, nem sempre colidiam com modos mais racionalizados e impessoais de demandas. É o que pode ser sugerido com a carta de Edith Bezerra da Silva, do Guarujá-SP, em 5 de julho de 1960:

> "Sou esposa do Sr. Pedro Domingos da Silva, ex-porteiro do Sitio Yporanga em Guarujá, atualmente meu esposo encontra-se como operário do D. E. R., colocação ésta, conseguida, graças a V. Excia., quando Governador do Estado de São Paulo.
>
> Meu esposo depois desta colocação, não mais procurou auxilio de Vossa parte, apezar de V. Excia. ter-lhe dito que o procurasse em caso de precisão em uma das visitas feitas ao Sitio, porém, meu esposo não o fêz com o intuito de não dificultar a imensa taréfa, sempre brilhante e honrada de V. Excia.
>
> Mas como a necessidade obriga, pois temos 8 filhos menores, estando o maior com 12 anos, recebendo meu marido os vencimentos de Cr$ 7. 560, 00, pois vem ele exercendo o cargo a contento de motorista de caminhão da conserva, possuindo todos os documentos necessários, mas apezar de não estar enquadrado neste cargo.
>
> Tomo por esse motivo a liberdade, para pedir a V. Excia., a vossa intercessão a quem de direito, no sentido de que meu esposo seja enquadrado como motorista do D.E. R., para que possa gozar dos beneficios da lei, que é neste caso o salário de familia, minorando desta fórma, a situação difícil e acabrunhada que estamos atravessando."

Em primeiro lugar, é notável como a remetente afirma que seu marido já recebeu um favor de JQ, com a concessão de um cargo público durante sua administração à frente do estado de São Paulo; e, uma vez que a mesma parte da premissa que o referido político lembra-se desse caso, é provável que isso de fato tenha acontecido. Em seguida, relata que seu esposo exerce uma função incompatível com seus vencimentos, dado que a legislação vigente asseguraria-lhe proventos mais elevados. É com base nisso, e considerando-se portadora de um "direito", que ela solicita a JQ que a função efetivamente desempenhada por seu marido corresponda a seu estatuto legal, de modo a assegurar-lhe "os benefícios da lei". Em outras palavras, JQ é ao mesmo tempo concebido como distribuidor de favores e como assegurador de direitos prescritos pela lei, sem que haja contradição entre esses elementos; o que será melhor esclarecido no capítulo seguinte.

Assim, é possível indicar, a partir das fontes acima, como a imagem pública de JQ estava, em larga medida, associada a uma concepção paternalista de governo. Da mesma forma, fica sugerido que havia uma negociação de JQ e seus partidários com tal representação, no sentido de assumi-la e promover práticas relacionadas ao favor e à proteção. Cabe ressaltar, aliás, que os pedidos feitos ao político em questão eram, com freqüência, feitos sob o pressuposto de que se tratava de uma questão de direito e justiça. Alegando necessidades materiais e sofrimentos, muitos remetentes pareciam conceber o papel de políticos em campanha ou do governo sob o signo da obrigação de conceder benefícios e auxílio aos mais necessitados.

4. 3 – Estabelecendo o império da lei

Se a seção anterior deste capítulo traz muitos exemplos de pessoas que optaram por pedir proteção e favores a JQ, também foram muitos os casos em que este último foi interpelado para que estabelecesse o primado da lei ao longo do território nacional. Em meio a queixas acerca do descumprimento ou falta de leis, de arbitrariedades cometidas por particulares e do imobilismo do Poder Judiciário, JQ foi vislumbrado por muitos como a encarnação da justiça, no sentido de ser alguém capaz de aplicar a lei de forma igual a todos os cidadãos.

Diante dessas questões, quais são as possíveis conseqüências que podem sobrevir sobre uma sociedade cujo Poder Judiciário é visto como corrompido e sujeito aos mais diversos tipos de arbitrariedades? Em seu livro *A violência e o sagrado*, René Girard suscita uma hipótese interessante para tentarmos lidar com esse problema. Dialogando com diversos textos, sejam eles literários, filosóficos, antropológicos ou históricos, o autor procura sugerir que a violência permeia as mais diversas sociedades e permanece nelas sempre latente. Espalhadas no tempo e no espaço, sejam elas por assim dizer primitivas ou modernas, as sociedades humanas freqüentemente se vêem às voltas com a irrupção generalizada da violência entre seus membros. Nas sociedades primitivas, um dos mecanismos criados para a contenção e o apaziguamento desse ímpeto destrutivo seria a prática do sacrifício, durante o qual a vítima encarnaria a vingança coletiva e exorcizaria, com o derramamento do seu sangue, temporariamente a cólera social. Nas sociedades modernas, por sua vez, também sujeitas a tais impulsos, o sistema judiciário racionaliza a vingança para assim desviá-la e contê-la[224]. Desse modo, num ambiente em que o Poder Judiciário é vislumbrado com desconfiança por setores expressivos da sociedade, não poderíamos facilmente esperar pelo dilema entre o transbordamento da violência e uma pressão para que as leis estabelecidas sejam aplicadas com o máximo de rigor e imparcialidade pelos órgãos competentes? E quais seriam as implicações disso para a imagem pública de JQ?

As duas alternativas anteriores são sugeridas por José Albano Machado em carta de Colatina-ES, em 30 de novembro de 1959, ao alertar JQ acerca das possíveis conseqüências de sua renúncia à candidatura à Presidência: "caso V. Ex. não reconcidere sua atitude só um caminho V. Ex. deixa a este pobre PÔVO desgraçado, desmoralisado, pisado, velipendiado, injustiçado, sim injustiçado porque é a realidade não se pode mais acreditar em JUSTIÇA, pois só os ladrões tem tido valor, sendo até muitas vezes premiados pela CANALHA (desculpe a espresão) que se apoderou deste pais Rico desde 1930. Agora que sentimos nos faltar a unica esperança que éra V. Ex. só resta mesmo cado um de nós em conjunto fazer justiça pelas proprias mãos, pois estou certo pelo que escuto só revolução social V. Ex. deixa para este PÔVO que tanto estava confiando em V. Ex.".. Fica claro nesta carta que JQ aparece aos olhos do missivista como uma esperança de pôr fim a esse quadro repleto de

[224] René GIRARD. *A Violência e o Sagrado*, p. 36.

arbitrariedades através da aplicação da justiça - do que se subentende que ele trata de leis ou normas - , cujo termo é enfatizado em caracteres maiúsculos talvez para indicar a premência de sua aplicação e a solidez de seus princípios. Para ele, caso o político mencionado não assumisse essa tarefa, restaria àqueles que se sentem injustiçados "fazer justiça pelas próprias mãos" através de uma "revolução social". Apesar de ele não esmiuçar o que entendia por esta última, ficam patentes as opções entre o transbordamento generalizado da violência, ou a consolidação do Poder Judiciário e a aplicação das leis por meio da ação de JQ.

Na carta do estivador Robson José Simões, de Recife-PE, em 24 de janeiro de 1961, ficam bem claros esses dois caminhos:

> "Eu, Robson José Simões, Estivador de Pernambuco, em nome de meus colegas de Classe, estamos atravessando a maior crise política em nosso Sindicato. O atual Presidente do Sindicato, é (...) um elemento que não sabe respeitar os associados, faz o que quer dentro do Sindicato, quando um associado reclama um direito que lhe assisti, êle discute, joga a mão na cara do associado como aconteceu no dia 22 de Dezembro de 1960, na praça da tirada dos Estivadores, a vitima pela oitava vez foi o associado Gilberto Pereira de Lima, foi desmoralizado moral e fisicamente, este indisciplinado Presidente, de nome Apolinario Marques da Silva (...)V. Excia., faça uma analise da nossa situação não há justiça no Ministério que nos defenda, foi feita duas pericias contabeis nos livros do Sindicato e comprovada o desfalque como consta na certidão fornecida pelo Dr. Ministro do Trabalho Parsifal Barros, pelo Dr. Juiz de Direito da 3ª vara Criminal, foi denunciado o Atual Presidente dos Estivadores, a Diretoria e o Conselho Fiscal, como proba em Certidão fornecida pelo Cartório. (...) este elemento faz o jogo com a Justiça para ser absolvido como elementos da corrente dele denunciou que êle escondeu a perícia com um milhão de cruzeiros para V. Excia. tirar o extrato da verdade esta a prova nos livros caixa no Sindicato dos Estivadores fazemos esta carta denuncias com provas de documentos (...). Nos estivadores chefe de Famílias para reagir essas irregularidades praticadas por êle só se fizer Justiça as nossas próprias mãos apelamos para a V. Excia. como Chefe de família (...) que o ilustre Ministro do Trabalho, nomeado por V. Excia. tome consideração da vida economica do Sindicato dos Estivadores de Pernambuco.(...)"

O remetente procede a uma série de denúncias contra o presidente do sindicato responsável por sua categoria profissional. Apresenta queixas referentes desde o não cumprimento dos deveres do mesmo em defender os direitos dos estivadores até o desvio de verbas. Segundo ele, muitas das iniciativas de seus colegas de trabalho contra essa situação teriam resultado em ações violentas contra eles. Apesar de alegar a existência de abundância de provas concernentes às referidas irregularidades e a interpelação de autoridades para saneá-las, assevera que "não há justiça no Ministério que nos defenda". É curioso que, ao pedir a JQ que indique um Ministro do Trabalho para pôr fim a tal situação,

imagina que só restaria a ele e seus colegas fazer "Justiça as nossas próprias mãos", caso não fosse atendido em seu pleito. O que está em questão através da figura de JQ, portanto, é o estabelecimento e a instituição de um aparato de justiça que aplique de modo imparcial a legislação vigente.

Na percepção da ausência ou da negligência do Poder Judiciário em questões relacionadas à aplicação das leis, é significativo que muitos remetentes tenham solicitado a JQ tal atribuição. Por exemplo, na missiva de Maximino de Souza Oliveira, de Centenário do Sul-PR, em 16 de novembro de 1960, há o seguinte relato:

> "bem sei S. Excia. é amigo da igualdade e da Justiça (...) resolvi vir até a presença de V. Excia, afim de dar-me uma orientação de como conseguir receber um serviço de colheita que fiz com turma, no ano de 1. 958, para o Snr. EDUARDO GARCIA DIAS atualmente residente em Curitiba, e cujo senhor acertou juntamente comigo de acordo com os borradores em meu poder, acertou de me pagar até Dezembro daquele ano, acontéce que ainda antes do vencimento este senhor transferiu sua residencia para aquéla capital, e de lá continua a comandar a sua Fazenda onde trabalhei, mas não autorisa os seus administradores a me pagarem, já procureio Snr. Promotor da Comarca, Juiz e mesmo o Departamento do Trabalho sem ter a menor distinção do caso (...)
>
> Senhor Presidente, sou póbre preciso de dar sustento a minha familia, e não é justo que até a justiça me seja contra, quéro apenas que V. Excia., me veja entre os muitos brasileiros que padecem a falta de Justiça e garantias, gostaria que S. Excia. indicasse alguem que pudesse me dar uma solução satisfatória ao meu caso, pois sei que com ésta pessoa poderei melhor esclarecer e comprovar o que aqui estou pleiteando (...)"(grifos do autor)

Tratando JQ como amigo da "igualdade e da Justiça", o remetente expõe-lhe a injustiça de que teria sido vítima, relatando o trabalho executado numa fazenda cujos serviços não teriam sido compensados pelo pagamento combinado. Tanto seus esforços individuais junto ao suposto contratante quanto sua procura por órgãos da justiça teriam sido infrutíferos. Demonstrando indignação ao afirmar que "não é justo que até a justiça me seja contra", clama ao dito político para que não deixe o acusado sem punição e não permita que seu trabalho fique sem recompensa. Desse modo, manifestando contrariedade diante de um aparelho judiciário que nem mesmo lhe daria ouvidos, o missivista manifesta sua confiança em JQ como alguém que poderia fazer valer os princípios da lei.

Um caso análogo pode ser notado na carta de José Celso, de Lucélia-SP, em 10 de junho de 1960:

> "por meios destas pequenas carta que venho fazer-lhe uma reclamação, e no mesmo tempo pedir lhe um favor a vossa Esselencia. Eu José Celso aonde eu trabalhava no 3° Grupo Escolar de Lucélia apontado pelo Senhor Prefeito José Tarpo Municipal desta Comarca Desde

construção comecei a trabalhar no dia 8 de Fevereiro de 1958 trabalhando como servente da construção.(...)
Venho Sulicitando a Vossa Esselencia que o meu salario na Prefeitura em 1958 era Cr$ 240000.00 por mes e em 1959 eram Cr$ 3.400, 00 por mes. e no dia 15 de Novembro de 1959 fui adismitido do serviço pelo Senhor Prefeito. Sem avizo breve com dois anos de emprego. nestes dois anos de serviço. Sem motivo algum. Sendo provas os próprios foncionantes do local. A minha entrada no servisso era 6 e meia da manhã as 7 e 15 horas da tarde. Não arrecebi ferias nem horas estras. trabalhava domingo e feriados não tinha descanço horas nenhuma. (...)

No dia em que fui acertar a conta eu reclamei sobre o salario e a Prefeitura não quis aceitar a reclamação. Disse me que eu não tinha o direito de reclamar. Eu fui obrigado a ir o Ministerio do Trabalho de Marilha. Achei todos os meus direitos pelo atigo da lei. Comonico a Vossa Esselencia que a minha importancia das minhas queixas são estas importancia de Cr$ 59. 926, 00 tirada pelo Ministerio do Trabalho.
O Ministerio comonicou o senhor juiz que rezolveu a minha situação. E mesmo asim não querem atender aonde o Senhor Juiz de me o atestado de pobreza. (...) Pesso a Vossa Esselencia de fazer o favor de me arrezolver este problema na Prefeitura de Lucelia.(...)"

O texto acima diz respeito a uma série de reclamações de alguém que afirma ter trabalhado para a Prefeitura de um município do interior paulista e não ter tido seus direitos do trabalho respeitados durante esse período. Entres as observações do remetente aparecem queixas sobre o valor dos salários recebidos, a demissão sem justificativa e aviso prévio, a excessiva jornada de trabalho e o não recebimento de horas extras e férias. É digno de nota que ele se pauta pela legislação trabalhista para formular sua demanda, afirmando ter encontrado "todos os meus direitos pelo atigo da lei". Da mesma forma, assevera que teve seu caso julgado pela justiça, a qual lhe teria concedido ganho de causa, sem ter conseguido, contudo, fazer valer sua decisão na compensação do queixoso pelos culpados. Assim, JQ é tomado como aquele que pode fazer prevalecer os princípios da lei diante de um aparato judiciário impotente.

Em direção parecida, Merquedes França de Lima escreve de Dom Pedrito-RS, em 20 de janeiro de 1960:

"lembro-me que agora que foi lançado o candidato que sempre admirei vejo-me impossibilitado a prestar-lhe meu voto por encontrar-me preso mais minha familia e muito grande e toda o dará seu voto sempre que fôr presiso (...) estou acompanhando toda sua campanha politica atraves dos jornais que me permitem a entrada em minha cela e atraves do Radio (...)
Pois vou agora citar-lhe alguns dos principais detalhes da causa de minha prisão para que vossa senhoria possa tomar alguma providencia de acôrdo. (...) eu aqui estou respondendo uma pena a reclusão de quatorze anos pelo crime de homicido por mim practicado e em minha legitima defeza, crime este que acharam os magistrados desta comarca fosse-me imposta essa pena a qual meu advogado de defeza Dr. Omar D. Avila Fernandes encaminhou uma apelação para o tribunal de justiça a meu favôr por achar demasiado longa a pena que me

> foi imposta a tratarce de um elemento primario na justiça, mais como careço de recurssos financeiros para pagar minha defesa com tudo que meu advogado está exercendo as funçoes de vereador na camára local eleito pela frente democratica nesta cidade, assim cendo eu peço a vossa Excia fazer tudo que lhe fôr possivel a fim de libertar um companheiro (...)"

O remetente queixa-se da pena estipulada ao homicídio por ele cometido pelo tribunal que o julgou e pede a JQ para que este faça "tudo que lhe fôr possível a fim de libertar um companheiro". O que está em jogo através da figura deste último, assim, é a solicitação do rementente para que seu delito seja enquadrado na justa medida prescrita pela lei, independente de sua condição social e financeira.

Tanto nos exemplos anteriores quanto em outros a seguir, é possível notar como era difundida entre a população a percepção de que diferenças de riqueza e posição social, na prática, resultavam freqüentemente em aplicações diferenciadas da legislação ou na impunidade dos grupos mais privilegiados. Tal situação criaria um ambiente repleto de violências e arbitrariedades, no qual JQ surgiria, para muitas pessoas, como uma figura que promoveria a integração do território brasileiro sob o domínio da lei aplicada de forma eqüitativa ao conjunto dos cidadãos. Esta pode ter sido a interpretação conferida a imagens como a da figura 30, na qual se pode notar um selo ilustrado da campanha janista. Na imagem, sobre um fundo verde, sobrepõe-se os contornos do mapa do território brasileiro preenchidos com amarelo, dupla de cores que remete à bandeira do Brasil. Outras sobreposições de figuras ainda são feitas na imagem: sobre a representação do território nacional coloca-se o busto de JQ, que, por sua vez, tem seu olhar dirigido para uma vassoura também disposta sobre a mesma. A inscrição do selo, com o lema "Jânio vem aí...", parece contribuir para articular as figuras entre si, ao sugerir que JQ praticará os atos indicados na simbologia da vassoura por todo o território brasileiro. E se o combate à corrupção vem logo à mente quando se pensa nessa questão, é preciso lembrar também de alguns dos exemplos anteriores, nos quais a vassoura foi muitas vezes interpretada sob o signo de se acabar com os privilégios de determinadas pessoas, com a destinação dos recursos assim obtidos às pessoas mais necessitadas. Além dessas duas concepções de justiça projetadas sobre a vassoura enquanto símbolo, seria pois possível conceber que muitos vislumbraram nela a aplicação da lei de forma impessoal e que a referida figura poderia ter sido interpretada como a extensão dos poderes públicos, sob a forma de lei, por todo o terriório nacional?

O relato presente na missiva de Fernando Benvindo de Albuquerque, de Aruanã-GO, em 9 de novembro de 1959, traz pistas interessantes sobre essa questão:

> "Quem escreve-lhe estas linhas é eu um pobre coitado; um operario da tesoura (...) Não venho por meio destas poucas palavras; pedir esmolas. Mais venho por meio desta pedir a V. Exa. que (...) traga um pouco de justiça a esta pobre terra.(...)
>
> 1 não tem um médico sequer; os doentes morrem sem recursos. 2 nem sequer uma pequena Farmacia 3 Estradas 4 Garantia democratica e judicial. Da qual passarei a falar pedindo a V. Exa.; a qual confiamos; pois sei que o Sr. é o homem da justiça; (...). Como o caso veridico que comigo aconteceu e que vou narrar; ainda tem existido outros piores (...)
> No dia 28 / 11/ 60 as 10 hs da manha; estava eu com minha familia nas margens do Araguaia para viajarmos até uma cidade proxima de nome Britania. Quando um jáguncho; um bandido; ameacando-nos de revolver em punho saiu arrastando a forcha uma filha menor com 13 anos de idade indo para lugares desconhecidos. E o que até hoge nada sabe-se o sucedido. Sabe-se porem que o resto da familia do bandido tomou parte na chacina e no deforamento da menor. (...) Fui apelar para a justiça de Goias velho onde não encontrei apoio sendo todos da mesma panela.
>
> Fui então a Goiania, mais até agora nada resolvido; pois os bandidos são protegidos de um chefe politico e traidor; covarde; deste pequena cidade; o qual apóia só o que é ruim; e ameachando os chefes de familia. (...) Eu e minha familia estamos ameaçados de morte um por um. Isto; ou melhor esta ameaça foi feita para que eu não recorresse a justiça. Ninguem pode enfrentar êstes bandidos, pois eles tem um verdadeiro material belico; com tudo quanto é arma.(...) Para toma-las só uma capitura federal e presisa vir em segredo porque se não eles correm a esconder-se pelo mato. Porque a Policia Estadual não tem forças nem segurança, e se vendem a qualquer preço; e varias vezes já sairam corridos daqui e um delegado a pouco tempo foi assasinado. Os padres que aqui residiam sairam; porque não tinham segurança; até dentro da capela furaram tudo a bala. (...)
>
> Não estamos mais no tempo da escravidão e sim temos direitos a democracia; dos estados visinhos. Portanto venho a V. Excia para que envie tropas Federaes de capitura; ou então tome providencias cabives a Governo do Estado de Goias.(...)"

É claro que o texto anterior é a versão do remetente de arbitrariedades que teriam acontecido no interior do estado de Goiás. Não há, portanto, valor de prova nele. Entretanto, quaisquer que sejam seus objetivos, é muito significativa a forma utilizada por ele para interpelar JQ, a qual indicia a posse de representações de governo e Estado. Passemos aos pontos centrais da carta. Considerando o político em questão como "o homem da justiça", ele narra como sua filha teria sido raptada, violentada e, finalmente, morta por um "jáguncho" e sua família. Ao procurar a "justiça de Goiás" não consegue ajuda, pois são "todos da mesma panela". Isto é melhor explicado quando ele assevera que "os bandidos são protegidos de um chefe político". O drama se completaria, enfim, em função de que a polícia do estado "não tem forças nem segurança, e se vendem a qualquer preço". Então, alegando que não "estamos mais no tempo da escravidão e sim temos direitos a democracia", solicita a JQ o envio de uma "capitura federal" para prender os

criminosos. Dessa forma, transparece nas palavras do missivista a denúncia do tratamento negligente de um crime por um aparato judiciário regional corrompido pela influência de chefes políticos locais interessados em proteger os infratores; e tal situação seria ainda agravada pela debilidade e venalidade da polícia da região. O pedido do remetente a JQ, por sua vez, recai justamente na extensão dos poderes de um Estado fundamentado na lei sobre sua localidade.

Ora, a mencionada fragilidade da organização judiciária e policial, caracterizada pelo entrosamento de juízes, promotores e delegados de polícia com os interesses e a influência de chefes locais, não se aproxima do sistema de compromisso coronelista definido e analisado em obra clássica de Victor Nunes Leal, numa relação organizada com o intuito de "fazer justiça" aos amigos e "aplicar a lei" aos adversários?[225] Publicado anteriormente ao período ora estudado, em 1949, o livro do mencionado autor tratava de práticas análogas àquelas presentes no país no período estudado. Nele está presente uma tentativa de definir o coronelismo enquanto fenômeno e explicá-lo historicamente, de modo a se apontar determinados entraves para o estabelecimento e a consolidação de uma democracia liberal no país. Nesse sentido, ainda que possamos discutir a questão da pertinência do coronelismo enquanto conceito, chama especial atenção o fato de que muitas pessoas vislumbraram em JQ um político que poderia pôr fim às práticas de coação e violência presentes no sistema eleitoral e judiciário brasileiros, para substituí-las por uma desejada impessoalidade da lei.

O termo coronelismo podia ser até mesmo notado no interior da luta política através da missiva de Pio de Lara, de Tibagi-PR, em 12 de outubro de 1960:

> "É com imensa satisfação que escrevo a presente para apresentar a V. Excia. as minhas sinceras felicitações pela sua vitória nas eleições de 3 do corrente. Faço-o também em nome do COMITE APARTIDÁRIO JÂNIO NEY DE TIBAGY. (...) lutamos contra a máquina administrativa do governador Moisés Lupion (nomeações, implementos nas estradas, veículos e delegado da Polícia Militar transformado em cabo eleitoral) e contra o Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Guataçara Borba Carneiro, que trabalhou por Ademar de Barros.
>
> Êste deputado é homem temido na região, pelo modo desabusado e vingativo com que trata todos quantos se lhe opõem. Já contei a V. Excia., em carta anterior, que o médico, Dr. Hélio Fontoura Aderne, chefe do Pôsto de Higiene daqui, foi removido apenas por ser seu partidário. E fechou-se o Pôsto durante 3 meses, abandonando-se a população à própria sorte, apenas para que o referido deputado demonstrasse a sua sanha. (...)

[225] Victor Nunes LEAL. *Coronelismo, Enxada e voto*, p. 242-243.

> O povo sente que algo de bom, de novo, surgirá. O coronelismo nefasto há de desaparecer de Tibagí e uma nova era, de progresso marcante se levantará com o advento do seu governo.(...)**"**

Ao mesmo tempo em que o remetente denuncia a JQ o uso partidário da máquina pública de sua cidade, com o favorecimento de adeptos das autoridades locais e a perseguição de opositores declarados delas, trata-o como alguém que porá termo ao "coronelismo nefasto" ali presente. Há nisso, pois, uma associação entre a figura pública de JQ e a extensão do Estado de Direito por todo o país.

O texto anterior talvez ajude a esclarecer parte do conteúdo da carta do trabalhador rural Walter José Dias, vinda de Centenário do Sul, também do Paraná, em 30 de setembro de 1960:

> "Sr. Janio: o trabalhador rural, êsse que roça e derruba o mato, descoivara, alinha, coveia, planta, forma, trata, derriça, abana, séca e beneficia o café, o trabalhador rural que ara a terra, gradeia, risca, semeia, trata e colhe o arroz, milho, feijão, algodão, etc., como colono, diarista, arrendatário ou meeiro, como V. S. disse em Londrina, em maio, não tem coragem nem de pleitear crédito. São os plebeus do século XX.
>
> Sr. Janio Quadros, redentor do Brasil, êste Brasil que dorme em berço esplêndido, terá uma nova era quando, no seu 1° dia de governo, a vassoura & Cia começar a funcionar. Suas diretrizes é a coisa mais bem organizada que já vi, e não vi nenhum Lotista ou Ademarista dizer: êste item está errado!!! Reconhecida pelos próprios adversários!!! Mas Janio, não esqueça o homem do campo, êsse que só acredita em V. S. e em ninguém mais; êsse que come angú, mandioca e macarrão barato todos os dias, não tem mais o privilégio de comer seu arroz com feijão, porque neste país, que tem todos os climas, importa-se feijão podre dos EE. UU. (....)
>
> Sr. Janio Quadros, como disse, suas diretrizes são ótimas, e agora suplico que ORGANIZE AMBULATORIO MÉDICO VOLANTE, para atender o trabalhador rural na sua própria casa, ESTENDA O 4° ANO PRIMÁRIO nas escolas rurais, FORNEÇÇA material escolar a baixo custo, e torne obrigatória a alfabetização dos adultos em todos os bairros rurais onde haja escola; e agora, o mais importante: NÃO PERMITA QUE POLITICA INTERFIRA NA JUSTIÇA. Justiça é Justiça, e politica é politica. A maior parte das desonestidades em tudo por tudo, são feitas pelos POLITICOS, e comoV.S. não é politico, peço: ACABE COM ISSO. Justiça para o pobre, mas para o rico, idem."

Nesta missiva, há elogios do remetente às diretrizes políticas da candidatura de JQ e pleitos relativos a benefícios ao trabalhador rural, como a concessão de crédito e melhoras específicas na saúde e educação. Ademais, com destaque em letras maiúsculas, há um pedido para que o mesmo estabeleça o princípio de isonomia no âmbito da justiça brasileira.

Na carta de Maria Auta Silva, Axixá-MA, em 15 de outubro de 1960, há ainda o seguinte relato:

> "Sei que minha missiva vai tornar-se enfadonha mas, ouça-me e compreenda-me. Temos sofrido tanto que quase já não tinha esperanças para os PODERES JUDICIÁRIOS no Maranhão. No entanto acho que V. Excia será depois do ALTISSIMO a nossa única esperança. (...)
>
> Sou vereadora já reeleita, porém na primeira gestão não tive o prazer de receber um centavo sequer por ser da oposição. Reeleita estou sem esperanças, pois fizemos o prefeito que substituiu a vaga de um P S D, tambem rendeu-se ao mesmo Partido. Desse nada se espera pois antes das verbas já as gastou-as com o Pleito através de emprestimo pelo Banco. Ate o leite que vem para a infancia foi vendido. (...)
>
> Muitas professôras estão obrigadas a deixar seus alunos, devendo arranjar outro recurso pois nada recebem. Com o chefe politico do PSD e o Deputado Mário Flexa que é o representante de Axixá (...) Tráz o povo coagido, nem no Correio não temos direito a qualquer espécie de correspondência.
>
> Trabalhamos muito no pleito de 3 de outubro na esperança de elegermos um Prefeito que já exerceu as funções do cargo, e de todos que a Prefeitura já teve como administrador foi o unico a trabalhar, pois conservou as estradas criou escolas, construiu Predios rurais, mercado, Usina eletrica (...). O mesmo agora a pedido do povo que se diz e afirma oposicionista pediu como candidato, para a salvação de Axixá, o qual foi bem votado pois tenho a certesa, mais foi humilhado pelo Juiz sem direito de fiscalizar as chapas., pois o mesmo lhe disse que não era do gosto dele dar-lhe a vitória, disse mais que se dissesse que havia fraude nas apurações que mandava-lhe meter a borracha. Que tal? (...)
>
> Gostei muito da sua propaganda da vassoura. E também com os dizeres não desespere JÂNIO vem aí. (...) espero para o nosso consolo uma fibrasinha da vassora, para varrer as faiscas de foguetes que tocaram em nossa escola, em nossa casas, as balas detonadas, disendo nos oposicionistas os deboches, os maus tratos e as fraudes (...)" (grifos da autora)

Ao longo do texto acima, a missivista procede a uma série de denúncias contra a atuação de chefes políticos locais, os quais estariam envolvidos em desvios de verbas públicas, fraudes, coações e perseguições de opositores. É particularmente insigne sua observação de que estaria desacreditada nos "PODERES JUDICIÁRIOS", investindo em JQ suas esperanças quanto à atuação destes últimos contra a situação anteriormente retratada.

Em carta de José Lopes Milhomem, do interior do estado do Maranhão, em 10 de outubro de 1960, há uma queixa semelhante ao caso anterior acerca da ausência do poder público:

> "confiamos no vosso Governo lançando as vossas vistas para os pobres humildes deste Norte abandonado principalmente neste Municipio (...) onde predomina a corrupção, o suborno, a fraude, e processos indecorosos para prejudicar aos desafetos dos elementos da situação que é o representante do P. S. D. quem patrocina todas estas immoralidades (...)
>
> Cooperei junto com os meus presados amigos, no pleito do dia 3 deste mez para sufragar nas urnas uma boa votação em favor do vosso honrado nome (...) Houve grande abstenção na votação em vista das horriveis coações opressão por parte da Policia aqui, destacada de ordem do Dr Themistocles Teixeira que infelismente é Deputado Estadual desta região com o fim de humilhar os nossos eleitorado. Confio na vossas Justiça quando assumir a Presidencia no dia 31 de Janeiro de 1961, em favor do povo humilde deste norte e interior do Maranhão."

Segundo o remetente, a administração de seu município seria repleta de procedimentos ilícitos e práticas de corrupção. Ele ainda relata o que teria sido a ação de um determinado deputado em utilizar a polícia da localidade para coibir o eleitorado dali. É possível que com essas colocações o missivista quisesse resolver diferenças pessoais com o referido político, considerando JQ alguém que podia puni-lo. Qualquer que seja o grau de verdade dessa narrativa, a imagem atribuída ao mesmo é bem clara: trata-se de alguém que pode estabelecer o primado da lei em sua região.

A carta de Eduardo Assef, de Rio Branco-AC, em 15 de outubro de 1960, também indica uma temática semelhante às anteriores:

> "Não estou escrevendo esta carta com o fim de surtir algum efeito, para a conquista de posições elevadas. Conheço o Candidato, acompanho-o desde 1º de janeiro de 1948, quando tomava posse no Palacete Prates, como vereador com 1. 707 votos, eleito a 9 de novembro de 1947 e quando me propuz a entrar na campanha, apenas visava o bem estar da Pátria, com ânsia de dias melhores, especialmente para o nosso querido Acre, atualmente entregue a um grupo de incapazes inéptos, delapidadores dos dinheiros públicos (...)
>
> Atos criminosos são praticados aqui, que merecem uma correição rigorosa, pois com a coisa pública não se deve abusar como se abusa nesta terra. Uma das menores coisas é a nomeação do filho do Governador pelo Secretário Geral, com o Governador no exercício do cargo, para uma função que lhe falta todas as credenciais, inclusive a de idoneidade moral. Ainda hoje, quando festejávamos a nossa vitória com a passeata da vassoura, fomos molestados por êsse rapaz, quando atirava de revolver nos pneus do caminhão que transportava o alto falante e várias pessoas (...) Como é filho do Governador, a polícia não toma conhecimento dêsses fatos. Só nos resta dizer: 'NÃO DESESPERE! JÂNIO JÁ CHEGOU!!'
>
> Disse V. Exa. naquele memorável comício: 'Quero que me julguem e me orientem depois. Não acredito no voto que não seja conquistado pelo convencimento.' (...) Agora, peço para acreditar nos votos dados pelos acreanos, pois foram conquistados pelo CONVENCIMENTO.
>
> Temos as promessas do Candidato, gravadas em nosso coração. Acreditamos fièlmente nelas. Resta-nos esperar pelo seu cumprimento (...)
>
> Serei imensamente honrado se receber resposta destas linhas, escritas por um ACREANO que clama por JUSTIÇA na administração dêste Território, por TRABALHO e especialmente por HONESTIDADE."

Na trilha das cartas anteriores, o missivista queixa-se do desvio de verbas na administração pública, da nomeação de afilhados de políticos para atuar nesta última e da prática de violências pelas lideranças locais contra opositores políticos em sua região. O pedido de justiça a JQ, empreendido pelo "convencimento" - nas palavras do remetetente -, é feito justamente contra esse estado de coisas, o que pressupõe o estabelecimento de regras e o domínio da lei em todas as extensões do território brasileiro.

É pois através do signo da integração do território nacional sob o império da lei que a imagem de JQ é interpelada em muitos dos casos mencionados. A figura 31 talvez possa iluminar um pouco essa questão. Trata-se de uma fotografia encontrada no arquivo pessoal de Castilho Cabral e referente ao MPJQ, na qual se vê o que parece ser uma parede pintada com propaganda eleitoral do Comitê Independente Pró-Jânio Quadros de Três Lagoas-MT. O tema da figura gira em torno de uma das falas de JQ durante a campanha, ao tentar esvaziar a simbologia da espada utilizada pelo Marechal Lott e agregá-la ao símbolo da vassoura, com a expressão "a vassoura é a espada do povo". Esta frase vem colocada no interior de um dos triângulos que são dispostos na figura de forma inclinada; no interior do outro aparece uma nova investida contra o símbolo da espada, por meio da expressão "não dê murro em ponta de espada", numa alusão ao dito popular "não dê murro em ponta de faca", o que remete à idéia de insistir em algo que será infrutífero. Junto de ambas as expressões vêm ilustrações tanto de uma mão segurando uma vassoura quanto de um punho cerrado sobre uma espada. No centro da imagem, surge uma caricatura do busto de JQ junto do lema "Jânio vem aí", a qual parece articular o conjunto de figuras e frases.

É certo que a falta de informações no arquivo pesquisado sobre o sentido dessa fotografia dificulta um pouco sua interpretação, mas algumas hipóteses sobre ela podem ser aventadas: é possível que se trate de um retrato das atividades do comitê janista dirigido à central do MPJQ, seja para sugerir que a propaganda oficial da sede é reproduzida em âmbito local, seja para indicar que se trata de um exemplo particular de elaboração de propaganda local. Quaisquer que sejam seus propósitos, ao menos é possível inferir que a penetração da simbologia da vassoura com o sentido de manutenção da lei e da ordem, neste caso retirado da espada, teve penetração e aceitação num dos rincões do país. Os exemplos mencionados nesta seção do capítulo revelam justamente o quanto tais atributos foram identificados e prezados na imagem pública de JQ.

A missiva de Aladin Moraes Santos, identificada apenas como provindo do Amapá, em 28 de novembro de 1960, ajuda-nos a compreender melhor muitas das demandas anteriores:

> "Sou um modesto criador residente no rio Aporema, no Território do Amapá (...). Nunca utilizei o governo para nada, visto que sempre que alguém dele necessita tem que se comprometer politicamente e por isso considero-me com direito de pensar livremente. De govêrno apenas a escola que meu filho frequenta.

> Na última campanha política (...) declarei-me partidário da candidatura de Vossa Excelência e levei cartazes e propaganda para o interior. Quando o governador andou fazendo propaganda, pelo interior, do Marechal Lott mandou me chamar e teve comigo um alteração ofendendo até a pessoa de Vossa Excelência a quem denominou de louco. Repeli as ameaças e regressei a minha casa alegando que nada precisava dêle.
>
> Findo o pleito e como não foi possível uma vingança contra minha pessoa, ao chegar o dia das provas a professora da localidade D. Josefa Lôbo chamou o meu filho, Raimundo Morais (...) proibiu-o de prestar provas alegando que eu era inimigo do govêrno pois tinha feito a campanha de Jânio Quadros. Procurei um entendimento com a mesma que alegou ser ordens do governador Pauxy Nunes (...) Diante de tão mesquinha vingança, revoltado, tomei esta decisão de cientificar Vossa Excelência a fim de que ao assumir a Presidência da República não deixe o Amapá permanecer nesta situação degradante."(grifos do autor)

Neste trecho de sua carta, o remetente assevera ter participado da campanha janista em sua localidade. Como resultado, afirma ter recebido represálias do governo local, dado que este último seria partidário do Marechal Lott. Chama especial atenção em seu texto sua declaração de que se considera com o "direito de pensar livremente", solicitando na seqüência que JQ, durante seu mandato presidencial, combata essas supostas arbitrariedades em sua região. Desse modo, o político em questão é vislumbrado pelo missivista como alguém que pode promover a liberdade de expressão em sua região e integrá-la assim ao conjunto do país.

Uma aspiração semelhante à anterior é veiculada na missiva de Francisco Ferreira Lima, de Boa Vista, então Território Federal do Rio Branco, em 6 de dezembro de 1960:

> "Agora fui forçado pela segunda vez vir a vossa presença, para evitar de que haja uma injustiça neste Território. (...) desêjo ver um sesundo Janio Quadros na direção deste Território, onde ha vinte (20) anos estou estabelecido, e só tenho visto miserias, safadezas, falta de moral da parte destes governos (...). Tudo aqui vive no abandono, entregue aos irresponsáveis, feitos por proteção e favores politicos. Os cinco partidos que existem por aqui, quase todos são de tubarões. Honestidade é uma coisa rara por parte dos chefetes.(...) Dr. sugiro a V. Excia., mandar um homem de vossa confiança, que V. Excia. conheça o seu procedimento e a sua capacidade administrativa e que não seja partidário(...) As noticias que correm aqui, horas e minutos, é que já foram apontados mais de vinte (20) candidatos, mas cada qual o pior, para governar o Rio Branco. (...). Sei que V. Excia. sabe que faz, mais os pedidos serão demais e poderão vos atrapalhar e V. Excia. não conhece o Território, e por uma obrigação tenho eu para defender Vossa administração.(...) V. Excia. aqui no Território de Rio Branco não deve favores a nenhum partido, sobre vossa votação e sim deve ao vosso nome ser limpo. Nós fundamos o Movimento Popular aqui no Território, sempre recebi material depropaganda por intermédio do Dr. Quintanilha Ribeiro, para serem afixados na cidade e no interior, assim como do Dr. Castilho Cabral, com isto o Sr. não nos deve favor porque era obragação nossa, como bom brasileiro defender a Pátria dos dentes dos tubarões.(...)"

O remetente procura demonstrar inquietação com as condições administrativas de sua região, queixando-se de arbitrariedades e da ausência dos poderes públicos ali. É com base nisso que ele pede a JQ que envie para lá um administrador sem identificação partidária, numa subjacente alusão à sua preferência por condutas impessoais na gestão dos recursos públicos. Segundo ele, seu motivo para escrever o referido texto reside na tentativa de "evitar de que haja uma injustiça" na localidade onde habita, do que se depreende que o mesmo utiliza a imagem de governante justo para interpelar JQ e conclamá-lo a atender sua solicitação.

É com base num ambiente marcado por violências e arbitrariedades que um missivista justifica seu anonimato, ao fazer denúncias de Salvador-BA, em 17 de outubro de 1960, afirmando trabalhar num instituto de previdência:

> "Perdoe-me (...) por não assinar a presente, por motivos óbvios. (...) o objetivo desta carta, que mais visa a levar ao senhor uma cooperação por antecedência, pondo-o ao corrente do que se passa no âmago das instituições de previdência social, embora eu saiba de que o senhor não ignora muita coisa. (...) Antes de entrar no ponto, devo-lhe um esclarecimento, a bem de minha consciência. EU NÃO IA VOTAR NO SENHOR NEM EM NENHUM DOS CANDIDATOS, tal a desilusão que, anos a fio, tenho dos Presidentes da República. (...) Mas, ocorre que no dia da sua última estada em Salvador, quando a Praça da Sé regurgitava de gente para assistir ao seu comício, passava eu por lá, mas, o desiludido de sempre, não o quiz ouvir. Fiz a volta pela rua do Liceu, peguei meu lotação e vim para casa. Aí, liguei o rádio e o ouvia, voz rouca, mas sempre de fulgura palavra. Fiquei escutando. Daí a momentos, o senhor se referia aos institutos de previdência (êsse covil de politiqueiros nojentos) e a fôlhas tantas, disse, fazendo blague, mas em tom sisudo: 'que se eleito, faria uma limpeza em regra nos Institutos de Previdência e que, nêles, a vassoura cantaria era pelo cabo'. (...) Pois foi essa sua frase que me levou a dar meu voto ao senhor. (...). Nenhum dos seus inúmeros discursos nem o belo discurso do 'O Cruzeiro'. (...). Explico-lhe porque.
>
> Funcionário antigo de um dêsses institutos aqui na Bahia, dói-me o que vejo fazer-se com a previdencia social. (...) O que se vê, a todo momento, é o desregramento, a indisciplina, a dilapidação do seu patrimônio, os gastos excessivos, os passeios sob a capa de 'a serviço' da parentela dos protetores e potentados que nunca deram um passo para o êxito da instituição, enquanto os antigos servidores, os honrados servidores vão perdendo estímulo, caindo em ostracismo, porque não podem nem sabem aderir às marmeladas (...), os velhos servidores que ainda são a boa prata de Casa, pois que sem êles, mal dos Institutos de previdência! (...)" (grifos do autor)

O texto acima apresenta a versão de um declarado funcionário público sobre a situação de seu local de trabalho e os motivos que o teriam levado a votar em JQ. Nele é possível notar a insatisfação do remetente tanto com a apropriação e o desperdício de recursos, quanto com a proteção concedida a certas pessoas no ingresso e permanência na administração pública. Segundo ele, sua preferência pelo político em questão teria surgido a

partir da promessa do mesmo de moralizar os institutos de previdência. Nesse caso, JQ é tratado como um homem justo na medida em que poderia disciplinar as instituições públicas.

Já na carta de José Maria Marques e Rubens Sanches, de Garça-SP, em 25 de junho de 1960, aparece a perspectiva de um usuário do sistema previdenciário:

> "Dr. Janio Quadros, o assunto é bastante velho, mas de relevante importância para a classe dos empregados, principalmente dos comerciários (...)
>
> Pois bem, trata-se de n/ falida, pela organização atual, previdência social, e mais diretamente, ao I. A. P.C., com o qual travamos em dias p.p. contacto mais direto em s/ Delegacia de São Paulo (...)
>
> Estivemos naquela Delegacia, a-fim de nos avistar com o Exmo. Snr. Delegado Regional, para mais uma vez (há dois anos estamos insistindo), solicitar daquele IAP, alguma assistencia médica e hospitalar para os segurados de n/ cidade. (...) depois de esperarmos tôda uma terça feira o Senhor Delegado, fomos na quarta feira imediata novamente para àquela repartição. No primeiro expediente não fomos recebidos, porque o titular ainda não havia aprecido. Após o almoço, chegamos às 14 horas no local e esperando ficamos até as 17, 30 horas (...) durante essa espera (...) presenciamos coisa de muito desagradavel, pois pudemos perceber e sentir, moral e honestamente, a podridão em que se encontram tais intituições, à mercê do já arcaico P. T. B. (...)
>
> Senhor candidato, para que se tenha uma ideia mais exata do estado incrivel e custoso em que estão esses departamentos de previdência no Brasil, basta que se diga, que os mesmos estão cheios de moças e senhoras bonitas que não trabalham, pois entram à qualquer hora na repartição, as veses sómente batem o ponto, como ouvimos uma dizer. Vimos por exemplo um rapaz que leu durante n/ espera dois jornaes e uma revista, pois dada n/ posição nos corredores esperando, viamos claramente atravez as portas de vidros tais atos.
>
> A certa altura Dr. Janio, uma das funcionárias do andar de Gabinete do Delegado, ao passar pelo corredor, onde esperavam umas vinte pessôas, disse a outro funcionário - Puxa! como está comprida hoje a fila dos milagres!.....(...)"

O remetente faz uma série de denúncias quanto a supostas irregularidades num instituto previdenciário de sua cidade. Há neste texto reclamações versando desde o descaso e a negligência de serviços aos segurados, até a partidarização do órgão (transformado em cabide de empregos e destinado a atender protegidos). A imagem projetada sobre JQ, pois, refere-se a um líder que pode despartidarizar e disciplinarizar órgãos da burocracia estatal.

Mudanças profundas também são requeridas na missiva de Antonio Moacy de Oliveira, do Rio de Janeiro-RJ, em 3 de dezembro de 1959, junto de um pedido para que JQ retome sua candidatura:

> "O povo brasileiro necessita de um presidente energico para expulsar todos os homens públicos que pratiquem a desonestidade e a injustiça, estes são os que estão aniquilando a classe trabalhadora (pela ignorância) e pretendem também liquidar (se houver tempo e permissão de V. Excia.), com a classe média.

> O povo está saturado, é necessário punir como o fêz V. Excia. há algum tempo em S. Paulo, urge que sejam punidos os irresponsáveis, afinal os antipatriotas, abrindo inquéritos administrativos, confiscando os bens ilícitos, e até mesmo expulsando do País.(...)
>
> Desêjo frisar a V. Excia., que há identidade de pensamento do que aqui escrevo em quasi todos os brasileiros inclusive V Excia.(...). Para encerrar, devo dizer a V. Excia. que com sua eleição a injustiça será substituída pela JUSTIÇA, e por todas estas razões, o povo quer JANIO QUADROS (...)"

Vislumbrando em JQ um homem enérgico, o missivista espera dele um governo em que os corruptos sejam investigados e punidos severamente. É muito significativo o fato de ele se pautar na experiência administrativa do primeiro à frente do estado de São Paulo, utilizando assim critérios para considerá-lo como alguém em cujo governo "a injustiça será substituída pela JUSTIÇA".

O caso anterior, assim, oferece expectativas distintas das aspirações presentes na carta de Paulo de Souza Dias, de Mococa-SP, em 14 de outubro de 1960: "Certo estão os brasileiros de seu mandato, mas pode V. Excia. estar ciente, que nêste ambiente contaminado de germes de tôdas as especies, é muito dificil manejar o remo, o meio é tumultuoso, os sugadores estão irmanados e enraizados de tal forma, que é necessário usar de meios sábios que os levarão a derrota completa. (...) E esta derrota está em um só golpe, ditadura com 'D' maiúsculo, não de ditadura de Quitandinha e de negociatas que arrasaram com o País, mas sim Ditadura sã para moralização da futura juventude que será a grandeza da Pátria, vivendo num ambiente de carater(...)". O remetente vislumbra o país envolto e influenciado por pessoas contrárias ao que seriam seus interesses, representados por metáforas biológicas tais como "germes" e "sugadores". Diferenciando o que seria um mau regime ditatorial de um bom, ou seja, no sentido de que neste último não haveria "negociatas" e no qual prevaleceria um "ambiente de carater", pede para que JQ estabeleça uma "Ditadura sã" no país. Nesse caso, se o líder enérgico foi tomado como alguém que deveria pôr termo à democracia no país, os casos anteriores indicam que tal figura também era concebida como podendo oferecer respostas satisfatórias a problemas no âmbito do regime democrático.

Assim, a maior parte dos apelos anteriores indica que JQ era por muitos concebido como um político que poderia estender e consolidar o Estado de Direito ao longo do território nacional, assegurando o domínio da lei e sua aplicação de forma impessoal ao conjunto dos cidadãos.

Considerações finais:

A análise anterior revela que, na maior parte dos casos, a imagem de justiça projetada sobre JQ refere-se a alguém capaz de suprir as deficiências, ou mesmo a ausência do poder público, de maneiras distintas. Na primeira parte, salta aos olhos muitas queixas acerca do que seriam as faltas do governo em assegurar condições mínimas de sobrevivência às camadas mais baixas da população, seja com o asseguramento do abastecimento de gêneros alimentícios ou com a garantia da oferta de serviços básicos como saúde, educação e moradia. O governo é culpado nesses casos tanto por promover o aumento do custo de vida quanto pela incapacidade de coibir os abusos de especuladores em tal ambiente. Na segunda parte, a carência de recursos básicos para sobreviver é explicitada com o objetivo de se obter a concessão de apadrinhamento e favores. Em meio aos pedidos, é notável como o paternalismo gozava de legitimidade em setores expressivos da população. O que deve ser ressaltado é que a distribuição de benesses era, muitas vezes, vislumbrada como uma tarefa ou obrigação do governo, desde que este último se pautasse pelo critério de atender aos pedidos das pessoas mais necessitadas. Talvez nós consumidores da imprensa escrita e televisiva atual estejamos tão acostumados à fórmula de que o governo deve guiar-se por uma desejada impessoalidade na administração, que nos esquecemos que este imperativo definiu-se em contraposição a outras propostas e que continua a conviver com formas diferenciadas de aspirações e interesses para a gestão dos negócios públicos.

Na terceira parte, o que está em jogo são as manifestações de insatisfação quanto à presença da violência e do arbítrio na vida das pessoas. As queixas são formuladas contra o que seriam arbitrariedades de líderes locais, a corrupção dentro da polícia ou de órgãos públicos, o descumprimento de leis e a impotência de tribunais e atentados à liberdade de expressão. Há pois o diagnóstico de que o Estado de Direito não alcança e protege todo o conjunto de cidadãos, uma vez que suas instituições estariam inclinadas a beneficiar os segmentos mais ricos e favorecidos da população. Há a percepção de que a nação ainda não se constituiu ao longo do território nacional, concebida como uma comunidade em que todos são iguais perante a lei. Diante disso, ao ser associado a concepções distintas de justiça, JQ é concebido como alguém capaz de encarnar um governo sufientemente forte

para para solucionar essas questões. E é bom lembrar que, de certa forma, ao pleitearem condições mínimas para sobreviver, sejam materiais ou relativas à segurança, tais apelos tangenciam a questão da valorização do homem presente no ideário democrata cristão propalado pela candidatura janista.

Capítulo 5 – Construindo o inimigo: golpista antes de ensaiar o golpe?

> "Um mistificador? Um ciclotímico da política? Ou um ator genial que exercia o papel consciente de que tudo aquilo era apenas uma representação necessária do poder, sem a qual o poder se diluiria?
>
> Depois da renúncia inesperada e inexplicada, o povo na rua deu uma explicação mais simples a tudo: 'coisa de cachaceiro que fica zanzando de um lado para outro, com a cabeça zonza de quem não sabe o que quer'. Mas só depois da renúncia, porque antes, até então, tudo se explicava convencionalmente, das sofisticadas ou redundantes interpretações sociológicas dos intelectuais às ações ou 'expedientes' legislativos da oposição, ora para explicar, ora para travar esse homem que ia e vinha pelos caminhos do poder."
>
> (Flávio TAVARES. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*, p. 174)

> "Lloyd Warner, na primeira parte de seu livro, *The Living and the Dead*, conta-nos a criação de um personagem (...) Biggy Muldoon, um político da Yankee City, que se transformou numa figura nacional em virtude de sua oposição pitoresca à aristocracia de Hill Street, teve uma imagem pública demagógica construída pela imprensa e pelo rádio. Ele era apresentado como um cruzado do povo, atacando a riqueza usurpadora. Mais tarde, quando o público se cansou dessa imagem, Biggy foi condescendentemente transformado pelos *mass media* num vilão, um político corrupto que explorava em seu próprio benefício a miséria pública. Warner assinala que o verdadeiro Biggy diferia consideravelmente de qualquer das duas imagens, mas que era forçado a modificar o seu estilo de ação a fim de amoldar-se a uma das imagens e combater a outra." (Cf. Andrew GREELEY. *"Myths, Symbols and Rituals in the Modern World"*, *The Critic*, vol. XX, nº 3 (dezembro de 1961, Janeiro de 1962), p. 19. *apud:* Mircea ELIADE. *Mito e Realidade*, p. 160.)

A renúncia de JQ à Presidência da República, em agosto de 1961, foi e continua sendo objeto de acirradas discussões acerca de suas respectivas motivações naquela ocasião: desequilíbrio psicológico, ação de uma conspiração reacionária ou tentativa de golpe? Diante dessas interrogações, como poderia a análise dos sentidos de sua imagem pública contribuir para iluminar esse importante episódio da história do país? Poderia um estudo de sua imagem como este fornecer elementos para esclarecer o sentido de sua conduta pessoal? Em meio à bruma que ainda cerca o episódio da renúncia, situada entre diferentes interpretações e conjecturas, pelo menos é possível reforçar uma das hipóteses em jogo a partir dessa perspectiva: a de que tal atitude relacionava-se a um cálculo para a concentração de poderes em torno da figura do presidente, com a provável conseqüência da quebra da ordem constitucional.

5.1 – As interfaces entre a personalidade e o personagem

Um importante sinal do quanto JQ era levado a sério no exterior, ao ser eleito presidente, aparece em relatório do embaixador norte-americano no país, John Moors

Cabot, ao senador Leverett Saltonstall acerca da condição dos investimentos provenientes dos Estados Unidos no Brasil, datado de 17 de janeiro de 1961:

> "A previsão é de que Jânio irá tentar fazer alguma coisa para endireitar as finanças brasileiras. Em primeiro lugar, ele não tem escolha, uma vez que as finanças estão uma grande bagunça. Em segundo, ele tem uma merecida reputação de ter colocado as finanças de São Paulo em bom estado quando se encontravam em semelhante estado caótico. Entretanto, a previsão também é de que ele irá seguir uma tendência mais neutra na política externa. De que consistirá esta política e quão longe irá, permanece uma dúvida. Ela pode incluir o reconhecimento dos soviéticos, uma linha mais independente nas Nações Unidas, etc. (...) o que seriam más notícias para nós e também, acredito eu, para eles. Como você deve se lembrar, Jânio visitou Fidel durante sua campanha política e, depois de regressar ao Brasil, teceu alguns comentários elogiosos. Entretanto, com base nos registros de Jânio, eu não acredito que isso signifique que os investimentos americanos no Brasil corram o perigo de ser seriamente afetados, embora possam ter suas asas cortadas levemente. Se esse processo não for muito drástico, possivelmente não acarretará nenhum dano, uma vez que alguns negócios têm tirado vantagem das leis fiscais do Brasil e de suas frouxas aplicações e, por causa disso, transformaram todos os negócios em alvo para vitupérios nacionalistas."[226]

Como se vê, o diplomata norte-americano vislumbra em JQ um político com credibilidade para implementar seus projetos de governo, sem que isso comprometesse seriamente os investimentos de seu país no território brasileiro. O que teria acontecido com a imagem dele nos meses posteriores, passando aos olhos de muitos como sendo desequilibrado e produto da desorientação do eleitorado no Brasil?

Ao longo das páginas anteriores procurei problematizar tanto a idéia da despolitização do eleitorado de JQ quanto sua imagem de descontrolado. Neste último aspecto, conforme vimos no capítulo 3, lembro que em diversos momentos de sua carreira política, ele buscou apresentar-se como a encarnação da cólera popular com o objetivo de mobilizar paixões e sentimentos coletivos. Junto disso também apareciam propostas de transformações políticas. Foram seus inimigos que representaram essas atuações como um defeito em sua personalidade, responsável por uma suposta dubiedade de comportamentos quando confrontado com platéias distintas ou pela perda do controle de si em determinadas ocasiões. Com isso, recorriam a um conhecido expediente para questionar sua credibilidade para governar outras pessoas. Essa psicologização de JQ - presente no debate público muito antes de sua renúncia à Presidência - certamente contribuiu para fundamentar a explicação

[226] Citado em Paulo MARKUN & Duda HAMILTON. *1961: que as armas não falem*, p.362.

desta última como um gesto de descontrole[227]. É este ponto de vista que procuraremos problematizar nas páginas adiante.

É certo que a análise de sua trajetória política anterior não explica, por si só, o sentido de sua renúncia ao mandato presidencial. Contudo, ao menos ela contribui com dois episódios significativos que podem contribuir para iluminá-la: sua saída do PDC e sua renúncia à candidatura presidencial. Como visto, ainda que respaldado em projetos e realizações políticas, a relação de JQ com a questão da disciplina partidária sempre foi problemática, sendo esses dois casos exemplos lapidares disso. Na medida em que a consolidação de sua força política se dava, em grande medida, pela credibilidade que sua personalidade conferia às propostas e práticas políticas a ele associadas, sua margem de manobra em relação às exigências das legendas que o apoiavam era freqüentemente aumentada. Por isso, quando membros da cúpula do PDC não atenderam algumas de suas solicitações para a articulação de sua candidatura a governador, ele pôde romper com aquela legenda e ainda assim continuar na condição de expressiva liderança política. Da mesma forma, quando setores da UDN quiseram obrigá-lo a aceitar a vice-candidatura de Leandro Maciel e outras exigências - numa situação em que sua imagem pública ganharia um colorido udenista - , tratou de renunciar ao pleito eleitoral, num cálculo para obter maior autonomia em relação ao referido partido para a estruturação de sua candidatura, no que foi em grande medida bem-sucedido.

Tais atitudes somam-se às tendências autoritárias verificadas em outros momentos de sua carreira política, o que de modo algum significa que JQ estivesse desvinculado de uma manifestação política. Pelo contrário, muitas vezes tais comportamentos eram percebidos por expressivos setores da população como um traço de sua personalidade que contribuiria para a implementação de seus projetos e propostas, conforme visto no capítulo anterior. O que poderíamos nos perguntar é se, em meio a essas intermitentes buscas de maior liberdade de ação frente aos grupos sociais que o respaldavam e atitudes autoritárias, JQ chegou a traçar algum plano para o rompimento da ordem institucional à frente da Presidência da República. Em outras palavras, não teriam atos como os anteriores

[227] Um exemplo dessa tendência, entre muitos, surge em depoimento do general Cordeiro de Farias, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas no governo JQ: "Para mim, a explicação é simples: Jânio renunciou sob violenta emoção, provocada pelo discurso feito por Lacerda na véspera da renúncia. Duas horas depois, provavelmente ele não renunciaria." Cf. Aspásia CAMARGO & Walder de Góes. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*, p. 433

conferido-lhe maior segurança para a condução de um cálculo político destinado a atingir tais objetivos, ao longo de oito meses de governo em que sua margem de atuação nos marcos institucionais teria lhe parecido aquém de suas potencialidades enquanto indivíduo? Quais outros fatores poderiam ter influenciado na conformação dessa possível saída?

Talvez o ponto de partida para tentarmos resolver essas questões possa ser indicado em trecho do discurso de posse de JQ na Presidência, proferido pelo rádio em 31 de janeiro de 1961, quando o novo presidente reafirma alguns de seus compromissos de campanha:

> "Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da Nação e obstando o caminho aos mais capazes. Na vida pública mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. O grau de dissolução a que chegamos derivou, em parte, da crise de autoridade e de austeridade do Poder, comprometido o seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade. O meu governo, entretanto, representa um paradeiro a isso, definitivo e último (...)
>
> Nos países cujas instituições foram derrubadas em conseqüência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artífice no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar de distribuição da terra, a sua estatização. Em face do grande império central, que tudo vê e a tudo prevê, nenhuma nação mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo! Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as."[228]

O ataque de JQ ao que seria a supressão da liberdade em países de regime comunista prepara o terreno para a implementação da Política Externa Independente (PEI). É provável que tais afirmações tenham sido feitas com o intuito de defender o estabelecimento de relações de cunho comercial com os referidos países, desvinculando essa alternativa de uma suposta simpatia pelo comunismo, cuja presença é tratada como responsável pelo surgimento de regimes ditatoriais. Da mesma forma, ao anunciar-se como a solução para a "crise de autoridade e de austeridade do Poder", ele compromete-se a conduzir um governo enérgico dentro dos limites constitucionais. Considerando a análise elaborada no primeiro capítulo, é possível identificar nas entrelinhas das declarações anteriores o quanto JQ procura desvincular suas propostas políticas da imagem de ditador em potencial a ele atribuída com freqüência. Era claro para ele, pois, a possibilidade de seus inimigos tirarem tais iniciativas do âmbito da política e representá-las como atentados ao regime democrático.

[228] Citado em Mário Victor. *5 anos que abalaram o Brasil*, p. 82-83.

Sobre essa questão, Murray Edelman indica que a caracterização do oponente político com traços inerentes que o definem como mau, imoral, deturpado ou patológico, diz respeito a um procedimento lingüístico utilizado para a construção do inimigo político[229]. Entre este último e o adversário reside a diferença de que, no primeiro caso, se pretende destruir o oponente, ao passo que, no segundo caso, se reconhece sua participação na arena política. Para M. Edelman, não há nada de intrínseco no caráter das pessoas que são assim caracterizadas, uma vez que tais percepções são criações propiciadas pela linguagem. Ora, o caso da trajetória política de JQ permite-nos refletir o quanto o autor radicaliza demasiadamente suas afirmações acerca do papel da linguagem na criação da percepção da realidade, de uma forma independente de referentes. No caso de JQ, houve efetivamente comportamentos e atitudes autoritárias, sucedendo-se que seus oponentes, ao caracterizá-lo como inimigo a partir de circunstâncias específicas, serviram-se da linguagem para atribuir-lhe um traço de caráter, o autoritarismo.

Com isso, procuraram negar ou desqualificar os vínculos de JQ com qualquer espécie de projeto ou manifestação políticos, de modo diverso do que procurei fazer nas páginas anteriores. Contudo, é digna de aprofundamento a indicação de M. Edelman sobre a análise da construção do inimigo: ao invés de tomar a rotulação da pessoa assim definida como o real pronto e acabado, é preciso voltar os olhos para a situação social e a auto-caracterização do observador que o faz. Não permitiria isso, pois, que identificássemos algumas das motivações e interesses que convergem em torno da imagem pública de JQ durante seu mandato presidencial até sua renúncia, no sentido de representá-lo como ditador[230]? E não poderíamos com isso identificar algumas das pressões e constrangimentos que podem ter influenciado uma possível tentativa de quebra da ordem constitucional por JQ?

---

[229] Murray EDELMAN. *Constructing the political spectacle*, p. 68.

[230] A problemática da construção do inimigo no âmbito da luta política é aprofundada por Vavy Pacheco Borges em seu livro *Tenentismo e Revolução Brasileira*. Nele a autora procura demonstrar como os "tenentes" e o "tenentismo", tomados em geral na condição respectiva de sujeitos e fenômeno históricos, foram, na verdade, conceitos criados no calor dos acontecimentos posteriores à "revolução de trinta". Tais noções, na acepção de setores da política paulista (particularmente identificados com o Partido Democrático), serviram para articular um conjunto de falas e condutas dispersas e muitas vezes sem unidade. O objetivo disso era combater com maior eficácia a ascensão de determinados grupos ao cerne da administração federal, identificados nos "outubristas" ou "revolucionários" em geral e pela Legião Revolucionária em particular. Cf. Vavy Pacheco Borges. *Tenentismo e Revolução Brasileira*, p. 145.

Passemos aos principais desafios colocados à administração deste último. Logo nos primeiros momentos como presidente, sem conseguir formar maioria na Câmara para a aprovação de seus projetos, JQ tratou de atender aos reclamos dos diversos grupos sociais que o haviam apoiado durante as eleições, numa tentativa de conciliá-los. A formação inicial do seu ministério fornece muitas pistas acerca dessa questão. Para a pasta da Fazenda, foi escolhido o udenista baiano Clemente Mariani, banqueiro e industrial; para a Agricultura, Romero Cabral da Costa, usineiro nordestino; para a Viação e Obras Públicas, o pessedista gaúcho Clóvis Pestana; para a Saúde, Edward Catete Pinheiro, do PTN; na Educação, o fluminense Brígido Tinoco, do PSB; o Ministério da Justiça foi atribuído a Oscar Pedroso Horta, ex-secretário de Justiça do governo de São Paulo; e o das Relações Exteriores, ao udenista mineiro Afonso Arinos de Melo Franco[231].

O Ministério das Minas e Energia foi confiado ao udenista João Agripino, da Paraíba; o Ministério da Indústria e Comércio, a Artur Bernardes Filho, do PR. A pasta do Trabalho, ao paulista Francisco Carlos de Castro Neves, do PDC. Para o Gabinete Civil, JQ nomeou o amigo Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro. Para as pastas militares, foram indicados o general Odílio Denys para o Ministério da Guerra, então um adversário dos militares ligados a Lott; o almirante Sílvio Heck para o Ministério da Marinha, vinculado a Carlos Lacerda; o Brigadeiro Grün Moss para o Ministério da Aeronáutica, ligado a Eduardo Gomes; o general Pedro Geraldo de Almeida para a chefia do Gabinete Militar, ligado ao general Golberi do Couto e Silva e ao pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG); e o general Osvaldo Cordeiro de Farias para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Dessa forma, é possível vislumbrar como JQ procurou, principalmente, atender os interesses das forças partidárias que o apoiaram durante a campanha eleitoral. É notável também como ele conferiu grande importância a pessoas com laços evidentes com o capital estrangeiro e a oficiais ligados à Cruzada Democrática, que agrupava os oficiais adversários do chamado grupo nacionalista[232]. Baseando-se nessas evidências, é provável que muitos

[231] Mais informações sobre este período e os personagens nele envolvidos podem ser encontradas no já mencionado livro de Vera Chaia e no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

[232] As observações de Vera Chaia, com base em pesquisa do já citado livro de R. A. Dreyfuss, detalham a presença de tais vínculos no seio do governo: "Por meio de dados levantados por René Dreifuss, verifica-se que alguns ministros possuíam uma ligação estreita com o capital estrangeiro e com o CONCLAP. O ministro da Fazenda, Clemente Mariani, era ligado ao Banco da Bahia, à Light S. A. e pertencia ao Grupo Morgan. O

autores tenham deduzido que JQ procurou, ao longo de seu mandato presidencial, perpetuar-se no poder como ditador para atender as aspirações dos referidos grupos. Tal é o caso, por exemplo, de Moniz Bandeira, em texto produzido no momento do impacto da renúncia de JQ, em 1961, quando era comentarista político do Jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro: "Calculado e frio, mais do que poderia parecer, Quadros estava convencido do seu papel de Bonaparte de Vila Maria e armava, com Pedroso Horta, o esquema para obter poderes extraordinários. A falta de grandeza nos seus gestos, a mesquinhez dos seus planos, tudo traduzia o seu espírito de pequeno-burguês provinciano, que, a serviço de grandes grupos, com os quais se comprometera para chegar ao poder, tinha a sua própria jogada pessoal."[233].

Para alguém que militava, então, pelas chamadas reformas de base, parecia sedutora a explicação-denúncia do avanço dos interesses do capital estrangeiro sobre o governo de JQ, os quais o conduziriam paulatinamente a articular uma trama golpista. Porém, o autor desconsiderava com isso a presença de grupos articulados ao empresariado nacional e ao setor agroexportador no seio do governo, bem como os embates e as pressões desses segmentos sociais para que seus interesses fossem atendidos sob a forma de políticas públicas, além de pressões advindas das camadas mais baixas da população. A investigação desses elementos pode revelar uma maior complexidade nas tensões entre grupos sociais em relação à administração janista na Presidência da República.

Sobre sua relação com os segmentos mais baixos da sociedade, ao que tudo indica, algumas de suas primeiras decisões à frente do governo visavam atender os interesses relativos à moralização dos costumes e da máquina pública presentes tanto entre a classe média como entre os trabalhadores, conforme notado anteriormente na análise da correspondência enviada a JQ. Muitas delas passariam ao anedotário político brasileiro como símbolos da excentricidade ou até mesmo da anomia das medidas de JQ à frente da Presidência, representadas por uma série de proibições, tais como: as rinhas de galo, a promoção de provas turfísticas em dias úteis, a propaganda comercial em casas de

---

ministro da Indústria e Comércio, Arthur Bernardes Filho, estava associado a interesses do The Royal Bank of Canada, Westinghouse, Grupo Mellon e Banco do Comércio. O ministro do Trabalho, Francisco Carlos de Castro Neves, pertencia à FIESP. Oscar Pedroso D' Horta, ministro da Justiça, era ligado ao Grupo Mellon. O consultor geral da República, Caio Mário da Silva Pereira era ex-advogado da empresa Hanna Mining. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Walter Moreira Salles, pertencia ao grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao Grupo Rockfeller.". Cf. Vera CHAIA. op. cit., p. 191.

[233] Moniz BANDEIRA. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*, p. 41.

espetáculo ou cinemas, o uso de lança-perfumes nos bailes de carnaval e os desfiles de *misses* com maiôs "cavados".

No âmbito da administração, de forma semelhante ao que havia empreendido como governador de São Paulo, JQ procurou reformular e disciplinar a atuação do funcionalismo público. Em fevereiro, estabeleceu horário integral de trabalho nas repartições federais e exonerou uma série de funcionários cujos cargos eram considerados desnecessários. No mesmo mês, sua ação estendeu-se na procura de irregularidades em órgãos do governo, resultando na criação de cinco comissões de sindicância encabeçadas por militares. Os alvos da investigação eram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA) e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap). Mais tarde, outros focos de investigação foram abertos, entre outros, na Rede Ferroviária Federal, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Companhia Vale do Rio Doce e na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Diante dessas posições, qual seria o sentido que JQ pretendia atribuir à sua imagem perante a população em geral? O jornalista Mário Victor, tentando descrever e explicar no calor da hora os antecedentes do golpe civil-militar ocorrido em 1964, traz considerações interessantes acerca dessa questão, ao tentar, de certo modo, reabilitar a figura de JQ: "Quebrar tradições caducas, renovar tôda uma estrutura econômica, política ou social quando fôrças poderosas se manifestam violentamente em defesa de princípios obsoletos – eis um desafio aos homens de espírito superior. (....) Para os que colocavam o jôgo acima da moral e dos interêsses da família brasileira, o decreto era discricionário, uma demonstração de que, no Presidente Jânio Quadros existia latente o desejo de tornar-se ditador. Entretanto, a maioria do povo estava a par contra quem investia o Presidente da República: contra o jôgo, que se apossara das atividades turfísticas, roubando, durante os dias úteis, o interêsse pelo trabalho a milhares de brasileiros."[234]. Malgrado ter sido escrito posteriormente aos eventos mencionados e com o claro propósito de formular um panegírico a determinadas atuações de JQ na Presidência, tal fragmento de texto do autor parece se aproximar da imagem pretendida por JQ na época. Sua preocupação central reside em sustentar que, com tais medidas, JQ visava assumir o papel de reformador social, com

[234] Mário VICTOR. op. cit., p. 103.

coragem suficiente para enfrentar poderosos interesses e aumentar a presença do governo e do Estado em esferas da sociedade antes relegadas por estas duas entidades. Da mesma forma, não seria surpreendente se tal imagem tivesse sido caracterizada pelos seus inimigos como passos rumo a um regime ditatorial.

É com este problema em vista que o jornalista David Nasser escreveu um artigo na revista *O Cruzeiro*, publicado em 25 de março de 1961, desenvolvendo o que teria sido sua resposta a uma pergunta que lhe fora dirigida por um repórter num programa de televisão: a de que "se podia vislumbrar no jovem Presidente o futuro Ditador." Eis um trecho do texto:

> "Não acredito, Jânio, meu caro Professor, que se decida a concentrar em suas mãos o poder político. De que lhe serviria acabar com a dispersão democrática? (...) Está intacto o crédito de confiança que o Brasil lhe abriu, ao elegê-lo de maneira esmagadora, como o fêz. Sabemos o milagre que terá de realizar para consertar êste País. Ninguém pode, em sã consciência, a menos que seja um louco, um traidor ou um criminoso, censurar as medidas que tomou, limpando a máquina administrativa, estabelecendo através de um incessante trabalho pessoal, os esquemas que possibilitam a recuperação nacional. Êle não encontrou um País à beira do abismo. Encontrou o abismo. Se é verdade, apesar de sua negativa, que achara, também, condições de vitalidade deixadas pelo dinamismo desordenado do governo anterior, não é menos certo que só um pulso forte, só uma política impessoal, só um homem desumano, sem amigos, sem confidentes, sem interêsses, sem assessôres, sem partidários, sem compromissos e, sobretudo, sem ministros, só um homem como Jânio Quadros, uma espécie de Presidente eslavo, poderia pôr em uso um sistema de completa austeridade."[235]

É notória a tentativa do jornalista em contestar a idéia de que as medidas e atitudes de JQ na Presidência seriam sintomas de uma possível ditadura. O que ele procura fazer é trazer as ações conduzidas com o "pulso forte" do presidente para o âmbito da política, tratando-as como passos necessários para a reforma e a moralização da administração pública. E, conforme a análise do capítulo anterior, tais posições estavam em compasso com as mudanças aspiradas por expressivos segmentos da população através de sua participação política. Nesse sentido, é muito significativa a fotografia que acompanha a referida matéria. Novamente emerge uma foto de JQ com o dedo em riste, com similares analisadas em capítulos anteriores. E é possível notar a recorrência da disputa acerca do significado do referente da mesma. Com a disposição dessa imagem no texto com tal conteúdo, fica patente a intenção do editor em conduzir a interpretação do leitor. Ele procura recusar a imagem de autoritário atribuída a JQ, inserindo-o na esfera da política na

[235] David NASSER. *"Jânio, meu bem"*. *O Cruzeiro*, 25. 03. 61, p. 4-5.

condição de líder enérgico no que diz respeito à implementação das reformas com as quais se comprometera.

Novamente, JQ buscou expressar suas idéias e práticas através da adoção de uma simbologia. Na figura 32 é possível ver uma combinação de fotos, atribuídas a Rubens Américo, exibida na revista *O Cruzeiro* na edição de primeiro de abril de 1961, em que o então presidente traja um *slack* enquanto manipula despachos. JQ é representado em poses que destacam sua expressão séria no momento em que olha para a documentação. Ao mesmo tempo, as legendas dispostas pelo trabalho de edição acrescentam informações, como as afirmações de que aquilo seria a rotina diária do presidente, iniciada cedo pela manhã. De certa forma, conforme visto no primeiro capítulo, tal montagem faz referência a um velho problema da imagem pública dos governantes, especialmente após a queda dos regimes monárquicos europeus: a sua representação na condição de burocratas. As considerações anteriores contribuem para a percepção de que JQ pretendia estender esses princípios e práticas de maior displinarização para setores mais amplos da administração pública. Ademais, ao deixar de utilizar os tradicionais terno e gravata para tanto, preferindo investir os *slacks* com tal simbologia, JQ não apenas dialoga com a referida tradição, mas procura proclamar sua originalidade: a efetivação de sua condição de governante como burocrata também estaria associada a caminhos distintos daqueles propostos pelo mundo ocidental, com a adoção de alternativas e caminhos formulados no âmbito do Terceiro Mundo sob a inspiração de Gamal Abdel Nasser, a serem detalhados adiante.

E, como seria de se esperar, algumas dessas primeiras atuações de JQ receberam o qualificativo de atentados ao regime democrático. Comentando o fato de que a direção das sindicâncias contava com a direção de militares, o deputado petebista Almino Affonso proferiu um discurso na Câmara dos Deputados, em 16 de março de 1961, no qual levantava suspeitas acerca dessa opção do presidente:

> "Quando o Sr. Jânio Quadros assumiu o Governo do Estado de São Paulo, travestido de anjo vingador, instaurou dezenas de sindicâncias em todos os órgãos da administração, suspendendo sumàriamente funcionários e levando-os ao descrédito público, não raro injustificável. É o mesmo que se verifica hoje. Multiplicam-se no País as comissões de sindicâncias. E observem, senhores Deputados: curiosamente, sempre com um militar. Por que um militar? Desde quando os civis passaram a ser a representação viva da corrupção? Desde quando passamos a ser a encarnação da safadagem, que não possamos, os civis, presidir uma Comissão de Inquérito? Por acaso, um militar, por definição é honesto e há de ser um civil, por definição, um venal? Sr. Presidente, é da psicologia de todo homem que busca tramar contra as instituições democráticas, em primeiríssimo lugar, bafejar, louvar,

enaltecer de todos os modos as fôrças militares, para ganhar-lhes o apoio no instante em que queiram golpear o regime."[236]

Neste pronunciamento, o deputado deduz a existência de uma tentativa de golpe, logo nos primeiros meses da administração de JQ, a partir da participação de militares à frente das sindicâncias. Ora, até onde pude apurar entre a documentação do período, não há evidências de que uma trama golpista se processasse então no seio do governo. Porém, pelo menos é possível supor que JQ tinha consciência de que sua grande popularidade poderia oferecer-lhe tal saída, caso decidisse por ela enveredar. Da mesma forma, podemos presumir que ele considerasse o apoio dos militares essencial para a sustentação do seu governo, seja dentro ou fora dos limites constitucionais; daí prestigiá-los com a direção dos comitês de investigação. E, na ausência de informações concretas sobre a articulação de um golpe, o que pode ter contribuído para o deputado delinear tal quadro diante da implementação de medidas aspiradas no âmbito de vários segmentos sociais? É sabido que parte considerável do PTB e de sua base eram compostas por funcionários públicos atuantes nos institutos investigados[237]. Isso era uma fonte de grande insatisfação nas hostes petebistas, dado que as investigações envolveram muitos de seus filiados e simpatizantes em escândalos de corrupção, inclusive o vice-presidente João Goulart. Assim, alguns dos interesses que parecem estar em jogo na formulação da referida hipótese de golpe referem-se ao comprometimento tanto de carreiras particulares quanto da credibilidade da legenda do PTB em geral.

Procurando analisar os antecedentes do golpe de 1964, Almino Affonso ainda comenta as sindicâncias do governo JQ do seguinte modo: "Jânio Quadros converte as sindicâncias em método de desmoralização dos adversários políticos. Exibiam-se à imprensa os autos das sindicâncias, transformando indícios, às vezes inconsistentes, em provas definitivas, e expondo à condenação coletiva homens públicos que não haviam tido a oportunidade sequer de saber do que eram acusados. Criou-se um clima de pânico geral.

[236] *ACD*, 16. 03. 61, p. 173.
[237] Sobre o PTB, ver a seguinte obra: Lucilia de Almeida Neves DELGADO. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, *passim*. Apesar de a autora distinguir em seu livro segmentos fisiológicos e reformistas no seio do partido, colocando Almino Affonso no âmbito desta última tendência, noto que a dinâmica do jogo político, no período, tornava mais complexas essas definições. O exemplo anterior sugere como o mesmo não se furtou, em determinados momentos, às pressões do segmento da base do partido mais interessado em obter benefícios pessoais.

Jânio, de dedo em riste diante da sociedade, encarnava o Deus Vingador."[238]. As críticas de Almino Affonso em relação à questão de abusos de poder durante a realização das sindicâncias, se de fato estas ocorreram, com a exibição pública de indícios de culpabilidade na condição de provas para atingir inimigos políticos, a meu ver, não devem ser simplesmente vistas e compreendidas com uma perspectiva histórica, e sim condenadas assim como faz o deputado, sem receio de atribuirmos-lhes um julgamento de valor. Apenas uma análise aprofundada do assunto com fontes do período poderia resolver esse problema. Isso seria muito valioso para que uma relativização absoluta das iniciativas de investigação de práticas de corrupção no interior da administração pública fosse abortada.

Afinal, mesmo no âmbito das tão criticadas sindicâncias, parece que irregularidades vieram à tona, conforme aponta um trecho de um aparte do deputado petebista Ari Pitombo a um discurso de Almino Affonso, no qual ataca JQ por se desentender com o vice-presidente em razão de envolvê-lo nas investigações: "Infelizmente algumas vítimas já se foram. Tivemos o caso do nosso companheiro Francisco Monte, atingido cruelmente em sua honra, falecido em conseqüência de um infarte (...). Outro Deputado, ex-companheiro nosso Clemente Medrado acusado pela Comissão de Inquérito do IBGE, faleceu, também, vítima de traumatismo moral. *No entanto, seu filho encontrou o documento, em nome da Comissão, devolvia os 500 mil cruzeiros ao IBGE*. Estamos sentindo, portanto, que o Sr. Jânio Quadros através das comissões de inquérito está procurando atingir o Congresso Nacional pra desmoralizá-lo perante a opinião pública brasileira, pois o seu tipo ditatorial não lhe permite outra coisa."[239]. Desse modo, o deputado não discute a questão da culpabilidade em si, num desvio de verbas que parece ter efetivamente ocorrido, conforme sugere a devolução do dinheiro. Ao invés disso, ele desloca a discussão para um terreno sentimental, procurando ligar o impacto das investigações à morte de seus colegas, outro indício da influência da defesa de interesses corporativos na conformação da imagem do ditador.

Essas considerações trazem luzes para uma das polêmicas medidas de JQ naquele momento: sua decisão de promover o uso dos *slacks* pelos funcionários públicos. Uma crítica sobre essa medida pode ser vislumbrada numa das colunas publicadas pelo jornalista

[238] Almino AFFONSO. *Raízes do Golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*, p. 11.
[239] *ACD*, 22. 05. 61, p. 452. (grifos meus).

Pompeu de Sousa no jornal *Diário Carioca*, nas quais escrevia paródias dos bilhetinhos do presidente, com data de 21 de março de 1961:

> "Onisciente, onipresente, onipotente - eis o que Vossa Excelência está pretendendo fazer crer a nós outros, pobre mortais deste Brasil (só do Brasil?) que o é. Não tem outro sentido nem outro propósito os seus bilhetinhos: a variedade de assuntos e de ordens que eles contém, cada dia, tentam sempre dar-nos a impressão que Vossa Excelência sabe tudo, está em toda parte e tudo pode. Da cultura da juta à física nuclear, dos seringais amazônicos aos trigais gaúchos, da ida do doutor Arinos para o Senegal à ida dum bombeiro às oficinas da Central para concertar-lhe as pias e os sanitários. Tudo Vossa Excelência sabe, tudo vê, tudo manda. (...) Veio essa agora do uniforme para os funcionários. Para as funcionárias também. Por enquanto, em caráter facultativo, pois não lhe passa pela cabeça que, oferecendo tal oportunidade a pobres mortais 'barnabés' de se vestirem à sua imagem e semelhança, Excelência, possa, haver algum, um só que seja, capaz de desvaler-se de tão insigne faculdade. Mas o caso é que, se tal não se der amanhã, pode-se contar que, depois de amanhã, o facultativo se transforma em obrigatório, imperativo, compulsório. (...) só lhe resta fazer, neste País, os homens à sua imagem e sua semelhança. (...)."[240]

Ora, levando em conta as considerações anteriores acerca da politização da simbologia do *slack* por JQ – seja com o sentido de veicular princípios veiculados à PEI seja com o sentido de veicular a idéia de disciplinar o funcionamento da administração pública - , não poderíamos situar a posição do autor na mesma tendência das posições anteriormente tratadas, no que diz respeito à defesa de interesses corporativos? Em outras palavras, parece-me ser possível sugerir que o autor compreendeu, talvez inconscientemente, que o significado da adoção da mencionada vestimenta pelo funcionalismo público estava associada a princípios de reorganização da rotina de trabalho deles e que de algum modo isso contrariava seus interesses. Daí ter representado em JQ um impulso latente para se tornar ditador.

Não deve ser por menos que, ao que tudo indica, o uso dos *slacks* foi amplamente recusado pelos funcionários públicos, caindo em grande medida no ridículo a medida e o traje, apelidado jocosamente de "pijânio". É claro que, sem uma investigação das proporções da recusa ou aceitação do uso do traje ao longo do país, uma afirmação desse tipo é muito delicada. Mas se voltarmos os olhos para a seção de moda masculina da revista *O Cruzeiro* assinada por José Alberto Gueiros, em 6 de maio de 1961, com uma clara tentativa de retirar a referida orientação do presidente da gozação, temos pistas de que isso de fato aconteceu:

[240] Pompeu de SOUSA. op. cit., p. 77.

> "Várias tentativas foram feitas em busca de um traje ecológico, mas a revolução dos guarda-roupas, como tôda revolução, tem sido prejudicada pelo ridículo de certas tentativas. Flávio de Carvalho, por exemplo, com seu estapafúrdio 'new look' masculino (que não chegava a ser masculino de todo...), estragou, por muito tempo, a idéia de modificar-se o traje nacional para homens. Agora, houve a tentativa do Presidente Jânio Quadros, com o lançamento do 'pijânio'. Mas o 'pijânio' está ficando para trás, apesar da respeitabilidade do patrocínio. O povo não o adotou. As casa de espetáculo não incluíram o novo traje na lista daquilo que se convencionou chamar de 'passeio distinto'. O 'pijânio' está sendo barrado. Além disso, não era mesmo a solução ideal. O cinto retira ao blusão a possibilidade de um arejamento ideal, que vem a ser, justamente, a vantagem deste sôbre o paletó ou a camisa fechada. Seu aspecto militar, a muitos que não são funcionários públicos ou janistas 'enragés', retira o desejo de usá-lo."[241]

Ora, é difícil conceber que este texto, visivelmente simpático à atuação de JQ, teria sido escrito para salvá-lo da zombaria por ter tentado difundir o uso dos *slacks,* se a recusa generalizada em vesti-lo não tivesse realmente ocorrido. Entretanto, através da explicação do autor para esse fenômeno, ao buscá-la somente em fatores funcionais e estéticos, não se pode perceber o conteúdo simbólico atribuído por JQ ao traje, o qual parece ter sido notado e, provavelmente também por essa razão, recusado pelo funcionalismo público. Até onde pude apurar, quem de fato adotou a vestimenta foi um oficial-de-gabinete do governo JQ, o jornalista Raimundo Souza Dantas, nomeado pelo presidente como embaixador do Brasil em Gana[242]. E não é casual que se tratasse de alguém que estava alinhado aos princípios da política externa de JQ, simbologia também investida nos referidos uniformes.

As acusações de que JQ estaria ensaiando um golpe também encontraram terreno para florescer em seus atos destinados a aumentar os poderes presidenciais e diminuir o peso do Congresso. Para tanto, promoveu uma série de reuniões com os governadores para discutir os problemas de cada estado e ouvir diretamente as reivindicações provindas de cada região. Esses atos também foram acompanhados da criação de subgabinetes da Presidência da República em diversos estados e do Serviço Nacional de Municípios (Senam), com o intuito de estender a ramificação desses princípios administrativos, por meio dos quais o presidente se comunicava diretamente com questões locais, para o âmbito municipal. Os comentários de Almino Affonso acerca dessas medidas em seu mencionado livro são os seguintes: "Em nome da agilidade administrativa, Jânio Quadros instituiu as Reuniões de Despacho nos Estados, com a participação de todo o ministério, decidindo de

[241] José Alberto GUEIROS. *"Depois da linha JQ, a linha BN"*, *O Cruzeiro*, 06. 05. 61, p. 33.
[242] Flávio TAVARES. op. cit., p. 172-173.

público sobre as petições regionais formuladas pelos governadores. Atendendo ou denegando, Jânio fazia o grande teatro. Forjava a imagem do governo eficiente, ágil, trabalhador. E, do ponto de vista político, submetia os governadores ao cetro presidencial. Deslocando o merecimento das conquistas exclusivamente para ele, a opinião pública aos poucos se perguntava o sentido da 'classe política'."[243].

Com isso, comentando acontecimentos cerca de duas décadas depois de terem se passado, o autor sugere que estava em marcha um plano destinado a concentrar poderes em torno de JQ, com o intuito de anular o papel dos políticos e da política em geral. E com esses julgamentos feitos *a posteriori*, sem evidências mais concretas de que havia uma trama golpista, continuamos desconhecendo se de fato havia alguma. Contudo, tais posições corroboram a tendência de se tirar os atos de JQ do âmbito da política. O que pode ter ocorrido muito por conta da perda de determinados privilégios na Câmara dos Deputados, conforme indica Mário Victor: "Não era desconhecido do povo que o Decreto do Presidente Jânio Quadros tirava a grande número de deputados a oportunidade de transacionarem com os problemas da coletividade, em troca de vantagens eleitorais junto aos Prefeitos e Governadores. Os Subgabinetes, na realidade, tornavam-se obstáculos à politicagem, ao 'coronelato' que imperava no interior do Norte e Nordeste."[244]. É claro que o autor desconsidera que os recursos amealhados por JQ poderiam ter sido utilizados por ele próprio para barganhar o apoio de lideranças políticas locais. Mas é sugestivo considerarmos que isso pode ter sido uma fonte de descontentamento entre os deputados que outrora obtinham mais vantagens na negociação direta com as mesmas.

De qualquer forma, é preciso lembrar que o princípio de maior centralização da administração federal, como forma de dinamizar e moralizar seu funcionamento, encontrava amplo respaldo na condição de alternativa política para o país. Assim é que o deputado Heribaldo Vieira responde ao senador trabalhista Lima Teixeira acerca da acusação deste de que JQ estaria comprometendo a atuação do Congresso: "Não pense o nobre colega que, com isso, há diminuição para o Congresso. Não. Apenas o Govêrno quer diminuir (...) a burocratização do sistema administrativo que sempre existiu, mantendo nos Estados representantes seus, a fim de que depressa lhe cheguem os apelos e as

[243] Almino AFFONSO. op. cit., p. 13.
[244] Mário VICTOR. op. cit., p. 142.

reivindicações do povo quando se dirige ao Chefe da Nação."[245]. Em outras palavras, a imagem do burocrata projetada sobre JQ encontrava vozes tanto no parlamento quanto em esferas mais amplas da sociedade. Na charge do cartunista Claudius, por exemplo, na figura 33, publicada na revista *Manchete* em 15 de julho de 1961, algo semelhante é veiculado. Com o título "O encontro dos governadores", nela são desenhadas cinco cenas à primeira impressão independentes umas das outras, representando, comicamente, as reuniões com os governadores. Tomando então arbitrariamente uma ordem de leitura, comecemos pela cena no canto superior esquerdo.

Nela a figura de JQ é estilizada debruçada sobre o parapeito de uma janela; logo abaixo, segurando um violão e cantando o refrão "Ei! você aí!" - de famosa canção da qual a maioria dos leitores saberia a continuação "me dá um dinheiro aí!" – alguém que parece ser um dos governadores ou uma figuração abstrata de todos eles. Na cena abaixo, JQ é representado como um psicólogo tomando nota das queixas de um dos governadores. Na cena ao lado direito, três fases indicam respectivamente a entrada de JQ numa sala, seu acompanhamento pelos governadores e o produto final disso, com JQ envolto num barril e olhando para todos os lados, talvez sem entender como seus convidados levaram seus recursos. Enfim, na parte inferior da montagem, três governadores abraçam-se e entreolham-se, ao passo que na outra direção JQ caminha carregando uma pilha de abacaxis, numa indicação de que os primeiros comemoram a delegação de problemas de difícil solução para o presidente, encarregado então de "descascá-los". Dessa forma, já é possível desvendar o elo entre tais cenas, o qual reside na idéia de que são os governadores que tomam a iniciativa em procurar JQ, tanto para apresentar seus problemas quanto solicitar a resolução deles. Nessa representação dos acontecimentos, o encontro de JQ com os governadores é tratado na condição de expediente político legítimo.

As pistas anteriores são indicativas de que JQ promoveu uma série de medidas com o objetivo de centralizar mais poderes em torno de si nos primeiros momentos de seu mandato. Tal orientação diz respeito a uma continuidade com os princípios e práticas que fizeram parte de sua atuação política anterior e de sua plataforma de governo, escoradas na questão da "racionalização" da administração pública. Da mesma forma, esses posicionamentos eram não apenas almejados por muitos setores da população, como eram

[245] *Ibid.*, p. 141.

considerados por eles como sendo parte de uma idealizada ação política. E é claramente perceptível que interesses corporativos se levantaram contra essa série de reformas, atribuindo a pecha de ditador a JQ. Entretanto, tais interesses, por si só, não explicam a força de que gozava essa imagem. É preciso ir além disso e identificar como diferentes grupos sociais se posicionaram diante dos projetos político-administrativos defendidos e colocados em prática no governo JQ, para que tenhamos maior clareza disso.

5.2 – Da política em nome da conciliação surge a imagem do caudilho

Uma breve análise da política econômico-financeira adotada no governo JQ também pode contribuir para identificação de outros interesses na conformação da imagem do ditador[246]. Logo que assumiu a Presidência, JQ herdou uma taxa de crescimento em torno de 7% ao ano, obtida na esteira das diretrizes implementadas no governo anterior. Ao mesmo tempo, recebeu uma dívida externa crescente e um déficit orçamentário que atingia ao ano 113 bilhões de cruzeiros. Para cobrir essas despesas, a emissão de moeda era a saída até então adotada pelo governo, que contribuía assim para o aumento da inflação. Com a posse do novo ministro da Fazenda, Clemente Mariani, houve uma redefinição dessas orientações. Os principais objetivos da política econômica passaram a ser a correção do desequilíbrio orçamentário e do déficit do balanço de pagamentos. Algumas das medidas adotadas para atingi-los recaíram na restrição do crédito, na contenção dos gastos públicos e em incentivos à exportação.

Tais rumos foram anunciados no dia 13 de março de 1961, em discurso de JQ transmitido através de uma cadeia de rádio e televisão. Nessa ocasião, o presidente elencou uma série de cortes de gastos com o funcionalismo público, prometeu reavaliar a Lei Antitruste e anunciou uma reforma cambial. Esta última foi estabelecida por meio das instruções nº 204, 205 e 208 da Sumoc. De forma geral, houve o aumento do preço do dólar de noventa para duzentos cruzeiros e a supressão dos subsídios para a importação, com a unificação das taxas de câmbio. Com a instrução nº 204, algumas exceções ainda foram feitas para a importação de trigo, petróleo e derivados, papel e artigos de imprensa, fertilizantes, inseticidas e bens de produção sem correspondente nacional, e para as

[246] Informações e análises acerca tanto da política econômico-financeira quanto da política externa do governo JQ podem ser encontradas em: Vera CHAIA. op. cit., p. 153-230.

exportações de café e cacau. Com a instrução nº 205, a taxa cobrada sobre a exportação de sacas de café, chamada por alguns de "confisco cambial" - cuja receita o governo anterior vinha utilizando para financiar a dinamização da industrialização - , foi substituída por uma contribuição fiscal por saca do produto exportado. Enfim, em junho de 1961, com a instrução nº 208 estabeleceu-se a utilização da taxa normal de câmbio nas operações com todos os produtos acima.

Esse quadro trazia implicações significativas para o arranjo de forças que a candidatura de JQ conseguira compor havia pouco, com o convencimento de representantes de diversos grupos sociais a aderirem a suas propostas, como sugeri no primeiro capítulo. Tais medidas favoreciam, sobretudo, o setor agroexportador e os credores internacionais, prejudicando os grupos nacionais que haviam obtido financiamento nas condições propiciadas pela taxa anterior. Credores estrangeiros receberam com entusiasmo essa reorientação da política econômica. Por exemplo, o Export-Import Development Bank, o National Economic Development Bank e outros agentes financeiros concordaram em liberar créditos correspondentes a 726 milhões de dólares e prorrogar os pagamentos de parcela da dívida. Por outro lado, o corte de subsídios para artigos de consumo básicos contribuía para o aumento do custo de vida, num momento em que os conflitos sociais se acirravam com o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas, que passaram a cerrar fileiras para a implementação das chamadas reformas de base. E com isso não quero dizer, é claro, que os conflitos sociais tivessem de alguma forma cessado no processo de escolha de JQ como presidente; apenas indico que eles vieram à tona com maior clareza, quando os rumos do governo beneficiaram determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Essa inclinação do governo não passou despercebida na época, conforme sugere uma das referidas colunas de Pompeu de Sousa publicada no *Diário Carioca*, em 15 de março de 1961:

> "enganamo-nos quando afirmamos que Vossa Excelência não formulara política nenhuma de governo algum (...). Agora, sim. Vossa Excelência formulou uma política, traçou um programa de governo. Uma política contra o povo e contra o Brasil. Uma política de encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, para maior enriquecimento dos tubarões do café (que, certamente, serão os beneficiários da segunda etapa, já anunciada, de sua reforma, destinada à extinção de todos os 'artifícios' cambiais) e sobretudo dos tubarões da negociata. (...) Política contra o país, também, porque duplica os preços dos produtos básicos ao seu desenvolvimento econômico, facilitando e barateando, por outro lado, o das

importações cada vez mais indiscriminadas. Política, igualmente, contra a indústria nacional e contra o próprio regime, pois, daqui por diante (...) é apenas o governo quem decide, via SUMOC, quais são as indústrias ou quaisquer atividades econômicas que poderão, ou não, sobreviver, garantindo-lhes, ou negando-lhes, as 'quotas especiais' de câmbio acima do limite fatal dos 20 mil dólares 'por firma e por semana, no conjunto das praças' de que acaso careçam para operar e viver."[247]

Trata-se de uma voz claramente identificada com os interesses da "indústria nacional", preocupada em manifestar seu descontentamento com o estabelecimento de condições menos favoráveis a esta última. Partindo desse princípio, sua preocupação com o agravamento das condições de vida do segmento mais baixo da população, sem deixar de admitir a possibilidade de veicular inquietações humanitárias concretas, talvez possa ser justificada pelos seguintes motivos: o encolhimento do mercado interno, a tentativa de mobilizar aquela camada social para se opor às medidas anunciadas ou o temor de abalos na ordem social. De qualquer modo, a situação conflitiva realmente explicitada no texto reside na indicação de que a condução da política econômica se inclinara a favor dos "tubarões do café", num delineamento da oposição entre os setores agroexportadores e o empresariado nacional. Dessa forma, a expressão de que o governo com isso "formulou uma política" adquire um sentido notadamente irônico.

É provável que JQ tivesse consciência do potencial dessas orientações em estimular tensões e não quisesse acirrar os conflitos presentes entre grupos sociais distintos com as mesmas. Isso pode ser sugerido por meio do relato de Roberto Campos - então encarregado de representar o país em negociações com instituições financeiras estrangeiras - sobre uma conversa entre ele e JQ antes do pronunciamento da instrução nº 204, acerca do modo de tornar o discurso a ser proferido convincente:

"- Onde estão os inimigos? – repetiu Jânio Quadros.
- Que inimigos? – perguntei.
- Ora, é fácil encontrá-los – respondeu Jânio. Não direi apenas que a elevação da taxa cambial aumenta as receitas da Petrobrás; direi que ela diminui os lucros abusivos dos trustes internacionais de petróleo. Ao invés de falar do aumento da produção de trigo nacional, por que não vergastar os moinhos da multinacional Bunge Born, que se beneficiam do aumento de consumo excitado pela vantagem cambial? Quanto ao papel da imprensa, mostrarei o quilo de papel representado pelas edições dominicais do jornal *O Estado de São Paulo*, que obviamente não representam uma urgência do bem estar nacional. (...) Voltando ao Rio de Janeiro, resolvi fazer um teste de sensibilidade política. Ao tomar um táxi, perguntei ao chofer que achava ele da reforma fiscal anunciada por Jânio Quadros na véspera, e se isso não lhe causava dificuldade, pois o preço teria de aumentar e haveria perda de freguesia.

[247] Pompeu de SOUSA. op. cit., p. 67.

- É verdade – respondeu-me – vou ter que pagar mais pela gasolina e cobrar dos fregueses mas, se como diz o presidente, é para diminuir os lucros da Esso, tudo bem, eu agüento."[248]

O primeiro aspecto a ser levando em conta no que diz respeito à credibilidade desse relato é o fato de que seu autor defendia, tanto na ocasião em que se passa a referida cena quanto no momento em que escreve seu livro, a maior abertura do país ao capital estrangeiro. É difícil conceber então que qualquer ataque efetivo a este último vindo da parte de JQ não fosse por ele narrado em tom de desaprovação. O valor do relato dessa conversa reside, pois, em sugerir que, mesmo atrelado em grande medida aos interesses e orientações do capital internacional, JQ procurou implementar medidas favoráveis ao mesmo por meio da elevação de sua presença à condição de inimigo; recurso tão utilizado contra ele próprio por muitos de seus opositores. O que a segunda parte da narração sugere é que, no curto prazo, tal expediente poderia ser eficaz entre alguns setores da população. E o que dizer dos grupos que eventualmente se sentissem prejudicados diante do maior favorecimento do capital estrangeiro e do setor agroexportador? Abriria este tipo de retórica espaço para suas reivindicações? Ou também contribuiria para o embasamento da idéia de que a atuação de JQ na Presidência não era um fenômeno político?

Há uma série de evidências para ensaiar uma resposta afirmativa a essas perguntas, como indica trecho do discurso do deputado pessedista Carmelo D'Agostino, proferido em 5 de julho de 1961. Nele o parlamentar tece críticas ao governo de JQ tanto em relação aos rumos da política econômica quanto às polêmicas reuniões do mesmo com os governadores:

"A influência da alta provocada pela Portaria 204; do Sr. Clemente Mariani, honrado Ministro da Fazenda, chegou ao ponto de vermos, como há dias dissemos nessa Casa, o Govêrno de São Paulo, conservador por excelência, lançar mão da posse daquele bem econômico, para atender aos reclamos dos operários da 'Paulista' - os do alimento à sua subsistência física, de roupa para vestir, de casa para morar, imprescindíveis ao homem. Fora preciso um ato socialista, diante da falência do próprio capitalismo (....) para atendermos aos mínimos requisitos da vida social.(...)

Outro fato a se dizer a esta Casa e que vem de causar estranheza, são as grandes verbas dispostas por sua Excelência o Senhor Jânio Quadros, e que as distribui pelos Estados, indo ao encontro dos seus governadores como às suas populações, expondo e perguntando de suas carências, expor, perguntar o que revela o menosprezo por esta Casa do Congresso, afastando-nos do contato com aquêles que nos delegaram a missão de representá-lo perante o Poder Executivo. O procedimento do Sr. Jânio Quadros, no caso, configura-se-nos uma

[248] Roberto CAMPOS. *A Lanterna na Popa*, p. 390.

imitação do que fazia Mussolini, do que fazia Hitler, do que faz Salazar e o Generalíssimo Franco, o contato direto com o povo (...)"[249]

É sabido que o deputado em questão fora presidente de bancos antes de se lançar à carreira parlamentar. Contudo, por mais que sejam legítimas as indagações acerca da autonomia dos interesses de grupos ligados ao capital financeiro diante de outros grupos sociais, tais posicionamentos indicam ao menos que as opiniões do mesmo procuravam se situar na correlação de forças mencionada. Seus comentários às medidas adotadas pelo governador de São Paulo, Carvalho Pinto, no sentido de atender a reivindicações de grevistas são indicativas disso. Ao condenar o acirramento de conflitos sociais no seio de trabalhadores paulistas, em razão dos efeitos da política econômica do governo federal, o deputado sugere estar alinhado, de certa forma, aos reclamos do empresariado nacional. E, em que pesem possíveis interesses corporativos, não teria isso a ver com a segunda parte do discurso, quando o mesmo considera JQ um possível ditador por empreender uma série de reuniões diretamente com os governadores?

O curioso ainda é que a reforma cambial trouxe à tona uma velha imagem associada a JQ. Na figura 34 podemos ver uma seqüência de retratos deste último tirados no momento em que anunciava a mesma pela TV, publicada na revista *O Cruzeiro*, na edição de primeiro de abril de 1961. Em sua legenda há a indicação de que se trata de "seis atitudes do Presidente JQ ao lançar a bomba da reforma cambial". As cenas são sobrepostas uma sobre a outra em sentido vertical, cada uma delas enfocando diferentes expressões de JQ com o rosto e as mãos. Vistas no conjunto, obtêm-se a idéia de movimento e a representação de JQ como um homem que gesticula e move o corpo constantemente enquanto se comunica. O que se retoma, no caso, é a imagem do bufão.

É preciso lembrar que, como sugerido no capítulo 3, essa representação poderia comportar seja um viés positivo, com o bufão canalizando paixões rumo a transformações políticas, ou um viés depreciativo, através do qual o personagem emerge como incapaz de manter o controle de si para governar os outros. E é possível imaginar que o autor da referida montagem tenha pretendido se posicionar nesse debate. Acontece que as informações oferecidas em seu conjunto são insuficientes para a aferição do posicionamento do mesmo, dado que a expressão "bomba", em seu sentido figurado, pode

[249] *ACD*, 01. 05. 1961, p. 699-700.

ter o sentido de uma notícia ou acontecimento imprevisto que causa sensação, espanto *e/ou* perturbação da ordem estabelecida, não implicando necessariamente num juízo de valor. Entretanto, por meio de nossas reflexões anteriores é lícito supor que tal imagem tenha entrado no debate público, tendo seu significado sido discutido e utilizado por grupos sociais distintos para a veiculação de seus respectivos interesses.

O caso de Pompeu de Sousa é muito significativo nesse aspecto. Numa de suas colunas publicadas no *Diário Carioca*, em 5 de abril de 1961, ele tece comentários acerca da aparição de JQ na televisão para anunciar a reforma cambial:

> "Excelência:
> São 23, 15 no momento em que começo a escrever-lhe este bilhete, porque hoje achei que devia fazê-lo depois de assistir, pela TV, seu discurso, que só agora acabou (...) Quase duas horas de gritos e surdinas alternados, de gestos, ademanes, arrancos e sobretudo pausas imensas, de imensos e angustiosos vazios. Conteúdo mesmo, muito pouco (...) Hoje, nesse bilhete apressadíssimo, queremos apenas destacar um aspecto marginal de seu discurso de ainda agora. Um alarmantíssimo aspecto marginal de seu discurso. Este: o de que não se estava assistindo, na tela da televisão, um discurso seu, isto é, um discurso de um brasileiro, de um brasileiro eleito por brasileiros para governar o Brasil. O que se via e ouvia era um pesadelo: era Adolf Hitler renascido nas telas dos jornais cinematográficos (...) Claro que, olhando bem, era mais uma caricatura de Hitler, mais um Chaplin no papel de Hitler do que outra coisa. E, por isso, houve até muita gente que nos telefonou para a redação, perguntando uns, afirmando outros que Vossa Excelência estava bêbado. Não, não estava. Podemos afirmá-lo, podemos garanti-lo. Vossa Excelência é assim mesmo, ao natural - podemos assegurá-lo até sem o conhecermos pessoalmente. Um Hitlerzinho traduzido em Chaplin traduzido em Jânio."[250]

Alinhado aos interesses do empresariado nacional, naquelas circunstâncias, o autor fez uso da imagem do bufão para qualificar a atuação de JQ de uma forma marcadamente negativa. Para ele, as sugeridas manifestações de descontrole do corpo em JQ o teriam equiparado, na verdade, à representação chaplinesca e caricatural do célebre ditador alemão. Há nisso, pois, a alusão de que em JQ havia tendências ditatoriais.

É preciso dizer ainda que, ao mesmo tempo em que JQ se inclinava a favor de determinados grupos sociais com sua política econômica, também procurou, de certo modo, satisfazer interesses de outros grupos em outras esferas da administração. Assim, em 15 de março de 1961, submeteu ao Congresso Nacional o projeto da nova lei antitruste e da criação da Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), destinada a impedir a monopolização de certas atividades econômicas por determinadas empresas. Tais planos

[250] Pompeu de SOUSA. *Bilhetinhos a Jânio*, p. 99-100.

foram notadamente combatidos pela Conclap, que encaminhou um memorial contrário a essas medidas ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em 7 de julho do mesmo ano, JQ divulgou ao país o envio do projeto de lei sobre a remessa de lucros para o exterior ao Congresso. Ambos os casos resultaram em polêmicas no interior do governo. Dessa vez, a linha de defesa ao favorecimento à entrada de capital estrangeiro no país partia para o ataque, tendo o ministro Clemente Mariani como um de seus principais expoentes. Em oposição a essa tendência situava-se João Agripino, ministro de Minas e Energia. Este último ainda coordenava esforços com o presidente para a reestruturação do modo pelo qual muitas empresas, especialmente estrangeiras, extraíam minério no país. Alguns traços dessa orientação podem ser notados em parte do depoimento de João Agripino à revista *O Cruzeiro*, pouco depois da renúncia de JQ:

> "Pretendia aumentar a produção de minério de ferro e convergir os lucros dessa exploração para o desenvolvimento econômico do Brasil, notadamente na região produtora do minério (...)
>
> Três grupos estrangeiros (...) dependiam dessas nossas providências: a Hanna, americana; a Rio Tinto, inglesa; e a Bethleem Steel, americana. Uma outra constatação dolorosa que fiz foi a de que possuímos riquezas minerais conhecidas, jazidas devidamente avaliadas, em mãos de grupos estrangeiros, todas paralisadas. (...) e, a despeito disso, importamos anualmente. Outras jazidas exploradas por grupos estrangeiros vêm sendo através de lavra gananciosa, o que quer dizer, a retirada mais fácil e mais barata do minério com o abandono e desperdício do minério de mais difícil exploração proporcionando, conseqüentemente, grandes lucros e exaustão rápida das jazidas. Dando conhecimento dêsses fatos ao Presidente, comuniquei-lhe que havia determinado vistoria em algumas dessas jazidas e que promoveria a caducidade de tôdas elas, se os seus detentores não quisessem explorar e industrializar. Aprovou entusiàsticamente o plano de ação e ficou a me cobrar insistentemente as providências necessárias. Certa vez, disse-lhe que seu entusiasmo poderia arrefecer, sobretudo quando soubesse que poder econômico imenso estávamos contrariando e que, daqueles que seriam fatalmente atingidos, um era seu particular amigo José Ermírio de Morais. Respondeu-me que isso não o desagradava e que ou prestaria êsse serviço ao Brasil (...) ou não desejava ser Presidente."[251]

João Agripino traça neste depoimento um quadro em que algumas de suas medidas contrariariam interesses pontuais no interior do empresariado nacional, atingindo, sobretudo, setores ligados ao capital internacional. O que parece estar em jogo com tais orientações é a questão da ampliação do abastecimento de minérios no país para a dinamização do processo de industrialização em curso. Ora, talvez pudéssemos nos perguntar se esse maior controle do governo acerca da oferta de recursos minerais não

[251] Citado em Gileno de CARLI. *Anatomia da renúncia*, p. 112-113.

poderia beneficiar também empresas de capital estrangeiro com filiais no país, as quais podemos imaginar necessitadas de matéria-prima abundante e barata. Por outro lado, também é possível supor que os planos mencionados poderiam ferir um dos principais pilares em que se assentava o fluxo de capitais externos: o princípio de livre circulação das mercadorias. Tratar-se-ia de um precedente considerável para futuras intervenções governamentais no âmbito da economia, passíveis de colocar em cheque o repasse de seus lucros para suas respectivas sedes. De qualquer forma, ao menos é possível vislumbrar nessa política uma forma de atender interesses relacionados ao empresariado nacional. Ao fornecer uma grande parcela da distribuição de recursos minerais no interior do país, o Estado asseguraria uma maior autonomia deste último em relação aos humores do mercado internacional, assim como vinha sendo feito com o petróleo.

Ao que parece, essas orientações não vieram de forma ampla ao debate público durante a gestão de JQ, interrompida por sua renúncia ao cargo. Havia, porém, a explicitação de outro projeto destinado a conciliar os grupos vinculados ao capital estrangeiro a outros grupos sociais. Isso pode ser notado na implementação da PEI, salientada em sua plataforma de governo durante a campanha eleitoral[252]. Além de defender os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, a PEI também preconizava a ampliação das trocas comerciais do Brasil com países africanos e do Leste Europeu. Entre outras coisas, havia a preocupação em aumentar as exportações de café e obter máquinas para a indústria. Ou seja, essa busca por novos mercados vinha acompanhada da intenção de dinamizar o mercado interno e beneficiar os setores agroexportadores e o empresariado nacional. Os propósitos conciliadores dessa política foram explicitados pelo próprio JQ em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, em outubro de 1961, veiculado pouco antes da renúncia e no qual provavelmente buscava explicar as orientações de sua política externa para a comunidade internacional: "O Governo Brasileiro não é preconceituoso contra o capital estrangeiro – longe disso. Nós sentimos profunda necessidade de sua ajuda. A única condição é a de que a gradual nacionalização de lucros seja aceita, pois de outra forma não

[252] Para maiores informações, ver: Braz José De Araújo. *"A política externa no governo de Jânio Quadros"*. op. cit., *passim*.

mais seria elemento de progresso, mas tornar-se-ia mera sanguessuga alimentando-se de nosso esforço nacional."[253].

Essa linha de atuação trazia consigo a redefinição das relações do Brasil com os Estados Unidos. Tratava-se de obter maior autonomia para o país em seus posicionamentos no cenário internacional. Tal princípio foi colocado em prática logo no primeiro mês em que JQ ocupou a Presidência. Ao receber a visita do enviado especial do governo norte-americano, Adolf Berle Júnior, com o propósito de solicitar-lhe o apoio para a incursão armada planejada pelos Estados Unidos contra Cuba, JQ declarou publicamente sua contrariedade a qualquer manobra intervencionista. Mesmo com a derrota das tropas invasoras, o governo norte-americano não deixou de buscar auxílio do Brasil para formar uma ampla frente contra o regime cubano. O embaixador John Moors Cabot tentou, sem sucesso, conseguir a ajuda do governo brasileiro para articular uma ação contra Cuba no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para lograr a sustentação dessas posições diante da potência do norte, JQ pretendeu ampliar seu leque de alianças na América Latina. Em abril de 1961, encontrou-se com o presidente argentino Arturo Frondizi em Uruguaiana, cidade gaúcha que faz fronteira com a Argentina, declarando publicamente as intenções de estimular as trocas comerciais e selar o compromisso da defesa do princípio de autodeterminação dos povos entre os dois países. Com base em entrevista feita com Frondizi na década de 1970, Flávio Tavares reproduz o relato do ex-presidente argentino acerca de detalhes da conversa ocorrida entre os dois presidentes nos bastidores das negociações:

> "- Vou lhe contar meu segredo de Uruguaiana. Pouquíssimos o sabem! – disse e logo fez uma pausa. (...)
> - *Yo temblé, literalmente temblé!* – disse e sublinhou: 'Quando o presidente Quadros parou de falar, eu tremi.'(...) O que o Presidente Quadros me propunha era o que eu também desejava e queria em termos pessoais e políticos, mas nem ele nem eu, nem a Argentina nem o Brasil tinham condições de enfrentar-se ou confrontar-se com os Estados Unidos.
>
> Em plena 'guerra fria', Jânio propôs a Frondizi 'uma aliança em todas as frentes', da política e economia até os exércitos e ao ensino, a partir de uma postura de 'nítida e total autonomia' em face dos Estados Unidos, que começaria pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em forma tênue mas gradual, para avançar marcando as distâncias e, passo a passo, chegar à própria ONU. Em suma: a Argentina e o Brasil formariam um bloco à parte, autônomo e independente, sem recorrer politicamente aos Estados Unidos mas sem tampouco descambar para o bloco soviético.(...)"[254]

[253] Jânio QUADROS. *"Brazil's new foreign policy"*. in: *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*, p. 103.
[254] Flávio TAVARES. op. cit., p. 181.

O que estas palavras sugerem é que estava em jogo naquele encontro a continuidade ou mesmo o fortalecimento da linha adotada por JQ em termos de política externa.

É justamente essa perspectiva que uma das mais famosas representações do mencionado acontecimento procura combater, conforme a figura 35. Trata-se do retrato de JQ feito pelo fotógrafo Erno Sheneider naquela ocasião, mas publicado no *Jornal do Brasil* apenas em agosto de 1961. Nele a imagem de JQ é congelada de costas, olhando para o lado esquerdo e, talvez o mais interessante, cada um dos seus pés está voltado para uma direção, com o esquerdo para a direita e o direito para a frente. Com isso, há a veiculação da idéia de que o presidente estava desnorteado, sem um rumo certo. Novamente surge o que seria o descontrole do corpo de JQ e as implicações negativas disso para a condução do país. Algumas informações sobre a produção dessa foto podem ser observadas no relato do próprio fotógrafo que a produziu: "O Janinho andando e eu do lado, com Rolleiflex, heim, essa só deu uma (....) O Jânio foi andando... tô do lado dele, sempre, de olho, sempre de olho no Dines (...) De repente deu uma confusão, estourou um... Um barulho deu uma.... Todo mundo olhou para trás. Ele virou e eu clack, plá, só deu aquela, só fiz uma. Só fiz aquela. Ganhou Prêmio Esso."[255]. Quer o fotógrafo tenha registrado essa cena por obra do acaso ou por sua argúcia em aproveitar o átimo de segundo para enquadrar uma cena que já vinha imaginando, é o trabalho do editor do jornal que parece ter pesado mais no processo de atribuição de significado ao retrato, decidindo desarquivá-lo e estampá-lo no periódico. Publicada na circunstância da renúncia à Presidência, tal fotografia parece ter adquirido o estatuto de explicação satisfatória para este último acontecimento, conforme sugere sua premiação, em 1962.

Ora, a análise feita anteriormente indica que essa representação procurava negar que JQ tivesse um rumo para o país, quando, na verdade, articulava uma política exterior centrada na busca de uma maior autonomia para o Brasil frente os Estados Unidos. Cabe lembrar ainda que, com o intuito de promover a ampliação da presença brasileira na África, JQ criou embaixadas no Zaire, Nigéria, Gana e Senegal. Sua defesa do princípio de autodeterminação dos povos trazia consigo uma crítica ao colonialismo remanescente

[255] Citado em Ana Maria MAUAD. *"Os tempos da narrativa: fontes orais e visuais na produção dos sentidos da história"* in: V Seminário *"Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento"*. Unicamp, 17, 18, 19 de outubro de 2007, p. 4.

naquele continente. Quanto aos países do bloco socialista, enviou duas missões comerciais ao Leste Europeu: sob o comando de João Dantas, uma delas visitou a Albânia, a Iuguslávia, a Bulgária, a Romênia e a Hungria; sob a chefia de Paulo Leão de Moura, a outra esteve na União Soviética. No mês de maio, o governo brasileiro recebeu duas missões diplomáticas, uma desta última e outra da China. Diante disso, não foram poucas as vozes que se alinharam com a perspectiva acima, no sentido de indicar a ausência de rumo ou o despropósito da política externa de JQ. Um bom exemplo disso é o discurso do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, na convenção nacional da UDN em Recife, em maio de 1961. Trata-se de uma exposição de idéias em que o mesmo afirma a afinidade de seu partido com os princípios cristãos e estabelece os limites de atuação da legenda como incompatíveis com o materialismo histórico e os regimes políticos nele inspirados, em trecho que se percebe um tom crítico dirigido ao governo JQ:

> "Neste momento (...) vemos confundir-se o anticolonialismo, isto é, o esfôrço para tornar independentes de suas metrópoles as antigas colônias da Ásia e da África e de pequenas partes da América, com a ação russa e chinesa nessas colônias para recolonizá-las por meio de oligarquias locais, de tiranias corruptas e sanguinárias (...) O anticolonialismo, assim, torna-se um pretexto para justificar a intervenção de um imperialismo novo, impetuoso e avassalador, totalitário no fundo e na forma, totalitário nos meios e nos objetivos. (...)
>
> Neste momento, vemos chamar-se autodeterminação de Cuba o direito que se irroga um tirano, numa ditadura sanguinária, de fuzilar centenas de pessoas sem culpa formada, ao arrepio de tôdas as conquistas da justiça e dos mais elementares princípios humanitários. (...) Os que silenciaram quando os comunistas invadiram o Tibete, e quando invadem o Laos, os que mal ousaram resmungar quando os russos esmagaram o povo húngaro e ali implantaram, pela fôrça do Exército russo, com os tanques russos, a ditadura comunista, com a qual parece que estamos ansiosos por ter relações de amizade, os que nada tiveram a dizer quando Lumumba ensangüentou o Congo, e seus homens violaram mulheres e crianças, parece que confundem Lumumba com José Bonifácio e Fidel Castro com José Martí, ou Mão Tse Tung com Simon Bolívar, esquecendo-se de que a diferença fundamental entre uns e outros não é apenas de métodos, é sobretudo de princípios e de fins. (...)"[256]

Ainda que seu temor quanto ao avanço do comunismo pudesse ter desempenhado um papel relevante nessas formulações, é digno de nota que Carlos Lacerda estivesse então alinhado aos interesses do capital estrangeiro e com as orientações da política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria. Nesse pronunciamento, a política exterior do governo brasileiro é retratada como um consentimento ou mesmo um estímulo para a supressão da liberdade e a disseminação da violência nos países do Leste Europeu e da África, em consonância com o que seriam os propósitos do comunismo internacional.

[256] Carlos, LACERDA. *"Materialismo, Economicismo, Nacionalismo"* in: *O Poder das Idéias*, p. 93-94.

Assim, Carlos Lacerda dava mostras dos limites de seu apoio ao governo de JQ, retirando a PEI do âmbito das discussões políticas e da negociação.

O governo, por sua vez, insistia na legitimidade de suas medidas na condição de política concreta. Isso pode ser notado em parte do discurso proferido pelo ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos M. Franco, em 17 de maio daquele ano, na Câmara dos Deputados sobre o sentido da PEI: "A defesa de um país contra o comunismo em favor da democracia (...) não se faz através, a meu ver, de esquemas arbitrários, ou de esquemas policiais. Ela se faz através do revigoramento da democracia no seu conteúdo humano, quero dizer, social; quero dizer a eliminação da injustiça; quero dizer a eliminação das desigualdades intoleráveis; quero dizer as possibilidades de dignidade para todos os homens que habitam um determinado território nacional; quero dizer aquela capacidade de todos os homens de dar valor a êstes valores democráticos que nêste País só têm sentido para as elites que dispõem de interêsses econômicos capazes."[257]. Em primeiro lugar, salta aos olhos a afinidade das palavras do ministro com o discurso da democracia cristã empregado freqüentemente por JQ. O "revigoramento da democracia em seu conteúdo humano" ou a diminuição das desigualdades sociais, nessa ótica, seria a melhor forma de evitar a ocorrência de conflitos sociais, tratados como terreno fértil para a expansão do comunismo e, por conseqüência, como ameaça ao regime democrático. Com isso, Afonso Arinos intenta convencer grupos sociais da elite cujos interesses imediatos não seriam de todo contemplados com as políticas do governo das virtualidades delas.

A julgar pela acirrada campanha contra a PEI, tendo como seus principais porta-vozes os jornais *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, tais propostas caíram em ouvidos moucos na maior parte dos grupos ligados ao capital estrangeiro. É muito significativo dessa tendência um editorial publicado em *O Estado de São Paulo* intitulado "Guinada para a esquerda", em 19 de maio, em resposta ao referido discurso do ministro Afonso Arinos. Esse texto teve ampla circulação na imprensa, dado que foi logo transcrito em jornais cariocas. Eis um trecho dele:

> "O Sr. Jânio Quadros foi sempre um adversário irredutível do princípio que vê na constituição orgânica dos partidos a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. O seu personalismo hipertrofiado demonstrou, em todos os instantes, a sua visceral incompatibilidade com a divisão de podêres, assim como com a disciplina e as limitações que essa divisão impõe a todos quantos constituem, em seu conjunto, o Estado. E uma vez

[257] Citado em Mário VICTOR. op. cit., p. 248.

> chegado à Presidência da República, não sossegou enquanto não transpôs para o terreno da política exterior a sua ojeriza a tudo que é sistemático e orgânico. Daí o investir contra todos os tratados e obrigações contraídas pelo Brasil no curso da sua história contemporânea. E assim, por temperamento e vocação, S. Excelência tinha forçosamente de ser levado a demonstrar irrefreável aversão por homens como o primeiro-ministro inglês, sr. Macmillan, o chefe de govêrno da Alemanha Ocidental, sr. Adenauer, o presidente da grande República do Norte, sr. Kennedy, ou, ainda, o representante dos EUA na ONU, sr. Stevenson, e a entrar irresistivelmente na órbita em que gravitam o ditador Tito da Iugoslávia, o homem forte do Egito e Fidel Castro, de Cuba. *Era uma fatalidade a que o arrastavam as suas tendências caudilhescas*. E é, no fim de contas, o que deixou claramente demonstrado anteontem, na Câmara dos Deputados, o seu preposto no Itamarati, sr. Afonso Arinos de Melo Franco."[258] (grifos meus)

Como se vê, não apenas a política exterior do governo é descaracterizada como projeto político, como também a própria personalidade de JQ é representada na condição de agente responsável por levar o país para tais rumos. É assim que se lhe atribui a imagem do caudilho, a quem não restaria outro caminho a não ser conduzir o país a soluções autoritárias.

Ataques desse tipo perduraram nos meses seguintes de governo, o que pode ser particularmente notado entre os eventos ocorridos na seqüência da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, conhecida como Conferência de Punta del Este, em agosto. Nela os Estados Unidos lançaram o programa Aliança para o Progresso, com o qual se propunham a liberar ajuda financeira para os países latino-americanos com o propósito de fazer frente a experiências como a revolução cubana. Tendo participado dessa reunião, o ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, passou pela Argentina e pelo Brasil para agradecer ambos os países por se colocarem contra a discussão de temas políticos na conferência. Em sua estadia no Brasil, recebeu do presidente JQ a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul. Uma das conseqüências imediatas desse ato foi o veemente protesto de setores civis e militares mais conservadores. Carlos Lacerda, em ato simbólico contra essa atitude, entregou as chaves do estado da Guanabara ao líder anticastrista Manuel Antônio de Verona.

Nos bastidores desse acontecimento, JQ procurava apontar para setores das Forças Armadas o sentido de suas atitudes em relação à política externa. O depoimento de Cordeiro de Farias, então à frente do EMFA, fornece as seguintes considerações sobre o episódio da condecoração:

[258] *Ibid.*, p. 250.

"Creio que tenha repercutido mal em determinadas camadas do Exército, mas nós, que estávamos próximos, sabíamos que a condecoração tinha um outro sentido. Eu já tinha me tornado íntimo de Jânio e conhecia, por confidência dele, a estratégia política em preparação. O que ele queria, com aquela homenagem a Guevara, era atrair lideranças do PTB e das esquerdas, a fim de neutralizá-las e fortalecer sua base popular. Ele me disse: 'Não há nada melhor do que dar ao governo uma tintura populista.' Eu somente compreendi suas intenções mais à frente, quando ele ligou o propósito populista à idéia anticomunista. Conversávamos sobre vários assuntos, e ele começou a dissertar sobre o problema da infiltração comunista nas Forças Armadas, lembrando os episódios do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Rio. Mencionou seus antecedentes, até a tentativa de levante dos sargentos durante a Primeira Guerra por iniciativa de Maurício de Lacerda. E disse: 'Nós temos uma herança muito séria, que é o trabalhismo. Portanto, preciso atrair esses homens para o governo. Tenho que me vestir com essa roupagem. Mas sou ideologicamente anticomunista."[259]

É provável que um dos objetivos de JQ ao homenagear Che Guevara fosse efetivamente atrair a simpatia dos setores mais à esquerda do espectro político, dando continuidade e reforçando o que seria sua política externa independente. Conforme veremos adiante, já seu esforço para convencer membros das Forças Armadas de que tal atitude não se confundia com manifestação de simpatia ao comunismo, se estudado com mais detalhes, pode sugerir outras implicações e planos para o arcabouço institucional do país.

Um ponto de vista no interior das Forças Armadas contrário à condecoração pode ser observado em artigo do almirante Carlos Pena Botto, publicado em periódico da Cruzada Brasileira Anticomunista, da qual era o principal porta-voz, em 27 de agosto de 1961; mas, como se pode supor, escrito antes da renúncia de JQ, o que pode indicar a posição de muitos oficiais a ele alinhados acerca do ato presidencial:

"Aliado à tendência acentuada para atitudes espetaculares uma afrontosa arrogância e, bem assim, o propósito inequívoco de conduzir ditatorialmente o Brasil a perigosas aventuras internacionais nos campos *socialista* e *comunista*, o Presidente Jânio Quadros vem de conspurcar indelèvelmente uma condecoração nacional, a *Ordem do Cruzeiro do Sul*! Sim, pelo fato de tê-la concedido, no mais alto grau, a um tipo desclassificado, a um aventureiro argentino agitador marxista, cruel e sanguinário, conhecido e provado agente do Movimento Internacional Comunista: Ernesto 'Che' Guevara Serna, o novo 'Gran-Cruz' da referida *Ordem* ... Essa insólita atitude de quem infelizmente hoje dirige, de modo autocrático, a nau do Estado, e a faz indubitavelmente rumar ao comunismo, foi um 'clímax' a inúmeras outras decisões nocivas, em matéria de *Política Exterior*, tomadas nesses sete meses de um governo que enche de apreensões a todos os bons brasileiros não envenenados pelas idéias socialistas e marxistas. (...)

Ríspido e autoritário, criou em torno de si uma conturbada atmosfera de medo, que torna impossíveis ponderações e sugestões. Julgando-se oniciente, S. Excia. vai resolvendo 'sponte-sua', apressada e levianamente, e impondo suas decisões."[260]

[259] Aspásia CAMARGO & Walder de GÓES (org.). op. cit., p. 435.
[260] Almirante Carlos Pena BOTTO. *A desastrada política exterior do presidente Jânio Quadros*, p. 161.

O que este texto sugere é que posições alinhadas aos interesses do capital estrangeiro e das diretrizes da política externa norte-americana podiam ser notadas entre os militares, ainda que admitamos que as aspirações destes últimos eram definidas, em larga medida, no interior da corporação militar. É sob tal substrato que seu autor traça a imagem do homem que encaminha o país para a ditadura. E, provavelmente, era com esses segmentos das Forças Armadas que JQ dialogava quando fazia declarações como as anteriores, no sentido de tentar se desvincular do comunismo. Como se pode notar, as orientações da PEI eram tratadas como intratáveis e inegociáveis nesses setores.

Diante das considerações acima, é possível sugerir como a formulação da imagem pública de JQ, a partir de interesses de diferentes grupos sociais frente a sua política de conciliação, contribuía para traçar-lhe caminhos distintos à frente da Presidência[261]. Em primeiro lugar, havia a possibilidade de ele continuar com suas orientações políticas, com margens relativamente estreitas de manobra e sob o ataque dos diversos grupos concorrentes. Em segundo lugar, havia fortes pressões para que ele optasse por aprofundar seus vínculos com esta ou aquela coalizão de grupos sociais em confronto, sob a forma do abandono de determinadas orientações políticas e a ampliação da implementação de outras; por um lado, alinhar-se mais ao lado do empresariado nacional e dos defensores das reformas de base, ou, por outro lado, alinhar-se mais junto ao setor agroexportador e ao capital estrangeiro, eis um dilema básico de JQ, uma vez que ele descartava qualquer comprometimento com propostas revolucionárias. Em terceiro lugar, havia a hipótese de ele prosseguir com a concretização de seus projetos políticos, destinados a conciliar os grupos sociais em confronto na arena política, optando por ampliar sua margem de atuação através justamente da adoção de uma saída que seus inimigos apontavam ser inelutável para ele: a concentração de poderes em torno de sua figura. Assim, na seção seguinte, com a indicação de que em muitos dos atos de JQ anteriores à renúncia podemos entrever um cálculo para a concentração de poderes em torno dele, é possível problematizar a

[261] Essa direção foi apontada por Vavy P. Borges sobre a análise biográfica na história. Para ela, um caminho possível seria "examinar alguns momentos das escolhas mediante os porquês e os comos das decisões tomadas; é preciso estar atento para essas encruzilhadas, para tentar descobrir quais eram os problemas e as opções que precederam as decisões e os atos. O nó central me parece ser a questão das potencialidades e possibilidades. Como tomou nosso biografado/a as decisões para os atos que praticou?". Cf. Vavy P. BORGES. *"O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia"* in: *Horizontes*, vol. 19 – janeiro/dezembro, 2001, p. 7.

interpretação de que tal gesto tenha sido ocasionado pelo que seria seu descontrole emocional.

3-Vestindo a máscara de ditador?

Em meio a essa profusão de acusações sobre JQ, como se este estivesse articulando uma trama golpista, certos interlocutores dessas mensagens procuraram demonstrar o quanto a ocorrência de tantas hipóteses e ilações com esse tema acabava, na verdade, por desacreditá-las. A charge presente na figura 36, publicada na revista *O Cruzeiro* com a assinatura de Appe em 8 de julho de 1961, é um exemplo disso. Nela são desenhados dois homens portando cartolas, uma delas com a inscrição do PTB e a outra com a do PSD. O personagem representando este último partido aparece ao lado de um balão, no qual escreve "golpe" com um pincel e afirma que isso se trata de uma atividade lúdica associada ao período das festas juninas. A alegoria petebista, por sua vez, é representada como conduzindo a oportunidade de transformar essa brincadeira em acusação séria contra o presidente. O que o cartunista intenta fazer com isso é sugerir que as acusações provindas dos opositores do governo sobre a organização de um golpe careciam de fundamentos concretos, sendo, antes, oportunismos destinados a enfraquecer o governo e conquistar maiores parcelas de poder para si.

O curioso é que essa crítica ao grande número de acusações sobre um possível golpe de JQ tenha surgido num momento próximo daquele em que uma suposição no mesmo sentido surgiu entre o círculo de auxiliares do próprio presidente. O jornalista Carlos Castello Branco, que atuou como secretário de Imprensa da Presidência no governo JQ, conta-nos em seu relato sobre aquele período, produzido logo na seqüência da renúncia, que o secretário particular do presidente, José Aparecido de Oliveira, começara a suspeitar da organização de uma conspiração golpista a certa altura do mandato de JQ. Segundo ele:

> "A suspeita de Aparecido com relação às intenções do presidente era (...) contemporânea da crise de Recife, quando o espantou a desenvoltura com que Horta estimulava a demonstração de força dos militares e o surpreendeu o firme apoio de Jânio ao Ministro da Justiça. Parecia-lhe haver contradição e incoerência entre o presidente que lhe permitia abrir contatos com as esquerdas, ajudar o Congresso da União Nacional dos Estudantes e admitir seu avanço na direção do PTB e dos grupos de deputados que fugiam às ortodoxias partidárias do centro – e a repressão espetacular de um movimento de estudantes, estimulado embora por entidades sindicais que se articulavam à retaguarda. O claro que havia aparentemente entre uma atitude

e outra, Aparecido preenchia-o com a suspeita, que de resto brotou naqueles dias na cabeça de muita gente."[262]

Observe-se que a repercussão do episódio da greve dos estudantes em Recife ocorreu ao longo dos meses de junho e julho. Portanto, a primeira suspeita conhecida acerca de um possível golpe surgida no interior do próprio governo data no máximo de três meses antes do ato da renúncia. Naquela ocasião, o governo servira-se de seu aparato militar para desarticular um movimento grevista que, pouco antes, recebera as visitas de personalidades como Célia Guevara, filha de Che Guevara, e Francisco Julião, destacada liderança das Ligas Camponesas, o que alimentaou as suspeitas ou os ataques de grupos mais conservadores no país sobre as filiações comunistas da mobilização. E é exatamente isso que o secretário particular da Presidência teria vislumbrado como contradição nos atos de um presidente que estimulava a abertura de contatos com os setores mais à esquerda no cenário político do país. Em outras palavras, a desconfiança de José Aparecido parece ter tomado forma a partir da suposição de que o presidente teria prestigiado as Forças Armadas com o combate a um movimento supostamente comunista, com o objetivo de conseguir seu apoio para futuras ações extraconstitucionais.

E há elementos para reforçar esta hipótese, dado que outras ações similares junto às Forças Armadas foram tomadas pelo governo. No depoimento de Carlos Lacerda, produzido em meados da década de 1970, em menção a uma de suas conversas com o general Cordeiro de Farias, há a alusão deste último acerca de um plano do governo brasileiro para invadir as Guianas com o fito de combater uma suposta infiltração comunista na região. Na fala de Lacerda, também vem a hipótese de que JQ procurava com isso envolver os militares em manobras golpistas[263]. É claro que se deve levar em conta que esta suposição é, em larga medida, feita com o intuito de conferir credibilidade a suas denúncias acerca da articulação de um golpe no seio do governo, a serem detalhadas adiante.

Porém, é digno de nota que a proposta de invasão das Guianas realmente existiu, conforme atesta memorando secreto do Gabinete da Presidência, encontrado entre a documentação pessoal do então Subchefe da Marinha Floriano Peixoto Faria Lima e

[262] Carlos Castello BRANCO. *A renúncia de Jânio: um depoimento*, p. 77.
[263] Carlos LACERDA. *Depoimento*, p. 259.

enviado ao ministério da Justiça e a todas as pastas militares com o carimbo de urgência. Assinado por JQ e datado de 31 de julho de 1961, há as seguintes orientações nele: "1) Desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para o problema das três Guianas, submetidas a intenso trabalho autonomista ou de emancipação nacional, com a presença de fortes correntes de esquerda, algumas, reconhecidamente comunistas;
2) Cumpre traçar, com urgência, planos em relação às mesmas, e executá-los.
Haverá, ainda, a possibilidade da nossa penetração nesses três Estados e, eventualmente, a da integração respectiva, no todo ou em parte, a nosso País?
3) Determino a Vossas Excelências, no prazo de trinta (30) dias, virem a meu Gabinete, com as sugestões julgadas convenientes."[264] (grifos do autor)

JQ ainda levou adiante esse plano ao colocar o então governador do Amapá, Moura Cavalcanti, a par de suas intenções. Em entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto, este último afirmou que, dias antes da renúncia: "Quando o presidente Jânio Quadros analisou o processo de venda de manganês para os países estrangeiros, me deu a seguinte ordem: 'Defenda os interesses nacionais acima de qualquer outra coisa. (....) acho que chegou a hora de resolver definitivamente isso. Por que não anexarmos a Guiana Francesa ao território brasileiro?' (...) Um país que dominar do Prata ao Caribe falará para o mundo!'."[265]. Nestas palavras, a justificativa do presidente para a invasão recai em argumentos de ordem estratégica e econômica. Ora, se o ex-governador elenca todas as razões expostas por JQ, ao menos fica sugerido que este último procurou engajá-lo na referida ação com o oferecimento de maiores perspectivas fiscais sobre o fluxo de minério em seu estado.

Ademais, às vésperas da renúncia, no dia 23 de agosto, outro memorando sigiloso assinado por JQ foi enviado a todas as pastas militares em tom alarmista, a propósito do que seria a iminência da instalação de comunistas no âmbito da administração das Guianas: "1) Com as recentes eleições da Guiana Britânica instalar-se-á, sem dúvida, ao norte do Brasil, um país de estrutura soviética (...) 2) Solicito de Vossas Excelências, nas respectivas Pastas e no Conselho de Segurança, a máxima vigilância à infiltração no que respeita à infiltração comunista nas Fôrças Armadas e nos setores fatais da economia e do trabalho da

[264] Arquivo pessoal Faria Lima – CPDOC-FGV, FL sm 1961. 07. 31, doc. 1.
[265] Geneton MORAES NETO. *Dossiê Brasil*, p. 72-73.

Nação;(...)"[266] (grifos do autor). Dessa forma, se havia motivações estratégicas nesses planos, há elementos que apontam o propósito do presidente em convencer os militares de suas intenções em combater o comunismo. Isso, por sua vez, pode contribuir para o fortalecimento da hipótese de que sua renúncia foi um cálculo visando a obtenção do apoio dos militares para o fortalecimento de seus poderes na Presidência.

Diante dessas considerações, alguns dos depoimentos que relatam ter JQ sugerido o fechamento do Congresso ganham maior credibilidade. É muito significativo o fato de que tais narrativas tragam a afirmação de que o presidente teria feito isso nos dois meses anteriores à renúncia. Em seu livro *Rosas e pedras de meu caminho*, espécie de compilação de relatos de suas atividades políticas anteriores ao golpe de 1964, Carlos Lacerda conta sua versão de uma conversa com JQ, em 29 de junho:

> "Uma tarde, no Palácio Laranjeiras, quando veio para a Conferência de Governadores, em vez de começar a conversa pelos problemas que íamos discutir, perguntou:
> - Você consegue governar na Guanabara com esta Assembléia?
> - Com dificuldade, mas consigo. (...)
> Jânio insistiu:
> O Magalhães Pinto, em Minas, consegue? O Juraci, na Bahia, consegue? Eu, não. Eu não consigo. Com esse Congresso, meu caro, é impossível governar. Procuro fazer todo o possível para fazer funcionar o regime democrático, mas não há jeito."[267]

Uma versão de um acontecimento semelhante, agora de alguém que recusa a interpretação de que havia um golpe em jogo no ato da renúncia, pode ser observada em livro de memórias do ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco. Este conta que, em fins de julho, foi chamado às pressas por JQ durante a visita do presidente do Peru, Manuel Prado, em ocasião em que o presidente:

> "começou a criticar o Congresso brasileiro, mostrando-lhe as falhas que todo mundo reconhece, a mediocridade da representação, a disputa de vantagens, a dificuldade de se organizar trabalho produtivo. (...) Então o Presidente aludiu a uma luz vermelha que, segundo me contou, se conservava acesa à noite, sôbre o Palácio do Parlamento, em Londres. Cada cidadão inglês, dizia o Presidente, pegaria em armas para evitar que aquela luz simbólica se apagasse; era a luz da liberdade do povo; o sinal de sua participação no govêrno do Estado. De chôfre, perguntou-me: 'Ministro, V. Exª. pegaria em armas para defender êste Congresso que aí está?' (...)
> 'Senhor Presidente (...) durante a longa ditadura, que coincidiu com grande parte da minha mocidade, eu defendi o Parlamento, não êste ou aquêle, mas o Parlamento como instituição (...)
> Começamos a falar sobre outros assuntos, até que começaram a chegar os convidados."[268]

[266] Arquivo pessoal Faria Lima – CPDOC-FGV, FL sm 1961. 07. 31, doc. 3.
[267] Carlos Lacerda. *Rosas e pedras de meu caminho*, p. 279.

Em depoimentos de tendências diversas, pois, há evidências de que JQ tenha deixado no ar a possibilidade de fechar o Congresso, sem ser taxativo, provavelmente para avaliar a possibilidade de contar com possíveis aliados para tal empresa. É digno de nota também a menção de Afonso Arinos de que contou o teor dessa conversa para os deputados Pedro Aleixo, Ernani Sátiro e Herbert Levy[269]. Assim, mesmo que estes tenham guardado consigo as confidências, é provável que tais informações tenham contribuído para conferir maior credibilidade, no interior do Congresso, às constantes alusões de que JQ estaria tramando um golpe.

Também em julho, JQ procurou assegurar maior apoio popular para alguns de seus futuros planos à frente do governo, conforme relata Castilho Cabral: "Jânio pressentia que a crise se tornaria aguda dentro em breve, e baldo de sustentação política, procurou reforçar a sua base popular, e em julho, pela primeira vez, chamou à sua presença tôda a direção nacional do MPJQ, até então colocado em posição secundária, marginal. Na reunião havida no Horto Florestal, em S. Paulo, poucos dias antes da convenção que seria realizada no Rio de Janeiro, alertou-nos para a reação que seria desencadeada contra os atos de govêrno que iria praticar dentro em breve: precisaria de nós para sustentar a ação do novo ministério, que iria formar. Ao contrário do que depois afirmou o governador Carlos Lacerda, em nenhuma das palavras do Presidente, nesse encontro com o MPJQ, se poderia vislumbrar a idéia de um 'golpe' (...)"[270]. Ainda que JQ não tenha feito qualquer proposição relativa à execução de um golpe neste momento, tais informações ao menos sugerem que ele se preparava para a execução de medidas polêmicas. E as pistas anteriores indicam que não se tratava simplesmente de uma reforma ministerial, e sim de prováveis soluções extraconstitucionais.

Talvez a versão que mais desperta controvérsias sobre as pretensões de JQ, naquelas circunstâncias, seja a de Carlos Lacerda. Em visita ao presidente em meados de agosto, o então governador da Guanabara teria sido convidado a participar de um golpe de Estado, como pode ser visto em trecho da transcrição de seu discurso proferido pela TV, no dia 24 de agosto:

---

[268] Afonso Arinos de Melo FRANCO. *Planalto (memórias)*, p. 162.
[269] *Ibid.*
[270] Castilho CABRAL. op. cit., p. 245.

> "Na minha penúltima visita a Brasília, o Ministro da Justiça esclareceu-me a questão. (...) um panorama que resumiria assim: consideramos necessário preparar o país para uma 'reforma institucional' na qual o Congresso, já que deseja 'recesso remunerado', fique realmente em recesso remunerado. Para isto, disse-me o ministro da confiança do Presidente, precisamos do apoio de alguns governadores, a começar pelo seu (...)
>
> Perguntei-lhe em que consistiam essas reformas, e não obtive respostas precisas sôbre elas. Mas aludiu a alguns artigos meus em 1956, quando exatamente me chamaram de golpista, porque em situação inteiramente diversa da atual (...) eu preconizava um breve adiamento de eleições para, com o consentimento do Congresso, poder o Govêrno, com plenos podêres, executar certas reformas (...). Pediu-me ele que lhe mandasse êsse artigos, porque, disse, recordava-se de um, sobretudo, em que a questão estava posta exatamente nos têrmos que desejaria aplicar agora.
>
> Perguntei-lhe como ficaria, nesse caso, a opinião do povo (...). Disse-me que poderiam chegar a conceder, dentro do respeito à periodicidade dos mandatos e de nenhum modo cancelando a necessidade de eleições, um referendo popular para as medidas de reforma institucional que o Govêrno pretendia introduzir no País. *Observei-lhe, então, que, se em qualquer caso isto era impossível, muito mais impossível seria no momento em que o Presidente da República parecia acenar para os lados da Rússia; pois ninguém de bom senso e patriotismo neste país daria um cheque em branco a nenhum governante (...) no momento em que êle parecia levar o Brasil para campos em que o Brasil não quer entrar.(...)*
>
> Observou-me êle que isto era certo, mas que (...) havia sempre a outra saída (...): ou nós cederíamos a êsse propósito ou poderia o Govêrno dirigir-se às esquerdas e fazer com elas aquilo que o centro democrático não concordasse em fazer."[271] (grifos meus)

Nas palavras de Lacerda, o que estava em jogo nos bastidores da Presidência era um plano para o fechamento do Congresso Nacional. Ainda que esta medida lhe tenha sido apresentada como temporária e sujeita à legitimação popular, ele teria recusado envolver-se na trama devido à orientação da política externa do governo. Ora, essa rejeição em oferecer um "cheque em branco" ao presidente - o que pressupunha o risco de ele não reabrir o Congresso e dar continuidade a sua política exterior - , não faz sentido quando se leva em conta os limites apresentados anteriormente por Lacerda para apoiar o governo? Uma leitura desse tipo poderia transcender a própria auto-imagem dele, que procurava se apresentar como defensor das instituições democráticas como valores em si. Se algum elemento lhe fora então oferecido como instrumento de barganha para aderir a tais planos, isso parece não ter sido suficiente para convencê-lo, pesando mais seus interesses em impedir o prosseguimento da PEI[272]. Dessa forma, penso que a versão de Lacerda é a que mais se aproxima do que de fato articulava JQ durante aquele mês de agosto.

---

[271] Carlos LACERDA. *"A crise de agôsto"*. in: *O Poder das Idéias*, p. 325.

[272] As preocupações de Lacerda com o avanço do comunismo não eram apenas figuras de retórica para a legitimação de seus posicionamentos e o ataque a seus inimigos. Ainda que ele a sobreestimasse, por vezes, tal ideologia representou um dos cernes de seu pensamento e ação políticos durante a maior parte de sua

Outro elemento que confere maior credibilidade à versão de Lacerda é a sua menção de que estava em marcha um movimento para envolver as Forças Armadas numa articulação golpista, levando-se em conta as pistas levantadas anteriormente. Em seu *Depoimento*, ele conta os seguintes detalhes da conversa com o ministro da Justiça:

> "Então, ele disse [Pedroso Horta]: 'É, mas há umas modificações a fazer, que ainda estão no ar, e o Jânio conta com a aquiescência do Ministro da Guerra (que era o Denys) e do Ministro da Marinha (que era o Sílvio Heck).
>
> Voltando um pouco atrás, uma das coisas estranhas que o Jânio me disse naquela conversa do Laranjeiras foi o seguinte: 'Você sabe que, quando mandei a tropa da Marinha desembarcar outro dia em Recife para dissolver a manifestação de estudantes, o Sílvio Heck abriu um sorriso de lado a lado. Então, quando o Horta me falou no apoio do Sílvio Heck, me lembrei dessa frase.
>
> Perguntei: 'E daí?' 'E daí é que ainda está faltando uma conversa com o Brigadeiro Grüm Moss (que era o Ministro da Aeronáutica) e creio que você ainda conserva suas ligações com a Aeronáutica e queria ver se você teria uma conversa com o Brigadeiro Moss, que está no Rio, para obter dele a concordância, porque dos ministros militares é o único que está faltando concordar com certas providências que o Jânio quer tomar."[273]

Observe-se que a alusão ao comentário de JQ sobre a participação da Marinha na repressão da greve dos estudantes refere-se justamente ao momento em que suspeitas sobre a execução de um golpe surgiram nas fileiras do próprio governo. Tal versão também sugere que o provável plano de articulação das Forças Armadas para a promoção de um golpe não contava com a adesão segura de todos os segmentos da corporação.

---

trajetória. Mais detalhes sobre a pensamento e a atuação políticos de Lacerda podem ser vistos em Marina MENDONÇA. op. cit., *passim*. Mas também não é possível desvincular seu alinhamento às orientações da política externa norte-americana como desprovido de interesses materiais. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, era muito presente em setores da elite brasileira a pretensão, e mesmo a percepção de merecimento em razão do apoio do governo brasileiro aos aliados, de que o país receberia recursos financeiros dos Estados Unidos. Mesmo com a frustração de muitas dessas expectativas, o governo Kubitschek, de certa forma, deu continuidade a estas aspirações por meio da Operação Pan-Americana, com a qual visava, entre outras coisas, captar recursos para o desenvolvimento do Brasil e de outros países latino-americanos naquele país. E é no âmbito dessa tendência que a oposição de Lacerda à PEI parece se alinhar. Sem querer explicar esta posição com um fato que pode ter ocorrido após a renúncia de JQ, com a implementação do programa Aliança para o Progresso, o recebimento de recursos norte-americanos por Lacerda à frente do governo da Guanabara indica ao menos o quanto seu histórico de defesa dos interesses norte-americanos no hemisfério foi premiado. Em seu *Depoimento*, ele afirma que: "Pergunta-se (...) se meu governo foi privilegiado com empréstimos externos... (...) é uma boa pergunta! Foi, mas não foi o único. Vários outros Estados também foram. O que aconteceu, é que coincidiu com o começo do governo Jânio Quadros, uma grande esperança mundial no futuro do Brasil. Não há dúvida de que com a eleição do Jânio Quadros, com a ação do Clemente Mariani contra a inflação, com o apoio popular ao governo, que era mais do que visível, e com a pacificação do país – as Forças Armadas apoiavam também o governo Jânio Quadros – mudou-se a imagem do Brasil. A verdade é que com desenvolvimento 'às caneladas' ou não, o governo do Juscelino, com a criação por exemplo da indústria automobilística, tinha começado a dar uma grande esperança no Brasil. E tudo isso coincidiu com o programa da Aliança para o Progresso.". Carlos LACERDA. *Depoimento*, p. 230.

[273] Carlos LACERDA. *Depoimento*, p. 251.

Essas constatações talvez iluminem alguns dos acontecimentos subseqüentes. Em meio ao impacto das acusações de Lacerda, os deputados José Maria Alkmin e Paulo Lauro redigiram um requerimento ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, pedindo o comparecimento do ministro da Justiça para prestar esclarecimentos aos deputados. Havia também rumores de que o presidente logo seria convocado com os mesmos propósitos. Após tomar conhecimento do discurso de Lacerda, no dia 25, JQ comunicou sua intenção de renunciar a Quintanilha Ribeiro. Em seguida, ao rumar para o Palácio do Planalto, encontrou o general Pedro Geraldo de Almeida, que lhe contou sobre a articulação de um manifesto de civis e militares em repúdio à política externa do governo, bem como sobre a organização de uma devolução coletiva de medalhas de oficiais superiores contrários à condecoração a Che Guevara. Em meio a esse foco de oposição no interior das Forças Armadas, decidiu manter sua agenda normal, participando da cerimônia em homenagem ao Dia do Soldado. Em seu discurso na ocasião, proferiu tanto uma defesa de sua política externa quanto uma reafirmação de seus compromissos com os princípios democráticos e cristãos, condenando qualquer forma de "infiltração ideológica ou subversão política". Ou seja, antes do gesto da renúncia, JQ se esforçou para desvincular sua política exterior de inclinações comunistas junto às Forças Armadas, persistindo num padrão de argumentação e ações que vinha empreendendo havia alguns meses.

Portanto, ao que tudo indica, JQ pretendia precipitar a adesão do conjunto das Forças Armadas a seus planos golpistas com o gesto da renúncia. As numerosas evidências de que estava em jogo um cálculo contribuem para afastarmos as hipóteses ou as interpretações que explicam o referido ato como produto do que seria o descontrole emocional do presidente. É muito conhecida a observação de que JQ renunciou justamente no momento em que o vice-presidente João Goulart encontrava-se em viagem na China comunista. Também é muito conhecida a suposição de que isso fazia parte de um cálculo para convencer os militares a entrarem em ação e trazerem JQ de volta ao cargo com mais poderes, dado que os mesmos não aceitariam a posse de um presidente percebido como vinculado a orientações de esquerda, como era o caso de Goulart. Sobre tal questão, é interessante o relato de Afonso Arinos acerca de uma conversa telefônica com o presidente, no dia 24 de agosto:

> "Com o costume de enviar seus memorandos todos os dias por telex, não era habitual que o Presidente me chamasse pelo telefone. Pensei em algo urgente e fui atendê-lo.

> Depois dos cumprimentos Jânio perguntou-me: 'Ministro, onde está o Jango, hoje?' Goulart continuava na sua missão à Ásia, mas eu não tinha certeza do local onde se encontrava.(...)
>
> Eu tinha diante de mim, como sempre, a pasta dos telegramas importantes do dia. Consultei-a e disse a Jânio: 'Creio, Presidente, pelo que me avisou nos últimos despachos, que hoje e amanhã estará em Hong-Kong.'
>
> 'Hongue-Kongue? – repetiu Jânio na sua pronúncia escandida – é longe, Ministro.' 'Sim Presidente, é longe, quase nos antípodas.' 'Um abraço, meu amigo.'(...)"[274].

Neste relato, há certamente a intenção de representar aquele acontecimento como algo excepcional, numa sugestão de que JQ tinha planos em mente. E podemos atribuir credibilidade a esta versão, dado que com ela sabemos que JQ tinha plena consciência de que Goulart encontrava-se na China antes de renunciar.

Após a cerimônia em homenagem ao Dia do Soldado, JQ retornou ao Palácio do Planalto e informou a José Aparecido de Oliveira, Oscar Pedroso Horta, Quintanilha Ribeiro e ao general Pedro Geraldo de Almeida que realmente renunciaria. Diante dos ministros militares, ouviu pedidos para que voltasse atrás na decisão. Na versão de Carlos Castello Branco para esse encontro, as autoridades militares teriam dito ao presidente o seguinte: "-Presidente, não faça isso – disse emocionado o brigadeiro Moss. E o almirante Heck, aflito: - Esse é o maior golpe que sofro na minha vida. O marechal Denis, controlado, objetivo, fez um apelo mais explícito: não faltava ao presidente o apoio das forças armadas, que ali estavam na pessoa de seus chefes, para prestigiá-lo e obedecer a suas ordens. Entendida as dificuldades, mas o presidente devia saber que esse moço (referia-se a Lacerda) é assim mesmo. O marechal pediu ao presidente que ordenasse as providências a tomar, que seriam tomadas: intervenção na Guanabara, fechamento do Congresso... Moss disse que o governo da República não poderia passar às mãos de João Goulart."[275]. Ainda que a possibilidade de fechamento do Congresso tenha sido então colocada, lembremos que a mesma parte da fala do ministro do Exército e não há indicação de que os outros dois ministros estivessem de acordo com isso. Este detalhe problematiza a versão do referido jornalista, ao asseverar que JQ não quis conduzir um golpe, embora contasse com o aval das Forças Armadas.

Decidido a abdicar do cargo, JQ entregou a documentação justificando sua renúncia ao ministro da Justiça, incumbindo-o de levá-la ao Congresso naquela tarde, e de entrar em

[274] Afonso Arinos de Melo FRANCO. op. cit., p. 170.
[275] Carlos Castello BRANCO. op. cit., p. 10-11,

contato com os governadores a fim de manter a ordem em todo o país. Eis um trecho da famosa carta de renúncia:

> "Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses, cumpri o meu dever.(....) Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho da sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, apontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos individuais inclusive do Exterior.
>
> Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranqüilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade.
>
> Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do País, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia.
>
> Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo e, de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. (....)[276]

À luz de nossa análise anterior, é provável que o objetivo maior desse documento seja formular um apelo para a intervenção dos militares, elogiados no final da carta, na recondução de JQ à Presidência com maiores poderes. A primeira parte do texto, por sua vez, também deve ser levada em conta, dado que a menção à existência de uma conspiração pressionando o governo indica ser um recurso para a legitimação do ato diante da população em geral ou um expediente para despertar futuras mobilizações sociais voltadas para a recondução de JQ ao cargo, caso os militares não embarcassem nesse plano.

Afinal, a renúncia de JQ à candidatura presidencial, enquanto cálculo para a obtenção de maior autonomia para a orientação de sua candidatura, mostrara-se em grande medida bem-sucedida, podendo ter servido de precedente para a projeção de um plano destinado a concentrar maiores poderes em torno de si na Presidência. Da mesma forma, o delineamento da ação de uma conspiração influenciada por interesses estrangeiros apresentara-se como um artifício de grande ressonância junto ao público em outras ocasiões do passado recente do país. O fato de a renúncia ter ocorrido no dia 25 de agosto, um dia após o sétimo aniversário do suicídio de Getúlio Vargas, sugere que este acontecimento ou não foi casual ou foi capitalizado por JQ. Basta lembrarmos que Vargas, em carta assim como JQ, atribuiu tal ato à ação de uma conspiração de trustes estrangeiros interessada em

[276] Reproduzida em Edgard CARONE. *A Quarta República (1945-1964)*, p. 181.

obstaculizar suas ações à frente do governo, o que gerou enorme comoção popular[277]. E é importante lembrarmos que um recurso semelhante já tinha sido utilizado por JQ como forma de tentar conferir maior legitimidade a sua reforma cambial.

Acertada a divulgação da renúncia, JQ seguiu de avião para a base aérea de Cumbica, em São Paulo, onde recebeu vários telefonemas e visitas de governadores mostrando-lhe apoio. Carlos Castello Branco, presente na ocasião, relata a seguinte conversa do ministro do Trabalho, Castro Neves, com JQ:

> "Castro Neves interrompeu a conversa. Chamou Jânio a um canto da sala, não tão longe nem falando tão baixo que não pudéssemos ouvir. Queria instruções. Sindicatos no Rio, no Estado do Rio e em Santos aguardavam ordem para tentar uma greve. Embora surpreendidos, alguma coisa poderiam fazer. - Não senhor, respondeu-lhe o presidente, não devemos tomar qualquer iniciativa. Não dê palavra alguma. Não quero assumir a responsabilidade de incendiar o país.
>
> Voltando à roda, Jânio, percebendo que ouvíramos, acrescentou: - Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil, no momento, precisa de três coisas. E, enumerando com os dedos, no gesto que a televisão tornara tão conhecido: - Autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos. Pode ser que o processo demore mais do que o previsível, um ano até, dois. Mas é inevitável. Depois de uma pausa: - Se tal não ocorrer, a renúncia se completa em si mesma. Pelo menos legarei o gesto. Num país em que ninguém renuncia, eu renunciei a quatro anos e meio de Presidência da República."[278]

Novamente, é possível entrever na narrativa do jornalista outro elemento sugestivo de que JQ teria tido a possibilidade de se apoiar em manifestações populares para voltar ao poder se quisesse ter encabeçado um golpe. Ora, tendo em vista que a maioria das pistas aponta para uma manobra escorada na participação dos militares, a qual parece ter sido cortejada com tentativas de se afastar a idéia de que o governo possuía inclinações esquerdistas, não seria de se esperar que JQ tivesse procedido daquele modo, declinando

[277] O aparte do deputado Fernando Santana a um discurso do deputado Almino Affonso, em que este último acusa o gesto da renúncia de conter manobras golpistas, aponta como tal associação foi feita naquele momento: "Vossa Excelência há de recordar, como todos os brasileiros (...) que o clima de 1961 – e precisamente de 24 de agosto de 1961 – assemelhava-se àquele outro de 1954, quando o presidente Getúlio Vargas, fundador do partido a que Vossa Excelência pertence e no qual todos nós estamos enfileirados, tentou, neste país, a Eletrobrás, o controle da remessa de lucros, e a denúncia dos lucros excessivos das empresas estrangeiras. A Nação foi levada ao paroxismo e o resultado foi o suicídio do próprio presidente da República. Em 1961, já agora através desta Câmara à qual pertencemos, medidas idênticas se anunciavam, não só para o controle da remessa de lucros, não só para o controle dos abusos do poder econômico. Votamos, há poucos dias, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que, pela primeira vez, punha a mão, diretamente, nos trustes internacionais que controlavam as comunicações neste país. Esta Câmara prometia ao país uma reforma agrária. Esta Câmara, por suas componentes partidárias, marchava para dar ao nosso país leis básicas para sua redenção e para a sua liberação econômica.". ACD, 25. 08. 1961, p. 477.

[278] Carlos Castello BRANCO. op. cit., p. 28-29.

manifestações de sindicatos capazes de transmitir a impressão de que ele queria "incendiar o país"? Ainda assim, tal relato é muito significativo para reforçarmos a idéia de que a renúncia fora um cálculo, com JQ esperando ser reconduzido ao poder. Conforme já sugerido, ao que tudo indica, ele preferia retornar à Presidência com o apoio dos militares, ficando a possibilidade de ser restabelecido na condição de presidente por meio de manifestações populares num segundo plano. Enfim, a hipótese da renúncia efetivamente se concretizar, presente em sua cogitação, era julgada como demasiado remota.

Apesar disso, o curso dos acontecimentos inclinou-se justamente para aquilo que JQ considerava ser o mais improvável. Segundo Cordeiro de Farias, mencionando uma conversa com o ex-ministro Oscar Pedroso Horta, algo diferente do planejado ocorrera: "Segundo Horta, os ministros militares assumiram o compromisso de somente divulgar a carta-renúncia depois das 14h. No entanto, tão logo Jânio deixou Brasília Denys tomou a iniciativa de conversar informalmente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, antecipando a comunicação da renúncia. Quer dizer, a precipitação deveu-se à iniciativa de Denys que, significativamente, tinha pretensões políticas."[279]. Como vimos, a interpretação mais convincente para o gesto da renúncia, a meu ver, refere-se a uma tentativa de JQ de precipitar a unificação das Forças Armadas em torno do objetivo de reconduzi-lo à Presidência com poderes ampliados. Não havia, pois, consenso entre os militares sobre a condução dessa ação, especialmente no âmbito da Aeronáutica. Ora, o fato de que o ministro do Exército, que pouco antes havia proposto o fechamento do Congresso a JQ, ter atropelado as ordens do presidente e se antecipado em comunicar a renúncia ao Congresso, sugere que tal gesto não fora capaz de unificar os militares em qualquer ação golpista. E havia fortes razões para isso, dado que grande número de oficiais estava alinhado à oposição à PEI e, mesmo com garantias de que este projeto não se confundia com o avanço do comunismo no país, não foram cooptados a apoiar o projeto de política externa do presidente.

A precipitação do ministro da Guerra também contribui para explicar outro acontecimento que agravou a situação de JQ: a concretização do pedido de renúncia pelo Congresso. Num ambiente em que muitas acusações de que o presidente era um ditador em potencial ou planejava golpear as instituições do país e em que rumores de golpe

[279] Cordeiro de FARIAS. op. cit., p. 434.

circulavam havia já algum tempo, o ato da renúncia despertou inquietações imediatas. Pouco depois da comunicação da renúncia, o deputado Almino Affonso disse ao plenário: "Eu indago (...) Sr. Presidente, que fôrças tão poderosas são estas que derrubam um Presidente da República (....) quando as Fôrças Armadas (...) por inteiro, na declaração do próprio Presidente da República, no seu documento de renúncia, estariam unânimes na manutenção da ordem, na defesa do regime constitucional.(....) Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro (...) não pode aceitar essa renúncia, senão como um golpe em que o Presidente da República pretenda retornar à maneira de um ditador, disfarçado ou não (....)"[280]. Em seguida, em aparte do deputado Gustavo Capanema, uma tentativa de correção daqueles que "aceitavam" a renúncia: "A renúncia é, por definição, ato unilateral, irretratável. A renúncia, portanto, não está aceita. A renúncia é um acontecimento histórico."[281]. Dessa forma, outro dos efeitos previstos no cálculo de JQ - numa esperada recusa de sua renúncia pelo Congresso - se frustrara com a consumação do pedido[282].

É claro que, ao longo de toda sua trajetória posterior, JQ procurou negar a existência de qualquer tentativa de golpe, empenhando-se em controlar o relato e a memória daquelas circunstâncias. Em livro escrito em parceria com Afonso Arinos ainda na década de 1960, por exemplo, o ex-presidente traz à baila a versão de que o intuito da renúncia seria a alteração do sistema de poder, ou seja, "arrancar" uma reforma constitucional dos parlamentares com a qual o presidente pudesse contar com maioria parlamentar ou maiores condições de aprovar seus projetos, assim como fizera De Gaulle com os franceses[283]:

> "Seu raciocínio foi o seguinte: primeiro, operar-se-ia a renúncia; segundo, abrir-se-ia o vazio sucessório – visto que a João Goulart, distante na China, não permitiriam as fôrças militares a posse, e destarte, ficaria o país acéfalo; terceiro, ou bem se passaria a uma fórmula, em conseqüência da qual ele mesmo emergisse como primeiro mandatário, mas já dentro do nôvo regime institucional, ou bem, sem êle, as fôrças armadas se encarregariam de montar êsse

[280] Citado em Mário Victor. op. cit., p.313.
[281] *Ibid.*, p. 314.
[282] Uma versão desses acontecimentos que goza de muita força entre círculos janistas refere-se ao que teria sido a imprudência do ministro Oscar Pedroso Horta em entregar a carta-renúncia ao senador Auro Moura Andrade. O que o ministro da Justiça deveria fazer era comunicar a imprensa sobre a intenção do presidente em renunciar, forçando o Congresso a conferir-lhe mais poderes para aprovar suas diretrizes políticas, sem golpear as instituições. Ao invés disso, Pedroso Horta entregou o documento a um dos adversários de JQ, que manobrou para legitimar a renúncia junto aos parlamentares. Cf. Eduardo Lobo Botelho GUALAZZI & Jânio QUADROS NETO. *"A renúncia-deposição do presidente Jânio Quadros – A verdade histórica"*. in: op. cit., p. 141-142. Ora, o simples fato de JQ ter redigido a carta e tê-la dado ao ministro não é uma forte evidência de que tal documento foi produzido com o propósito de ser entregue ao Congresso, dado que se esta intenção não existisse bastaria ao presidente instruí-lo oralmente?
[283] Jânio QUADROS & Afonso Arinos de Melo Franco. *História do Povo Brasileiro*, p. 241.

> nôvo regime, cabendo, em conseqüência, depois a um outro cidadão – escolhido por qualquer via – presidir ao país sob o nôvo esquema viável e operativo: como, em tudo, o que importava era a reforma institucional, não o indivíduo ou os indivíduos que a promovessem, sacrificando-se êle, ou não se sacrificando, o essencial iria ser atingido.
>
> *O plano, porém, falhou exatamente na vacilação dos chefes militares.*
>
> A renúncia foi, assim, a expressão de uma coerência de tipo heróico, no sentido carlyliano; Jânio Quadros acreditou que os destinos nacionais, num dado momento, dependiam de sua coragem de sacrificar sua carreira pessoal."[284](grifos meus)

Esta é evidentemente a versão de alguém que fora cassado pelo regime estabelecido pelo golpe civil-militar em 1964, e procurava se desvencilhar de quaisquer manobras golpistas no passado, provavelmente tendo em vista voltar a disputar eleições. E é possível que o próprio JQ, em meados de 1961, julgasse que o fechamento do Congresso tinha mais a ver com o que seria o gesto heróico de De Gaulle, do que com o jogo de cena de Otávio diante do Senado romano, como na ocasião em que a renúncia a seus poderes fez com que senadores o trouxessem ao topo da hierarquia de comando com atribuições extraordinárias, estabelecendo o império sob a aparência de continuidade da república romana. Basta notarmos o quanto JQ persistiu na defesa de seus projetos políticos ao longo de seu curto mandato, insistindo na idéia de que tais orientações eram a melhor forma de conciliar diferentes grupos sociais no país.

O que se perde de vista, freqüentemente, é que JQ foi eleito com a apresentação de propostas e projetos políticos e, uma vez na Presidência, procurou levá-los a cabo promovendo uma tentativa de aplacar ou até mesmo conter os conflitos sociais em voga no país, bem ao modo das proposições da democracia cristã. Depois de procurar implementar e defender publicamente suas políticas, e tendo a resposta de que seu projeto de política externa era inegociável para determinados grupos sociais, parece ter se convencido de que a única forma de dar continuidade a suas diretrizes era por meio de um arranjo extra-institucional, bem ao modo das acusações constantes de seus inimigos que o acusavam de ditador em potencial ou de planejar um golpe. Ao que tudo indica, esta saída tomou forma nos últimos meses de governo, pelo menos até onde pudemos apurar. Afinal, simplesmente adotar a imagem de ditador que é projetada sobre JQ antes de sua renúncia, como se o mesmo articulasse um golpe de Estado desde que ingressou na vereança de São Paulo, além

[284] *Ibid.*, p. 242.

de incorrer numa interpretação teleológica, equivale a presumir que não havia nem propostas nem possibilidades de negociação no âmbito do regime democrático.

O trabalho de Argelina Cheibub Figueiredo é, nesse sentido, muito rico para a problematização da idéia de que os episódios e acontecimentos, na conjuntura anterior ao golpe civil-militar em 1964, prenunciavam, de forma inevitável, a implantação de um Estado autoritário no país[285]. Tal perspectiva, segundo ela, nega a existência de cursos alternativos para a história, bem como a possibilidade da ocorrência de compromissos políticos por meio de alianças e coalizões. Num de seus exemplos, a autora menciona a própria tentativa de golpe dos ministros militares de JQ, ensaiada após a renúncia deste último, quando, ao descumprirem a Constituição, preferiram empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em detrimento do vice-presidente João Goulart, visto por eles como demasiadamente comprometido com orientações de esquerda. Neste caso, a solução parlamentarista, forjada num embate de forças políticas heterogêneas, serviu para baldar a tentativa de rompimento da ordem institucional, da mesma forma que colocou obstáculos para o programa reformista de Goulart na presidência[286].

Diante disso, acho fundamental essa perspectiva da autora e procuro, mediante as conclusões apresentadas nos capítulos anteriores, estender o alcance de suas proposições, afirmando que o espaço para a negociação e a obtenção de compromissos políticos no âmbito do regime democrático ultrapassava a esfera parlamentar e encontrava considerável dimensão em esferas mais amplas da sociedade, perpassando seus mais diversos grupos sociais e divisões regionais. Nesse sentido, como tentamos demonstrar anteriormente, JQ procurou por diversas vezes negociar a concretização de seus projetos políticos apresentando-os como a melhor forma de conciliar os interesses das coalizões de grupos sociais em confronto no país e, provavelmente, partiu para uma saída autoritária quando se deu conta de que não poderia implementá-los de forma conjunta sem a oposição acirrada de ambas as partes desses blocos, o que significaria a diminuição considerável de sua margem de manobra. Em outras palavras, essa saída deve muito a uma escolha pessoal do próprio JQ, que, na condição de presidente, tinha possibilidades de escolha e campo de ação mais amplos do que indivíduos comuns.

---

[285] Argelina Cheibub FIGUEIREDO. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1961*, p. 27.
[286] *Ibid*., p. 51.

Outro elemento a ser considerado refere-se à pretensão de JQ em ser alçado novamente ao poder por meio de manifestações populares, caso a intervenção militar não ocorresse. Os primeiros momentos após a renúncia foram marcados por intensa agitação no parlamento e na sociedade em geral, com a recusa dos militares em permitir a posse do vice-presidente. Este impasse quase desembocou numa guerra civil, na medida em que diversos setores da sociedade se mobilizaram para assegurar o cumprimento dos preceitos constitucionais, destacando-se a ação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o III Exército. Uma resolução parcial para este conflito, conforme vimos, foi a adoção do parlamentarismo e a posse de Goulart. Entrementes, as mobilizações da sociedade civil para a recondução de JQ à Presidência, conforme ele próprio esperava, não ocorreram. Ao que tudo indica, da mesma forma que a imagem de ditador parece ter ganhado crédito junto ao Congresso, contribuindo para a efetivação do pedido de renúncia sob a forte suspeita da articulação de um golpe de Estado, a imagem do bufão parece ter sido investida de grande credibilidade no seio da população depois da renúncia, mas desta vez em seu viés negativo.

Assim, a renúncia de JQ é comentada do seguinte modo em relatório oficial da embaixada britânica enviado a Londres, datado de 19 de abril de 1962: "A estrela política de Jânio Quadros parece estar afundando numa poça de uísque. Quando ele era presidente, circulava uma certa quantidade de discretos rumores sobre sua atração pela garrafa. Desde que ele retornou, estas histórias cresceram em intensidade. Agora, aparecem em colunas de fofocas e em caricaturas. Uma piada que se conta aqui – e não é exatamente uma piada – é que as 'forças ocultas', que Jânio culpou pela renúncia, saíram de uma garrafa. Freqüentadores de bar agora pedem ao *barman* que lhes sirvam 'forças ocultas' com soda". (...) Como quase tudo é possível na política brasileira, pode ser que ele recupere terreno tão rapidamente quanto perdeu.".[287]. Há um claro tom de zombaria neste texto, na medida em que nele o autor parece incorporar a explicação comumente encontrada nas ruas para o mencionado ato: o descontrole de JQ devido a seu hábito de beber. Há também nele um tom de escárnio quanto ao eleitorado do país, tratado como passível de reeleger um homem que teria tais hábitos e personalidade duvidosos. Ora, o próprio fato de que JQ não foi reconduzido à Presidência com poderes ditatoriais por manifestações populares não é, por

[287] Documento FO 371/ 162.132 do Public Record Office. apud: Geneton MORAES NETO. *Dossiê Brasil*, p. 79.

si só, um sinal de que as instituições democráticas podiam ser levadas a sério, ficando no ridículo aquele que parecia ter desrespeitado o cargo de presidente da República?

Considerações finais:

Deixar de interpretar as diferentes versões para a renúncia de JQ significa relegar o significado deste ato para atores que ainda bebem na memória do janismo ou a ela se opõem, procurando controlar o relato dos acontecimentos para a qualificação ou o desmerecimento de orientações políticas fincadas no presente, o que freqüentemente significa tornar aquele passado mais opaco. Através do balanço crítico de diferentes versões sobre o referido episódio disponíveis, acabo por corroborar a interpretação por muitos já suscitada de que havia uma tentativa de golpe naquela circunstância. Apenas procurei matizar um pouco esta perspectiva ao sugerir que tal encaminhamento parece ter tomado forma nos últimos meses da administração de JQ. É preciso dizer ainda que não pretendo tratá-lo como um político que atuasse pautado em cálculos em todo momento, sem qualquer interferência de paixões e sentimentos em suas ações, viés tão acentuado por seus inimigos. O próprio gesto da renúncia parece ter sido impulsionado por um ímpeto destinado a precipitar a adesão das Forças Armadas, não obtido por meio de uma das pessoas escolhidas para entre elas atuar como interlocutor, no caso, Carlos Lacerda.

De qualquer forma, procurei delinear como JQ iniciou seu mandato presidencial sob o abrigo de projetos político-administrativos, os quais estavam voltados para a conciliação ou mesmo para a tentativa de apaziguar conflitos sociais. Enquanto sua política econômico-financeira atendia os interesses do capital estrangeiro e do setor agroexportador, sua política externa e outras medidas (como a propostas de lei antitruste e de controle da remessa de lucros ao exterior), voltava-se para os interesses do empresariado nacional e dos setores interessados em promover a implementação das chamadas reformas de base. Cabe lembrar, também, que ele procurou centralizar a administração pública em torno de si e aplicar uma disciplina mais rigorosa no âmbito da administração pública, incluindo a investigação de suspeitas de corrupção. Em todas essas frentes, seja por atingir interesses corporativos seja por desagradar ambas as coalizões de grupos sociais com a combinação de projetos vistos por muitos como antagônicos, JQ teve sobre si projetada a imagem de ditador, que já lhe acompanhava desde outros momentos de sua carreira política. O que

pretendi fazer foi detalhar como estes interesses diferenciados, ao sustentarem tal imagem, contribuíram para forjar a provável saída do golpe de Estado, deixando claro que a melhor maneira para JQ seguir com seus projetos seria através do rompimento da ordem constitucional e da concentração de poderes em torno de si. Ato que certamente deve ser atribuído muito por conta de uma escolha pessoal dele próprio.

Considerações finais:

Ao longo deste trabalho, procurei demonstrar que tanto a historiografia quanto a memória coletiva guardam relações íntimas no que diz respeito à interpretação da ascensão política de JQ: em ambas é muito presente a perspectiva de que a força política deste último era produto de uma participação política - se é que alguma forma de cidadania é admitida – anômala, resultando na promoção de uma liderança também anormal. Por meio de fontes daquela época, indiquei como, na verdade, essa era a imagem construída pelos inimigos dele ao longo de sua carreira pública, e seu poder de convencimento tornou-se particularmente acentuado após sua renúncia à Presidência da República. Em outras palavras, os laços entre o debate político produzido naqueles anos, acabou por penetrar e deitar raízes profundas no modo como a projeção de JQ na política do país é interpretada e explicada, ou seja, como a negação da política e o triunfo do personalismo.

Ora, a análise de seus primeiros passos na carreira pública logo contribui para a problematização desse ponto de vista, ao indicar que ele pautava-se por idéias e práticas associadas à tradição da democracia cristã. Estes elementos permitiram-lhe a ampliação de suas bases eleitorais no decorrer de sua trajetória, agregando em torno de si trabalhadores, camadas médias, setores agro-exportadores, empresários e representantes do capital estrangeiro. E isso não parece ser casual, dado que entre os princípios do catolicismo social encontrava-se a proposta de pôr termo à luta de classes; o que de forma alguma significa dizer que isso tenha de fato acontecido. A questão é que cada um desses grupos parece ter identificado interesses nas proposições de JQ e convergido seu apoio nele em circunstâncias específicas, como nas eleições presidenciais por ele disputadas.

Neste momento, em diversas ocasiões, ele e seus correligionários procuraram demarcar a diferença entre os rumos da administração vigente e o projeto janista para administrar o Estado, inspirado na democracia cristã: o propósito de valorizar o homem em meio a um ambiente em que a exploração do trabalho no interior do capitalismo é considerada demasiadamente presente. A explicitação do projeto da PEI, nesse sentido, não deve ser vista como contraditória, conforme muitos dos ataques dirigidos a JQ na época. Na verdade, ela era a forma vislumbrada por este último para tentar conciliar os diferentes grupos sociais presentes na arena política, numa tentativa de obter mais recursos entre os países chamados de não-alinhados e do bloco socialista, para a dinamização do mercado

interno, ao mesmo tempo em que facilidades para o capital estrangeiro eram concedidas. Estes planos, se foram bem sucedidos no período eleitoral, com a arregimentação de diversos grupos sociais em torno dos projetos explicitados, revelar-se-iam um arranjo explosivo durante o mandato presidencial, quando os grupos em confronto reivindicavam do governo um posicionamento mais substancial a favor de um dos blocos envolvidos na disputa.

Nem por isso a presença do personalismo na projeção política de JQ deve ser desconsiderada. Isso era um fator de grande importância para dar credibilidade às suas proposições inspiradas no catolicismo social, e não é a toa que ele foi uma das poucas lideranças do PDC, um partido relativamente pequeno, que conseguiram projetar o nome em escala nacional. As evidências analisadas sugerem como ele foi capaz de mobilizar o imaginário e paixões coletivos com grande sucesso, aparecendo ao olhar de muitos como uma pessoa extraordinária, seja por possuir qualidades excepcionais seja por ter características de um cidadão comum. Esses elementos em torno de JQ, por sua vez, não impediram a adesão de seus apoiadores a propostas e projetos políticos. O espetáculo propiciado pela política também contava com o debate e a promoção da figura pública de dele espontaneamente pela população, com a escrita e a divulgação de versos e músicas, a confecção e distribuição caseiras de propaganda eleitoral ou a redistribuição de material publicitário do candidato de forma independente de legendas partidárias ou qualquer organização. A canalização dos interesses assim expressos em torno do MPJQ conferiu-lhe o estatuto de legenda partidária informal, cuja oficialização foi considerada tanto por membros da equipe janista quanto pelo próprio JQ. Dessa forma, não apenas é possível vislumbrar a existência de uma opinião pública no período, como também o é afirmar que ela era expressa, em larga medida, por meio da organização partidária existente.

Os pedidos dirigidos a JQ pela população em geral indicam como, em meio a uma sociedade amplamente marcada pelo autoritarismo e por relações sociais profundamente hierarquizadas, o líder em questão era muitas vezes vislumbrado como um reformador social, alguém capaz de aumentar a presença do governo e do Estado na vida dos cidadãos, de forma a trazer-lhes soluções políticas para seus problemas. Coibir a ação de atravessadores ou especuladores; distribuir favores de forma criteriosa às pessoas mais necessitadas e com maior mérito; estender o Estado de Direito aos mais remotos rincões do

país ou acabar com a corrupção generalizada na administração pública; em todos esses casos, fica evidente como interesses concretos projetavam-se sobre a figura pública de JQ, em situações em que as pessoas tomavam a administração vigente como transgressora de limites considerados aceitáveis por elas, numa implícita noção de rompimento de contrato. JQ, através de sua trajetória e seus projetos, aparecia-lhes então como alguém que representaria seus interesses no governo, numa clara demonstração de compreensão do funcionamento do regime liberal-democrático.

Assim, penso que a indicação da convivência dessas aspirações ao lado de propostas autoritárias indica que manifestações políticas não eram impossíveis naquele momento, em razão de elementos como ausência de consciência de classe, fatores biológicos ou "raciais" ou a permanência de um passado que faria com que as pessoas vislumbrassem as autoridades políticas como produtos antes da providência do que de relações sociais criadas na imanência. Ao invés disso, procurei indicar como havia margem considerável para os sujeitos se manifestarem politicamente dentro das possibilidades que lhes eram oferecidas. E as reflexões do último capítulo, com o reforço da hipótese de que JQ tentou um golpe de Estado com sua renúncia, a partir das fontes disponíveis, vão justamente no sentido de sugerir como as soluções políticas parecem ter sido descartadas em meio a uma série de possibilidades que as tornavam viáveis. Por fim, espero que o levantamento desses problemas contribua para o aprofundamento futuro dessas questões, com outras fontes e perspectivas diferenciadas.

Arquivos e fontes:

- Arquivo pessoal José Aparecido de Oliveira – Conceição do Mato Dentro – MG
- Arquivo pessoal Castilho Cabral – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas - CPDOC-FGV
- Arquivo pessoal Faria Lima – CPDOC-FGV
- Fundo Movimento Popular Jânio Quadros – Arquivo Nacional
- Coleção da revista *O Cruzeiro* – a maior parte dos exemplares consultados encontra-se no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) – Unicamp e o restante na biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) – USP
- Coleção da revista *Manchete* – AEL
- Coleção da revista *Mundo Ilustrado* – Biblioteca Nacional
- Fundo *Última Hora* de Imagens – Arquivo do Estado de São Paulo
- Anais da Câmara dos Deputados – disponível para consulta on-line no site da instituição: www.camara.gov.br

Entrevistas:

- Dayse Cassiano Gasparian
- Oscar Pedroso Horta Filho
- Anselmo Farabulini Jr.
- Plínio de Arruda Sampaio

Depoimento:

- Henrique Teixeira Lott – CPDOC-FGV

Bibliografia:

Livros e teses que tratam especificamente de Jânio Quadros

-AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo (1961-1963)*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

-ARAÚJO, Braz José de. *"A política externa no governo de Jânio Quadros"*. in: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

-ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros: o Prometeu de Vila Maria*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

-BENEVIDES, Maria Victoria de M.. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. (coleção tudo é história; 30).

-BOTTO, Almirante Carlos Penna. *A desastrada política exterior do presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961.

-BRANCO, Carlos Castello. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. Revan: 1996.

-CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.

-CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Top-Books, 2001.

-CARLI, Gileno. *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1962.

-CARRARO, Adelaide. *Eu e o governador*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1963.

-CASTRO, Viriato. *O fenômeno Jânio Quadros*. São Paulo: Editor José Viriato de Castro, 1959.

-CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

-DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda, 1979.

-CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

-FRANCO, Afonso Arinos M.. *A alma do tempo: memórias*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

_____ *Planalto (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

-GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho & QUADROS NETO, Jânio. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.

-LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____ *Rosas e pedras de meu caminho*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____ *O poder das idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

-MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*, PUC-SP, 1998 (dissertação de mestrado).

-MELLÃO NETO, João. *Jânio Quadros: 3 estórias para 1 história*. São Paulo: Renovação, 1982.

-MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil. As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997.

-NÓBREGA, Vandick L.. *A campanha da vassoura*. Rio de Janeiro: Movimento Popular Jânio Quadros, 1960.

-PRESTES, Luiz Carlos. *Porque os comunistas apóiam Lott e Jango*. Editorial Vitória, 1960.

-QUADROS, Jânio & FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais S. A., 1968.

-SANTOS, Vidal dos & MONTEIRO, Luiz. *Diário de uma campanha*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

-SILVEIRA, Joel. *Viagem com o presidente eleito*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

-SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Cegraf, 1987

-SOUZA, Maria Teresa Sadek R. de. *"A trajetória de Jânio Quadros"* in: Bolívar LAMOUNIER. *1985: o voto em São Paulo.* São Paulo. IDESP, 1986.

-TORLONI, Hilário & SOUZA, Edmundo Soares de. *A verdade nua e crua sôbre a administração Jânio Quadros (1955 a 1958)*. São Paulo: Fulgor, 1960.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil. (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

-VITA, Maurício & ESCOBAR, Mauro. *Jânio e a volta ao mundo*. São Paulo: Behar, 1959.

-WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *Origens do janismo. São Paulo - 1948-1953*, IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).

-YAMASHIRO, José. *Jânio: vida e carreira política do presidente*. Porto Alegre: Livraria Lima LTDA, 1961.

Bibliografia teórico-metodológica

-ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'age d'hommes, 1983.

-ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

-BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: memoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

-BALANDIER, Georges. *Le pouvoir sur scènes*. Paris: Balland, 1992.

-BARTHES, Roland. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1957.

-BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

-BORGES, Vavy Pacheco. *"O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia"* in: *Horizontes*, vol. 19 – janeiro/dezembro, 2001, p. 7.

-CANETTI, Elias. *Crowds and Power*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1984.

-CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

-CHARTIER, Roger (org.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Fayard, 1991.

-CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

-COSTA, Emília Viotti da. *"José Bonifácio: mito e história"*. in: *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

-DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

-DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.

-DOMENACH, Jean-Marie. *La propagande politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

-EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

-EISENSTEIN, Elizabeth. *The printing revolution in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

-ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

-ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

-FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

-FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

-FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

-GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1980.

_____ *O saber local: novos ensaio em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

-GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

-HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere*. Massachusetts: The Mit Press, 1996.

-HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas. Papirus Editora, 1998.

-HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, Ed. UNESP, 1996.

_____ *The muse learns to write: reflections on orality and literacy from antiquity to the present*. London: Yale University Press, 1986.

-KANTOROWICZ, Ernst H.. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

-KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

-LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Unicamp: Papirus, 1986.

-LIPOVETSKY, Gilles. *L'ère du vide*. Paris: Gallimard, 1993.

-MOORE JR., Barrington. *Injustice. The social bases of obedience and revolt*. New York: M. E. Sharpe, 1978.

-ONG, Walter. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Routledge, 200.

-PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

-POURCHER, Yves. *Politique parade: pouvoir et seduction*. Paris: Editions du Seuil, 2007.
-SAHLINS, Marshall. *Historical methaphors and mythical realities*. Michigan: University Press, 2001.
-SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
-TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
-THOMPSON, John B.. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.
WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UNB, 2004.

Bibliografia geral sobre o assunto

-AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
-BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986, v. 4.
-BENEVIDES, Maria Victoria de M.. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
_____ *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
-BORGES, Vavy P.. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
-BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
_____ *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Edusc, 2004.
-BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
-CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
-CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1980.
-CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

-CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

-CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

COHN, Norman. *The Pursuit of the Millennium*. New York: Oxford University Press, 1970.

-DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

-DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

-DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma (org.). *Histórias do poder. 100 anos de política no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

-DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

-FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

-FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

-GOMES, Angela de C.; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

-LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

-LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

-MARKUN, Paulo & HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

-MAYEUR, Jean-Marie. *Catholicisme social et démocratie chretiénne: principes romains, expériences françaises*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986.

-MAUAD, Ana Maria. *"Os tempos da narrativa: fontes orais e visuais na produção dos sentidos da história*". in: V Seminário *"Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento"*. Unicamp, 17, 18, 19 de outubro de 2007, p. 4.

-MENDONÇA, Marina. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Codex, 2002.

-MIGUEL, Luis Felipe. *Em busca da harmonia perdida. Mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997 (tese de doutorado).

-MOISÉS, José Álvaro. *Classes Populares e Protesto Urbano*. São Paulo: FFLCH/USP, 1978. (tese de doutorado).

-NOVAIS, Fernando & SCHWARCZ (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

-RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

-REIS, José Roberto Franco. *"Não existem mais intermediários entre o governo e o povo": correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2002 (tese de doutorado).

-ROSSI, Mario. *Da Sturzo a de Gasperi: profilo storico del cattolicesimo político nel novecento*. Roma: Editori Riuniti, 1985.

-SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

-SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.

-SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

-SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo(1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

-SOUZA, Maria do Carmo C. Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).* São Paulo: Ed. Alfa-Omega,1976.

-WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.